



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ANA OLÍVIA COSTA DE ANDRADE

**SENTIDOS DE RESPEITO E HONESTIDADE EM TEMPOS DE BOLSONARISMO:
uma pesquisa com jovens numa escola pública paraibana**

JOÃO PESSOA
2021

ANA OLÍVIA COSTA DE ANDRADE

**SENTIDOS DE RESPEITO E HONESTIDADE EM TEMPOS DE BOLSONARISMO:
uma pesquisa com jovens numa escola pública paraibana**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Sociologia da Universidade Federal da
Paraíba como exigência parcial para obtenção
do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Teoria Social

Orientação: Prof.^a Dr.^a Simone Magalhães Brito

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553s Andrade, Ana Olívia Costa de.

Sentidos de respeito e honestidade em tempos de
bolsonarismo : uma pesquisa com jovens numa escola
pública paraibana / Ana Olívia Costa de Andrade. - João
Pessoa, 2021.

296 f. : il.

Orientação: Simone Magalhães Brito.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Valores morais. 2. Neoliberalismo. 3.
Neoconservadorismo. I. Brito, Simone Magalhães. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 17.022.1(043)

ANA OLIVIA COSTA DE ANDRADE

**SENTIDOS DE RESPEITO E HONESTIDADE EM TEMPOS DE BOLSONARISMO:
uma pesquisa com jovens numa escola pública paraibana**

Tese apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de **DOCTORA** em Sociologia.

Aprovada em 30 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



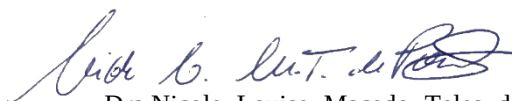
Dra. Simone Magalhães Brito
Presidente



Dr. Rogério de Souza Medeiros
PPGS/UFPB



Dr. José Henrique Artigas Godoy
PPGCPRI/UFPB



Dra. Nicole Louise Macedo Teles de
UFRPE



Dra. Patrícia Castro Mattos
PPGH/UFSJ

JOÃO PESSOA
2021

AGRADECIMENTOS

Sou grata em especial ao meu pai que não está mais aqui fisicamente, mas que sei que estaria muito feliz e orgulhoso nesse momento. Agradeço a minha mãe por tudo, por sempre torcer e me apoiar em todas as decisões importantes da minha vida. Agradeço as minhas irmãs que partilham e se orgulham de todas as minhas conquistas, vocês são meu espelho. Sou grata ao meu companheiro pelo apoio, compreensão e cuidado nesse processo. Rapha, sem você para dizer que estava perto e que ia dar certo seria muito mais difícil. Agradeço aos meus sobrinhos queridos que são parte essencial da minha vida. Aos meus tios, tias, primos e primas, que sempre estiveram na torcida e orgulhosos por cada uma das minhas conquistas.

Agradeço a minha sogra e sogro por todo o apoio, preocupação e carinho. Sou profundamente grata aos meus amigos queridos que fazem parte dessa conquista, principalmente a Esdras que desde os primeiros momentos desse trabalho tem contribuído com ideias, leituras, revisões, xingamentos, me dando forças e acreditando que ia dar certo. Vinícius e Evelynne, vocês também, muito obrigada por nunca duvidarem que eu conseguiria concluir essa etapa, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei. Agradeço à Simone Magalhães, professora, amiga e orientadora, que nesses meus onze anos de vida acadêmica me acompanhou e orientou desde os meus primeiros passos nos estudos e pesquisas sociológicas. Obrigada por tudo, principalmente pela paciência e pela compreensão.

Agradeço ao professor Rogerio Medeiros por aceitar o convite para à banca e também por ser parte da minha trajetória desde os primeiros anos da graduação, você sempre me ensinou e me inspirou muito. Agradeço ao professor José Artigas também por aceitar esse convite, pelas contribuições que vêm desde os anos da graduação e que foram parte fundamental para construção do projeto de pesquisa que possibilitou o meu ingresso no doutorado. Artigas, cada conversa, cada ligação, cada troca é uma aula, muito obrigada por tudo. Agradeço à professora Nicole Pontes, que prontamente aceitou o convite para fazer parte dessa banca, pelas contribuições e por ter feito parte da melhor primeira ida à Anpocs que eu poderia ter. Agradeço à professora Patrícia Mattos por aceitar o convite para à banca e pelas aulas maravilhosas, leituras e discussões que certamente foram essenciais para pensar esse trabalho.

Agradeço ao professor José Carlos, da escola campo de pesquisa, sem você a coleta de dados teria sido impossível. Agradeço aos entrevistados pela disponibilidade em participar das entrevistas. Agradeço a Universidade Federal da Paraíba pela minha formação, por experiências essenciais para minha vida e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelas oportunidades de realizações de pesquisas desde à época da graduação. Obrigada.

RESUMO

Esse trabalho analisa a experiência moral de jovens de uma escola pública Paraibana, oriundos das camadas populares da sociedade, focando em suas percepções sobre os problemas do Brasil durante o pleito eleitoral de 2018. Naquele momento, avançava no debate uma agenda neoliberal, baseada na ideia de Estado mínimo e uma agenda de costumes que reclamava “a defesa dos valores tradicionais”, o que significava uma reação radical contra a expansão dos direitos políticos e sociais de grupos socialmente marginalizados. O trabalho busca apreender, a partir da perspectiva da sociologia da moral, a gramática moral dos jovens pesquisados e o processo de incorporação de valores neoliberais. A pesquisa permitiu perceber que os sentidos específicos de “honestidade” e “respeito” são os principais valores que orientam essa gramática.

PALAVRAS-CHAVE: valores morais; neoliberalismo, honestidade, respeito

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	95
Figura 2	210
Figura 3	214
Figura 4	215
Figura 5	215

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Dados socioeconômicos e preferência de candidato à presidência nas eleições 2018	183
Quadro 2a	Percepção dos entrevistados referente as falas da chapa de Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores e acesso à educação pública (Tipo 1)	193
Quadro 2b	Percepção dos entrevistados referente as falas da chapa de Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores e acesso à educação pública (Tipo 2)	197
Quadro 2c	Percepção dos entrevistados referente as falas da chapa de Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores e acesso à educação pública (Tipo 3)	204
Quadro 3a	Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro	218
Quadro 3b	Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro	225
Quadro 3c	Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro	233
Quadro 3d	Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro	238
Quadro 4a	Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro	253
Quadro 4b	Percepção do grupo de entrevistados do sexo feminino que optaram por Bolsonaro sobre segurança, violência, Direitos Humanos e armamento da população.	259
Quadro 4c	Percepção do grupo dos demais de entrevistados do sexo masculino sobre segurança, violência, Direitos Humanos e armamento da população.	263
Quadro 5a	Percepção do grupo “dos resistentes” sobre racismo, machismos, homofobia, feminismo e aborto	269
Quadro 5b	Percepção do grupo de entrevistados do sexo feminino que optaram por Bolsonaro sobre racismo, machismos, homofobia, feminismo e aborto	274
Quadro 5c	Percepção do grupo dos demais de entrevistados do sexo masculino sobre racismo, machismos, homofobia, feminismo e aborto	278

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bancada BBB	Bancada da bíblia, do boi e da bala
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CUT	Central Única de Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECIT	Escola Cidadã Integral Técnica Estadual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBTQIAP+	Lésbicas, gays, travestis, transgêneros, transexuais, <i>queers</i> , intersexuais, agêneros, assexuais, pansexuais etc.
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
MTST	Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH-3	Plano Nacional de Direitos Humanos - 3
PP	Partido Progressista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

CAPÍTULO 1

NEOLIBERALISMO: CRISE, MORALISMO E AUTORITARISMO 15

- 1.1 O mundo e a crise do capitalismo de 2008 17
- 1.2 O neoliberalismo como ideário antidemocrático 32
- 1.3 A instrumentalização dos valores pelo neoliberalismo 42

CAPÍTULO 2

INTERESSES DE CLASSE E VALORES MORAIS: UMA RELAÇÃO RACIONAL E IRRACIONAL AOS OLHOS DA SOCIOLOGIA DA MORAL 58

- 2.1 Vida moral dos indivíduos e organização de valores nas classes sociais: Adorno e a experiência sob o capitalismo 62
- 2.2 Mecanismos psicológicos de adesão: um caminho para refletir sobre a adesão das classes subalternas à propaganda da face autoritária do neoliberalismo 67
- 2.3 Sobre o “novo” radicalismo de direita 81
- 2.4 O *habitus*, o habitat e a construção de fronteiras morais 102

CAPÍTULO 3

DA MAROLINHA AO TSUNAMI: DO LULISMO AOS ABALOS NO PROJETO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSE PETISTA 111

- 3.1 As bases sociais do lulismo e as fragilidades internas do projeto 116
- 3.2 Moralidade e relações entre a classe média brasileira tradicional e a nova classe trabalhadora 128
- 3.3 Neoliberalismo, neoconservadorismo e os movimentos religiosos na sociedade e na política do brasileira 147

CAPÍTULO 4

ECOS DO BOLSONARISMO: RETRATO DE JOVENS NUMA ESCOLA PÚBLICA PARAIBANA 166

- 4.1 A escolha do campo de pesquisa 168
- 4.2 Trajetórias metodológicas e a delimitação do objeto 171
- 4.3 Apresentação geral das entrevistas e categorização a partir das respostas 182

CAPÍTULO 5

MAPA DOS VALORES I: AS PERCEPÇÕES SOBRE O BOLSONARISMO 209

- 5.1 Os principais valores 209
- 5.2 As percepções e expectativas gerais sobre Bolsonaro 217

CAPÍTULO 6

MAPA DOS VALORES II: O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DAS IDENTIDADES

246

6.1 Os valores e as preocupações em torno da segurança pública, violência
urbana e impunidade

246

6.2 Valores, identidades e afetos

268

CONCLUSÃO

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

REFERÊNCIAS

290

INTRODUÇÃO

Eu penso que ninguém aguentava mais o que estava aí, precisava de mudança, então a gente nem sabe se vai tirar direito [trabalhista], mas a promessa é de mais emprego, torço para dar certo, todo mundo deveria torcer, é o melhor para o Brasil (Entrevistado 30 /M).

As pessoas estavam cansadas da roubalheira do PT, então escolheram algo novo, mesmo tendo que perder um pouco de direitos. Sabem que vão ganhar em outras coisas, como segurança, mais honestidade, respeito às leis... (Entrevistado 16 /M).

Eu votei pela valorização da família, valores cristãos, sei que ele não decide tudo sozinho, tem que passar por votação, espero que coisas assim como cortes de direitos sejam barradas (Entrevistado 11 /F).

As falas acima são de estudantes de uma escola pública de João Pessoa, Paraíba, entrevistados em 2018, no contexto das últimas eleições presidenciais do Brasil. Esses trechos fazem parte das quarenta entrevistas realizadas de maio a novembro de 2018 com jovens estudantes das camadas populares sobre os projetos políticos em disputa durante as eleições daquele ano. São falas importantes para ilustrar o problema dessa pesquisa: compreender como e quais valores impulsionaram a adesão dos jovens das camadas populares à aspectos do discurso neoconservador e neoliberal, caracterizado nesse momento da política brasileira pelo bolsonarismo.

Ao falarmos “bolsonarismo” estamos nos referindo a um termo que ainda é fruto de debates e disputas no campo acadêmico, mas trataremos aqui como o conjunto de sentidos, valores e ideias políticas associadas a Bolsonaro. Os elementos do bolsonarismo não são novos na política brasileira, no entanto, se busca destacar a reelaboração desses elementos, a partir das lógicas de produção de sentidos neoliberais, do conservadorismo e autoritarismo brasileiros. O bolsonarismo tem sido estudado como um fenômeno situado diante de algumas tradições políticas do país e também no contexto das transformações que o neoliberalismo sofreu após a crise financeira de 2008, apresentando o seu caráter antidemocrático e moralista (FRASER, 2017; DARDOT e LAVAL, 2019; BROWN, 2019). Apesar das dificuldades de um acordo sobre sua definição, o bolsonarismo tem sido apresentado como a aproximação de uma defesa da economia neoliberal com um conservadorismo nos costumes, fundamentado na religiosidade de alguns segmentos cristãos neopentecostais e católicos. A esses aspectos também é somado a defesa do militarismo, a oposição aos Direitos Humanos e a reação às políticas de proteção social, direitos reprodutivos das mulheres e políticas antidiscriminatórias. Contudo, essas características também são comuns ao neoconservadorismo que ascendeu no mundo contemporâneo (FRASER, 2017; DARDOT; LAVAL, 2019; BROWN; 2019; ALMEIDA, 2019; LACERDA, 2019).

Assim, o objetivo dessa tese é mapear os valores morais de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública em João Pessoa, oriundos das classes populares, a fim de compreender como estes jovens articularam os valores que os aproximam de aspectos do discurso bolsonarista: neoliberal, neoconservador, anticorrupção, em “defesa da família” e do “valores cristãos”, favorável à ditadura militar e à tortura, contra o estatuto do desarmamento, contra os direitos trabalhistas, contra os Direitos Humanos, contra o combate à homofobia e demais políticas voltadas a grupos marginalizados.

Há um problema para sociologia no modo como se desenvolveu uma relação entre os mais pobres e os valores morais e econômicos defendidos pelo atual presidente e sua política. O nosso desafio é compreender sociologicamente como um discurso que mesmo atacando¹ os direitos dos trabalhadores e do mais pobres recebeu significativo apoio dos jovens destes segmentos sociais. Sabemos que não é novidade o fato de que as classes dominadas incorporam a visão de mundo da classe dominante. Se lembrarmos das amplas e numerosas discussões marxistas sobre consciência de classe e falsa consciência, somadas à ideia Gramsciana de hegemonia, vemos que se a classe dominante não fosse capaz de apresentar seus interesses como um senso comum naturalizado em toda a sociedade, ela não permaneceria dominante.

No entanto, o que nos interessa nessa adesão dos mais pobres a um discurso abertamente contrário à sua posição social é o papel dos valores nesse processo. Com estas questões postas, tentaremos compreender o conjunto de valores que levaram jovens dos estratos mais prejudicados pelas políticas neoliberais a acreditar que a solução dos conflitos sociais em que vivem viria de um projeto que ameaça direitos trabalhistas e a vida dos segmentos sociais marginalizados. Sabemos que há uma série de mediações que precisam ser analisadas até chegarmos ao ponto de conseguirmos olhar sem estranheza para o fato de que o que as pessoas apresentam em termos de valores parece estar em contradição com os interesses dos segmentos sociais aos quais pertencem.

1 Ver manchete “Bolsonaro diz no JN que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego”, divulgada portal de notícias do Infomoney em agosto de 2018. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-diz-no-jn-que-trabalhador-tera-de-escolher-entre-direitos-e-emprego/>. Último acesso em janeiro de 2021. Nessa mesma reportagem há a fala de Bolsonaro alegando que foi o único a votar contra a PEC das domésticas, que previa direitos trabalhistas e regulamentação do trabalho das empregadas domésticas. Ver também a Manchete da Folha de São Paulo intitulada: “Bolsonaro defendeu esterilização de pobres para combater miséria e crime em discursos e projetos no passado, presidencialável pediu ações para reduzir o número de filhos” de junho de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>. Último acesso em janeiro de 2021. Como estas, há várias outras manchetes e canais de notícias que retratam e reproduzem diversos posicionamentos do atual presidente, mas a partir do título dessas duas é possível ter uma noção de como Bolsonaro se referia/refere aos pobres e a classe trabalhadora do país.

Assim, para desenvolver as discussões desta análise e compreender os valores que orientam a experiência moral desses jovens, seguiremos o seguinte caminho de organização da tese:

No Capítulo I, pretendemos compreender a relação da crise mundial do capitalismo de 2008 com as transformações econômicas, políticas e sociais das democracias liberais no mundo. Tendo como ponto central dessas transformações o fortalecimento, em termos de adesão social e organização institucional, de forças de direita e extrema direita por dentro das instituições políticas das democracias liberais (FRASER, 2017; DARDOT e LAVAL, 2019; BROWN, 2019). Essas forças defendem e disseminam uma gramática moral conservadora reelaborada e essencial para obscurecer do debate político as estruturas das desigualdades sociais necessárias e aprofundadas pela e para lógica de acumulação de riquezas do capital.

No lugar de justiça social, combate às desigualdades, busca por equidade, essa nova gramática moral prioriza valores individualizantes e um ideal de liberdade despreocupado com o social, que tem legitimado e inspirado a extrema direita a mobilizar um discurso de liberdade para justificar as exclusões e violações do neoliberalismo (BROWN, 2019). Diante disso, buscamos desenvolver uma discussão sobre as raízes dos valores neoliberais, a partir de alguns teóricos (FRASER, 2017; DARDOT e LAVAL, 2019; BROWN, 2019) dedicados ao estudo desse modelo econômico e de suas contribuições para a compreensão dessa relação entre a crise financeira e a radicalização dos valores conservadores que têm revelado o caráter autoritário dessa nova gramática moral de justificação do neoliberalismo.

No Capítulo 2, trazemos uma discussão da produção de valores morais sob o capitalismo, orientada pela fundamentação da personalidade autoritária nos estudos da teoria crítica de Adorno e Horkheimer (1973; 1982; 1993) em diálogo com a psicanálise. Essa discussão nos permite refletir sobre os mecanismos psicológicos capazes de conduzir os sujeitos a defender interesses que lhes prejudicam. Discutiremos também sobre os aspectos do novo radicalismo de direita observados por Adorno (2020) na nova direita que se fortalecia na Alemanha na década de 1960. Nessa análise o autor coloca a dinâmica de acumulação do capital como o estopim do radicalismo da época, que ecoa no radicalismo atual. O que é importante para as análises dos dados dessa pesquisa, uma vez que há traços desse radicalismo na extrema-direita brasileira e também nos discursos dos entrevistados.

Além dessa abordagem macrosociológica da moral, esse capítulo traz uma discussão voltada para os aspectos de uma microsociologia da moral (LAMONT, 2000; SAYER, 2005a; 2005b), que nos fornece ferramentas para apreender como esses processos de produção de valores se dá na interação social cotidiana. Ou seja, discutimos como apreender a incorporação

dos valores dominantes por parte das classes dominadas e, principalmente, como entender os mecanismos responsáveis pela incorporação de valores morais aceitáveis (um ideal de vida digna) que pode lhes garantir maior status social. Assim, foi importante seguir um desenho de pesquisa que nos permite perceber como os indivíduos estabelecem fronteiras morais entre eles e (quem eles consideram) os outros (LAMONT, 2000). Entendemos que a união desses modelos teóricos e metodológicos nos ajudará a compreender o processo em que os mais pobres são levados a defender um sistema de privilégios que lhes exclui.

Considerando o exposto, no terceiro Capítulo, apresentaremos uma contextualização histórica da política recente do Brasil, na tentativa de compreender como essas transformações econômicas, sociais e políticas – provocadas pela crise do neoliberalismo e sua reelaborada gramática de justificação – se refletiram na experiência brasileira e foram interpretadas por alguns intelectuais do país. Essa discussão se dá, principalmente, através do debate gerado em torno da tese da “nova classe média” (NERI, 2008;2011). Para alguns intelectuais (SOUZA, 2010;2012; 2018; POCHMANN, 2012; SINGER, 2012, BRAGA, 2016; CHAUI, 2016) que compreenderam que o processo de inclusão dos mais pobres teria promovido o surgimento de novos trabalhadores tutelados pelo quadro de valores do neoliberalismo: individualismo, competitividade, precarização, flexibilização; etc. Essa contextualização é importante por discutir os eventos políticos e sociais que culminaram no cenário atual - onde a política de união entre valores neoliberais e neoconservadores chegou à presidência ameaçando direitos sociais desde a campanha.

O Capítulo 4 traz um relato da pesquisa de campo, a trajetória metodológica e uma apresentação inicial dos dados socioeconômicos e do perfil dos entrevistados. No Capítulo 5 é apresentado um mapa dos principais valores e preocupações que orientam as interpretações dos pesquisados sobre a política naquele momento. Nesse mapa, o problema da corrupção, da violência e da “falta de respeito” foram indicados como os principais problemas do Brasil. Ainda, os valores “respeito” e “honestidade” aparecem como os articuladores principais da gramática moral que organiza os sentidos da vida e da política na percepção dos entrevistados.

O Capítulo 6 traz os dados que indicam como os pesquisados reagiram aos temas específicos que centralizaram o debate daquela disputa eleitoral (agenda neoliberal e neoconservadora). São tratadas questões de segurança pública e outras que envolvem a “defesa de valores e respeito”, como por exemplo: Direitos Humanos, impunidade, direitos reprodutivos das mulheres, direitos sociais dos grupos marginalizados como negros e comunidades LGBTQIA+.

CAPÍTULO 1

Neoliberalismo: crise, moralismo e autoritarismo

Esse capítulo tem por objetivo contextualizar e localizar o problema da pesquisa – os valores que impulsionaram a adesão dos jovens das camadas populares à aspectos do discurso neoconservador caracterizado e representado nesse momento da política brasileira pelo que se tem chamado de bolsonarismo – no contexto global de transformações econômicas, políticas e sociais das democracias liberais, após 2008.

Temos assistido, nos últimos anos, forças da direita e extrema direita alcançando o poder nas democracias liberais pelo mundo: ascensão neonazista no parlamento alemão; o *Brexit*² orientado, sobretudo, não apenas pela xenofobia, mas pelo que alguns estudiosos (CORTINA, 2020) tem chamado de aporofobia, que de modo geral significa aversão aos pobres, aos imigrantes pobres, pois turistas ricos são muito bem aceitos, enquanto pessoas pobres são impedidas de ultrapassar fronteiras, são odiadas quando conseguem e acusadas, entre muitas coisas, de roubar postos de empregos. Além disso, há ainda a ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia; neofascistas no parlamento italiano; autoritarismo no Leste Europeu e na Turquia; Trump e o trumpismo nos Estados Unidos; no Brasil, Bolsonaro e o bolsonarismo. Esse conjunto de fenômenos demonstra que há algo importante acontecendo. Líderes que, ao mesmo tempo, defendem uma agenda reacionária na esfera dos costumes e, dentre outras coisas, trazem em seus discursos a defesa de redução ou extinção de direitos trabalhistas vêm obtendo apoio entre as classes populares.

Grupos autodeclarados de direita e extrema direita, que há tempos não ocupavam importantes posições na institucionalidade de democracias liberais, têm galgado vitórias e apoio social, seja na internet, nas ruas e nas instituições. A relação da ascensão destes grupos com a recente crise do capital financeiro e, principalmente, com o conjunto de valores mobilizados nesse processo é o que nos interessa aqui. Assim, é primordial a análise das falas dos nossos entrevistados³ que, apesar de suas especificidades, trazem muito dos elementos que são característicos dessa direita atual em ascensão pelo mundo, como por exemplo: desprezo ao Estado como provedor de seguridade social; defesa da agenda neoliberal; moralismo e conservadorismo cristão; defesa idealista da “família tradicional”; ódio aos movimentos sociais e conquistas de direitos de mulheres, LGBTQIA+ e de negros; ataque aos direitos humanos;

² Abreviação para “British exit”, processo de saída do Reino Unido da União Europeia, iniciado em 2017 e concluído em 2020, medida político-econômica justificada pelos efeitos da crise econômica de 2008.

³ Essas falas estão expostas e analisadas nos Capítulos 4, 5 e 6.

louvor ao militarismo e autoritarismo; negação da ciência; desprezo pelos intelectuais; revisionismo histórico, entre outros elementos.

Sabemos que há muitas teorias e intelectuais que buscam compreender a ascensão desses grupos e líderes de direita e extrema direita, assim como o apoio que recebem – sobretudo a partir da constatação de uma assim chamada *crise das instituições democráticas liberais* (CASTELLS, 2018) ou *uma crise da democracia de forma geral, para os que demonstram entender que toda democracia é liberal ou que todo liberalismo é democrático* (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019; entre outros). Contudo, visando os objetivos deste trabalho, optamos por algumas abordagens que tratam diretamente da relação entre a crise do capital de 2008 e as transformações do neoliberalismo que se aprofundaram após essa crise. É preciso entender o processo de diluição de uma fachada liberal e democrática, dando margem de ação e eventual consolidação de grupos autoritários e conservadores. Focaremos em abordagens que compreendem o neoliberalismo como uma razão que ultrapassa a esfera econômica, produzindo sujeitos e disseminando uma cultura e visão de mundo neoliberais, discutindo, portanto, o próprio conceito de neoliberalismo, suas políticas, sua racionalidade e suas práticas. Para tanto, a primeira parte deste capítulo contaremos, fundamentalmente, com as contribuições de Nancy Fraser (2015; 2017), Dardot e Laval (2016; 2019) e Wendy Brown (2019), para apresentar os termos do debate aqui desenvolvido.

Na segunda parte do capítulo discutiremos, a partir de Brown (2019), sobre como a razão neoliberal, em nome de um determinado ideal de liberdade, suprime as ideias de social e de político, mostrando assim com mais clareza a sua incompatibilidade com os princípios democráticos. Na terceira parte, ainda a partir de Brown (2019), discorreremos sobre o processo pelo qual o neoliberalismo instrumentaliza os valores morais, através da expansão da esfera familiar e privada no âmbito público somada à privatização econômica e ao ideal de liberdade neoliberal que consiste em se dissociar de sentidos de *bem comum*. Dessa forma, valores e interesses religiosos e familiares particulares são levados para legislação estatal, o que Brown nos leva a compreender que é resultado de um niilismo e de ressentimentos causados pela ideia de ameaça de destronamento da masculinidade branca e heteronormativa cristã. Acreditamos que esse quadro de reflexões é indispensável para situar o nosso problema de pesquisa e analisar os nossos dados diante do contexto mundial das transformações do neoliberalismo e das democracias liberais.

1.1 O mundo e a crise do capitalismo de 2008

Como indicado acima, o recorte que faremos para discutir os acontecimentos que resultaram, dentre outras coisas, na falência do banco americano Lehman Brothers⁴ em 2008 – e na desestabilização das bolsas de valores e políticas econômicas de vários países, configurando a mais atual crise do capitalismo –, se dará a partir das reflexões realizadas por Nancy Fraser (2015; 2017), Dardot e Laval (2016; 2019) e Wendy Brown (2019). Tais autores fornecem uma leitura da crise do neoliberalismo que permite enxergá-la para além de uma questão meramente econômico-financeira, nos conduzindo também a observar a interligação da crise com valores morais e com o conservadorismo autoritário que se acentuou nas democracias liberais atuais.

Sabemos que, embora exista um debate substancial na literatura acadêmica sobre o neoliberalismo, este não tem uma definição estabelecida, o que não invalida seu poder de criar mundos. Segundo Brown (2019), o neoliberalismo com suas ideias, políticas, instituições e racionalidade, somadas à financeirização (sua criação) moldaram a história mundial contemporânea de forma profunda. A autora lembra que o termo neoliberalismo apareceu no colóquio Walter Lippmann em 1938, na ocasião de uma reunião entre acadêmicos que formularam o alicerce político e intelectual do que, dez anos depois, se tornaria a sociedade Mont Pèlerin – fundada na reunião de um grupo de economistas e outros intelectuais, organizada por Friedrich Hayek em 1947, onde discutiram, formularam e difundiram as doutrinas econômicas e políticas neoliberais. A cada década, a sociedade Mont Pèlerin ganhava mais e mais congregados (BROWN, 2019, p. 28).

O neoliberalismo é associado a uma série de políticas que privatizaram os serviços públicos e empresas estatais, reduziram de maneira radical o Estado de bem-estar social, desestruturaram a organização do trabalho e os sindicatos dos trabalhadores, mitigaram os direitos trabalhistas, desregularam o capital e ofereceram redução de impostos e tarifas para investidores estrangeiros. Brown recorda que essas eram as políticas impostas no Chile por Augusto Pinochet e os “Chicago Boys”, seus assessores em 1973, e logo depois foram espalhadas pela América do Sul: “muitas vezes impostas pelo Fundo Monetário Internacional na forma de mandatos de ajuste estrutural vinculados à reestruturação dos empréstimos e da dívida” (*Ibidem*, p. 29).

⁴ Banco estadunidense sediado em Nova Iorque focado em investimento e prestação de serviços financeiros em geral. Possuía abrangência mundial, mas tinha no tesouro estadunidense seu principal cliente, com destaque às transações no mercado mobiliário.

As políticas iniciadas no Hemisfério Sul se estenderam ao Norte. No fim dos anos 1970, Margaret Thatcher e Ronald Reagan implementaram políticas neoliberais quando apostaram na desregulamentação do capital, no combate ao trabalho organizado, na privatização de bens e serviços públicos e na redução dos tributos e recolhimento do Estado Social. Essas políticas rapidamente alcançaram a Europa Ocidental e o colapso do Bloco Soviético nos anos 1980 foi resultado da transição do socialismo de Estado para o capitalismo neoliberal em menos de meia década em parte significativa da Europa Oriental (BROWN, 2019, p. 29).

Brown argumenta que uma análise do neoliberalismo fundamentada em uma abordagem neomarxista coloca esse modelo como um ataque oportunista dos capitalistas aos Estados de bem-estar Keynesianos, às social-democracias e aos socialismos de Estado. De acordo com a autora, para os neomarxistas, o neoliberalismo foi projetado para acabar com as expectativas da classe trabalhadora, tanto no mundo desenvolvido, quanto nas regiões recém descolonizadas, uma vez que o modelo nivelou por baixo os salários e as condições de trabalho quando liberou o capital para a procura de mão de obra barata, recursos e paraísos fiscais ao redor mundo inteiro. Isso gerou o estabelecimento de “padrões de vida mais baixos para as populações da classe trabalhadora e da classe média no Norte global, exploração contínua e limitações à soberania popular, acompanhadas por um desenvolvimento (desigual) no Sul Global” (*Ibidem*, p.30). Não há dúvidas que há verdades nessa abordagem, mas será que ela é capaz de alcançar toda a complexidade dos problemas causados pelo neoliberalismo?

Para complementar a análise neomarxista do neoliberalismo, Brown mobiliza o conceito de “reprogramação do liberalismo” de Michel Foucault, tentando oferecer uma caracterização diferente ao significado, objetivo e propósito do neoliberalismo. A autora lembra que, no curso *Collège de France* de 1978 a 1979, Foucault se referiu ao neoliberalismo como uma nova racionalidade política que tem um alcance bem além da política econômica e do fortalecimento do capital. Dessa forma, *essa racionalidade toma os princípios de mercado e os transforma em princípios de governo postos em prática pelo e no Estado* e percorrem por toda sociedade a partir de instituições e entidades como escolas, locais de trabalho, clínicas, etc.:

Esses princípios tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo economicus*, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) em um sujeito da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo) (*Ibidem*, p. 31).

Além disso, na visão de Foucault em relação à formulação das bases neoliberais, os mercados competitivos precisam de suporte político e por isso de uma nova maneira de “*governamentalização*” do Estado. Nessa nova racionalidade governamental, ao mesmo tempo em que todo o governo é para os mercados e orientado pelos fundamentos de mercado, os

mercados devem ser formulados, alicerçados, ancorados, possibilitados e até resgatados, quando em apuros, por instituições políticas. Duas são as características da racionalidade neoliberal na teorização de Foucault: (1) a formulação dos princípios de mercado como princípios de governo onipresentes e (2) o próprio governo rearticulado para servir aos mercados. Essas características separam a racionalidade neoliberal do liberalismo econômico clássico e constroem uma nova programação da forma liberal de governar que se instala em todas as esferas, “empreendedorizando o sujeito, convertendo trabalho em capital humano e reposicionando e reorganizando o Estado” (BROWN, 2019, p. 31).

Dessa forma, Brown coloca que para os foucaultianos, mais importante do que um novo início do capitalismo pelo neoliberalismo, seria a mudança radical dos valores, orientações, dos princípios de realidade que organizam ou regem a conduta nas ordens liberais. Os dois tipos de abordagem do neoliberalismo – neomarxista e foucaultiana – são utilizadas por Brown, assim como, em alguma medida, por Dardot e Laval e por Nancy Fraser para analisar a crise do neoliberalismo e suas consequências políticas, sociais e econômicas. Essas abordagens são indispensáveis para os objetivos deste trabalho por detalhar de diferentes ângulos os pontos de interseção entre o neoliberalismo e valores morais, articulados nas formas de conservadorismo e autoritarismo. Estas abordagens não são opostas ou redutíveis a uma compreensão materialista contra uma ideacional do poder e da transformação histórica, distante disso, elas apresentam diferentes aspectos das mudanças que o neoliberalismo tem provocado nos últimos quarenta anos:

A abordagem neomarxista tende a se concentrar nas instituições, políticas, relações e efeitos econômicos, negligenciando os efeitos de longo alcance do neoliberalismo como forma de governar a razão política e a produção de sujeitos. A abordagem foucaultiana enfoca princípios que orientam, orquestram e relacionam o Estado, a sociedade e os sujeitos, e acima de tudo, o novo registro de valor e valores do neoliberalismo, mas pouco atenta aos novos e espetaculares poderes do capital global que o neoliberalismo anuncia e edifica. Aquela coloca o neoliberalismo como o que inaugura um novo capítulo do capitalismo e gera novas forças, contradições e crises. Esta revela como governos, sujeitos e subjetividades são transformadas pela remodelação neoliberal da razão liberal; considera o neoliberalismo como revelador de como o capitalismo não é singular e não segue sua própria lógica, mas é sempre organizado por formas de racionalidade política (BROWN, 2019, p. 32).

Com estas questões mais gerais colocadas, partiremos para as contribuições mais pontuais dos autores. Começando por Nancy Fraser que revisita as contribuições de Karl Polanyi (2004) em *A grande transformação* e sua observação de que, ao se reproduzir, a economia capitalista esgarça as próprias condições de existência, diluindo os limites entre a esfera econômica e as outras esferas sociais (da reprodução social, do meio ambiente, do poder político) a qual o próprio sistema capitalista precisa para poder existir. Em termos mais diretos, o capitalismo precisa da sociedade e da natureza para ser um sistema econômico funcional, mas

esse sistema econômico consome e degrada a sociedade e a natureza de uma maneira que pode prejudicar o seu próprio funcionamento (FRASER, 2015, p.706).

O aprofundamento sistemático desse esgarçamento dos limites entre o âmbito econômico e não econômico, sobretudo das fronteiras entre Estado e mercado, se confunde com a história do neoliberalismo. Essa concepção de Polanyi, ao mostrar que o capitalismo ultrapassa a esfera econômica e depende, organiza e preda as esferas não-econômicas da sociedade, nos permite olhar para a crise de 2008 não apenas como uma crise do sistema financeiro, mas “como um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 7). Ou como uma crise estrutural de “uma ordem social institucionalizada” (FRASER, 2015, p. 719) que se traduz na maneira historicamente particular de separar (ou não) economia de organização política, produção de reprodução da ordem social e natureza humana de não-humana (*Ibidem*, p. 722).

Ao pensar na crise de 2008 e seus desdobramentos como uma crise geral ou estrutural multifacetada que compreende as vertentes política, econômica, social e ambiental, Fraser (2017) pontua acontecimentos importantes na política econômica dos Estados Unidos, que contribuíram para a ruptura de parte significativa dos cidadãos americanos com um ideal de modelo que a autora chamou de *neoliberalismo progressista*, caracterizado pela aliança entre as principais correntes liberais de movimentos sociais (feministas, negros, ambientalistas, LGBTQIA+, etc.), com setores financeiros da economia dos Estados Unidos (Wall Street, Vale do Silício e Hollywood), representados pelo partido democrata. Assim, a ruptura de parte dos cidadãos com esse modelo abriu espaço para o conservadorismo autoritário representado pela figura de Donald Trump:

A crise política não pode ser entendida independente dos obstáculos aos quais ela está reagindo em outras instituições ostensivamente não políticas. Nos Estados Unidos, esses obstáculos incluem a metaestatização das finanças; a proliferação de empregos precários no setor de serviços, como aqueles no McDonald's; o inchamento da dívida dos consumidores para permitir: a compra de produtos baratos produzidas alhures; o crescimento simultâneo das emissões de carbono, de condições climáticas extremas e do negacionismo climático; o encarceramento racializado em massa e a violência policial sistêmica; e o crescimento do estresse na vida familiar e comunitária, graças, em parte, ao prolongamento das horas de trabalho e à diminuição dos auxílios sociais. Juntas, essas forças vinham esmagando nossa ordem social há algum tempo sem produzir um terremoto político. Agora, no entanto, todas as apostas estão encerradas. Na rejeição generalizada atual da política, como de costume, uma crise objetiva e sistêmica encontrou sua voz política subjetiva. A vertente política da nossa crise geral é uma crise de hegemonia (*Ibidem*, p.45).

Esse fragmento ilustra as relações de dependência entre as questões econômicas e não-econômicas que possibilitam o funcionamento do capitalismo, e mostra a dinâmica do esgarçamento dos limites entre as esferas econômicas e não econômicas da sociedade pelo

próprio capitalismo. Quando trata dos empregos precários, das diminuições de auxílios sociais, da violência policial, do encarceramento racializado, do prolongamento das horas de trabalho e como isso reflete no estresse familiar, a autora apresenta a dependência que a produção capitalista tem da reprodução da ordem social e como, ainda assim, o capitalismo degrada a esfera da reprodução. Ou seja, Fraser está se referindo ao rompimento das fronteiras entre produção capitalista e reprodução da ordem social.

O mesmo acontece quando são discutidas as condições climáticas extremas e os danos que a produção capitalista está causando ao meio ambiente, que lhe fornece recursos essenciais para a existência. Nesse caso, Fraser se refere à diluição dos limites entre economia e natureza, ou natureza humana e não-humana. Por último, quando a autora cita o aumento da dívida dos consumidores, a *metaestatização das finanças*, está se referindo a rompimento de limites entre política e economia, indicando que o capitalismo precisa da política para funcionar, mas esgarça as relações com ela. Nesse sentido, o fragmento acima, para além de mostrar de forma abrangente e na prática o que significa o capitalismo esgarçar as fronteiras entre a esfera econômica e não-econômicas da sociedade, ou, em outras palavras, o que significa dizer que o capitalismo ao se reproduzir preda suas condições de funcionamento, também mostra o caminho desenhado pelo colapso do capitalismo em 2008 e seus desdobramentos em eventos políticos, sociais e econômicos, abrindo espaço para os mecanismos e valores que possibilitaram a ascensão de Donald Trump.

O grupo que se encontrava no poder não tem mais a confiabilidade de parte da população, que não acredita mais que a política possa tirá-la da crise. Assim, surge possibilidades para que um bloco “contra-hegemônico” apareça como opção. Quando Fraser trata de hegemonia, usa a concepção de Gramsci para explicar o processo em que uma classe dominante estabelece sua dominação instaurando os elementos de sua própria visão de mundo como o senso comum de toda uma sociedade. Conforme a autora, Trump é o “garoto propaganda” desta crise de hegemonia e para compreender a sua ascensão é necessário esclarecer as condições que permitiram isto, identificando a visão de mundo que o trumpismo constituiu. Desse modo, Fraser retorna à teorização de Gramsci e o conceito de bloco hegemônico: uma união de forças sociais distintas que a classe dominante organiza e é a partir dela que fundamenta sua liderança. Para desafiar esse bloco, as classes dominadas devem construir um outro senso comum ainda mais persuasivo ou “contra- hegemônico” e uma aliança política ainda mais poderosa ou “bloco contra-hegemônico” (FRASER, 2017, p. 45).

A autora soma às ideias de Gramsci as ideias de distribuição e reconhecimento, para explicar que todo bloco hegemônico introjeta uma série de concepções em relação ao que é

justo e certo e o que não é, e lembra que desde o século passado a hegemonia capitalista foi construída unindo dois aspectos diferentes de direito e justiça, sendo um em torno da distribuição e outro do reconhecimento:

O aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente renda. Este aspecto fala sobre a estrutura econômica da sociedade e, ainda que obliquamente, às suas divisões de classe. O reconhecimento expressa um senso de como a sociedade deve atribuir respeito e estima, as marcas morais do deleito de associação e do pertencimento. Focado na estrutura de status da sociedade, este aspecto refere-se às suas hierarquias de status (FRASER, 2017, p. 45).

Fraser defende que juntos – distribuição e reconhecimento – formam os elementos normativos fundamentais pelos quais as hegemonias são edificadas. Somando essas ideias às de Gramsci, a autora afirma que o que fez Trump e o trumpismo acontecer foi o colapso de um bloco hegemônico que o antecedeu, o colapso do “neoliberalismo progressista”, e a falta de crédito em suas lógicas normativas distintivas de distribuição e reconhecimento. Em outras palavras, a ascensão do trumpismo não significou um golpe no neoliberalismo, mas sim um novo arranjo neoliberal que rompeu com o progressismo. Os estadunidenses, ao optar por Trump em 2016, não se desfizeram do neoliberalismo, mas sim do neoliberalismo progressista que tolera a diversidade, o multiculturalismo, liberdades individuais, empoderamento das mulheres, direitos civis e sociais da população LGBTQIAP+, entre outras questões do campo progressista, porém, ainda assim seguindo a dinâmica de predação que o capitalismo tem em relação às esferas que garantem o seu funcionamento.

Acerca do caminho do colapso da hegemonia do “bloco progressista-neoliberal”, Fraser retoma às políticas do período Reagan e implementadas por Bill Clinton: “o desmantelamento das barreiras e proteções para a livre circulação do capital; a desregulamentação dos bancos e bolhas das dívidas predatórias; desindustrialização, enfraquecimento dos sindicatos e propagação de trabalho precário e mal remunerado” (*Ibidem*, p. 46). A autora afirma que essas políticas abalaram os padrões de vida das classes trabalhadores e médias, enquanto transferiam riquezas, sobretudo, para a parcela mais rica da sociedade – os 1% mais ricos do mundo –, mas também às classes profissionais superiores em cargos gerenciais.

Estas políticas caracterizam a “financeirização”, ou capitalismo financeirizado, que é *resultado da combinação de uma agenda econômica “expropriativa e plutocrática” com uma política “liberal-meritocrática de reconhecimento”*⁵, tendo um “componente distributivo

⁵ Redução da igualdade à meritocracia que para atingir uma ordem de status “justa”, não aboliu hierarquias sociais, mas as “diversificou”, dando poder a mulheres, negros, lgbs “talentosos” para que “chegassem ao topo” e fossem vistos como “indivíduos merecedores de grupos sub-representados”, que teriam entre eles os que “conseguiriam chegar lá”, mas nada garantia que o restante do grupo (números significativos de negros, mulheres, gays) saíssem do andar de baixo, uma vez que os principais beneficiários dessa forma de reconhecimento já eram os que já possuíam capital social, cultural e econômico (FRASER, 2017, p. 47).

neoliberal”, que objetivava diminuir a intervenção do Estado sobre o mercado e diminuir os impostos e os gastos para as classes que controlavam esse bloco, que visavam liberalizar e globalizar a economia capitalista. Fraser explica também que o “neoliberalismo progressista” teve, para se tornar hegemônico, de derrotar o que ela chama de “neoliberalismo reacionário”, representado principalmente pelo partido republicano que, diferente dos progressistas, articulou uma lógica distinta de redistribuição e reconhecimento, unindo uma política “neoliberal de distribuição” com uma política “reacionária de reconhecimento”:

Embora afirmando promover os pequenos negócios e a manufatura, o verdadeiro projeto econômico do neoliberalismo reacionário estava centrado no apoio às finanças, à produção militar e à energia extrativa, tudo para beneficiar, sobretudo, os 1% global. O que supostamente deveria tornar isso palatável para a base que eles buscavam criar era uma visão excludente de uma ordem de status justa: etnacional, anti-imigrante e pró-cristã, se não abertamente racista, patriarcal e homofóbica. (FRASER, 2017, p. 49).

Na leitura de Fraser, essa união de uma política neoliberal de distribuição com uma política reacionária de reconhecimento possibilitou a coexistência entre evangélicos, brancos sulistas, americanos rurais e parte da classe trabalhadora branca descontentes por duas décadas (embora nem sempre de maneira confortável) com libertários, banqueiros, câmara de comércio, capitalistas de riscos, especuladores, entre outros. Para a autora, em termos de economia política, os dois tipos de neoliberalismo “progressista” e “reacionário” não são muito diferentes, pois ambos apoiam o livre comércio, baixos impostos para as grandes corporações, redução dos direitos trabalhistas, primam pelos interesses dos acionistas, pela desregulamentação financeira.

Os dois blocos (progressista e reacionário) elegeram líderes que visam barganhas com a finalidade de cortar direitos. As diferenças principais entre eles situam-se no âmbito do reconhecimento, não da distribuição. A autora pontua que em vinte anos de hegemonia neoliberal progressista, os grupos mais afetados com as políticas neoliberais de desregulamentação, desindustrialização, de retirada de direitos trabalhistas, não obtiveram apoios de nenhum dos dois blocos. Pois, os neoliberais entendem que os setores que sustentavam estes grupos não eram competitivos e dependiam da “correção do mercado”, principalmente se tratando das comunidades que dependiam da manufatura, que eram vistos como uma cultura ligada ao passado, “a valores obsoletos e paroquiais que logo desapareceriam em uma nova desregulamentação cosmopolita” (*Ibidem*, p. 50).

Nesse contexto, Trump constituiu a sua base de apoio em volta da oposição entre as duas versões do neoliberalismo, que, como já mencionado, se diferenciam fundamentalmente pelo aspecto do reconhecimento. Para Fraser, uma vez que nenhum dos dois grandes blocos hegemônicos falou por determinados segmentos do eleitorado americano, vitimados pela

financeirização e globalização corporativa, abriu-se uma lacuna que poderia ter sido preenchida por políticas anti-neoliberais e em prol da classe trabalhadora. Esperança que alguns nutriram com a chegada de Barack Obama à Presidência. No entanto:

Em vez disso, ele confiou a economia às próprias forças de Wall Street que quase a destruíram. Definindo o objetivo como “recuperação” em oposição à reforma estrutural, Obama despejou enormes somas em planos de salvamento de bancos que eram “grandes demais para quebrar”, mas ele não conseguiu fazer nada remotamente comparável para as vítimas deles: os dez milhões de americanos que perderam suas casas em execuções hipotecárias durante a crise. A única exceção foi a expansão da assistência médica através do Affordable Care Act, que forneceu um real benefício material para uma parte da classe trabalhadora dos EUA. (FRASER, 2017, p. 51).

Obama se esforçou para manter o *status quo* do neoliberalismo progressista, apesar de sua impopularidade que crescia a cada dia. Fraser aponta o movimento *Occupy Wall Street* de 2011 – movimento que reuniu milhares de americanos descontentes com o sistema político pelas praças dos Estados Unidos, falando em nome dos “99 por cento” que não faziam parte do 1% mais rico – como uma outra possibilidade desperdiçada dos blocos hegemônicos neoliberais com políticas anti-neoliberais.

Os manifestantes do *Occupy* denunciavam “um sistema que pilhou a grande maioria a fim de enriquecer o um por cento do topo” (*Ibidem*, p.52). Pequenos grupos de manifestantes atraíram grande apoio em seus protestos, entre sindicatos, estudantes endividados, famílias de classe média em apuros e o “crescente precariado”. Porém, ao invés de uma possibilidade de transformação política e econômica real, os efeitos políticos desse movimento se perderam, servindo principalmente para reeleger Obama, pois, conforme Fraser destaca, “foi adotando a retórica do movimento que ele ganhou apoio de muitos que iriam votar em Trump em 2016” (*Ibidem*).

No segundo mandato Obama não houve mudanças significativas para os segmentos prejudicados pela financeirização e o descontentamento aumentou de forma que na campanha presidencial de 2016 os dois principais blocos políticos aparentaram entrar em colapso:

Do lado republicano, Trump, fazendo campanha com temas populistas, derrotou com facilidade (como ele continua a nos lembrar) seus dezesseis rivais infelizes nas primárias, incluindo vários escolhidos a dedo pelos chefes políticos e principais doadores. No lado democrata, Bernie Sanders, um autoproclamado socialista democrático, montou um surpreendente e sério desafio à sucessora ungida por Obama, que teve de usar cada truque e alavanca do poder partidário para afastá-lo. Em ambos os lados, os scripts habituais foram postos de pernas para o ar na medida em que um par de outsiders ocuparam a lacuna hegemônica e passaram a preenchê-la com novos “memes” políticos (*Ibidem*).

Segundo Fraser os dois, Trump e Sanders, dariam continuidade a política de distribuição neoliberal, mas tinham grandes diferenças em suas políticas de reconhecimento. Sanders falava em “economia manipulada” em tom universalista e igualitário. Trump fazia a mesma coisa, mas em tom de nacionalismo e protecionismo e, nas palavras de Fraser, “apostando em tropos

excludentes e antigos, ele transformou o que tinha sido “mero” ladrar de cães em explosões de urros de racismo, misoginia, islamofobia, homo e transfobia e sentimento anti-imigrante” (FRASER, 2017, p. 53). O perfil da classe trabalhadora que se atraía por essa retórica era masculino, cristão, heterossexual, branco, trabalhador da construção, indústria e mineração. Já o perfil da classe trabalhadora que apoiava Sanders era mais abrangente com operários de fábricas, trabalhadores do setor de serviços e setores públicos, mulheres, imigrantes, negros.

Para Fraser os dois *outsiders*, Sanders e Trump, esquematizaram um novo senso comum, cada um à sua maneira prometendo novas políticas de distribuição – sendo uma reacionária: um grande muro na fronteira com o México que resultaria no início de grandes gastos em infraestrutura que gerariam novos empregos para os americanos); outra progressista: “reforma da justiça criminal, mais assistência médica, justiça reprodutiva, mais ensino superior gratuito, mais direitos LGBTs, mais desmembramento dos grandes bancos” (*Ibidem*, p. 54).

No entanto, a autora observou que com a derrota de Sanders para Hillary Clinton dentro do partido democrata, sua promessa de política progressista de distribuição saiu de cena. Observou também que a promessa de política reacionária de distribuição de Trump, se desintegrou após a sua vitória sobre Hillary:

O novo presidente ativou a velha expressão iscar e trocar, abandonando as políticas distributivas populistas que sua campanha havia prometido [...] falhou ao não avançar nem um milímetro para controlar Wall Street. Trump também não deu um único passo sério para implementar projetos de infraestrutura pública criadores de empregos em larga escala; seus esforços para incentivar a indústria foram limitados a exibições simbólicas de ameaças e alívio na regulamentação para o carvão, cujos ganhos se revelaram em grande parte fictícios. E longe de propor uma reforma do código tributário cujos principais beneficiários seriam famílias da classe trabalhadora e da classe média, ele assinou a versão republicana padrão, projetada para canalizar mais riqueza para o um por cento mais rico (incluindo a família Trump). Como este último ponto atesta, as ações do presidente na frente distributiva incluíram uma forte dose de capitalismo de compadrio e auto negociação (*Ibidem*).

Descumprindo as promessas de sua política de distribuição, Trump apostou na política reacionária de reconhecimento e protagonizou uma longa lista de desrespeito pela diversidade em apoio às hierarquias vigentes. As promessas de distribuição da campanha desapareceram, mas restou o que Fraser chamou de “política hiper-reacionária de reconhecimento” e o resultado disso é um *neoliberalismo hiper-reacionário*, que segue mantendo uma política de distribuição voltada para o 1% mais rico, mas com uma crescente intolerância com as minorias políticas. A autora não compreende o *neoliberalismo hiper-reacionário* de Trump como um novo bloco hegemônico consolidado, por ser, segundo ela, caótico, instável e frágil tanto pela psicologia pessoal de Trump, seu representante atual, quanto pela sua dependência do Partido Republicano que não conseguiu se reafirmar no controle desse bloco. Fraser não espera também que um

“neoliberalismo progressista” reavivado seja futuramente um novo bloco hegemônico seguro, uma vez que também se desgastou.

A autora entende que nenhum dos dois blocos estejam em condições de moldar um novo senso comum e pontua que nenhuma versão do neoliberalismo pode ter sucesso na resolução dos problemas que alicerçam essa crise de hegemonia, tendo em vista que as duas estão de acordo com as finanças globais e dificilmente desafiaram a financeirização, desindustrialização e globalização corporativa. Tampouco podem reparar os padrões de vida em queda das classes médias e trabalhadora e o endividamento contínuo, ou as mudanças climáticas. Assim, para Fraser, recolocar qualquer uma das formas de neoliberalismo no poder significa intensificar a crise que persiste.

Enquanto não há uma hegemonia segura, estaremos diante da instabilidade da crise política. Para caracterizar esse diagnóstico de instabilidade perene enquanto o neoliberalismo (seja de qual tipo) for mantido, novamente Fraser recorre a Gramsci: “o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece” (GRAMSCI *apud* FRASER, 2017, p. 57). Assim, a crise atual seria parte de uma grande variedade de permanências insepultas de uma ordem econômica, política e social que está se desintegrando, mas não morreu e não permite o nascimento de uma nova ordem enquanto resiste.

Com o exposto, vemos que a crise de 2008 pode ser interpretada mais como um rearranjo da direção do neoliberalismo para um “hiper-reacionarismo”, que de fato um golpe no modelo neoliberal, tendo em vista que esse rearranjo rompeu com o neoliberalismo progressista e foi marcado pela ascensão dos governos conservadores, não apenas nos Estados Unidos, como em outros países, sobretudo, no Brasil. Seguindo por um caminho parecido, Dardot e Laval (2019), ao elaborarem os termos da *anatomia do novo liberalismo*, pontuam que o que eles definem como significado de neoliberalismo não trata apenas de políticas econômicas financeiras ou de austeridade, mas aborda, principalmente, uma racionalidade política que se alastrou mundialmente e se ocupa de impor, através dos governos, no Estado, economia e sociedade, a lógica do capital até “a converter na forma das subjetividades e na norma das existências” (DARDOT; LAVAL, 2019, online).

Os autores compreendem o neoliberalismo como um projeto radical ou revolucionário que não deve ser confundido com um conservadorismo que se contenta em reproduzir as estruturas desiguais vigentes. Para os autores, o neoliberalismo se caracteriza por se alimentar e se radicalizar através de suas próprias crises, assim se sustentando, governando e se

reforçando mediante a crise. Dardot e Laval nos lembram que desde a década de 1970, o neoliberalismo se nutre das crises econômicas e sociais que ele mesmo causa:

Sua resposta é invariável: em vez de questionar a lógica que as provocou, é preciso levar ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente. Se a austeridade gera déficit orçamentário, é preciso acrescentar uma dose suplementar. Se a concorrência destrói o tecido industrial ou desertifica regiões, é preciso aguçá-la ainda mais entre as empresas, entre os territórios, entre as cidades. Se os serviços públicos já não cumprem sua missão, é preciso esvaziar esta última de qualquer conteúdo e privar os serviços dos meios que precisam. Se a diminuição de impostos para os ricos ou empresas não dão os resultados esperados, é preciso aprofundar ainda mais nisto etc. (DARDOT e LAVAL, 2019, online).

Com isso, os autores explicam que um governo que se sustenta mediante as suas próprias crises, causadas pelo próprio governo, só é possível porque o neoliberalismo se tornou sistêmico. Dessa forma, toda crise econômica, como a ocorrida em 2008, é interpretada em termos de sistema e recebe repostas igualmente em termos de sistema:

A ausência de alternativas não é tão somente a manifestação de um dogmatismo no plano intelectual, mas a expressão de um funcionamento sistêmico, em escala mundial. Para amparar a globalização e/ou reforçar a União Europeia, os Estados impuseram múltiplas regras e imperativos que os levam a reagir no sentido do sistema (*Ibidem*).

No entanto, Dardot e Laval chamam atenção para o fato de que o neoliberalismo agora passou a se nutrir das reações negativas que provoca na esfera política e se reforça com a mesma hostilidade política que causa. Para eles, estamos assistindo a uma das transformações mais perigosas do neoliberalismo, pois ele não precisa mais de uma imagem liberal ou democrática. Essa imagem agora é tida como um obstáculo para a dominação do neoliberalismo e *isso é possível porque um governo neoliberal instrumentaliza os ressentimentos de um setor amplo da população em relação a falta de identidade nacional e de proteção por parte do Estado*, e dirige este setor como “bodes expiatórios” (*Ibidem*).

Há pouco tempo, o neoliberalismo se associava com abertura, progresso, liberdades individuais, Estado de direito. Hoje, se une a ideias de fechamento de fronteiras, construção de muros, cultua a nação e a soberania do Estado (no caso contemporâneo do Brasil, a extrema-direita, durante a gestão de Trump, cultuou igualmente a soberania dos Estados Unidos). Une-se também a um ataque desinibido aos direitos humanos, que são colocados como um perigo para a segurança pública. Ao observar essa transformação mais atual do neoliberalismo, Dardot e Laval se perguntam como ela foi possibilitada e elegem a figura de Donald Trump como um marco histórico para o atual neoliberalismo mundial.

Embora se detecte essa mutação do neoliberalismo a partir dos desdobramentos da crise de 2008, ao observar os eventos ocorridos nos Estados Unidos, os autores entendem que tal mutação não afeta apenas aquele país, mas todos os governos, cada dia mais numerosos, que

manifestam tendências nacionalistas, autoritárias e xenófobas e “até o ponto de assumir a referência ao fascismo, como no caso de Matteo Salvini, ou à ditadura militar, como Bolsonaro” (DARDOT; LAVAL, 2019, online). Aqui, o importante é perceber que esses governos não fazem oposição ao neoliberalismo como forma de poder. Antes, corroboram com esse modelo: reduzindo impostos para os mais ricos, cortando subsídios sociais e acelerando desregulamentações, sobretudo, em matéria financeira e ambiental. Desse modo, os governos autoritários, dos quais a extrema direita é parte, assumem a forma hiperautoritária do neoliberalismo:

Como já nos ensinou há muito tempo Michel Foucault, o neoliberalismo é um modo de governo muito ativo, que não tem muito a ver com o Estado mínimo passivo do liberalismo clássico. Deste ponto de vista, a novidade não consiste no grau de intervenção do Estado, nem em seu caráter coercitivo. O novo é que o antidemocratismo inato do neoliberalismo, manifesto em alguns de seus grandes teóricos, como Friedrich Hayek, se plasma hoje em um questionamento político cada vez mais aberto e radical dos princípios e as formas da democracia liberal (*Ibidem*).

A partir do exposto, os autores adotam a definição de *fascismo neoliberal*, explicada por Henry Giroux (2018), que consiste em dizer que o fascismo neoliberal se trata de uma formação econômico-política específica: que associa ortodoxia econômica, militarismo, supremacismo branco, ódio aos intelectuais, desprezo pelas instituições e leis, machismo e moralismo. Ao dialogar com os escritos de Robert Paxton (2009), Giroux se apoia na ideia de que o fascismo se ancora nas paixões mobilizadoras e, hoje, novamente, os elementos do fascismo liberal são: “amor ao chefe, hipernacionalismo, fantasmas racistas, desprezo ao débil, inferior, estrangeiro, desconsideração pelos direitos e a dignidade das pessoas, violência para com os adversários, etc.” (*Ibidem*). De alguma forma, esses aspectos estão presentes tanto no trumpismo quanto no bolsonarismo. Contudo, ainda que ambos retomem vários elementos tipicamente fascistas, não conseguem impor um partido único, nem o ideal do cidadão soldado consagrado ao estado total, nem tampouco a proibição institucional de oposição ou dissidências. Desse modo, suas características os enquadram mais numa “ditadura plutocrática” do que no fascismo histórico (*Ibidem*).

Diante do exposto, os autores indicam que estamos em um momento em que o neoliberalismo atua a partir de uma forma política autêntica que mistura nacionalismo, autoritarismo antidemocrático, nacionalismo econômico e racionalidade capitalista ampliada. Essa reunião de aspectos causa uma crise profunda na democracia liberal e tem como manifestação mais evidente o forte crescimento dos líderes autoritários e dos partidos de extrema direita, apoiados por uma parte significativa das classes populares nacionais, resultando em um processo de *desdemocratização* (*Ibidem*). O neoliberalismo contemporâneo,

ou “*novo neoliberalismo*”, tal qual apontado pelos autores, adotou uma retórica de *soberanismo para fortalecer e tornar mais radical o domínio do capital sobre a sociedade*. Em termos mais diretos, é como se o neoliberalismo tirasse proveito da crise da democracia liberal-social que ele mesmo causou e não parasse de torná-la mais grave para impor ainda mais a lógica do capital sobre a sociedade (DARDOT e LAVAL, 2019, online).

Dardot e Laval explicam que para compreender a mudança atual do neoliberalismo e não confundir essa mudança com o seu fim, é preciso perceber a dinâmica do mesmo, uma vez que os anos de “neoliberalização” afetaram profundamente a sociedade, “instalando em todos os aspectos das relações sociais situações de rivalidade, de precariedade, de incerteza, de empobrecimento absoluto e relativo” (*Ibidem*). A concorrência generalizada na economia, também no trabalho assalariado, nas instituições e leis que marcam as atividades econômicas, elemento típico da razão neoliberal, surtiu efeitos corrosivos na vida dos indivíduos assalariados, que, conforme os autores, se sentiram abandonados e traídos. Esses indivíduos passaram a desconfiar das defesas coletivas da sociedade, que foram fragilizadas pela lógica neoliberal, sobretudo os sindicatos desmantelados por modelos de gestão individual.

Dardot e Laval entendem que o neoliberalismo desestruturou os princípios mais fundamentais da democracia liberal, que “comportou rapidamente muito mais concessões às massas do que poderia ser aceito pelo liberalismo clássico” (*Ibidem*), dando sentido a chamada justiça social ou democracia social, muito criticada por teóricos neoliberais. Para os autores, essas concessões são transformadas pela lógica neoliberal de *homo economicus* ou capitais humanos em constante luta uns contra os outros, numa sociedade convertida em uma ordem de concorrência ou competitiva. Nesse contexto, as bases da vida política e social nas sociedades modernas são minadas, principalmente, devido ao crescimento da cólera e do ressentimento que essa transformação provoca, uma vez que em uma ordem de competitividade há “vencedores” e “perdedores”. No caso do neoliberalismo, que aprofundou ainda mais a acumulação de capital para os mais ricos e a precarização dos mais pobres, há uma “massa de perdedores”.

Para Dardot e Laval, não há surpresas na resposta da “massa de perdedores” ao estabelecimento dessa ordem competitiva. Pois, ao ver suas condições de sobrevivência diminuírem e seus pontos de apoio coletivo e referência coletiva se esvaziarem, encontram na negação da política ou no voto de protesto um refúgio, que significa um apelo à proteção contra ameaças à suas vidas ou futuro. Com o exposto, os autores pontuam que o neoliberalismo desencadeou uma profunda crise da democracia liberal e social, tendo como maior manifestação o crescimento dos regimes autoritários e dos partidos de extrema direita apoiados por uma parte significativa das classes populares: “deixamos para trás a época pós-guerra fria, na qual ainda

era possível acreditar na expansão mundial do modelo de democracia de mercado” (DARDOT; LAVAL, 2019, online).

Nesse contexto, os autores sugerem que o que estamos vivendo agora é de maneira acelerada um processo de desdemocratização que caracteriza o “novo liberalismo”: uma versão autêntica da racionalidade neoliberal quando adota abertamente o paradigma de guerra contra a população, se ancorando e se legitimando nos ressentimentos e cólera dessa mesma população. Assim, o neoliberalismo não é o mesmo que conservadorismo, embora o conservadorismo seja uma característica central dessa nova forma neoliberal, não podemos esquecer que o neoliberalismo se trata de um paradigma governamental que tem a guerra contra as estruturas “arcaicas de forças retrógradas” que não cedem facilmente à expansão da racionalidade capitalista como um princípio e busca impor uma lógica de normatividade a população, ainda que esta não a queira. Para possibilitar esses objetivos, o poder neoliberal usa todos os meios possíveis e necessários:

Propaganda dos meios de comunicação, a legitimação pela ciência econômica, a chantagem e a mentira, o descumprimento das promessas, a corrupção sistêmica das elites, etc. Contudo, uma de suas alavancas preferidas é o recurso às vias da legalidade, leia-se da Constituição, de modo que cada vez mais o marco no qual todos os atores devem se mover se torne irreversível. Uma legalidade que evidentemente é de geometria variável, sempre mais favorável aos interesses das classes ricas que aos do restante (*Ibidem*).

Um exemplo do uso da constituição pelo poder neoliberal para atender seus interesses é o caso do impedimento da Presidente Dilma Rousseff no Brasil. Conforme Dardot e Laval, esse caso mostrou que não há mais necessidade de recorrer aos antigos golpes de Estado militares para colocar em prática os preceitos e os interesses do capital, uma vez que agora é possível pôr “um cadeado no sistema político”, por meio de um golpe parlamentar e judicial, que, no caso brasileiro, permitiu que uma presidente eleita pelo voto popular fosse deposta e o presidente que assumiu esse posto congelasse por vinte anos os gastos sociais, principalmente com saúde pública e educação. Para além deste exemplo de manobra, que embora mais visível, não é um caso isolado, o fenômeno é geral: é dentro da formalidade do sistema político representativo que se fundamentam os mecanismos antidemocráticos de forma muito eficaz e corrosiva (*Ibidem*).

A lógica neoliberal traz consigo uma declaração de guerra a todas as formas de resistência em todos os segmentos da sociedade às reformas que são de interesse do neoliberalismo. Conforme os autores, tanto no plano simbólico, como no institucional, acontece uma transformação a partir da hora em que o princípio de competitividade ganha um caráter quase institucional, uma vez que a partir dos meios de comunicação ou da linguagem dos

governantes, toda a população é mobilizada “pela guerra econômica” e as reformas dos direitos de proteção social e trabalhistas são realizadas principalmente para garantir o envolvimento universal nessa guerra, assim:

Posto que estamos em guerra, os princípios da divisão de poderes, dos direitos humanos e da soberania do povo já possuem apenas um valor relativo. Em outras palavras, a democracia liberal-social tende progressivamente a se esvaziar para passar a não ser mais que o revestimento jurídico-político de um governo de guerra. Aqueles que se opõem à neoliberalização se situam fora do espaço público legítimo, são maus patriotas, quando não traidores (DARDOT e LAVAL, 2019, online).

A estratégia de transformar um sistema econômico e social em um modelo aproximado de uma guerra civil naturalizada, acaba por eleger a segurança nacional como prioridade entre os objetivos do governo. Isso fragiliza as liberdades públicas do Estado de Direito ao mesmo tempo em que favorece a extensão dos poderes policiais, que se acentuaram com a guerra contra as drogas desde a década de 1970 e contra a criminalidade. Dardot e Laval afirmam que foi, principalmente, depois da declaração de guerra mundial contra o terrorismo que vieram um conjunto de medidas e mecanismos que são abertamente contrárias as regras de proteção das liberdades na democracia liberal- como leis de vigilância massiva da população, uso da tortura e legalidade do encarceramento sem julgamento.

Citando Bernard E. Harcourt (2018), os autores refletem que um modelo de governo que insiste em fazer guerra contra todo cidadão vem das estratégias militares contrainsurgentes praticadas pelo exército da França na Argélia e Indochina. Tais estratégias foram repassadas para especialistas dos Estados Unidos da luta anticomunista:

Hoje, a “contrarrevolução sem revolução”, como a denomina Harcourt, busca reduzir por todos os meios a um inimigo interior e exterior onipresente, que tem muito mais cara de jihadista, mas que pode adotar muitas outras caras (estudantes, ambientalistas, camponeses, jovens negros nos Estados Unidos ou jovens dos subúrbios na França, e talvez, sobretudo neste momento, migrantes ilegais, preferentemente muçulmanos). E para levar a bom término esta guerra contra o inimigo, convém que o poder, por um lado, militarize a polícia e, por outro, acumule uma massa de informações sobre toda a população com a finalidade de impedir qualquer rebelião possível (*Ibidem*).

Os autores entendem essas estratégias como terrorismo de Estado ou Estado de exceção. Mesmo sem a ameaça comunista, que serviu para justifica-las no período da guerra fria, essas estratégias estão em ascensão. Assim, com a imbricação “destas duas dimensões, a radicalização da estratégia neoliberal e o paradigma militar da guerra contrainsurgente, a partir da mesma matriz de guerra civil, constitui atualmente o principal acelerador da saída da democracia” (*Ibidem*). Este entrelaçamento só é possível devido às habilidades que políticos da direita, também alguns da esquerda, têm de canalizar os ressentimentos e ódio aos inimigos construídos, prometendo a sociedade proteção e ordem em troca de adesão a políticas neoliberais autoritárias.

Até aqui, vimos como a crise financeira de 2008 trouxe transformações para o neoliberalismo dando a ele um caráter “hiper-reacionário” conforme Fraser ou de “desdemocratização” e “hiper-autoritário” conforme Dardot e Laval. A expressão “desdemocratização” foi usada primeiramente por Wendy Brown em *American nightmare: neoliberalism, neoconservatism and de-democratization* (2006), ao argumentar que há pontos de intersecção entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo que são nocivos à democracia liberal e que há uma contradição intrínseca entre a racionalidade neoliberal e as premissas democráticas.

1.2 O neoliberalismo como ideário antidemocrático

Em *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*, Wendy Brown (2019) apresenta a segunda década do século XXI como o momento que intitula o seu livro. A autora explica que, depois de mais ou menos quarenta anos do crescimento de formações políticas nacionalistas e autoritárias que permitiram “assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade,” nos vemos diante de movimentos que atacam políticas sociais que, de forma muito modesta, procuraram reparar as diferenças exponenciais entre classes e desafiaram a reprodução das hierarquias de gênero e de raça. Brown assegura que não deseja afirmar que o neoliberalismo objetivava a atual conjuntura de políticas, práticas, princípios e formas de racionalidade, ou que os fascismos da década de 1930 estão de volta. Além de deixar claro que não faz parte de seus objetivos afirmar que a civilização ocidental esteve antes no caminho do progresso e agora se encontra em um período de regressão.

Ao invés disso, a autora busca teorizar a formação atual da sociedade ocidental neoliberal como relativamente inédita, uma vez que difere dos fascismos, tiranias, despotismos ou autoritarismos de outrora, divergindo também dos conservadorismos mais convencionais. Brown dedica-se aos modos pelos quais as formulações neoliberais de liberdade legitimam e inspiram a extrema direita, em como a direita move um discurso de liberdade para a justificativa de suas exclusões e violações:

Às vezes violentas e que visam reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital. [...] essa formulação da liberdade pinta a esquerda, incluindo a esquerda moderada e liberal, como tirânica ou mesmo fascista em sua preocupação com justiça social e, ao mesmo tempo, como responsável pelo esgarçamento do tecido moral, pelas fronteiras desprotegidas e por premiar quem não merece (BROWN, 2019, p. 20).

Há uma aglomeração de elementos pouco familiares na direita que têm ascendido nos últimos anos no mundo. Combinam um certo ideal de liberdade, moralismo (imposição da “moralidade tradicional”), autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo. Além desses, há os elementos já familiares do neoliberalismo como

favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade, ainda:

Conjugam a retidão moral com uma conduta amoral e não civilizada quase celebradora. Endossam a autoridade enquanto exibem desinibição social e agressão pública sem precedentes. Batem-se contra o relativismo, mas também contra a ciência e a razão, e rejeitam afirmações baseadas em fatos, argumento racional, credibilidade e responsabilidade. Desdenham dos políticos e da política enquanto manifestam uma feroz vontade de potência e ambição política. (BROWN, 2019, p. 10).

Brown teoriza sobre como a racionalidade neoliberal preparou o terreno para “mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas” na contemporaneidade (*Ibidem*, p.16) e argumenta que – para além da ideia comum entre análises de conjuntura que compreendem o neoliberalismo como por si só a causa da ascensão da extrema direita no mundo ocidental; ou que interpretam essa insurgência como consequência das catástrofes que têm produzido grande fluxo de refugiados para Europa e América; ou também como fruto da polarização e setorização política gerada por mídia digitais – nada fica intocado pela razão e valoração neoliberal. Uma vez que o ataque do neoliberalismo à democracia tem transformado leis, cultura e subjetividade política.

Brown entende que é necessário voltar aos ideais neoliberais fundadores, principalmente para as ideias de Hayek, para compreender o alicerce da racionalidade que vincula a moralidade tradicional (discurso pró família, contra a cidadania e direitos das mulheres e homossexuais, pró cristianismo) ao neoliberalismo. Com essa compreensão, a autora argumenta que é possível entender as atuais campanhas da direita e como elas categorizam como subtração da liberdade e da moralidade toda política social que tenta modificar a reprodução social das hierarquias de gênero, raça e sexo ou que tentam, ainda que timidamente, corrigir as extremas diferenças entre classes:

Para Hayek, o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade [freedom], da ordem e do desenvolvimento da civilização. Ambos são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição e não pelo poder político. Os mercados só podem funcionar impedindo-se e o Estado de neles imiscuir ou intervir. A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam (*Ibidem*, p. 23).

Dessa forma, o neoliberalismo seria mais que um projeto de ampliação da competição e valoração do mercado, tornando tudo economia. Esse “*neoliberalismo hayekiano*” seria um projeto político, que tem por intuito proteger as hierarquias tradicionais negando o social e restringindo, de forma radical, o alcance do poder político e democrático nos Estados-nação. Nesse contexto, Brown sugere que o ataque atual à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral se trata de uma manifestação direta da racionalidade

neoliberal. Não se limitando apenas aos conservadores, uma vez que as reformas aplicadas na gestão de Bill Clinton ao Estado de bem-estar caracterizaram, nas palavras de Fraser (2017), um “neoliberalismo progressista” que somou uma política distributiva neoliberal à uma política de reconhecimento progressista. Conforme Brown, as forças conservadoras fizeram apelos mais diretos à moralidade tradicional e ao livre-mercado os envolvendo com patriotismo e cristandade.

Com o exposto, a *superordenação branca e masculina* é inserida com muita facilidade no projeto neoliberal, uma vez que os mercados desregulamentados reproduzem os poderes e desigualdades sociais construídos historicamente. Como exemplo, Brown cita o trabalho doméstico, que tem predominância do gênero feminino, muitas vezes não remunerado, sendo sua versão de mercado sub-remunerada e realizada na grande maioria por não brancos e imigrantes. Divisões hierárquicas raciais e sexuais do trabalho são reproduzidas no modelo neoliberal, resultando em profundas desigualdades na educação pública e privada que compõe essa estratificação, também nas culturas de classe, raça e gênero que alicerçam as práticas de contratação do mercado de trabalho, promoções e sucesso. Por outro lado, a moralidade tradicional tem servido para afastar a luta contra desigualdades, exemplo disso seria a resistência em relação às políticas que tentam assegurar a liberdade reprodutiva de mulheres ou desmantelar as heranças que celebram um passado escravocrata.

Brown explica que a moralidade tradicional também liga a preservação do passado ao patriotismo e o promove para além do amor ao país, mas como o amor à forma como as coisas eram. Assim se rotula de antipatriotas os meios de combate à injustiça racial e de gênero, “por não amarem um passado glorioso”. Essa lógica compreende qualquer protesto contra as injustiças como antipatrióticos e é organizada por uma imagem de nação que entende as tradições como acima de críticas. Exemplo disto seria a compreensão dos protestos contra brutalidade policial direcionada a pessoas racializadas como desrespeito às tropas policiais, uma vez que isso faz parte das tradições de policiamento e de racismos. Conforme Brown, os militares são identificados “como a defesa do modo de vida”, ainda que quando em guerras impopulares e são “o emblema mais brilhante dessa imagem” (BROWN, 2019, p. 25).

A autora retoma o conceito de democracia com o intuito de compreender o caminho que o neoliberalismo trilha para transformar os ideais de sociedade, justiça social e as políticas sociais em um ataque a liberdade e em antipatriotismo. Nesse sentido, ela pontua que uma das bases principais da democracia é a isonomia, a igualdade sob a lei. Desse modo, para que haja uma tentativa de isonomia, a democracia necessita cultivar a sociedade como o ambiente em que se experimenta um destino comum, mesmo com diferenças e distancias entre os cidadãos.

Brown assume que o social está situado conceitualmente e na prática entre a vida pessoal e o Estado, sendo o local onde os indivíduos são admitidos como cidadãos e que mesmo com recursos e origens desiguais são reunidos e pensados como um conjunto (BROWN, 2019, p. 38).

Nessa perspectiva, “o social” seria o ambiente onde somos admitidos como cidadãos com direitos políticos e reunidos politicamente através da provisão dos bens públicos. Também neste ambiente, as desigualdades construídas e reproduzidas historicamente se manifestam como acesso, voz e tratamento político diferenciado, bem como uma esfera em que essas desigualdades podem ser, em alguma medida, corrigidas. Desse modo, a justiça social seria o remédio fundamental para as estratificações, exclusões e desigualdades que há tempos são despolitizadas e que “servem ao privatismo liberal nas ordens capitalistas e é, em si mesma, uma réplica modesta à impossibilidade da democracia direta em grandes Estados-nação ou em seus sucessores pós-nacionais, como a União Europeia” (*Ibidem*). Nesse contexto, a justiça social seria mais que uma convicção ideológica, seria o que se põe entre manter a promessa – conforme Brown, sempre não cumprida – da democracia e o abandono geral dessa promessa. Para essa teoria, o social seria o lugar em que somos mais que famílias ou indivíduos, mais que produtores, investidores ou consumidores e mais que apenas membros da nação.

Por isso, o neoliberalismo destrói conceitualmente, normativamente e na prática a ideia do social. Como exemplo, Brown recorda que Hayek falava que sociedade era um termo sem sentido e, para Thatcher, “não existia tal coisa”. A autora assume que a noção de sociedade é tratada de maneira pejorativa pela direita contemporânea, que denuncia os “guerreiros da justiça social” como portadores de uma agenda tirânica de igualdade social, direitos civis, ações afirmativas e de educação pública, que teria por objetivo acabar com a liberdade:

O neoliberalismo tinha o franco objetivo de dismantelar o Estado social, seja privatizando-o (a revolução Reagan- Thatcher), seja delegando suas tarefas (a “Grande Sociedade” do Reino Unido e os “mil pontos de luz” de Bush), seja eliminando completamente tudo o que resta de bem-estar social ou “desconstruindo o Estado administrativo” (o objetivo de Steve Bannon para a presidência de Trump). Em cada caso, não é apenas a regulação e a redistribuição sociais que são rejeitadas como interferência inapropriada nos mercados ou como assaltos à liberdade. A dependência da democracia em relação à igualdade política também é alijada (*Ibidem*, p. 39).

A ofensiva neoliberal ao social é indispensável para gerar uma cultura antidemocrática tanto na sociedade quanto no Estado, entendendo que essa “sinergia entre os dois é profunda: uma cidadania cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático” (*Ibidem*). Ao atacar o social, o neoliberalismo destrói a compreensão democrática de sociedade nutrida por um povo diversificado e com

habilidade de se autogovernar de forma compartilhada e igualitária. Com essa compreensão derrotada, a política se torna um espaço de posições extremas e intransigentes, rompendo e até mesmo destruindo o social, que é considerado pelos neoliberais como o inimigo declarado do projeto neoliberal.

Brown afirma que o assalto à sociedade e à justiça social em décadas neoliberais é mais facilmente identificado no projeto de depreciar e dismantelar o Estado social em detrimento de indivíduos “livres e responsabilizáveis” e rememora que, de todos os intelectuais neoliberais, Hayek foi o que mais criticou sistematicamente a noção de social e de sociedade. Ele considerou que a noção do social era falsa e perigosa, oca e sem sentido, destrutiva e desonesta, uma “fraude semântica”:

Hayek considera “sociedade” uma “frase improvisada”, a “nova deidade à qual nos queixamos [...] se não satisfizer as expectativas que criou”. Na melhor das hipóteses, diz ele, o termo carrega a nostalgia de mundos antigos de associações pequenas e íntimas e pressupõe falsamente “uma busca comum de fins compartilhados”. Na pior, é um disfarce para o poder coercitivo do governo.” A justiça social é uma “miragem” e a atração por ela é “a mais grave ameaça à maioria dos outros valores de uma civilização livre (BROWN, 2019, p. 41).

Esse entendimento de Hayek sobre a sociedade e justiça social é problematizado por Brown, ao observar que sua alternativa ao planejamento ou à justiça administrada pelo Estado une moral e mercado para gerar uma conduta “evoluída e disciplinada para criar e sustentar a ordem ampliada” (*Ibidem*, p. 44). Hayek não tinha o mercado e a moral como compatíveis ou opostos à razão, nem como racionais ou irracionais, mas como válidos por surgirem “espontaneamente”, “evoluem e se adaptam “organicamente”, unem os seres humanos independentemente das intenções e estabelecem regras de conduta sem depender da coerção ou punição estatais” (*Ibidem*).

Dessa forma, mercado e tradição moral constroem uma ordem dinâmica, não estática, e geram novos “poderes humanos que de outra forma não existiriam”. Para Hayek, o mercado e a moral revelam a verdadeira natureza da justiça: “sua preocupação exclusiva com a conduta, e não com efeitos ou resultados” (*Ibidem*, p.45). Assim a justiça não teria nada a ver com recompensar o esforço ou os merecedores, se refere apenas a princípios corretos, aplicados de forma universal e não a condições ou ao estado das coisas:

Hayek considera equivocados até mesmo os utilitaristas a esse respeito, especialmente John Stuart Mill, a quem critica por ter escrito que uma “sociedade” justa “deveria tratar igualmente bem todos os que merecem o mesmo dela”. “O mais significativo é que ele ataque Horatio Alger por ter popularizado a ideia de que a melhor defesa do capitalismo é sua recompensa para os que trabalham arduamente.” Na verdade, declara Hayek repetidamente, os mercados repetidamente, os mercados recompensam contribuições e nada mais.” Tais contribuições, como riqueza ou inovação, podem ou não ser fruto de grande esforço e, inversamente, trabalhos longos e intensos podem trazer pouco.” Hayek sabe que isso pode ser decepcionante, mas alega que não é injusto - a mistura de um com o outro é o grande erro dos social-democratas. (*Ibidem*).

Brown ainda acrescenta que para Hayek os sistemas morais tradicionais são similares aos mercados de muitas formas, principalmente ao estabelecerem uma ordem que não provém de um projeto prévio e ao colocarem a justiça nas regras e não nos resultados. Após aprofundar sua leitura de Hayek, a autora explica que no fim do século XX surgiram as ideias de “empreendedorização” neoliberal e “capitalização humana” dos sujeitos no contexto em que as reformas políticas visavam transferir muito do que era atribuído ao Estado social para os indivíduos e famílias.

Brown aponta três elementos como importantes consequências dessa estratégia de passar as responsabilidades do Estado social para pessoas ou famílias: (1) empreendedorização (responsabilização que cria um sujeito denominado por Foucault de “uma multidão de empresas” que existe para manter ou inferir o valor do capital humano). Essa empreendedorização abrange o cuidado com filhos, educação, saúde, aparência e provisões para a velhice; (2) “Economia do compartilhamento e da terceirização”: os trabalhadores sem direitos, sem sindicatos e muitos sem trabalho de hoje transformam seu tempo, bens e conexões em meios de capitalização, como exemplo, colocando o carro na Uber, quartos no Airbnb, compartilhando ferramentas, ou “simplesmente gerenciando uma variedade de fontes de renda de tempo parcial e de curto prazo (bicos)” (BROWN, 2019, p. 45), agindo assim para sobreviver aos cortes de direitos e as crises econômicas; e (3) é delegado às famílias mais uma vez a responsabilidade de prover para todos os dependentes (jovens, doentes, velhos, desempregados, estudantes endividados, adultos viciados ou deprimidos), o que seria função do Estado social através de investimentos em educação, saúde, habitação, cuidado infantil e seguridade, que são cada vez mais reduzidos no neoliberalismo:

O desmantelamento epistemológico político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais, juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no momento exato de sua aparente extinção. Desnaturalizadas até seu núcleo, as versões neoliberais das unidades individuais e familiares podem acabar se mostrando mais fortes do que quaisquer iterações anteriores (*Ibidem*).

Dessa maneira, essa estratégia de esvaziar o Estado social impondo a indivíduos e famílias essas responsabilidades seria a realização mais impressionante do neoliberalismo, uma vez que o “assalto neoliberal ao social” teve como consequência a reformatação do liberalismo. Segundo Brown, enquanto esvaziava o discurso popular e estatal, a ofensiva neoliberal à justiça social, à reforma social e aos serviços sociais desafiava a igualdade, reformulava as guerras culturais e deixava a esquerda desorientada. Pois se não há sociedade, como sugere o neoliberalismo, há apenas indivíduos e famílias conduzidos pela moral e pelo mercado, não há também um poder social que constrói exclusão, hierarquias e violência, também não há

subjetividade nas condições de gênero, classe ou raça. Externo a um quadro neoliberal, o social é o que tira da opacidade as desigualdades, “o domínio social é o local em que sujeições, abjeções e exclusões são vividas, identificadas, contestadas e potencialmente retificadas” (BROWN, 2019, p. 53).

O social é um domínio vital da justiça, é nele que a igualdade política, essencial à democracia, é realizada ou não. É nele que as hierarquias e histórias estabelecidas de uma civilização são reproduzidas. É através do reconhecimento dos poderes sociais que é possível entender as injustiças e desigualdades e lutar contra elas. Por essas razões que Brown nos lembra que quando a racionalidade neoliberal obscurece os poderes sociais, as reivindicações críticas fundamentadas nesses poderes são vistas como meras lamúrias infundadas. Por outro lado, a redução neoliberal da restrição de liberdade à coerção, coloca os princípios de igualdade e inclusão como “tirania do politicamente correto”. Isso caracteriza o *liberismo* atual que rejeita as forças estruturais de dominação (“feminismo é coitadismo”, “Não há nenhuma dívida histórica com os negros” e frases afins que mostram que a razão neoliberal desdenha e minimiza as estratificações estruturais históricas) e se esforça para tentar criar ares equitativos e inclusivos como “distorção do funcionamento espontâneo do mercado e da moral” (*Ibidem*, p. 54).

Assim, com a emergência da razão neoliberal, o ataque ao social tem sido tão importante quanto as outras estratégias mais conhecidas do neoliberalismo (as reformas orientadas para um modelo de Estado Mínimo, por exemplo) para enaltecer o corporativismo, legitimar as estratificações sociais e atacar mais uma vez e de maneira mais explícita os grupos mais vulneráveis da sociedade:

Por um lado, a deslegitimação das preocupações com a igualdade, exceto a igualdade legal formal, e das preocupações com o poder, exceto a coerção explícita, forneceu esse novo significado e prática da liberdade sob o manto exclusivo do direito. Essa liberdade não supera simplesmente outros princípios políticos; ela é tudo o que existe. Por outro lado, a liberdade, arrancada do social, não se torna apenas ilimitada, mas exercida legitimamente sem preocupação com o contexto ou as consequências sociais, sem restrição, civilidade ou cuidado com a sociedade como um todo ou com os indivíduos dentro dela. (*Ibidem*, p. 54-55).

Com o exposto, quando a ideia de que “a sociedade não existe” passa a ser senso comum, as normas e desigualdades sociais criadas pelo legado do colonialismo, escravidão e patriarcado se tornam obscuros. Isso, além de gerar sofrimento a quem é vítima direta das consequências destes legados, faz com que o acesso a cidadania através da criação ou conquistas de direitos (moradia assistência médica, educação, entre outros) sejam privados; e autoriza ofensas e ataques em nome da liberdade “ao que quer que tenha sobrado do tecido social” (*Ibidem*, p. 55). Rejeitar as explicações sociais da desigualdade; creditar as diferenças entre gênero, raça e classe

“à natureza” e a confirmação do mercado; promover a crença de que políticas igualitárias prejudicam a justiça, o desenvolvimento econômico e a coesão social; e compreender a esquerda como totalitária que força visões e políticas coercitivas e conformistas; têm feito parte do *modus operandi* da direita, fundamentada na racionalidade neoliberal, para negar o social. A crítica neoliberal da sociedade e justiça social em nome das normas mais tradicionais e da liberdade é hoje o senso comum de uma “cultura neoliberal robusta”. Conforme Brown, nesse senso comum o social é inimigo da liberdade.

A liberdade identificada com o neoliberalismo transforma-o de um *libertarianismo moral* em uma *ameaça à democracia* por franquear o exercício da liberdade sem se preocupar com as consequências sociais, ou se preocupar com os laços sociais, tampouco se importar com zelo político de um bem comum (BROWN, 2019, p. 55). Desse modo, Brown pontua que a ideia de que “a sociedade não existe” vai muito além da contestação da socialdemocracia e dos Estados de bem-estar como meio de intervir no mercado que geram “dependência”. Vai além de disseminar a ideia de que impostos são roubos, ao invés do meio pelo qual os serviços públicos e a vida comum são sustentadas. Ultrapassa a responsabilização dos pobres por sua pobreza e naturalização da irrisória presença das minorias nas posições de elite. Conforme a autora, a liberdade sem sociedade acaba com o “-léxico pelo qual a liberdade torna-se democrática, combinada com a consciência social e aninhada na igualdade política. Liberdade sem sociedade é puro instrumento de poder, despida de preocupação com os outros, o mundo ou o futuro” (*Ibidem*, p. 57-58).

Uma outra consequência da supressão do social por esse ideal de liberdade neoliberal, que também é nefasta à democracia é chamar de “livre expressão” as violências como racismo, machismo e homofobia. Isso ocorre porque a liberdade foi reduzida a uma “licença pessoal não regulada” fundamentada na rejeição ao social e na desintegração da sociedade que:

Consagra como livre expressão todo sentimento histórica e politicamente gerado de arrogação (perdida) baseada na branquitude, masculinidade ou nativismo, enquanto nega que estes sejam produzidos socialmente, desatrelando-os de qualquer conexão com a consciência, compromisso ou consequência sociais. A arrogação perdida dos privilégios da branquitude, masculinidade e nativismo é então facilmente convertida em ira justificada contra a inclusão social e a igualdade política dos historicamente excluídos. Essa raiva, por sua vez, torna-se a expressão consumada da liberdade e americanidade, ou da liberdade e europeidade, ou da liberdade e o Ocidente. Com a igualdade e a solidariedade social desacreditadas e com a negação da existência de poderes que reproduzem as desigualdades, abjeções e exclusões históricas, o supremacismo masculino branco ganha assim nova voz e legitimidade no século XXI (*Ibidem*, p. 58).

Com isso, é possível compreender o uso desinibido de símbolos próprios dos movimentos supremacistas brancos em manifestações públicas favoráveis a presidentes como Trump ou Bolsonaro, ou as declarações preconceituosas da direita (e desses próprios

presidentes) contra grupos marginalizados da sociedade. É possível compreender também como anos de políticas de inclusão social, combate às violências de gênero, racial e sexual vêm sendo caracterizadas como um ataque à moralidade tradicional e como imposições desrespeitosas pela esquerda. Desse modo, quando a liberdade é reduzida a “asserções nuas de poder e arrogações”, enquanto a própria ideia de sociedade é rejeitada, a igualdade é minimizada e democracia subtraída ao “privatismo liberal”, além da justiça social desagradar, “expressões brutas e provocativas de supremacismo se tornam expressões da liberdade” (BROWN, 2019, p. 58-59).

Outro ponto essencial apresentado por Brown para a compreensão dos antagonismos entre o neoliberalismo e os princípios democráticos é a demonização que a razão neoliberal faz da política. Segundo a autora, pensadores neoliberais enxergam o político com desconfiança e objetivavam limitá-lo ou contê-lo, apartando-o da soberania, mitigando sua forma e energia democrática. Para tal, a política neoliberal buscou afrouxar o controle político sobre mercados e atores econômicos, trocando a regulação e redistribuição por liberdade de mercado e direitos de propriedade descomprometidos. A ideia compartilhada entre Reagan e Thatcher de que “o governo é o problema, não a solução” em relação as questões sociais e econômicas, serviu como base para cortar impostos, desintegrar o Estado de bem-estar e desacorrentar o capital de qualquer tipo de restrição, principalmente as que davam poder de barganha aos sindicatos (*Ibidem*, p. 71).

Controlar o político resultaria em desdemocratizar a cultura política e os sujeitos imersos nela. Com a política e o Estado demonizados e controlados pela razão neoliberal, personalidades vistas como não políticas ganham espaços no poder. Muitos dos eleitores contemporâneos enxergam na falta de conhecimento e experiência política de alguns candidatos um motivo para elegê-los, principalmente ancorando-se na ideia de “tirar o governo de nossas costas”:

A demonização neoliberal do "estatismo" também preparou o terreno para alianças de outro modo improváveis entre libertários econômicos, plutocratas, anarquistas armados de direita, vigilantes da Ku Klux Klan, opositores entusiastas do aborto e praticantes do ensino domiciliar (*Ibidem*, p. 72).

Essas alianças se explicam porque, na medida em que o ideal de afastar o governo se transformava numa antipatia geral ao político, surge um movimento favorável ao liberalismo autoritário em algumas esferas, e do moralismo autoritário em outras (*Ibidem*, p. 73). Para entender o elo entre o neoliberalismo e a antipolítica, a autora observa que os pensadores neoliberais consideravam as liberdades individuais, a moralidade tradicional e o mercado como ameaçados por interesses e poderes arbitrários e coercitivos incontroláveis ancorados no político. Eles procuravam conter de maneira radical os poderes políticos subjugando-os à

condução da economia e as exigências do mercado. Desse modo, “a economização do tecido social e a subordinação de seus poderes à economia, juntas, apaziguaram seus perigos” (BROWN, 2019, p. 75). Além disso, os neoliberais fizeram oposição aos movimentos sociais, participação política direta e demandas democráticas do Estado (identificando-as como totalitarismo, fascismo ou governo da plebe), ou seja, fizeram oposição à “democracia robusta”.

Assim, o ataque do neoliberalismo à democracia envolve mudar os significados de democracia, reduzindo-a um “método” de impor regras ao invés de uma forma de governo, mitigando seu alcance ou afastando-a do governar. Brown assume que o sufocamento da democracia pelo neoliberalismo não foi acidental, pelo contrário, foi essencial para ampliar o programa neoliberal, uma vez que para o neoliberalismo um “Estado redistributivo, administrativo e excessivo, e um ativismo democrático robusto tanto desafia a autoridade moral quanto perturba a ordem desde baixo” (*Ibidem*, p. 77). O neoliberalismo tolera uma “versão excepcionalmente rarefeita” da democracia, que é aquela separada da igualdade política, liberdade política, dos cidadãos compartilhando poder, da participação política e de qualquer noção de interesse público que ultrapasse a proteção das liberdades e segurança individuais:

Os neoliberais procuravam construir, consolidar e amarrar um Estado unificado e forte, um Estado no qual a soberania política significa desunir, a democracia, desorientar e dividir, e a burocracia, exaurir. O Estado neoliberal tinha de ser enxuto, não soberano e milimetricamente focado, isolado de interesses particulares, de pactos pluralistas e de demandas das massas (*Ibidem*).

É perceptível as incompatibilidades de uma democracia representativa com o ideal de Estado neoliberal, o que fortalece o argumento de Brown de que a razão neoliberal contraria os princípios democráticos. Assim como a crítica ao social, a crítica neoliberal ao político também é disfarçada por uma defesa da liberdade individual, tendo em vista que a diminuição do alcance do poder político em detrimento da liberdade individual justifica a anulação do Estado regulador (ao mesmo tempo em que torna o Estado passível de regulação) e a limitação da participação política dos cidadãos. O neoliberalismo se contenta com o voto e as liberdades pessoais como os principais elementos constituintes da democracia e “seja como violação, ou norma” endossam o liberalismo autoritário: “o poder político não democrático que subjaz às liberdades privadas” (*Ibidem*, p. 79).

O *neoliberalismo real*, que Brown compreende ser um pouco diferente das expectativas de seus idealizadores, é formado por Estados dominados por grandes interesses econômicos e impelidos a lidar “com um populacho fervendo de rancor, raiva e ressentimento, para não mencionar suas necessidades materiais” (*Ibidem*, p. 104). Citando a experiência dos Estados Unidos, mas que tem alguma ressonância no Estado brasileiro, a autora explica que a legislação é controlada pela necessidade de satisfação de uma classe de doadores de fundos para campanhas

e partidos políticos e um eleitorado raivosos e isso tem como consequência uma cultura de troca de favores que “paga banquetes para os plutocratas e joga farelos para a base” (BROWN, 2019, p. 105). Os partidos políticos devem acenar para o eleitorado, mas devem favores aos doadores e isso faz com que o Estado seja puxado nas duas direções e reduz a sua autonomia, por se tornar dependente e por vezes ficar refém das doações. Com as análises até aqui sobre os ataques do neoliberalismo ao social e ao político em nome da liberdade individual é possível perceber com mais clareza a faceta antidemocrática do sistema neoliberal. Assim, passaremos agora a focar em perceber o aspecto moralista e conservador do neoliberalismo através do seu apelo à moralidade tradicional.

1.3 A instrumentalização dos valores pelo neoliberalismo

Para discutir sobre a moralidade como inerente à racionalidade neoliberal, Brown (2019) novamente volta ao projeto de Hayek de instaurar o mercado e a moralidade nos lugares que seriam da sociedade e da democracia, através do princípio da liberdade em relação à regulação do Estado. Embora compreenda que o neoliberalismo existente na realidade não seja exatamente como o idealizado por Hayek e seus pares, a autora explica que os intelectuais do projeto neoliberal têm uma receita específica para mitigar a “coerção política” e controlar o governo pela tradição:

Limitar o poder legislativo a gerar regras universais e excluí-lo de fazer políticas de interesse público; desacreditar qualquer discurso de justiça social como disparatado e totalitário; expandir o que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” para estender a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família (BROWN, 2019, p. 127).

Unidas, essas técnicas asseguram um espaço e um poder social para as reivindicações da tradição e de suas liberdades peculiares, asseguram também a restrição de reformas ancoradas no racionalismo ou planejamento. Essa receita promove a moralidade tradicional e o mercado e tornam as reformas democráticas da sociedade e o alcance político restritos. Brown então reflete que a ampliação da “esfera pessoal e protegida é a contribuição original de Hayek ao neoliberalismo e a formatação do tradicionalismo como liberdade” (*Ibidem*, p. 128). Uma vez que defender a expansão da “esfera pessoal protegida” é o mecanismo usado pelo tradicionalismo e a liberdade para afastar seus inimigos: “o político e o social, o racional e o planejado, o igualitário e o estatista” (*Ibidem*, p. 129).

A autora pontua que para Hayek o “poder estatal coercitivo” é restringido de maneira mais eficaz ao se constituir esferas e atividades que ele seja coibido a não tocar – como é o caso da “esfera pessoal e protegida” – e alargar o conteúdo e o domínio dessa esfera é fundamental para essa restrição: “especificamente, ele designa cada vez mais atividades dentro dela como

privadas e, logo, blindadas apropriadamente da violação estatal e das normas democráticas” (BROWN, 2019, p. 128). Conforme Hayek, o reconhecimento da propriedade é o primeiro passo na delimitação da esfera privada que “nos protege da coerção”, essa esfera não deve ser exclusivamente de coisas materiais, antes deve se dar através de uma formação única pela submissão às “regras que governam as condições sob as quais os objetos ou circunstâncias tornam-se parte da esfera protegida de uma ou mais pessoas” (HAYEK *apud* BROWN, 2019, p. 129). Desse modo, a esfera garante proteção contra a interferência nas ações e expulsa o “poder coercitivo” do Estado, assim como expulsa a “coerção exercida pelas formas democráticas como a igualdade, a inclusão, o acesso e a justiça social” (*Ibidem*).

Brown afirma que é assim que Hayek faz a ligação entre a liberdade com a disseminação dos costumes tradicionais ultrapassarem o ambiente da família e da privacidade do culto. Dessa maneira, *a liberdade pessoal ampliada é o mecanismo pelo qual apenas os valores morais tradicionais podem prosperar*. A ampliação do domínio em que a liberdade pessoal não tem limitações assegura que as crenças e costumes tradicionais reclamem legitimamente e fatidicamente colonizem outra vez o cívico e o social, antes ocupados pela democracia. A privatização econômica (que gera desigualdade) juntamente com a ampliação da “esfera pessoal protegida” constituem “a força da privatização” e atuam para o desmonte da provisão pública, tendo em vista que tal desmonte caminha lado-a-lado com as normas da esfera privada estendida para deslegitimar o ideal de provisões de bem-estar social e o projeto de democratizar os poderes sociais de raça, gênero, classe e sexualidade, pois:

À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e “familiarizada” de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum (BROWN, 2019, p.133).

Conforme Brown, as reivindicações de liberdade têm centralizado a estratégia da direita religiosa para “recristianizar” a esfera pública desde a década de 1990, no entanto, essa estratégia foi popularizada e ganhou maior intensidade há cerca de dez anos atrás. A autora discorre sobre ser a “Aliança em Defesa da Liberdade”, entidade dedicada a questionar os limites enfrentados por cristãos para praticar sua fé de forma expansiva e pública, o braço mais poderoso dos evangélicos estadunidenses e que tem uma versão internacional que leva suas causas para os outros países e cortes nacionais e internacionais. Sendo o maior feito da Aliança em Defesa da Liberdade contestar a igualdade e a lei contra discriminações a partir da proteção da liberdade individual. Como exemplo, o que agora se enquadra como proteção da liberdade individual é:

O direito de agências de adoção e de empresas de impressão em camisetas de discriminar pessoas LGBT, O direito de “centros de crise da gravidez” de mentir sobre

o aborto e a contracepção, o direito de legislaturas de realizar sessões de oração cristãs, o direito de professores e estudantes cristãos de evangelizar dentro da sala de aula, e o direito de um professor universitário de referir-se aos estudantes pelos pronomes de escolha dele, e não del@s (BROWN, 2019, p. 135).

O trabalho de entidades como a Aliança em Defesa da Liberdade inclui ser contra a proibição de expor crucifixos em órgãos públicos, contra a educação sexual obrigatória em escolas públicas, lutar contra o aborto legal e, principalmente, declarar guerra às proteções contra a discriminação com base na identidade de gênero e orientação sexual. A Aliança em Defesa da Liberdade se autodeclara como “exército legal cristão” e é apoiada por contribuições privadas de mais de cinquenta milhões de dólares por ano. Essa aliança, a partir de seu programa de Bolsas Jurídicas “Blackstone”, treinou juízes, promotores, advogados, procuradores gerais e professores e é a mais recente fonte da legislação religiosa no âmbito estatal e federal. A ambição dos quadros de advogados ligados à aliança é de uma jurisprudência que cristianize a cultura, não apenas proteja os direitos dos indivíduos.

Com o exposto, Brown explica que a retórica legal e popular da Aliança em Defesa da Liberdade apresenta denúncias contra um Estado que se excede e que ameaça as liberdades dos cristãos na vida pública e comercial. Desse modo, ainda que essa aliança fale em nome da liberdade religiosa e da liberdade de expressão de maneira genérica, a liberdade para ela é “o manto sob o qual ela se empenha no fortalecimento social e político da cristandade” (*Ibidem*, p. 136), sobretudo, insistindo que os cristãos estão sendo oprimidos pelas agendas LGBT e feminista, com destaque aos direitos reprodutivos. Assim, a liberdade de expressão se tornou um senso comum que tem sido o meio para a consagração da masculinidade branca, nacionalidade e poder de classe (*Ibidem*). A partir disso Brown esclarece que essa aliança tem como estratégia de longo prazo recristianizar a cultura através de contestações aos aparatos políticos e legais que se comprometeram com o igualitarismo, secularismo e inclusão.

Há influência dos membros da Aliança em Defesa da Liberdade no governo Trump, sendo o próprio presidente visto frequentemente acompanhado por líderes da entidade religiosa; além disso a Ministra da Educação de Trump era uma importante doadora; e a aliança influenciou nas nomeações jurídicas e deu as cartas no desenvolvimento da legislação em favor dos ideais cristãos. Segundo Brown, grande parte da Suprema Corte dos Estados Unidos com frequência corrobora com as formulações legais da aliança, principalmente com seu uso da Primeira Emenda⁶ que consiste em ao mesmo tempo aumentar o poder da moralidade

⁶ Parte da Declaração dos Direitos dos Estados Unidos que impede o congresso de: adotar uma religião oficial ou dar preferência a uma religião em especial, primando pela separação entre igreja e Estado; de proibir a prática livre da religião; de impor limites à liberdade de expressão; de impor limites à imprensa; de impor limites à livre

tradicional e afastar a lei democrática. A suprema corte também colaborou com a transformação estratégica de um direito privado para uma liberdade pública realizada pela e em prol da Aliança em Defesa da Liberdade, ao moldá-la como uma força pública e permitindo a expansão de seus negócios. A autora pontua estas questões para situar os direitos como:

A ponta de lança com a qual os compromissos democráticos com a igualdade a civilidade e a inclusão são contestadas nas batalhas legais neoliberais. Mas as forças por trás deles, que realizam incursões contra a sociedade e a democracia, são os valores e reivindicações do mercado, combinados com aqueles do familismo heteropatriarcal cristão (BROWN, 2019, p. 140).

Este tipo de uso das liberdades civis constitui uma forma específica de entrelaçar a liberdade individual com a moralidade tradicional, sendo os direitos transformados em veículos da expansão da moralidade cristã conservadora na esfera pública. A partir disso, Brown coloca que *a privatização através da familiarização e da cristianização feita pelo aumento do alcance da “esfera pessoal protegida” subverte a democracia através de valores morais antidemocráticos*. Uma vez que formalizado este aspecto, é travada uma campanha familiar contestando as instituições democráticas desde os seus fundamentos. É por esse caminho que a exclusão, tradição, patriarcalismo, nepotismo, cristandade são transformados em verdadeiras ameaças à igualdade de direitos, inclusão, autonomia, ao secularismo e aos limites e conflitos de interesses.

Com o exposto, Brown afirma ainda que os dois tipos de privatização (econômica e da ampliação do alcance da “esfera pessoal protegida”) acontecem no neoliberalismo através do ideal de liberdade contra os imperativos do Estado por justiça social ou distribuição pelo mercado, a esfera pessoal protegida é imprescindível para a construção “psíquica e política da formação de uma cultura política liberal autoritária” (*Ibidem*, p. 142), já que os elementos da religião e da família (autoridade, fé, lealdade, exclusão, hierarquia e homogeneidade) têm sido legitimados como valores públicos, modelando a cultura pública na medida em que se unem ao mercado para deslocar a democracia. Quando essas duas formas de privatização se espalham pela nação, esta passa a organizar-se na forma de alternância como “um negócio competitivo que precisa fazer melhores acordos e como uma casa inadequadamente protegida, sitiada por estrangeiros que não pertencem ao lugar ou que são mal-intencionados. O nacionalismo de direita oscila entre ambos” (*Ibidem*).

A nação, formatada sob um modelo de “negócio competitivo ou uma casa mal protegida cercada de estrangeiros com más intenções”, está distante de ser algo público ou democrático,

associação pacífica; e de impor limites ao direito de fazer pedidos ao governo com o objetivo de reparar agravos. Ver em “Constitution of the United States”. Disponível online. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

ao invés disso é compreendida como propriedade privada, familiar e o presidente como um *pater famílias*. Nesse contexto, uma nação familiarizada e privatizada se torna de maneira legítima “iliberal” em relação a quem está dentro e em aversão aos “invasores” que são de fora. Dessa maneira, o neoliberalismo incute sementes de nacionalismo que diz renegar formalmente:

Também se ramificam o estatismo, o policiamento e o autoritarismo, uma vez que muros e proteções de todo tipo são autorizados e exigidos por essa privatização. Muros e portões de casas, é claro, são os símbolos visuais mais fortes que demarcam o privado do público, o protegido do aberto, o familiar do estranho, a propriedade do comum. Ao mesmo tempo, à medida que o domínio do privado se expande, ele exige cada vez mais proteção estatal por meio da lei, de forças de segurança públicas e privadas, de patrulhas de fronteira, da polícia e dos militares. Desse modo, o Estado securitário cresce junto com a privatização e é legitimado por ela. De modo similar, apelos nacionalistas para se deixar os refugiados do lado de fora do muro e para expulsar imigrantes recorrem à figura da nação como um lar ameaçado em que os princípios de justiça democrática e direitos humanos não têm pertinência alguma (BROWN, p. 143-144).

Vemos que a ampliação do alcance da “esfera pessoal protegida” alicerçada na liberdade, além de garantir poderes desiguais entre classes, sexos, raças e gêneros, constrói um ideal de nação que rechaça a ordem pública (plural, democrática, secular) em favor de uma ordem privada (homogenia, familiar). A ordem pública tem como premissas uma abertura, ainda que modesta, da isonomia social e política, do Estado de direito e da diversidade, enquanto a ordem privada ostenta muros, hierarquias, homogeneidade, unificações e autoritarismo. Com o exposto, Brown pontua que o projeto moral-mercado no neoliberalismo existente é diferente do que pensou Hayek, mas embora seja uma distorção, parte de princípios comuns. No entanto, temos hoje Estados dominados pelas finanças e por grandiosas indústrias que reclamam legislação e ações estatais em favor de seus interesses, o que se afasta do objetivo de Hayek de manter as instituições políticas isoladas dos interesses enquanto promoviam a competição e conduziam ou estabilizavam o capitalismo.

Ao invés de ser parte da vida social e organizar o comportamento de forma espontânea, como imaginou Hayek, os valores tradicionais são transformados em tática e são comercializados e politizados. O que faz com que a moralidade desoriente a tradição e seja desvinculada da “autoridade natural” que Hayek pensou para ela com sua ampliação através dos instrumentos e discursos libertários. Brown também observa que no lugar de reproduzir a civilização, garantir elos sociais e “governar a conduta de modo orgânico”, como idealizou Hayek, os valores tradicionais se traduzem em “gritos de guerra contra elites laicas, igualitários, secularistas e mulçumanos” (*Ibidem*, 2019, p. 145). Do mesmo modo em que líderes religiosos, corporativos e políticos usam com frequência preceitos morais que eles são flagrados violando,

os valores tradicionais no *neoliberalismo real* foram transformados em mera marca corporativa e política:

Desenraizados da tradição, os valores tradicionais são esvaziados de sua função integradora. Politizados como "liberdades", eles perdem aquilo que Hayek afirmava ser sua coibição não coercitiva sobre a liberdade, para além de limitar as práticas às quais se opõem (BROWN, 2019, p. 145).

Assim, os valores tradicionais se tornaram uma forma de ataque e sabotagem aos laços e a integração da sociedade, no lugar de endossá-los. Principalmente por atualmente se munirem de prerrogativas particulares e corporativas em contestação as leis de igualdade e antidiscriminação. O que Hayek previa como liberdade da tradição através da ordem espontânea e aceitação comum das regras de conduta, conforme Brown, não tem a ver com uma luta por valores tradicionais versus os valores democráticos. Hoje, o que há seria uma distorção da “governamentalidade hayekiana”, que provém da “(de)formação pela batalha e pelo seu enquadramento pelo discurso dos direitos e pluralismo de valores”(Ibidem).

Outra distorção do ideal neoliberal hayekiano apontada por Brown na invocação contemporânea da moralidade tradicional pelo neoliberalismo é a adesão de pessoas que não concebem a liberdade como um desejo central ou princípio da moralidade tradicional. São pessoas que, ao invés de almejar se verem livres da coerção estatal, reivindicam o seu uso e o da igreja para obrigar a obediência e garantir a ordem. Diferente disto, Hayek buscava conciliar liberdade e autoridade política e familiar, não visava substituir uma pela outra. É nesse momento que Brown relembra que Hayek se distancia do conservadorismo e cita o texto dele “Por que não sou conservador” para colocar que ele criticava os conservadores por se importarem com a liberdade de maneira seletiva e por apoiar o poder do Estado quando convergia a seu favor.

A partir do exposto, Brown afirma que os conservadores têm em comum com a esquerda duas características que Hayek considerou perigosas: “a confiança de que eles sabem o que é bom para a sociedade e a disposição de empregar poder político para impô-lo” (Ibidem, p. 147). Para a autora, esse tipo de conservadorismo é hostil de maneira especial na direita religiosa atual porque “não forma somente a autoridade do Estado endossada pelos neoliberais, mas também na sua expansão e alcance estendido, algo que eles temiam (Ibidem).

A terceira distorção que Brown percebe da construção da moralidade tradicional no liberalismo de Hayek e no neoliberalismo existente é o cruzamento da moralidade com “as energias reativas advindas das feridas e dos deslocamentos do homem branco, sua função como uma réplica àqueles que ele julga serem responsáveis por suas feridas” (Ibidem). Atentando para experiência dos Estados Unidos, ela afirma que enquanto os cosmopolitas urbanos

defendem o secularismo, o feminismo, as sexualidades e famílias plurais, a educação e as artes, os brancos do interior reagem de forma aflita e enérgica contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o aborto, ao intelectualismo, ao ateísmo, ao “ataque aos brancos” e ao Islã. A autora defende que essa reação dos interioranos não se remete a tradição como pensou Hayek (para ele forneceria uma ordem sem comando em forma de autoridade, hierarquia ou normas de conduta) nem mesmo à moralidade, seria meramente ódio “de um mundo percebido como aquele que deseja o fim do seu” (BROWN, 2019, p. 148).

Esse ódio concreto é um lembrete de que a tradição traz consigo as desigualdades e ordenações criadas pelas relações de propriedade, raça, sexo, idade, gênero, cor, casta, parentesco: “Independentemente de qualquer outra coisa que ela forneça e promulgue, a família “tradicional” assegura a supremacia branca, a heteronormatividade e as lealdades étnico-raciais seguras” (*Ibidem*). Pensando nessas questões, Brown relata que nos Estados Unidos, ainda que possam trazer consigo tradições de hospitalidade e decoro, sulistas carregam legados de escravidão. As tradições dos pequenos municípios são, na maioria das vezes, formatadas em cima de homogeneidades, étnica, racial e religiosa, quando não de explícitas exclusões.

Com isso, Brown explica que, na medida em que campanhas por valores tradicionais são fomentadas pelo rancor da ameaça ou da perda, essas características passam a ser politizadas e ganham realces e se unem a um sentimento de fidelidade em relação à nação. Isso pode ser constatado de forma mais clara nos extremos como os grupos nacionalistas brancos que mobilizam abertamente valores familiares cristãos junto à submissão das mulheres em favor da “guerra contra o genocídio branco” (que seria a crença de que a mistura de raças dissolve a raça branca), como é o caso dos “Proud Boys” e Identity Europa” (que são organizações neonazistas, supremacistas e misóginas que surgiram no EUA em 2016). Eles ainda demonstram orgulho pelo que “identificam como supremacismo branco dos Pais Fundadores da América donos de escravos” (*Ibidem*, p. 149).

A partir disso, a autora argumenta que a mistura formada pela liberdade sem limites e pela tradição provoca um niilismo. Nietzsche explica o niilismo como inicialmente marcado pela emergência da ciência e da razão para desafiar todas as formas de autoridade, inclusive a de Deus, ao revelar como são construídos os fatos, assim desnudando-os de seus significados inerentes, produzindo um mundo onde os valores mais elevados se desvalorizam quando são desvinculados de seus fundamentos. Focando no niilismo para explicar a instrumentalização dos valores, a autora sugere que os valores que incluem as virtudes cristãs, somadas com igualdade, democracia, razão, verdade e responsabilidade não somem quando seus fundamentos são perdidos, no entanto, tronam-se “fungíveis e triviais, superficiais e facilmente

instrumentalizáveis” (BROWN, 2019, p. 198). A forma instrumentalizada e trivial dos valores que se difundiu extensamente na vida política e comercial, também na vida religiosa, conforme Brown, degradam mais ainda o valor dos valores e isso produz mais niilismo, como exemplo disso:

Quando um discurso de Martin Luther King Jr. sobre servir ao próximo é usado numa propaganda de caminhonetes da Dodge durante o Super Bowl, quando se revela que o clero católico molestou milhares de crianças enquanto seus supervisores faziam vista grossa, quando políticos de "valores morais" são expostos por terem se relacionado com prostitutas ou por terem pago abortos para amantes — essas coisas não causam choque, mas uma careta cúmplice, a assinatura do niilismo (*Ibidem*, p. 198).

Assim, o niilismo nietzscheano se ocupou de refletir sobre o “tombo accidental do divino pelo humano”, quando Deus e a moralidade foram desafiados pela razão e pela ciência. Essa visão do niilismo não explora as formações de poder que tornaram os valores morais triviais, os corromperam e os desafiaram explicitamente. Isso excluiria a força niilista e outras “potências humanas que são descontroladas e perigosas” (*Ibidem*, p.199). A autora então une a ideia de niilismo com teorias sobre o poder de Carl Schmitt, que entende que o poder é radicalmente humano- não derivando nem de Deus, nem da natureza. No entanto, com o advento da modernidade, o poder humano ganha novas formas que disseminam e multiplicam seus efeitos: “essa difusão e multiplicação significa que o poder passa a ser direcionado contra todos, “até mesmo o detentor do poder” (*Ibidem*). O poder passa então a ser uma força intensificadora e multiplicadora que não respeita seus criadores e excede a “vontade de potência e qualquer instituição ou indivíduo” (*Ibidem*). Dessa forma surge também o ressentimento, “progênie eterna do poder”, e se espalha de maneira ampla.

Assim, quando novas formas de poder com um caráter universal frustram os poderosos bem posicionados, mexendo em privilégios e maneiras de viver familiares, o ressentimento passa a ocupar todas as partes. Brown argumenta que ainda que Schmitt (2015) não estivesse pensando nos poderes desgovernados do capital, ou nas técnicas peculiares de administrar a vida humana que Foucault chamou de “biopoder”, ou na financeirização e digitalização, esses poderes reunidos dão intensidade ao problema que ele identificou ao teorizar sobre a concentração do poder no Estado-nação e nas novas forma de tecnologia, como por exemplo, a bomba atômica. Uma vez que para ele seria um paradoxo que os poderes criados pela humanidade rebaixassem a própria humanidade:

Especialmente sua capacidade de moldar seu mundo, atingindo novas intensidades no exato momento em que se revela que essa capacidade é tudo o que existe, é isso que gera novos e mais numerosos sujeitos do ressentimento e um niilismo que vai além dos sonhos lúcidos de Nietzsche (*Ibidem*, p. 200).

A partir dessa junção de Schmitt e Nietzsche, a autora sugere que a face “economicizante” do neoliberalismo deixou o niilismo mais forte e o acelerou em nossa era – tanto por empreendedorizar e monetarizar tudo, quanto pela financeirização que põe todos as esferas da existência humana sob cálculos de investimento sobre seu valor futuro. Na medida em que passamos a ser capital humano, o neoliberalismo torna a venda da alma algo rotineiro e que não é visto como uma desordem. Brown adiciona ainda o pensamento de Marcuse sobre o papel do mercado na intensificação do niilismo, uma vez que ele argumenta que o mercado se tornou ao mesmo tempo o fundamento da realidade e a verdade moral, porque as pessoas são conduzidas a encontrar na produção, no mercado, “o agente efetivo do pensamento e da ação ao qual seus pensamentos e ações pessoais devem se render e nessa transferência, o aparato também assume o papel de um agente moral” (MARCUSE *apud* BROWN, 2019, p. 207). Dessa forma, a consciência é subtraída pela reificação, pela necessidade geral das coisas, onde não há espaço para culpa.

Seguindo as ideias de Marcuse, Brown explica que o que sobra da consciência fragilizada pela “dessublimação” (falta de consciência em relação aos conflitos e ao antagonismo, ou satisfação imediata causada pela “sublimação” da realidade injusta que obscurece a consciência) que cria uma consciência feliz é dominado pela racionalidade e demandas do mercado. Assim, o real se torna tanto o racional (princípio de realidade) quanto o moral (imperativo e ordem moral). O capitalismo então passa a ser “necessidade, autoridade e verdade reunidos; saturando cada esfera e imune a críticas, a despeito de suas devastações, incoerências e instabilidades manifestas. Não há alternativa” (BROWN, 2019, p. 207).

A combinação da versão do niilismo de Marcuse com a de Nietzsche explicam coisas como, por exemplo: “o escarnio rotinizado das preocupações “esquerdopatas” com o sofrimento humano, a injustiça e a devastação ecológica, encontradas em sites de direita e em seções de comentários” (*Ibidem*, p. 208). Trata-se de uma política da indiferença que se dá a partir da desintegração niilista de um pacto social e a partir da falta de fé na capacidade de conter os poderes e arranjos humanos, conduzindo os indivíduos a um sentimento de “negligência social e política de seus sujeitos” (*Ibidem*).

Brown também argumenta que os entulhos da consciência largados pelo niilismo ajudam a explicar a “agressividade e sevícia” que vem dos telejornais de TV a cabo, da internet, blogs e tweets da direita. Elas são “alimentadas pela valorização neoliberal da liberdade libertaria, pela masculinidade branca ferida e raivosa e pela depressão radical da consciência e da obrigação social realizada pelo niilismo” (*Ibidem*, p. 209). Se trata de agressões organizadas em formas de discursos por ofensivas do neoliberalismo ao social e ao político, também pela

legitimidade que o neoliberalismo dá para indiferença ante aos apuros ou ao futuro de outros. Porém, as ofensivas aos liberais e as pessoas de esquerda (feministas, antirracistas, etc.) é também uma forma de ação niilista:

A paixão e o prazer envolvidos em trolar e acabar com alguém são sinais daquilo que Nietzsche chamou de "destruição da vontade " simplesmente para sentir seu poder quando a afirmação do mundo ou a construção do mundo não estão disponíveis. Talvez a negação - bruta ou moralista - seja o que resta quando os poderes que moldam o mundo parecem incontrolláveis e irrefreáveis e a catástrofe existencial parece iminente (BROWN, 2019, p 209).

Através de Nietzsche, Brown discute que a qualidade ativa dessa negação que é o desdém da direita pelas “prescrições éticas ou políticas” de consertar ou cuidar do mundo, é uma forma de ação niilista e há prazer nessa ação, na provocação, na humilhação, em causar sofrimento no outro. Então, na intersecção entre o niilismo e o neoliberalismo, a liberdade é retirada do cerne dos valores tradicionais, que segundo o neoliberalismo idealizado por Hayek, deveria controlá-la e discipliná-la. Assim, a união entre o ataque neoliberal ao político e o social com a masculinidade branca “ferida e dessublimada”, origina uma liberdade sem nenhuma inibição, que é um sintoma de uma desintegração ética, mesmo que se disfarce com frequência de “retidão religiosa ou de melancolia conservadora de um passado fantasmático” (*Ibidem*, p.210).

Essa liberdade se expressa de maneira paradoxal como niilismo e contra o niilismo, destruindo e atacando ao mesmo tempo em quem culpa “seus objetos de chacota pela ruína dos valores e da ordem tradicional” (*Ibidem*). Configura-se um modelo de liberdade que não tem freios, uma liberdade para fustigar as normas aceitas e descompromissada com os cuidados e com o futuro. Essa liberdade é remanescente do niilismo “em gestação por séculos e intensificada pelo próprio neoliberalismo” (*Ibidem*). Brown caracteriza essa liberdade como sendo a liberdade de fazer algo porque se quer e se pode e por não acreditar em nada além da própria vontade de potência. O que seria o resultado de uma humanidade sem projeto que não seja a vingança, sem crença e sem proposito e que não se inibe pela consciência, fé ou por valores.

Para exemplificar essa liberdade, a autora cita um movimento de homens que odeiam o fato de terem sido ignorados ou desdenhados por mulheres, então voltam sua raiva contra as mulheres através de agressões online. A partir desse exemplo, ela explica que a dessublimação permite que o que antes era parte da vergonha, do sofrimento e do ódio de si mesmo, seja representado por uma ira assassina, recorrendo a uma versão niilista do tradicionalismo moral que antecede o feminismo e que assegurava o acesso dos homens às mulheres como uma questão de direito, algo muito característico em movimentos à direita. Além disso, uma das

características da direita atual que Brown explica a partir da união das teorizações de Nietzsche e de Marcuse em relação a moralidade dos sujeitos, que é o fato de que mesmo com suas agendas moralistas e invocando valores tradicionais, cristãos e da família, a direita coabita frequentemente com escândalos morais que envolvem seus líderes religiosos e políticos e lidam bem com isso.

Brown pontua que essa habilidade da direita de lidar com escândalos de seus líderes, mesmo que contrários aos valores defendidos por eles, é possível por que o niilismo comprime o sentido da conduta e o sentido da consistência da verdade, uma vez que o indivíduo não precisa ser necessariamente moral, ele pode apenas gritar sobre moralidade. É possível também porque o niilismo, segundo a autora, transforma a política de valores contratual: “a base evangélica de Trump não liga para quem ele seja ou o que faça, desde que faça acontecer quanto a Jerusalém, ao aborto, ao banimento de pessoas trans das forças militares, a rezar na escola e ao direito à discriminação por negócios e indivíduos cristãos” (BROWN, 2019, p.212).

Com isso, a autora avalia que a transformação da política de valores em contrato ou a redução da consistência moral pelo niilismo não são tão importantes quanto a característica do niilismo que “desbloqueia a vontade de potência não apenas nos sujeitos, mas nos próprios valores tradicionais, revelando francamente o privilégio e a arrogância que eles codificam, seus propósitos e energias de poder crus”. (*Ibidem*, p. 213). Desse modo a moralidade regride a sua vontade de potência na medida em que o niilismo desintegra seus princípios e desvaloriza o seu valor. Como exemplo: “[...] adultério, associar-se com prostitutas, dar golpes em empresas contratadas ou em trabalhadores sem documentação - esses são direitos dos poderosos que os valores tradicionais implicitamente autorizam ao proibir explicitamente e codificam ao repudiar” (*Ibidem*). Assim, se os objetivos de poder na moralidade tradicional são gigantes, são apenas o que sobram quando o niilismo se desnuda da fachada de “sermão da montanha”.

Com o exposto, é possível compreender que o comportamento “contra o politicamente correto” de líderes como Trump ou Bolsonaro, não é compreendido por seus entusiastas como em desacordo com os valores tradicionais, pelo contrário, consagram a ordem de privilégios ancorada na tradição a qual esse eleitorado sofre por estar sendo contestada pelas lutas contra desigualdades de classe, gênero, sexo e raça. Ao desvalorizar os valores, os tornando sem consistência e sem compromisso com a verdade, o niilismo diminui a força da consciência que ao mesmo tempo é formada pelos valores e é acorrentada a eles. Além do niilismo, Brown percebe que Nietzsche teorizou outro sintoma da nossa era: o ressentimento. O autor formulou sistemas morais completos, oriundos do sofrimento e da raiva, onde o sofrimento era experimentado como uma vitimização errônea. Porém, no ressentimento atual, diferente do que

teorizou Nietzsche, “legitimidade em declínio e supremacia lesada” centralizam sua lógica, não apenas o que o autor chamou de “fraqueza”.

Brown lembra que no primeiro ensaio da genealogia da moral, Nietzsche diz que a moralidade judaico-cristã surgiu como a vingança dos fracos que sofreram em um sistema de valores que afirmavam a força, poder e ação. No entanto, eles não se ressentiam de suas fraquezas, mas em relação aos fortes a quem culpavam por estarem sofrendo. Com isso, surge um novo sistema de valores que repreendia a força e a colocava como algo ruim enquanto colocava a fraqueza como algo bom. Esse novo sistema de valores invertido, foi possível à medida que o ressentimento deixa de “ferver por tempo suficiente para torna-se criativo e dar à luz a valores” (NIETZSCHE *apud* BROWN, 2019, p. 214). Os fracos não eram capazes de agir, apenas de reagir e essa seria sua crítica moralizante e tudo o que eles tinham e buscariam de forma obstinada até triunfar. Assim, uma valorização judaico-cristã da humildade, docilidade, autoabnegação, ascetismo e da igualdade e democracia nasceria da ferida da fraqueza e derrubaria os fortes e poderosos, que são punidos e coagidos por essa nova moralidade.

Desse modo, “a criatura do ressentimento” ao se ver incapaz de criar o mundo, o repreende, fazendo o mesmo a quem culpa por seu sofrimento e humilhação e dessa forma anestesiando a sua dor. O significado disto é que o sistema moral que o ressentimento constrói traz, na sua essência: “o rancor, a reprimenda, a negação e até mesmo a vingança” (BROWN, 2019, p. 215). O ressentimento, o rancor, a raiva, a reação a humilhação e o sofrimento estão presentes atualmente no apoio da direita às lideranças autoritárias, porém, a política do ressentimento surge nos sujeitos que historicamente dominaram, eram os “fortes”, na medida em que sentem que sua dominação está decaindo, sobretudo, nas palavras de Brown: “na medida em que especialmente a branquitude, mas também a masculinidade, fornece uma proteção limitada contra os deslocamentos e perdas que quarenta anos de neoliberalismo produziram nas classes trabalhadoras e médias” (*Ibidem*).

O ressentimento atual difere do teorizado por Nietzsche por não ser alicerçado na fraqueza. Ainda que ambas as formas de ressentimento reajam a humilhação, as frustrações causadas pela fraqueza e pelo poder lesado são totalmente diferentes. Para Brown isso fica claro quando se observa que os brancos, heteronormativos, cristãos evangélicos tendem a responder aos rebaixamentos causados aos seus status pelos efeitos econômicos do neoliberalismo com um forte ressentimento por terem sido destronados. A autora apresenta ainda outro importante aspecto da neoliberalização da vida: “as profundas desigualdades de acesso e as hierarquias de status que organizam cada parte do comércio e do que resta da vida pública” (*Ibidem*). Não há hoje, argumenta Brown, quase nenhuma esfera da vida ou atividade que não seja traçada por

classes e que não dependa da renda. Seja no embarque, ou espaço, ou tipo de comida que se recebe em um avião, seja no acesso aos eventos de entretenimentos em geral, seja no quão rápido se consegue um atendimento médico, tudo depende da classe à qual se faz parte, do status e da renda que possui.

Essas formas de estratificações estão presentes e inseridas na cultura de maneira tão naturalizada que palavras como “vip”, “premium” ou “upgrade” se tornaram triviais em qualquer indústria e serviços. Então quanto mais a vida pública se torna privatizada (saúde, educação, serviços urbanos, espaços públicos), mais as desigualdades empilham os despossuídos na miséria desassistida, ao mesmo tempo em que oferece aos que têm alguma posse várias maneiras de “comprar sua saída da aglomeração, da espera e do sofrimento” (BROWN, 2019, p. 216). Sabe-se que as desigualdades do acesso as provisões fundamentadas na renda não são novidades, no entanto, a privatização e a legitimação da estratificação neoliberais as têm tornado mais intensas, difundidas e enraizadas na vida cotidiana do que em qualquer outro tempo histórico: “o preço dos serviços, o acesso e o tratamento para tudo em todos os lugares por patamares acostuma todos às desigualdades e nos tornam mais feudais do que democráticos em nossa subjetividade e *ethos*” (*Ibidem*).

Assim, esse fenômeno de estratificação de tudo naturalizado na cultura e incutido nas subjetividades também intensifica a ira dos destronados, o ressentimento. A partir disso Brown argumenta que a neoliberalização da vida cotidiana (com seus efeitos e espírito desigualitários) combinam tanto o ressentimento de quem foi deixado para trás pela economia neoliberal, como da raiva do homem branco que perdeu alguns privilégios. Quando o ressentimento vem da perda do domínio e não da fraqueza, acontece porque não há desenvolvimento de valores morais refinados a partir do rancor e da raiva, continua, portanto, sendo apenas rancor e raiva. Pois, eles não são “sublimados na autoabnegação”, ou no amor ao próximo dos cristãos, apresentados por Nietzsche. Conforme a autora, humilhação, sofrimento e ressentimento dessublimados se tornam uma política de vingança e ofensivas a quem tenta tirar do trono a masculinidade branca, como os multiculturalistas, os globalistas e as feministas.

A ferida aberta e a ira não sublimada, juntas com um niilismo que desvaloriza os valores faz com que “altos níveis de afeto motivem as populações mobilizadas por eles [...] e não o que Nietzsche chamava de perspicácia sem precedentes a edificar sistemas inteiros de crítica” (*Ibidem*, p. 217) ou sistemas morais desenvolvidos. Isso é apenas puro ressentimento, sem direcionamento da disciplina, criatividade e sem domínio intelectual. O que para Nietzsche se remete à moralidade dos escravos na construção da civilidade judaico-cristã, é, conforme Brown, ressentimento sem críticas e lógicas morais capazes de inverter a dominação ou

repreendê-la: “trata-se de ressentimento preso em seu rancor retido, incapaz de “tornar-se criativo”. Ele só tem vingança, sem saída, sem futuridade” (BROWN, 2019, p. 217). Para exemplificar este argumento, a autora discute que Trump identifica a vingança como sua única filosofia de vida e que não há nada além da vingança para ele.

Além dos esforços de Trump para destruir qualquer pessoa que tenta questioná-lo e que faça oposição a ele, a vingança transborda na sua agenda política e é também o que deixa satisfeita a parte mais extremista de sua base de apoio, uma vez que:

Ela anima o impulso de revogar todas as conquistas da era Obama, é claro, dos pactos climáticos ao acordo com o Irã, mas também o de destruir aquilo que essas políticas visavam proteger ou preservar: a Terra e suas muitas espécies, os direitos e as proteções dos vulneráveis (LGBT, mulheres, minorias) e a saúde dos americanos assegurada por meio do Obamacare (*Ibidem*, p. 218).

Além disso, o fato de muitos apoiadores de Trump, quando questionados a respeito de casos polêmicos envolvendo o presidente relacionados à desprezo pela verdade ou leis, defenderem ele dizendo estarem cansados dos desrespeitos sofridos por seus opositores, é um tipo de defesa que se afasta da razão e se caracteriza como um niilismo. Pois, ao ratificar o respeito pelo presidente, ainda que este se comporte de forma que se afaste dos valores preconizados pela ética, seus apoiadores estão assumindo o caráter oco dos valores morais que mobilizam em seus discursos. A lealdade ao presidente se deve ao fato de Trump “corporificar uma réplica da sua dor”, quando, independente das políticas que ele siga e de quantas coisas erradas ele faça, o que vai importar é apenas que ele faça oposição a quem os seus apoiadores entendem como os responsáveis por seus sofrimentos.

Brown entende que os abusos de poder de Trump – conjugais (quando envolvido em um escândalo sobre envolvimento com prostitutas ou quando expressa atitudes machistas) e políticos (quando acusado de obstruir a justiça e de pressionar líderes da Ucrânia a lhe dar informações sobre um rival político, para obter vantagens nas eleições de 2020) – são parte do desejo de seus apoiadores de ter um representante que se vingue de quem eles acham que lhes causa sofrimento, não estão em desacordo com os valores e desejos reais desses apoiadores, uma vez que o Presidente tem o poder que eles não têm. A base de Trump precisa disto, sabia que ele faria isto e não o elegeu por retidão moral, tampouco por competência política, apenas pela vingança “da ferida e do vazio, destruindo o agente imaginado daquela ferida” (*Ibidem*, p. 219). Resumindo, se trata de ressentimento.

Outra coisa que Brown entende que acontece quando o ressentimento vem da perda do domínio e não da fraqueza, é uma série de valores que surgem do ressentimento de quem sofre a perda de um poder conferido historicamente. Para a autora, se Nietzsche tem razão quando diz que o ressentimento dos fracos diminui sua fraqueza ao chamar de ruim os que eles

entendem como causadores de seus sofrimentos e ao chamar a si mesmos de bons, então a dominação destronada “denunciaria a igualdade e até mesmo o mérito a fim de afirmar sua supremacia baseada em nada mais que o direito tradicional” (BROWN, 2019, p. 219). Assim ideais como “tornar a América grande de novo”, “a França para os franceses”, “Polônia pura, Polônia branca”, “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos” e outros slogans da direita, se baseiam na supremacia e nos direitos de outrora.

Esse resgate dos direitos que passaram e da supremacia, causam uma “inversão histórica dos valores que encerram três séculos de experimentos modernos com a democracia” (*Ibidem*, p. 220). A autora compreende que isso ataca a própria moralidade judaico-cristã, que tem a construção retratada por Nietzsche como uma finalização do que o niilismo iniciou. A direita atualmente apresenta a supremacia como uma reivindicação direta por domínios perdidos ou reduzidos, o que para Brown, seria uma apresentação que “converge de modo poderoso” com a ofensiva neoliberal à democracia e à igualdade, ao político e ao social. Assim, a supremacia da masculinidade branca é explicitada na política de valores tradicionais da atualidade, não apenas porque o niilismo desnuda a moral desses valores os tornando contratos ou os instrumentalizando, mas também porque tal supremacia foi ferida e não aniquilada, “seu sujeito abomina a democracia, que julga responsável por suas feridas, e busca derrubá-la junto à medida que decai” (*Ibidem*). Desse modo, se o homem branco não pode dominar a democracia, então não haverá democracia, se ele não pode dominar o planeta então age para não haver planeta.

Inúmeras são as mediações que precisam ser feitas para relacionar o objeto dessa pesquisa às reflexões e diagnósticos realizados até aqui neste capítulo, mesmo que não tenham sido poucas às vezes em que os teóricos – embora estivessem retratando a experiência neoliberal com foco nos acontecimentos dos Estados Unidos – pareceram estar falando do Brasil atual. O que não é nenhuma surpresa, tendo em vista que, como discutimos, a razão neoliberal se espalhou pelo planeta, explicitando cada vez mais a sua incompatibilidade com as premissas democráticas. A importância de abordar o neoliberalismo não apenas como uma política econômica que intensifica as desigualdades crescentes, mas também como uma racionalidade política que une mercado e moralidade tradicional, visando deslegitimar a igualdade democrática mobilizando os valores cristãos, da família e da liberdade, nos permite perceber novas formas de subjetividades políticas que são parte dos efeitos do neoliberalismo.

Com o exposto, foi possível perceber os pontos de convergência entre o neoliberalismo – mesmo distorcido do projeto original de seus formuladores – e os setores não econômicos da vida cotidiana. Ou seja, foi possível perceber como essa razão economicizou todos os aspectos

da experiência humana, intensificando um niilismo e o ressentimento de quem não suporta a ideia de perder privilégios em nome da igualdade democrática. Esses autores, ao tentar encontrar as raízes dos valores neoliberais procedem a uma espécie de genealogia dos valores, uma história da relação entre economia e valores, o que nos interessa por nos fornecer ferramentas para compreender o entrelaçamento entre o neoliberalismo, conservadorismo e sua radicalização após 2008, expressa, principalmente, com a ascensão da extrema-direita pelo mundo. O que é indispensável para esse estudo. Somada às discussões desse capítulo, em seguida focaremos nas contribuições de uma sociologia da moral para perceber *como* o quadro de valores morais comuns ao neoliberalismo transcorre pelas classes, recebendo a adesão daqueles setores da sociedade que são mais prejudicados pela lógica de desorganização do trabalho, dismantelamento do social e do político e pelo aprofundamento das desigualdades propiciados pelas políticas e economia neoliberais. Nos debruçaremos então, no próximo capítulo, sobre teorias e métodos de uma sociologia da moral.

CAPÍTULO 2

Interesses de classe e valores morais: uma relação racional e irracional aos olhos da sociologia da moral

Existe uma relação entre valores morais e interesses de classe? O capítulo anterior tratou da maneira como os valores foram instrumentalizados pela razão neoliberal produzindo, dentre outras coisas, um complexo que transforma o interesse de pouquíssimas pessoas na base para a constituição de um ideal de como a vida deve ser vivida. Se tomarmos que as disputas em torno de como a vida deve ser, ou do que é uma vida digna, como o objeto da moral, o capítulo anterior demonstrou como o neoliberalismo se edifica sobre uma poderosa base moral. Mas, pensando na maioria excluída pelo neoliberalismo, como é possível que as pessoas tenham valores que contrariam seus próprios interesses? Compreender a complexidade da relação entre valores morais e interesses de classe é um exercício sociológico muito importante. Mesmo não sendo difícil observar que, algumas vezes, os valores podem estar em contradição com os interesses de classe de certos grupos, não é incomum encontrar quem se espante diante de tal fato. Um exemplo contemporâneo desse espanto é o jargão “pobre de direita”⁷, usado comumente nas interpretações cotidianas de setores mais à esquerda para apontar, de forma pejorativa, uma incoerência no apoio político dos mais pobres aos candidatos, partidos e governos que desenvolvem políticas que beneficiam diretamente as elites e reforçam a precarização.

Refletindo sobre tal problema, pode parecer óbvio (para algumas pessoas) que um pobre trabalhador tenha que confrontar medidas que beneficiam apenas o capital e que entenda que são interesses contrários aos da classe social a qual pertence. No entanto, é necessário lembrar que não há tanta clareza de efeitos no modo como as políticas são apresentadas e discutidas. Projetos políticos não podem ser claramente reduzidos ao que seria vantagem ou prejuízo econômico para as diferentes classes. Há muitas mediações na relação entre a política e todos os elementos subjetivos que permitem adesão a uma tal política. Aqui, busca-se um elemento específico dessa adesão: os valores.

Se decidir quando um projeto é melhor para o estrato social a que se pertence fosse um procedimento simples, possivelmente estaríamos vivendo sob outro sistema econômico e político - dificilmente teríamos a prevalência de um sistema que privilegia poucos enquanto explora a grande maioria. Nesse cenário, é importante destacar que as discussões políticas não

⁷ Como exemplo do uso da expressão “pobre de direita” nos embates políticos, ver RAMOS, Mailson. Pobre do pobre de direita. Pragmatismo Político, ano 12, 10 abr. 2018. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/04/pobre-do-pobre-de-direita.html>. Acesso em: 23 jan. 2021. Nessa matéria o autor define o que ele chama de pobre de direita como o “pobre que não gosta de pobre”.

discorrem exclusivamente sobre questões distributivas. Antes, destaca-se uma sobreposição de pautas que abordam e sobrepõem reconhecimento, moralidade, afetos, paixões, tradições e religiosidade, dentre outras. Como tais pautas são mobilizadas para assumir posição de destaque no debate público e, principalmente, como criam interesses que permitem níveis diversos de engajamento, terminam por, em grande medida, ofuscar ou transformar questões sociais e econômicas. Por isso, não há respostas fáceis ou rápidas para explicar a relação entre interesses de classe e valores morais. Por uma sobreposição de modos de perceber interesses, indivíduos terminam por apoiar ou aceitar políticas e modos de organização que lhes prejudicam. O fato é que se trata de um complexo processo de convencimento, dominação e constituição de sujeitos que requer um esforço significativo para ser compreendido.

O desdém com o “pobre de direita” e a esperança (implícita a esse desdém) de que, naturalmente, os mais pobres deveriam desenvolver consciência de classe é simplista. Por exemplo, a perspectiva gramsciana de hegemonia, bem como as explicações marxistas sobre ideologia, alienação e sobre o processo de tomada de consciência de classe demonstram como a identificação correta dos interesses de classe é um processo complexo para os dominados. Como já mencionamos na introdução, é importante recordar que não há novidade no fato de que as classes dominadas incorporam a visão de mundo das classes dominantes, pois são os interesses das classes dominantes que circulam pelos grandes meios de comunicação de massa, por todas as instituições, nas nossas relações e se estabelecem na sociedade como verdade, convertendo-se, assim, em *sensu comum*. No entanto, apenas essa explicação não seria suficiente para o objetivo desta pesquisa que busca perceber como se dá a mobilização dos valores morais na percepção de jovens das classes não favorecidas por um projeto político de cunho neoliberal.

Por isso, julgamos necessário unir as discussões do capítulo anterior à uma sociologia da moral capaz de nos trazer elementos importantes para observação do *como* os mais pobres são seduzidos pelo quadro de valores de um sistema econômico, social e político que, em última instância, lhes prejudica. Buscaremos entender a produção de valores nas interações entre classes sociais, como são mobilizados os valores morais. É necessário entender os mecanismos psicológicos utilizados para construir seus sujeitos que, mesmo limitados pela lógica do sistema, não conseguem enxergar alternativas e tomam a defesa do próprio sistema causador de seus problemas. O capítulo anterior, que tratou propriamente de uma reflexão mais ampla sobre o neoliberalismo, já nos trouxe alguns caminhos importantes para essa observação, sobretudo ao colocar o apelo aos valores morais tradicionais (discurso pró família, contra a cidadania e

direitos das mulheres e homossexuais, pró cristianismo) como o alicerce da racionalidade que vincula moralidade e neoliberalismo.

O capítulo um nos permitiu enxergar que o neoliberalismo é, por natureza moralista e antidemocrático, pois despreza os ideais de igualdade, justiça social, sociedade, bem comum e qualquer valor que priorize algum senso de coletividade, colocando-os como grandes algozes de algo que toca profundamente as pessoas: a liberdade. O neoliberalismo produz um ideal de liberdade que eleva valores e interesses corporativos, privados, religiosos, familiares e particulares para legislação estatal, o que Brown (2019) nos levou a compreender como resultado de um niilismo e ressentimento causados pela ameaça de destronamento da masculinidade branca e heteronormativa cristã. Essa percepção é imprescindível para entender que o conjunto de ideias que constitui o neoliberalismo conduz parte significativa das pessoas afligidas por ele a defendê-lo, pois essas ideias mobilizam valores e paixões irracionais que transitam por diferentes segmentos sociais.

Guiadas pelo quadro de valores mobilizados pela razão neoliberal – que (como acabamos de repetir) se fundamenta na moralidade tradicional e no esfacelamento do social e do político, ou seja, na destruição das bases da democracia – algumas pessoas se voltam contra políticas ou ideais capazes de atenuar os efeitos nocivos do neoliberalismo sobre suas realidades. São levadas, inclusive, a se tornarem contrárias a uma forma de reconhecimento progressista, assim aderindo ao autoritarismo (BROWN, 2019; DARDOT e LAVAL, 2019; FRASER, 2017). É por todas estas questões que no propomos aqui, no capítulo dois, a discutir o *como*, como se dá o processo em que esse quadro de valores, esse conjunto de ideias que constituem um sistema econômico, político e social se transformam em práticas e direcionam o comportamento dos indivíduos. Precisamos compreender, de forma mais clara, como acontece o processo de adesão aos valores e defesa de interesses, por parte dos mais pobres, de um sistema que favorece apenas o 1% mais rico da população global, enquanto os explora e torna a sua vida cada vez mais difícil.

Para isso, é necessário recorrer a uma sociologia da moral que trate especificamente sobre produção de valores morais sob o capitalismo, por isso a primeira parte desse capítulo trará uma discussão macrosociológica orientada pelos estudos de Adorno e Horkheimer (1973; 1982; 1993). A segunda parte tratará os mecanismos psicológicos que transformam indivíduos em massa e os conduzem a aderir às propagandas autoritárias, a partir dos diálogos entre Adorno (2015) e Freud (1922). A terceira parte trará uma reflexão de Adorno (2020) sobre os *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Esse texto é fruto de uma palestra de Adorno em 1967, em Viena, nele o autor buscou explicar o rápido crescimento da extrema direita na Alemanha e em

outros países da Europa, colocando a dinâmica do capitalismo como o estopim do radicalismo da época. Os aspectos observados pelo autor, mesmo que há cinco décadas atrás, ainda são muito presentes na nova direita atual, ajudando a entender a brasileira. Por isso, respeitando as diferenças e particularidades de época – contexto, organização econômica e social – frisaremos algumas similaridades entre o novo radicalismo da direita observada por Adorno e da direita brasileira atual.

Além das questões acima, é necessário também tratar na quarta e última parte deste capítulo sobre a incorporação dos valores dominantes pelas classes dominadas como uma maneira destes últimos tentarem alcançar bens que são valorizados socialmente, o que pode lhes trazer bem-estar ou o sentido de superioridade, uma vez que, incorporando valores morais aceitáveis, incorporam também uma ideia de vida digna e de busca por condições dignas de sobrevivência (SAYER, 2005a; 2005b) que pode lhes garantir maior status social. É indispensável a esse debate considerar um desenho de pesquisa que nos possibilite perceber como os indivíduos destacados constroem fronteiras morais entre eles e (quem eles consideram) os outros (LAMONT, 2000). Entendemos que a junção dessas teorias e métodos nos ajudará na compreensão do processo em que pessoas pertencentes à classe trabalhadora são conduzidas a defender – muitas vezes aderindo ao autoritarismo – um sistema de privilégios que não lhes inclui.

Por que dizemos (no título deste capítulo) que a relação de interesses de classe e valores morais é irracional e racional aos olhos da Sociologia da Moral? Conforme Adorno (2015), a propaganda antidemocrática é separada do pensamento discursivo e se orienta psicologicamente para mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. Não fosse assim, seria mais difícil conseguir adesão. Por exemplo, se fosse explícito nos meios de comunicação e no debate público que a redução dos direitos trabalhistas- em nosso caso “carteira verde e amarela-, chamada de “aprofundamento da flexibilização das leis trabalhistas”- é interessante e vantajosa apenas para os empregadores que acumularão mais riquezas com isso, enquanto o trabalhador será ainda mais explorado cotidianamente e seu trabalho ainda mais precarizado, talvez houvesse um pouco mais de resistência contra esse tipo de projeto político.

No entanto, ao abordar o tema da redução de direitos dos trabalhadores, os meios de comunicação de massa fala de liberdade na relação entre patrão e empregado, insinuam que ter direitos é ter uma relação de dependência que pode reduzir ganhos e crescimento profissional,

além de falar na possibilidade de aumento de empregos e salários⁸. Embora, na prática, isso ofereça ainda menos seguridade ou garantias ao trabalhador, é apresentado como sendo mais vantajoso que os direitos que tinham antes assegurados por leis. Esse é um exemplo importante para refletir não apenas sobre o papel da propaganda e da comunicação de massa no convencimento das pessoas, mas de modo geral, para começar a perceber *como* as pessoas são levadas a defender coisas que lhes prejudicam por serem mobilizadas psicologicamente por processos inconsciente, irracionais, porém, racionalmente orquestrados para seduzir o maior número possível de indivíduos.

Ao analisar a disseminação dos valores da classe dominante pela sociedade com a finalidade de impor seus interesses como senso comum, enxergaremos o aspecto racional da relação entre valores e interesses de classe. Mas, ao analisar a incorporação desses valores e interesses pelas classes subalternas, nos depararemos com a organização dos processos para mobilização de afetos e convencimento das pessoas sobre a verdade e justiça do sistema e, portanto, enxergaremos o aspecto irracional dessa relação. Por isso, ao mesmo tempo em que a relação entre interesses de classes e valores morais é uma relação racional (pensando na instrumentalização dos valores pela classe dominante) é irracional (pensando na incorporação dos valores das classes dominantes pelas classes subalternas) aos olhos da sociologia da moral. Algo que trataremos de forma mais abrangente no desenvolvimento deste capítulo, buscando um aporte teórico e metodológico para a análise de nossa experiência de pesquisa nos capítulos posteriores.

2.1 Vida moral dos indivíduos e organização de valores nas classes sociais: Adorno e a experiência sob o capitalismo

Nessa parte do trabalho, busca-se apontar os caminhos de uma sociologia que nos possibilite apreender a forma como o capitalismo molda a vida moral dos indivíduos, “organizando” os valores nas classes, sobretudo nas mais pobres. A importância de discutir a perspectiva Adorniana se dá por sua análise da experiência moral sob o capitalismo. Ao situar a produção dos valores numa discussão macro, que compreende a própria reprodução do capital, essa perspectiva aponta caminhos para compreender a “organização” e o compartilhamento de

⁸ Ver BORGNETH, Flávio. Reforma trabalhista já está em vigor; conheça as principais mudanças. Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (SENGE-ES), ano 6, 11 nov. 2017. Disponível em: <https://senge-es.org.br/reforma-trabalhista-ja-esta-em-vigor-conheca-as-principais-mudancas/>. Acessado em: 23 jan. 2021. Se trata de um exemplo de como um jornal de televisão de grande alcance, do maior grupo de comunicação de massa do país, reportou a reforma trabalhista de 2017, colocando apenas a fala oficial do governo na reportagem e de economistas favoráveis à reforma, falando em liberdade, comum acordo entre patrão e empregado e geração de empregos, sem contraponto algum.

valores nas classes sociais, ao mesmo tempo em que traz instrumentos para compreender e sintetizar as lógicas que, sob as teorias que tratam do neoliberalismo, parecem dispersas e historicamente novas. Quando discute a relação entre indivíduo e sociedade capitalista, Adorno destaca o caráter totalitário da atual sociedade: ao anular o indivíduo, mercantilizar a cultura, oferecer uma “semiformação” e esvaziar os aspectos humanos ante a objetividade das instituições. Assim, o valor da individualidade passa a seguir a racionalidade do capitalismo, que se deve “às formas da economia política, em particular ao mercado urbano” (ADORNO, 1993, p. 130).

Para Adorno, a socialização capitalista limita as possibilidades de criatividade e autonomia, “o indivíduo reflete precisamente em sua individuação, a lei social preestabelecida da exploração, por mais que esta seja mediatizada” (*Ibidem*, p. 130-131). Desse modo, o indivíduo deve ser percebido como participante do processo de sua própria liquidação. Isso não é culpa dos indivíduos. Antes, se deve a um falso individualismo inerente à razão capitalista que, ao mesmo tempo em que os isola e não promove sua emancipação, também o torna dóceis e impotentes. O capitalismo seria um sistema que não só anula o indivíduo como o deforma e “penetra até aquela humanidade que um dia os determinava como indivíduos [...] a crua realidade material, que conecta o ser humano à desumanidade, se vê aceita mesmo quando é denunciada” (*Ibidem*, p. 130).

Com base nisso, o autor pontua que a sociedade capitalista é composta por indivíduos que são definidos em função dos grupos aos quais pertencem, estruturando assim sua personalidade e colando-se em sua organização. Desse modo, a organização da subjetividade desses indivíduos seria estruturada socialmente. Essa estruturação da subjetividade não é formal, é uma individuação que leva a uma subjetividade permeada de forma concreta por interesses e demandas da sociedade. Isso leva Adorno a refletir sobre ser a composição orgânica dos indivíduos uma ampliação da composição técnica do capital:

A composição orgânica do ser humano não para de crescer. Aquilo através de que os sujeitos são neles mesmo determinados como meios de produção e não como finalidades vivas cresce como a proporção das máquinas em relação ao capital variável. Os discursos habituais sobre a “mecanização” do homem são enganosos, porque o concebem como algo estático, que por “influências” de fora, através de uma adaptação a condições de produção a ele exteriores, sofre certas deformações. Mas não existe substrato algum dessas “deformações”, nenhuma interioridade ôntica sobre a qual mecanismos sociais atuariam de fora apenas: a deformação não é nenhuma doença no homem, e sim uma doença da sociedade, que gera suas crias com aquela “tara hereditária”, que o biologismo projeta na natureza (*Ibidem*, p. 201).

Esse trecho mostra que Adorno não se refere apenas às adaptações dos indivíduos às relações de trabalho, refere-se principalmente a outras esferas, ao que tornaria o indivíduo um ser humano com impulsos inatos, tendo em vista que, para o autor, esses impulsos já são frutos

da ordem social. Com isso, mesmo a organização psicológica e pulsões do indivíduo retratariam o processo social. Para exemplificar, Moraes (2006) observa que por toda *Minima Moralia* existem citações de Adorno sobre o *eu configurado*:

Como o diretor de empresa que deve “coordenar” e “gerenciar” as instâncias divergentes, “administrando” os conflitos com o objetivo de, com a “otimização” do funcionamento da empresa, melhorar a “publicidade” do “produto”, promovendo, assim, sua melhor “valorização” no mercado (MORAES, 2006, p.132).

Isso demonstra como, para Adorno, a relação entre indivíduo e sociedade sob o capitalismo seria como uma aniquilação do indivíduo. Essa aniquilação não significa o fim da existência, mas sim a neutralização das resistências e possibilidades emancipatórias levando à consolidação da impotência do indivíduo. Assim, Adorno indica como uma vida sob a experiência capitalista é moldada e organizada pelo sistema, demonstrando como os imperativos da racionalidade econômica permeiam a constituição de subjetividades. Esse aspecto é importante por dialogar com as reflexões anteriores que também discutem o lado instrumental da razão capitalista.

Essa maneira de compreender a tensão entre a sociedade totalitária e o indivíduo produz a ideia de *vida falsa*. Sendo a sociedade capitalista um *mundo administrado* ou o mundo onde os mecanismos de dominação não precisam mais de justificativas por já terem alcançado um nível de introjeção capaz de contorcer e fragmentar as subjetividades individuais, a humanidade passa a não ter plenas condições de fazer oposição crítica ao capitalismo. (ADORNO *apud* FIANCO, 2010, p. 15).

Adorno atenta para o entrelaçamento entre moral e repressão, formulando a tese de que os princípios morais e as normas, desde os tempos antigos até hoje, foram e são remodelações da dominação social. Assim, as escolhas morais não são apenas processos mentais, elas estão relacionadas à lógica da sociedade. As questões levantadas por Adorno nos interessam porque trazem a reflexão de que os seres humanos são dominados e oprimidos pelas estruturas sociais por meio da ideologia que é disseminada por campanhas publicitárias e pela cultura de consumo em massa.

De forma gradual, essa ideologia é introjetada pelos indivíduos e faz com que eles tomem como verdades os valores que recebem através da propaganda. Assim, a estrutura social exerce uma dominação que não é necessariamente fundamentada na violência física, mas pratica sobre o indivíduo uma opressão psicológica por meio de sua própria subjetividade, constituída a partir dos valores da sociedade capitalista. Isso dificulta a possibilidade de uma atitude crítica que possa atenuar o processo de coisificação das relações humanas.

Quando a subjetividade do indivíduo é enfraquecida, ele pode se tornar incapaz de ser crítico e o maior risco disso é o potencial político que a absorção da estética e da propaganda, aceita sem nenhuma reserva, tem sobre suas ações. Nesse sentido, o autor discute como o nazismo se valeu da publicidade, da estética e dos meios de comunicação em massa, para estabelecer uma lógica de dominação através de mecanismos psicológicos elaborados. Adorno percebe a Indústria Cultural como formadora de “verdades convenientes”, uma vez que usa os meios de comunicação em massa para propagar o conjunto de valores que interessam a uma ordem vigente. Assim, a verdade passa a ser transformada em um exercício de poder e atua para a dominação social.

Para esclarecer sua perspectiva sobre ideologia, Adorno traça um percurso histórico do termo e assume que a forma a qual os filósofos conceberam a ideologia, que seria uma maneira de abordagem das ideias, deve ser separada da forma pela qual a Sociologia percebe a ideologia: como uma forma de dominação a partir de preconceitos que se encaixem e sirvam a uma ordem injusta. Assim, o sentido da ideologia é apreendido não pela essência das ideias, como abordavam os filósofos, mas pela sua função no mundo material reificado. A função da ideologia seria a dominação dos consumidores e receptores da propaganda pelos seus idealizadores, sendo ela um preconceito que ganha uma fachada de verdade: “com efeito, a ideologia é justificação” (ADORNO, 1973, p. 191).

Adorno entende que um elemento psicológico é essencial à ideologia, por isso não seria interessante centrar a análise de maneira específica no conteúdo da ideologia, porque, conforme o autor, ele é vazio e não possui argumentações sólidas que possam ser atacadas, uma vez que a ideologia atua sobre as emoções humanas. O que deve ser analisado então é o meio social que além de possibilitar a dominação também a exige. É necessário averiguar quais os propósitos velados dos discursos ideológicos que nunca aparecem de forma clara. Assim, o estudo da ideologia deve se ater não ao conteúdo dela, já que se tratam de arremedos e não de argumentos justificáveis, é preciso focar no contexto e no processo pelos quais a ideologia se desenvolve e nas necessidades que ela aparenta satisfazer e as finalidades que deseja:

A crítica da ideologia totalitária não se reduz a refutar teses que não pretendem, absolutamente, ou que só pretendem como ficções do pensamento, possuir uma autonomia e consistência internas. Será preferível analisar a que configurações psicológicas querem se referir, para servirem-se delas; que disposições desejam incutir nos homens com suas especulações, que são inteiramente distintas do que se apresenta nas declamações oficiais [...] as modificações antropológicas a que a ideologia totalitária quer corresponder são consequências de transformações na estrutura da sociedade e nisso – e não nos seus enunciados – encontramos a realidade substancial dessas ideologias (*Ibidem*, p. 192).

Os mecanismos de disseminação da dominação são cientificamente elaborados e aplicados- e não são novos. A sua eficiência é índice de sua antiguidade e histórico bem-sucedido. Dessa forma, não se cria nada novo, ao invés disso, se imita o que já funcionou e que atraiu a atenção em outro momento. Significa adaptar os produtos da Indústria Cultural como cinema, revistas, jornais, televisão, rádio, livros e outros à essa disseminação. A ideologia propagada por esses meios de comunicação de massa, acaba influenciando as relações entre produtores e consumidores, o que pode ser visto no esporte enquanto meio de disseminação de valores de competitividade tão importante para a sociedade capitalista e que serve para demonstrar o quanto as pessoas se identificam com as normas e estruturas que organizam de maneira obscura a Indústria Cultural, assim como mostra também a empatia das pessoas com os veículos que propagam esses valores. Essa identificação acontece pela elaboração orquestrada de bens culturais que se adequam aos homens ao mesmo tempo em que ocorre o processo inverso, que seria o ajuste dos próprios indivíduos e de suas subjetividades fragilizadas aos bens que lhes são ofertados para o consumo (ADORNO, 1982).

É importante explorar como Adorno entendeu a dominação capitalista sobre os indivíduos a partir da disseminação de valores e da ideologia do capitalismo na sociedade via entretenimento, arte e meios de comunicação de massa. Isso permite perceber como a subjetividade humana é constituída pelos interesses desse sistema, que organiza, sobretudo, a vida moral em sociedade. Essa discussão nos é cara porque constrói um caminho macrossociológico para perceber como os valores são constituídos e mobilizados por determinados interesses e para determinadas finalidades. Adorno busca entender *como* esse processo se dá na lógica de uma sociedade capitalista: como os valores são constituídos em consonância e por essa ordem- o modo de produção.

Conforme Brito (2007), a ideia de vida falsa de Adorno é, na verdade, um diagnóstico com base numa sociologia da moral. O autor não está apenas retratando os valores, mas, através das perspectivas marxistas de dominação, ideologia e alienação, buscando esmiuçar os mecanismos da produção de exclusão e eliminação da diferença na sociedade capitalista. Para Adorno, o sistema capitalista produz sistematicamente exclusão e rejeição da diferença e, nessas condições não há como afirmar que existe uma vida digna, mas tão somente uma vida falsa: porque a base de produção de valores no capitalismo é constituída por estruturas de organização que aniquilam o sujeito diante da totalidade da sociedade. Assim, Brito (2007) afirma que Adorno lança as bases para uma sociologia da moral centrada no complexo de mecanismos e efeitos da produção de valores pelo capitalismo.

2.2 Mecanismos psicológicos de adesão: um caminho para refletir sobre a adesão das classes subalternas à propaganda da face autoritária do neoliberalismo

Para refletir sobre como as classes subalternas são conduzidas a defender o sistema econômico que lhes aflige e a odiar qualquer crítica ou política que tente minimizar seus efeitos, é importante analisar a perspectiva de Adorno no livro *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, onde são tratados, especificamente, os mecanismos utilizados pela propaganda fascista. Adorno não discutiu nem o neoliberalismo, nem os líderes autoritários contemporâneos. Contudo, seus exemplos e análises, ao ilustrar os elementos psicológicos da propaganda fascista e o perfil dos agitadores e líderes antidemocráticos de outrora, lançam luzes para compreender como os elementos e os rituais propagandísticos ainda são essenciais para veicular os valores de uma ordem autoritária e impor a dominação e a recepção passiva dessa dominação.

No capítulo *Antissemitismo e propaganda fascista*, o autor analisa amostras de propagandas antidemocráticas e antissemitas como, por exemplo, transcrições taquigráficas de palestras radiofônicas de alguns “agitadores” estadunidenses, além de panfletos e publicações semanais, para demonstrar os dispositivos mobilizados pelos “demagogos fascistas” para obter apoio da massa. É o fator psicológico da análise da propaganda que interessa a Adorno e que nos interessa também. O autor percebe que o próprio material analisado indica uma abordagem psicológica, já que está constituído mais por elementos psicológicos que por elementos objetivos. Além disso, ainda há a intensão de convencer as pessoas “manipulando seus mecanismos inconscientes”, ao invés de apresentar ideias e argumentos. Nas palavras do próprio Adorno, a propaganda autoritária:

É de uma natureza astuciosamente ilógica e pseudoemocional; mais do que isso: programas políticos positivos, postulados ou quaisquer ideias políticas concretas desempenham um papel menor quando comparadas ao estímulo psicológicos direcionados à audiência. É através desses estímulos e de outras informações, e menos das plataformas confusas e vagas dos discursos, que podemos identifica-las como fascistas (ADORNO, 2015, p. 138).

O autor então caracteriza três elementos predominantemente psicológicos presentes na propaganda antidemocrática estadunidense, sendo o primeiro o fato de que se trata de uma propaganda personalizada e não objetiva, onde os que ele chama de “agitadores” – líderes, seguidores ou porta vozes que se destacam em movimentos antidemocráticos – passam grande parte do tempo falando de si mesmos ou de suas audiências, apresentando-se como solitários e como cidadãos sadios, altruístas e incansáveis, sempre divulgando questões íntimas, reais ou falsas, da sua vida e da sua família. Aparentam ainda se interessar com as preocupações cotidianas de seus expectadores, que são apresentados como cristãos, pobres, mas honestos, que

têm bom senso, mas que não são intelectuais. Os agitadores se identificam com seus seguidores e enfatizam sempre ser ao mesmo tempo pessoas modestas e grande líderes.

O segundo elemento psicológico da propaganda antidemocrática observado por Adorno é a fala demasiada dos demagogos sobre o seu “grande movimento” ou sua organização de um grande renascimento da nação que esperam realizar. No entanto, quase nunca falam algo concreto sobre o que de fato o movimento fará ou sobre o que esse renascimento alcançará. Então Adorno pontua que:

A glorificação da ação, de algo que está acontecendo, simultaneamente oblitera e substitui o propósito do assim chamado movimento. O fim é “que nós possamos demonstrar ao mundo que existem patriotas, homens e mulheres cristãos tementes a Deus, que ainda estão dispostos a dar suas vidas à causa de Deus, ao lar e à pátria (ADORNO, 2015, p. 140).

O terceiro elemento psicológico da propaganda fascista seria que essa propaganda funciona como um meio de realização do desejo. Sendo esse um dos seus padrões mais importantes, pois as pessoas são convidadas a aderir como se estivessem compartilhando uma droga, tendo em vista que são recebidas com confiança, tratadas como se fizessem parte de uma elite que é merecedora de descobrir os mistérios ocultos para quem está fora do movimento. Desse modo, o prazer em “bisbilhotar” é ao mesmo tempo encorajado e satisfeito. Por isso, frequentemente são contadas histórias escandalosas, mesmo que muitas fictícias, principalmente em relação a excessos sexuais e atrocidades relacionadas a seus opositores. Diante disso, Adorno destaca esse processo em que “a indignação com a obscenidade e a crueldade nada mais é, entretanto, do que uma fina racionalização, propositalmente transparente, do prazer que essas histórias proporcionam ao ouvinte” (*Ibidem*, p. 140). Algumas vezes eles deslizam e deixam transparecer que a difamação do opositor é um fim em si mesmo.

Continuando a análise da propaganda antidemocrática, Adorno pontua que ela *ataca fantasmas* e não adversários reais, isso significa que a propaganda constrói um imaginário do inimigo, como por exemplo, cria uma ideia do comunismo separando-o em partes sem atentar para como essa criação se relaciona com a realidade. Além disso, o autor explica que a propaganda antidemocrática não tem uma lógica discursiva, mas se serve de um *fluxo organizado de ideias*. Assim,

A relação entre premissas e inferências é substituída por uma vinculação de ideias baseada em mera similaridade, frequentemente através de associação, ao empregar a mesma palavra característica em duas proposições que são logicamente bastante desconexas (*Ibidem*, p.143).

O autor entende que esse método, além de se furtar do mecanismo de controle do exame racional, torna mais fácil psicologicamente para o expectador seguir a ideia do líder. Desse modo não há necessidade de construção de um pensamento, já que esse método

possibilita “abandonar-se passivamente a uma corrente de palavras na qual mergulha” (ADORNO, 2015, p. 143). É importante ressaltar que Adorno esclarece que, mesmo apresentando padrões regressivos, a propaganda antidemocrática não é irracional como um todo. Seria muito vago compreender um fenômeno psicológico tão complexo como apenas irracionalidade. Então, o autor assume que a propaganda fascista, mesmo com uma lógica enviesada e de “distorções fantásticas” é planejada e organizada de maneira consciente.

Desse modo, se esse fenômeno for chamado de irracional se trata então de uma irracionalidade aplicada e não espontânea, sendo “um tipo de psicotécnica reminiscente do efeito calculado, conspícuo na maior parte das apresentações da cultura de massa de hoje, tal como em filmes e transmissões radiofônicas” (*Ibidem*). Adorno explica que mesmo que haja verdade na ideia de que a mentalidade do agitador antidemocrático reflete a confusão mental de seus seguidores e líderes, ele aprendeu a usar suas neuroses ou psicoses para finalidades muito bem adaptadas ao princípio de realidade:

As condições prevalentes em nossa sociedade tendem a transformar a neurose e até mesmo a loucura moderada em uma mercadoria, que o doente pode facilmente vender, bastando que ele descubra que muitos outros têm uma afinidade com sua própria doença. O agitador fascista é usualmente um exímio vendedor de seus próprios defeitos psicológicos (*Ibidem*, 2015, p. 144).

A possibilidade disso se encontra na similaridade geral entre líderes e seguidores, sendo a finalidade da propaganda estabelecer acordos entre eles, “em vez de dirigir à audiência quaisquer ideias ou emoções que não fossem dos próprios seguidores desde o começo” (*Ibidem*). Essa relação entre líderes e seguidores moderada pela propaganda antidemocrática funciona porque esse tipo de propaganda opera como uma gratificação. Como exemplo, o autor cita a dinâmica entre uma expectadora de um entretenimento e as afetividades mobilizadas pela propaganda que poderão mover as ações dela:

Assim como a dona de casa, que apreciou os sofrimentos e as boas ações de sua heroína favorita durante quinze minutos da transmissão, sente-se impelida a comprar o sabão vendido pelo patrocinador, assim também age o ouvinte da propaganda fascista: após obter prazer com ela, aceita a ideologia representada pelo locutor como forma de gratidão pelo show (*Ibidem*, p. 144-145).

Embora os líderes e agitadores antidemocráticos se identifiquem de fato com seus expectadores em grande parte dos aspectos, se diferenciam em ser desinibidos, ao atuar por seus ouvintes e ao agir e falar da forma que seus expectadores gostariam, mas não podem, não conseguem, ou não teriam coragem. Os líderes e agitadores se desprendem dos “tabus que a sociedade de classe média colocou sobre qualquer comportamento expressivo por parte do cidadão normal e realista” (*Ibidem*, p. 145). A partir disso, Adorno explica que as pessoas educadas, de modo geral, sentiam dificuldades em entender o efeito das falas de Hitler, porque viam as falas como aparentemente insinceras ou não lhes pareciam genuínas – como que uma

simples verborragia desarrazoada e sem efetividade. Porém, seria um engano acreditar que as pessoas chamadas “comuns” tenham uma séria propensão pelo que é genuíno e sincero e que desprezam o que é falso. Pois, conforme Adorno, “Hitler foi aceito, não apesar de suas bizarrices baratas, mas precisamente por causa delas, de sua entoação falsa e suas palhaçadas” (ADORNO, 2015, p.145).

As pessoas que apreciam e seguem o líder antidemocrático, o fazem justamente pelos seus aspectos fictícios, pois a propaganda fascista tem esse caráter fictício da oratória, uma vez que “o hiato entre a personalidade do locutor e o conteúdo e caráter de suas afirmações são atribuíveis ao papel cerimonial que ele assume e que dele se espera. Essa cerimônia, entretanto, é meramente uma revelação simbólica da identidade que ele verbaliza” (*Ibidem*, p. 146). Essa identidade reflete o que os expectadores pensam e sentem, mas não podem pôr para fora. Os expectadores então esperam que seus líderes se identifiquem com eles ao ponto de conseguirem revelar o que há em suas mentes publicamente, já que eles não podem. É nisso que consiste a gratificação que os ouvintes sentem em relação à propaganda antidemocrática. Por isso não interessa se o líder vai ultrapassar algum limite, “pois é uma espécie de redenção institucionalizada do próprio caráter inarticulado dos ouvintes através da verbosidade do locutor” (*Ibidem*).

Adorno entende que essa ação de revelação de mentes e “abandono temporário da seriedade responsável e autônoma” (*Ibidem*), são rituais fundamentais da propaganda. Além disso, é parte desses rituais repetir exaustivamente os mesmos padrões e clichês, como a dicotomia entre preto e branco, amigo e inimigo. E os estereótipos difamatórios do repertório antidemocrático se aplica não só aos adversários, mas também a ideais políticos, como comunismo, por exemplo. Aplica-se também a assuntos aparentemente remotos. Outro ponto ritualístico da propaganda que o autor analisa é o fato de que, entre os agitadores, encontram-se pessoas com ações religiosas falsas. Isso teria um elemento psicológico, “pois a linguagem e formas religiosas são utilizadas para fornecer a impressão de um ritual sancionado, que é realizado constantemente por alguma ‘comunidade’” (*Ibidem*, p. 148). Assim, facilmente a doutrina cristã é transformada em slogans de violência política.

Ao analisar a propaganda fascista a partir da teoria de Freud, Adorno ainda pontua que o agitador fascista tem como objetivo transformar seus ouvintes em uma massa, uma multidão propensa à violência sem objetivo político algum, já que essas massas são conduzidas a uma atmosfera de agressividade “emocional irracional” promovida pelo agitador. As declarações dos líderes autoritários se baseiam em cálculos psicológicos para garantir adesão. Além disso, os agitadores usam um padrão rígido de dispositivos definidos que, conforme o autor:

Não se liga apenas à unidade fundamental do propósito político – a abolição da democracia mediante o apoio de massa contra o princípio democrático –, mas mais ainda à natureza intrínseca do conteúdo e da apresentação da própria propaganda. A similaridade das expressões de vários agitadores – das figuras bem conhecidas [...] aos pequenos disseminadores provincianos de ódio – é tão grande que basta em princípio analisar as declarações de um deles para conhecê-los todos. Além disso, os próprios discursos são tão monótonos que, assim que se fica familiarizado com o número muito limitado de dispositivos em estoque, o que se encontra são intermináveis repetições. De fato, a reiteração constante e a escassez de idéias são ingredientes indispensáveis da técnica toda (ADORNO, 2015, p. 154).

Nesse contexto, é possível identificar os discursos autoritários porque, além de seguirem padrões limitados de dispositivos, são exaustivamente repetitivos, sendo o objetivo político principal dessa técnica convencer a massa e obter o seu apoio contra os princípios democráticos. Adorno discute que o fascismo não atrairia as pessoas por meio de argumentos racionais, sua propaganda precisaria ser leve em termos de pensamento discursivo, precisaria também se orientar psicologicamente para mobilizar processos inconscientes, regressivos e irracionais. Com a limitação de dispositivos e repetição, isso se tornou possível, uma vez que discursos longos, rebuscados, intelectualizados que demandam alguma abstração dificilmente penetraria nas massas com a mesma eficiência. Assim, o que aparenta ser uma irracionalidade total da propaganda antidemocrática é constituída de uma forma extremamente racional com objetivos muito bem definidos.

Para compreender o processo em que os indivíduos passam a constituir a massa que adere ao autoritarismo, Adorno recorre a Freud por entender que ele buscou descobrir quais eram as forças psicológicas que resultavam na transformação de indivíduos em massa. Adorno então esclarece que Freud colocava o problema da psicologia de massa como relacionado a uma nova forma de aflição psicológica característica do mundo pós Primeira Guerra Mundial, que por fatores sociais e econômicos, assistia ao “declínio do indivíduo e sua subsequente fraqueza” (*Ibidem*, p. 157). Ainda que Freud não estivesse preocupado em discutir mudanças sociais, Adorno entende que ele revelou “nos confins monadológicos do indivíduo os traços de sua crise profunda e a vontade de se submeter inquestionavelmente a poderosas instâncias (agencies) coletivas externas” (*Ibidem*).

Segundo Adorno, Freud converge com a caracterização de Le Bon, psicólogo pré-analítico, de que as massas seriam “altamente desindividualizadas, irracionais, facilmente influenciáveis, propensas à ação violenta e, de modo geral, de uma natureza regressiva” (*Ibidem*). E ainda compreende as massas como constituída de indivíduos que são filhos de uma sociedade liberal, individualista, competitiva e condicionados a se manter em unidades independentes e autossustentáveis. Assim, Adorno sugere que a questão posta por Freud sobre o que transforma indivíduos em massas deve ser pensada a partir da manipulação fascista, pois

o “demagogo fascista”, que precisa buscar apoio de muitas pessoas para finalidades incompatíveis com seu “auto-interesse racional”, só consegue fazer isso ao criar um vínculo artificial entre essas pessoas. Dessa forma, Adorno coloca que se há realismo no método dos demagogos – tendo em vista que o sucesso popular deles atesta que há – seria possível lançar a hipótese de que “o vínculo em questão é exatamente o mesmo que o demagogo tenta produzir sinteticamente; na realidade, que ele é o princípio unificador por trás de seus vários dispositivos” (ADORNO, 2015, p. 159).

Adorno se baseia então na teoria psicanalítica geral para dizer que o vínculo que Freud acredita integrar os indivíduos em uma massa seria “de uma natureza libidinal”. O que possibilita a compreensão de que, em grupo, as emoções humanas são excitadas em um nível que não se alcança em condições diferentes, pois é uma experiência prazerosa para os integrantes se render às suas paixões de maneira ilimitada e assim adentrar no grupo desconsiderando as fronteiras entre suas individualidades. Freud explica as massas pelo princípio do prazer ou “gratificações reais ou vicárias” que as pessoas alcançam quando se rendem a uma massa. Porque em grupo, os indivíduos são colocados em situações que lhes dão permissão para se desprender de repressões dos seus instintos inconscientes. A partir disso, Adorno coloca que quem adentra à massa não é primitivo, mas exibe ações primitivas que contradizem o seu comportamento racional “normal”.

Adorno assume, então, que o fascismo não se resume apenas a recorrer a ações primitivas do passado, ele busca reproduzir essas ações na “civilização” atual, rebelando-se à ela, o que é possível em um comportamento de massa. Isso é uma ilustração do que o autor chama de “psicologia da destrutibilidade” inerente à propaganda antidemocrática, que está sempre em busca de destruir uma estrutura dentro da própria estrutura. Busca destruir os princípios democráticos dentro da democracia com o apoio de milhares de pessoas e se apresenta como “uma rebelião contra a civilização” reproduzindo ações primitivas nela e por ela. Ainda em diálogo com Freud, Adorno discute que o vínculo libidinal é mantido pelas lideranças fascistas em um nível inconsciente para assim desviar suas manifestações de uma forma que se adeque a finalidades políticas.

O autor também coloca que o padrão libidinal do fascismo e as técnicas dos demagogos fascistas são autoritárias e coincidem com o mecanismo psicológico que compele os indivíduos a “sofrer as regressões que os reduzem a meros membros de um grupo” (*Ibidem*, p. 163). O fascismo desperta nos sujeitos suas heranças primitivas, as mesmas que lhes faziam obedientes a seus pais:

Tendo ainda experimentado uma reanimação individual em sua relação com o pai: o que é, assim, despertado é a ideia de uma personalidade todo-poderosa e perigosa, em relação à qual apenas uma atitude passivo-masquista é possível, e à qual a vontade tem de se render – enquanto estar sozinho com ela, “olhá-la no rosto”, parece uma aventura arriscada [...] As características estranhas e coercitivas das formações de grupos, que são reveladas em seus fenômenos de sugestão, podem então com justiça ser remetidas ao fato de sua origem a partir da horda primitiva. O líder do grupo ainda é o temido pai primitivo; o grupo ainda deseja ser governado por força irrestrita; ele tem uma paixão extrema pela autoridade (ADORNO, 2015, p. 164).

O ideal do grupo seria então a figura de um pai primitivo que governa o eu no lugar do ideal do eu. Para Adorno isso descortina a natureza e o conteúdo da propaganda antidemocrática: ela é psicológica devido às suas finalidades autoritárias e irracionais, que não podem ser atingidas a partir de convicções racionais, mas apenas por um despertar da herança primitiva do sujeito. Por isso, a agitação fascista se centraliza no ideal do líder que detém a imagem psicológica do ameaçador e todo poderoso pai primitivo. Adorno assume que essa é a raiz da personalização da propaganda fascista: “seu incessante propagandear de nomes e supostos grandes homens, em lugar da discussão de causas objetivas” (*Ibidem*). A partir daí o autor explica que a construção da imagem de uma figura paterna poderosa e que não é controlada, vai além de um pai individual e pode ser ampliada em um “eu do grupo”, esse eu seria a única forma de espalhar a “atitude passivo-masquista” que faz com que a vontade individual tenha que se render.

Assim, quanto mais o comportamento político do seguidor fascista se torna difícil de conciliar com seus próprios interesses racionais como indivíduo e também com os interesses do grupo ou classe à qual ele realmente pertence, mais a atitude “passivo-masquista” de se render à sua vontade é exigida dele. Pois, conforme Adorno, o masoquismo do seguidor fascista é acompanhado de impulsos sádicos e isso está de acordo com a ideia de ambivalência de Freud que se conecta com o complexo de Édipo. Tendo em vista que a integração fascista de indivíduos em uma massa traz satisfação para eles, mas só “vicariamente”, porque seu ressentimento contra as frustrações da civilização persiste, embora seja canalizado para se adequar aos objetivos do líder. Dessa forma, o ressentimento canalizado se funde psicologicamente com a submissão autoritária. Adorno então esclarece que mesmo não tratando diretamente do sadomasoquismo, termo que apareceu após as análises freudianas, Freud atentou para esse problema, o que ficou evidente pela sua adesão à ideia de Le Bon de que:

Uma vez que um grupo não tem dúvidas sobre o que constitui verdade ou erro, e está consciente, além disso, de sua própria grande força, é tão intolerante quanto é obediente à autoridade. Ele respeita a força e apenas minimamente pode ser influenciado pela bondade, a qual considera apenas como uma forma de fraqueza. O que exige de seus heróis é força, ou mesmo violência. Quer ser governado e oprimido e temer seus senhores (FREUD *apud* ADORNO, 2015, p. 166).

Desse modo, a irracionalidade que é despertada no seguidor fascista é muito racional se pensarmos nela a partir do líder, pois ela precisa ser, conforme Adorno, uma convicção que não se baseia em raciocínios ou percepções, se baseia em um vínculo erótico. Adorno esclarece então, em acordo com Freud, que o mecanismo da identificação é o que faz com que a libido seja a ligação entre o líder e seus seguidores e também dos próprios seguidores entre si. Sendo a identificação a manifestação mais arcaica de uma ligação emocional entre as pessoas. Com isso, o autor reflete que a identificação tem um aspecto primitivamente narcisista que funciona como um ato de devorar, fazer com que o ser amado faça parte de si mesmo. Ele vê nisso um caminho para a compreensão de que a imagem do líder moderno com frequência aparente mais ser uma “projeção coletiva de si mesmo” que a imagem de um pai que teve o seu papel reduzido durante as fases finais da infância do indivíduo na sociedade contemporânea.

Diante do exposto, Adorno considera que a função essencial do narcisismo perante as identificações que aparecem na constituição dos grupos fascistas é teorizado por Freud como idealização. Pois, quando apaixonados, uma quantidade significativa de libido narcisista “transborda no objeto” e em muitas escolhas amorosas, o objeto amado substitui algum ideal que o “eu” não pode alcançar: “nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos em alcançar para nosso próprio eu, e que agora gostaríamos de obter desse modo indireto, como um meio de satisfazer nosso narcisismo” (FREUD *apud* ADORNO, 2015, p. 169). É justamente essa idealização do eu que o líder antidemocrático busca promover em seus ouvintes e as pessoas às quais ele atrai, pois estas frequentemente “padecem do conflito moderno e característico entre uma instância do eu racional e autopreservadora fortemente desenvolvida e o fracasso contínuo em satisfazer as demandas de seu próprio eu” (*Ibidem*).

Esse conflito tem como consequências fortes os impulsos narcisistas, que só serão passíveis de satisfação e absorção por meio da idealização tida como transferência de parte da libido narcisista para o objeto. E corresponde à similaridade entre a imagem do líder com uma ampliação do sujeito, que significa que, fazendo do líder seu ideal, o seguidor ama a si mesmo, mas se livra das frustrações e desgostos que deterioram a imagem que tem de si mesmo. Assim, esse padrão de se identificar por idealização além de ser a caricatura da solidariedade real e consciente, é também um padrão coletivo (ADORNO, 2015, p. 170). O autor então assume que a comunidade fascista corresponde com exatidão ao significado que Freud deu para grupo, pois se trata de vários sujeitos que substituíram seu ideal de “eu” por um objeto em comum. Como consequência disso se identificaram também uns com os outros.

Para Adorno, Freud faz uma construção psicológica da imagem do líder que coincide com o tipo fascista de líder, ao menos em sua constituição pública. Assim, o autor enfatiza que

para possibilitar a identificação narcisista, o líder precisa aparecer como absolutamente narcisista e é daí que Freud desenvolve a imagem do pai primitivo. Esse pai no início da história humana era o “super-homem” de Nietzsche e hoje é um tipo de líder idealizado por grupos que necessitam da ilusão de que são amados de maneira justa e igual por seu líder: “mas o líder não precisa amar mais ninguém, ele pode ser de uma natureza magistral, absolutamente narcisista, mas autoconfiante e independente” (ADORNO, 2015, p. 170). Adorno ainda explica que uma das características mais típicas dos discursos de agitadores antidemocráticos – além da ausência de um programa e o paradoxo entre ameaça e negação – seria que o líder só “pode ser amado se ele próprio não amar” (*Ibidem*, p. 171). Contudo, há um outro aspecto da imagem do líder observado por Freud que aparenta contradizer esse: ao mesmo tempo que o líder se mostra como um super-homem ele tenta aparecer também como uma pessoa comum, como exemplo disso, Adorno cita que Hitler se apresentou como “uma mistura de King Kong e barbeiro de subúrbio” (*Ibidem*).

Freud explica essa tática de se mostrar tanto como um super-homem como um homem comum em sua teoria do narcisismo, ao dizer que o sujeito deixa para trás seu eu ideal e o troca pelo ideal do grupo que é encarnado no líder. Mas, para muitos sujeitos, a ruptura entre o seu eu e o ideal do eu não avança muito, e os dois podem coincidir o que acaba preservando sua “autocomplacência inicial”. Isso facilita a escolha do líder, pois ele só necessita ter de maneira especialmente pura e demarcada, as qualidades conspícuas dos sujeitos envolvidos no grupo e só precisa aparentar que tem a maior força e a maior liberdade de libido entre eles. Dessa forma, a necessidade do grupo por um chefe forte o encontra e lhe concede uma superioridade que de outra maneira ele não alcançaria. O restante do grupo, que tem o eu ideal “fora dessa situação, não se teria encarnado em sua pessoa sem alguma correção, deixam-se, então, levar com o restante pela “sugestão”, quer dizer, por meio da identificação” (FREUD *apud* ADORNO, 2015, p. 171).

É por isso que os sintomas de inferioridade de um líder autoritário e suas similaridades com “atores canastrões e psicopatas insociais” foram antecipadas por Freud em sua teoria, afirma Adorno. Devido às partes da libido narcisista dos seguidores que não foram investidas na figura do líder e continuam ligadas ao próprio eu do seguidor, “o super-homem deve ainda se assemelhar ao seguidor e aparecer como sua “ampliação”. Em acordo com isso, um dos dispositivos básicos da propaganda fascista personalizada é o conceito do “grande homem comum” (ADORNO, 2015, p. 172). Esse grande homem comum se trata de alguém que se coloca como onipotente e ao mesmo tempo como apenas um de nós, um simples cidadão saudável que não se deixa macular por riqueza material ou espiritual. Essa ambivalência

psicológica ajuda no processo de satisfação do duplo desejo do seguidor centrado na imagem do líder: o seguidor deseja se submeter à autoridade, ao mesmo tempo que deseja ser ele mesmo a autoridade:

Isso corresponde a um mundo no qual o controle irracional é exercido, apesar de ter perdido sua convicção interna em função do esclarecimento universal. As pessoas que obedecem aos ditadores sentem que eles são supérfluos. Elas se reconciliam com essa contradição por meio da presunção de que elas próprias são o opressor cruel (ADORNO, 2015, p. 172).

A partir disso, Adorno segue suas análises dos dispositivos padrões dos agitadores antidemocráticos, indicando que estes se projetam da forma com que Freud teorizou a explicação sobre o que transforma indivíduos numa massa. Mais tarde essa explicação passou a ser o alicerce básico da demagogia fascista, sua técnica, personalização e ideia do grande homem comum. Adorno então observa questões comuns aos demagogos fascistas, como, por exemplo, todos os demagogos enfatizam com frequência cerimônias ritualísticas e diferenciações hierárquicas e:

Quanto menos a hierarquia é justificada no interior da organização de uma sociedade industrial altamente racionalizada e quantificada, mais as hierarquias artificiais sem uma *raison d'être* objetiva são construídas e rigidamente impostas por fascistas, por razões puramente psicotécnicas” (*Ibidem*, p. 173).

A partir disso, o autor entende que as estruturas hierárquicas estão harmonizadas com os desejos do caráter sadomasoquista e cita a ideia de Hitler de “responsabilidade para com os de cima e autoridade para com os de baixo” como exemplo da ambivalência desse caráter. Adorno explica que é por isso que a tendência dos antidemocráticos a “pisar” nos de baixo, manifestada de forma desastrosa na perseguição das minorias “é tão fraca quanto o ódio contra os de fora” (*Ibidem*, p. 174). O autor diz que, na prática, as duas tendências (de “pisar” nos de baixo e do ódio) acontecem juntas. Para Adorno, a teoria freudiana é indispensável para compreender a distinção disseminada e rígida entre o amado pelo grupo que faz parte do grupo e o rejeitado pelo grupo que está fora do grupo. Ele diz que esse modo de pensar e agir permeia toda a nossa cultura e é considerado tão evidente que raramente se discute com seriedade sobre o que leva as pessoas a amar o que lhes é semelhante e odiar o que é diferente. Freud, no entanto, questiona as abordagens sobre isso e vai além da ideia de Le Bon, de que a multidão irracional se direciona com facilidade para os extremos, ao apontar o fato de que:

A dicotomia entre in-group e out-group é de uma natureza tão profundamente enraizada que afeta mesmo aqueles grupos cujas “idéias” aparentemente excluem tais reações. Já em 1921 ele (Freud) foi, por isso, capaz de se livrar da ilusão liberal de que o progresso da civilização provocaria automaticamente um aumento da tolerância e uma diminuição da violência contra os out-groups (*Ibidem*, p. 174).

Como exemplo disso, Adorno cita a religião, que mesmo se colocando como a religião do amor, como, por exemplo, o cristianismo, deve ser dura e desamorosa com quem não

pertence a ela, pois “fundamentalmente, de fato, toda religião é do mesmo modo uma religião de amor para todos aqueles a quem abraça; enquanto são naturais a toda religião a crueldade e a intolerância em relação àqueles que não pertencem a ela” (ADORNO, 2015, p. 174). Com essa teorização, Freud percebeu no *in-group* o impulso de eliminar o *out-group*, o que Adorno entende como uma profecia em relação ao que seria a destrutibilidade do fascismo. Os sentimentos religiosos, na sociedade moderna, foram enfraquecidos em relação às cruzadas religiosas de outrora, o que tornou, segundo a teoria de Freud, os vínculos libidinais que dependiam dela menos potentes e permitiu que outros vínculos de grupos substituíssem o lugar do religioso. Nesse ponto Adorno discorda de Freud, para ele, o vínculo religioso não foi enfraquecido, foi reificado, uma vez que a divisão entre crentes e não-crentes se mantém, mas tornou-se uma estrutura em si mesma e seja qual for a ideia que o orienta, o vínculo religioso é defendido de forma mais obstinada antes de perder a sua convicção interna. Assim:

Ao mesmo tempo, o impacto mitigante da doutrina religiosa do amor desapareceu. Essa é a essência do dispositivo “joio e trigo” empregada por todos os demagogos fascistas. Uma vez que não reconhecem nenhum critério espiritual com relação a quem é escolhido e quem é rejeitado, eles o substituem por um critério pseudonatural como o de raça, o qual parece ser inevitável e pode, portanto, ser aplicado até mais impiedosamente do que o conceito de heresia durante a Idade Média (*Ibidem*, p. 175-176).

Adorno diz que Freud foi bem-sucedido quando identificou o objetivo libidinal desse dispositivo, que atua como uma força negativamente integradora, tendo em vista que a libido positiva estar investida na figura do pai primitivo, que no caso seria o líder. Tendo os conteúdos positivos disponíveis, os negativos precisam ser encontrados e é aí que o outro, o diferente é tido como o portador dos conteúdos negativos. Contudo, a ideia central do grupo ou o líder, pode também ser negativa, já que o ódio contra alguém ou contra alguma instituição pode funcionar do mesmo jeito unificador e conduzir ao mesmo tipo de vínculo emocional que os afetos positivos. A integração negativa fomenta o impulso de destruição fascista, e Freud explica isso quando fala da hostilidade do grupo contra quem é fora do grupo a partir do narcisismo.

Freud, no entendimento de Adorno, mostra que as antipatias e aversões que nem são disfarçadas e que as pessoas sentem em relação aos estrangeiros com quem têm contato, podem nos mostrar a “expressão do amor-próprio” do narcisismo. Pois esse amor luta por autoafirmação do sujeito, e age como se o surgimento de alguma diferença sobre sua forma particular de desenvolvimento trouxesse a ela uma crítica e uma exigência de mudança. Então Adorno assume que a propaganda fascista fornece um “ganho narcisista” para seus expectadores, porque sugere de forma bem maliciosa que o seguidor, por pertencer ao grupo, é

superior e mais puro do que os que estão excluídos. Ao mesmo tempo, qualquer tipo de crítica ou autoconsciência é ressentida como uma perda narcisista e provoca fúria (ADORNO, 2015, p. 176).

A partir dessa discussão sobre *in-group* e *out-group* tratada aqui foi possível entender como ocorre três coisas importantes e recorrentes em grupos antidemocráticos: 1 - A reação violenta de todo grupo antidemocrático contra o que pode desmascarar seus valores, que são mantidos de forma obstinada. 2 - O julgamento do grupo em relação ao que ou quem contesta seus valores, enxergando a contestação como destrutiva. 3 - A rejeição e o preconceito contra qualquer tipo de coisa que o grupo não compreenda. Desse jeito, a hostilidade concentrada fora do grupo diminui a intolerância no interior do grupo, “com qual a relação, de outro modo, seria altamente ambivalente” (*Ibidem*). Enquanto o grupo subsistir, os sujeitos agem como se fossem uniformes, se toleram, se põe no mesmo nível e não têm sentimentos de aversão entre si. Essa limitação do narcisismo, de acordo com Freud e Adorno, só se produz por um vínculo libidinal com outras pessoas.

O que os agitadores fazem para garantir a unidade do grupo, “o truque da unidade”, como coloca Adorno, segue essa linha de dar ênfase as suas diferenças em comparação a quem está fora do grupo, enquanto no interior do grupo minimizam as particularidades, nivelando qualidades distintas, exceto as hierárquicas. Isso se cristaliza na ideia de que “estamos todos no mesmo barco”:

Ninguém deveria ser melhor; o esnobe, o intelectual, o hedonista, são sempre atacados. Como fator subjacente, o igualitarismo malicioso, a fraternidade da humilhação geral, é um componente da propaganda fascista e fascista ele próprio. Esse igualitarismo encontrou seu símbolo na notória ordem de Hitler para o Eintopfgericht. Quanto menos desejam que a estrutura social inerente mude, mais tagarelam sobre justiça social, querendo dizer que nenhum membro da “comunidade do povo” deve se permitir prazeres individuais (*Ibidem*, p. 178).

Esse tipo de “igualitarismo repressivo” ao invés de realizar realmente uma igualdade por meio da aniquilação da repressão, faz parte da mentalidade fascista e se revela em mais um dispositivo utilizado pelos agitadores: o “se-você-soubesse”, que, conforme Adorno, se traduz na promessa de uma revelação vingativa de “todo tipo de prazeres proibidos desfrutados por outros” (*Ibidem*). Esse disposto foi apresentado por Freud como a transformação dos sujeitos em parte de uma psicológica “horda fraterna” e sua função é formar uma reação contra o “ciúme primário mútuo, forçada a servir à coerência do grupo” (*Ibidem*). Esse ciúme pode ser caracterizado pela ideia de que ninguém deve pretender se colocar à frente do outro, todos devem ter o mesmo e ser o mesmo. Assim, para os grupos antidemocráticos, justiça social tem

o sentido de negar a si mesmo várias coisas, de maneira que os outros tenham que passar sem elas ou que não possam reclamá-las.

A partir daí Adorno indaga: como os agitadores antidemocráticos, semieducados e rudes – termos apresentados pelo próprio Adorno –, obtiveram conhecimento sobre esses mecanismos, dispositivos e técnicas tão sofisticados para manipular as massas? Ele conclui que, primeiramente, o sucesso desses agitadores se deve à já discutida identificação entre líder e seguidor, uma vez que é possível que o líder prefigure as necessidades psicológicas e desejos dos seguidores que podem ser atraídos pela propaganda antidemocrática, por obter semelhanças psicológicas com ele. A diferença entre o líder e o seguidor se dá apenas pela capacidade do líder de ser desinibido e expressar o que está latente no seguidor. Tudo o que o líder precisa fazer para que a psicologia de seus seguidores funcione é explorar de forma maliciosa a sua própria psicologia. Pois, para ter sucesso em encontrar as disposições inconscientes de seus expectadores, o líder exterioriza o seu próprio inconsciente. O encanto que provocam em seus seguidores depende de sua oralidade, tendo em vista que:

A própria linguagem, destituída de sua significação racional, funciona de um modo mágico e promove aquelas regressões arcaicas que reduzem os indivíduos a membros de multidões. Uma vez que essa mesma qualidade de discurso desinibido, mas largamente associativo pressupõe pelo menos uma falta temporária de controle do eu (ADORNO, 2015, p. 181).

Além disso, o autor menciona que a adaptação dos dispositivos dos líderes ao alicerce psicológico de suas finalidades é aperfeiçoada pelas técnicas usadas pela cultura de massa, como a repetição e padronização dos slogans e da propaganda fascista. Adorno coloca algo essencial para as reflexões desse trabalho: a forma como o autor percebeu a teorização de Freud sobre a psicologia de grupo aplicada, encontra mais similaridades com grupos antidemocráticos do que com outros movimentos que procuram o apoio de massa. Adorno explica isso tendo em mente que embora Freud tenha organizado a sua teoria para grupos em geral, também lançou luzes para a observar em sua teoria questões que são mais caras ao fascismo que qualquer outro movimento. Adorno sugere que isso se dá porque as finalidades dos antidemocratas são extremamente irracionais por contradizerem os interesses materiais da maioria dos sujeitos que eles tentam incorporar. Os interesses de destruição inerentes ao fascismo demandam um estado de guerra contínuo que é prejudicial também para as massas que o apoiam, o que seria um exemplo da incompatibilidade de interesses.

Como já mencionado, o fascismo não teria adesão se fizesse uma propaganda com argumentos racionais, por isso sua propaganda é separada do pensamento discursivo e se orienta psicologicamente para mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos. O que facilita essa tarefa é o estado de espírito dos estratos da população que “sofrem frustrações sem

sentido e desenvolvem, por isso, uma mentalidade mesquinha e irracional” (ADORNO, 2015, p. 184). Adorno explica então que o trunfo da propaganda fascista pode ser o fato de ela atrair os indivíduos pelo que eles são: “os verdadeiros filhos da cultura de massa estandardizada atual, amplamente despojados de autonomia e espontaneidade” (*Ibidem*). A propaganda antidemocrática necessita apenas reproduzir a mentalidade que já existe e conduzi-la para os seus próprios objetivos. Eles não precisam induzir nenhuma mudança, uma vez que a repetição exaustiva, uma de suas principais características, está harmonizada com a necessidade dessa reprodução constante.

A propaganda se baseia tanto na estrutura total quanto nos traços particulares do caráter autoritário “que é, ele mesmo, produto de uma internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna. Sob as condições prevaletentes, a irracionalidade da propaganda fascista se torna racional no sentido da economia pulsional” (*Ibidem*, p. 184-185). Porque se a ordem vigente é posta como algo natural e imutável, o esforço para se ver através dela é muito maior que simplesmente se adequar a ela e ganhar alguma satisfação a partir da identificação com o que já existe – aspecto nuclear da propaganda fascista. A partir disso Adorno assume que pode explicar o porquê de os movimentos de massa reacionários usarem a psicologia das massas em um nível muito mais elevado que os movimentos de outra natureza. No entanto, ele não duvida de que até mesmo o mais progressista dos movimentos políticos possa se desintegrar “até chegar ao nível da “psicologia da multidão” e de sua manipulação, se seu próprio conteúdo racional é despedaçado pela reversão ao poder cego” (*Ibidem*, p. 185).

Desse modo, a chamada psicologia do fascismo é extensamente formulada por manipulação. Adotam técnicas racionalmente calculadas que promovem o que se considera de forma ingênua como “irracionalidade natural das massas”. Ainda que exista algum potencial de suscetibilidade ao fascismo por parte dessas massas, há a manipulação do inconsciente. Mesmo que o líder fascista tenha certas similaridades com os que os seguem, ele os manipula como um “mandatário de interesses econômicos e políticos poderosos” (*Ibidem*). É certo que as disposições psicológicas não descambam automaticamente no fascismo, ao invés disso, ele procura definir um ambiente psicológico possível de ser explorado pelas forças que promovem o fascismo por questões que podem não ser psicológicas e de interesses próprios. Assim, Adorno explica que quando as massas se deparam com a propaganda fascista não acontece simplesmente uma manifestação primária e espontânea de instintos e desejos, o que ocorre, de fato, é “uma revitalização *quasi*-científica de sua psicologia” (*Ibidem*).

Além disso, o autor pontua que a psicologia das massas não se expressa de forma direta pelos movimentos de massa, no lugar disso, os líderes a controlam e a transformam como um

meio de dominação. Isso não é novidade e nem é a fonte do fascismo, longe disso: a psicologia passou a ser mais um elemento entre muitos outros, usados por um sistema que se sobrepõe aos indivíduos de forma totalitária, necessitando recorrer a vários artifícios para minar o potencial de resistência das massas; esse potencial seria a própria racionalidade das massas. Assim, a teoria freudiana de troca do narcisismo individual pela identificação com a figura dos líderes vai na direção do que Adorno chamou de “apropriação da psicologia de massa pelos opressores” (ADORNO, 2015, p. 186). O fascismo promove a abolição da possibilidade de o indivíduo dominar o seu inconsciente ao perpetuar a dependência em lugar da realização de uma liberdade em potencial, ao expropriar o inconsciente por vias de controle social ao invés de tornar os indivíduos “conscientes de seus inconscientes” (*Ibidem*).

Essas questões são essenciais para nossa pesquisa, por explorar os processos que conduzem as pessoas à identificação com personalidades autoritárias e organizações políticas que visam objetivos que podem se contrapor às suas necessidades sociais e econômicas. Ainda que haja alguma disposição psicológica em alguns estratos da população ao autoritarismo, a partir dessas discussões, é possível conseguir enxergar que a tendência antidemocrática das massas não se trata meramente de escolhas racionais ou práticas. Há todo um ritual propagandístico que se orienta psicologicamente para mobilizar os processos inconscientes, regressivos e irracionais das pessoas, de maneira conscientemente orquestrada, para convencê-las e conformá-las visando continuar a exploração desses processos. A seguir trataremos, ainda a partir de Adorno, diretamente sobre como os mecanismos psicológicos e os rituais da propaganda são utilizados nos grupos de direita mesmo após a derrota política do nazifascismo após a Segunda Guerra Mundial.

2.3 Sobre o “novo” radicalismo de direita

Há cinquenta anos atrás Adorno discutia sobre o radicalismo da direita que ascendia na Alemanha, obviamente o contexto, os acontecimentos, o tempo, as tecnologias, a organização econômica e social eram outras. No entanto, muito do que ele percebeu já naquela época, ainda ressoa no radicalismo de extrema direita que testemunhamos hoje, por isso a importância de revisitar seus estudos e percepções. Em 1967, Adorno, durante uma palestra em Viena – deu origem ao livro *Aspectos do novo radicalismo de direita* (2020) –, destacou as características da nova direita que ganhava força na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. Algumas das questões que ele discutiu e que serão tratadas aqui, já aparecem nos tópicos anteriores, mas é importante evidenciá-las também nesse tópico porque faremos o exercício de

pontuar similaridades entre o radicalismo analisado pelo autor em 1967, com o atual radicalismo de extrema direita, principalmente o da extrema direita brasileira.

Em sua fala, Adorno observava o crescimento rápido do NPD – Partido Nacional Democrático da Alemanha, de extrema direita, que surgiu após a derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial. Por isso, ele fala em “novo” radicalismo de direita para demonstrar que mesmo político-institucionalmente derrotado, “os pressupostos dos movimentos fascistas, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduraram de forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p. 45). O autor reforça que há um vínculo entre capitalismo e fascismo, e que o fascismo é inerente ao processo histórico e social moderno, não é estranho a ele e nem surge pelo acaso ou acidentalmente, pois está entranhado na lógica social do capital.

Observando a nova direita Alemã, Adorno enumera vários aspectos que, embora em contextos diferenciados, têm muita semelhança com o que chamamos de extrema direita hoje. Logo no início da palestra o autor explica que aquela nova direita do fim dos anos 1960 tinha uma base material concreta, que seria o período de acumulação do capital, e sugere que a tendência de concentração de renda do capitalismo possibilita uma desclassificação permanente de camadas da sociedade que são “completamente burguesas de acordo com sua consciência de classe subjetiva e que querem fixar seus privilégios e seu status social, e possivelmente fortalecê-los” (*Ibidem*, p. 46). Ou seja, a própria dinâmica do capitalismo provoca o rebaixamento das classes sociais que, ao reproduzir as subjetividades burguesas, tendem a temer a queda de seu padrão de vida.

Devido ao medo da desclassificação, esses grupos reagem defendendo o capitalismo e execram qualquer crítica que se faça a esse sistema, por isso nutrem fortemente uma repulsa ao que eles entendem por socialismo, que, conforme Adorno, é totalmente difuso do socialismo histórico, então esses setores da sociedade promovem uma transferência da culpa “de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas àqueles que se opuseram criticamente ao sistema no qual outrora eles possuíam status, ao menos segundo concepções tradicionais” (*Ibidem*). Esses fatores, até hoje, fazem parte dos principais aspectos que movem a extrema direita atual. Como discutido no capítulo anterior, o temor de rebaixamento social, a defesa do neoliberalismo – causador do rebaixamento – e a transferência do ódio pela potencial desclassificação aos críticos do sistema que lhes assola, são elementos pertinentes do repertório de ação e da retórica da direita de hoje.

Como observaram Fraser (2017), Brown (2019) e Dardot & Laval (2019), o aumento da popularidade da extrema direita pelo mundo se deve aos anos de baixo crescimento econômico, crescente concentração de renda, financeirização, aumento do desemprego,

precarização do trabalho e diminuição das classes médias. Questões que foram ainda mais potencializadas após a crise financeira de 2008 e que são inerentes à própria dinâmica do neoliberalismo. Nesse contexto, o pavor do rebaixamento social se expressou de várias maneiras: nos ataques xenofóbicos aos imigrantes, por serem vistos como culpados pelo desemprego, por ocuparem postos de trabalho fora de seus países de origem; na defesa radical do neoliberalismo; no anticomunismo; na defesa dos valores cristãos; e na defesa da ordem de privilégios estabelecidos. A extrema direita atual tem se organizado e retomado impulsos nacionalistas em países que propagam a globalização e vêm conseguindo adesão das massas, provavelmente, por essas usufruírem muito pouco dos benefícios prometidos pela globalização. É nesse contexto que ocorreram a eleição de Trump e a escolha do Reino Unido pelo Brexit.

O medo de rebaixamento e a repulsa a qualquer crítica ao capitalismo, citados por Adorno, também caracterizam a extrema direita brasileira atual, que tem demonstrado se preocupar muito com a redução do seu padrão de vida e com a possibilidade de alguma ascensão dos mais pobres, significando para si mesma a sua desclassificação. Souza (2016), que ao discutir o pavor da desclassificação social por parte da classe média brasileira – que, como abordaremos logo a seguir, têm setores que fazem parte da base social dos movimentos de extrema direita –, sugere que a mera ascensão das classes populares durante os anos de governos petistas no Brasil causou um imenso incômodo na classe média e na elite, devido ao que ele chama de “racismo de classe”. Conforme Souza, os programas de transferência de renda e o aumento do salário mínimo, junto a facilidade de crédito tornaram a economia mais dinâmica de baixo para cima. Somado a isso, as políticas de acesso à educação e de expansão das universidades públicas e institutos federais, possibilitaram uma base institucional indispensável para a abrangência do acesso das classes populares ao consumo e ao capital cultural (SOUZA, 2016, p. 52).

Com esses fatos, o racismo de classe se revelou de várias maneiras durante os governos petistas, quando a simples aproximação física dos pobres nos lugares que antes eram restritos à classe média, descortinou um racismo de classe que estava camuflado no debate público em relação as grandes desigualdades vivenciadas no Brasil:

O compartilhamento dos mesmos espaços sociais irrita e incomoda ainda mais com a nova postura e atitude das classes populares de desafiar o olhar incômodo, como comprovam iniciativas como os rolezinhos. Mas isso não é o pior. Muito pior que compartilhar espaços antes exclusivos é o “medo” irracional, neste caso, de que a ascensão social ameace muito mais que os espaços exclusivos. A classe média passa a ter medo de que também seus privilégios de classe e seus empregos sejam ameaçados. Esse medo é, em grande medida, irracional, posto que a ascensão das classes populares se dá muito mais pela via do consumo do que pela via da incorporação de capital cultural reconhecido que é o grande mecanismo da reprodução dos privilégios de classe da classe média (SOUZA, 2016, p. 97)

Como relata o fragmento acima, a classe média brasileira se mostrou extremamente incomodada em ter que dividir espaços sociais com os mais pobres, temendo também ter que disputar por seus empregos. Algo que para Souza é um temor que não se fundamenta, pois, o maior trunfo de distinção da classe média em relação aos mais pobres é o acesso ao capital cultural valorizado socialmente, que a jornada em busca de condições de subsistência dos precarizados dificilmente lhes permitirá. Em conformidade com o exposto, em sua análise da parte da classe média brasileira que se posiciona politicamente à direita, Marilena Chauí (2016) explica que essa classe se agarra a um imaginário construído por seu sonho de se tornar classe dominante e seu pesadelo de retornar à classe proletária. Por isso, em busca do sonho e para se distanciar cada vez mais do pesadelo da desclassificação, a classe média à direita acredita na necessidade de manutenção da ordem de privilégio das elites e da segurança da ordem das elites, o que confere essa parcela da classe média “o papel político de assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante” (CHAUÍ, 2016, p. 20).

Essas análises nos mostram o pavor que da classe média brasileira tem do rebaixamento social e como ela defende a ordem capitalista atual, o que foi discutido por Adorno como uma característica do novo radicalismo da direita. A extrema direita brasileira se enquadra perfeitamente na observação adorniana de colocar a culpa de sua potencial desclassificação não nas políticas neoliberais, mas em seus opositores e críticos. Por isso, defendem a ordem burguesa e odeiam tanto o socialismo e o comunismo, mesmo aparentando não fazer ideia do que se tratam. Pensando na Alemanha de fins dos anos 1960, Adorno afirma que o comunismo é usado por esses grupos como:

Uma espécie de caráter mítico, isto é, ele se tornou completamente abstrato, esse peculiar caráter abstrato faz que, de novo, simplesmente tudo que de alguma forma não convém é subsumido a esse conceito elástico de comunismo e é rechaçado enquanto comunista [...] comunismo tornou-se puramente uma palavra para assustar (ADORNO, 2020, p. 60).

A extrema direita brasileira faz muito uso desse “conceito elástico de comunismo”, isso se comprova em diversos trabalhos acadêmicos sobre os grupos que saíram às ruas em 2015 pedindo o impeachment da Presidente Dilma Rousseff e que mais tarde se tornariam a base eleitoral de Bolsonaro. Em pesquisa anterior, retratamos esse resgate contemporâneo do ódio ao comunismo mostrando que, com alguma similaridade aos anos de ditadura civil-militar brasileira, o pavor ao comunismo é utilizado por um viés moral, sobrevalorizado e em defesa da ordem de privilégios das elites econômicas, pois os manifestantes da extrema direita falam de comunismo para relacionar a qualquer coisa que eles não concordem, perpassando políticas redistributivas, educação sexual, ideal de equidade entre os gêneros, criminalização da homofobia, entre outras questões (ANDRADE, 2017 p. 154 -161).

Essa pesquisa anterior foi realizada em João Pessoa, mas analisou dados de outras pesquisas sobre grupos similares pelo país, como por exemplo, a pesquisa realizada por Esther Solano em São Paulo nas manifestações a favor do impeachment em 2015. Nessa ocasião, a autora relata que seus entrevistados mobilizavam “com uma potência enorme” um discurso anticomunista que derivava para um antipetismo em “moldes retóricos que remetiam aos tempos da Guerra Fria” (SOLANO, 2019, p. 311). Outra característica que Adorno pontua ao falar da nova direita dos anos 1960 na Alemanha é *o apelo ao nacionalismo na retórica radical desses grupos*. Seria um nacionalismo mais ideológico que, de fato, concreto, pois na década de 1960 o mundo já se organizava por grandes blocos e já havia a formação de organizações internacionais, o que fazia com que “as nações e os Estados individuais desempenhassem tão somente um papel subordinado” (ADORNO, 2020, p. 47), embora o sentimento nacionalista continuasse operando.

O autor entendia que, na verdade, ninguém acreditava mais totalmente na soberania nacional, pois não havia uma base material concreta para se afirmar uma identidade nacional, porém, a ideologia do nacionalismo não deixava de ter um grande poder de convencimento e um papel decisivo para esses grupos:

Com frequência ocorre que convicções e ideologias, justamente quando elas não são mais de fato substanciais devido à situação objetiva, assumem então seu caráter demoníaco, seu caráter verdadeiramente destrutivo. Afinal, a caça às bruxas não ocorreu na época do alto tomismo, mas na época da Contrarreforma, e algo parecido ocorre hoje com o, se eu puder chamar assim, nacionalismo “pático”. Aliás, já na época de Hitler houve esse momento de forçação daquilo em que não se acredita totalmente. E isso já era possível observar na época: essa oscilação, essa ambivalência entre o nacionalismo simulado e a dúvida sobre ele, a qual então torna necessário disfarçá-la, de modo a, ao mesmo tempo, convencer a si e aos outros (*Ibidem*, p. 48).

Essa defesa insistente do nacionalismo também é algo presente na extrema direita atual, sobretudo na brasileira. Em todas as suas manifestações, a direita brasileira faz questão de utilizar símbolos nacionais como as cores verde e amarela representadas na bandeira do país, a própria bandeira, entoar o hino nacional em seus protestos, falando em pátria, nação, família, amor ao país, colocando-se como amigos do Brasil e elencando inimigos. Nas obras citadas anteriormente (ANDRADE, 2017; CHAUI, 2016; SOLANO, 2019; SOUZA, 2016) há relatos do uso desses símbolos e dessa linguagem, ao mesmo tempo, também que há relatos do quanto esses manifestantes exaltam os Estados Unidos e alguns países europeus, seus interesses, sua cultura, principalmente para falar que são países superiores nesses aspectos (e em vários outros) ao Brasil.

O slogan de campanha de Bolsonaro – “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – além da similaridade com o brado nazista “Alemanha acima de tudo” que certamente foi

questionada, também configura esse apelo retórico ao nacionalismo. O presidente, na época, justificou que se inspirou nos paraquedistas nacionalistas do exército brasileiro dos anos 1960, chamados de Centelha Nativista⁹, que usavam esse brado. No entanto, essa retórica nacionalista que, não por acaso, coincide com o brado nazifascista alemão, não faz jus à política externa do governo. Na prática, a política externa defendeu os interesses do mercado e capitais internacionais, sobretudo os interesses dos Estados Unidos, acima da soberania brasileira¹⁰. Então, como já indicava Adorno em 1967, não se acredita de fato no nacionalismo enquanto defesa da soberania nacional, mas o uso ideológico dele assume um papel decisivo de convencimento das pessoas para o radicalismo da extrema direita. Com o apelo ao nacionalismo se elege inimigos da nação a serem destruídos e heróis que se apresentam como capazes de destruir esses inimigos, mas não se fala de fato ou se propõe soberania do Estado nacional.

O mito nacional, como chama Souza (2009), é a maneira atual de produzir um sentimento de “solidariedade coletiva” ou de que “estamos todos no mesmo barco”. O mito nacional é mobilizado na transfiguração da realidade, dotando-a de sentido moral e espiritual para os grupos que fazem parte de uma dada sociedade. Sua finalidade é construir um terreno de identidades emocionais e sentimentos comuns que possibilitem que todos – de diferentes estratos da sociedade e grupos sociais, com interesses diversos e até conflitantes – se enxerguem como parte da construção de um projeto nacional. Por isso, a direita e extrema direita atual falam em bem da nação, em nome da nação. Distribuíram na sociedade a imagem do que deve ser um “bom” cidadão brasileiro, que “ama” o Brasil, que preserva a moralidade e os “bons” costumes e é “contrário à corrupção” (ANDRADE, 2017; SOLANO, 2019; SOUZA, 2009, 2017). As aspas denunciam que se trata apenas de uma retórica discursiva que não se traduz em uma prática condizente com os termos, pelo contrário, ao invés de prezar pelo interesse nacional, as manifestações de extrema direita compactuam com a histórica expropriação das riquezas do país pela elite hoje internacionalizada (SOUZA, 2017, p. 119).

⁹ FOLHAPRESS. “Brasil acima de tudo”: conheça a origem do slogan de Bolsonaro. *Gazeta do Povo*, 24 out. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas/>. Acessado em: 30 jan. 2021.

¹⁰ DE PAULA, Luiz Fernando; MACHADO, Pedro Lange. Apesar da fala nacionalista de Bolsonaro, mercado segue acima de todos. *Folha de S. Paulo*, ano 100, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/01/apesar-de-fala-nacionalista-de-bolsonaro-mercado-segue-acima-de-todos.shtml>. Acessado em: 30 jan. 2021. LEITÃO, Miriam. Brasil só perdeu na submissão de Bolsonaro a Trump. *O Globo*, ano 25, 05 nov. 2020. Disponível <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/brasil-so-perdeu-na-submissao-de-bolsonaro-trump.html>. Acessado em: 30 jan. 2021. Ver também Leonardo Fernandes. Governo Bolsonaro mostra submissão aos interesses dos Estados Unidos, diz diplomata. *Brasil de Fato*, ano 18, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/18/governo-bolsonaro-mostra-submissao-aos-interesses-dos-estados-unidos-diz-diplomata/>. Acessado em: 30 jan. 2021.

Outro aspecto do novo radicalismo de direita observado por Adorno em sua palestra em Viena, é que *a essência, a base social inicial desses grupos de direita é nas classes que temem ser proletarizadas, que querem manter seus padrões e almejam ser classe dominante*. Na Alemanha de 1967, a base era *a pequena burguesia*. Ainda que seja um movimento que se espalhe em todas as camadas sociais, ele não surge na classe trabalhadora, mas na pequena burguesia. Aqui no Brasil, inicialmente, a base social dos levantes da extrema direita eram setores da classe média, empresários, pequenos comerciantes, pequenos proprietários, profissionais liberais, mas em seguida as manifestações obtiveram adesão dos diferentes segmentos sociais. Sobre isso, Souza (2016) argumentou que a grande novidade das manifestações da extrema direita no Brasil foi a repaginação da fração da classe média moralista e conservadora que nunca suportou os mais pobres, representantes de grande parte da população brasileira (SOUZA, 2016, p. 101). Em 2015, o instituto de pesquisa *Datafolha* realizou uma pesquisa em um dos primeiros protestos favoráveis ao impeachment da Presidente Dilma em São Paulo, que retrata o perfil socioeconômico inicial daqueles movimentos que foram tomando fôlego no país. Vejamos:

76% deles tinham curso superior, 23% tinham completado o Ensino Médio. 85% faziam parte da população economicamente ativa, entre assalariados registrados, autônomos, profissionais liberais e empresários. A média da renda mensal dos manifestantes entrevistados pelo Datafolha era de três a mais de 20 salários mínimos (Sendo 14% de até 3 salários mínimos, 15% tinha de 3 a 5 salários mínimos, 27% de 5 a 10 salários mínimos, 22% de 10 a 20 salários mínimos e 19% de mais de 20 salários mínimos). Em cada dez manifestantes, sete se declaravam brancos, somando 69% (DATAFOLHA *apud* ANDRADE, 2017, p. 84).

A partir dos dados salariais e também dos registros de perfis socioeconômicos nos trabalhos supracitados, é possível perceber que a base social dos movimentos de direita aqui no Brasil foi, inicialmente, composta pelos empresários e a classe média - embora, depois, tenha ganho a adesão das outras frações de classe. Mas, inicialmente, o levante de extrema direita não partiu da classe trabalhadora, nem das classes mais baixas (embora seus valores, posicionamentos e interesses sejam incorporados por eles); sua base social aproxima do que Adorno observou em 1967: das camadas da sociedade que são “completamente burguesas de acordo com sua consciência de classe subjetiva e que querem fixar seus privilégios e seu status social, e possivelmente fortalecê-los” (ADORNO, 2020, p. 46). O que se explica justamente pelo já discutido medo da desclassificação que pesa muito sobre a pequena burguesia e a classe média. Outra característica do novo radicalismo da direita apontada por Adorno é o *desejo pelo fim*, que seria um sintoma psicológico muito importante, uma vez que “eles de certo modo querem a catástrofe, eles se nutrem com fantasias do fim do mundo” (*Ibidem*, p. 52).

O autor entendia que o desejo inconsciente da direita pela desgraça não seria o menor dos elementos mobilizados por estes movimentos, não se tratava apenas de um comportamento psicologicamente motivado, havia também uma base objetiva nisso: “a partir de sua própria situação social, ele quer a destruição. Mas ele não quer só a destruição de seu próprio grupo, ele quer, se possível, a destruição do todo” (ADORNO, 2020, p. 52). Pois, conforme Adorno: “para quem não vê nada diante de si e para quem não quer a transformação da base social, não sobra na verdade absolutamente nada, senão [...] o fim” (*Ibidem*). O autor explica que esse sentimento de catástrofe social lhe parece uma distorção da teoria do colapso de Marx – de que o capitalismo acabaria colapsando devido às suas contradições internas – que ocorre, segundo ele, “nessa consciência bastante deformada e falsa” (*Ibidem*, p. 51). Pois, por um lado, esses movimentos racionalmente questionam: “Como poderá continuar se houver algo como uma grande crise?” – E, para esse caso, esses movimentos recomendam a si mesmos” (*Ibidem*).

Adorno ainda coloca que os movimentos de direita se apresentam sempre como se já tivessem alcançado algum sucesso muito grande em relação à solução das questões que criticam, e seduzem as pessoas quando fingem ser quem garantirá o futuro “e de que têm por trás deles sabe Deus o quê” (*Ibidem*, p. 54). Pensando na extrema direita brasileira, não é incomum ouvir o temor pelo fim do país se for entregue nas mãos dos esquerdistas e “comunistas”, pelo fim da família tradicional brasileira, pelo fim dos valores, da moral cristã, dos bons costumes, da ordem (ANDRADE, 2017; SOLANO, 2019; SOUZA, 2016; 2017; 2018). Por parte desses grupos, há sempre um medo das coisas estarem acabando, uma antecipação do terror do fim, medo da catástrofe social. Só os seus iguais poderiam impedir essa destruição. Os líderes da extrema direita pautam esse medo e se apresentam como capazes de impedir o fim das coisas que esses grupos temem perder.

Os discursos de campanha de Bolsonaro exemplificam essa questão. Ele afirmava a necessidade de “livrar o Brasil do socialismo, porque querem destruir o país”, “defender a família, porque querem acabar com a família tradicional brasileira”, “livrar as crianças do ensino sobre sexualidade e homossexualidade nas escolas, porque querem acabar com a inocência das crianças”, “defender a religião judaico cristã, porque querem desrespeitá-la e destruí-la”, “defender os valores, porque querem invertê-los e acabar com eles”, “defender o país da corrupção, porque os ladrões, antiéticos, querem acabar com o Brasil” e várias outros

temores irracionais, mas racionalmente orquestrados para convencer, pautados na moralidade conservadora e reacionária¹¹.

Contudo, ao mesmo tempo que se apresenta como alguém que vai impedir uma catástrofe social que pode ser ou já foi provocada por seus opositores, Bolsonaro reafirma em seus discursos a defesa da “liberdade econômica” e de seu aprofundamento, que é a verdadeira causa das tormentas sociais que assolam o país, como: o desemprego, a fome, a desigualdade social abissal, a violência, falta de acesso à saúde e educação de qualidade, entre outras coisas que correspondem à concentração e má distribuição de renda e a ineficácia da assistência do Estado às questões sociais mais básicas. Mas não é a isso que o ódio da extrema direita é direcionado: eles não enxergam o capitalismo, hoje em sua fase neoliberal, como causa dos males da sociedade. Longe disso, a culpa é sempre transferida para os movimentos políticos e os adeptos da esquerda, para os movimentos sociais em geral, para as políticas sociais, para o comunismo, socialismo, para a diversidade sexual e religiosa, para equidade de gênero e demais conflitos sociais e movimentos que apresentem qualquer crítica à ordem vigente. A direita de outrora e a extrema direita de hoje não admite mudanças da base, da estrutura social, então não lhes sobra nada, senão o *desejo inconsciente do fim*.

E como já discutimos aqui a partir de Adorno, não se trata de desejar o fim de seu grupo apenas, querem o fim de toda a sociedade, sobretudo, de todos aqueles que possam apresentar algum tipo de ameaça à ordem de privilégios estabelecida. Pois se a base social da extrema direita, sua classe tiver que acabar, então que acabe o mundo inteiro. Antes de Bolsonaro este já era o discurso, o sentimento, o comportamento dos grupos tradicionais de direita do Brasil, o que pode ser visto tanto em pesquisas que se referem à direita da época da ditadura civil-militar, quanto nas pesquisas sobre a direita radicalizada contemporânea. Os trabalhos intelectuais já citados anteriormente nessa parte do capítulo já demonstram, em alguma medida, essas questões.

Mais uma característica importante pontuada por Adorno sobre a nova direita é o *baixo nível intelectual de seus grupos e líderes*, assim como o quanto *eles são empenhados em aperfeiçoar seus meios propagandísticos*. O autor alerta que a baixa elaboração retórica não deve ser motivo para menosprezar esses movimentos, pois a falta de complexidade teórica ou de alguma teoria desses grupos, tem uma função interessante para a direita por permitir que consigam se adaptar às mudanças de conjuntura com muita rapidez. Já que, sem conteúdo

¹¹ FOLHA DE SÃO PAULO. Discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. Folha de S. Paulo, ano 100, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2021.

teórico e nenhum compromisso por buscar alguma coerência, é mais fácil e rápido agir, porque não precisam ficar presos na ação por ter que explicar ou se aprofundar em alguma teoria. Para esses grupos é muito melhor aperfeiçoar os meios, ou seja, a maneira que as informações serão disseminadas e por onde, do que se preocupar com o conteúdo dessas informações. Adorno explica que aí está a perfeição da técnica:

O que é característico desses movimentos é muito mais uma extraordinária perfeição dos meios, a saber, uma perfeição em primeiro lugar dos meios propagandísticos no sentido mais amplo, combinado com uma abstrusidade dos fins que aí são perseguidos. E creio que justamente essa constelação de meios racionais e fins irracionais [...] corresponde de certo modo à tendência geral civilizatória que resulta em uma tal perfeição das técnicas e dos meios, enquanto, na verdade, a finalidade geral da sociedade é ignorada (ADORNO, 2020, p. 54).

A propaganda passa a ser a alma desses movimentos, a substância de sua política e, conforme Adorno, a propaganda é genial, principalmente por nesses movimentos nivelar a diferença entre os reais interesses e os objetivos que são simulados. Assim se consegue colocar *a verdade a serviço da inverdade*, pois para parecer convincente não se pode apenas mentir, é preciso colocar alguma veracidade na propaganda. Por isso que para convencer com mentiras colocam verdades em volta delas. Como exemplo disso, Adorno cita uma frase corriqueira desses grupos: “a Alemanha estava indo bem com Hitler, o problema foi ele fazer essa guerra idiota”. No caso dessa frase, uma questão econômica real foi isolada de seu contexto e apresentada de forma oposta, pois o que acontecia realmente na Alemanha em tempos de Hitler era a preparação para a guerra, então o país vivia uma economia de guerra e por isso houve algum crescimento econômico. Porém, não dá para dizer que Hitler teria sido bom se não fosse a guerra pensando na economia, pois só houve crescimento da economia por causa da preparação para guerra. Esse é um exemplo da *verdade a serviço da inverdade*.

Para pensar uma questão similar em relação à extrema direita brasileira, é válido lembrar que atualmente ainda se repete a interpretação de que no período da ditadura civil-militar houve um “milagre econômico” com o projeto de industrialização nacional. O que faz com que muitos reiterem que “na época da ditadura a economia do Brasil era bem melhor”. No entanto, foi um crescimento que aumentou ainda mais a distância entre ricos e pobres, e, se teve uma classe que – além das elites econômicas – foi privilegiada por esse crescimento, essa classe é a classe média tradicional, o que certamente ajuda a explicar sua parcela conservadora. Conforme Paulino, durante a ditadura:

O país divulgava seus recordes estatísticos, no entanto, contava com um grande aumento na dívida externa, que saltara de 3,9 bilhões no começo do milagre para 12,5 bilhões no final, além do crescimento da desigualdade social, com 78,8% da população ganhando menos do que dois salários mínimos (PAULINO, 2020, p. 563).

Não era objeto de preocupação do Estado a massa da população que tinha condições de vida e trabalho deploráveis. O índice de subnutrição aumentou no país e a mortalidade infantil também, além do alto número de acidentes de trabalho. A classe trabalhadora ainda foi submetida a um “arrocho salarial” que significava que o salário mínimo não acompanhava a inflação. Isso chamou atenção das empresas estrangeiras e também das empresas privadas brasileiras que se sentiram atraídas pela desvalorização do preço da força de trabalho, o que fez com que a desigualdade social fosse aprofundada. Não era diretriz do governo distribuir renda, nem estabilizar a economia para atender as necessidades de toda a sociedade, sua prioridade foi “aumentar o tamanho do bolo econômico para as classes privilegiadas” (PAULINO, 2020, p. 564).

Por outro lado, a classe média brasileira teve o seu ápice de crescimento durante o assim chamado “milagre econômico”, sendo um segmento social muito beneficiado e privilegiado pelos programas de governo que possibilitavam acesso à casa própria e a algum nível de “bem-estar social”, além de beneficiar-se de uma distinção de rendimentos salariais entre operários e os que ocupavam funções intermediárias. Nesse contexto, a classe média foi se expandido, um processo que se seguiu para além daquele período:

Ancorada nos recursos que o Estado e o mercado lhe ofereciam, aumentou seu poder aquisitivo e seu bem-estar material, e por não estar exposta à grande competitividade, manteve-se coesa e consciente de sua poderosa posição estamental. Tornando-se assim, a grande beneficiária do crescimento econômico, do modelo político e dos projetos urbanísticos. Resulta daí um sentimento de inclusão no sistema político e econômico acompanhado por um sentimento de segurança. Instala-se um processo de barganhas entre a classe média e o governo, que tem nesse segmento o seu maior alicerce (VICENTE, 2013, p. 86).

Somado a essas questões, o crescimento em níveis de educação e renda promoveu a classe média a um estilo de vida que ela deseja preservar. O que fez com que a classe média brasileira se volte mais para o consumo que para questões relacionadas a cidadania, o que converge com o tipo de crescimento econômico a qual ela se beneficiou, fundamentado no cerceamento das liberdades democráticas (*Ibidem*). Com esse cenário, a expansão da classe média brasileira nos anos de ditadura, sem muita competição e com privilégios sobre os mais pobres, “pode explicar, em parte, a sua posição tradicionalmente conservadora” (*Ibidem*). Em consonância a estes fatos, é possível afirmar que foi durante o período da ditadura militar em que houve a consolidação de um “*apartheid* brasileiro que opõe as classes do privilégio econômico e cultural – que incluem 20% da população, precisamente o tamanho da classe média real – aos 80% restantes de despossuídos, estes em diferentes graus de exclusão” (SOUZA, 2018, p. 119). Desse modo, Souza sugere que esse novo arranjo social e econômico à população brasileira, que favorece 20% de privilegiados, se enquadra a uma nova organização

da divisão internacional do trabalho. Seu direcionamento passa então a ser determinado pelo grande capital estrangeiro, e não mais pelo Estado, ou capital nacional.

O “milagre econômico” foi comandado por dois fatores que se complementam: a entrada de novos produtos de consumo duráveis, com maior custo e exclusivo para os 20% de privilegiados da classe média; e a exportação de manufaturados, que se dava pela exploração de força de trabalho barata. Era esse o contexto da nova divisão de trabalho internacional introduzida pelas multinacionais. O resultado é “a manutenção da matriz tecnológica de ponta nos países de origem, restando ao Brasil a exportação de safras agrícolas e produtos ultrapassados” (SOUZA, 2018, p. 119). Para a classe média, essa época marcou a consolidação e a internacionalização do seu padrão de consumo e renda sobre o restante da população. Esse novo padrão de industrialização acabou por criar uma polarização social onde surgiram estilos de vida muito opostos e mercados diferenciados e com produtos e serviços de qualidades diversas. Surgem aí as escolas para os 20% privilegiados e outras de qualidade inferior para os 80% que recebem menores salários, o mesmo ocorre com os serviços de saúde e assim sucessivamente:

Essa tecno-burocracia de classe média, empregada nos novos setores da economia privada e também no cada vez maior aparelho do Estado, tende a ver seus privilégios como “merecidos” e construídos por “esforço pessoal”. A meritocracia é um ponto nodal do mecanismo de identificação com as elites nacionais e estrangeiras, pois tende a santificar e legitimar o arranjo excludente dominante como sendo decorrente de uma competição social “justa” (*Ibidem*, p. 120).

Essa estabilização de uma classe média ampla é acompanhada, ou mesmo sustentada, pela consolidação de um modelo de desigualdade social profundo em que, a partir de novos meios, reproduz-se hoje em dia uma estratificação social herdeira de padrões anteriores atualizada em novos termos, na qual, “nos dias de hoje, é óbvio, não se segregam desde o berço e em função da cor de pele aquelas pessoas destinadas ao cativeiro” (*Ibidem*) – ao menos formalmente.

Essa elaboração sobre padrões de desigualdade e modelos político-econômicos serve para ilustrar a complexidade da constituição geral de uma ordem social, indicando a inextrincável co-determinação entre experiência concreta e os fundamentos ideológicos dos movimentos político-sociais, de fundamental importância para compreensão dos elementos determinantes na proeminência de valores morais no ordenamento prático e retórico desses movimentos. Desse modo, destaca-se a simplificação explicativa e fundamentalmente imediatista da realidade que caracteriza fortemente os movimentos de direita radical. Esse aspecto tão comum, manifesto numa disseminação *da verdade a serviço da inverdade*, de que “no período da ditadura a economia do Brasil era bem melhor”. Havendo, de fato, um

crescimento econômico, ele não se resume a isso, sendo pertinente destacar o beneficiamento restrito a parcelas minoritárias da sociedade, enquanto a maioria vivia à margem das benesses desse crescimento e em condições de pobreza extrema, o que aprofundou ainda mais as desigualdades e os problemas sociais do país.

Esse é só um exemplo dentre as várias *verdades a serviço das inverdades* ou, como é chamado em geral, dentre as várias *Fake News* que circulam na sociedade brasileira para convencê-la de que o autoritarismo, o conservadorismo, o moralismo e a manutenção dos privilégios das elites econômicas do país configuram o melhor para todos. Essa é a característica – já prevista e discutida profundamente por Adorno – mais importante e eficiente dos movimentos de extrema direita, como pudemos ver no tópico anterior. A extrema direita de hoje, no Brasil e pelo mundo, tem se especializado ainda mais no uso *da verdade a serviço da inverdade* e em sua disseminação, especializada no *aperfeiçoamento da técnica dos meios propagandísticos*, prática que tem sido bem-sucedida na disputa para pautar a opinião pública, o debate político, e conseguir adesão e eleger representantes pelo mundo.

Como insistia Adorno, uma das grandes táticas da propaganda autoritária é a manipulação dos mecanismos inconscientes dos indivíduos. Aqui é importante relembrar a discussão sobre os *mecanismos psicológicos de adesão* e a propaganda fascista, alertando sobre a facilidade que os líderes antidemocráticos têm de convencer seus adeptos explorando maliciosamente sua própria psicologia, devido às semelhanças psicológicas entre eles. Isso nos remete a uma outra característica analisada por Adorno sobre o novo radicalismo de direita: *a identificação dos membros da nova direita com personalidades autoritárias e a agressividade projetada*. Essa identificação se dá porque os seguidores enxergam nas ações de seus líderes a realização do seu próprio eu, que eles mesmos não conseguem pôr em prática no dia-a-dia, por inibição, falta de coragem ou oportunidade. Então, quando conseguem identificar o seu próprio ego na personalidade autoritária, libertam seus impulsos agressivos, ameaçando quem ou o que é o alvo de suas frustrações como se estivessem se defendendo.

O impulso agressivo da nova direita é, na verdade, projetado, pois eles acham que o mundo está repleto de ameaças e por isso eles precisam se defender delas. Adorno coloca que o que facilita a identificação entre seguidores e líderes de direita é o estado de espírito das pessoas que “sofrem frustrações sem sentido e desenvolve por isso, uma mentalidade mesquinha e irracional” (ADORNO, 2015, p. 184). A extrema direita brasileira faz jus também a essa característica, pois não é incomum perceber em seus discursos ataques e ódio a qualquer coisa ou pessoa que eles compreendam como ameaça. O já citado ódio e pavor ao comunismo é um exemplo disso: um mecanismo estritamente psicológico, uma vez que não existe nenhuma

ameaça comunista no Brasil, no entanto, essa retórica serviu em 1964 e serve ainda hoje para projetar e liberar a agressividade. Eles criam a ameaça e agressivamente se propõem a combater as ameaças que eles mesmos criaram.

Como essa ameaça criada passa a circular como verdade e obtêm adesão de quem se identifica psicologicamente com personalidades autoritárias? Através das múltiplas técnicas fundamentais para qualquer organização política atual: o já citado *aperfeiçoamento dos meios propagandísticos usados pela cultura de massa*. Adorno nos lembra que a propaganda autoritária precisa apenas reproduzir a mentalidade que as pessoas já têm e usá-las para seus próprios objetivos. Não precisa propor mudanças, basta repetir exaustivamente meias verdades. A propaganda autoritária atrai as pessoas pelo o que elas são, como “os verdadeiros filhos da cultura de massa estandardizada atual, amplamente despojados de autonomia e espontaneidade” (ADORNO, 2015, p. 184).

Além da baixa intelectualidade, Adorno percebeu o *ódio aos intelectuais* como mais um aspecto no novo radicalismo de direita. Conforme o autor, por ser impotente diante do “espírito”, da teoria, da intelectualidade, os grupos de direita se rebelam contra os que portam esse espírito. Há muitos exemplos que podem ser usados aqui para ilustrar o quanto a extrema direita brasileira se adequa a essa característica, mas optaremos por dois que por ora julgamos mais pontuais: o primeiro, e que deixa bem explícito o ressentimento em relação aos intelectuais, é que após a vitória de Bolsonaro, pelo menos cinco ministros convidados para compor o seu governo mentiram ou cometeram fraude em seus currículos acadêmicos¹², colocando títulos e vínculos com instituições que eles nunca obtiveram. Isso mostra que eles são tão *impotentes diante do espírito*, e descontentes com isso, que então lhes resta inventar uma intelectualidade e odiar quem a tem de fato – o que se comprova no ataque as universidades públicas, a cultura e a pesquisa científica brasileira por parte desse governo ¹³.

O segundo exemplo é o desprezo e ódio que os movimentos de direita do Brasil nutrem por Paulo Freire, declarado patrono da educação brasileira em 2012 e, atualmente, um dos intelectuais mais atacados pela extrema direita brasileira. Inclusive foi chamado por

¹² BERMÚDEZ, Ana Carla. Quem são os ministros de Bolsonaro que mentiram ou erraram no currículo. UOL, ano 25, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/28/quem-sao-os-ministros-de-bolsonaro-que-mentiram-ou-erraram-no-curriculo.htm>. Acessado em: 31 jan. 2021.

¹³ LEHER, Roberto. A destruição da educação, da ciência e da cultura pelo governo Bolsonaro. Le Monde Diplomatique Brasil. 1 out. 2019. Disponível <https://diplomatique.org.br/a-destruicao-da-educacao-da-ciencia-e-da-cultura-pelo-governo-bolsonaro/>. Acessado em: 31 jan. 2021.

Bolsonaro de energúmeno¹⁴, acusado por ele e seus adeptos de ser culpado dos problemas na educação do país e de fomentar uma doutrinação marxista nas escolas. Esses exemplos retratam bem como a direita brasileira lida com sua própria falta de intelectualidade e com quem é “portador do espírito”; e nos remete novamente a *compensação* de seu baixo nível de intelectualidade, que, como colocou Adorno, é dominar a técnica e os meios de propagar suas inverdades. Como exemplo disso, vejamos a figura abaixo:

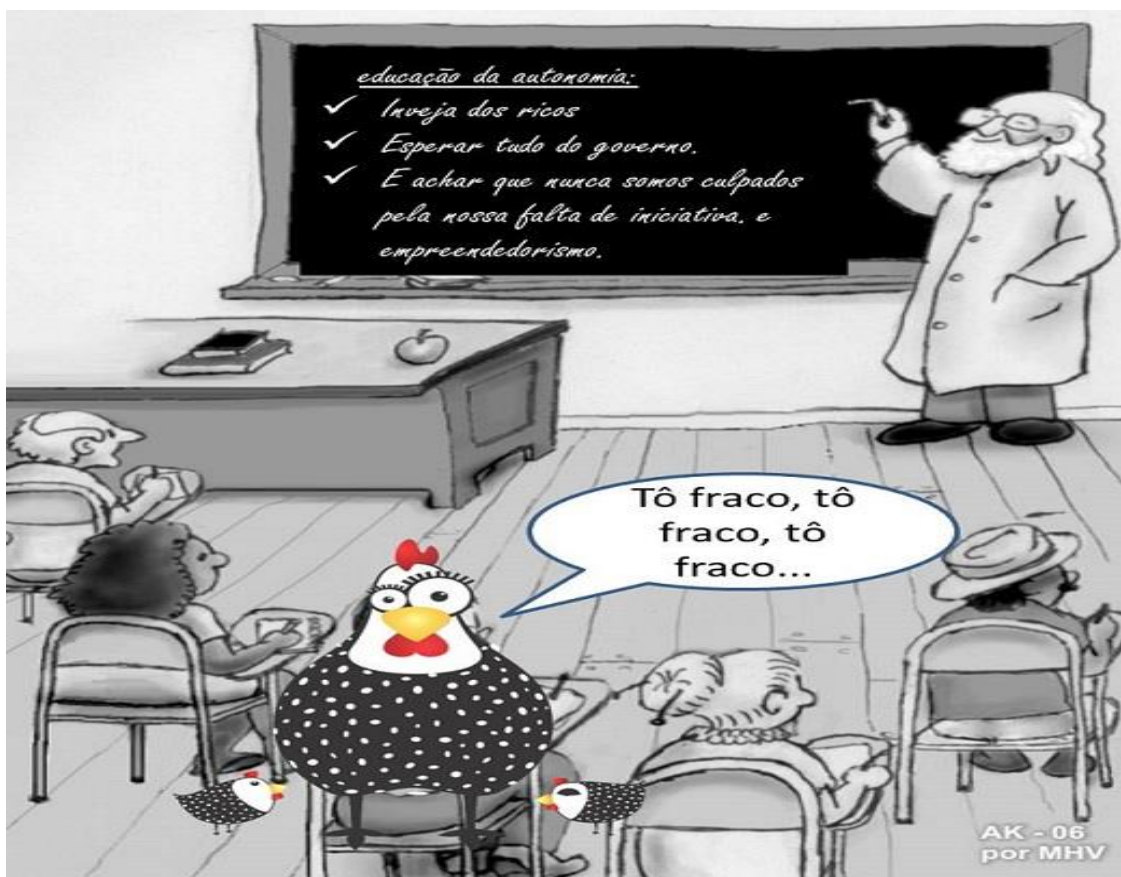


Figura 1
Fonte: Facebook

Na imagem, são dispostas as seguintes frases: “Educação da autonomia: inveja dos ricos; esperar tudo do governo; e achar que nunca somos culpados pela nossa falta de iniciativa e empreendedorismo”. Essa figura apareceu entre as postagens da rede social, Facebook, de um dos pesquisados desse trabalho, ela faz alusão a Paulo Freire diante de um quadro, explicando o que seria a pedagogia da autonomia. Porém, o conteúdo do quadro, como podemos ver, é totalmente difuso, distorcido e distante do que de fato são as ideias do intelectual. O que aparece

¹⁴ BERMÚDEZ, Ana Carla. Quem é Paulo Freire, educador brasileiro que virou alvo de Bolsonaro. UOL, ano 25, 18 dez. 2019. Disponível <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/18/quem-e-paulo-freire-educador-brasileiro-que-viceu-alvo-de-bolsonaro.htm>. Acessado em: 31 jan. 2021.

no quadro, portanto, são manifestações dos valores neoliberais que desdenham e buscam anular toda e qualquer responsabilidade política e social do Estado para com os cidadãos, expressas de forma concisa, porém eficaz, na frase: “esperar tudo do governo”. Além de reduzir questões como bases materiais, oportunidades e recursos desiguais à “inveja dos ricos” e a “falta de iniciativa e empreendedorismo”. É necessário dizer que, fora a palavra “autonomia”, nada descrito nessa imagem corresponde às teorias de Paulo Freire. A palavra autonomia é, de fato, usada por ele e por isso foi propositalmente colocada ao lado dessas mentiras *a serviço das inverdades* disseminadas nessa figura, relacionando uma proposta pedagógica à dependência e inação em relação ao assistencialismo.

Essa prática de transmissão de ideias por meio de memes¹⁵, com poucas frases reafirmando elementos que mobilizam determinados valores e afetos já presentes nas mentalidades e que provocam identificação, interpõem-se ao processo de elaboração argumentativa que demande um longo processo de obtenção qualificada de informações e relativamente extensa para ter condições de se chegar a conclusões sobre o que diz, de fato, a pedagogia da autonomia de Paulo Freire. Assim, o processo de disseminação de informações por parte de quem se preocupa com a veracidade dos fatos sofre uma abissal desvantagem¹⁶.

Com o exposto, as análises de Empoli (2020) contribuem na possibilidade de uma reflexão em conjunto com as constatações de Adorno exploradas aqui, por tratar também sobre a exploração psicológica utilizada pelos novos meios propagandísticos para manipular o inconsciente das pessoas e conseguir adesão. Ao discutir sobre a reorganização da extrema direita do Leste Europeu aos Estados Unidos, passando também pela Áustria, Itália e países escandinavos, Empoli (2020) observa que os movimentos de extrema direita dominaram cada dia um pouco mais o cenário político. O autor coloca que em todos esses países a *extrema direita* tem em comum o desejo de punição das elites políticas de direita e de esquerda, algo que assume posição privilegiada na agenda política desses movimentos, por acusarem a direita e esquerda tradicionais (principalmente a esquerda) de trair o mandato popular “ao cultivar os interesses de uma minoria restrita em vez de servir aos anseios da ‘maioria silenciosa’” (EMPOLI, 2020, p. 72).

¹⁵ Expressão utilizada no mundo digital para se referir a uma grande e rápida disseminação de uma informação. Frases, imagens, ideias, músicas, vídeos, áudios e etc. que se espalham entre vários indivíduos com muita velocidade e se tornam populares, se encaixam na definição de meme.

¹⁶ Pois, como diz a citação de Mark Twain, impressa na capa traseira do livro *Os engenheiros do caos*, de Empoli (2020): “uma mentira pode dar a volta ao mundo enquanto a verdade leva o mesmo tempo para calçar os sapatos”. Para além de destacar essa frase que se encaixa precisamente nessa discussão, o citado livro se preocupa em explicar como as *Fake News*, teorias da conspiração e algoritmos vêm sendo utilizados para espalhar mentiras, desinformações, medo, ódio e interferir nas eleições ao redor do mundo.

Por isso, muito além de medidas específicas, os atuais líderes autoritários oferecem ao povo uma “oportunidade única”: votar neles seria torcer contra os políticos tradicionais. No Brasil, isso é expresso no slogan político das manifestações de extrema direita: “ser contra tudo isso que está aí”. Com o exposto, o autor relembra que, desde a Grécia antiga, “punir os poderosos” já garantia um lugar de destaque no programa dos demagogos. Conforme Empoli, a principal promessa dos novos “salvadores das pátrias” é a humilhação dos poderosos e ela acontece de fato a partir do momento que eles chegam ao poder. Esse desejo de punição é composto pela ira da população:

Por trás da ira pública, há causas reais. Os eleitores punem as forças políticas tradicionais e voltam suas bandeiras para líderes e movimentos cada vez mais extremistas. Sentem-se ameaçados pela perspectiva de uma sociedade multiétnica. E, no conjunto, castigados pelo processo de inovação e mundialização que as elites lhes vêm empurrando goela abaixo, em doses cavalares, ao longo do último quarto de século (EMPOLI, 2020, p. 73).

Empoli sugere que se não existisse de fato uma realidade material sobre a qual figuras como Trump, Bolsonaro e outros extremistas ou acontecimentos como o Brexit, pudessem fundamentar suas reivindicações, não haveria porque se preocupar com eles. No entanto, a globalização e suas consequências não são suficientes, segundo o autor, para explicar as mudanças em curso. Pois se a desconfiança atual às elites políticas tradicionais de direita e esquerda tem como base o medo e a desclassificação, o que é um fato, também se alimentam na mudança do comportamento do povo. Principalmente na mudança que se deve à relação das pessoas com os novos meios e recursos de comunicação, como: internet, smartphones e redes sociais; que sem dúvidas têm uma grande participação no processo de adesão das pessoas a esses líderes que se apresentam como novidade na política (*Ibidem*).

Pensando nisso, Empoli afirma que a parte mais fundamental da ideologia do Vale do Silício¹⁷ é a “sabedoria das multidões: não confie nos especialistas, as pessoas comuns sabem mais” (*Ibidem*, p. 74). Então, qualquer um que ande com um aparelho celular no bolso que lhe permite, com uma simples passada de dedo, encontrar diferentes tipos de respostas para qualquer coisa, tende inevitavelmente a ser influenciado por essa ideologia. Além disso, as novas tecnologias têm contribuído em mudanças de hábitos na direção de satisfação imediata de desejos e demandas, já que existe um aplicativo para quase cada exigência. Conforme Empoli, nesse contexto se fomenta nas pessoas um tipo de impaciência que já é legitimada no mundo inteiro, pois não estamos mais dispostos a esperar por nada:

Google, Amazon e os deliveries de comida nos habituaram a ver nossos desejos atendidos antes mesmo de terem sido totalmente formulados. Por que a política

¹⁷ Região da Califórnia, nos Estados Unidos, que abriga startups e empresas globais de tecnologia como Google, Facebook, Apple, etc.

deveria ser diferente? Como é possível continuar tolerando os rituais demorados e ineficazes de uma máquina governada por dinossauros impermeáveis a toda e qualquer solicitação? (EMPOLI, 2020, p. 75).

Para o autor, por trás de toda essa nova impaciência e da rejeição às elites se encontra o motivo que faz com que haja uma transformação nas relações entre os indivíduos: as pessoas são sociais e por isso o bem-estar de cada um depende, em boa medida, da aprovação dos outros. A busca pelo bem-estar depende das relações que conseguimos estabelecer com os outros, desde sempre, isso garantiu e garante a sobrevivência. Por isso “o diabólico poder de atração das redes sociais se baseia nesse elemento primordial” (*Ibidem*). Cada interação nas redes, curtida, comentário, compartilhamento, significa um afago maternal no nosso ego. O Facebook foi orquestrado em cima da necessidade humana de reconhecimento, como admitiu o seu primeiro financiador, Sean Parker:

Nós fornecemos a vocês uma pequena dose de dopamina cada vez que alguém o curte, comenta uma foto ou um post, ou qualquer outra coisa sua. E um *loop* de validação social, exatamente o tipo de coisa que um hacker como eu poderia explorar, porque tira proveito de um ponto fraco da psicologia humana. Os inventores, os criadores, eu, Mark [Zuckerberg], Kevin Systrom, do Instagram, estávamos perfeitamente consciente disso. E, mesmo assim, fizemos o que fizemos. E isso transforma literalmente as relações que as pessoas têm entre si e com a sociedade como um todo. Interfere provavelmente na produtividade, de certa maneira. Só Deus sabe qual o efeito que isso produz no cérebro dos nossos filhos (PARKER *apud* EMPOLI, 2020, p. 75-74).

A partir do exposto, Empoli afirma que o maquinário das redes sociais foi fundamentado nas bases mais primárias da psicologia humana e não foi criado para nos trazer conforto, é o oposto disso, foi concebido para nos manter indecisos e permanentemente carentes. O cliente perfeito para os criadores das redes sociais é um indivíduo cheio de compulsões, que não resiste a força que o empurra a voltar às plataformas milhares de vezes em um dia, procurando desesperadamente por essas pequenas doses de dopamina das quais ele se tornou dependente. Com essas questões postas, Empoli passa a discutir sobre a ira pública. Conforme o autor, para compreender a raiva contemporânea devemos nos desprender da perspectiva política e seguir para uma lógica diferente, a perspectiva psicológica. Assim, ele lembra que os psicólogos dizem que a raiva é por excelência um afeto narcisista, que surge de um sentimento de solidão e de impotência, típicos de uma pessoa ansiosa, que sempre corre atrás da aprovação de seus pares e está toda hora desesperado diante da possibilidade de parecer ou ser inadequado.

Essas características são típicas da psicologia de um adolescente, diz Empoli se fundamentando na psicologia. E complementa que atualmente nos comportamos todos como “adolescentes fechados em nossos pequenos quartos, onde aumenta a frustração por causa do crescente abismo entre a mediocridade de nossas vidas e todas as vidas possíveis que se

oferecem virtualmente em nossos monitores e telas de celular” (EMPOLI, 2020, p. 76-77). Os psicólogos ainda dizem mais, alerta o autor: igualmente ao que ocorre com os adolescentes, há grandes probabilidades de haver redirecionamento desses interesses a sites que alimentam ainda mais essas frustrações, como os pornográficos e os de teorias da conspiração, pois são tipos de sites que têm um grande poder de fascinar, por darem uma explicação facilmente aceitável diante das dificuldades experienciadas: a transferência de culpa pela condição a esses “outros”.

Mensagens assim é que são veiculadas em sites desse tipo, confortando as frustrações e indicando um caminho para uma solução genérica, e, mesmo assim, tomada como a revelação da “verdade das coisas”: “Os outros não fazem nada senão nos manipular para realizar seus objetivos demoníacos. Nós mostraremos a você a verdade [...] e assim você poderá se unir aos outros que, como você, finalmente abriram os olhos! ” (*Ibidem*, p. 77). Os conspiracionistas trazem sempre um discurso que massageia o ego, por falar em compreender quem é raivosos, por dizer que conhece e entende o motivo da indignação e por justificar que a pessoa não tem culpa desses sentimentos e que há formas de reverter a situação se transformando em um “soldado da batalha pela verdadeira justiça” (*Ibidem*). Isso acontece com situações mais pitorescas como “os Illuminati vão dominar o mundo”, até chegar a coisas sérias que tem o poder de prejudicar e matar milhares de pessoas, como “vacinas causam autismo”, por exemplo.

O complô faz sucesso nas redes sociais por mobilizar emoções fortes, indignação, raiva, polêmicas. Essas reações geram cliques e prendem os usuários das redes sociais às plataformas. Quanto mais absurda a informação, maior o engajamento dos usuários e que é enorme em torno das informações falsas, como apresentado por um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts comentado por Empoli:

Uma falsa informação tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet, pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira. Segundo os pesquisadores, nas redes sociais a verdade consome mais tempo que uma *fake news* para atingir 1.500 pessoas (*Ibidem*, p. 78).

Isso confirma, agora sob dados levantados por uma pesquisa voltada a esse processo de circulação de informações falsas, a afirmação já citada aqui de que a mentira circula e recebe adesão com muito mais velocidade e eficiência que a verdade. Para fazer com que as pessoas permaneçam conectadas, as empresas de redes sociais devem apostar em temas que provoquem raiva e medo, que fazem as pessoas se sentirem em perigo. O que faz mais sucesso nas redes são aquelas situações nas quais as pessoas chegam em consensos muito poderosos ou, o oposto disso, quando entram em graves conflitos entre si. Esse é o objetivo das redes, reflete Empoli a partir de suas análises: “já ficou evidente que um dos efeitos da propagação de redes sociais foi o de aumentar estruturalmente o nível da cólera já presente na nossa sociedade” (EMPOLI,

2020, p. 79). O autor fundamenta essa afirmação em estudos que demonstram que as redes sociais têm uma tendência a aumentar os conflitos e radicalizá-los chegando até, algumas vezes, a se tornar um verdadeiro vetor de violência e de desinformação.

Como exemplo desses estudos, Empoli cita o caso da Birmânia onde as minorias mulçumanas dos Rohingya foram perseguidas. Nessa ocasião, a comunicação via Facebook foi o principal meio de mobilização para perseguição após um extremista budista impulsionar diversos linchamentos ao compartilhar na plataforma informações sobre um falso estupro. Um estudo realizado a respeito de milhares de postagens em relação a esse caso traçou o caminho de “uma verdadeira campanha que desumaniza os Rohingya e promove o recurso a violência até chegar ao extremo genocídio” (EMPOLI, 2020, p. 80). Devido a isso, as autoridades tiveram que bloquear o acesso ao Facebook, foi a única maneira de interromper esse turbilhão. Outro exemplo importante usado pelo autor e que nos leva a compreender como funcionam os algoritmos e a disseminação da desinformação foram as investigações realizadas no Brasil que comprovara o quanto o YouTube foi crucial para transmissão do vírus da Zika.

Sobre a questão da Zika, Empoli lembra que em 2015, ao mesmo tempo em que as autoridades médicas tentavam ao máximo distribuir vacinas e larvicidas que matam o mosquito que transmite o vírus, uma série de vídeos conspiracionistas apareciam no YouTube, muitos falando sobre um complô de ONGs para destruir as populações mais pobres, outros diziam que as vacinas e larvicidas ao invés de matar, propagavam o vírus. Esses vídeos tiveram uma popularidade enorme e a partir disso se criou um clima de desconfiança em relação ao tratamento médico e científico para erradicar a doença, o que fez com que muitas famílias recusassem procedimentos médicos indispensáveis para a sobrevivência de suas crianças. Em meio as investigações que discutiam o papel da plataforma na desinformação e disseminação do vírus, um ex-funcionário do YouTube explicou como funcionava o algoritmo da plataforma:

Foi concebido para impulsionar o público na direção dos conteúdos mais extremos, maximizando o nível de engajamento até seus limites. Assim, quem procura informações acerca do sistema solar no YouTube terá diante de si um menu bem farto de vídeos sustentando a teoria da Terra Plana, ao passo que o usuário interessado por questões de saúde será rapidamente reorientado para as ideias dos No Vax, o movimento antivacina, e dos conspiracionistas (*Ibidem*, p. 81).

A política das redes sociais é, conforme o autor, uma máquina digna de medo, que se alimenta da raiva e tem por único princípio o engajamento de seus adeptos. O que interessa é nutrir de forma permanente essa máquina com conteúdo “quentes, que suscitem emoções” (*Ibidem*, p. 81). Empoli reconhece que os *novos engenheiros do caos* são tão criativos que muitas vezes dominam técnicas que até os profissionais mais tradicionais das tecnologias desconhecem e cita casos como a campanha do partido de extrema direita da Alemanha, que

conseguiu que toda vez em que um cidadão digitasse “Angela Merkel” na busca do Google, aparecesse como primeiro resultado uma página de denúncias à chanceler, alegando que ela traiu o povo devido à política de refugiados e às vítimas do terrorismo na Alemanha.

Nos Estados Unidos, a campanha de Donald Trump buscava aparentar simplicidade e custo baixo, mas dependeu das “técnicas psicométricas da Cambridge Analytica” (EMPOLI, 2020, p. 88) junto a capacidade de se impulsionar diante das funções mais inovadoras do Facebook. Já no Brasil, os comunicadores à disposição da campanha de Bolsonaro burlaram “os limites impostos aos conteúdos políticos no Facebook comprando milhares de números de telefone para bombardear quem utiliza o WhatsApp com mensagens e *Fake News*” (*Ibidem*). O autor acredita que a verdadeira proeza dos *engenheiros do caos* está além da técnica, se encontra na natureza dos conteúdos nos quais se fundamenta a propaganda de extrema direita: na indignação, no medo, no preconceito, no insulto, na polêmica racista ou de gênero. Tais coisas se propagam com muito mais rapidez e demandam mais engajamento e atenção que os velhos debates da política tradicional. Os sentimentos já estão no meio das pessoas, o que a propaganda faz é “jogar lenha na fogueira”:

Na Itália, como nos Estados Unidos de Trump ou na Hungria de Orban, o primeiro principal efeito da nova propaganda é a liberação da palavra e dos comportamentos. Pela primeira vez depois de muito tempo, a vulgaridade e os insultos não são mais tabus. Os preconceitos, o racismo e a discriminação de gênero saem do buraco. As mentiras e o conspiracionismo se tornam chaves de interpretação da realidade. E tudo isso apresentado como uma guerra sacrossanta para a libertação do povo, finalmente desatada dos códigos opressivos das elites globalizadas e politicamente corretas (*Ibidem*, p. 89-90).

Com o exposto, se foram as elites que provocaram a crise financeira que causou o empobrecimento das classes populares, elas merecem ser desrespeitadas, destronadas, humilhadas, pois elas conspiram com ONGs e o lobby judaico-maçônico para trocar a mão de obra nacional por imigrantes que vêm de países periféricos. Esse é o raciocínio lançado para e introjetado pelo povo, pela escória da elite que se apresenta como novidade. Algo muito eficaz para competir pelo poder com as elites tradicionais da política, pois “uma vez que liberada a cólera, passa a ser possível construir qualquer tipo de operação política” (*Ibidem*, p. 90). Foi assim que Trump foi eleito, pedindo para ser o porta-voz da ira dos norte-americanos. O mesmo fez Bolsonaro, apresentando-se como aquele que era contra e iria acabar com “tudo isto que está aí”. Conforme Empoli, esses e outros extremistas de direita são filhos do casamento entre a cólera e o algoritmo.

Vemos uma transformação tecnológica importante nos meios propagandísticos atuais, porém, os procedimentos táticos utilizados para a propaganda autoritária não diferem muito daquilo já discutido por Adorno. Há sempre a personalização do líder ou agitador autoritário

falando de si mesmo como “gente como a gente”, mas capaz de ser grande, chegar lá e fazer diferente. Há a ideia de um grande movimento capaz de mudar tudo sendo disseminada e prometida por eles, sem explicar o que será mudado e como isso ocorrerá concretamente. E, por último, mas muito importante, a propaganda autoritária ainda funciona como uma maneira de realização do desejo, convidando as pessoas para aderir aos seus ideais e valores, estimulando e impulsionando sentimentos e mentalidades que já existem na sociedade. Valendo-se da mentira e da inverdade, ou da *verdade à serviço da inverdade*, para camuflar um déficit intelectual, mas principalmente para mobilizar as paixões e obter o maior número possível de adesão.

2.4 O *habitus*, o habitat e a construção de fronteiras morais

Até aqui, refletimos sobre como os mecanismos psicológicos e de produção de subjetividades e valores sob o capitalismo organizam a vida moral dos indivíduos em sociedade. Sobre como se dá a transformação dos indivíduos em massa e a adesão à propaganda autoritária, discutindo inclusive a respeito do novo radicalismo da direita e das mudanças tecnológicas nos meios propagandísticos. Usamos como base a perspectiva da teoria crítica de Adorno, em especial nos termos de sua sociologia da moral, e seus estudos de psicologia social; teorias indispensáveis para compreendermos e analisarmos o nosso problema de pesquisa. Feito isso, precisamos agora discutir teoricamente e metodologicamente como funciona esse processo de incorporação dos valores da classe dominante pelas classes subalternas, estruturando e orientando um modelo de pesquisa sociológica.

Focaremos em modelos de pesquisa que nos permitem refletir sobre as particularidades de como os valores morais dos sujeitos das classes inferiores são organizados sob o quadro de valores do neoliberalismo. Uma vez que é necessário compreender como a lógica sistêmica é vivida e incorporada em realidades específicas, será proposta uma aproximação da macrosociologia da moral de Adorno com uma microsociologia da moral centralizada na relação entre classe e valores. Buscamos pensar aqui como realizar uma discussão da sociologia da moral sobre as tensões que existem entre classe social e produção de valores morais a partir de casos específicos. Entendemos que essa discussão é indispensável para que seja possível mapear os valores dos filhos da classe trabalhadora que se identificaram com o bolsonarismo, mesmo tendo – alguns – a consciência de que seus pais e até eles mesmos poderiam perder direitos trabalhistas mediante propostas de governo citadas na campanha, como veremos nos dados coletados.

Como já discutimos, entendemos que classe e valores não seguem uma lógica de determinação imediata, ou seja, não existe necessariamente uma associação direta entre a classe e os valores morais das pessoas que ocupam um determinado estrato de classe social. Afinal, há elementos (e muitos já foram tratados acima) que possibilitam a distinção entre os valores que o indivíduo possui, dos interesses da classe à qual ele pertence. Para desenvolver as discussões sobre a relação classe e valores, trabalharemos com dois modelos analíticos. O primeiro modelo será de Andrew Sayer (2005a; 2005b) que, embora reconheça a importância do conceito de *habitus* de Bourdieu para compreender a experiência de classe como uma incorporação de disposições e práticas que ultrapassam uma localização no espaço social ou um conceito sociológico (SAYER, 2005a, p. 22), percebe que a forma com que Bourdieu teoriza o *habitus* como uma orientação que serve para adequar a ação do indivíduo às exigências de cada posição ocupada pelos mesmos nos diferentes campos, acaba por reforçar a ideia de que os atores sempre vão desenvolver as disposições que precisam para atuar com competência nas posições sociais que ocupam.

Conforme Sayer, essa teorização limita a possibilidade de incorporação por parte dos atores de *habitus* que não necessariamente estão relacionados às suas localizações sociais, e isso diminui o espaço de compreensão de uma possível rejeição a uma “suposta cumplicidade entre o *habitat* e o *habitus*” (*Ibidem*, p. 30). A partir dessa crítica, Sayer propõe que a análise da classe como uma experiência subjetiva que orienta a ação social e que precisa considerar o lugar dos valores morais na orientação normativa do *habitus* como uma “disposição ética”, algo que Bourdieu não atentou como parte do processo de formação das disposições. Segundo Sayer:

Se quisermos entender o significado da classe, precisamos levar a normatividade leiga, especialmente a moralidade, muito mais a sério do que a sociologia costuma fazer; sem isso, é provável que produzamos visões desinteressantes e alienadas, que não conseguem entender por que a classe é uma questão de preocupação e constrangimento para as pessoas, ou como Savage et al. colocam "um significante moral carregado" (Savage et al., 2001; ver também Lawler, 2000; Reay, 1998; Sayer, 2002; Skeggs, 1997, 2004). Sentimentos como orgulho, vergonha, inveja, ressentimento, compaixão e desprezo não são apenas formas de 'afeto', mas são julgamentos avaliativos de como as pessoas estão sendo tratadas em relação ao que valorizam, ou seja, coisas que consideram afetar seu bem-estar. São formas de razão emocional. Tais sentimentos podem variar em sua distribuição pelo campo social, mas também podem ser em parte indiferentes às divisões sociais, pois respondem e discriminam padrões, situações e comportamentos que variam parcialmente independentemente da classe e de outras divisões (SAYER, 2005b, p. 1-2).

Sayer explica que classe não é uma identidade que demanda reconhecimento para ter legitimidade, como etnias ou sexualidade, porque o reconhecimento de uma determinada classe vem pelo que os indivíduos da própria classe e os que estão fora dela valorizam. Como exemplo, o autor explica que os pobres não se sentem ou são prejudicados, principalmente, porque as outras pessoas desvalorizam suas identidades ou subestimam seus bens culturais, nem porque

são estigmatizados. Ainda que todas essas questões piorem a situação dos mais pobres, o autor entende que o que mais prejudica esse extrato social e traz para ele desvantagens é o fato de que vivem em condições que eles mesmos e os outros desvalorizam.

A partir daí, Sayer (2005b), em acordo com Bourdieu, coloca que a loteria do nascimento, do mercado e da transmissão de capitais por gerações produzem desigualdades sociais; por conta disso, as classes sociais são herdadas e não merecidas, e as pessoas que nascem nas classes subalternas podem sentir orgulho ou vergonha de pertencer a classe que herdou. Conforme o autor, os mais pobres se preocupam muito com a maneira a qual as outras pessoas de dentro e fora de sua classe os tratam. Essa preocupação se dá em termos de reconhecimento do valor que eles têm socialmente, em termos de como estão posicionados em relação ao respeito das pessoas, se preocupam muito em ser respeitados.

Sayer diz que o reconhecimento e a valorização são condicionados ao que as pessoas fazem, a como vivem e como se comportam, então a preocupação de classe dos subalternos se relaciona também ao acesso às práticas e maneiras de viver que são valorizadas. As hierarquias sociais sem dúvidas tornam esse acesso extremamente desigual, já que as classes mais pobres têm muito mais dificuldade em alcançar uma forma de viver valorizada, devido às privações que minam seu acesso a isso. O autor entende que as desigualdades de oportunidades e recurso não têm muito a ver com o valor moral dos indivíduos, embora tenham um grande impacto sobre a possibilidade de os indivíduos acessarem bens que sejam valorizados e lhes tragam reconhecimento e respeito próprio e dos outros.

O autor busca compreender o significado de classe, considerando o sentido moral que ela carrega e entende que sentimentos como vergonha, orgulho, inveja, ressentimento, compaixão e desprezo, quando percebidos relacionados a classe, estão para além de meras formas de afetos: são, na verdade, julgamentos, avaliações sobre como os sujeitos estão sendo tratados em relação ao que é valorizado socialmente. Estes sentimentos são também propriedades particulares das desigualdades de classe e das relações sociais. Pois são formas de razão emocional e tanto podem variar em sua distribuição no campo social, como podem ser em alguma medida, indiferentes às estratificações sociais, já que são propensos a discriminar padrões e comportamentos que variam independente de classes.

Sayer afirma que somos seres normativos e ainda que o autor reconheça que as justificativas morais dos indivíduos sejam influenciadas por suas posições sociais; acredita que é preciso examinar também situações cotidianas que demandam tomadas de decisões e justificativas sobre o que fazemos. Pois, segundo ele, apenas a posição social não determina o quadro de valores de uma classe. Para Sayer somos seres normativos no sentido de que nos

preocupamos com o mundo e com o bem-estar do que valorizamos nele, como por exemplo, nós mesmos. Assim, as principais questões e preocupações que as pessoas tendem a lidar na vida e no cotidiano, são questões normativas de como devem agir, o que seria melhor fazer, o que é bom ou ruim, o que é certo e errado, justo e injusto, etc. Além disso, todos nós levamos em consideração como as outras pessoas tratam determinadas questões, então ignorando o conjunto de disposições morais que estão no cotidiano do indivíduo, chamado por Sayer (2005b) de “normatividade leiga”, dificilmente poderemos compreender como as subjetividades são construídas nas classes e tem consequências para ação dos indivíduos na sociedade.

Para Sayer, parte significativa da orientação normativa dos indivíduos para o mundo está no nível das disposições e emoções, sendo não principalmente as disposições estéticas, como colocou Bourdieu ao tratar das distinções entre classes atentando para as preferências e gosto. É também indispensável atentar para as disposições éticas que podem fazer parte do *habitus*. Estas disposições são adquiridas pelos sujeitos a partir da prática, como disposições inconscientes que nos possibilitam reagir de forma apropriada e instantânea a determinada situações, mesmo sem refletir muito sobre elas. Sayer entende que para compreender nossa orientação normativa para o mundo é necessário evitar dualismos como: fato e valor, razão e emoção; e reconhecer que os valores e emoções ao mesmo tempo que são falíveis, irracionais e meramente subjetivos, são também julgamentos perceptivos e razoáveis a respeito de situações e processos que podem conduzir ações. Por isso a ênfase do autor está na dimensão moral do *habitus*.

Sayer julga importante atentar para questões e ideais de afetividade, como por exemplo: a forma sobre como as pessoas devem tratar as outras e ser tratadas por elas, algo que é indispensável para o bem-estar subjetivo e objetivo de alguém. Pois segundo ele, essas questões junto às relações de reconhecimento, amizade e cuidado conduzem para um ideal de boa vida. O autor pontua que a moralidade pode não ser formalizada em leis, mas é extremamente eficiente para influenciar o comportamento. A moralidade também é eficaz quando é compreendida na forma de disposições apreendidas e sentimentos morais que são assimilados através da interação social constante. Sayer ainda argumenta que para compreender a moralidade é preciso reconhecer que ela extrapola as divisões de classes e às vezes até as ignora. É por isso que os sentimentos morais podem tanto demonstrar resistência, quanto conformidade dos indivíduos com a classe à qual pertencem e as avaliações normativas que comumente os acompanham.

Além do exposto, Sayer diz que os julgamentos morais são provavelmente menos sensíveis à posição de classe e podem passar despercebidos se o foco dos estudos em relação a constituição das subjetividades entre classes for apenas nas influências das posições sociais dos sujeitos, sem atentar também para a normatividade leiga. A moralidade sustenta todas as formas de interação social entre sujeitos, sejam pertencentes do mesmo grupo ou não. A educação moral a qual somos submetidos à socialização primária nos ensina que podemos ser bem ou maltratados pelos membros de nosso próprio grupo, por familiares; como nos ensina também que mesmo pessoas de grupos estigmatizados podem agir moralmente de uma forma considerada positiva, o que contradiz os estereótipos negativos em relação ao grupo.

O autor atenta inclusive para o fato de que as qualidades que são consideradas boas ou ruins em relação ao comportamento não correspondem de maneira perfeita às divisões sociais de classe, uma vez que as disposições morais e sentimentos que os indivíduos desenvolvem são generalizados como se tivesse um caráter universal, assim:

Ao monitorar nossa própria conduta de acordo com seus efeitos e as respostas de outras pessoas em diferentes situações sociais, nós desenvolvemos um conjunto complexo de disposições éticas (e às vezes antiéticas), em parte subconscientemente e em parte por meio da reflexão e da prática repetida. Claro, moral e crenças às vezes podem endossar desigualdades e relações de deferência e condescendência, mas também incorporam noções de justiça e conceitos do bem que pode levar à resistência à dominação (SAYER, 2005b, p. 5)

A partir daí o autor argumenta que mesmo a moralidade, às vezes sendo indiferente às posições sociais e aparentemente tratada de forma desinteressante pelos sociólogos, pode realmente explicar o sentido de determinadas distinções- já que no âmbito das diferenciações entre sujeitos e classes as coisas frequentemente são colocadas em termos de “nós e os outros /eles”. Nesses termos, há sempre quem “seja melhor ou pior que nós” e esses sentidos estão no campo da moral. Para explicar esse argumento, Sayer passa a dialogar com as pesquisas de Michele Lamont (2000), cita a comparação feita pela autora entre homens da classe média e trabalhadora da França e dos Estados Unidos e sua teorização sobre “fronteiras morais”. A partir disso, Sayer pontua que grupos sociais muitas vezes se diferenciam dos outros em termos de distinções morais, reivindicando para si determinadas virtudes que acham faltar nos outros, como, por exemplo: “nós somos os pés no chão, eles são pretensiosos; somos cosmopolitas, eles são paroquiais; somos trabalhadores, eles são preguiçosos e assim por diante” (LAMONT, 2000; SOUTHERTON *apud* SAYER, 2005b, p. 6).

Essas construções de fronteiras morais são características de grupos preocupados com suas posições, preocupados, principalmente, em como são vistos por grupos superiores e com medo de se igualar aos grupos que eles desprezam e que estão abaixo deles. Sayer pontua que

a distinção focada na moralidade se encaixa no interesse sociológico de compreender a diferenciação social e de compreender, sobretudo, como as disposições e normas morais variam de acordo com a posição social do sujeito. Além disso, o autor observa que quando uma determinada classe em uma determinada cultura constrói um ideal de virtudes ou falta delas, consideram suas valorizações e desvalorizações normativas como universais, como, por exemplo: ao dizer que diferente de outros, são “pés no chão”, externam sua visão de mundo sobre o que é bom ser e o que é ruim ser de forma geral, não é apenas aquele grupo que deve ser “pé no chão” para ser considerado bom, todos devem ser. Nessas distinções morais fica claro que se os valores não fossem colocados como universais os “outros” dificilmente poderiam ser menosprezados por supostamente não os cumprir.

O autor discute ainda sobre o sentimento de vergonha, que para ele é uma emoção poderosa e muito associada à classe por ser profundamente social. Além de envolver uma resposta às visões reais ou imaginárias dos outros, a vergonha é também reflexiva na medida em que faz parte da avaliação de si mesmo. Sayer afirma que a vergonha é estudada na sociologia como uma emoção que tende a produzir conformidade diante da ordem social vigente, pois é evocada pelo fracasso do sujeito ou grupo em viver de acordo com seus valores e condições de vida, sobretudo aquelas que são desvalorizadas por outros grupos.

A vergonha é frequentemente uma resposta ao desprezo ou escárnio, é, em alguma medida, o oposto do orgulho e do respeito próprio. Sentir vergonha é sentir-se inadequado, sem valor, dignidade ou integridade. Tendo em vista que o respeito próprio vem do sentimento de que se está vivendo uma vida digna e da confiança na capacidade de fazer o que se considera valioso; pessoas que vivem em condições e classes desvalorizadas sofrem o desprezo de classe, e acabam muitas vezes não sentindo orgulho ou se envergonhando de estar naquela condição, que como já dito, não foi merecida ou conquistada, na maioria das vezes foi herdada. Assim, o pior tipo de desrespeito e o que mais causa vergonha é o que vem daqueles que tem valores e julgamentos respeitados socialmente. Dessa forma, desigualdades de classe significam que as bases sociais do respeito em termos de acesso as maneiras de viver valorizadas são distribuídas de formas desiguais, o que faz a vergonha ser endêmica na experiência de classe. A resposta à vergonha é um mecanismo indispensável para produção da ordem social, já que é difícil imaginar como poderia haver ordem social sem esse mecanismo, pois, segundo Sayer (2005b), é através da vergonha que as pessoas internalizam expectativas, normas e ideais. Pela vergonha as pessoas também disciplinam e punem a si mesmas.

Sayer ainda discute que existe uma crença na moral bem ordenada do mundo, uma crença em “um mundo justo”, que fundamenta a ideia de que as boas intenções produzem as

boas ações com bons efeitos, e que recompensam os benfeitores lhes dando o que lhes é devido. Nesses termos, se a vida de um sujeito vai bem ou mal passa a ser um reflexo de suas virtudes ou vícios. Se ele é bom, sua vida será boa, se não, está recebendo o que merece. Diante disto, o autor coloca que essa crença se recusa a reconhecer a contingência e a sorte moral que perturba as relações de forma arbitrária. Tendo em vista que o que acontece com os indivíduos seja de bom ou de ruim, muitas vezes não é merecido. São acontecimentos que podem não apenas influenciar o resultado de nossas ações como podem moldar o tipo de pessoa que nos tornamos. Acontecimentos que se dão independentemente de sermos justos ou bons e impulsionados por forças que podem até ser aleatórias, embora sejam fruto da estrutura social a qual vivemos:

Em outras palavras, é possível identificar características estruturais de sociedade que aumenta a falta de ordem moral no mundo, e não meramente de forma aleatória, mas sistemática e recorrente, de modo que os bens e os males tendam cair repetidamente nas mesmas pessoas. Portanto, há uma grande dependência do caminho e causação cumulativa na reprodução de desigualdades geográficas e de classe (SAYER, 2005b, p. 10).

Por conta dessa crença no mundo justo, os “sortudos”, aqueles pertencentes as classes dominantes enxergam o mundo como justo, já que para eles há muitas vantagens. Essa crença ainda conduz as pessoas a acreditar que mesmo os “azarados” têm a opção de evitar a dor e o ressentimento por ser assolado pelas desigualdades. É cobrado deles a postura de olhar para os privilegiados e dizer coisas sobre os mais ricos como: “eles mereceram” ou “recebeu o devido pagamento”. Assim, a crença no mundo justo motiva os sujeitos a serem morais e a culpar o “infeliz” que não tem “sorte”, desconsiderando as injustiças sociais e as atribuindo ao fracasso pessoal. Por isso, muitos benefícios de políticas sociais ou trabalhistas para os mais pobres¹⁸ em muitos países são vistos por muitos cidadãos, sobretudo pelos que se beneficiam delas como indignas, como esmolas ou formas de manter as pessoas acomodadas. Essas pessoas precisariam “correr atrás” para merecer algo e não “ganhar de graça”. Com a disseminação dos valores neoliberais, a versão particular do ideal de um mundo justo corporificado na ideia de trabalho duro e nas justificações dos privilégios das classes mais altas também foram introjetados.

Nessa lógica normativa, os bens devem ser merecidos e, portanto, relacionados a qualidades que as pessoas têm como: prestígio, estima, dinheiro, e etc., no entanto, vale lembrar que o acesso a essas qualidades é extremamente desigual e moralmente arbitrário. Por isso Sayer mobiliza Bourdieu e Weber para dizer que essa disseminação do ideal de um mundo

¹⁸ Para um estudo mais profundo sobre isso, ver Tese de doutorado de MACHADO, N. F. A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família, 2020. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

justo, introjetado, sobretudo, pelos injustiçados nessa ordem social, faz parte da característica mais impressionante das classes dominantes: *apresentar frequentemente seu domínio e privilégios injustos como legítimos e merecidos*. Por isso:

O dominante dificilmente seria dominante se não tivesse conseguido monopolizar os bens mais valorizados, o que lhes dá vantagens sobre aqueles que não os têm. Os valores dominantes não são necessariamente idênticos aos valores do dominante. Outros podem compartilhá-los, e não necessariamente porque foram condicionados a acreditar neles como uma iconoclastia sociologicamente reducionista sugere, mas porque provavelmente os julgam com razão como importantes para o seu bem-estar (SAYER, 2005b, p10).

Assim, a incorporação dos valores dominantes pelos dominados, não é vista por Sayer apenas como um condicionamento da ordem social estabelecida, é vista também como uma forma dos dominados de tentarem alcançar bens que são valorizados socialmente, o que pode trazer para esses indivíduos um bem-estar, já que incorporando esses valores, incorporam também uma ideia de vida digna e de busca por condições dignas de sobrevivência. Sendo que o que é visto como digno, é justamente o que é valorizado pelas classes dominantes, daí o compartilhamento de valores. Nesse ponto Sayer faz uma conexão da incorporação dos valores dominantes pelos dominados com a vergonha. Pois a vergonha pode também ser desencadeada pela comparação invejosa com outros que se saem melhor que nós na competição pelos bens valorizados, como por exemplo, conquistas educacionais ou morais.

A partir do exposto, na sociedade de classe a vergonha de quem falha gera um efeito estrutural, pois mesmo sendo sentida como um fracasso individual, os que acreditam que a sociedade é meritocrática tendem a ser mais vulneráveis à vergonha (*Ibidem*). Desse modo, uma das características mais importantes das desigualdades de classe é que pessoas sem recursos, oportunidades e bases desiguais de respeito social, que sofrem desprezo de classe e por isso acessam de forma desigual os bens que poderiam lhes permitir reconhecimento social e respeito, são apresentadas e compreendidas como igualmente capazes de disputar por esses bens com pessoas que têm realidades opostas.

Esse é o caminho que o autor usa para explicar como se dá a constituição moral entre as classes e para mostrar que o fato de as classes dominadas introjetarem os valores das classes dominantes pode ser explicado para além da ideia de que são subordinadas a esses valores, já que compartilham deles por galgarem acesso aos bens e condições que são valorizadas socialmente. Essas valorizações e distinções se dão, sobretudo, no âmbito da moralidade, que muitas vezes, como mostrou Sayer, é indiferente às posições sociais do indivíduo, ainda que ele reconheça que as preferências e moralidade das classes mais altas fundamentam a reprodução dos sistemas de estratificações sociais.

Continuaremos nessa discussão sociológica sobre classes e valores, a partir de um modelo teórico já citado por Sayer, que também está em diálogo com a forma em que Bourdieu tratou as reflexões sobre classe, o de Michele Lamont (2000) e sua Sociologia da Moral em *The Dignity of Working Men: Morality and the boundaries of race, class, and immigration*, estudo em que a autora analisa os processos de criação de valores de trabalhadores explorando os sentidos de moralidade, raça e papel de classe na construção de “fronteiras simbólicas” realizadas pelos indivíduos pesquisados para definir diferenças entre eles e os outros. Ao observar o uso dos termos “nós” e “eles” pelos seus pesquisados, Lamont (2000) conseguiu mapear o processo de formação dos sentimentos de pertença dos trabalhadores aos seus grupos.

Nesta investigação a autora percebeu a maneira em que os indivíduos classificavam e hierarquizavam grupos e pessoas como tendo mais ou menos valor com base em valores morais. Esse modelo é essencial para este trabalho por possibilitar a compreensão do processo de construção de fronteiras morais simbólicas que os entrevistados moldam para diferenciar o que eles acham correto do que acham errado, quem é honesto e quem é corrupto, quem é cidadão de bem e quem é bandido, quem respeita valores e leis e quem não respeita.

Após essas discussões teórico-metodológicas da moral, partiremos então para refletir, no próximo capítulo, sobre como se dá a relação entre classe e valores no contexto da inserção da economia brasileira na lógica neoliberal, assim como no contexto do reflexo da crise financeira de 2008 na experiência econômica, política e social do Brasil. Acredita-se ser possível compreender, a partir desses elementos, como se deu a mobilização dos valores que possibilitaram a atual configuração da revolta em relação aos desdobramentos da crise financeira de 2008 no cenário político brasileiro: a ascensão do bolsonarismo.

CAPÍTULO 3

Da marolinha ao tsunami: do lulismo aos abalos no projeto de conciliação de classe petista

Como a razão neoliberal tem transformado a cena política, social e econômica do Brasil? Quais as consequências da crise do capital de 2008 para a sociedade brasileira? Como se dá a relação entre classe e valores aqui? Os rituais propagandísticos, os mecanismos psicológicos de adesão à propaganda e líderes autoritários estão entre nós? Essas são questões que orientam o presente capítulo, aqui retomaremos e ampliaremos algumas discussões já realizadas nos capítulos anteriores, mas agora focando na experiência brasileira e a partir de autores brasileiros. Para começar, é válido lembrar que em 2008, quando a mídia brasileira começou a alardear sobre o colapso financeiro que ocorria nos Estados Unidos – caracterizando a crise mais atual do capitalismo e, como vimos nas discussões anteriores, mostrando a face autoritária e conservadora do neoliberalismo – o então presidente Lula compreendeu aqueles eventos como algo que se viesse a nos atingir seria com a força de uma “marolinha”¹⁹.

Essa sensação de calma diante da crise de 2008 se deu pelo fato de que o Brasil se encontrava com um mercado interno aquecido, o que foi imprescindível para lidar por algum tempo com os efeitos deletérios da crise externa. Nesse contexto, o país promovia a entrada de milhões de brasileiros no mercado de trabalho formal, incentivava e ampliava o acesso ao crédito modificando o padrão de consumo das classes subalternas, sobretudo em relação aos bens duráveis. O salário mínimo recebia um aumento real acima da inflação, a política habitacional do governo impulsionava o mercado imobiliário e a construção civil gerando milhões de empregos, enquanto milhões de pessoas passavam a ter acesso à casa própria. Houve a ampliação de acesso ao ensino superior, o que possibilitou a entrada dos filhos das classes subalternas nas instituições de ensino superior públicas e privadas do país. Milhões saíram da miséria, da extrema pobreza; essas foram algumas das transformações na política, economia e sociedade brasileira que marcaram anos de governos petistas.

A partir de 2003, o Brasil passou por muitas transformações – ano inicial do primeiro mandato do presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) no Poder Executivo nacional. Embora parte significativa da mídia tradicional busque desassociar os elementos positivos da

¹⁹ Ver GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. O Globo, 04 out. 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>. Acesso em: 22 jan. 2020.

economia brasileira das políticas dos governos de Lula e Dilma²⁰, foram anos marcados pelo reconhecimento de demandas populares. Os governos petistas realizaram ampliações de políticas sociais que alteraram a realidade de vida de muitos brasileiros:

O Bolsa Família, o crédito consignado, a Farmácia Popular, a extensão do Benefício de Prestação Continuada, o Programa Universidade para Todos, o Minha Casa Minha Vida, promoveu a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil, a construção de cisternas no semiárido, o reconhecimento dos territórios quilombolas, o incentivo à agricultura familiar, entre outras coisas. Embora mais de 90% dos empregos criados fossem de baixa remuneração, a renda média do trabalho se elevou em cerca de um terço entre 2003 e 2014, também graças a acordos coletivos vantajosos aos trabalhadores (SINGER, 2018, p. 25).

As mudanças socioeconômicas causadas no Brasil em decorrência dessas políticas foram interpretadas de diferentes formas por diversos intelectuais do país que, a partir de perspectivas distintas, tentaram explicar os eventos que levaram milhões de brasileiros a ascender socialmente. Havia quem enxergasse esses brasileiros como uma “nova classe média” (NERI, 2008), algo que foi adotado pelos governos petistas, ressoou na mídia nacional e internacional e foi disseminado no imaginário social, inclusive por entretenimentos como novelas ou revistas de grande circulação e alcance nacional.

A tese da “nova classe média” gerou debate entre nossos intelectuais que, diferente de Neri, compreenderam aqueles que ascenderam durante os governos petistas como uma “nova classe trabalhadora” com características distintas da classe trabalhadora sindicalmente organizada ou tradicional, sobretudo, por não experimentarem as solidariedades de classe do trabalho formal. Assim como os viam também como uma classe bem diferente do que seria a real classe média brasileira (BRAGA, 2012; 2016; CHAUÍ, 2016; POCHMANN, 2012; SINGER, 2012; SOUZA, 2009; 2010; 2012; 2018), além de “nova classe trabalhadora”, categorizações como “precariado”: produto direto do neoliberalismo, é a fração mais explorada da classe trabalhadora (BRAGA, 2012; 2016). Ou “subproletariado”: a parte mais pauperizada dos trabalhadores brasileiros (SINGER, 2012). Essas categorizações foram utilizadas para identificar esses milhões que obtiveram melhoras em suas condições de vida.

²⁰ Como exemplo mais atual da tentativa de desassociar as transformações sociais da última década dos governos petistas, podemos citar a manchete da folha de São Paulo: “Década colocou negros na faculdade, e não (só) para fazer faxina” de dezembro de 2020, que após receber inúmeras críticas, sobretudo nas redes sociais – por não conceder os devidos créditos à política de cotas e políticas de ampliação do acesso ao ensino superior vigoradas nos governos petista – modificou o título para: “Negros estão na faculdade, e não (só) para fazer faxina”. No entanto, seguiu omitindo o fato de que as políticas que possibilitaram a entrada de negros na universidade entraram em vigor e foram ampliadas nos governos petistas. Ver BRASIL 247. “Década”: após ser motivo de piadas, Folha muda manchete, mas omite méritos do PT. Brasil 247, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/decada-apos-ser-motivo-de-piadas-folha-muda-manchete-mas-omite-meritos-do-pt>. Acesso em: 23 dez. 2020.

Em meio a essas tentativas de interpretação, houve ainda a categoria de “batalhadores”, referente à fração da sociedade composta pelos microempresários, trabalhadores do telemarketing, operários de fábrica, da indústria, da alimentação, dos serviços (SOUZA, 2010). O fato é que, de alguma maneira, os citados intelectuais observaram que nos governos petistas o Brasil passava por uma inclusão dos pobres no desenvolvimento da economia capitalista, ainda que isso tenha ocorrido sem o enfrentamento da lógica do capital. Algo que caracterizou o “projeto conciliador” ou “pacto conservador” de Lula e do PT, que seria a conciliação de interesses das diferentes classes sociais numa sociedade que avançava no processo de neoliberalização (BRAGA, 2016; SINGER, 2012). Desse modo, novas ou ampliadas políticas sociais e econômicas incluíram os mais pobres no desenvolvimento social e econômico do país, mas sem fazer de fato um enfrentamento ao sistema que, devido à sua própria lógica de acumulação de capital, condena parte significativa da sociedade a condições de subalternidade (*Ibidem*).

A estrutura do sistema capitalista foi mantida durante esses anos: ainda que os mais pobres passassem a ter melhores condições de vida, a classe dominante acumulava e concentrava mais renda. A economia brasileira estava cada vez mais inserida no contexto da globalização do capital, que significaria, em resumo: derrubar as barreiras e proteções para a livre circulação do capital, desregulamentar os bancos e bolhas das dívidas predatórias, desindustrialização, enfraquecimento dos sindicatos e propagação de trabalho precário e mal remunerado.

Nesse cenário de conciliação, assiste-se no Brasil uma massa que esteve por décadas à margem de condições básicas de sobrevivência e à margem do trabalho formal passando a ter acesso à renda e ao consumo no processo em que a economia brasileira se inseria na economia global. Contudo, devido as próprias políticas e demandas da nova fase do capitalismo, a ascensão dessa massa se deu junto à disseminação do quadro de valores do neoliberalismo sobre o mundo globalizado (individualismo, competitividade, desprezo pelo social, pelo político, moralidade tradicional, flexibilidade, precarização e desorganização do trabalho, entre outros já discutidos no capítulo um e dois desse trabalho). A participação nesse complexo de valores neoliberais enfraqueceu justamente os meios que poderiam tornar a melhora de vida dessas pessoas uma condição mais estável (o enfraquecimento do senso de bem comum, senso de coletividade, dos direitos trabalhistas, dos direitos sociais, da organização do trabalho, dos sindicatos, dos movimentos sociais) (SINGER, 2012; BRAGA 2016; CHAÚÍ, 2016).

Conforme Singer (2012), Braga (2016) e Chauí (2016), não existiu uma organização própria da massa recém inserida no consumo, no trabalho formal e no acesso à renda e ao

crédito. Não partiu deles próprios nada que os unificasse ou laços de solidariedade para lutar por direitos, melhorias e estabilidade para si mesmos (o que é característico nas relações de trabalho neoliberais, a desorganização e fragmentação das organizações do trabalho). Além disso, o fato dessas pessoas terem sido consideradas como “uma nova classe média” – o que ultrapassou as análises de economistas e foi disseminado no imaginário social – possibilitou uma identificação delas não com a classe trabalhadora e suas organizações e lutas, mas com a classe média tradicional, seus símbolos, seus ideais e seus valores (CHAÍ, 2016). Que rumos essa massa poderia tomar em um contexto de instabilidade da economia e políticas que garantiram sua ascensão?

Algum tempo após a tranquilidade inicial diante da crise de 2008, a “marolinha” foi tomando forma de uma onda maior e mais forte no cenário político, econômico e social do Brasil. Com a desaceleração da economia brasileira, a pressão do mercado sobre as políticas sociais dos governos petistas aumentou ao ponto de políticas de ajustes fiscais serem adotadas por Dilma, o que reduziu programas e investimentos sociais, ajudando a aumentar o desemprego e fazendo com que as críticas de diferentes setores da sociedade sobre o governo aumentassem. As políticas de ajustes fiscais levaram muitos dos que tinham ascendido nos últimos anos novamente a uma situação difícil de sobrevivência. As perdas materiais advindas dos desdobramentos da crise financeira de 2008 no Brasil causou muitos conflitos. No entanto, muitas das pessoas atingidas pela crise, ao invés de se voltarem contra o sistema que lhes afligira – o neoliberalismo – se colocam contra as formas críticas a esse sistema, também contra as políticas que tentaram minimizar o impacto da concentração de renda causada pelo neoliberalismo nas classes mais vulneráveis. Já apresentamos ferramentas para compreensão desse processo mundial e aqui as desenvolveremos para a especificidade brasileira.

Entender o neoliberalismo como produtor de subjetividades é sem dúvidas um caminho para compreender como os afligidos pelo sistema tendem a defender sua manutenção e a rejeitar meios de confrontá-lo: são levados a incorporar e naturalizar a visão de mundo e os valores neoliberais a partir de mecanismos específicos. Em consonância com essas ideias e em diálogo com Weber, Bourdieu, Boltanski e Chiapello, mas focando no caso brasileiro, Souza (2010) pontua que o capitalismo se mantém e se legitima graças a um “espírito” que justifica o processo de acumulação de capital. Esse espírito seria o conjunto de ideias e valores que possibilitam a concessão de sentido para uma atividade econômica vivenciada como um mecanismo abstrato de acumulação infinita. Tal espírito se torna mais eficiente quanto mais implícito e inarticulado for “a sua mensagem moral”, assim:

O novo espírito do capitalismo que se consolidou a partir dos anos de 1990 foi algo muito diferente. Tratava-se de uma caricatura perfeita do sonho iluminista. Os novos gerentes, engenheiros e executivos se apropriaram nos seus próprios termos – ou seja, como sempre, os termos da acumulação do capital – de palavras de ordem como criatividade, espontaneidade, liberdade, independência, inovação, ousadia, busca do novo etc. O que antes era crítico do capitalismo se tornou afirmação do mesmo, possibilitando a colonização da nova semântica a serviço da acumulação do capital (SOUZA, 2010, p. 38).

Esse trecho além de citar o caráter antropofágico do neoliberalismo, ao engolir as críticas anticapitalistas e devolvê-las nos seus próprios termos e assim se mantendo e se renovando, mostra também a nova linguagem que permeia o imaginário social inserido na lógica neoliberal. A partir desse diálogo sobre o novo espírito do capitalismo, Souza afirma que o neoliberalismo se apropria das práticas institucionais e sociais legitimando o acesso “injustificadamente desigual a todos os bens e recursos escassos em disputa na sociedade” (*Ibidem*, p. 40) por uma pequena parcela de indivíduos. O autor entende que o predomínio da financeirização no Brasil acontece porque o controle econômico necessita de uma dominação cultural e simbólica que lhe é inerente e demanda uma violência simbólica que a justifique.

Para Souza, o processo de legitimação da atividade financeira requer a obscuridade de seu conteúdo político ao se apresentar como senso comum da “globalização inevitável e da nova modernidade” (*Ibidem*, p. 41). Assim, esse senso comum se materializa deixando de lado qualquer necessidade de justificação, o que é fundamental para dominação social incontestável de uma visão de mundo que é introjetada e incorporada como algo natural e indiscutível em todas as esferas da sociedade. Isso é mais uma forma de compreender o porquê de a revolta das pessoas afligidas pelo neoliberalismo não ser, quase sempre, direcionada a esse sistema. O sucesso da dominação neoliberal está em se apresentar como algo natural, comum e inevitável.

Para apreender esse processo diante das especificidades da sociedade brasileira, é preciso ter em mente que em resposta às consequências da crise de 2008 temos hoje na presidência da república do Brasil quem a imprensa internacional chamou de “Trump Tropical” (PHILLIPS, 2018), pelas similaridades de agendas e de ações entre o atual presidente do país e Trump. Assim como nos EUA, parte significativa dos cidadãos brasileiros, sobretudo os mais afetados pelos efeitos da crise, optaram por um projeto de governo que em sua política de distribuição continuou comprometido com o neoliberalismo e inclusive prometeu aprofundá-lo. O que mudou de fato foi a política de reconhecimento, pois, também como nos EUA, parte dos brasileiros optaram por um projeto comprometido com um reconhecimento “hiper-reacionário” (FRASER, 2017).

Embora haja especificidades importantes sobre os caminhos que levaram Trump e Bolsonaro à presidência, há uma série de convergências que se dão pelos efeitos econômicos e

culturais da razão neoliberal disseminada pelo mundo e em todas as esferas da experiência. Desse modo, antes de chegar ao ocupante atual do Planalto, é necessário refletir com mais profundidade sobre os elementos e os acontecimentos essenciais para condução de parte significativa dos eleitores brasileiros a optar pelo projeto que ele representa. Para tanto, é importante discutir, na primeira parte desse capítulo, sobre o que aconteceu com o projeto “desenvolvimentista” (BRAGA, 2016; SINGER 2012; 2018) de Lula e Dilma e sobre os fatores que colaboraram para a ruptura de parte dos brasileiros com esse projeto, indicando as suas fragilidades que abrem margem para a consolidação de outros elementos fundamentais para o entendimento do atual cenário político brasileiro. Na segunda parte destacamos a relação entre os valores compartilhados e específicos de setores da sociedade brasileira – a *classe média tradicional* e a *nova classe trabalhadora* – para, ao fim, indicar a relação entre neoliberalismo, neoconservadorismo e movimentos religiosos na contemporaneidade nacional (MACHADO, 2006; 2012a; 2012b; ALMEIDA, 2018; LACERDA, 2018; SOUZA, 2012; 2017; 2018; MIGUEL, 2018; ALMEIDA, 2019).

3.1 As bases sociais do lulismo e as fragilidades internas do projeto

Para refletir sobre o fenômeno do “lulismo” começaremos discutindo sua definição. Conforme Singer (2012) o lulismo começa no momento em que um trabalhador chega pela primeira vez no poder executivo Federal. Esse fenômeno surge quando Lula, eleito em 2002, direciona o olhar sobre uma fração de classe com um importante peso eleitoral: o *subproletariado*- termo que Singer utiliza para se referir à fração de classe que oferece a sua força de trabalho ao mercado, mas não recebe uma remuneração que assegure sua reprodução – tal como acontece com a *classe trabalhadora organizada* –, uma vez que essa fração de classe comporta os empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores que não têm condições mínimas de participação na luta de classes.

Segundo Singer, o *subproletariado* se trata de uma classe difícil de organizar, a não ser que seja feito de fora para dentro. O autor acredita que o lulismo rearticula o conflito entre ricos e pobres e forma um novo bloco de poder que poderia influir de maneira decisiva na luta de classes. Contudo, o governo do PT se constituiu em um Estado que ajudou os mais pobres sem confrontar a ordem estabelecida. Assim, ao mesmo tempo em que o lulismo repolarizava a política, fazendo com que o antagonismo entre ricos e pobres voltasse ao debate público com as políticas que beneficiavam os mais pobres, despolarizava ao incluir os pobres no capitalismo brasileiro sem confrontar os interesses do capital. Singer enxerga esse movimento como um “reordenamento das relações de classe” em que o Executivo era árbitro desses conflitos. O

lulismo não buscava resolver as contradições de classe em favor de uma das partes, mas de mantê-las em um equilíbrio relativo. Conforme o autor, o lulismo teria um pertencimento de classe específico devido à diminuição da pobreza e não das estruturas que causavam as desigualdades.

O lulismo foi sustentado pelo *subproletariado* e atuou em favor do equilíbrio entre o proletariado e o capital, agindo para que nenhum dos lados obtivesse força para colocar em prática os seus desejos. Singer entendia que o desejo do capital seria mais e mais neoliberalismo, enquanto o desejo do proletariado seria um reformismo forte que, de fato, assegurasse suas proteções, mas para isso era necessário confrontar a ordem capitalista. Porém, eis as práticas do lulismo visando minar as forças dos dois desejos:

No lulismo pagam-se altos juros aos donos do dinheiro e ao mesmo tempo aumenta-se a transferência de renda para os mais pobres. Remunera-se o capital especulativo internacional e se subsidiam as empresas industriais prejudicadas pelo câmbio sobrevalorizado. Aumenta-se o salário mínimo e se contém o aumento de preços com produtos importados. Financia-se, simultaneamente o agronegócio e a agricultura familiar. [...] por isso, o presidente pode pronunciar, para cada uma delas, um discurso aceitável, usando conteúdos diferentes em lugares distintos e, sobretudo, tomando cuidado para que os conflitos não impliquem radicalização e mobilização (SINGER, 2012, p. 202).

Nesse contexto, enquanto seguia com o aumento dos postos de trabalho e da capacidade de consumo sem entrar em confronto com o capital, o lulismo estava seguro. Observando o pleito presidencial de 2006, Singer o considerou como uma mudança no padrão histórico do comportamento político do subproletariado, principalmente no Nordeste, ao se deslocarem para o lulismo. Uma vez que, tradicionalmente, essa fração de classe era explorada eleitoralmente pelas classes dominantes, votando nos representantes dos interesses das classes burguesas, que quando eleitos, subjugavam a classe trabalhadora. Porém, em 2006 o discurso de Lula defendendo a estabilidade dos empregos retirou um dos importantes mecanismos que a direita usava para mobilizar os mais pobres. O subproletariado a partir de 2006, assume Singer, desarticulou seu voto das classes burguesas, fazendo com que o lulismo fomentasse um rompimento entre a articulação dos mais pobres com a classe média tradicional pertencente à direita política.

Perdendo a promessa de empregos formais como meio de mobilização, a direita continuava tentando atrair os mais pobres através do recurso das denúncias midiáticas de corrupção envolvendo políticos do PT e da base do governo, apelando à agenda dos costumes. Contudo, enquanto a crise do capital era sentida no Brasil como uma “marolinha”, o subproletariado passou a optar por interesses próprios e seu voto abriu novas possibilidades para o “reformismo fraco”, que, em termos diretos, significa incluir o pobre no desenvolvimento econômico, sem enfrentar a ordem capitalista. Ainda assim, há verdades na afirmação de Lula

de que “Nunca na história deste país...”, ou, como Singer entende o sentido desse bordão para as classes mais baixas, “Nunca na história dos mais humildes o Estado olhou tanto para eles” (SINGER, 2012, p. 202).

Braga (2016), por sua vez, caracteriza o lulismo como o modo de regulação dos conflitos de classe que se apoiava em dois tipos distintos e complementares de consentimento: o consentimento passivo das classes subalternas e o consentimento ativo das classes dirigentes. O consentimento passivo das classes subalternas, ou das massas, consistia na submissão dessas classes ao projeto de governo liderado pela burocracia sindical, que, no período de crescimento da economia, garantiu algumas concessões às classes trabalhadoras. O consentimento ativo das direções sindicais consiste na combinação que o PT concretizou entre os interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e dos setores médios intelectualizados. Assim, criando o consentimento ativo ao lulismo, que tem como lócus o aparelho de Estado – milhares de sindicalistas assumiram assessorias parlamentares, cargos ministeriais e chefias de empresas estatais. Uma parte da burocracia sindical assumiu posições estratégicas em conselhos dos bancos federais e em fundos de pensão e investimentos durante os governos petistas (BRAGA, 2016, p. 75).

Para Braga, a junção desses consentimentos configura o que ele chama de “hegemonia lulista” ou “hegemonia precária”: a pacificação de conflitos entre classes durante alguns anos dos governos petistas, que despolitizou trabalhadores e acelerou o processo de neoliberalização do Brasil. O autor afirma que o abalo no consentimento passivo das massas ao lulismo se deve, principalmente, ao fato de que o mercado de trabalho brasileiro tem dificuldades de oferecer empregos mais qualificados e que proporcionem maior segurança social para o trabalhador, além dos que facilmente se encontrava nos governos Lula e primeiro mandato de Dilma, no setor de serviços pessoais e na construção civil.

Em *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*, Braga pontua que o início do fim do lulismo se explicitou durante o conjunto de manifestações que ficaram conhecidas como *Jornadas de junho de 2013*²¹. Estas manifestações foram iniciadas pelo

²¹ Sabemos que há uma literatura vasta de estudos, artigos, ensaios, livros, resenhas e entrevistas, que se encarregaram de analisar e discutir minuciosamente essas manifestações (SINGER, 2013; ARANTES, 2014; GHON, 2014; MORAIS, 2014; ORTELLADO, 2014; SOUZA, 2016; AVRITZER, 2018; entre vários outros) que são indispensáveis para compreender o que muitos autores entendem como o início aparente da cena política atual. No entanto, será trabalhada aqui com maior profundidade a perspectiva de Ruy Braga por nos permitir relacionar diretamente o junho de 2013 com três fenômenos importantes para o objetivo deste trabalho: 1- a crise financeira internacional de 2008; 2- o indício aparente de que economia neoliberal, mesmo em conjunto com políticas redistributivas, causou um desconforto nas classes subalternas que ajudou a abrir espaço para o colapso do lulismo. 3- o junho de 2013 como fator crucial para a organização e repertório de ação da nova direita brasileira e para

Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, que protestava contra o aumento das passagens urbanas na capital. Inicialmente, a grande mídia – jornais televisivos, impressos e digitais do grupo Globo, rede Bandeirantes e rede Record – reportava o protesto mostrando o trânsito engarrafado por horas devido à ocupação das ruas, enquanto entrevistavam os motoristas de classe média descontentes por não poderem seguir caminho nas vias públicas. Mostrava também policiais apedrejados durante confronto com os manifestantes, além de vidros de portas de bancos e lojas quebradas, o que fez com que alguns profissionais da comunicação justificassem a violência policial, que estava sendo ignorada pela grande mídia que só tocava no assunto para justificar ou apoiar a polícia, passando a chamar manifestantes de vândalos. Uma tentativa nada sutil de deslegitimar as reivindicações das manifestações do MPL perante a opinião pública.

Mas a postura da grande mídia mudou quando seus jornalistas passaram, juntamente aos manifestantes, a sofrer e ser vítima da violência policial que reprimiam os atos. Assim, ficou mais difícil insinuar que a polícia só agia com violência ao ser provocada, já que os jornalistas estavam apenas cobrindo as manifestações. Além disso, a mudança da cobertura midiática se deu também porque muitos manifestantes e veículos independentes de comunicação, como a *Mídia Ninja*, começaram a reportar imagens dos protestos nas redes sociais mostrando a violência policial desmedida, o que gerou comoção e debate na sociedade. Nesse contexto, a mídia percebeu a dificuldade de seguir escondendo essas questões e foi mudando o tom e o foco em relação às manifestações. A grande mídia passou então, nos seus termos, a noticiar os atos mostrando a violência policial, já que não dava mais apenas para justificar ou esconder como eles faziam inicialmente. Passou também a fazer apelos por manifestações pacíficas e sem “vandalismo”. Essas questões repercutiram internacionalmente e atraíram diferentes públicos com diferentes bandeiras e reivindicações para os protestos.

Diante da repercussão dos atos, criou-se no Brasil uma onda de manifestações pelo país inteiro. Nesse contexto, a mídia, que já tentava deslegitimar as reivindicações do MPL desde o início daquele junho, passa então a disputar a pauta obscurecendo as reivindicações por mais direitos sociais, demonizando os movimentos sociais, insinuando que entre eles haviam vândalos que tornavam os protestos violentos e fortalecendo seu apelo por “manifestações pacíficas”. Esse conjunto de fatores atraiu a classe média à direita para as manifestações, que, entre muitas outras coisas, trouxe para os protestos o apelo ao nacionalismo com bandeiras,

ascensão de Bolsonaro. Acreditamos que essa perspectiva nos permite mobilizar outras análises que seguem por um caminho parecido para possibilitar o entendimento em relação aos fatores que levaram os filhos das classes subalternas a se distanciar ou, no caso de alguns, abandonar o lulismo e em 2018 optar pelo bolsonarismo.

cores, blusas da seleção e hino brasileiro; pedidos por “manifestações ordeiras”; desprezo pelos movimentos sociais destruindo fisicamente suas bandeiras e com gritos de “fora partidos”, “Fora CUT” (Central Única dos Trabalhadores), “Fora MST” (Movimento de Trabalhadores Sem Terra); gritavam pelo “fim da corrupção” e por “mais ética” na política (pauta principal da mídia desde do primeiro mandato do presidente Lula); falavam em defesa da “família brasileira”; gritavam “Fora PT”. Muito desse repertório ecoava o discurso da cobertura midiática que os atraiu. E teve ainda os que clamavam por intervenção militar e temiam o comunismo etc. (SINGER, 2013; GHON, 2014). A sistematicidade dessa prática pode ser entendida, visto os resultados da assimilação de críticas a partidos políticos e movimentos sociais concretizadas em tentativas de retirada destes dos atos, e a constância de ataques a estes, como esforço de despolitização dos atos.

Nessa ocasião, a extrema direita encontrou espaço e repertórios de ação para se organizar nas ruas, nas redes sociais e captar adeptos para suas causas e manifestações. Braga (2016) compreende que as manifestações de 2013 deram início ao abalo sísmico que convergiria na derrubada da presidente Dilma Rousseff em 2016, pois diferentes segmentos sociais passaram a exteriorizar seus diferentes incômodos acumulados em relação aos governos petistas. Foi naquele junho que o desgaste do projeto conciliador de interesses de classes do PT, sem enfrentamento da lógica capitalista foi se evidenciando. Nesse contexto, tínhamos um mercado descontente e pressionando o governo Dilma por ajustes fiscais que diminuíssem investimentos sociais; tínhamos também as classes mais baixas mostrando os seus descontentamentos com o sistema político e econômico, inclusive participando das ondas de manifestações que surgiram a partir de junho de 2013 (BRAGA, 2016; SINGER, 2013; 2018).

Tinha-se, nesse mesmo período, o fortalecimento e avanço do neoconservadorismo e dos movimentos religiosos no cenário político do país. Parte da classe média tradicional se ressentia e estava há muito engasgada com o fato de ter que passar a dividir espaços públicos, antes restritos a ela – shoppings, aeroportos, universidades etc. –, com os mais pobres que obtiveram acesso ao consumo, renda e educação superior; além de ser mobilizada moralmente pela mídia que divulgava incansavelmente escândalos de corrupção envolvendo governos e correligionários do PT, pouco ou não apurados, para convencer a sociedade de que estávamos diante dos maiores e mais absurdos casos de corrupção da história nacional (BRAGA 2016; MIGUEL, 2016; SOUZA, 2016). Tratando mais detalhadamente como essas questões refletiram e ficaram aparentes nas manifestações de direita que iniciaram a partir do clima de protestos gerado em 2013 e já também no junho daquele ano, citamos, como exemplo disso, a classe média à direita, que durante atos, criticando o PT pela ampliação de direitos trabalhistas

recém adquiridos pelas domésticas. Diante dos desdobramentos, foram levantadas a bandeira e o discurso anticorrupção apenas em relação ao PT – o partido que sancionou as políticas que levou os pobres aos espaços sociais antes restritos.

A classe média à direita também levantou cartazes contra a lei de cotas nas universidades públicas durante as manifestações, lei que garante vagas reservadas para o acesso de negros, indígenas e alunos da escola pública à universidade pública. Viu-se ainda médicos gritarem “Fora PT” indignados com o anúncio do programa “Mais Médicos” que visava aumentar a quantidade de cursos de medicina no Brasil e fortalecer a saúde básica do Sistema Único de Saúde (SUS) alocando e retendo profissionais para áreas desassistidas do país. Como não havia médicos suficientes para a cobertura populacional formados no Brasil, a uma taxa de 1,8 médico por mil habitantes, para (e que quisessem) se fixar e ocupar as vagas em locais mais remotos do país onde a saúde estava desassistida. Com isso, o projeto previa a incorporação de médicos do exterior convidados a atender em municípios que tinham maiores dificuldades de contratar e manter médicos. Foram vistos cartazes e gritos que mandavam Dilma, a esquerda e o PT para “Cuba que os pariu”, assim como pelos à intervenção militar entendida enquanto solução para os problemas do país, visível resgate do anticomunismo da ditadura civil-militar, entre várias outras reivindicações do gênero (CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015; BRAGA, 2016; CHAUÍ, 2016; MIGUEL, 2016; SOUZA, 2016; 2018).

Na perspectiva de Braga (2016), o junho de 2013 estimulou uma maior movimentação política no Brasil, sobretudo por parte das classes subalternas. O autor começa a sua análise pontuando que, no lulismo, a desconcentração de renda possível pela união entre políticas públicas redistributivas, crescimento econômico e formalização do mercado de trabalho absorveu a massa de trabalhadores pobres, o *precariado*, que não era capaz de poupar dinheiro, pois precisava transformar tudo o que ganhava em consumo a fim de suprir necessidades básicas. Entretanto, o ciclo de progresso material resultante dessa união esbarrou na limitante dificuldade de encontrar trabalho formal que pagasse mais que um salário mínimo e meio e concedesse direitos trabalhistas integrais, tendo em vista o grande número de empregos terceirizados.

Braga sugere que mesmo com o aumento do emprego formal no Brasil em tempos do governo Lula, as condições de trabalho se tornaram mais precárias devido ao aumento da taxa de rotatividade e de flexibilização do emprego, também devido ao aumento de acidentes de trabalho. Por um tempo, essa precarização foi suportada de maneira passiva pelos trabalhadores subalternos. Isso se explicaria pelo fato de que Lula levou para o seu governo muitas lideranças dos sindicatos de trabalhadores brasileiros. O que abriu margem para a compreensão de alguns

que isso foi uma forma de cooptação do movimento sindical pelo governo federal e de despolitização da classe trabalhadora brasileira. Braga entende que, por isso, durante algum tempo, a movimentação política da classe trabalhadora ficou contida devido às várias negociações com o governo e também devido a alguns ganhos para a classe. Porém, após junho de 2013:

Parece-me mais ou menos claro que, conforme a experiência política da classe trabalhadora brasileira com o atual modelo de desenvolvimento se aprofundou, mais problemático tornou-se o controle do movimento sindical sobre a inquietação das bases com os baixos salários, a deterioração das condições de trabalho e o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras. Na realidade, desde 2008, o movimento sindical percebeu essa inquietação e vem promovendo greves e paralisações, ainda que as lideranças sindicais lulistas não deseje encabeçar movimentos paredistas nacionais, como o dos bancários e dos trabalhadores dos Correios, por exemplo, que invariavelmente atingem o governo federal (BRAGA, 2016, p. 57).

O que o autor chama de *atual modelo de desenvolvimento é a tensão entre a regulação política e a acumulação econômica que se apoia na distribuição de renda e na precarização do trabalho*. Essa tensão se deve principalmente porque regulamentar o emprego em tempos de financeirização globalizada significa a soma do “desmanche das formas de solidariedade fordista promovido pela empresa neoliberal com o avanço do padrão de consumo pós-fordista estimulado pela globalização econômica” (*Ibidem*, p. 58), o que instigou de forma significativa o avanço da individualização do comportamento da classe trabalhadora brasileira.

O autor reconhece que parte significativa dos brasileiros obtiveram um maior acesso à renda e principalmente ao consumo durante os governos petistas, mas destaca que poucos conseguiram ter segurança social como os direitos trabalhistas integrais e estabilidade financeira, aspecto determinante da solidariedade própria do modelo fordista. Ao longo da década de 1990, com destaque aos governos de Fernando Henrique Cardoso, a financeirização da economia colocou a sociedade brasileira sob a estrutura da mundialização do capitalismo através de um modelo apoiado sobre altas taxas de juros, autossuficiência operacional do Banco Central e na política de flutuação do câmbio, o que deu uma nova definição para as bases sociais do precariado do país:

Se até meados dos anos 1990 a dinâmica nacional de criação de empregos concentrava-se na faixa de três a cinco salários mínimos, com a indústria respondendo por 40% das novas vagas, entre 1994 e 2008 a dinâmica do emprego deslocou-se para os serviços: 70% das vagas foram abertas nesse setor (*Ibidem*, p.61).

Dessa forma, uma massa de trabalhadores sem empregos formais que existia entre 1994 e 2002 foi inserida em vagas do setor de serviços com uma remuneração de até um salário mínimo e meio. Essa era a faixa salarial de 60% dos postos de trabalho do Brasil nesse período. Houve aumentos do salário mínimo acima da inflação nessa época, porém, esse aumento foi

seguido por um endurecimento das condições de consumo da força de trabalho, uma vez que “parte importante do que foi conquistado em termos de rendimentos do trabalho com o aumento da formalização e valorização do salário mínimo se perdeu” (BRAGA, 2016, p. 61), devido à grande rotatividade do emprego e porque as admissões são feitas com salários muito inferiores aos das demissões para os mesmos cargos. Importa destacar também o fato de que a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas alcançada pelo sindicalismo organizado dos anos 1990, não se estendeu ao trabalhador terceirizado, estagiário, temporário e afastado por doenças, aprofundando os aspectos materiais de sua precarização.

Braga pontua que essas vagas de trabalho – compreendidas por ele como trabalho precarizado – foram preenchidas, principalmente, por mulheres, jovens e negros, grupos historicamente marginalizados na sociedade brasileira e mais vulneráveis diante das transformações do mercado de trabalho. O autor afirma que esse conjunto de tendências de deterioração do trabalho (terceirização, alta rotatividade, flexibilização e aumento de acidentes de trabalho) foi herdado dos governos de Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o contrato flexível, ampliação do uso do contrato por tempo determinado, tempo parcial e a flexibilização da jornada de trabalho. No entanto, os governos petistas não reverteram essa agenda de flexibilização da legislação trabalhista, pelo contrário, “estimularam a redução do pagamento dos encargos trabalhistas, criando desigualdades entre os trabalhadores em relação ao acesso aos direitos do trabalho” (*Ibidem*, p. 69).

Assim, é possível compreender que os governos do PT assumiram duas tendências contraditórias em sua gestão do trabalho no país. A primeira é que reduziram o processo de precarização ocupacional via aumento da formalização da força do trabalho. Por outro lado, a segunda tendência caracteriza-se pela despossessão de alguns trabalhadores dos direitos trabalhistas devido à extensão da terceirização das atividades laborais em todos os setores da economia, tornando contratos e salários “precarizados”. Dessa forma, na medida em que o mercado de trabalho aumentava com o crescimento econômico dos anos 2000, fazendo com que uma massa de trabalhadores ocupasse empregos formais, a entrada desses trabalhadores nas vagas terceirizadas, sub-remuneradas e precárias, rapidamente mostrou-lhes a face degradada do emprego formal.

Na leitura de Braga, além dos diferentes setores da classe média, os trabalhadores precarizados também marcaram presença nos protestos de junho de 2013 e foram eles que protagonizaram o início das inquietações da classe dos trabalhadores subalternos com o lulismo. Essas inquietações tiveram seu pico relacionado àquelas manifestações. Para o autor, o ano de 2013 testemunhou a convergência espontânea da luta política do precariado urbano em busca

de direitos sociais, com a luta econômica da classe trabalhadora mobilizada por sindicatos pela melhoria de salários e condições de trabalho. A junção dessas duas dimensões da luta atingiu ao mesmo tempo “tanto o modo de regulação quanto o regime de acumulação que sustentam a reprodução do atual modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro, anunciando o colapso do lulismo como estratégia de pacificação social” (BRAGA, 2016, p. 71).

O autor faz essa afirmação, de que o anúncio do colapso do lulismo ocorreu naquele junho, baseando-se em dados sobre o crescimento das greves e paralisação a partir do junho de 2013 em várias categorias do setor de serviço privado e público, sobretudo entre os trabalhadores do transporte. Ele lembra que mesmo com o esvaziamento das manifestações de junho após os dias de maiores números de participantes, o militância dos jovens e dos trabalhadores sem teto permaneceu. O que o leva a sustentar que o ativismo aceso pelo junho de 2013 tocou especialmente os trabalhadores precários.

Além de animar as greves, aquele junho produziu fortes sismos eleitorais demonstrando que a “hegemonia lulista”, representada por Dilma nas eleições de 2014 estava ameaçada pela desaceleração econômica causada pela crise financeira internacional de 2008 que refletiu na diminuição de investimentos em vários setores. Assim, os protestos e greves desnudaram uma economia que estava em ritmo de espera e castigando o mercado de trabalho. Isso resultou em endividamento das famílias trabalhadoras, aprofundamento da precarização do trabalho e insatisfação popular com aquele modelo de desenvolvimento:

O ciclo de formalização do trabalho da última década promoveu a impressão de que a proteção social do trabalhador estaria avançada, quando na realidade, uma nova onda de mercantilização do trabalho enraizava-se na base do modelo de desenvolvimento brasileiro (*Ibidem*, p. 75)

Essa impressão é compreensível porque até metade da década de 1990 a precariedade era associada ao trabalho informal, uma vez que, como já mencionado, naquela época a dinâmica de formalização de emprego se situava entre três e cinco salários mínimos. Porém, o mercado formal era muito mais excludente, deixando milhões de brasileiros fora de qualquer maneira de proteção social, ainda que precarizada, como aconteceu com o deslocamento de empregos para o setor privado de serviços, onde os salários não passavam de um salário mínimo e meio. Dessa forma, mesmo com o aumento da formalização de trabalho a partir de 2002, a classe trabalhadora continuou se equilibrando entre o acesso improvável a um emprego estável e de qualidade e a todas as formas possíveis de criação de renda, características dos trabalhadores periféricos.

Mesmo com o boom do trabalho formal, a insegurança e violência que caracterizam o modo de vida dos trabalhadores precários permaneceu, o que significa que o novo emprego

formal sofreu tantas transformações pela lógica de financeirização da economia globalizada que reproduz “uma condição de insegurança social muito parecida com a velha informalidade” (BRAGA, 2016, p. 76) Dessa forma, os trabalhadores precarizados, por necessidade, passam a recorrer a outros meios de produzir renda, que nem sempre são legalizados, como comercialização de produtos piratas ou falsificados, entre outros.

Como observou Cabanes (2015), os trabalhadores – diante da frustração e humilhações diárias decorrente das baixas condições do novo trabalho formal – afloram uma subjetividade revoltada através de uma gramática religiosa em que prevalece um pessimismo moral que enxerga no homem a degradação de sua qualidade e entende que o acúmulo de erros da humanidade resultará no fim do mundo. Só com o fim haveria justiça e acabariam as desigualdades. Esses trabalhadores não enxergam sua melhora por meio de mudanças estruturais na sociedade, na política, na economia.

Apenas com o fim de tudo, “os humilhados serão exaltados”. Conforme Cabanes (2015), isso reflete uma esperança de revanche dos humildes e humilhados, além de explicitar a lição que esses trabalhadores aprenderam da vida. O que revela que eles compreendem como regra para suas vidas que não há o que fazer, não há esperanças a não ser com o fim desse mundo; e que sempre devem estar prontos para recomeçar do zero, algo que vem da constante falta de estabilidade e proteção social. Isso é mais uma constatação de que a razão neoliberal que vem se consolidando no Brasil desde os 1990 modificou as subjetividades.

Braga (2016) observa que até as reivindicações por direitos universais sofreram mudanças, uma vez que passaram a ser disputas por financiamento de projetos sociais. Atualmente, estaria sendo vivenciada uma real mercantilização do ativismo social, que coroou a burocratização do movimento sindical através de sua integração ao Estado pelo lulismo. A entrada de líderes sindicais em vários cargos do governo fez com que a racionalidade empresarial implícita à financeirização da burocracia sindical extrapolasse os gabinetes ministeriais e chegasse no ativismo social e nas periferias.

Desse modo, o mercado ficou no lugar da luta social por direitos. Como exemplo disso, Braga cita as chamadas *políticas de exceção para a inclusão social dos excluídos* que se trata da empreendedorização dos pobres, ao estimular a participação deles no mercado informal e desestimular a entrada em vagas formais. Segundo o autor, isso se dá porque:

O lulismo e sua ênfase na desmobilização política enfraqueceram os processos reivindicatórios apoiados na conquista e na efetivação de direitos universais, isto é, a dinâmica dos direitos da cidadania, ao investir na produção de um consenso passivo baseado no empreendedorismo dos pobres apoiado por políticas públicas. No entanto, essa forma hegemônica não é capaz de mitigar as duras condições de vida do precariado nas periferias das grandes cidades (BRAGA, 2016, p. 82).

Assim, por conta das contradições procedentes da reprodução do regime de acumulação na vida do precariado, a pacificação social com esse segmento não poderia durar por muito tempo. O autor usa o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que se baseia em o governo subsidiar o crédito da compra da casa própria, como exemplo da reprodução dessas contradições. Uma vez que foi apresentado como uma iniciativa do setor civil para resistir a crise de 2008 e depois ampliado pelo governo Lula e instalada como política de habitação oficial, Braga assume que esse programa é mais um exemplo da espoliação dos fundos públicos em nome dos interesses do setor privado, pois o setor imobiliário e seus investidores foram grandemente beneficiados pelo programa, que os salvou da queda e impulsionou o valor de suas ações.

Para o autor, o problema disso é que se trata de uma política que mantém o padrão de articulação entre o Estado e os interesses privados que prevalece historicamente. Os setores privados recebem vantagens financeiras exorbitantes, enquanto os cidadãos recebem suas casas próprias custeadas em grande medida pelo Estado, porém, em lugares periféricos e desvalorizados, suscetíveis a coisas como violência, distância de seus locais de trabalho condicionando-os à um deslocamento longo e cansativo, entre outras mazelas do cotidiano das periferias urbanas. Braga enxerga essas questões como uma forma de corroborar com a segregação espacial entre ricos e pobres uma vez que as construtoras procuraram terras baratas – que ficam nas periferias – muitas vezes desprovidas de acesso a serviços urbanos, para colocar as famílias trabalhadoras.

Ao mesmo tempo, o autor reconhece que o programa alcançou uma parte da classe subalterna que não era atendida pelos governos anteriores em relação às políticas de habitação popular. Porém, ele afirma que o Programa “Minha Casa, Minha Vida”:

Trata-se de uma política de financiamento de casa própria desenhada para fortalecer um tipo de acumulação rentista apoiada na espoliação da economia das famílias trabalhadoras. O subsídio federal ao crédito para a construção civil é a chave do ótimo desempenho das grandes construtoras e incorporadoras, é a consequência mais notável para as cidades foi o aumento da especulação imobiliária (BRAGA, 2016, p. 83).

A financeirização global que repercute em tudo, chega ao espaço urbano impulsionando a crescente precarização da reprodução das classes subalternas na periferia. Além disso, o esgarçamento do modelo de desenvolvimento do Brasil, ficou aparente mesmo durante o seu auge. Pois no segundo governo de Lula já era possível perceber que a mobilidade social do precariado se deparava com limites, tendo em vista a dificuldade de encontrar mais empregos com salários estáveis, além da alta do déficit habitacional nas metrópoles do país, estimulada pelo aumento dos valores dos aluguéis. Braga afirma que mesmo esse programa que trazia

algum benefício para os subalternos é limitado pela lógica da financeirização que opera para reprodução da precarização desses trabalhadores, não conseguindo suprir de forma efetiva os problemas de habitação das classes mais pobres do país. O aumento dessa precarização ajudou na crise da “hegemonia lulista”.

Conforme o autor, os eventos que culminaram na crise da “hegemonia lulista” precisam ser compreendidos primeiro a partir das consequências positivas das políticas redistributiva dos governos petistas para os subalternos. Como exemplo dessas consequências positivas, tem o programa Bolsa Família, que beneficiou o que Braga – em diálogo com Singer – caracterizou como *subproletariado semirrural*, que está situado em grotões e passou da extrema pobreza para a pobreza oficial. Além disso, o autor pontua que o *precariado urbano* foi seduzido pelo aumento do salário mínimo acima da inflação e pela criação dos empregos formais. Enquanto o *proletariado sindicalmente organizado* se beneficiou com o mercado de trabalho aquecido, conquistando vantagens salariais e benefícios trabalhistas através de negociações coletivas.

Com o exposto, Braga sustenta que ao menos até o pleito presidencial de 2014, a junção de políticas públicas redistributivas, com a geração de empregos formais e o acesso popular ao crédito possibilitou uma desconcentração de renda, ainda que modesta, entre os que vivem dos rendimentos do trabalho. Assim, “em um país mundialmente conhecido por desigualdades abissais, esse pequeno avanço foi suficientemente forte para sedimentar o consentimento dos subalternos à regulação lulista” (BRAGA, 2016, p. 87). Esses benefícios garantiram a reeleição de Lula e as duas eleições de Dilma. Fortalecendo a renda dos subalternos, os governos petistas ampliaram o acesso ao consumo de bens duráveis, que transformou a cultura de consumo aumentando as expectativas da população mais pobre.

Assim “o acesso ao mercado de consumo de bens duráveis sem dúvidas, retroalimentou o desejo de progresso ocupacional nas massas, sobretudo entre os jovens trabalhadores urbanos” (*Ibidem*). Isso criou o que o Braga chamou de consentimento passivo das classes subalternas ao lulismo, unindo-se ao consentimento ativo das direções sindicais lulistas que além de se tornarem ativos administradores do Estado burguês, arbitraram sobre investimento capitalista no país e fundiram seus interesses de segmento social privilegiado à lógica de acumulação do capital financeiro:

Ainda que com grandes dificuldades decorrentes da assimilação do petismo às regras do jogo eleitoral brasileiro e da tentativa do primeiro governo Lula da Silva romper com os esquemas do presidencialismo de coalizão por meio da compra direta de apoio político no parlamento, a hegemonia lulista alcançou até 2014 notável êxito em reproduzir tanto o consentimento passivo das massas quanto o consentimento ativo das direções (*Ibidem*, p. 88).

No entanto, como vimos, mesmo no processo de crescimento econômico e das políticas redistributivas do PT, algumas contradições sociais aprofundadas pela precarização das condições do trabalho – no contexto da inserção da economia brasileira na globalização do capital – continuaram se acumulando e preparando esse cenário político e social que vivenciamos hoje. No segundo mandato de Dilma, a crise financeira internacional se concretizou em sua amplitude real no Brasil, o que aumentou a pressão de setores poderosos sobre o governo e resultou no abandono total do modelo de desenvolvimento brasileiro, ou, conforme Singer (2012), do esboço desenvolvimentista do PT. Grupos empresariais do Brasil, liderados pelos bancos privados, passaram a demandar do governo federal mudanças na direção da política econômica. As grandes empresas exigiam a ampliação do ajuste recessivo, o que aumentava o desemprego. Buscavam também o controle das greves, algo necessário para a imposição de várias reformas impopulares, como a trabalhista e a da previdência.

Diante da pressão, políticas de austeridade fiscal mais ou menos projetadas pelo setor financeiro que foram adotadas. Cortes de gastos federais impulsionaram o desemprego afetando tanto o trabalhador precário urbano quanto o trabalhador sindicalmente organizado. Assim, se o jovem precarizado prejudicado pelo salário defasado e pelo aumento do desemprego durou pouco na cena política de 2013, os sindicalmente organizados permaneceram nas ruas, nas paralizações e nas greves cobrando dos seus líderes sindicais e do governo por melhorias. Com isso, Braga reforça o seu argumento de que o junho de 2013 estreou o colapso do consentimento passivo das classes subalternas ao projeto de governo lulista. Ainda que titubeante, o apoio dos precarizados garantiram a reeleição de Dilma em 2014, porém, era um apoio condicionado a manutenção do emprego formal, mesmo com baixa qualidade, mas “o aumento da taxa de desemprego selou finalmente o divórcio litigioso, anunciado em 2013, do precariado urbano com o lulismo” (BRAGA, 2016, p. 90).

3.2 Moralidade e relações entre a classe média brasileira tradicional e a nova classe trabalhadora

Compreender o reavivamento político da classe média à direita no Brasil é importante para contextualizar o processo de ascensão de um governo de extrema direita ao planalto, mas antes disso é necessário conhecer e distinguir esse setor da classe média. Conforme Marilena Chauí, a classe média está alocada na burocracia estatal e empresarial, nos serviços públicos, na pequena propriedade fundiária, no pequeno comércio não filiado às grandes redes de oligopólio transnacionais e nos profissionais liberais ainda não assalariados (CHAUÍ, 2016, p.18). Em consonância, Souza (2018) afirma que essa classe se forma a partir da apropriação

privilegiada de capital cultural, assim obtendo conhecimentos técnicos ou especializados indispensáveis para o funcionamento do mercado e do Estado.

Mesmo não tendo grande alcance ao capital econômico, o acesso a estes conhecimentos extremamente valorizados na sociedade permite uma condução de vida da classe média em várias dimensões que possibilita, quase sempre, a manutenção dos privilégios para as próximas gerações. Professores, advogados, engenheiros, administradores, jornalistas, economistas, publicitários etc. são exemplos de classe média tradicional apresentados por Souza. A classe média se preocupa com distinção social, que se define em um estilo de vida que a afaste dos setores populares e a aproxime das classes mais altas. Tanto Souza, quanto Chauí diferenciam a classe média dos trabalhadores subalternos que ascenderam socialmente nos anos dos governos petistas, e os entendem como uma nova classe trabalhadora, longe de ser parte de uma “nova classe média”, como sugerido em 2008 por Neri- e incorporado pelo PT e parte da mídia. Como já mencionamos, isso suscitou um debate entre intelectuais brasileiros sobre ter surgido no país uma nova classe média ou uma nova classe trabalhadora (SOUZA, 2010; POCHMANN, 2012); se se tratava ainda de um subproletariado que passou a ser proletariado devido ao emprego formal (SINGER, 2012), ou mesmo se eram o precariado (BRAGA, 2016) ou os batalhadores (SOUZA, 2010; 2012).

Ao analisar que mais de 50% das famílias brasileiras passaram a receber entre um e quatro salários mínimos no Brasil até o ano de 2008, Marcelo Neri construiu a ideia da emergência de “uma nova classe média” que se amparava no poder de compra dos cidadãos. Essa nova classe média se situava abaixo dos rendimentos dos brasileiros mais ricos (das classes A e B) e acima dos brasileiros mais pobres (classes D e E), sendo assim a classe C. O autor sugeriu que o que impulsionou o crescimento dessa nova classe média foi o aumento da renda do trabalho (NERI, 2011, p. 34). Então, deslocou a discussão das análises estatísticas sobre renda para a valorativa, afirmando que na nova classe média existia “um sentido positivo e prospectivo daquele que realizou – e continua a realizar – o sonho de subir na vida” (*Ibidem*, p. 18). Em sua pesquisa o autor apresenta uma imagem do brasileiro médio em ascensão: “onde você vai chegar é mais importante do que de onde você veio ou onde está. Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã” (*Ibidem*, p.34).

Com essa tese, Neri adentrou ao imaginário social, tendo em vista que a mídia nacional e internacional, assim como instituições privadas de pesquisa de mercado e de consumo passaram a usar o termo “nova classe média”. Até algumas novelas incorporaram essa expressão, no objetivo de dialogar com essa parcela da população que antes, de acordo com

Neri, fazia parte dos estratos pauperizados da sociedade, que passou a ter mobilidade social ascendente em meados de 2003, ao ter rendimentos e poder de compra aumentados (CARVALHO, 2017). Após alguns anos da repercussão da tese da “nova classe média”, os índices econômicos e de bem-estar social e econômico do Brasil passaram a diminuir e assim os fundamentos da tese de Neri começaram a ruir abrindo espaço para o protagonismo de algumas críticas que já ecoavam no auge da idealização dessa “nova classe média” e apresentavam diferentes interpretações a respeito em relação as transformações sociais e econômicas que o Brasil passava. Um desses críticos foi Marcio Pochmann (2012), pontuando que o crescimento econômico com redução da desigualdade não teria resultado em mudança de classes. Segundo ele:

O grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos de classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Trata-se de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo que ganha. (POCHMANN, 2012, p. 10).

Para Pochmann, o que Neri chamava de nova classe média era uma invenção, porque se tratava de um bloco formado por trabalhadores que estavam antes desempregados, ou em empregos informais, e passaram a ter um emprego com carteira assinada, a maior parte deles no setor de serviços, com renda de até dois salários mínimos, como já discutimos acima através de Braga (2016). Outro crítico da tese da “nova classe média”, Singer (2012), ao analisar essas questões, desenvolveu seus trabalhos sobre o lulismo e o pacto conservador, que como já mencionamos entendeu que desde 2003 o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assumiu uma política econômica conservadora que evitava confrontar o grande capital, mas que possibilitou um “reformismo fraco”, que embora não mudasse a estrutura neoliberal, permitiu mudanças expressivas e reais em relação aos padrões de renda e consumo anteriores dos mais pobres.

Nesse sentido, foram adotadas políticas de combate à pobreza orientadas para a ativação do mercado interno. Para o autor, essas medidas causaram o realinhamento entre os eleitores mais pobres e o “lulismo”. Como já discutimos, Singer explica que esse realinhamento aconteceu pela troca da base de apoio ao Partido dos Trabalhadores que em 2002, teve a coalizão da classe média como fundamental para à sua vitória eleitoral e após o primeiro mandato, devido às opções assumidas, agradou os segmentos de baixa renda que garantiu a reeleição de Lula em 2006, além da eleição e reeleição de Dilma. Desse modo, aconteceu o realinhamento eleitoral, onde a classe média se afasta da base de apoio de Lula e do PT e o subproletariado adere a Lula.

Assim, o apoio do subproletariado à reeleição de Lula possibilitou acelerar um modelo de diminuição de pobreza com manutenção da ordem. Singer compreende que o efeito da política social e econômica do governo Lula integrou o subproletariado à condição de proletariado através do emprego formal (SINGER, 2012, p.15), não surgiu, nesse contexto, nenhuma nova classe média. Já Jessé Souza (2009; 2010; 2012), ao contestar a tese da “nova classe média”, sugeriu que, na verdade, o Brasil passou a assistir ao surgimento dos batalhadores, uma nova classe trabalhadora adequada às exigências neoliberais, sem solidariedade ou organização de classe, acostumada a trabalhar com pouco ou nenhuma seguridade social, que poderia até ter um maior acesso à renda, mas faltaria a essa população, que passou a ter mais poder de compra, o principal elemento característico de uma classe média, que seria o privilegiado acesso ao capital cultural que torna legítima sua participação tanto no mercado como no Estado.

O autor é crítico a uma análise de classe restrita à renda como a de Neri e restrita a uma ocupação, como a de Pochmann. Souza (2012) foca nos elementos imateriais e simbólicos da constituição das classes sociais, por isso entende que as classes seriam resultados da distribuição desigual de recursos materiais e imateriais, sendo a classe um processo também cultural, de incorporação por parte de segmentos da sociedade, de valores morais e emocionais que formam fundamentos importantes para legitimar a reprodução capitalista. Ele sugere que essa “nova classe média” se trata, na verdade, dos batalhadores, que seriam uma nova classe “posto que são resultado de mudanças sociais profundas que acompanharam a instauração de uma nova forma de capitalismo no Brasil e no mundo” (SOUZA, 2012, p. 26). Não bastam os critérios de renda e de consumo para definir classe média, é necessário compreender as disposições que constituem um determinado estilo de vida e comportamento:

Uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a “ralé” e as classes média e alta. Ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens de serviços e valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio de classes média e alta. Mas como classes sociais não podem ser [...] apenas pela renda e pelo padrão de consumo, mas, antes de tudo, por um estilo de vida e uma visão de mundo “prática”, que se torna corpo e mero reflexo, mera disposição para o comportamento, que é em grande medida pré-reflexivo ou “inconsciente”, temos que estudá-la empírica e teoricamente para definir seu lugar (*Ibidem*).

Para Souza, o acesso aos bens materiais não pode ser o único critério para definir o pertencimento à uma classe social, a formação da visão de mundo de um indivíduo o orienta e justifica a condução de seu estilo de vida que gera distinção social, sendo então necessário “a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo” (*Ibidem*, p. 23). O autor usa os conceitos de *habitus* e de *capital* desenvolvidos por Bourdieu para afirmar que a classe média seria aquela à qual o estilo de vida se diferenciaria

das outras classes pela apropriação diferenciada de capital cultural, transmitido através das relações afetivas no seio da família, sendo este capital justificado como “mérito individual” ou “talento natural”.

Souza caracteriza por “batalhador” esse indivíduo que agora possui maior acesso à renda e poder de compra e diz que há uma enorme diversidade entre os batalhadores, existindo o *batalhador empreendedor* que seriam os pequenos comerciantes donos de lojinhas ou barracas de feira ou em comunidades populares. Também donos de indústrias de pequeno porte como confecções, carpintaria ou serralharia e pequenos agricultores. Esses batalhadores seriam ex-empregados do comércio ou da indústria, ou trabalhadores rurais que ficaram desempregados por demissão ou fechamento de empresas. Ao tratar das mulheres, Souza fala do abandono dos maridos que as transforma em única fonte e renda da família. Fala também dos *batalhadores assalariados* que trabalham em pequenas e médias indústrias, vendedores, técnicos, e outros profissionais.

O autor destaca a mobilidade dos mais pobres, tipificando como batalhadores e ralé e reflete que todos eles têm em comum uma situação de vulnerabilidade por estarem sujeitos a mudanças bruscas de nível de renda e acesso ao trabalho e à moradia. Conforme Souza, no universo dos batalhadores, tanto o patrão quanto o empregado possuem as mesmas marcas constitutivas de classe, a dinâmica das interações sociais, as visões de mundo e o modo de operá-lo e, sobretudo, estão sob as mesmas formas de dominação do capital financeiro. Para o autor, o trabalho é um fator indispensável na reprodução material e na visão de mundo de um batalhador.

Souza ainda sugere que é necessário entender o mundo que possibilita ao batalhador a sua reprodução como classe. Esse mundo não seria o dominado pelas sobrevivências coloniais ou por arranjos pré-capitalistas, nem mesmo pelo fordismo. O que acontece é que há uma correlação entre o surgimento dos batalhadores com a transição para o capitalismo financeiro. Nas periferias, o fordismo foi extremamente excludente, o que fez com que parte significativa da força de trabalho ficasse à margem do fordismo, resultando na emergência do batalhador que é formado por trabalhos flexíveis, pelas estratégias de vida provisórias, pela precisão de adaptação rápida às condições de trabalho que mudam o tempo todo e a mercados que se reconfiguram.

O batalhador seria a consequência do processo de ajuntamento dos trabalhadores pobres excluídos da sociedade fordista às atuais maneiras de organização de produção e de trabalho. Para Souza (2012), essa classe social, os batalhadores, é pronta para trabalhar em extensas jornadas de trabalho, sem direitos trabalhistas, em micro negócios situados em lugares

improvisados, onde dono e funcionário em geral pertencem a uma mesma família, trabalham juntos sob às mesmas condições insalubres de trabalho, sob relações de trabalho e produção imprevisíveis por depender do mercado de consumo de produtos sazonais, formados por consumidores que não têm amplo poder de compra e recentemente favorecidos por programas de transferência de renda.

Os batalhadores incorporam essas condições de trabalho como naturais, por relacioná-las com condições herdadas, ou entendendo que por elas é que será possível garantir, para sua família e para eles mesmos, vidas mais dignas com acesso permanente ao trabalho, comida, educação e moradia. Estes batalhadores nunca se afastam totalmente de situações de vulnerabilidade em geral, afastando-se apenas das vulnerabilidades mais extremas. Com a evidenciação desse panorama, Souza busca compreender a disposição ao trabalho por parte dos batalhadores, atentando para a construção e reprodução de concepção de mundo de das disposições, considerando a religião como um dos aspectos fundamentais na constituição do mundo dos batalhadores ou em sua reprodução como classe social no capitalismo periférico. O autor percebe que a religião opera através das trajetórias exemplares e das trajetórias familiares, da valorização do trabalho duro, no desenvolvimento da solidariedade com a família, vizinhos e membros da congregação, na reprodução de uma concepção de mundo herdada da família, no valor a atitudes pela busca de uma vida melhor e dentro de uma ordem geral bem definida. Souza enfatiza que as religiões pentecostais, desde que surgiram nos Estados Unidos, pegam para si as demandas sociais e religiosas dos oriundos do campo, trabalhadores de pequena indústria e do comércio das periferias urbanas. Além da religião, a família é outro aspecto importante na constituição dos batalhadores. Seriam famílias com diferentes configurações, mas ancoradas na valorização do trabalho duro, compromissadas com a reprodução da própria família, com o incentivo para investir em uma educação melhor, porém em conciliação com o trabalho.

Com o exposto, vemos que para Souza essa classe que ascendeu nos governos petistas é a classe dos batalhadores que precisam ingressar no mercado de trabalho logo cedo para ter condições básicas de sobrevivência e muitas vezes estudam em escolas públicas de baixa qualidade. Eles e elas compensam a ausência de capital cultural e econômico com esforço pessoal, jornada dupla de trabalho e submissão a toda forma de superexploração da mão de obra. Essa é a conduta de vida comum dos batalhadores. Articulam uma ética do trabalho duro, são provenientes de famílias pobres.

Chauí (2016), acerca dessas dinâmicas, entende essa classe como uma nova classe trabalhadora e o que a faz ser “nova”, além dos efeitos políticos sociais e econômicos dos

governos petistas, são dois elementos trazidos pelo neoliberalismo: “de um lado, a fragmentação, terceirização e ‘precarização’ do trabalho e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média” (CHAUÍ, 2016, p. 19). A autora assume que classe social não é um dado fixo, nem se define exclusivamente por determinações econômicas. Para Chauí, “classe é uma práxis, um fazer histórico, um “sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesma e se transforma por meio da luta de classes” (*Ibidem*, p. 19).

Por isso, a autora entende que é difícil desvendar essa nova classe trabalhadora, pois se classe é um fazer histórico que se molda na luta de classes, o que essa massa de novos trabalhadores é, de fato, pode estar oculto. Além disso, a nova classe trabalhadora pode ser absorvida ideologicamente com muita facilidade pela classe dominante, uma vez que não se criou ainda uma organização própria desta classe e no imaginário social ela foi nomeada de nova classe média. Chauí ainda discute que a classe média de fato, ou tradicional, está fora do núcleo econômico que define o capitalismo, assim como também fora do núcleo político, pois ela nem detém o poder do Estado (que está nas mãos da classe dominante), nem o poder social da classe trabalhadora organizada. Isso situa a classe média em um lugar que a define não por sua posição política e econômica, mas por sua posição ideológica, o que, conforme a autora, tende a ser contraditória.

Por sua posição no sistema social, a classe média tem tendências a se fragmentar e dificilmente acha um interesse comum que a unifique. No entanto, alguns de seus setores, como parte dos professores, parte dos estudantes, parte do funcionalismo público, intelectuais, algumas lideranças religiosas, muitas vezes se organizam e fazem oposição à classe dominante pelo ideal de justiça social; defendem os interesses e direitos dos excluídos, nas palavras de Chauí, “tendem para a esquerda e, via de regra, para a extrema esquerda e o voluntarismo, isto é, por uma relação com o tempo como descontínuo e volátil que exige ações imediatas” (CHAUÍ, 2016, p. 19). Todavia, há um contrabalanço a essa configuração da classe média que consiste no seu oposto extremo. A classe média à direita, orientada por um individualismo competitivo, que também não tem um referencial social e econômico concreto, já que, igualmente à sua oposta, não é parte efetiva nem da elite e nem dos trabalhadores organizados, tendendo a suprir “a experiência de um tempo descontínuo e efêmero com o imaginário da ordem e da segurança, que introduziria permanência temporal e espacial” (*Ibidem*).

Esse desejo da classe média à direita por ordem e segurança se deve à sua instabilidade e fragmentação, agarrando-se a um imaginário constituído por um sonho de se tornar parte da classe dominante e um pesadelo de se tornar proletária. Para realizar o sonho e afastar o

pesadelo, a classe média à direita acredita que é preciso manter a ordem de privilégio das elites e a segurança da ordem das elites, o que a torna ideologicamente reacionária e conservadora, e, seu papel político e social seria “assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante” (CHAUÍ, 2016, p. 20). A autora ainda coloca que a classe média brasileira é definida, de um modo geral, pela estrutura autoritária da sociedade marcada pelo domínio do espaço privado sobre o público e tem todos os seus aspectos hierarquizados, onde:

As relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece; as diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência, e as desigualdades são naturalizadas. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade; e com os que são vistos como desiguais, o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação; quando a desigualdade é muito marcada, assume a forma da opressão, de sorte que a divisão social das classes é sobredeterminada pela polarização entre a carência (das classes populares) e o privilégio (da classe dominante) (*Ibidem*, p. 20).

Assim, além de a classe média incorporar e disseminar de maneira ideológica as formas autoritárias das relações na sociedade, igualmente incorpora e dissemina a naturalização e a valorização das desigualdades sociais e econômicas amplificadas no neoliberalismo, o qual o setor à direita dessa classe defende por impulsionar o individualismo competitivo e o sucesso a qualquer custo para operar com os mecanismos do mercado. A autora enxerga que diferenciar a nova classe trabalhadora da classe média é importante, sobretudo no imaginário social, pois chamar uma classe que recentemente ascendeu economicamente de classe média facilita a absorção ideológica dela pelos interesses das classes dominantes, assim como ocorre na classe média que sonha em ser classe dominante. Para Chauí, a classe média mobiliza a nova classe trabalhadora através da disputa de duas formulações ideológicas focadas numa individualidade de sucesso: “a ‘teologia da prosperidade’, do pentecostalismo, e a ‘ideologia do empreendedorismo’, da classe média neoliberal (o sonho de virar burguesia)” (*Ibidem*).

Tendo em vista que a nova classe trabalhadora do Brasil se formou no centro da guinada neoliberal do capitalismo brasileiro, se não forem criadas formas de organização e de expressão pública para ela e no meio dela, nada a impedirá de aderir ao arsenal ideológico da classe média à direita, com seu individualismo agressivo e competitivo. Essa fração da classe trabalhadora pode aderir à forma de “aparecer do social” como grupo de diferentes interesses particulares e indivíduos que estão sempre em competição. Essa classe pode ser conduzida a acreditar que faz mesmo parte de uma nova classe média brasileira por ter acesso ao consumo de massa.

Com o exposto, Chauí destaca que a classe média substitui a ausência de poder econômico e político ou pelo voluntarismo de esquerda ou pela posição à direita, assim como pela busca de prestígio e seus símbolos: como diplomas e títulos provindos das profissões

liberais, consumo de serviços e objetos que indicam riqueza, autoridade e ascensão social; que à direcionaria para a classe dominante e a distanciaria da classe trabalhadora, seguindo a lógica de distinção bourdieusiana. Enquanto a classe média quer distinção das classes mais baixas, a nova classe trabalhadora, pelo recém acesso à renda e consumo, pode tomar para si o imaginário da classe média e se identificar como parte dela.

Para Chauí, a nova classe trabalhadora está cercada pelos valores e símbolos neoliberais disseminados pela classe média e não havendo uma organização própria, dificilmente não irão aderir às suas pautas e interesses. A autora sugere que a revolta da classe média reacionária e conservadora contra os governos petistas, externada primeiramente no junho de 2013, se deu por ela se sentir menos favorecida que a classe trabalhadora pelas políticas sociais da última década. Uma vez que seu descontentamento vem do desejo de manter padrões de vida e consumo (como educação privada, planos de saúde, empréstimos bancários, compra de imóveis, automóveis etc.) que antes eram restritos a ela e que agora se tornaram um pouco acessíveis à nova classe trabalhadora. Como as políticas sociais possibilitaram o acesso dos trabalhadores a um padrão de vida e consumo que se aproximasse dessa classe média, ela se sentiu ameaçada, ressentida e prejudicada.

A partir das políticas redistributivas do PT, a formalização do emprego tornou o trabalho doméstico mais caro; com o aquecimento do mercado de trabalho veio a inflação dos serviços. A introdução das massas no acesso ao crédito e ao consumo levou trabalhadores a espaços antes restritos aos setores médios como shoppings e aeroportos, havendo ainda as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, que mesmo com um aumento maior de vagas oferecidas nas universidades privadas de baixa qualidade para os filhos da classe trabalhadora, como colocou Braga (2016), fez a competitividade por empregos estáveis que pagassem mais que um salário mínimo e meio crescesse. A luta de classes então volta a se intensificar no pós-junho de 2013, a pacificação lulista seguia perdendo forças.

Nessa reflexão em relação à classe média, não poderíamos desconsiderar o livro de Souza (2018) *A classe média no espelho*. Obra que, além de corroborar com as ideias discutidas acima, se preocupa em focar na moralidade da classe média brasileira e no papel social e político que essa classe desempenha no país. Isso nos ajuda a perceber como a classe média foi e é essencial para compreender o momento social e político que vivemos hoje. Souza faz uma distinção importante em relação aos setores da classe média, ele identificou que existe a “alta classe média”, que seria o verdadeiro “capataz” da elite que lhe delegou a função de comandar a sociedade em todos os níveis, no entanto, em nome de uma “ínfima elite de proprietários efetivos” (SOUZA, 2018, p. 21). Seria um setor muito bem pago da classe média, que se percebe

como elite por ter uma alta remuneração, mas não são proprietários dos meios de produção e a ilusão de ser parte real da elite é o que a faz tão fiel aos interesses elitistas.

E o segundo setor da classe média brasileira apontado pelo autor seria a “massa da classe média”, o que se costuma chamar de classe média baixa ou média, que é medida pelos critérios de renda como classes A e B e abrangeria entre 15% e 18% da população brasileira, enquanto a alta classe média seria apenas 2%. Então o autor estima que apenas 20% da população brasileira é parte da classe média real, onde não cabe os milhares de trabalhadores precários que ascenderam nos governos petistas, os quais ele chama de batalhadores. Ao fazer essa distinção o autor explica que a classe média está intimamente associada ao individualismo e à autonomia individual. Além de ser percebida como sinal de igualdade e justiça, quando é a parte maior da sociedade em um país, por passar a ideia de conciliar os aspectos positivos do “trabalho produtivo, da liberdade individual e da vida democrática” (SOUZA, 2018, p. 15).

Por isso, Souza entende que o PT abraçou a ideia de Neri (2011) de que a histórica ascensão social dos excluídos sociais se tratava de uma “nova classe média” e não de uma nova classe trabalhadora, ainda que mais precarizada. Essa adoção da narrativa de uma “nova classe média” é compreendida por Souza como prova de que é muito sedutora a ideia de classe média. O problema disso é que discutir classe com base apenas na renda é um recurso importante para manter “completamente intocadas as mentiras sobre liberdade e autonomia” (SOUZA, 2018, p. 15). Uma vez que essa concepção não permite compreender o mundo social por distorcer e inverter o que é central na ideia de classe:

A classe social é, antes de tudo, reprodução de privilégios, sejam eles positivos ou negativos. O problema é que muitos privilégios positivos, como a posse de conhecimento valorizado – precisamente o tipo de capital monopolizado pela classe média real – são literalmente invisíveis (*Ibidem*).

Souza, então, afirma que tratar classe apenas pelo critério renda é tornar invisível a reprodução de privilégios na sociedade e legitimar os privilégios injustos que são atribuídos à ideia de “mérito individual” ou “meritocracia” tão valorizada hoje e usada para culpar as vítimas de abandono por sua própria exclusão social. Há um desejo de ascensão social por parte de classes não dominantes, ainda que fantasiosa, como a “ascensão imaginária” da classe dos excluídos para “nova classe média”, que foi mais adorada que a ascensão real que os tornou parte da classe dos trabalhadores precarizados. Isso explica porque após as transformações sociais advindas das políticas dos governos petistas muitos trabalhadores precários tendem a não se considerar pobres, mas como parte da classe média. Os pobres, no imaginário social, são apenas os excluídos e marginalizados. Por outro lado, conforme Souza, a classe média real também se satisfaz com a ideia de ascensão imaginária ao se considerar parte da elite,

corroborando para uma mitificação que se concretiza em consequências para o destino da sociedade brasileira e para a própria massa da classe média.

Para Souza, há uma “hierarquia moral invisível” que direciona a forma como avaliamos a nós e aos outros e que julgamos o que é bom e o que é mal. Ainda que essa hierarquia moral não seja refletida, ela domina a produção das nossas avaliações morais. Sem discutir essas questões, cai-se na falsa percepção de que essas ideias morais são fenômenos naturais da cognição humana, quando, na verdade, elas formam-se histórico-socialmente. Podemos imaginar até que nós mesmos criamos tais ideias, como se os valores morais de cada um fossem de fato individual e é aí que o neoliberalismo se realiza. Pois, diante dessas ilusões, o sistema neoliberal reforça a ideia de que cada sujeito determina a sua vida, seu ideal de felicidade e seus valores. Isso tem como resultado sujeitos “dóceis e tradicionalistas na esfera pessoal e pública – e também consumidores ávidos num mercado que sempre oferece algum produto certo para acalmar a ansiedade e a insegurança existenciais” (SOUZA, 2018, p. 30).

Assim, o mundo simbólico segue irrefletido e só os anseios e justificativas da vida diária tomam conta do pensamento. O que existe são coisas que podem ser obtidas por consumo e tocadas pelas mãos. Isso torna as pessoas “formigas disciplinadas e consumidoras, que fazem qualquer uso efetivo da capacidade reflexiva e crítica que caracteriza dignidade especificamente humana” (*Ibidem*, p. 40). O autor coloca junto à valorização do trabalho útil, o “expressivismo” ou “ética da autenticidade” como outra fonte moral ocidental que orienta as avaliações que os indivíduos fazem sobre si e o mundo. Souza pontua que é importante refletir também sobre o processo constitutivo dessa fonte moral porque ela é associada ao trabalho útil para fundamentar a hierarquia moral que molda o nosso comportamento social. Uma vez que enquanto o desempenho no trabalho útil do sujeito produtivo organiza a noção de dignidade universalizante do trabalhador, a ética da autenticidade fomenta a ideia de “ser humano sensível”, o que seria o núcleo dessa segunda fonte moral.

Para Souza, o processo de aprendizagem histórica e moral secular buscou unir “o desempenho produtivo em benefício da comunidade ao desenvolvimento de uma sensibilidade única em cada indivíduo” (*Ibidem*, p. 42). As pessoas devem ser produtivas, mas também cientes das emoções e sentimentos que as fazem diferentes dos outros. Ter autenticidade é poder conhecer a si e ter coragem de ser o que é. O autor coloca que se na ideia agostiniana os desejos eram tidos como inimigos da disciplina e do espírito que garantiam controle e repressão, hoje se deve fazer as pazes com os nossos desejos e afetos, pois só assim seremos completos:

Por exemplo, se antes o impulso sexual tinha de ser controlado e reprimido pelo espírito, agora ele deve ser o fundamento do mundo afetivo sempre singular de cada indivíduo. Antes tidas como perigosas e incontroláveis, as paixões são renomeadas como

sentimentos e elevadas a um patamar no qual unem, e não mais separam, corpo e espírito. Com a revolução expressiva, os seres humanos se definem não só pelo trabalho que fazem, mas também pela autenticidade de sua vida sentimental (SOUZA, 2018, p. 42).

O autor explica que essa fonte moral também teve sua base social na classe média, assim como a dignidade do trabalho produtivo, mas a revolução da sensibilidade e do expressivismo é mais recente, veio com a classe média dos artistas e intelectuais letrados dos séculos XVIII e XIX. Surgiu como uma crítica ao conteúdo essencialmente produtivista e instrumental do mundo do trabalho, enxergando os sujeitos como mais sofisticados e complexos que “as produtivas e ordeiras formigas e abelhas”. Assim, uma vida bem vivida deve ser complementada com uma vida sentimental e emocional abastada que deve ser única e intransferível. A união da reforma protestante com essa ética da autenticidade como bases hierárquicas morais do ocidente faz com que todos e todas as classes sociais definam como vida exitosa aquela que tem bom desempenho no trabalho e na vida afetiva. O fracassado não tem êxito em um dos dois ou nos dois. Assim a relevância igual é dada ao trabalho, família e relacionamentos eróticos e afetivos. Isso transcorre em todas as classes, sobretudo na formação moral da classe média.

Souza enfatiza novamente que essas fontes morais são criações históricas que transformaram o nosso comportamento e a nossa maneira de enxergar o mundo, comandam a nossa existência e orientam os nossos desejos e emoções mais profundas. Com o expressivismo a percepção do amor e da família sofreu uma grande mudança, mas a ideia de trabalho produtivo também. No século XVIII surgiram críticas ao trabalho repetitivo e igual como indigno da grandeza humana. Se a vida sentimental tinha que fazer sentido, o trabalho também, precisando conferir satisfação e prazer para as pessoas, não só obrigações. Por isso, após a Segunda Guerra Mundial, em vários países ocidentais “a primeira geração de jovens com acesso à educação de qualidade vai ser o grande suporte social dessa ideia” (*Ibidem*, p. 53). O que levou à derrubada do poder instituído na França, quando esses jovens se juntaram a sete milhões de trabalhadores em greve.

Souza enxerga isso como o momento em que o capitalismo se toca de que criou o seu grande inimigo. Não é mais a União Soviética, que era tão produtivista quanto o capitalismo, mas os inimigos de casa mesmo: “os filhos que se revoltam contra o mundo bem-comportado, baseado na mesmice e na tradição acrítica representada pelas gerações mais velhas” (*Ibidem*). Como contra-ataque a atual forma do capitalismo, o capitalismo financeiro ou neoliberalismo, mostra seu caráter antropofágico engolindo essas críticas e as devolvendo em seus próprios termos; ao utilizar toda a semântica do vocabulário expressivista dos anos 1960 para produzir

uma nova visão do domínio capitalista: “exploração máxima dos trabalhadores por meio da promessa expressivista de criatividade, invenção e solidariedade, agora dentro da própria empresa” (SOUZA, 2018, p. 53).

Souza explica que o êxito do capitalismo financeiro para transformar a revolução expressivista em mero instrumento de acumulação de riquezas, lhe retirando o sentido e força, se deu pelo aliciamento feito por ele a um “exército simbólico de intelectuais e jornalistas, apropriando-se de todos os jornais e de toda a imprensa, subsidiando e manipulando a produção de filmes, espetáculos musicais e todo tipo de produção artística” (*Ibidem*, p. 54). Assim o neoliberalismo ganhou terreno para dar uma nova definição da criatividade, que passou a significar gestão de pessoas com finalidades empresariais. A originalidade passou a ser uma forma de resolver problemas corporativos, enquanto a solidariedade agora significa trabalho em equipe para maior produtividade e organização.

Em palavras mais diretas, o neoliberalismo fez uso das palavras cruciais da ética da autenticidade, para que os trabalhadores não se vissem mais como explorados e sim como “colaboradores” e “empresários de si mesmos” (SOUZA, 2018, p. 54). O autor assume que é dessa forma que muitas pessoas se enxergam atualmente e que apenas dessa forma podem ser superexplorados a ponto de não conseguirem mais separar o tempo do trabalho do tempo do lazer: “ficam à disposição via celular o tempo todo e ainda se acham muito importantes e felizes com a nova servidão” (*Ibidem*). Foi na classe média que essas ideias de liberdade radical tiveram o principal suporte social, quando originadas e por isso, a classe média é sempre associada ao individualismo. Segundo Souza, as ideias de trabalho com sentido e de vida afetiva feliz e completa permeiam por todas as classes, mas é na classe média que se encontram em maior força, profundidade e diversidade.

Citando Weber, Souza coloca que o “novo homem bifronte da nova época” é constituído por um dilema de dois tipos específicos: o “especialista sem espírito”, aquele que entende tudo o que for relativo ao seu mundo de trabalho, mas não entende nada que acontece na sociedade ao seu redor e nem o papel que desempenha nela; e o “homem do prazer sem coração”, aquele que procura compulsivamente por intensas emoções, mas não tem ideia do que é o que deseja tanto. Isso mostra que não compreender as fontes morais que orientam o nosso comportamento faz de nós “mesquinhos, pequenos, títeres dos poderes que controlam o mundo” (*Ibidem*, p. 55). Para Souza, a classe social que mais evidencia esse dilema é a classe média, uma vez que é a classe do expressivismo ou ética da autenticidade tanto no mundo do trabalho quanto na vida familiar.

Reconhecer as fontes morais do comportamento dos indivíduos é importante para compreensão de suas ações. Souza entende que a interpretação do mundo é sempre moral, depende de uma ideia implícita ou explícita de virtude, do bem e da boa vida. Assim o poder e o dinheiro predominar nessas interpretações significa a colonização da esfera moral em um processo parecido à colonização que o neoliberalismo fez com a linguagem expressivista:

Os donos do dinheiro e do poder não podem simplesmente dizer ao restante da sociedade: “Nosso intuito é deixar todos vocês, otários, sem propriedade e sem poder, apenas com a roupa do corpo, trabalhando nas condições mais favoráveis para mim.” Não é assim que acontece. Caso contrário, teríamos revolta e revolução. Não há dominação de poucos sobre muitos sem o recurso à mentira e ao engano. Em consequência, a opressão precisa ser moralizada, difundindo-se a ilusão de que o interesse do dominado é levado em conta e, mais importante, convencendo-o de que a própria dominação é para o seu bem (SOUZA, 2018, p. 59).

Souza coloca essas questões para mostrar que tão importante quanto perceber da forma devida a dimensão simbólica, é também apreender a conexão entre moralidade e poder, “ou entre aprendizado efetivo e mera justificação e privilégios injustos” (*Ibidem*). Desse modo, infantilizar e bloquear a capacidade de refletir dos sujeitos se faz possível por construções de mitos nacionais “vira-latas” como a já mencionada ideia disseminada por intelectuais brasileiros de que no Brasil apenas o Estado é o reino da corrupção enquanto o mercado é o reino das virtudes; sendo possível também por uma “instauração de uma oposição simplista entre o bem e o mal” (*Ibidem*). Isso resulta na ideia de que há pessoas do bem de um lado e pessoas do mal do outro:

Esse é o mundo das novelas, dos romances best-seller recheados de clichês, dos telejornais da Rede Globo, dos programas de rádio patrocinados por bancos, etc. Na realidade, não existem pessoas que incorporam unicamente a virtude absoluta ou o mal absoluto. Algumas podem ser muito boas e outras muito más. Porém mesmo esses casos limítrofes são muito raros. A grande parcela da humanidade, cerca de 99% das pessoas, é uma mescla de ambas as coisas no comportamento concreto e cotidiano, e cada um de nós faz o que pode para separar o joio do trigo (*Ibidem*).

Souza assume que o bem e o mal estão dentro de nós tal qual as fontes morais historicamente construídas que definem o que é virtude e o que é vício. Assim, no ocidente o bem e a virtude significam tanto o controle de emoções pelo espírito como a expressão real dessas mesmas emoções. Em diálogo com Bourdieu, Souza ainda reflete que a diferenciação entre espírito e corpo impõe uma divisão entre sujeitos que as pessoas não notam, mas que conduzem suas escolhas, comportamentos e avaliações. Por isso o autor defende que o comportamento prático é o que deve ser considerado na análise das classes e não as justificativas que usamos para o nosso modo de viver. Só assim é possível perceber: *a força prática das distinções sociais como mecanismo hierarquizador que constrói um poderoso sistema de legitimação das desigualdades sociais*: “o senso estético, seja real ou postiço, logra

separar na vida cotidiana os seres humanos sensíveis do restante da população, percebido apenas como massa ignara condenada ao trabalho produtivo e manual” (SOUZA, 2018, p. 64).

Assim, o consumo de luxo junto às maneiras peculiares de comportamento social refletidas na forma de andar, falar, tratar com outras pessoas, fundamentam vínculos mais fortes de solidariedade de classe, dando uma sensação de superioridade a quem compartilha desse estilo de vida. A classe privilegiada se reconhece com facilidade na rua, construindo uma “espécie distante e, sobretudo, superior de ser humano” (*Ibidem*). Assim, laços com amizade e casamentos quase sempre se dão dentro de suas classes sociais, os relacionamentos de negócios e pessoais também. Tudo isso é facilitado pela percepção de ser parte de um mesmo estilo de vida que tem por base um gosto comum. A pertença a uma classe social não é explícita e nem consciente, pois, segundo Souza, trata-se de prática que “transmite a certeza emotiva de se estar diante de um igual, de “gente como a gente”, o que gera simpatia e empatia imediatas” (*Ibidem*).

Aqui é válido lembrar que Sayer (2005a; 2005b), ao construir seu modelo analítico, usa a mesma percepção de distinção entre classes bourdieusiana, mas baseado na moralidade e não puramente na estética, o que alcança mais objetivamente o estrato social dos entrevistados da nossa pesquisa: subalternos que introjetam os valores das classes superiores e em sua maioria se auto atribuem a posição de classe média. Algo que é possível ser compreendido também através das discussões levantadas por Souza e já mencionadas aqui, é tomar a moralidade como base principal da constituição dos sujeitos e de suas ações. Contudo, vale a menção a Sayer por este fazer uma crítica ao foco de Bourdieu centralizado na estética. Seguindo com a construção teórica de Souza, ele afirma que é por conta da solidariedade de classe, explicada no parágrafo anterior, que a classe média brasileira não se comove com o massacre de milhares de pobres, “gente inferior”, no entanto, quando um único membro de sua classe é morto ou sequestrado, a comoção em torno disso gera grandes debates na sociedade:

Esse tipo de solidariedade e empatia imediata entre os membros de uma classe se contrapõe ao preconceito em relação aos que não fazem parte do mesmo mundo social. Assim, quem consome cachaça ou cerveja barata, come bife gorduroso no almoço, veste camiseta regata e bermuda e fala com erros de português, sem demonstrar o menor senso estético, é percebido como sendo “menos gente” por todos das classes privilegiadas. Isso não exclui o contato social, quando, por exemplo, entram nas casas de classe média para fazer a faxina ou consertar algo. Mas com essa gente não se travam amizades reais, não se casam, não se fazem negócios (SOUZA, 2018, p. 65).

Souza entende que é dessa forma que o mundo social permanece desigual apesar de uma pretensão formal de igualdade perante a lei entre as pessoas. É dessa maneira que o pertencimento às classes age de maneira efetiva no nosso cotidiano e em todas as sociedades capitalistas. Desse modo, a ideia do ser humano sensível, que afeta a todos nós, demonstra uma grande ambiguidade da vida social e humana. Pois, por um lado ela implica em um aprendizado

moral, no qual é importante nos conhecer, conhecer nossas emoções, anseios e sentimentos que nos tornam singulares, embora obedeçamos a demandas sociais gerais, possuímos uma biografia particular a cada sujeito. Mesmo na mesma família, os indivíduos expressam humanidade de forma única, “Se os seres humanos não são apenas animais que trabalham, com ordem e disciplina como as abelhas e as formigas, a descoberta da sensibilidade individual de cada um é essencial” (SOUZA, 2018, p. 66).

Por outro lado, a ideia de sensibilidade é também uma arma contra os outros diante da luta para possuir os recursos escassos da sociedade, tanto os materiais como os imateriais. Ainda que essa luta seja dos indivíduos, ela parte de condições concretas mediadas pelas posições de classe. Com isso, Souza diz ser imperativo constatar a maneira a “qual se dá a legitimação e justificação dos privilégios injustos da classe média e da elite em detrimento das classes populares, seja dos trabalhadores, seja dos marginalizados” (*Ibidem*, p. 67). Esses privilégios são justificados e legitimados pelo comportamento prático e corriqueiro das pessoas, não precisam estar escritos na lei, pois a superioridade das classes que detém o privilégio positivo é herdada do berço. O autor afirma que a lei formal frequentemente se dobra à lei prática da sociedade. “Mais ainda, aparece como superioridade óbvia, sem estar escrita em nenhuma parte, o que dificulta sua crítica e facilita sua difusão em todas as classes” (*Ibidem*).

Dessa maneira, o sonho da criança das classes marginalizadas é possuir os mesmos itens de consumo que são comuns aos filhos da classe média. Pois eles sabem que são itens valorizados e passam a valorizar também, já que a difusão dos privilégios das classes superiores perpassa pelas subalternas. As classes subalternas se percebem como inferiores por não acessarem os mesmos status e símbolos do “bom gosto”. Assim, não há a necessidade de escrever nas normas jurídicas que existem pessoas de menor ou maior valor, pois toda a sociedade já está convencida disso pela prática cotidiana. Quem tem acesso a mercadorias que são mais um elemento de distinção social do que um objeto de uso concreto e quem não tem, na prática, já se convenceu de que há quem tenha mais ou menos valor na sociedade. No entanto, ainda que a classe média brasileira use os mesmos subterfúgios que as classes médias de outros países para justificar e legitimar seus privilégios, há no país uma particularidade da dominação social diante da relação entre classes privilegiadas e subalternas.

Souza explica que essa particularidade é devida ao fato de haver no Brasil um contingente expressivo de marginalizados, o que fez com que ele percebesse uma noção de (sub)dignidade do trabalho útil e atentasse para “as características hierarquizantes e justificadoras desigualdades fáticas dessa dimensão do trabalho útil” (*Ibidem*, p. 68). O fato de existir um grande número de marginalizados no país é o ponto essencial para entender as

particularidades da dominação social brasileira. Isso é um elemento central, tanto que Souza procurou entender como foi eternizada, no Brasil, uma parcela marginalizada da população, a qual ele provocativamente chama de “ralé”, e que está abaixo da classe trabalhadora. A permanência desse enorme contingente de pessoas em condição profunda de pobreza aponta uma “continuidade à sociedade escravocrata do passado” (SOUZA, 2018, p. 69). Assim, mesmo fazendo parte do mundo moderno e do capitalismo industrial e financeiro, o Brasil manteve uma “sociabilidade violenta, bárbara, sádica, patológica e repugnante” (*Ibidem*, p. 69).

Nessa sociabilidade é construída a “ralé de novos escravos”, o que para o autor explica grande parte do comportamento da classe média, que detém o conhecimento necessário ao mercado e ao Estado como um capital indispensável para o funcionamento do capitalismo tal qual o capital econômico. O autor lembra que o dinamismo econômico do sistema capitalista vem de seu aproveitamento da ciência e do conhecimento nos meios de produção:

Sem esse aspecto, o capitalismo perde a vantagem comparativa diante de outros sistemas econômicos. Além disso, é o conhecimento incorporado no próprio trabalhador que determina, em grande medida, a maior ou menor produtividade do trabalho. A incompreensão disso nos condena a uma interpretação redutora e economicista do capitalismo, tal como o fazem os liberais, que reduzem a classe social à faixa de renda, ou ainda, como alguns marxistas, que levam em conta apenas a ação do capital econômico (*Ibidem*, p. 70).

Estando o capital econômico e a propriedade concentrados no mundo inteiro, o potencial democrático do sistema capitalista vai sempre depender “da generalização do conhecimento, uma fonte de distinção e o reconhecimento social de acesso restrito nas sociedades pré-capitalistas” (*Ibidem*). Diferente do escravismo, o capitalismo não explora só a energia muscular do trabalhador, explora também o conhecimento incorporado que o torna capaz, entre outras coisas, de mexer em um maquinário complexo, por exemplo. O conhecimento da classe média é mais valorizado devido à escassez do acesso ao tempo livre que é necessário para sua incorporação. Ter tempo livre já é um privilégio de classe e as classes médias normalmente podem dispor desse privilégio através de seus filhos e do acesso a escolas de qualidade. Mas os trabalhadores também têm conhecimento útil que é menos valorizado, mas é esse conhecimento que dá condições à classe trabalhadora de concorrer no mercado de trabalho por empregos melhores e mais estáveis que os dos marginalizados.

Diferente desses setores da classe trabalhadora incorporada em relações organizadas de trabalho, a “ralé” está fora do mercado competitivo de trabalho por não ter condições mínimas de incorporar qualquer conhecimento útil, isso graças à falta de bases materiais e imateriais para tal. Essa fragilidade dos marginalizados faz com que eles sejam superexplorados, principalmente pela classe média. A ralé ou classe dos marginalizados é a classe que herda o

esquecimento, ódio, abandono e desprezos do dia a dia que eram dirigidos aos escravos. Tudo vai ser mais difícil para essa classe. Ao invés da reparação pela violência sofrida, essa classe é humilhada e é “vítima do mesmo sadismo e prazer na humilhação que animava os senhores brancos contra os negros no Brasil escravocrata” (SOUZA, 2018, p. 71). Uma das grandes consequências do abandono a essa classe é a dificuldade em que as famílias são formadas nela, pois é parte de sua tradição a ausência de família, algo que foi dificultado no escravismo e reproduzido pela socialização familiar precária.

Essa classe apresenta dificuldade de ter um bom aproveitamento escolar, já que aprender e ter uma progressão positiva na escola demanda pressupostos invisíveis: ter atenção, foco, disciplina, concentração, controle de si, capacidade de abstração. Diferente dos filhos da classe média que já entram na escola como vencedores, os filhos dos marginalizados não têm esse privilégio e isso se deve ao “berço”. Muitos dos marginalizados saem da escola sem aprender o básico, e sem condições de competir no mercado de trabalho, restando a eles depender de sua energia muscular para sobreviver, assim como os escravos. A maioria acaba por ter que conciliar trabalho e escola, atuando em atividades que exigem força física e em funções desvalorizadas, mal remuneradas e com uma carga horária extenuante. Souza argumenta que a condição dessa classe é essencial para discutirmos o comportamento da classe média brasileira, que não apenas rouba o tempo da ralé ao explorar economicamente seu trabalho barato, como usa esse tempo roubado em tarefas mais bem remuneradas e para o próprio benefício.

Só a partir do estudo da classe como reprodução de privilégios é possível enxergar que o que acontece entre a classe média e a ralé não é simplesmente uma luta de classes entre quem tem tudo e quem não tem nada. O que acontece realmente é “uma covarde opressão de classe que tende a se eternizar” (*Ibidem*, p. 72). Assim, o privilégio da classe média impõe à ralé uma condição que tenta limitá-la à precariedade eterna, já que fazendo o serviço braçal e/ou doméstico da classe média a baixo custo e sem folga, não lhe sobra tempo para mais nada. Ao mesmo tempo que a explora, a classe média ganha cada vez mais tempo para adquirir conhecimento e riqueza. Souza assume que a classe média brasileira herdou o sadismo e o abuso de seus avós, por isso ela não apenas explora quem está abaixo dela, mas humilha “covardemente os mais frágeis, os esquecidos, os abandonados, tanto por ela, classe média, quanto pela ‘elite do atraso’” (*Ibidem*, p. 73). O autor então explica que a classe média “tem tanto prazer” em oprimir quem está abaixo dela, que sai em protestos nas ruas sempre que a política tende a diminuir a distância abissal entre as classes:

Ainda que com o pretexto do moralismo de fachada contra a “corrupção seletiva” só da política e só da “esquerda”. Somente contra os partidos das classes populares a classe

média revoltada sai às ruas, nunca contra os partidos da elite dos proprietários. É isso que a faz tão dócil e manipulável (SOUZA, 2018, p. 73).

Souza explica ainda que no Brasil, todos os golpes de Estado que existiram, ele incluiu em especial o de 2016, embora tenham se dado em nome da luta anticorrupção, na realidade nada correspondem a isso, pois, como ocorreu em 2016, apenas a suposta corrupção relacionada aos governos petistas incomodara a classe média, o que não ocorreu quando outros partidos tiveram casos de corrupção comprovados por gravações e exibidos na televisão. Contra a corrupção dos partidos da elite, a classe média não foi protestar nas ruas, não houve demonstrações de revolta contra as corrupções comprovadas do PSDB, apenas contra denúncias ainda não apuradas em relação ao PT.

Para Souza, as políticas que permitiram alguma alteração na dinâmica de exploração da classe média sobre a ralé, foi o real motivo da oposição da classe média à direita ao PT, pois essas políticas tiveram o potencial de mexer na antes intocada herança escravocrata, ainda que muito timidamente. O relacionamento das classes privilegiadas com os marginalizados caracteriza a modernização da “ralé de novos escravos”. O autor entende, que tudo o que marca a sociedade brasileira de forma mais profunda, tem a ver com essa herança escravocrata que fundamenta o abismo entre as classes sociais e a nossa dominação social. Assim, vemos que a constituição moral da classe média e as particularidades da classe média brasileira são indispensáveis para compreender seu comportamento e sua relação com as classes inferiores.

Vemos ainda que essa constituição perpassa todas as classes, o que também nos ajuda a compreender o processo pelo qual as classes subalternas acabam por introjetar os valores e símbolos das classes dominantes. Isso faz com que suas ações muitas vezes corroborem com os interesses das classes superiores, mesmo quando são contrários aos seus. Não há como compreender o momento político que vivemos hoje sem tentar conhecer de forma mais atenta a classe média, já que ela teve um papel fundamental no processo de destituição de um governo e no convencimento das classes mais pobres de que isso seria necessário e benéfico para todos, recalibrando a representação dos seus interesses particulares como interesses gerais. Para isso, se faz pertinente indicar a centralidade que o conservadorismo ganhou nesse processo, reconduzindo as indignações provindas da desestabilização que marcou o segundo mandato do governo Dilma Rousseff. Nesse cenário de uma macroeconomia que havia ascendido, depois estagnado e passou a declinar (o que impactou diretamente na sustentação do governo) as massas mobilizam-se em crítica às medidas assumidas como tentativa de resolução ao processo em curso, fazendo retroceder os avanços conseguidos nos anos anteriores. O neoconservadorismo e movimentos religiosos despontam nessa simbiose entre a crítica ao

governo e novas propostas, especificamente naquilo que pode ser chamada de “pauta moral”, ao mesmo tempo alinhando-se a projetos de governo que seguem o sentido do aprofundamento das medidas de austeridade e que, efetivamente, se caracterizam pelo recrudescimento da decadência das condições das classes médias e pobres.

3.3 Neoliberalismo, neoconservadorismo e os movimentos religiosos na sociedade e na política do brasileira

Enquanto a crise financeira de 2008 aparentava ser marolinha no Brasil, devido às transformações sociais, políticas e econômicas daquele projeto de conciliação de interesses de classe dos governos petistas, elementos importantes que culminariam na vitória de Bolsonaro em 2018 já estavam instalados no país e em constante tensão. As políticas neoliberais vinham sendo implantadas no Brasil desde o governo de Fernando Collor e Mello em 1990. Como vimos nos capítulos anteriores, é fundamental para o neoliberalismo instaurar o mercado e a moralidade nos lugares que seriam da sociedade e da democracia, pois assim é possível “mitigar a coerção política” ao expandir a “esfera pessoal protegida” para “estender a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família” (BROWN, 2019, p. 127).

Na prática, isso significa restringir o tratamento político e democrático das questões sociais, que passam a ser abordadas através da moral tradicional orientada pelas religiões cristãs. Assim, o neoliberalismo enfraquece o político e o social, desviando suas demandas para a moral conservadora, em defesa da família, enquanto prevê a solução dos problemas políticos econômicos por meio da defesa dos interesses particulares e soluções de mercado, principalmente por serem âmbitos em que o Estado e as normas democráticas fundamentadas em princípios como justiça social, bem comum, coletividade, ampliação de cidadania e diminuição das desigualdades não “poderiam tocar” (*Ibidem*). Ter em mente essas demandas do neoliberalismo por um campo social e político submetido ao mercado e a moralidade tradicional é indispensável para discutir sobre a incorporação de seu quadro de valores pelas pessoas que são mais prejudicadas por este sistema, agindo através da instrumentalização dos valores para promoção de adesão das massas a projetos conservadores no âmbito sociocultural, porém orientados economicamente pelo receituário neoliberal, responsável pelo aprofundamento estrutural e material que lhes flagelam.

Como colocou Souza (2010), a dominação neoliberal se torna cada vez mais eficiente quanto mais imperceptível for a sua mensagem moral, de tal forma que o neoliberalismo recorre às paixões e a instrumentalização dos valores morais tradicionais para disseminar o seu próprio quadro de valores (BROWN, 2019). As paixões, os valores tradicionais, são extremante

eficientes na função de obscurecer o real conteúdo político desse sistema, que precisa parecer inevitável e incontestado para pacificar as pessoas perante o fato de que apenas uma pequena parcela de indivíduos detém e acumula, de forma injusta e desigual, bens e riquezas escassas e em disputa na sociedade (SOUZA, 2010). Dificilmente isso seria aceito se fosse posto de forma escancarada, é preciso convencer todos de que a vida é assim e de que não há o que fazer, exceto a submissão e busca por sobrevivência da forma que for possível.

Desse modo, a principal mensagem da razão neoliberal é a desobrigação e desresponsabilização do Estado perante os problemas sociais causados pela sua lógica de acumulação desigual de riquezas: o Estado não tem que regular nada, não tem que ser meio para resolução de conflitos sociais, tampouco meio para uma distribuição menos desigual de bens e riquezas, ele tem que ser neutralizado enquanto provedor social e funcionar apenas à serviço das demandas do livre mercado. Por isso, os princípios como bem comum e coletividade são substituídos por uma ideia de liberdade individual indomável e um individualismo e competitividade ainda mais ferozes que nas fases anteriores do capitalismo. Para minar ou minimizar possíveis resistências, essa mensagem é passada e reforçada de forma absoluta e nada sutil.

Reproduz-se incansavelmente no mercado de trabalho, na escola, na mídia, na propaganda, na Igreja, no entretenimento, nas relações mais pessoais que não é na política, na sociedade ou no Estado que os problemas sociais devem ser resolvidos, que se deve colocar as esperanças no âmbito individual e que os esforços pessoais, a criatividade, a ação, a atitude, a determinação, a flexibilidade, o empreendedorismo, as oportunidades criadas, a autonomia, a independência, o protagonismo, a fé, a perseverança, a competência são necessárias para destacar-se etc. Ou seja, apenas tem-se o dever e a responsabilidade de lidar com problemas estruturais aos quais estão além das capacidades de intervenção individual e que não foram causados ou definidos pelos indivíduos abarcados por ela em suas singularidades.

São nesses termos que a mensagem moral da atual fase do capitalismo é erigida. Uma mensagem que demanda a radicalização dos valores conservadores e dos movimentos religiosos incorporados pela lógica neoliberal na disseminação dos valores desse sistema nas diferentes camadas da sociedade, sobretudo, nas mais populosas e subalternas. Apesar de serem as mais prejudicadas, as classes subalternas são numerosas o suficiente para definir uma eleição em países com sistema neoliberal que ainda tentam sustentar a fachada de democracia liberal. Por isso é válido destacar o papel do neoconservadorismo, resultado das transformações culturais, econômicas, políticas e sociais do capitalismo, assim como a indicação de sua relação com a

consolidação do neoliberalismo por meio de movimentos religiosos a fim de intervir na política nacional.

O neoconservadorismo se trata de uma manifestação recente originada em reação às transformações socioeconômicas do século XX que possibilitaram a movimentação política de grupos marginalizados na sociedade, como mulheres, movimentos LGBTQI+, movimento negro, entre outros (ALMEIDA, 2018, p. 27). É um movimento de direita, quando considerados os seguintes elementos: o neoconservadorismo privilegia a atuação do Estado quando relativo ao saneamento das finanças, mas não diante das necessidades de investimentos sociais. O neoconservadorismo preza pela atuação do Estado como repressor, o que na imensa maioria das vezes penaliza os mais pobres. O neoconservadorismo aderiu a regimes militares, ainda privilegia a segurança nacional e não os direitos humanos, o que é um aspecto central entre as direitas nos países periféricos. Desse modo, o neoconservadorismo é conservador por reagir a um contexto de grande conflito político e social, sendo assim considerado uma ameaça às instituições estabelecidas. O que diferencia o neoconservadorismo de outros movimentos que comungam destas mesmas questões é o foco nas questões sexuais, reprodutivas, sobre a família e sobre os valores cristãos (LACERDA, 2018, p. 38).

A reação aos avanços feministas e de homossexuais, junto ao estímulo por parte da nova direita secular, são os fatores mais importantes para o engajamento dos evangélicos na política. Além disso, Lacerda explica que o neoconservadorismo tem a defesa de Israel como uma coalizão neoconservadora que não dialoga diretamente com a ideia de privatização, sendo o ponto que une intelectuais neoconservadores (que são judeus em sua maioria) com a direita cristã. A aliança se fez por motivos ideológicos sobre a família tida como o cimento da sociedade. O militarismo anticomunista é parte dessa agenda neoconservadora como um fator de projeção dos Estados Unidos e de disseminação do capitalismo pelo mundo:

O neoconservadorismo é um movimento político que forjou um ideário privatista (defendendo o predomínio do poder privado da família e das corporações), antilibertário (a favor da interferência pública em aspectos da vida pessoal), neoliberal (contra a intervenção do Estado para a redução das desigualdades), conservador (articula-se em reação ao Estado de bem-estar, ao movimento feminista e LGBT) e de direita (se opõe a movimentos reivindicatório que buscam maior igualdade de direitos) (*Ibidem*, p. 69).

O neoconservadorismo está atrelado aos atuais movimentos de direita, extrema direita e suas agendas, sendo inclusive usado por alguns estudiosos como um termo equivalente a “nova direita”. O que o difere do conservadorismo clássico do século XVIII, representado, principalmente, nos escritos de Edmund Burke, Joseph de Maistre e Louis de Bonald, autores que convergiam na defesa dos valores e instituições tradicionais, ante as ideias de transformação – que eles entendiam como ameaça – defendidas pelas ideias liberais das revoluções francesa

(ALMEIDA, 2018, p. 27). A centralidade dos ideais conservadores girava em torno de conservar valores e instituições, como por exemplo, a religião cristã e a monarquia, que eram entendidas pelos conservadores como alicerce da civilização e da cultura ocidental.

Conforme Almeida, com a ascensão da sociedade industrial no século XIX, a ideologia conservadora passa a se opor ao racionalismo e ao cientificismo, se opõe também ao fim da vida tradicional e hierarquizada, que sofriam ameaças pelas exigências por democracia. Atualmente o conservadorismo defende as elites, o que faz alguns estudiosos considerar isto uma forma de defesa ao exercício do governo. Por outro lado, o neoconservadorismo se fundamenta na reação ao estado de bem-estar social, “à contracultura e à nova esquerda” (*Ibidem*, p. 28).

A ideologia conservadora defende as instituições em um determinado contexto, sendo assim desenvolvida a partir de necessidades históricas precisas e sendo produto de intensos conflitos ideológicos e sociais. A ideologia conservadora só aparece na medida em que forças sociais desafiam a ordem estabelecida e se tornam capazes de ameaçar as instituições vigentes. Desse modo, o conservadorismo “é a resistência que existe em um contexto específico, articulada, sistemática e teoricamente elaborada à mudança (HUNTINGTON *apud* LACERDA, 2018, p. 35).

Embora o neoconservadorismo também reaja às mudanças, procurando preservar a ordem social em um contexto de transformações sociais e políticas, como o conservadorismo clássico, a diferença entre ambos é a ênfase da rejeição e reação do neoconservadorismo às reivindicações e discussões relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres e políticas antidiscriminação de gênero e sexualidade, em nome da conservação da “família tradicional” e dos “valores cristãos”. Essas demandas surgem no contexto do Estado de bem-estar social, que (ainda que modestamente) reduziu desigualdades sociais, possibilitando a luta de grupos marginalizados por direitos, reconhecimento e cidadania (ALMEIDA, 2018; LACERDA, 2018).

A reação e rejeição às reivindicações dos movimentos feministas, pelos direitos dos homossexuais e por ações afirmativas para grupos marginalizados são a essência do programa político e intelectual neoconservador, assim como da nova direita. Isso não só diferencia o neoconservadorismo do conservadorismo clássico, como o coloca como sinônimo de nova direita, que igualmente rechaça a ideia de possibilidade de igualdade democrática para mulheres e homossexuais. Desse modo, neoconservadorismo e nova direita tem fortes laços, principalmente por ter em seus repertórios o foco nas questões sexuais, familiares e reprodutivas (LACERDA, 2018, p. 38).

Algo que precisa ficar evidente é que embora haja uma aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo, há também muitas diferenças entre eles. O neoliberalismo defende uma liberdade individual indomável, o que não é necessariamente incompatível com o multiculturalismo, com movimentos como feminismo, movimento LGBTQIA+, como discutimos no capítulo uma a partir da categorização do “neoliberalismo progressista” de Nancy Fraser (2017). Pois é parte da racionalidade neoliberal incorporar a linguagem, as críticas e até alguns movimentos críticos ao capitalismo e devolver tudo em seus próprios termos. Além disso, a criação de necessidades visando o estímulo do mercado, típica da racionalidade neoliberal “colide com a racionalidade neoconservadora de produzir uma ordem orientada para a repressão dos desejos” (*Ibidem*, p. 51). Ainda há o fato de que o neoliberalismo implica a globalização, derrubar fronteiras pela lógica monetária, divergindo do neoconservadorismo que tem como um de seus principais aspectos o fortalecimento do nacionalismo (BROWN, 2006).

Há muitas convergências entre os ideais políticos do neoliberalismo e do neoconservadorismo, principalmente por contribuírem para “reproduzir a irresponsabilidade do governo em relação ao fundamento de suas decisões” (LACERDA, 2018, p. 51). *Tanto o neoliberalismo quanto o neoconservadorismo agem contra a liberdade política e contra a igualdade entre os indivíduos*: “o primeiro as desvaloriza em favor dos critérios de mercado e o segundo valoriza o uso do poder do Estado para fins morais” (*Ibidem*). Eles dependem um do outro, agem juntos, elegem alguns dos mesmos inimigos, mas não são a mesma coisa.

Nesse contexto, as religiões cristãs têm uma centralidade importante por orientar a moralidade tradicional instrumentalizada pelo neoliberalismo como discutido no capítulo 1 deste trabalho e radicalizada pelo neoconservadorismo. Assim, é imperativo pontuar que no mesmo momento em que as políticas neoliberais começaram a ser implementadas no Brasil, não por acaso se dava o crescimento da adesão dos brasileiros mais pobres às religiões cristãs neopentecostais. Como já discutimos, neoliberalismo significa, entre outras coisas, menos proteção social do Estado e maior concentração de riquezas nas mãos de poucos, o que aumenta mais as desigualdades sociais e os problemas socioeconômicos. Com a implementação de suas políticas no Brasil nos anos 1990 os problemas sociais e desigualdades se intensificaram mais ainda, e enquanto não havia provisões do Estado para as periferias, as Igrejas neopentecostais preenchiam esse vazio, espalhando sua mensagem de fé, individualismo e prosperidade. Além disso, conforme Miguel (2018), nessa mesma época o fundamentalismo religioso se tornou uma força política, resultante do investimento das igrejas neopentecostais para eleição de seus pastores e outras referências cristãs.

Os neopentecostais foram se organizando politicamente e aumentado sua presença nos espaços institucionais da política, a nível local e federal, o que se confirma nos dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1992, conforme o IBGE, 9% dos brasileiros se declaravam evangélicos. No ano 2000, esse número subiu para 15,4%. Em 2010 22,2% dos brasileiros eram evangélicos²². Embora não tenha saído um censo mais atual do IBGE, em janeiro de 2020 o instituto de pesquisas Datafolha²³ publicou dados que mostravam que 31% dos brasileiros se declaravam evangélicos, entre eles, 58% são mulheres e 59% são negros. A região do Brasil com maior proporção desses fiéis é a região Norte concentrando 39%. 48% dos evangélicos recebem até dois salários mínimos.

Com esses dados, é possível afirmar que ainda hoje a figura típica do segmento evangélico brasileiro é mulher, negra e prevalece em maior número inserida nas classes subalternas. Já em 1998, pesquisadores percebiam que o crescimento evangélico era maior nas periferias, pois identificavam uma significativa associação entre os membros das igrejas pentecostais e indicativos de condições de pobreza (PIERUCCI & PRANDI, 1995; MONTERO & ALMEIDA, 2000). A organização política dos evangélicos é um fator essencial para explicar o momento que vivemos hoje que converge política, neoliberalismo, neoconservadorismo e neopentecostalismo.

Esses elementos compõem o cenário em que se encontrava a sociedade brasileira pré e pós contexto de desaceleração da economia do país causada pela crise internacional do capital em 2008. No Congresso Nacional, testemunhávamos o crescimento do poder e influência política de setores conservadores nos costumes e neoliberais na economia como a grande maioria dos parlamentares que compõem as chamadas: bancada evangélica, bancada do agronegócio e a bancada que discute a segurança pública enxergando necessidade de mais acesso da população a armas de fogo, pena de morte, redução da maioridade penal e coisas afins – informalmente conhecidas como as bancadas da bíblia, do boi e da bala, a bancada BBB – que cada dia aumenta em números, espaço, poder e influência política. Nesse meio há deputados latifundiários, empresários da indústria de armas, evangélicos, militares e outros que mesmo não sendo nada disso simpatizam com as mesmas causas etc.).

²² Ver em IBGE. Censo Demográfico 2000, Brasília: IBGE, 2000. Ver também IBGE. Censo Demográfico 2010, Brasília: IBGE, 2010.

²³ Ver em Anna Virginia Balloussier. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. Folha de São Paulo. Em 13 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Último acesso em 2021.

Todavia, não só dos evangélicos surgem os posicionamentos mais reacionários do Congresso, há católicos comprometidos com os setores mais conservadores da Igreja Católica que também fazem frente a essa união entre religião, neoconservadorismo, política e neoliberalismo, compondo a bancada BBB. Considerando os setores católicos, não é possível deixar de lembrar que a Igreja Católica, no mundo e no Brasil, sempre se posicionou prontamente de diferentes maneiras de atuação na sociedade civil e na política partidária:

Pode-se citar a criação da Liga Eleitoral Católica (1932), dos movimentos de Ação Católica (1935) e do Partido Democrata Cristão (1945). Posteriormente, segmentos dessa instituição se engajaram na organização dos setores populares em várias partes do país e foram atores políticos importantes não só no combate à ditadura militar, mas também na criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Deve-se mencionar, entretanto, que enquanto nas décadas de 1970 e 1980, a atuação dos militantes das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral da Terra eram as formas mais perceptíveis de participação dos católicos na arena pública, a última década do século XX foi marcada por um crescente engajamento dos integrantes dos movimentos de caráter tradicionalista, em especial da Renovação Carismática Católica na política partidária e nas disputas eleitorais (MACHADO, 2012a, p. 32).

A renovação carismática é um movimento religioso considerado como modernizador do conservadorismo da Igreja Católica, uma espécie de neopentecostalismo católico. Esse movimento cresceu aceleradamente nas últimas décadas no Brasil, principalmente por conta de meios de comunicação da Igreja Católica, como “comunidades de vida e aliança” (SOFIATI, 2013) que se tornaram base de disseminação de um posicionamento religioso completamente oposto aos princípios da *teologia da libertação*²⁴. O movimento da Renovação Carismática incorporou parte significativa da agenda do Papa Bento XVI em sua visita ao Brasil no ano 2007. Nessa ocasião, ele discursou contra a legalização do aborto, uma pauta que vinha sendo amplamente discutida, inclusive a partir de uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal com vários especialistas, focando em tratar a questão como caso de saúde pública e de direitos reprodutivos. Além disso, o Papa Bento XVI defendeu vários outros temas conservadores pertinentes à Igreja Católica, caros ao movimento da Renovação Carismática.

O Vaticano procurou negociar com o Estado brasileiro um acordo que lhe garantiria meios diferentes de intervir na nossa sociedade. O que resultou na assinatura de um acordo entre a Santa Sé e o Brasil que em 2009 foi aprovado no Congresso Nacional. Esse acordo expressou uma preferência do Estado brasileiro pela Igreja Católica, pois, em meio a outras coisas, ele “implicava na concessão de subvenção a essa instituição desconsiderando as demais agremiações religiosas” (MACHADO, 2012a, p. 32). Isso gerou críticas e um debate que

²⁴ Uma corrente de pensamento dentro da Igreja Católica, mas que também abrangeu protestantes caracterizada como “síntese revolucionária anticapitalista entre cristãos e marxistas” (ORTUNES; MARTINHO; CHAIA, 2019, p. 197) que passou a confrontar o capitalismo ao se contrapor a injustiça, desigualdade, violação dos Direitos Humanos e opressões. A teologia da libertação surgiu na década de 1970.

abrangeu movimentos sociais, religiosos espíritas, religiões de matrizes africanas e principalmente os evangélicos, por se sentirem incomodados com o tratamento discriminatório nesse acordo. Pouco tempo depois, um deputado federal pelo Partido Progressista (PP) e pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, o deputado George Hilton, apresentou um projeto de lei que ficou conhecido por “Lei Geral das Religiões”. Esse projeto alterava partes do acordo aprovado anteriormente o estendendo para os outros grupos religiosos e foi aprovado na Câmara ainda em 2009, mas se encontra atualmente com o status de “arquivado ao final da legislatura” desde 2018 no *site* do Senado.

Algo que necessita ser retomado é o fato de que nas primeiras eleições em que conseguiu vencer, Lula recorreu a alianças e apoios de segmentos específicos como movimentos religiosos e o empresariado para conseguir se eleger. Nos pleitos de 2002 e 2006, a chapa de Lula foi composta por José Alencar como seu vice-presidente. Alencar era um Senador do Partido Liberal (PL). Rico, empresário e proprietário de um grande império da indústria têxtil, era também evangélico ligado à Igreja Universal do Reino de Deus. Ele representava não apenas os interesses empresariais, mas também os interesses dos evangélicos, dois setores influentes na política que temiam o “radicalismo” do PT e de Lula. Naquela ocasião, a mídia já reportava que o PT buscava, com a presença de Alencar na chapa, o apoio do grande empresariado e o fortalecimento da imagem de um PT “menos radical” (VAZ; DANTAS, 2002, online). Para conseguir essa aliança, “o PT aceitou que viessem juntos para o seu palanque os bispos da Igreja Universal do Reino de Deus e fundador da Força Sindical - central sindical adversária da CUT (Central Única dos Trabalhadores)” (*Ibidem*).

Relembrar esses fatos é importante para perceber as tensões na separação legal entre Estado e Igreja no Brasil. Esses fatos sugerem que a participação crescente durante as últimas décadas dos evangélicos na política brasileira se trata de “uma ampliação da arena política e o surgimento de novos atores nas sociedades civil e política. Dito de outra forma, esse fenômeno não deve ser interpretado como [...] uma emergência do aspecto religioso na esfera pública” (MACHADO, 2012a, p. 32). Tendo isso em mente, importa lembrar também que as últimas duas décadas trouxeram importantes transformações culturais, tendo como um de seus resultados uma política de mais proximidade entre o Estado e os movimentos sociais em luta por reconhecimento.

Nos últimos vinte anos, atores políticos protagonizaram muitas mudanças na sociedade brasileira, como por exemplo, convidadas para ocupar postos no Estado, feministas foram fundamentais para discussões e desenvolvimentos de políticas públicas relativas à saúde. Os movimentos LGBTQIA+ também foram e são muito importantes nesse processo por levar a

sociedade a discutir sobre questões sociais relativas aos direitos sociais, como o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, adoção de crianças por casais homoafetivos, descriminalização do aborto, qualificar a homofobia como crime, entre outras questões que, embora provoquem desconforto nos setores fundamentalistas religiosos e neoconservadores, dentro e fora do Congresso, “ainda que de forma desigual, esses movimentos (o feminista e o LGBTT) viram muitas de suas propostas serem encaminhadas nos governos do PSDB e, mais acentuadamente, nos dois mandatos do petista Luís Inácio Lula da Silva” (MACHADO, 2012a, p. 33), seguindo pelo governo Dilma.

Iniciativas importantes que partiram dos movimentos sociais foram tomadas nos governos do PT visando ampliação dos direitos sociais das minorias, que incomodaram movimentos religiosos e neoconservadores, sendo usados por opositores políticos para desestabilizar os governos petistas nos processos eleitorais: o “Brasil sem Homofobia” de 2004 precisa ser o primeiro a ser citado, não só por questões cronológicas, mas por ter um de seus projetos, a “Escola sem Homofobia” – que discutia sobre materiais didáticos e formação de educadores capazes de abordar questões de gênero e de sexualidade nas escolas para além de preconceitos e dogmas religiosos que provocam a violência física, simbólica e psicológica contra os LGBTQIA+ – tratada de forma pejorativa como “Kit Gay”.

A distorção sobre a Escola sem Homofobia ser um Kit Gay foi o carro-chefe em meio a muitas outras distorções e notícias falsas espalhadas pela campanha de Bolsonaro em 2018 contra o PT. As reações conservadoras em torno do programa Brasil sem homofobia, após seu lançamento em 2004, ajudaram a impulsionar a popularidade de figuras como Marco Feliciano e Jair Bolsonaro para além de seus nichos (a chamada bancada BBB). O programa em si visava o combate à discriminação e violência contra os LGBTQIA+, no entanto, é discutido até os dias atuais e concebida como uma tentativa dos governos petistas de ensinar crianças sobre sexo e influenciá-las a serem homossexuais, algo que se refletiu bastante nos dados da presente pesquisa.

Outra iniciativa importante que causou muita polêmica entre os neoconservadores religiosos e protagonizou o embate eleitoral de 2010 – entre Dilma Rousseff, candidata pelo PT para substituir Lula, e José Serra, candidato pelo PSDB – foi a instalação de uma comissão para revisar a legislação punitiva sobre o aborto em 2005. As reverberações desse debate contribuíram para a manutenção da temática no debate público. Em março de 2007, como já mencionado, uma audiência pública sobre a descriminalização do aborto foi realizada pelo Supremo Tribunal Federal com vários especialistas, representantes de várias entidades, para discutir publicamente – com transmissão ao vivo em canais de Rádio, Televisão e Internet –

sobre o tema. Um mês depois o instituto pesquisa Datafolha²⁵ publicou uma pesquisa em que os dados revelavam que 65% dos brasileiros eram contra as mudanças na legislação sobre o aborto. Não por acaso, o tema protagonizou a agenda da citada visita do Papa Bento XVI ao Brasil, também protagonizou a campanha de José Serra em 2010, que privilegiando uma agenda moral e de “valores cristãos” no debate público, convidou o pastor Silas Malafaia da Igreja Assembleia de Deus, que tem influência política entre os evangélicos, forte presença nas redes sociais e na televisão aberta, para falar no horário eleitoral do partido (MACHADO, 2012b).

Mais uma iniciativa dos governos petistas que causou desconforto entre os conservadores e religiosos fundamentalistas dentro e fora do Congresso, assim como entre parte dos militares, dos grandes agricultores e da grande mídia, foi o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), fruto de diversas conferências nacionais sobre os Direitos Humanos e instituído por decreto em 2009. Esse programa trata de diversos temas relacionados à direitos universais como saúde, educação, moradia, meio ambiente, segurança pública, acesso à justiça etc. Muitas de suas propostas se destacaram pela quantidade de debates que geraram na sociedade, além da quantidade de incômodos que causaram e críticas que sofreram, principalmente, através da mídia e da bancada BBB.

A força das reações a muitos pontos do PNDH-3 foi tão intensa que provocou vários recuos por parte dos governos do PT em relação ao programa (CASTRO, 2010, online). Algumas das propostas mais debatidas eram referentes à construção de uma comissão da verdade que investigaria os crimes de violação dos Direitos Humanos durante a ditadura civil-militar, assim como com a proposta de suprimir algumas normas vigentes integradas à legislação ainda sob o período ditatorial, com destaque à Lei de Anistia. Essas propostas não foram bem recebidas pelos militares e muitos deles lançaram diversas críticas e ofensas ao governo que dominaram a imprensa como, por exemplo:

O general Maynard Marques de Santa Rosa, chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército, que chegou a publicar na internet uma carta com duras críticas ao PNDH-3, chegando a afirmar: Confiar a fanáticos a busca da verdade é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa. [...] A "Comissão da Verdade" de que trata o Decreto [...] certamente, será composta dos mesmos fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o seqüestro de inocentes e o assalto a bancos, como meio de combate ao regime, para alcançar o poder (*Ibidem*).

O programa ainda endossava a proteção dos direitos humanos de mulheres (incluindo a descriminalização do aborto) e da comunidade LGBTQIA+, tratando também a laicidade do

²⁵ Vem em Editorial. Aborto em plebiscito - Consulta popular sobre a descriminalização é uma boa oportunidade para instalar um debate qualificado sobre o tema. Folha de São Paulo. Em 15 de abril de 2007. Disponível online.

Estado, ao falar em retirar símbolos religiosos de estabelecimentos e repartições públicas, o que agitou ainda mais a bancada da bíblia. Ao tratar de meio ambiente, o PNDH-3 discutia controlar de maneira mais eficiente os danos causados a natureza pelo agronegócio, além de propor incentivos a técnicas mais sustentáveis para o setor, como a diminuição do desmatamento e o uso de agrotóxicos. Tratava ainda da reforma agrária como instrumento de inclusão social e promoção de direitos básicos ao mais pobres, propondo dividir os recursos do campo de forma mais igualitária. Certamente os latifundiários e seus representantes na Câmara, a bancada do boi, não acharam essas propostas agradáveis.

Além dessas questões, o PNDH-3 falava também em regulamentação por parte do governo aos meios de comunicação, que visava a pluralidade na imprensa, propondo, entre outras coisas, condicionar concessões ou renovação de concessões, autorizações ou permissões, ao respeito e comprometimento com os Direitos Humanos pelos meios de comunicação. A imprensa compreendeu e reportou isso como uma tentativa de censura, alegando ser uma tentativa do governo de intervir na imprensa livre. Com exposto, questões referentes à segurança pública, ao direito a memória e a verdade, a regulamentação da mídia, ao meio ambiente, às diversas desigualdades sociais etc. foram enquadradas numa agenda de costumes e privilégios tradicionais esvaziando a importância do tratamento político e social a esses temas, que protagonizaram os debates na opinião pública pelo viés do neoconservadorismo e do fundamentalismo religioso e de mercado. Enquanto a economia estava favorável, o projeto conciliador de interesses de classes do governo petista sobreviveu a todas as críticas e fúria recebidas por movimentar essas iniciativas, porém, essas questões discutidas até aqui, já compunham a base política e social que viria a derrubar o PT no contexto da desaceleração econômica.

Os chamados fundamentalistas acreditam que são detentores de uma “verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (MIGUEL, 2018, p. 21). São setores ferrenhos na oposição às políticas de visam diminuir desigualdades sociais e na concessão de direitos sociais e políticos às minorias, principalmente quando se trata de redistribuição de renda e terras, de enfrentar os crimes e consequências da ditadura, de uma mídia mais plural e democrática, do combate à homofobia, direito ao aborto, na aceitação de que família vai além da composição de um casal heterossexual e seus filhos, entre outras questões. Assim, os congressistas “fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadores no Congresso, numa ação conjunta que fortalece a todos” (*Ibidem*). Como exemplo disso no campo religioso “fora do Congresso, pastores com atuação política e forte presença nas redes sociais como Silas

Malafaia, dão voz à sua pauta” (MIGUEL, 2018, p. 21). Fundamentalismo não se trata necessariamente de fanatismo, uma vez que, entre outras coisas:

É um discurso utilizado de acordo com o senso de oportunidade de seus líderes: contribui para manter o rebanho disciplinado, imuniza-o diante de discursos contraditórios e fornece aos chefes um capital importante, isto é, uma base popular, com o qual eles negociam. O controle de emissoras de rádio e televisão completa o quadro. Os líderes religiosos desempenham o papel de novos coronéis da política brasileira (*Ibidem*)

Além destas questões, a relação da religião com o neoliberalismo torna imperativo discutir ainda sobre a “teologia da prosperidade”, que coloca a fé como “um investimento a ser retribuído por Deus na forma de vantagens materiais” (MIGUEL, 2018, p. 23). Conforme Almeida (2019), essa teologia foi trazida dos Estados Unidos para o Brasil pelo neopentecostalismo e tem incentivado os fiéis a agir de forma determinada em relação às suas finanças, para conseguir estabilidade econômica e enfrentar os tempos difíceis com maior segurança, também para possibilitar o consumo de bens materiais (ALMEIDA, 2019, p. 41). Almeida coloca que a teologia da prosperidade não corresponde à ética protestante explicada por Weber, em que o sucesso econômico provém da conduta ascética e disciplinada no trabalho, orientada por uma doutrina religiosa, nem à ética da providência, defendida pelo antigo pentecostalismo dos setores mais populares da sociedade, que acreditavam que se seguissem na fé, Deus proveria o necessário nos piores momentos de grandes necessidades materiais (*Ibidem*). A teologia da prosperidade é, portanto, a pregação de:

Uma ética econômica voltada para o mundo, em que possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida. Essa ascensão não se ancora especificamente na disciplina e na dedicação ao trabalho, mas em uma disposição empreendedora de quem almeja se tornar patrão nas relações de trabalho [...] não se trata apenas de dar sentido às ações, mas também pretende motivar o fiel, despertá-lo, animá-lo, gerar nele humores e atitudes. Com certeza é um dos efeitos mais concretos das igrejas evangélicas: o encorajamento e o estímulo. Frente às adversidades da vida, não cabem a desistência ou o desânimo. O ponto de chegada é sempre projetado como uma superação, desde que praticados os princípios da prosperidade: fé e atitude (*Ibidem*, p. 41 – 42).

Para despertar fé e atitude nos fiéis, as pregações da teologia da prosperidade buscam sempre a passagem bíblica que diz que Deus os escolheu para ser “cabeça” (o líder, o chefe, o patrão) e não “cauda” (quem se submete, quem é mandado) e mantém obscuro que em um mundo desigual, característico do capitalismo, alguém vai ter que ser “cauda”. Desse modo, a prosperidade não se coloca contra as desigualdades sociais como sendo inerentes à vida em sociedade, não há em seus horizontes uma busca pela igualdade social no mundo, como existe na teologia da libertação católica, que entende que “o reino de Deus de igualdade deve começar a ser construído na terra” (*Ibidem*, p. 42). Ao invés disso, a teoria da prosperidade almeja a ascensão do indivíduo entre as relações de desigualdades. *Enquanto a teologia da libertação*

rejeita as regras dessa vida mundana de desigualdades, a teologia da prosperidade provoca a adesão de seus fiéis à lógica econômica desse mundo. A teologia da prosperidade está disseminada no meio evangélico e para além dele:

Ela estabeleceu uma afinidade de sentido com a informalidade e com a precariedade do trabalho, como ocorreu no Brasil nos anos 1980 e 1990 e em momentos de expansão do consumo, como nos anos 2000. Em ambas as situações, a doutrina religiosa foi capaz de gerar disposições empreendedoras de caráter individualista (ALMEIDA, 2019, p. 42).

Como já mencionado, os evangélicos neopentecostais estão mais concentrados nas camadas populares e médias da sociedade brasileira. Nesse contexto, muitos foram alcançados pelas políticas sociais dos governos petistas, usufruíram delas e passaram a ter alguma segurança social devido a elas. No entanto, por conta do discurso da teologia da prosperidade que muito se identifica com o neoliberalismo por despertar individualismo e plantar o arcabouço de ideias que compõe o termo “empreendedorismo” nos fiéis, eles não compreendem a importância das políticas sociais para a melhora de suas condições de vida. *O neoliberalismo é a ética econômica adotada e valorizada pela religião focada na prosperidade (Ibidem)*. Essa conexão entre moral religiosa e ética econômica contribui na explicação da dinâmica contemporânea, evidenciando as condições pelas quais os dados de pesquisas qualitativas com evangélicos – que usufruíram ou usufruem de políticas sociais – apresentam que estes conferem a si mesmos, ou a Deus, suas vitórias na vida material, atribuindo ao governo suas dificuldades (*Ibidem*).

Contudo, para conquistar o apoio político do evangélico mais pobre não basta apenas “enchê-lo” de valores neoliberais e apresentar-lhe apenas uma agenda neoliberal, porque muitos – mesmo que não associem suas melhores condições de vida às políticas públicas – prezam por acesso a direitos como educação, saúde, saneamento e segurança etc. Uma agenda estritamente neoliberal não faria tanto sucesso eleitoral se não viesse acompanhada das pautas relativas à segurança pública e aos costumes. O que explica o fato de questões como, por exemplo, maioridade penal ou posicionamentos contrários aos direitos reprodutivos das mulheres e direitos sociais de mulheres e da comunidade LGBTQIA+ serem tão usadas para atrair o voto neoconservador e religioso dos diferentes segmentos sociais (*Ibidem*, p. 43). Porém, pesquisas atuais demonstram que parte significativa dos evangélicos, após primeiros anos de governo Bolsonaro, já admitem Lula como o melhor presidente do Brasil²⁶. Isso talvez se explique

²⁶ Como exemplo disso ver pesquisa realizada pelo Datafolha em dezembro de 2021, em que os dados demonstram que para 43% dos evangélicos Lula foi o melhor presidente do Brasil, tendo Bolsonaro conquistado apenas 19% de um segmento que foi importante para a sua vitória em 2018. Dados da pesquisa disponível em Folha de São

porque em momentos de maiores crises econômicas e sociais, que diminuem a capacidade de consumo, de acesso à renda, à saúde e demais direitos básicos, a agenda de costumes tende a ser menos priorizada pelo segmento mais pobre, mesmo entre os evangélicos, que passam a priorizar possibilidades de melhores condições de vida, como já discutimos através de Singer (2012) quando esse explica a mudança da base social petista a partir de 2006 e como o próprio Almeida (2019) observa em seu texto aqui trabalhado.

De encontro ao crescimento da influência e do poder dos neoconservadores na política brasileira, compondo o cenário pós-crise financeira de 2008 no Brasil, havia ainda o descontentamento e o inconformismo do PSDB e seus correligionários, que vinham perdendo eleições presidenciais para o PT há uma década (MIGUEL, 2018; SINGER, 2018). Conforme Miguel (2018), o PSDB surgiu visando juntar a parcela mais esclarecida das elites do Brasil. A “social democracia” da sigla do partido, na percepção do autor, nunca representou mais que uma fantasia, pois as políticas do PSDB nunca avançaram de forma significativa para o alcance de uma social democracia – tendo por referência a experiência europeia. No entanto, o partido presava por encabeçar um “projeto civilizador” que aproximaria, idealmente, o Brasil das democracias capitalistas mais avançadas.

Miguel coloca que houve um deslocamento contínuo do PSDB para a direita, apesar do fato que em sua origem o partido “apresentava-se como reação à degradação oportunista” do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (hoje MDB) e “buscava o resgate do projeto centrista original que unificara a oposição à ditadura” (MIGUEL, 2018, p. 18). O PSDB mantém esse discurso em “que a prática muitas vezes o contradissesse, dos direitos humanos, das liberdades democráticas e da justiça social” (*Ibidem*). Contudo, durante as gestões do PT a “desidratação eleitoral ou capitulação de seus parceiros tradicionais que se bandearam para os novos ocupantes do poder” (*Ibidem*) fez com que o PSDB se aproximasse da direita ideológica. Um exemplo disso foi o já discutido cálculo político realizado pelo partido nas eleições de 2010 no qual optou por assumir um discurso conservador de oposição em relação ao direito ao aborto e enfatizar valores cristãos, trazendo o pastor Silas Malafaia para participar da campanha, além de distribuir vídeos gratuitamente em sua igreja contendo sua declaração de voto em Serra (MACHADO, 2012b). Algo que teve destaque na campanha eleitoral presidencial de Jose Serra contra Dilma Rousseff, candidata do PT que acabou por vencer o pleito.

Diante desse cenário, Dilma pontuou que era importante tratar sobre o tema como uma questão de saúde pública e social, não como uma questão policial. Ela veio a se pronunciar sobre o aborto devido aos apelos e insinuações dos opositores, que buscavam centrar o debate político em questões conservadoras apelando para os valores morais religiosos, pois sabiam ser temas de grande apelo popular nas diferentes frações de classe e a bandeira dos movimentos religiosos neoconservadores que vinham crescendo no cenário social e político. Trazendo esse debate moral, as questões políticas, econômicas e sociais ficaram em segundo plano, isso pareceu interessante para o PSDB, já que o segundo governo do petista Lula acabava de encerrar com um índice alto de aprovação em diferentes setores da sociedade, sinal de que seu projeto conciliador estava seguro até aquele pleito.

Nesse contexto, sob o enquadramento moral da campanha de 2010, Dilma então afirmou ser pessoalmente contra ao aborto²⁷ e não apenas isso. Ao ser cobrada nas redes sociais e por movimentos religiosos a se pronunciar sobre temas como casamento homoafetivo e aborto, ela escreveu uma carta para ser entregue a religiosos nas igrejas declarando que, se eleita, não tomaria “iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País”²⁸. Na época, os movimentos sociais que lutavam por ampliação da cidadania de mulheres e comunidade LGBTQIA+, se incomodaram com esse posicionamento. Dilma justificou que precisava se pronunciar para colocar um fim no que chamou de *campanha de boatos e difamação* por parte de seus opositores.

Não há dúvidas que o PT tenha entendido o quadro em que seus adversários não poupavam esforços para desviar o debate político para pontos sensíveis a questões morais e religiosas, que falam alto à grande maioria dos brasileiros, principalmente para a parte dos brasileiros que a partir de 2006 mostraram compor a base social que sustentava os governos petistas: aqueles milhões que saíram da miséria e passaram a ter acesso à renda e ao consumo (SINGER, 2012; MIGUEL, 2018). Conforme Almeida (2019, p. 43) os governos de Lula e Dilma tiveram eficácia em harmonizar consumo e desenvolvimento econômico, mais até que em gerar sintonia entre igualdade e proteção. O que nos remete novamente à presença da Igreja Universal do Reino de Deus, através da escolha de vice de Lula e de muitos outros políticos do

²⁷ TRAJANO, Humberto. Dilma se diz contra aborto, mas afirma que, se eleita, terá de 'encarar' tema. G1, 07 out. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-se-diz-contraborto-mas-afirma-que-se-eleita-tera-de-encarar-tema.html>. Acesso em: 19 out. 2020.

²⁸ PIRES, Carol. Em carta, Dilma assina compromisso contra o aborto. Estadão, 15 out. 2010. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-carta-dilma-assina-compromisso-contrao-aborto,625257>. Acesso em: 19 out. 2020.

Partido Republicano Brasileiro (PRB) nos governos do PT, até momentos antes do impeachment de Dilma em 2016.

O PT percebia e há muito tempo sentia a força política neoconservadora e religiosa contra o partido, o Brasil é um país religioso, o que faz com que qualquer candidato dependa do voto religioso e precise atraí-lo. Isso talvez ajude a explicar o porquê de buscar criar pontes com a Igreja Universal e demais movimentos religiosos do Brasil. Conforme Miguel (2018) o partido obteve sucesso com a Igreja Universal que nos primeiros pleitos presidenciais disputados pelo PT nos anos 1990, fazia campanha aberta contra o partido, principalmente através do “Folha Universal”, jornal semanal da Igreja, chegando até a dizer que “Lula era um emissário de Satanás” (MACHADO, 2006) e a partir de 2001 passou a apoiá-lo, principalmente por conta de José Alencar.

Nesse contexto a Universal teve como recompensa: “espaços no governo, até mesmo em ministérios, e incentivos para o crescimento de sua emissora de televisão, a Record” (MIGUEL, 2018, p. 21). Por outro lado, outros grupos religiosos continuaram se opondo ao partido e se concentravam nas denúncias em relação a administração dos governos do PT, enquanto priorizavam mais a agenda dos costumes. Nesse sentido, apelar para a moral e o conservadorismo, como fez o PSDB em 2010, voltou a fazer em 2014 e em 2018 quando após dezesseis anos, finalmente a vitória sobre um candidato petista veio, mas não para o candidato do PSDB e sim para Bolsonaro: “aparecia como um caminho para que a direita reconquistasse ao menos uma parte da base social que perdera com as políticas de combate à miséria associadas ao PT” (*Ibidem*).

No pleito de 2014, Aécio continuou apelando para a agenda moral e além de valores, usou questões de segurança pública, principalmente a discussão sobre a redução da maioridade penal como uma das principais bandeiras de sua campanha. Não por acaso, já que em 2013, uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes juntamente com a instituição de pesquisa MDB revelou que 92,7%²⁹ dos brasileiros responderam ser favoráveis à redução da maioridade penal no país. A campanha de Aécio se amparou em temas conservadores que o PSDB mais uma vez sabia ter grande apelo popular. Porém, ainda assim – numa votação apertada – ele perdeu para Dilma. Pois os resquícios dos efeitos das políticas

²⁹ CAMPANERUT, Camila. Mais de 90% dos brasileiros querem redução da maioridade penal, diz pesquisa CNT/MDA. UOL, 11 jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/11/mais-de-90-dos-brasileiros-querem-reducao-da-maioridade-penal-diz-pesquisa-cntmda.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

sociais que beneficiaram os mais pobres durante os três últimos mandatos petistas ainda foi capaz de sustentar a reeleição de Dilma.

Conforme Miguel, entre os fundadores do PSDB, um “conservador típico como Geraldo Alckmin representava uma exceção. Hoje ele até passa como moderado” (MIGUEL, 2018, p. 18). O autor enfatiza que nos anos de governos petistas aconteceram dois fenômenos paralelos em relação à direita ou direitas brasileiras: de um lado o PSDB compreendeu que um caminho viável para o partido seria liderar a extrema direita, do outro lado a extrema direita enxergou espaços para radicalizar os seus discursos disseminando cada vez mais com menor pudor seu neoconservadorismo através do fundamentalismo religioso; de discurso de ódio às minorias; do desprezo pelos Direitos Humanos, principalmente quando se trata das questões de segurança pública; reciclando o anticomunismo dos tempos da ditadura; e defendendo agendas radicalmente neoliberais.

O PSDB pode não ter vencido o PT em 2010 e em 2014, mas ajudou a mobilizar questões cruciais para enfraquecer a base social do partido quando focou o debate político na agenda moral da corrupção, dos costumes e da segurança, questões que impulsionaram várias discussões e notícias falsas nas redes sociais relacionadas ao PT. Algo que tomou proporções bem maiores durante a campanha de Bolsonaro em 2018. Quando Dilma venceu Aécio Neves nas urnas e em 2014, amargando a derrota, ele prometeu uma oposição “incansável e intransigente”³⁰ ao governo reeleito, que na prática significou: um pedido de auditoria do resultado das eleições ao Tribunal Superior Eleitoral, o fortalecimento do discurso de que ele “perdeu as eleições para uma facção criminosa”³¹, além de o ex-candidato a presidente, na época, senador da República, inicialmente liderar e chamar várias manifestações “contra a corrupção” para desestabilizar o governo e tentar capitanear os movimentos de extrema direita que vinham se organizando e crescendo no país.

Porém, no processo de derrubada do governo Dilma, as manifestações que antes Aécio chegou a liderar, o expulsaram juntamente com Geraldo Alckmin, por ficarem cada vez mais ligadas às alas e a figuras mais extremistas do Congresso, como o na época Deputado Federal Bolsonaro; devido também aos diversos inquéritos e investigações de corrupção que envolviam Aécio, que mesmo tarde e com menos alarde que as investigações em relação aos políticos do

³⁰ AGÊNCIA SENADO. Aécio Neves promete oposição 'incansável e intransigente'. Jusbrasil, 06 nov. 2014. Disponível em: <https://jurisway.jusbrasil.com.br/noticias/149857691/aecio-neves-promete-oposicao-incansavel-e-intransigente>. Acesso em: 20 out. 2020.

³¹ Ver em Isabel Braga e Carolina Brígido. ‘Eu perdi a eleição para uma organização criminosa’, diz Aécio Neves. O Globo, 30 nov. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eu-perdi-eleicao-para-uma-organizacao-criminosa-diz-aecio-neves-14703942>. Acesso em: 20 out. 2020.

PT foram reportadas pela mídia. A grande mídia brasileira, em seu histórico mais recente, desde o primeiro mandato do presidente Lula vinha agindo como um partido político oposto ao PT, (FERES JUNIOR E SASSARA, 2016; SOUZA, 2016; 2018), usando escândalos de corrupção pouco ou não apurados contra o PT em seus principais canais de comunicação, enquanto escondiam ou minimizavam casos e investigações sobre corrupção envolvendo outros partidos políticos, principalmente os casos que envolviam o PSDB, possivelmente com o intuito de convencer a população de que o partido mais corrupto do Brasil era o PT e para desestabilizar o partido, abrindo espaço para uma possível vitória presidencial do PSDB, partido na época apoiado por parte do mercado e da própria mídia.

O PSDB também perdeu as últimas eleições para Bolsonaro e se deparou com o seu pior resultado eleitoral em eleições presidenciais desde a criação do partido, vendo Geraldo Alckmin, um de seus fundadores, alcançar apenas 4,76 % dos votos em 2018 (MIGUEL, 2016; 2018; SOUZA, 2016; SINGER, 2018). A parceria entre a grande mídia e a operação *Lava Jato*, “um grupo altamente adestrado e ideologizado de promotores e juízes” (MIGUEL, 2016, p. 32) que propunha uma “limpeza política”, foi a “cereja do bolo” para montar o cenário de desestabilização do PT, do governo Dilma, da criminalização da esquerda e da antipolítica no país. A desaceleração da economia brasileira devido à crise do capital de 2008, somado às acusações de corrupção contra o PT diariamente televisionadas e reportadas em diferentes veículos de comunicação e redes sociais foram cruciais para que os setores neoconservadores e religiosos do Congresso colocassem as questões sobre “ordem política”, segurança pública e sobre costumes como prioridade no debate político.

Alguns parlamentares religiosos que ainda mantinham alguma participação no governo, abandonaram o apoio na medida em que o governo Dilma ruía (MIGUEL, 2016, p. 22). Obviamente essas questões do campo da moral e da segurança que já ultrapassavam o Congresso Nacional se espalharam ainda com mais força na sociedade, sobretudo, nas igrejas neopentecostais, o que fez com que o segmento evangélico quase que unanimemente priorizasse essas pautas durante as eleições 2018 (ALMEIDA, 2019, p. 43). Era essa a cena política, econômica e social que transformou a “marolinha” no tsunami que causou a queda do governo petista e que mais tarde resultaria na eleição de Bolsonaro. A partir do que foi posto, é possível perceber o processo de imersão da sociedade brasileira no quadro de valores, influência e demandas das políticas neoliberais desde sua implementação no país durante os anos 1990. Valores, influências e demandas que constituem subjetividades se espalhando por todas as esferas da experiência social, como, por exemplo: na linguagem (empreendedorismo, autonomia, inovação, independência, criatividade, flexibilidade etc.), nas novas relações de

trabalho (precarização, informalidade, desmobilização dos sindicatos e movimentos dos trabalhadores), na religião através da teologia da prosperidade e da renovação carismática propagadas nas igrejas cristãs.

O quadro de valores neoliberais também se fez nítido na e pela classe média, com seus discursos anticorrupção, de meritocracia e de ridicularização das políticas sociais como Bolsa Família. Por exemplo, os discursos que marcaram as manifestações e redes sociais articulam e afirmam valores caros ao neoliberalismo. O contexto apresentado buscou demonstrar os momentos ou camadas de um processo mobilizado para que pessoas cuja sobrevivência depende de mais políticas sociais, garantias trabalhistas e é prejudicada pelas políticas neoliberais, introjetem valores que sustentam os meios de sua exclusão. Julgamos essa contextualização das particularidades e acontecimentos políticos do país importante para a compreensão de eventos que culminaram no momento político que vivemos hoje.

CAPÍTULO 4

Ecos do Bolsonarismo: retrato de jovens numa escola pública paraibana

Esse capítulo descreve o processo de construção da pesquisa: processos de escolha, experiência de campo e métodos utilizados para compreender o processo e os valores que impulsionaram a adesão de jovens das classes subalternas a aspectos do discurso neoliberal e neoconservador, caracterizados e representados nesse momento da política brasileira pelo que se tem chamado de bolsonarismo.

Como já discutido na introdução deste trabalho, o uso do termo “bolsonarismo” ainda é fruto de debates e disputas no campo acadêmico, mas aqui será usado como o conjunto de sentidos, valores e ideias políticas associadas a Bolsonaro. Apesar de muitos de seus elementos não serem novos na política brasileira, o que busca se destacar é uma reatualização, através das lógicas de produção de sentido neoliberais, do conservadorismo e autoritarismo brasileiros. De modo específico, trata-se de um fenômeno composto através do encontro de grupos e condições particulares: uma fatia da base social mobilizada pelo antipetismo, setores do judiciário e da mídia tradicional, num contexto de crise econômica e efervescência de modelos de organização baseados na mobilização e cruzadas morais anticorrupção. O discurso anticorrupção segundo lógicas de escândalo, recorrente na história política brasileira, é reeditado e absorvido pelo conjunto de forças que vieram a compor esse movimento autoritário recente. Desse modo, entendemos o Bolsonarismo como uma reorganização do moralismo recorrente da nossa política sendo remodelado por novas tecnologias da informação e os novos valores do capital.

Também precisa ser dito que, na esteira da lógica neoliberal de moralização à política, o bolsonarismo se caracteriza por ela por sintetizar os interesses do capital em uma agenda prática: oposição aos Direitos Humanos e às minorias, intervenção militar, elogio de costumes supostamente tradicionais e fortalecimento da agenda econômica neoliberal. É nesse sentido que a discussão anteriormente apresentada se justifica: ajudando a compreender como, apesar de suas particularidades, o Bolsonarismo está ligado aos movimentos da nova-direita ao redor do mundo e seu ataque aos valores da democracia liberal.

Mesmo sendo uma gramática moral presente na política brasileira há décadas, é apenas com o bolsonarismo que a síntese de valores neoliberais e neoconservadores chega à Presidência da República pelo voto popular. Com isso posto, o objetivo aqui é apreender os processos microssociológicos de engajamento nesse complexo de valores que buscam atualizar às logicas de incorporação e submissão ao sistema econômico. De modo direto: como os filhos dos batalhadores brasileiros se tornam simpáticos e incorporam a gramática moral bolsonarista.

Como são moldadas percepções e/ou preferências por uma agenda política que contraria políticas e direitos que lhes beneficiam? Já discutimos anteriormente que não há nada de novo no fato de que o que as pessoas apresentam em termos de valores muitas vezes não corresponde aos interesses da classe à qual elas pertencem; e que se o neoliberalismo não tivesse êxito em construir consensos para esconder a realidade de seus projetos políticos e impor sua dominação, possivelmente estaríamos vivendo sob outro sistema.

No entanto, buscamos perceber, através das falas dos entrevistados, como eles articulam os valores que os conduzem a defender ou não reagir às estruturas sociais responsáveis pelas profundas desigualdades as quais são vítimas. Valores, que como discutimos, são instrumentalizados para levar as pessoas a acreditar que as difíceis condições em que se encontram são resultados da corrupção estatal, de um socialismo e comunismo inexistentes no país, de um Estado que promove políticas sociais, da falta de honestidade na sociedade e na política, do desrespeito, da falta de um regime militar, da falta valores cristãos e da família, da ampliação da cidadania dos grupos marginalizados, entre outras coisas.

Com essas questões esclarecidas, para esse trabalho foram realizadas entrevista com quarenta (40) estudantes que tinham entre 15 e 20 anos de idade e que, em 2018, estavam cursando as séries finais do ensino médio. Essas entrevistas ocorreram numa escola pública do centro da cidade de João Pessoa, por motivos que serão descritos logo adiante. Por ora, importa esclarecer que devido à dinâmica do campo de pesquisa e aos interesses mais específicos da própria pesquisa não foi realizado um recorte de gênero ou de raça na escolha dos entrevistados ou no direcionamento das questões das entrevistas. A seleção dos entrevistados se deu pela observação e acompanhamento nas aulas, momentos que permitiram apreender alguns posicionamentos dos alunos em relação a determinados temas como corrupção, homofobia, feminismo, Estado mínimo, segurança pública, etc., temas que surgiram na sala de aula e que auxiliaram na identificação de indivíduos que se encaixavam no perfil procurado.

A observação resultou em convites para as entrevistas e os estudantes que aceitaram distribuem-se em 14 do sexo feminino e 26 do sexo masculino. Além disso, nove (três do sexo feminino e seis do sexo masculino) não apontam Bolsonaro como opção, embora partilhassem de alguns valores em comum com o que ele apresenta em seus discursos. O que fez com que estes entrevistados fossem mantidos na amostra é a consideração de que esses perfis demonstram elementos de *resistência* diante da instrumentalização de valores pelo neoliberalismo. Com o exposto, não realizamos um recorte de gênero devido à dinâmica do campo que limitou a observação, também porque o foco principal eram os valores tomados em sentido geral e introjetados nas sistematizações argumentativas desses e dessas jovens. Sobre a

questão da raça, a experiência no campo permite dizer que dos 40 entrevistados, apenas 2 eram fenotipicamente brancos, mas como esse recorte também não foi explorado, apenas justifico aqui que o foco era outro: as questões foram organizadas no intuito de compreender a percepção e os valores desses jovens relacionados ao cenário político brasileiro e aos valores representados pelo bolsonarismo, considerando a identificação de classes delas e deles.

Outra coisa que precisa ser esclarecida é que alguns dos entrevistados ainda não estavam na idade de votar, o que não os torna irrelevantes para a pesquisa, pois o interesse não é voto em si, mas a disposição à assimilação e alinhamento prático com base nos valores morais articulados pelos estudantes para justificar identificação ou não-identificação com Bolsonaro. A dinâmica do campo de pesquisa também não permitiu a definição de algumas condições específicas para a coleta de dados, muitos fatores resultaram em ausência de aulas ou alunos na escola, o que fez com que as entrevistas fossem realizadas em três momentos diferentes: alguns entrevistados foram entrevistados antes do primeiro turno das eleições, outros depois do primeiro turno, outros após o segundo turno. Essa questão não trouxe interferências ao objetivo de coletar os dados focados nos valores dos jovens, mas é perceptível em algumas falas de alguns entrevistados.

4.1 A escolha do campo de pesquisa

O processo de escolha do campo de pesquisa foi se desenvolvendo desde o trabalho que resultou na dissertação de mestrado *“Moralismo e política nas manifestações ‘Fora Dilma’ ocorridas em João Pessoa em 2015”*. Nessa ocasião pude perceber o crescente apoio ao, na época, deputado federal Jair Bolsonaro no contexto pré-impeachment da presidente Dilma Rousseff. O objeto de estudo da referida dissertação eram os valores morais mobilizados pelos manifestantes que queriam o fim do Governo Dilma. Estes manifestantes apresentavam em seus repertórios políticos questões como “defesa da família”, patriotismo, “defesa do tradicionalismo”, da fé cristã, assim como falas anticorrupção, anticomunismo, contra o PT, contra políticas socioeconômicas (como o Bolsa Família, os direitos trabalhistas, a lei do feminicídio, do casamento homoafetivo, do projeto da escola sem homofobia) entre outras questões (ANDRADE, 2017, p. 161).

Muitos dos entrevistados para a pesquisa de dissertação eram favoráveis do armamento para população, a pena de morte, a diminuição da maioridade penal, alguns pediam pelo retorno da ditadura militar (ANDRADE, 2017 p. 172). Defendiam também um Estado mínimo, liberdade de mercado, entre outras coisas (*Ibidem*, p. 185) que apontavam para a simpatia e afinidade dos ideais desses antigos informantes com o que prega o atual presidente. Em 2015

poucos falavam abertamente e diretamente que apoiavam Jair Bolsonaro, embora fossem fiéis a muitas das mesmas pautas morais, econômicas e políticas que ele defendia, declaravam, quando muito, um apoio discreto. Contudo, era visível a popularidade do então deputado e seus discursos, fator fundamental para galgar espaço entre os que queriam o fim dos governos petistas no Brasil, chegando já a se falar, naquela época, numa possível candidatura de Bolsonaro à presidência da República.

Ao perceber a afinidade entre as questões morais e políticas trabalhadas na pesquisa de mestrado com as questões pautadas por Bolsonaro, considerou-se uma forma de continuar trabalhando com os valores morais na política brasileira, tendo como entrevistados para a pesquisa de tese do doutorado os apoiadores declarados do atual presidente. No entanto, naquela época, encontrar um campo que propiciasse contato direto com bolsonaristas foi muito mais difícil do que se pôde imaginar enquanto o projeto de pesquisa era elaborado. Em 2016, restava ainda um pouco de timidez naquela nova direita que foi se organizando socialmente impulsionada pela mídia e pela *Lava Jato* para já assumir abertamente o alinhamento direto e a vontade de Bolsonaro presidente. A imagem de Sergio Moro como o “campeão da luta pela moralidade” (SOUZA, 2016) ainda estava em alta, ele era o nome daquele momento para a extrema direita.

Diante disso, consideremos realizar a pesquisa via redes sociais com comunidades e grupos de apoiadores do então deputado, mas com a polarização crescente entre pessoas que apoiaram o impeachment de Dilma e pessoas que não apoiaram, alguns empecilhos e resistências à presença de uma pesquisadora marcou a relação com esses grupos. Em partes, resistência provocada por antigos informantes de pesquisa que já conheciam o processo e sabiam que essa pesquisa dizia respeito à Sociologia, então logo espalharam que a comunicação com esses grupos era do interesse de uma “comunista infiltrada”.

Com ajuda da orientação, outras estratégias foram cogitadas, como o encontro de um grupo de apoiadores de Bolsonaro que não conhecessem a pesquisa anterior. Considerou-se profissionais da segurança pública ou privada, devido à centralidade dos temas violência urbana, pena de morte, maioria penal e porte de armas presente nos discursos de Bolsonaro e por ele ser militar da reserva. Na época, o setor de segurança era o menos desinibido para demonstrar apoio ao ex-deputado. Porém, desistiu-se dessas táticas ao perceber a crescente popularidade do atual presidente entre os jovens do sexo masculino, confirmada por outras pesquisas nacionais. Percebemos com isso a possibilidade de procurar por jovens bolsonaristas em idade escolar. Não por ser parte dos nossos objetivos discutir a categoria “juventude” ou

“masculinidade”, mas por compreender que o acesso aos jovens estudantes poderia ser mais facilitado em relação a outros setores.

A popularidade de Bolsonaro entre jovens era um fato que na época algumas pesquisas³² justificavam como consequência de sua intensa participação nas redes sociais. Algo que também se refletiu nos dados iniciais de uma pesquisa que buscava descobrir *quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro*, realizada durante protestos da direita em São Paulo, pelo Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; no período de 2013 a 2018. Essa pesquisa corrobora com fato de que a popularidade do presidente era maior entre os jovens do sexo masculino: “Antes de oficializar sua candidatura, os dados apontavam que de cada 4 potenciais eleitores, 3 eram homens ou ainda que 60% daqueles que declaravam intenção de voto eram jovens (entre 16 e 34 anos)” (KALIL et al, 2018, p. 8).

Os dados da citada pesquisa ainda sugerem que no início de 2018 não era possível tipificar os eleitores de Bolsonaro, ou seja, não “existia o eleitorado de Bolsonaro enquanto um grupo social específico” (*Ibidem*) no ano de sua eleição, uma vez que o então candidato conquistou o apoio de um público a cada dia mais diversificado no decorrer de sua campanha. Como visto anteriormente, ele havia herdado muitos votos do antipetismo, da antipolítica e pró *Lava Jato*, e naquele pleito teve o apoio massivo dos evangélicos que priorizavam a agenda dos costumes; além de conseguir os votos do lulismo através da influência evangélica nas periferias (ALMEIDA, 2019) e da agenda moral que reclamava distinção entre “honestos” e “desonestos”, “cidadãos de bem” e “bandidos”, “trabalhadores e vagabundos”, algo que aparece em pesquisas sobre a moralidade das classes populares como elementos de extrema importância para esses setores (SAYER, 2005a; 2005b; LAMONT, 2000; SOUZA, 2010; 2012).

Certamente isso e alguns outros episódios daquela campanha eleitoral atípica: como a prisão de Lula, a facada recebida por Bolsonaro, os disparos de *Fake News* pelo WhatsApp, entre outras questões já discutidas, explicam a diversificação de seus eleitores ao longo da

³² Em novembro de 2017 a BBC News, na manchete intitulada “Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens?” publicou os seguintes dados: “60% dos eleitores de Bolsonaro têm entre 16 e 34 anos. Desses, 30% têm menos de 24 anos. O percentual é significativo quando comparado com a atração ao público jovem de seus principais concorrentes: 45% dos que disseram votar em Lula têm menos de 34 anos. Entre os que preferiram Marina, 49% estão nessa faixa etária. Por que parte da juventude apoia de maneira apaixonada um ex-militar cuja atuação em seus 26 anos de Congresso (sete mandatos) vinha tendo pouco brilho? Um consenso entre pesquisadores ouvidos pela BBC Brasil é de que Bolsonaro é um dos principais atores políticos nas redes sociais - e que parte de sua força entre jovens pode derivar desse fato. Gabriel, por exemplo, viu o meme, pesquisou vídeos do deputado no YouTube e passou a acompanhar diariamente sua página no Facebook - o perfil do político tem 4,7 milhões de seguidores”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761>. Acesso em: 22 jan. 2021.

campanha. Todavia, até o início de 2018 a popularidade de Bolsonaro era maior entre os jovens, o que já era possível perceber em 2016 e por isso pensamos na escola como uma possibilidade de campo. Cogitamos inicialmente pesquisar nas escolas particulares, devido a alguns relatos de colegas que tinham filhos matriculados em algumas escolas privadas de João Pessoa e presenciavam o apoio dos pais e dos estudantes, indivíduos das classes médias e altas da cidade, às ideias de Bolsonaro e do “Movimento Brasil Livre”, que embora hoje se apresente como desvinculado do bolsonarismo, de 2015 até 2019 foi um movimento essencial no apoio, organização e disseminação das ideias neoliberais e também de muitas das ideias neoconservadoras para pelo país. Porém, uma questão que despontou foi em relação aos possíveis empecilhos que poderiam ser encontrados nas escolas privadas, como o controle em relação a abordagens de determinados temas na sala de aula.

Além dessa questão, havia ainda o fato de não ter um contato ou informante que pudesse facilitar o acesso à essas escolas. Esses fatores e o recorte de classe colaborou para a escolha de uma escola pública, que se apresentou como alternativa mais viável nesse caminho para abordar os valores das classes subalternas simpáticas ao neoconservadorismo e neoliberalismo que organizam o discurso bolsonarista. Em 2018, com a candidatura de Bolsonaro à presidência oficializada a partir de março daquele ano, os entusiastas do ex-Deputado Federal pertencentes à diferentes segmentos sociais nos pareceram mais à vontade para demonstrar apoio explícito ao candidato. Então, a partir dessa reorganização, decidiu-se ir à campo.

Visitamos uma escola pública localizada no centro da cidade de João Pessoa para observar a possível existência de um perfil de entrevistado que correspondesse aos objetivos da pesquisa. Após várias visitas e observações no campo, e com a ajuda essencial do professor de Sociologia da escola escolhida, foi possível constatar a viabilidade de realização da pesquisa graças a uma quantidade significativa de filhos das classes subalternas que aparentaram se identificar, alguns mais que outros, com aspectos do discurso bolsonarista. Nesse contexto é que foram realizadas as 40 entrevistas supracitadas, sendo 31 delas com pessoas que naquele pleito preferiram Bolsonaro para à presidência.

4.2 Trajetórias metodológicas e a delimitação do objeto

A escolha da escola pública como campo de pesquisa foi determinada pela popularidade de Bolsonaro entre os jovens. Em primeiro lugar cogitou-se ser mais fácil para acessar jovens das classes menos favorecidas com tendências bolsonaristas, então começou-se a sondagem de colegas trabalhadores da educação pública para descobrir se esse perfil aparecia em seus ambientes de trabalho. Com a resposta positiva, escolhemos uma das escolas mais conhecidas

de João Pessoa que se situa no centro da cidade, a escola estadual Olivina Olívia, por considerarmos que o público seria proveniente de diferentes bairros do município e que isso poderia proporcionar uma visão mais abrangente dos valores morais dos jovens das camadas populares da cidade que simpatizavam com os valores do bolsonarismo.

A primeira visita à escola aconteceu em maio de 2018, houve diálogo com a direção, foi apresentado um termo de autorização de pesquisa seguido de um pedido para acompanhar algumas aulas, esse pedido foi prontamente atendido. As primeiras aulas que acompanhadas foram de uma turma de terceiro ano, na disciplina de História, que discutia sobre a Segunda Guerra Mundial e o nazismo, com interesse e participação dos alunos sobre o tema. A professora cedeu os últimos dez minutos da aula dela para que eu me apresentasse, e nessa ocasião, expliquei que estava fazendo uma pesquisa e que o interesse era saber como a juventude estava pensando em relação ao contexto político do país naquele momento. Comecei a conversar com eles e perguntei coletivamente para a turma: o quê, na opinião deles, seria o pior problema do Brasil? E as respostas incluíam vários caminhos: falta de honestidade, falta de respeito, de educação, de cidadania, ética, moral, e coisas afins. Essa turma específica foi acompanhada de maio até os recessos das festas juninas, observando possíveis futuros entrevistados.

Antes de continuar o relato sobre o acompanhamento das aulas, algo que se faz necessário reportar aqui é que no início do acompanhamento a escola estava passando por um processo de adaptação, uma mudança recente em sua estrutura física e curricular. Em 2018, essa escola havia recebido há poucos meses o modelo de escola em tempo integral, programa do governo estadual em parceria e conformidade com as metas do Ministério da Educação, apresentadas no Plano Nacional de Educação de 2014, que pretende que 50% das escolas públicas brasileiras ofereçam a educação integral até 2024, atendendo ao menos 25% de alunos da educação básica.

Ao receber o ensino em tempo integral, o Olivina Olívia tirou da grade curricular o ensino regular de apenas um período (manhã, tarde ou noite) e ganhou a nova nomenclatura de Escola Cidadã Integral Técnica Estadual (ECIT), que além das disciplinas do currículo básico da educação oferece cursos técnicos escolhido pela comunidade escolar (no caso da escola campo a escolha foi pelo curso técnico de administração) e outras disciplinas e atividades fundamentadas no modelo da “escola da escolha”, selecionado pelo governo da Paraíba e organizado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), um exemplar de *think tank* em prol do mercado como poderemos observar no decorrer dessa descrição. Originada em

Pernambuco em 2003, o ICE se apresenta como uma entidade privada sem fins lucrativos, como consta na apresentação do site da entidade, que conta sua história:

Tudo começou com um acaso. O Ginásio Pernambucano é a segunda escola pública mais antiga em operação no Brasil. Embora tenha iniciado suas atividades em 1825 com o nome Liceu, foi oficialmente inaugurado em 1853 pelo imperador d. Pedro II, tendo sido a primeira escola não-eclesiástica do Nordeste. Essa escola foi referência no Nordeste e teve estudantes ilustres como Eritácio Pessoa, Ariano Suassuna, Clarice Lispector; ex-governadores, como Agamenon Magalhães, Joaquim Francisco. Totalmente abandonado, o prédio estava caindo. Um ex-aluno tomou conhecimento desta situação por acaso, passando em frente. Então, em 2002, ele mobilizou um grupo de colegas empresários e juntos iniciaram o trabalho de recuperação (Disponível em: <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>. Acesso em: 08 fev. 2020).

Seguindo a narrativa de sua história, o ICE relata que a reforma não se limitou ao prédio e passou a visar a qualidade do ensino público e do cuidado da “alma da escola”, “revigorada com uma nova forma de atuação do setor privado”:

A reforma do Ginásio Pernambucano não se limitava apenas ao prédio, pois se fazia necessária a revitalização da valiosa biblioteca e do museu. Assim, surge mais uma preocupação: a qualidade do ensino público. Não bastaria restaurar o prédio, era preciso recuperar a tradição da qualidade dessa escola. Essa constatação transformou o acaso num caso. A projeto de recuperação do prédio levou dois anos e meio e um investimento de quase 3 milhões de reais. Naquele momento, o corpo estava cuidado. Fazia-se necessário, então, cuidar da alma da escola, trazer de volta a qualidade do ensino que ela um dia teve. Este foi o ponto de partida para demonstrar o fazer para influir. O caso foi o Ginásio Pernambucano. A recuperação do antigo prédio partiu de uma visão de escola pública de qualidade, no entanto, revigorada com uma nova forma de atuação do setor privado, incluindo os aspectos pedagógicos e de gestão, além de uma co-participação financeira junto ao Governo do Estado (Disponível em: <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/> Acesso em 08 de Fevereiro de 2020).

Os *think tanks* surgiram como parte de uma estratégia dos bilionários neoconservadores e ultraliberais dos Estados Unidos para provocar uma “guerra de ideias” por dentro das instituições, em especial as de ensino (SOUZA, 2020). A finalidade é disseminar os valores, a lógica e os interesses neoliberais na sociedade, obter influência sobre o Estado, sobre a formulação de políticas públicas e sobre a opinião pública, principalmente para pressionar os governos a atender aos interesses do mercado (CAETANO; MENDES, 2020). Essas instituições se apresentam como neutras, preocupadas com problemas sociais e buscando maior participação da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas. Porém, são financiadas ou vinculadas a grupos que atuam no mercado concorrencial, não são iniciativas de cidadãos fundamentalmente autônomos, suas propostas são “alinhadas a um projeto de sociedade que não busca a ruptura com a concentração de riqueza, com a desigualdade e com a exclusão, mas a sua conservação e perpetuação” (*Ibidem*).

O ICE faz exatamente isso quando estimula uma formação centrada no “protagonismo estudantil”, no mérito, na liderança, no esforço individual como elementos principais na formação de um cidadão. O instituto incentiva uma educação voltada para o mercado de

trabalho, enquanto ignora a possibilidade de uma educação emancipatória, que vise o desenvolvimento social, e de sujeitos autônomos com algum senso crítico, de coletividade ou bem comum (RODRIGUES; HONORATO, 2020). Nesse contexto, com a ideia de uma “escola pública de qualidade revigorada com a atuação do setor privado”, o ICE segue narrando sua “nova estratégia para enfrentar os desafios do Ensino Médio e oferecer um novo modelo de escola pública de qualidade à juventude”:

Em 2004 o Ginásio Pernambucano abria suas portas para a primeira turma, que passaria a vivenciar uma educação integral em tempo integral. O rápido sucesso da nova escola transformou o caso numa causa. A causa: A decisão de atuar no Ensino Médio se deve, em parte, ao acaso e à vocação histórica e natural do Ginásio Pernambucano e, principalmente, à constatação da precária situação do Ensino Médio no estado e no país, e da evidente necessidade de parcerias para dar início ao processo de desenvolvimento de um novo modelo de escola para esse nível de ensino. Assim, o avanço da causa se dá com a institucionalização do novo conceito de escola e com a criação do PROCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental – uma ação do governo do estado de Pernambuco para enfrentar os desafios do Ensino Médio (Disponível em: <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/> Acesso em: 08 fev. 2020).

O modelo de escola pública integral difundido pelo ICE vinculado às instituições do mundo corporativo como o Instituto Natura e Sonho Grande, foi idealizado por elites empresariais e fundamentado em ideais, cosmovisões e valores pertencentes a pessoas bem-sucedidos na esfera econômica. “Essa matriz simbólica constituirá as premissas da iniciativa de reforma dos valores e disposições econômicas dos jovens de escolas públicas brasileiras” (MICHETTI, 2020, p. 303). Ainda no site do ICE é relatado que o papel do instituto é: Influenciar o setor público a atuar de maneira estratégica nas políticas públicas, de modo a concebê-las, ampliá-las e assegurar a sua qualidade, perenizando-a e definitivamente atuando de maneira eficaz [...] (Disponível em: <http://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/>. Acesso em: 08 fev. 2020).

Exatamente a função estratégica dos *think tanks*: “influenciar o setor público [...] nas políticas públicas”, mas não para assegurar qualidade e eficácia, antes para assegurar e ampliar o alcance dos valores, das influências e dos interesses de mercado. Esses trechos retirados do site do ICE não trazem um esclarecimento sobre a origem e quais os valores que o modelo pretende passar para os estudantes, tampouco sobre as influências pedagógicas que seguem, nem sobre quem são e quais experiências com educação pública têm os formuladores do modelo. Torna-se possível perceber o quão vagas são informações que o instituto dispõe sobre si e sobre as orientações e valores que os influenciam e que buscam transpor para a educação pública. Exemplo disso, é que em nenhum desses trechos aparece uma citação referente à vertente pedagógica que os orienta, nem sobre experiência ou currículo de seus técnicos em educação pública ou se eles contam com o conhecimento de alguém da área. Eles não citam o

método pelo qual poderão “assegurar a qualidade” das políticas públicas para a educação pública, como afirmam que farão no trecho acima retirado do site.

Os textos disponibilizados pelo instituto tampouco explicam o que seria “qualidade” para o ICE e os idealizadores da *escola da escolha*, palavra que eles usam indiscriminadamente. Fazem uso de um caso particular de uma escola, o Ginásio Pernambucano, que contou com ajuda direta de empresários interessados na reestruturação daquela escola, como comprovação de eficiência do modelo e justificativa para generalização do mesmo. O que nos leva a questionar se todas as outras escolas públicas do país que adotaram e adotarão o modelo poderão contar com a mesma estrutura física e o mesmo nível de investimento empresarial daquele caso específico de Pernambuco. Após a citada experiência do Ginásio Pernambucano, esse modelo de escola se espalhou pelo país, sendo recebido no estado da Paraíba em 2015 e implementada na escola campo dessa pesquisa em 2018.

Essa implementação não foi bem recebida por toda a comunidade escolar, o que resultou em grande evasão de alunos e mudança de profissionais da educação para outras escolas. Resultou também em alguns protestos³³ por parte de alunos, professores, pais e sindicatos, que entre as suas insatisfações, frisavam que a mudança na escola foi decidida sem diálogo com a comunidade escolar e que a implantação apressada iria prejudicar muitos alunos que trabalhavam, cuidavam de filhos, casa ou desenvolviam outras atividades no horário que seriam obrigados a estar em aula. Havia também uma grande preocupação com a falta de estrutura física da escola para atender as demandas do novo modelo.

Com isso posto, o modelo de educação em tempo integral difundido pelo ICE tem como ideia basilar o “protagonismo estudantil”. Em seus materiais e orientações na implementação do modelo, levam para as escolas a ideia de que o ensino tem que ser voltado para as necessidades específicas de cada estudante, tendo uma disciplina chamada “projeto de vida”, que conforme o instituto:

É a solução central proposta pelo ICE para atribuir sentido e significado ao projeto escolar em resposta aos desafios advindos do mundo contemporâneo sob o ponto de vista da formação dos jovens. Na Escola da Escolha, os estudantes são levados a refletir sobre os seus sonhos, suas ambições e aquilo que desejam para as suas vidas, onde almejam chegar e que pessoas que pretendem ser. Não se trata de definir carreira. Trata-se, antes, de definir: quem eles querem ser; que valores querem construir e instituir em sua vida como fundamentais; que conhecimentos esperam ter constituído de maneira a ter ampliado e diversificado o seu repertório e que, no conjunto, o apoiarão na tomada de decisões sobre os diversos domínios de suas vidas. Trata-se, portanto, de pensar sobre o homem/mulher que se deseja ser, com todas as suas escolhas, da qual também faz parte a profissional. O jovem que idealizamos: A Escola da Escolha foi concebida a

³³ É possível encontrar mais detalhes sobre as preocupações da comunidade escolar com a implementação do modelo integral na escola, na manchete do Portal Correio: “Alunos da escola Olivina Olívia protestam contra a falta de estrutura no ensino integral”. De 13 de novembro de 2017.

partir de uma visão de jovem que, ao final da Educação Básica: constitua e consolide uma forte base de conhecimentos e de valores; não seja indiferente aos problemas reais que estão no seu entorno e se apresente como parte da solução; agregue um conjunto amplo de competências que o permita continuar seu aprendizado nas várias dimensões de seu cotidiano, executando o seu Projeto de Vida (Disponível em: <http://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/> Acesso em: 08 fev. 2020).

Como indicado no fragmento acima, “a solução central do ICE” é conduzir os estudantes por valores individualistas, para pensar um projeto individual não de cidadão coletivo, são levados a centrar sua experiência estudantil na definição precoce de suas carreiras, na posição que querem ocupar no mercado de trabalho. Um avanço para neoliberalização da escola pública, orientada por uma ideologia administrativa empresarial. Durante o período de frequência na escola Olivina Olívia foi possível obter acesso a alguns materiais orientadores da *escola da escolha*, nessa ocasião procurei mais detalhes sobre o que e quem era o ICE, de onde eles tiraram esse modelo, a relação do instituto com o governo do Estado, o que seria a “base forte de conhecimento e valores” que eles se fundamentam e não encontrei qualquer reflexão ou explicação sobre estas questões nesses materiais.

A linguagem dos documentos seguia um repertório empresarial: “gestão”, “administração”, “excelência”, “competitividade”, “empreendedorismo”, entre outros jargões do tipo permeados pela ideia de individualização, de colocar sobre o estudante o controle e a responsabilidade sobre o seu futuro, como se tudo dependesse apenas dele; apresentando o estudante como o gestor da sua própria história. Esse ideário de projeto de vida disseminado pelo ICE pode ser denominado “pedagogia do *homo economicus*” (MICHETTI, 2020), caracterizado como um: “[...] ente idealizado pelos agentes propulsores do modelo como capaz de se auto-organizar, auto-controlar, auto-empreender, de se adaptar a mudanças constantes, de enxergar e viver a vida como um projeto a ser executado de maneira racional e consciente” (*Ibidem*, p. 303).

Um dos objetivos do modelo é a busca das elites empresariais por produzir um país conforme sua semelhança, através de modelos empresariais para a educação pública com base no “papel educativo” auto atribuído pelo empresariado, que tem conseguido transformar suas iniciativas em políticas públicas de alcance nacional (*Ibidem*). Foi nesse contexto de modelo escolar centrado no individualismo que a pesquisa de campo foi desenvolvida. Após o contato inicial com a escola e os alunos das aulas de História, continuou-se o acompanhamento das aulas sempre que não havia contratempos que dificultassem a continuidade da pesquisa. Pois durante o período ocorreram alguns recessos, paralisações, programações extraclasse, eventos como falta de água, falta de luz, atraso na merenda, entre outras demandas de organização interna e externa.

Diante disso, optamos por mudar a estratégia inicial de passar algumas semanas observando cada turma para identificar o perfil procurado e focamos em conversar com a maior quantidade de alunos possível em cada visita semanal feita à escola. Desse modo, o horário das aulas de História foi abandonado, substituído pelas aulas de Sociologia. A ajuda do professor dessa disciplina foi essencial para que a realização da coleta dos dados fosse possível, possibilitando conhecer e observar várias outras turmas de primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio. Sempre que permitido e que tinha aula, me fazia presente e tentava combinar com alunos uma entrevista e assim ia observando as salas que tinha acesso e os alunos que combinava de entrevistar.

As observações voltaram-se a interação deles no espaço da sala de aulas e como lidavam com determinados temas que surgiam nas aulas, desse modo observávamos como a questão dos valores iam despontando em suas reações. Por ser ano de eleição, sempre surgiam comentários sobre as campanhas em disputas, algo que ajudou a escolher os alunos que partilhavam afinidades com valores e ideias neoconservadoras e neoliberais como: a concordância com a ideia de que o mercado precisava ter mais liberdade para poder gerar mais empregos, que tinha que pagar menos impostos, tal como as ideias de que o Estado não deveria ter tanta responsabilidade com as questões sociais e que o Brasil tinha direitos trabalhistas demais, são alguns exemplos ocorridos.

Algumas aulas suscitavam esses debates e nelas era possível observar os alunos que defendiam determinadas questões. Discussões sobre segurança pública e violência urbana também apareciam e nelas tinham alunos que defendiam a morte de bandidos usando o jargão de “bandido bom é bandido morto”, frase muito articulada por Bolsonaro e seus apoiadores. As minorias políticas também foram temas dessas conversas e os alunos opinavam sobre o feminismo, aborto e direitos LGBTQIA+, etc. A reação dos alunos diante dessas questões guiou o convite para as entrevistas.

Uma das ocasiões de presença na escola coincidiu com uma palestra do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), oferecendo “oportunidades para que os alunos fossem os grandes gestores de seus futuros” conforme a fala inicial da palestrante. Durante a palestra ficou evidente o uso de uma linguagem muito similar ao conteúdo dos materiais orientadores da “escola da escolha” do ICE. O título da palestra, que tinha o intuito de vender cursos aos estudantes, era “Você no comando dos seus sonhos”, na apresentação, ao fundo, havia um slide com a frase “os passos que você iria dar na vida só depende de você mesmo”.

A palestrante começou contando uma história sobre o ensinamento das águias aos seus filhotes que empurravam eles dos precipícios para ensiná-los a voar. No fim dessa história, ela disse aos alunos que eles precisavam de um “empurrão para voar”, explicou que a emoção de voar precisa começar com o medo de cair, imaginar uma nova história para a própria vida e acreditar nas potencialidades e no que podem construir. Uma aparente romantização da insegurança ou falta de proteção social. Essa palestra durou uns 40 minutos e sempre trazendo essas questões de autorresponsabilidade e auto-gestão com o seu próprio futuro, frisando que os alunos precisavam sonhar alto, planejar, gerir, empreender, ser protagonista, voar alto, se arriscar e fazer as suas escolhas darem certo, buscando o caminho para alcançar o que desejavam.

Um dos slides apresentados na palestra trazia o seguinte compilado de frases: “a vontade de se preparar tem que ser maior que a vontade de vencer”; “estude, se dedique, enfrente e siga adiante”; “o campeão é aquele que aprende o que não sabe fazer e procura melhorar sempre”; “Nós somos o que pensamos, cuide do seu cérebro, pois as palavras são bumerangues, o que a gente joga, volta”; “Eu posso, eu quero e eu vou! ”; “Se você pensa que está vencido você já estará vencido, pensou em perder, já perdeu!”; “O sucesso começa com a vontade e tudo é uma questão de escolha”; “Descubra seus talentos, procure descobrir o que você faz de bom e analise o que precisa melhorar”; “Não espere o incentivo dos outros, o primeiro a acreditar nos seus sonhos tem que ser você”. Depois do slide das citadas frases, a palestrante afirmou que a carreira profissional é feita de escolhas e perguntava retoricamente: “quais suas metas para o futuro, como ele será?”, “O que fazer para alcançar esse futuro, onde você quer chegar?”; “o que você quer ser, quem te inspira?”.

Após todas estas frases, a palestrante falou sobre a necessidade de ter competência profissional e sobre o que é esperado de um profissional: “comunicação\saber ouvir; empatia\se colocar no lugar do outro; saber se expressar\saber falar, escrever; trabalhar em equipe, ser responsável e ter liderança”. Em seguida partiu-se para considerações acerca do mercado de trabalho, apresentando-o como espaço de competição em que os profissionais precisavam desenvolver habilidades, ter Ensino Médio, cursos técnicos, cursos superiores, tinham que fazer a diferença para conseguir se destacar e para isso precisavam ter capacidade mental, disciplina, capacidade física, paixão, capacidade emocional, consciência e capacidade espiritual.

A palestra seguiu e passou a tratar do *marketing pessoal* que um profissional precisa ter para voar alto, afirmando que nós somos o nosso produto e precisamos ter talento, experiência, conhecimento e então a palestrante passou a dar algumas dicas: “respeite os outros, cultive amizades, aprenda a ouvir mais que falar, seja educado e evite ser rude, elogie as pessoas, seja

humilde, não entre em choque com os outros, sorria mais, cuide de sua apresentação pessoal. Crescer é um processo continuado, cuide mais de você, tenha sonhos, mantenha o foco, lute pela sua felicidade e, por fim, a um profissional não pode faltar uma boa dose de confiança, perseverança e foco no nosso objetivo”.

Posteriormente vieram as frases finais antes da apresentação dos cursos que estavam à venda: “Vocês são do tamanho dos seus sonhos, procurem sonhar alto e busquem aliados”; “Não há limites para sonhar, basta acreditar, o avião só sobe contra o vento. Se temos um super sonho temos que subir mesmo contra o vento!”. E então chegou a hora de oferecer os cursos que ajudariam os alunos a voar como águia: curso de porteiro e vigia, de ajudante de cozinha, de cabelereiro, operador de caixa entre outros do gênero. Os alunos fizeram perguntas sobre como funcionavam valores e matrículas e depois se direcionaram a sala de aula.

Depois de passar mais de meia hora falando sobre sonhar alto, ser águia, voar, ir longe; enchendo a cabeça dos alunos com jargões corporativos que, de forma variada e às vezes até bonita, reforçam a ideia de que tudo o que acontece na vida deles se deve somente aos seus esforços individuais; a palestrante sugeriu aos filhos das classes subalternas que pagassem cursos e se especializassem em profissões que vão lhes manter na condição de subalternos. Seria esse o limite dos sonhos que a instituição SENAC atribuía aos alunos da escola pública? O SENAC, igualmente ao ICE, foi na escola pública difundir a ideia de que tudo depende da escolha e de sonhos individuais.

O tipo de retórica que não traz consigo nenhuma reflexão referente às condições materiais básicas que uma pessoa precisa ter para poder fazer escolhas e até mesmo para sonhar, tampouco discute o papel de políticas públicas de Estado para proporcionar oportunidades e possibilidades. Uma ideia fundamental da mensagem moral do neoliberalismo, como já discutimos, a mensagem de desresponsabilização do Estado sobre político e pelo social; mensagem essa que tem a finalidade de reduzir a capacidade democrática do Estado, jogando as responsabilidades que deveriam ser resolvidas no âmbito político e social para a moralidade tradicional e para o mercado (BROWN, 2019).

É isso que o adolescente ou jovem subalterno aprende através de uma instituição empresarial e por um modelo de escola empresarial: atribuir todas as impossibilidades impostas a ele à sua própria falta de sonhos, más escolhas e má gestão de sua própria vida. Ou seja, a si mesmo. Conforme Safatle (2020), em diálogo com Foucault, Weber e a psicanálise, isso se trata de um *profundo trabalho de design psicológico* ou *trabalho de internalização* de “predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo, guiada através da generalização de princípios empresariais [...] para todos os meandros

da vida” (SAFATLE, 2020, p. 30), o que faz com que a empresa possa nascer na mente e no coração dos indivíduos. Esse trabalho psicológico só é possível a partir da repetição: “Generalizada de extorsões morais que nos levam a compreender toda resistência a tal redescritção empresarial da vida como falta de moral, como recusa [...] em assumir a virtude da coragem diante do risco de empreender e abrir novos caminhos por conta própria” (*Ibidem*, p. 30).

Se trata de um ideal empresarial do “resultado psíquico necessário da estratégia neoliberal de construir uma formalização da sociedade com base no modelo de empresa” (FOUCAULT *apud* SAFATLE, 2020, p. 30). Nesse contexto, a generalização do modelo empresarial no cerne do corpo social possibilita a autocompreensão dos indivíduos como *empresários de si mesmos*. Essa generalização descreve as formas hegemônicas de violência na vida social, uma vez que a empresa não se trata só de um tipo de racionalidade econômica, é também *a expressão de uma forma de violência*, pois a competição empresarial é:

Um processo de relação fundado na ausência de solidariedade (vista como entrave para o funcionamento da capacidade seletiva do progresso), no cinismo da competição que não é competição alguma (pois baseada na flexibilização contínua de normas, nos usos de toda forma de suborno, corrupção e cartel), na exploração colonial dos desfavorecidos, na destruição ambiental e no objetivo monopolista final. Essa violência pede uma justificação política, ela precisa se consolidar em uma vida social na qual toda figura de solidariedade genérica seja destruída, na qual o medo do outro como invasor potencial seja elevado a afeto central, na qual a exploração colonial seja a regra (SAFATLE, 2020, p. 32).

Conforme o autor, o discurso fundamentado na psicologia e na economia como base para a gestão de pessoas provocou a total reorganização do que ele chama de *gramática do sofrimento psíquico* devido ao fato de que para ser interiorizadas, as condutas e disposições desse discurso, devem ser mais que ideais normativos, devem reconfigurar o nosso jeito de compreender o sofrimento, já que os modelos socioeconômicos são também modelos *de governo e de gestão social de subjetividades*, motivo pelo qual não podem ser entendidos separadamente da sua “capacidade de instauração de comportamentos e modos subjetivo de autorregulação. Eles não podem ser elucidados sem a gestão de uma psicologia que lhes é inerente” (*Ibidem*, p. 33).

Com essas questões postas, tanto o material orientador da “escola da escolha”, quanto o conteúdo da palestra do SENAC se organizam em torno de um discurso híbrido entre psicologia e economia que trata a vida e o futuro dos estudantes como se fossem resultados exclusivos das suas ações individuais. Isso obscurece da consciência dos indivíduos as impossibilidades impostas pela estrutura do modelo socioeconômico em que ele está inserido, o objetivo é fazê-los acreditar que o insucesso é fruto da insuficiência e inibição do sujeito. O pode resultar em

sofrimento psíquico, que no modelo neoliberal se expressa principalmente pela depressão, já que o indivíduo é ensinado que tudo o que lhe acontece se deve somente a sua capacidade ou incapacidade de gerir bem a própria vida e o próprio futuro.

Esse tipo de retórica esvazia a reflexão sobre o direito que todo o cidadão tem na partilha das riquezas produzidas por toda a sociedade, que ao invés de estarem concentradas injustificadamente e injustamente no bolso dos mais ricos (SOUZA, 2016) poderiam ser revertidas para o bem comum por meio de políticas públicas capazes de gerar maiores oportunidades para os grupos sociais, sobretudo, os mais desfavorecidos. Se trata de um discurso que não traz nenhuma ponderação sobre a necessidade de políticas de Estado para atenuar o desemprego, a má distribuição das riquezas no país e as desigualdades sociais.

Durante a palestra do SENAC, enquanto falava em mercado de trabalho, a palestrante em momento algum citou que a situação do país na época era a de que nenhum setor estava contratando e que já estávamos na casa dos 12 milhões de desempregados; entre eles, pessoas com cursos técnicos e superiores, que provavelmente também sonhavam, tinham projetos de vida, faziam escolhas, mas ainda assim não estavam conseguindo inclusão no mercado de trabalho. Não houve nessa palestra qualquer reflexão sobre escolhas e gestões políticas e econômicas realizadas pelos nossos representantes políticos que têm impacto direto nas nossas vidas.

As ideias disseminadas na palestra e no modelo da *escola da escolha* convergem e são basilares do neoliberalismo, que para ser funcional precisa garantir que as pessoas introjetem a ideia de desobrigação ou falta de necessidade de proteção do Estado, a ideia de que elas são empresárias de si mesmas (SOUZA, 2012; BROWN, 2019; SAFATLE, 2020). No neoliberalismo não tem espaço para políticas sociais, coisa pública, coletividade, bem comum; e o sujeito neoliberal, nesse caso, o aluno alvo do bombardeio desses valores, precisa entender e se conformar que é ele que tem que gerar meios, ter garra, lutar e conquistar por si próprio. O que se apresenta nessa retórica é o ideal de que o caminho tem que ser pelo esforço individual, pelo setor privado, pelo empreendedorismo: “faça você mesmo, conquiste, lute, não dependa de nada, nem de ninguém”. Isso seria ótimo se todos tivessem condições estruturais, materiais e oportunidades iguais para “se virar”, o que um sistema que demanda desigualdades abissais como o neoliberalismo não permite que ocorra.

Com o exposto, na aula após a palestra, o professor de Sociologia perguntou para os alunos o que eles acharam da visita do SENAC, alguns responderam que acharam ótimo e outros que a palestrante “enchia a bola deles” só para vender curso. No meio das respostas surgiu a fala de uma aluna do terceiro ano que disse: “A mulher passou o tempo inteiro dizendo

que a gente deveria ir longe, fazer o melhor, ser melhor, para depois falar em curso de porteiro! Por que não de juiz, astronauta, médico? Me poupe!”. Essa fala suscitou uma discussão entre os alunos, começaram a questionar se nas escolas particulares os cursos oferecidos também seriam esses. Outro aluno respondeu: “Mas nem todo mundo vai para universidade, tem que ter curso técnico também, não é qualquer um que é um bom porteiro, cozinheiro, precisa de curso”. Então a mesma aluna retrucou: “Para pobre eles só oferecem cursos para continuar a ser pobre, porque os ricos também não podem fazer cursos para profissões assim, de porteiro, vigia? Porque só pobres têm que ter outro plano além do de ir para universidade?”. Ficou o silêncio e a reflexão, a discussão tomou outros rumos (quem iria fazer os cursos ou não) e a aula seguiu.

Descrever o modelo da escola da escolha, o conteúdo da palestra do SENAC e da discussão em sala gerada por ela, é indispensável para exemplificar a forma e os meios em que os valores neoliberais se fazem presentes em todas as esferas da experiência social. Essa descrição ajuda a compreender os mecanismos pelos quais essa representação da realidade promovida pelo modelo neoliberal se difunde pelo campo dessa pesquisa e o quanto essa “pedagogia do *homo economicus*” se faz presente no dia a dia dos alunos da escola pública, sobretudo após a nova organização escolar sob um modelo empresarial.

4.3 Apresentação geral das entrevistas e categorização a partir das respostas

Após semanas de observação, os alunos que entendi que correspondiam ao perfil procurado, oriundos das classes subalternas simpatizantes do bolsonarismo, foram convidados para a entrevista. Conversei com quarenta jovens e fiz várias perguntas que permitiam conhecer o perfil, os valores, as influências e como eles lidavam com determinadas questões morais, sociais e políticas. Por opção de organização e pelo volume de dados e temas abordados, apresentaremos e analisaremos as respostas das entrevistas por quadros ou gráficos distribuídos em três capítulos.

A primeira parte dos dados trata do perfil socioeconômico dos pesquisados e mostra como eles conceberam as falas ou promessas da chapa Bolsonaro para os mais pobres, serão apresentados nesse capítulo. No capítulo seguinte, começaremos a organizar o mapa dos valores, conheceremos as percepções e expectativas mais gerais dos entrevistados sobre aquele cenário político e a respeito de um governo sob Bolsonaro.

No último capítulo traremos dados mais específicos que se referem aos principais temas que centralizam a percepção e preocupações gerais dos estudantes sobre a política: segurança pública e respeito aos valores. A corrupção também foi um tema recorrente nas falas, indicado por eles como a maior preocupação. Contudo, como eles articulam esse problema em quase

todos os quadros, o que nos conduz a discutir o tema em diversos momentos, escolhemos não trazer a questão da corrupção em um quadro específico, para evitar muitas repetições.

Algumas perguntas mais objetivas e/ou com muitas respostas iguais possibilitou a organização de alguns desses dados em forma de gráfico utilizando o *Google Forms*. Outras questões que buscavam compreender de maneira mais abrangente a forma na qual os entrevistados articulavam seus valores sobre os temas propostos, obtiveram respostas menos objetivas e serão apresentados em forma de quadro. Como se trata de um volume significativo de dados, com exceção do primeiro quadro, os demais serão divididos por tipo, categorias ou perfis de respostas que serão explicados e identificados em cada um deles.

Como já indicado, as entrevistas foram realizadas com jovens da faixa-etária entre 15 e 20 anos que estão cursando os anos finais do Ensino Médio. Das quarenta entrevistas que foram realizadas, 35% foram com jovens do sexo feminino (14 entrevistas) e 65% com jovens do sexo masculino (26 entrevistas). Dentre as 14 estudantes entrevistadas, três não apontaram Bolsonaro como preferido à presidência da república nas eleições 2018. Entre os 26 entrevistados do sexo masculino, seis não escolheram Bolsonaro, vejamos o primeiro quadro:

Quadro 1: Dados socioeconômicos e preferência de candidato à presidência nas eleições 2018.

ID ³⁴ / Sexo	Bairro onde Mora	Profissão da Mãe	Profissão do Pai	De que classe social se considera?	Considera que tem boas condições financeiras?	Preferência de voto para a presidência da república em 2018?	Preferência de voto da família para a presidência da república em 2018?
01/ M	Mangabeira	Advogada	Falecido	Média baixa	Mais ou menos	Bolsonaro	Bolsonaro
02/ F	Colinas do Sul	Confeiteira	Aux. Administrativo	Média	Mais ou menos	Bolsonaro	Bolsonaro
03/ F	Colinas do Sul	Serviço gerais/ minha madrasta está desempregada	Trabalha em uma granja	Média baixa	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
04 / F	Tambaú	Trabalha como secretária numa agência de turismo	Não sei mais dele, é separado	Média	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
05/M	Jardim Veneza	Não sei, é separada	Pedreiro	Média	Mais ou menos	Bolsonaro	Uma parte em Haddad, outra em Bolsonaro
06/M	Padre Zé	Dona de casa	Segurança	Média baixa	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
07/M	Mandacaru	Cozinheira	Atende na empresa Fiori	Média	Mais ou menos	Bolsonaro	Bolsonaro
08/F	Altiplano baixo	Dona de casa	Porteiro	Baixa	Não	Bolsonaro	Bolsonaro
09/M	Mandacaru	Pensionista	Entregador	Média baixa	Mais ou menos	Bolsonaro	Daciolo e Bolsonaro

³⁴ “ID” corresponde a identificação dos entrevistados. Essa ordem será seguida em todos os quadros para que possamos relacionar com mais facilidades todas as respostas do mesmo entrevistado a todas as questões contidas em todos os quadros.

10/F	Bairro das Indústrias	Professora infantil	Mecânico	Média	Mais ou menos	Bolsonaro	Uma parte em Haddad, outra em Bolsonaro
11/F	Alto do Matheus	Desempregada	Autônomo	Classe trabalhadora	Mais ou menos	Bolsonaro	Haddad
12/M	Cabelo	Madrastra vendedora de carros	Funcionário público municipal	Classe trabalhadora	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
13/M	Bairro das Indústrias	Cuida do nosso pequeno comércio em casa (mercearia)	Vendedor	Classe trabalhadora	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
14/F	Mandacaru	Dona de casa	Serralheiro	Média	Um pouco	Bolsonaro	Haddad
15/M	13 de Maio	Professora do E. Fundamental	Professor de Matemática e policial	Baixa	Mais ou menos	Bolsonaro	Bolsonaro
16/M	Bancários	Atendente	Gerente de uma papelaria	Média	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
17/M	Bancários	Dona de casa	Ourives	Classe trabalhadora	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
18/M	Cruz das Armas	Trabalha em loja	Fiscal de uma faculdade	Média	Mais ou menos	Bolsonaro	Bolsonaro
19/M	Torre	Func. Pública (Professora de matemática)	Segurança	Média	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
20/F	Bairro das Indústrias	Doméstica	Pedreiro	Média baixa	Mais ou menos	Bolsonaro	Bolsonaro
21/M	Roger	Artesã	Moro com avó, meu avô é aposentado. Não sei do meu pai, é policial, mas não tenho contato	Média	Sim	Bolsonaro	Bolsonaro e Ciro
22/M	13 de Maio	Mãe adotiva é professora aposentada	Pai é concursado Federal. Moro com os avós. O Avô é aposentado.	Média	Sim	Bolsonaro	Bolsonaro
23/F	Rangel	Cabelereira	Motoboy	Média	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
24/M	Jacumã	Dona de casa. Rural	Empregado rural. Moro com meus avós e duas irmãs, meus pais são do interior. Minha avó é pensionista	Média	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
25/M	Tambaú	Nutricionista	Tem uma empresa de segurança eletrônica	Média	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
26/M	Alto do Matheus	Enfermeira, cuidadora de idosos	Técnico em tecnologia da informação	Média baixa	Mais ou menos	Bolsonaro	Uma parte Bolsonaro e uma parte Haddad
27/M	Bairro das Indústrias	Doméstica	Pedreiro	Média baixa	Um pouco	Bolsonaro	Uma parte Bolsonaro e uma parte Haddad
28/F	Cruz das Armas	Instrumentadora cirúrgica	Desempregado, fazendo Uber	Média baixa	Mais ou menos	Bolsonaro	Bolsonaro
29/M	Bairro das Indústrias	Aposentada como Aux. De Serviços gerais	Operário de uma Fábrica	Classe trabalhadora	Não	Amoedo	Bolsonaro
30/M	José Américo	Dentista	Falecido	Média	Mais ou menos	Bolsonaro	Bolsonaro
31/M	Bairro das Indústrias	Trabalha em restaurante	Trabalha numa fábrica de costura	Média	Um pouco	Bolsonaro	Ciro e Bolsonaro
32/M	Bancários	Desempregada	Está fazendo Uber	Média	Não	Prefiro voto branco, mas concordo com o que Bolsonaro fala sobre a segurança.	Uma parte Bolsonaro e uma parte Haddad

33/F	13 de Maio	Madrasta Freelancer com empresas de carro	Com carros personalizados	Média	Um pouco	Bolsonaro	Bolsonaro
34/M	Aeroclube	Funcionária pública na administração do DNIT	Não tenho notícia, mora em Brasília acho que está desempregado.	Média baixa	Não	Não voto em Bolsonaro, e as outras opções também, muito difícil, tô pelo nulo.	Uma parte Haddad, outra Ciro.
35/F	Bairro das Indústrias	Desempregada	Supervisor de forno em um restaurante	Média	Mais ou menos	Nenhum. Eu realmente poderia votar em Lula, mas, depois do que aconteceu e ele foi acusado, acabei perdendo a confiança. Não votaria nele.	Bolsonaro
36/M	Bairro dos Ipês	Desempregada	Pedreiro	Média	Não	Nenhum	Uma parte Bolsonaro e uma parte Haddad
37/F	Cabedelo	Doméstica	Serviços Gerais	Média	Um pouco	Nenhum. Acho que a gente perdeu, sabe? A esperança de achar quem realmente represente.	Bolsonaro
38/F	Bayeux	Doméstica	Porteiro	Classe trabalhadora	Não	Nenhum [...] Parece que todos eles são ficha suja, então, esse ano acho que eu votarei em branco.	Haddad
39/M	Santa Rita	Auxiliar de serviços gerais	Garçom	Baixa	Não	Pensei em votar em Bolsonaro, depois que eu vi as coisas que ele falou machista, matar todo mundo, desisti.	Bolsonaro
40/M	Aeroclube	Funcionária Pública aposentada. TST Brasília	Funcionário Público aposentado. Segurança no Congresso Nacional.	Média	Um pouco	Eu acho que vai dar Bolsonaro, todo mundo falando dele, mas não escolho ele não, escolheria Lula, mas não vai participar.	Uma parte Bolsonaro e uma parte Haddad

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Esse primeiro quadro inicialmente nos deixa claro que estamos tratando de jovens que, em sua maioria (31 de 40), optaram por Bolsonaro durante o pleito de 2018. Dos 32 entrevistados que responderam Bolsonaro, quando questionados sobre as opções políticas da família: 23 responderam Bolsonaro; 4 responderam que a família estava dividida entre Haddad, candidatura petista e Bolsonaro; 2 falaram que a família estava dividida entre Ciro Gomes, que disputava tanto o voto neoconservador, antipetista, quanto o voto progressista, e Bolsonaro; 2 falaram que a família votaria em Haddad; e 1 respondeu que a família estava dividida entre a candidatura de Bolsonaro e do Cabo Daciolo, pastor evangélico e militar bombeiro, com uma campanha focada na agenda dos costumes.

Entre os 9 entrevistados que não responderam Bolsonaro como opção, 1 respondeu Amoedo, empresário, banqueiro que na época das eleições declarou uma fortuna de 425 milhões e fazia uma campanha com o foco na agenda neoliberal e também neoconservadora; quando

questionado sobre o voto da família, esse entrevistado respondeu Bolsonaro. 2 responderam que votariam em Lula, entre esses dois uma falou que perdeu a confiança nele depois das acusações e da prisão e que sua família votaria em Bolsonaro; e o outro respondeu que sabia que Bolsonaro ganharia, mas votaria em Lula se ele estivesse participando da eleição e que a família estava dividida entre Bolsonaro e Haddad. 2 responderam que votaria branco, entre eles um respondeu que concordava com Bolsonaro em relação aos seus posicionamentos sobre segurança pública (acesso facilitado a armas, pena de morte, maioria penal etc.), além disso, respondeu que a família estava dividida entre Haddad e Bolsonaro; e a outra respondeu que votaria branco porque “todos eram ficha suja” e que a família votaria em Haddad.

Quatro entrevistados entre os nove que não responderam Bolsonaro como opção de voto falaram que não votariam em nenhum dos candidatos, entre esses quatro 1 não justificou a resposta e disse que a família estava dividida entre Bolsonaro e Haddad, 1 respondeu que não votaria em Bolsonaro, mas que as outras opções também estavam muito difíceis, por isso anularia o voto e falou que a família estava dividida entre Ciro e Haddad. Uma respondeu que estava sem esperanças de achar alguém que realmente representasse e que a família votaria em Bolsonaro; e o último entre eles respondeu que pensou em votar em Bolsonaro, mas depois que viu as “coisas que ele falou machistas e que ia matar todo mundo” desistiu, mas a família votaria em Bolsonaro.

Diante dessas respostas, vemos que a maioria dos entrevistados aderiram e têm na família pessoas que aderiram ao bolsonarismo, além disso, oito daqueles que não escolheram o presidente, trazem em suas respostas valores que refletem o quadro de valores neoliberais e neoconservadores em disputa no cenário político e que também eram parte da agenda de Bolsonaro: como a identificação com o enquadramento do debate sobre a segurança pública no desrespeito aos Direitos Humanos; a identificação com o antipetismo e com a retórica anticorrupção e demonização da política impulsionadas pela união mídia e *Lava Jato*, exploradas pelos adversários do PT; a identificação com a agenda neoliberal e neoconservadora como a de Amoedo.

Apenas um entrevistado entre os nove que não optaram por Bolsonaro, o “40 M”, aparentou, nesse primeiro quadro de dados, não priorizar o tema corrupção (que como já discutimos é tratado no Brasil por um viés moral com finalidades políticas), ou outros elementos da agenda neoliberal ou de costumes ao responder que, se solto, votaria em Lula. Resolvemos mantê-lo na amostra como um contraponto, como um exemplar dos vários outros estudantes da escola que mesmo diante do bombardeio de valores que têm por finalidade desenhar sujeitos e orientar ações, não foi conduzido totalmente por eles. Pois ainda que a razão neoliberal

disponha de estratégias sofisticadas para desenhar sujeitos, há pontos de resistências, como encontraremos nos nossos dados. Assim, entendemos que mesmo não havendo por parte de todos a escolha por Bolsonaro, nossos entrevistados orientaram suas opções políticas a partir dos consensos construídos socialmente em torno dos valores neoliberais e neoconservadores, o que vai ficando mais claro a cada quadro de dados

Além disso, esse quadro também nos permite cruzar os dados entre a posição social ocupada pelos entrevistados no sistema de produção neoliberal; e a auto atribuição e percepção deles em relação a seu pertencimento de classe e às suas condições materiais. Para coletar os dados sobre pertencimento de classe não colocamos categorias na questão, deixamos que eles respondessem de acordo com suas próprias percepções sobre suas posições sociais. Desse modo, o cruzamento entre os dados sobre classe e suas *percepções* em relação à suas posições de classe se fazem possíveis através das respostas dos entrevistados sobre o bairro onde moram e a ocupação profissional de seus pais; assim como através de suas respostas à pergunta sobre que classe social eles pertencem; também a partir das respostas ao serem perguntados sobre suas condições financeiras.

Com isso posto, ao observar os bairros onde nossos entrevistados moram, percebemos que apenas três citados por eles – Aeroclube, Tambaú e Bancários – não se tratam de bairros periféricos da grande João Pessoa. São lugares que aparecem nas listas de “melhores bairros para morar ou se hospedar ou conhecer em João Pessoa” dos sites de imobiliárias, de finanças ou de agência de turismo. No entanto, entre esses três bairros, o Bancários é mais popular, tem imóveis, alugueis, hospedagens e comércios com preços mais acessíveis em relação ao bairro de Tambaú e Aeroclube, entre os três é o bairro mais distante das praias e dos principais hotéis, restaurantes, empresas de turismo e pontos turísticos mais visitados da cidade. Nesse contexto, sete entrevistados responderam morar nesses bairros não periféricos.

Entre esses sete entrevistados, 2 moram no Aeroclube, entre esses dois, um se considera classe média baixa e respondeu que não tem boas condições financeiras e que sua mãe é funcionária pública federal em um setor administrativo do departamento nacional de infraestrutura e transportes, além de falar que não tem notícias do pai e que acha que ele está desempregado, esse não optou por Bolsonaro, falou que estava muito difícil de escolher entre os candidatos e que sua família estava dividida entre Ciro e Bolsonaro. O outro entrevistado que mora no Aeroclube, é filho de uma funcionária pública aposentada do Tribunal Superior do Trabalho, também em um cargo administrativo, sendo o seu pai também funcionário público aposentado como segurança no Congresso Nacional. Ele respondeu ser da classe média e que

as condições financeiras eram um pouco boas; esse é o “40 M”, que respondeu que votaria em Lula se ele tivesse solto e que a família estava dividida entre Bolsonaro e Haddad.

Entre os três que responderam que moram nos Bancários, um se considera da classe média, acha que as suas condições financeiras são um pouco boas, ele e a família optaram por Bolsonaro, sua mãe é atendente e seu pai gerencia uma papelaria. Outro é filho de uma dona de casa e de um ourives, respondeu ser da classe trabalhadora, considera que as condições financeiras são um pouco boas e ele e a família optaram por Bolsonaro. O último dos nossos entrevistados, morador de Bancários, respondeu ser da classe média, disse que não tinha boas condições financeiras, sua mãe estava desempregada e seu pai estava fazendo corridas pelo aplicativo Uber, e que apesar de concordar com Bolsonaro sobre as questões de segurança pública, falou que não votaria nele e que a família estava dividida entre Haddad e Bolsonaro. Já os dois que responderam morar em Tambaú, uma se considera classe média, com uma condição financeira um pouco boa, a mãe trabalha como secretária em uma agência de turismo, ela não tem notícias do pai; ela e a família optaram por Bolsonaro. O outro morador de Tambaú se considera da classe média com as condições financeiras um pouco boas, a mãe é nutricionista, o pai tem uma empresa de segurança eletrônica e ele e a família optaram por Bolsonaro.

Dentre esses sete casos de moradores de bairros não periféricos, de acordo com as categorizações de Souza (2012; 2018) quatro se encaixam na *massa da classe média* real, o que se costuma chamar pelos critérios de renda de classe A e B ou classe média e classe média baixa, onde não cabe os milhares de trabalhadores precários que ascenderam nos governos petistas, os quais ele chama de *batalhadores* (SOUZA, 2018, p. 21). Isso se justifica porque seus pais são servidores públicos e / ou proprietários de negócios ou com empregos melhores remunerados. A classe média real, conforme o autor, se forma a partir da apropriação privilegiada do conhecimento especializado e um capital cultural indispensáveis para o funcionamento do mercado ou do Estado, o que lhes permite ascender hierarquicamente em relação à “ralé”, de quem eles exploram o trabalho braçal, principalmente doméstico, para poder ter tempo de se especializar em certas áreas e galgar melhores salários, também em relação aos “batalhadores” (*Ibidem*).

Já os três moradores dos Bancários (bairro não periférico mais popular em relação aos outros dois), descrevem seus pais entre o desemprego, o microempreendedorismo e a informalidade, o que para Souza é característico dos *batalhadores*, que estão bem mais próximos das vulnerabilidades sociais que assolam a *ralé*, muitos são originários dela, do que da massa da classe média real. Dois deles responderam ser parte da classe média, apenas um

entre esses três, o filho da dona de casa e do ourives, o “17M”, respondeu ser parte da classe trabalhadora, respondeu também que ele e a família optaram por Bolsonaro, que como sabemos representa um quadro de valores e interesses que não são oriundos ou vantajosos para a classe trabalhadora, embora há tempos estejam difundidos sobre ela.

Dentre os 33 entrevistados que responderam morar em bairros periféricos: cinco responderam ser da “classe trabalhadora” (“11F”; “12M”; “13M”; “29M”; “38F”), seus pais ocupam funções que correspondem a chamada parte mais explorada da classe trabalhadora, com empregos de remuneração de até um salário mínimo e meio, ou recorrendo ao trabalho informal e aos micros negócios, o que se encaixa na categoria *batalhadores* de Souza (2012). Seus pais trabalham como pedreiro, atendente de loja, autônomo, vendedor, fiscal de loja, dono de uma pequena mercearia, Uber, entregador; serralheiro, artesão, etc. Três se auto atribuíram a classe “baixa” (“8F”; “15M”; “39M”) que no debate sobre classes no Brasil é equiparada a categoria “pobre” ou “ralé”, aqueles que exercem os trabalhos mais desvalorizados socialmente, *empregado enquanto mero corpo, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular* (SOUZA, 2009, p. 24), como domésticas, vigias, faxineiros, garçons, etc. Com a exceção do “15M” que é filho de professores, os outros dois realmente são filhos de pessoas que trabalham nessas funções como podemos conferir no quadro 1.

Oito responderam ser da classe “média baixa” (“1M”; “3F”; “6M”; “9M”; “20F”; “26M”; “27M”; “28F”) e dezessete responderam ser parte da “classe média” (“2F”; “5M”; “7M”; “10F”; “14F”; “18M”; “19M”; “21M”; “22M”; “23F”; “24M”; “30M”; “31M”; “33F”; “35F”; “36M”; “37F”), sendo essas posições de classe as que juntas compreendem o maior número (31 de 40 no total, 25 dos 33 que responderam morar em bairros periféricos) de identificação por parte dos entrevistados. Como já mencionamos essas duas classificações: classe média baixa ou classe média, são tratadas por critérios de renda como classes “A” e “B” ou com essas mesmas nomenclaturas respondidas pelos pesquisados. Porém, quando observamos a profissão dos pais deles e o bairro onde moram, vemos que a maior parte deles se identificam com uma classe que tem privilégios e características que lhes permitem atuar em profissões mais valorizadas socialmente e com maiores remunerações que as ocupadas pelos pais de muitos que se identificam com ela.

Diante desses dados, o que fica claro até aqui é o perfil socioeconômico dos entrevistados, corresponde as classes menos favorecidas pelo sistema neoliberal, as classes subalternas. Uma vez que nenhum deles estava entre o 1% mais rico que até 2017 concentrava

27,8%³⁵ de toda a riqueza nacional (atualmente, 28,3%³⁶), a quem de fato interessa e é privilegiado pelo neoliberalismo. Não estavam posicionados também entre o que Souza (2018) chamou de *alta classe média*, que compreende apenas 2% entre os 20% da classe média real, sendo os outros 18% a *massa da classe média*. Esses 2% são caracterizados pelo autor como um setor muito bem pago da classe média, que se percebe como elite por ter uma alta remuneração, mas não são proprietários, é a ilusão de ser parte real da elite o que a faz tão fiel aos interesses de seus patrões. Enquanto os outros 18% são a *massa da classe média*, que como já tratamos, é mais privilegiada que os *batalhadores* e a *ralé*, devido à sua apropriação de conhecimentos técnicos e valorizados. Portanto, nesse quadro em que 31 dos nossos 40 pesquisados se identificaram com a classe média ou classe média baixa, apenas quatro se encaixam em fatores que correspondem ao que Souza coloca como *massa da classe média*.

Isso nos remete àquelas discussões que realizamos referentes às transformações sociais e econômicas que o Brasil sofreu entre 2003 e 2014 com o crescimento econômico do país, política de redistribuição de renda, políticas de acesso ao crédito, e incentivos para o consumo das classes menos favorecidas. Nesse sentido, acreditamos que o aumento do poder aquisitivo e do salário mínimo, a geração de novos postos de trabalho e demais políticas sociais, juntamente com a difusão da tese da “nova classe média” de Neri (2008;2011) no imaginário social, provavelmente influenciaram a percepção que os entrevistados têm de si mesmos. Eles cresceram no contexto das mudanças no padrão de consumo e acesso à renda dos setores menos favorecidos. O que leva a maioria deles a se identificar com a classe média tradicional.

Como vimos através de Chauí (2016), Singer (2012) e também em Souza (2012; 2018) essa identificação dos trabalhadores mais explorados no sistema neoliberal com a classe média tradicional é prejudicial para eles e para o país, porque facilita que eles absorvam os valores da classe dominante, assim como acontece com o setor da classe média tradicional que sonha em ser classe proprietária dos meios de produção e por isso age para manutenção das estruturas que determinam sua própria condição de subalternidade. Ou seja, age contra os seus próprios interesses; e contra um desenvolvimento social e político mais igualitário e que confronte os privilégios no Brasil (CHAUÍ, 2016, p. 20).

³⁵ Ver BORGES, Rodolfo. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. El País, 14 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html. Acesso em: 04 jun. 2021.

³⁶ Ver SASSE, Cintia. Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres. Agência Senado, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em: 04 jun. 2021.

Já que não se criou entre eles uma organização própria de classe, o que se reflete na autoatribuição da maioria à uma condição que não corresponde com seu perfil socioeconômico, eles não se reconhecem na organização ou na luta coletiva da classe trabalhadora tradicional por mais proteção social e direitos; não experimentaram uma organização enquanto grupo, enquanto coletivo. Ao invés disso, são bombardeados pelas *formulações ideológicas focadas na individualidade* (CHAUÍ, 2016, p. 20), formulação essas que têm por finalidade conduzi-los – igualmente acontece com a classe média tradicional que sonha em ser elite – a defender e desejar a conservação das estruturas de desigualdades que nunca vão permitir sua emancipação, tampouco uma distribuição menos desigual de privilégios e riquezas.

Com essas questões postas, podemos dizer então que nossos pesquisados se tratam de pessoas que não se beneficiariam, pelo contrário, enfrentariam ainda mais dificuldades diante de propostas como: “carteira de trabalho verde amarela”, “alíquota única de 20%”, “voucher estudantil”, “privatização das universidades públicas”, “escolher entre empregos ou direito”. Tampouco se beneficiaram defendendo ideias do tipo: “o Estado gasta muito com políticas sociais”, “a privatização melhora a qualidade do serviço”³⁷; entre outros pontos da cartilha neoliberal de Bolsonaro e Paulo Guedes que foram apresentados e propostos durante a campanha eleitoral e que ressoaram na fala dos nossos entrevistados como veremos nos próximos dados.

Já percebemos e temos discutido que existe todo um processo sofisticado para conduzir as pessoas prejudicadas por essa cartilha a defendê-la e a não relacionar as dificuldades que passam com o sistema que as causam; vimos também que ideias e propostas como essas citadas buscam conservar e aprofundar esse sistema. O que nos falta é perceber de que forma isso aparece na experiência dos nossos entrevistados. Nesse sentido, em busca de compreender como os nossos entrevistados perceberam e se perceberam diante de algumas falas, promessas ou propostas da chapa Bolsonaro / Mourão para os trabalhadores, perguntamos para eles: *Qual a sua opinião sobre as falas de Bolsonaro e de membros do seu governo em relação aos direitos*

³⁷ Todas essas ideias e propostas foram apresentadas e difundidas na campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018, algumas como a carteira verde e amarela e a alíquota única de 20% já foram discutidas em capítulos anteriores, as demais como os vouchers, privatizações, menos direitos podem ser vistas em Mario TOLEDO, Mario; PLATONOW, Valdemir. Jair Bolsonaro anuncia plano de privatização e prega união do país. Agência Brasil, 14 out. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-anuncia-plano-de-privatizacao-e-prega-uniao-do-pais>. Acesso em: 28 jan. 2021; PIRES, Breiller. ‘Vouchers’, ensino à distância e universidade paga, os planos na mesa de Bolsonaro. El País, 05 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541111385_565042.html. Acesso em: 22 jan. 2021.

trabalhistas? Quando pensamos nessa questão, levamos em consideração as seguintes colocações da chapa:

Temos algumas jabuticabas que a gente sabe que é uma mochila nas costas de todo empresário brasileiro. Jabuticabas brasileiras: 13º salário. Se a gente arrecada doze, como pagamos treze? É complicado. [...] O Brasil é o único lugar que a gente, quando entra em férias, ganha mais, emenda, ao comentar sobre o abono salarial que concede, ao trabalhador, um terço do salário quando este entra em férias. São coisas nossas, essa legislação sempre dita social, mas com o chapéu dos outros, não o do governo. (Fala do Vice-Presidente Mourão, em setembro de 2018, durante a campanha eleitoral em um evento direcionado a lojistas)³⁸.

Na época do ocorrido, essa fala repercutiu por semanas nas mídias televisivas e sociais, assim como a fala a seguir de Bolsonaro em entrevista ao jornal nacional da TV Globo, a ser perguntado sobre economia: É como a classe empregadora diz: O trabalhador terá que escolher entre mais direito e menos emprego, ou menos direito e mais emprego inclusive (Bolsonaro em agosto de 2018). Em seguida ao ser questionado sobre os direitos trabalhistas, fala sobre a emenda constitucional que assegurava os direitos trabalhistas das domésticas: Eu fui o único a votar contra, para proteger. Muitas mulheres perderam emprego pelo excesso desses direitos, inclusive (Bolsonaro em agosto de 2018)³⁹.

Por se tratar de episódios que foram reportados nas mídias e por serem falas que se referem diretamente aos direitos dos trabalhadores, abordamos estas questões com os pesquisados, que como vimos, têm seus pais trabalhadores, alguns, com mães que trabalham como empregadas domésticas. Além da questão em relação aos direitos trabalhistas, perguntamos também: *Sobre a questão do ensino à distância e as privatizações do ensino público mencionadas por membros do governo Bolsonaro, o que você pensa sobre isso sendo uma pessoa que estuda em escola pública e pretende fazer vestibular para o ensino público superior no futuro?* Estávamos nos referindo às já citadas ideias de “vouchers” para educação, ensino à distância e cobrança de mensalidade nas universidades públicas, provindas da chapa de Bolsonaro e também do candidato o partido novo, João Amoedo, ideias amplamente divulgadas durante a campanha. Como os nossos pesquisados se tratam de estudantes da escola pública em anos finais do Ensino Médio, alguns visando um curso superior, julgamos interessante perguntar o que pensavam sobre o assunto.

³⁸ Ver AGÊNCIA ESTADO. Em palestra, candidato a vice de Bolsonaro diz que 13º salário é 'jabuticaba brasileira'. Rádio Itatiaia, 27 set. 2028. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/em-palestra-candidato-a-vice-de-bolsonaro-diz>. Acesso em: 22 jan. 2021.

³⁹ Ver TOLOTTI, Rodrigo. Bolsonaro diz no JN que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego. InfoMoney, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/bolsonaro-diz-no-jn-que-trabalhador-tera-de-escolher-entre-direitos-e-emprego>. Acesso em: 21 jan. 2021.

E para finalizar a composição do segundo quadro de dados, perguntamos também: *O que você pensa de a classe trabalhadora votar em alguém que fala contra seus direitos?* Não no intuito de enquadrá-los ou leva-los a se enxergar como classe trabalhadora, mas para perceber como eles lidam ou justificam o fato de alguém apoiar alguma coisa que lhes é prejudicial. Com essas questões postas apresentaremos a seguir o quadro 2 com as três perguntas acima descritas e as respostas dos alunos. Visando a organização dos dados e das análises desse quadro, dividimos ele em quadro “2a”, quadro “2b” e quadro “2c”, que correspondem a três tipos ou padrões diferentes de respostas que se aproximam ou são recorrentes entre os entrevistados:

O **tipo 1** que será apresentado no Quadro 2a – reúne os dados dos entrevistados que conheciam ou não essas falas e propostas de Mourão e Bolsonaro em relação aos direitos trabalhistas e privatizações do ensino público que citamos acima; demonstraram não concordar ou gostar do conteúdo das falas, mas escolheram ou justificaram que escolheriam o presidente mesmo depois de tomar conhecimento dessas falas, porque tinham esperanças do conteúdo delas não se concretizarem ou serem inverídicos. Além disso, reproduzem algumas partes do discurso bolsonarista para justificar suas escolhas, preferindo a chapa por valores neoconservadores e/ou por antipetismo.

O **tipo 2** que será apresentado no Quadro 2b – condensa as falas dos entrevistados que não tinham a chapa Bolsonaro/Mourão como preferência, tinham consciência que as previsões eram difíceis para os trabalhadores, mas não enxergaram outra candidatura como opção, justificando isso, principalmente, por conta da decepção com os casos de corrupção atribuídos aos governos petistas. O **tipo 3** que será apresentado no Quadro 2c – junta os entrevistados que reproduziram totalmente o discurso da chapa de Bolsonaro para justificar a necessidade de retirar direitos trabalhistas e compreendem isso juntamente com a proposta de privatização ou dificuldade ao acesso à educação, como benéficos e necessários para eles e para o Brasil.

Quadro 2a: Percepção dos entrevistados referente as falas da chapa de Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores e acesso à educação pública. **Tipo 1.**

Tipo 1 ID/Sexo	Qual a sua opinião sobre as falas de Bolsonaro e de membros do seu governo em relação aos direitos trabalhistas?	Sobre a questão do ensino à distância e as privatizações do ensino público mencionadas por membros do governo Bolsonaro, o que você pensa sobre isso sendo uma pessoa que estuda em escola pública e pretende fazer vestibular para o ensino público superior no futuro?	O que você pensa de a classe trabalhadora votar em alguém que fala contra seus direitos?
1/M	Acho que minha mãe tem que ter esse direito, certo que uns abusam, tem o rombo da previdência, mas ninguém é uma máquina e precisa ter também o 13º, porque os ministros têm 13º, 14º.	Espero que não aconteça, vai prejudicar muita gente.	Eu espero que não aconteça de tirar direitos, porque teve a parte das “fake News”, teve muita coisa até dos próprios candidatos se a gente fosse procurar a fundo a gente ia ver que “aí tinha”.

2/F	Isso é errado, porque todos nós temos direitos, direito de viver, direito de moradia.	Isso é ruim, acho que não vai acontecer não.	Acho que ele (Bolsonaro) não vai tirar direito não.
3/F	Meu pai recebe férias e 13°. Recebemos bolsa família também, se for cortar está todo mundo frito. Eu acho que ele pode ter dito isso na hora, mas não sei se ele vai ter a coragem de fazer isso realmente.	É complicado, essas tinham que ter saído da boca dele, mas então fica essa pergunta: Será mesmo que ele vai fazer isso?	Não sei o que dizer.
4/F	Não acompanhei essa parte. Acho que ele vai fazer o que o povo concordar.	Eu não vi isso, mas acho que não vai acontecer.	Vota pela mudança, por não aguentar mais o PT.
5/M	Nessa parte ele está errado era para ser oposto, diminuir da taxa pobre e aumentar mais da taxa rica. Mas a economia vai melhorar de pouquinho em pouquinho, não tem como fazer tudo de uma vez só. Se focar na educação, gerando mais trabalho, mais renda, principalmente focar na educação.	Depende, porque tem pessoas que não conseguem pagar aí pode complicar a vida. Nessa parte ele está errado. Vai ser muito ruim.	É um erro. Talvez eu me arrependa de ter votado. Algumas coisas eu não vi ele dizer antes.
7/M	Economia, ele não é tão bom em economia, todo mundo sabe disso. Na área econômica ele não tem os melhores planos, às vezes Haddad tivesse até alguns planos melhores dos que o dele na área. Bolsonaro não é o cara perfeito, ele não é o melhor, tem áreas que ele acerta e tem áreas que ele erra.	Ele erra nisso também.	No começo Bolsonaro não é o cara perfeito, ele não é o melhor, tem áreas que ele acerta e tem áreas que ele erra. Eu acho que tem que haver um equilíbrio, não adianta a gente colocar um peso maior nas coisas e esquecer as outras. Mas o meu voto foi decidido mesmo pelos valores, talvez outros cristãos também pensem assim.
8/F	Eu acho que não é só ele que decide, existe um gabinete onde todos decidem se apoiam determinada lei, não é só ele. Não, eu acredito que isso não vai acontecer.	Isso daí eu não vou mentir, eu não parei pra ler bem isso.	Eu acho que Bolsonaro não vai tirar direitos não.
10/F	Eu não sabia, não consigo opinar sobre isso porque é uma coisa muito complexa. Mas acredito que a gente lute muito pelos nossos direitos, acho que não concordaria com isso.	Não concordo.	Não sei responder.
11/F	Eu acho que na questão do 13° meus familiares não apoiam, eles são da classe trabalhadora e não vão apoiar porque esperam chegar no final do ano e receber aquele dinheiro que foi trabalhado. Nessa questão eu não apoio muito porque a nossa nação tem essa estrutura, acho que precisa ser investido muito mais antes de quererem tirar o 13°.	Não vi, mas não concordo, espero que não seja verdade, porque ele falou que ia investir mais na educação.	Eu votei pela valorização da família, valores cristãos, sei que ele não decide tudo sozinho, tem que passar por votação, espero que coisas assim como cortes de direitos sejam barradas.
12/M	Não acho que seja uma proposta muito boa, mas se era um risco de voltar no governo velho, então... Mas eu não vi esse vídeo não.	Eu gostei da proposta de privatização de algumas universidades, acho que vai melhorar o ensino e a economia.	Não é Bolsonaro que decide sozinho essas coisas, tem que ter votação, acho que ele não consegue tirar de direitos e se tirar talvez gere mais empregos.
13/M	Eu vejo que a cúpula do governo quer muito tirar o Brasil desse buraco, só que eu acho que tirar da classe trabalhadora é meio complicado.	Eu acho que ele não vai conseguir fazer isso, mas se for necessário para tirar o Brasil do buraco que o PT colocou, fazer o quê?	Eles estão visando muito tirar o Brasil do buraco, acredito que eles deveriam não tirar da gente, os políticos deveriam tirar deles mesmos acho que por livre e espontânea vontade.
16/M	Para poder construir de novo um Brasil melhor, ele acaba precisando tirar um pouco do bolso da população. Infelizmente.	Assim, o tempo que a gente está hoje é um tempo de reconstruir e nisso ele acaba tendo que tirar um pouco do dinheiro do povo pra poder reconstruir.	As pessoas estavam cansadas da roubalheira do PT, então escolheram algo novo, mesmo tendo que perder um pouco de direitos. Sabem que vão ganhar em outras coisas, como segurança, mais honestidade, respeito às leis...
17/M	Isso é uma coisa que ele fala, por isso que ele não participa de debates, porque o que ele pensa ele fala, ele não é igual aos outros que fica pensando. Para ele o que ele acha é o que importa para ele, mas nem tudo que ele fala o partido vai	Eu penso assim, se a pessoa quer fazer uma faculdade para ela ter um emprego, então ela não entrou lá à toa, ela quer conquistar o seu futuro e tem muita gente que está no ensino gratuito e não está fazendo, só estão ocupando vaga de outros. Paga quem quer e quem	A gente quer mudança, vamos deixar ele trabalhar, para ver o que vai acontecer.

	deixar ele fazer. Eu votei na esperança dele não cumprir algumas coisas, mas se ele cumprir vai ser bom, não sei para quem, mas acho que ele não cumpre.	pode, porque se fosse eu, como eu quero entrar em engenharia eu pagaria para mim poder fazer.	
18/M	O vice dele que disse que o 13º não deveria nem existir. O que os brasileiros querem é mudança.	A gente só vai saber se ele vai fazer isso quando o governo começar, por enquanto é só conversa.	O povo quer mudança, deixa mudar pra ver.
19/M	Algumas coisas eu acho ruim, como o 13º, o direito das domésticas, entre outros.	Não sei direito.	Isso eu admito é ruim, mas não é certeza que ele vai tirar, a mesa tem que apoiar.
20/F	Não estou sabendo disso. Não deve ser verdade.	Estou por fora desse assunto também.	Eu penso que é preciso mudar, porque a gente não aguenta mais tanta roubalheira.
21/M	Eu não assisti não, sinceramente nunca ouvi falar. Assim, eu sou o tipo de pessoa que só vê as “mitadas” que ele fala.	Eu não vi isso.	a gente quer mudança, do jeito que tá não pode continuar.
23/F	Pesou um pouco, a gente já fica dividida, mas ainda sim optaria por ele	Acho ruim, mas essas coisas ele não consegue fazer	Eu acho que ele não tirar, porque o povo não vai deixar.
24/M	Ele precisa apertar algumas coisas para poder tirar o Brasil da crise causada pelo PT.	Ele não vai conseguir fazer tudo o que diz, não depende só dele, acho que isso não passa pelos outros.	O povo quer é mudança.
25/M	Não vi isso.	Eu acho que se você quiser um futuro tem que correr atrás, se precisar pagar, tem que lutar para conseguir.	As pessoas cansaram de tudo o que está aí, querem mudar, mesmo que venham perder um pouco.
27/M	Não sei, é errado mexer nas coisas do povo, tem que mexer no dos políticos. Espero que não façam isso.	não vi isso, mas espero que não aconteça	É difícil porque está todo mundo cansado disso tudo que está acontecendo, aí acaba apostando na mudança, mas as vezes se muda para pior né. Não sei se é isso que vai acontecer, tomara que não.
28/F	Não vi isso.	Eu não vi ele falando isso, mas acho que não vai acontecer	Penso que a população precisa de mudança e o PT ia continuar a mesma coisa.
33/F	Não vi isso, meu tio que acompanha, vou votar por confiar muito nele.	Teve isso? Eu não soube.	Aí, eu não sei sobre isso.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Nesse primeiro tipo se concentram a maioria dos entrevistados, vinte e quatro exatamente. Esses dados nos permitem perceber que mesmo que em algum momento das falas, eles reconheçam que essas propostas seriam ou poderiam ser prejudiciais para eles mesmos e seus familiares, creditam aos valores, a oposição ao PT e em nome da “mudança”, às concessões em relação aos direitos trabalhistas e ao acesso à educação pública de qualidade, que também é um direito. Muitos falaram que votaram ou votariam em Bolsonaro mesmo torcendo para que essas políticas fossem barradas por outros (“mesa”, “cúpula” ou o “povo”).

Ainda que as pessoas consigam ter alguma consciência de que o que as políticas neoliberais têm para lhes oferecer não vai lhes beneficiar, a estratégia do sistema de instrumentalização dos valores e da moral tradicional assume o papel de tentar mitigar o potencial de resistência que poderia vir dessa consciência. Nem sempre as resistências são suprimidas totalmente, o que se comprova pelo fato de que nem todos aceitaram essas propostas de forma consciente, aparece inclusive quem fala de arrependimento após ter ciência dessas políticas, outros simplesmente respondem “eu não vi isso” ou insinuam que não deve ser verdade ou que alguém precisa barrar, o que nos remete ao que aconteceu com líderes liberais na Alemanha nazista, que esperavam que o que Hitler falava em tom de ameaça aos direitos e

liberdades fundamentais não iria se realizar por falta de apoio ou por controle de forças contrárias ou institucionais. A história nos mostra que não foi o que ocorreu, que muitos que não acreditaram nas promessas de campanha de Hitler foram aniquilados pelo regime que eles mesmos ajudaram a construir. Contudo, o que se percebe aqui com os nossos pesquisados é a estratégia da “guerra cultural” de esconder ou legitimar os valores neoliberais às sombras da centralidade que os discursos neoconservadores tomam propositalmente no debate político.

Isso é parte do caminho para compreender porque mesmo entendendo que o voto em Bolsonaro poderia piorar suas condições materiais, algumas pessoas justificam: “[...]Mas o meu voto foi decidido mesmo pelos valores, talvez outros cristãos também pensem assim” (“7M”); “As pessoas estavam cansadas da roubalheira do PT, então escolheram algo novo, mesmo tendo que perder um pouco de direitos. Sabem que vão ganhar em outras coisas, como segurança, mais honestidade, respeito às leis...” (“16M”); “As pessoas cansaram de tudo o que está aí, querem mudar, mesmo que venham perder um pouco” (“25M”); “Eu votei pela valorização da família, valores cristãos, sei que ele não decide tudo sozinho, tem que passar por votação, espero que coisas assim como cortes de direitos sejam barradas” (“11F”); entre outras desse quadro.

Ao observar falas do **tipo1** é necessário ter em mente que ninguém interpreta as disputas políticas desse jeito simplesmente por ingenuidade ou burrice; existe todo um processo de distorções da realidade e de mascaramento de interesses, que influencia essas subjetividades. Quando alguns entrevistados justificaram a necessidade de perda de seus direitos por conta “do buraco que o PT nos colocou” (“13M”) ou o “rombo da previdência” (“1M”) (retóricas construídas e difundidas pela mídia partidária à serviço do mercado (SOUZA, 2016; 2018; 2020); e porque é preciso perder direitos para ganhar em “segurança, mais honestidade, respeito às leis...” (“16M”) (pautas neoconservadoras que há anos circulam pela mídia, sociedade e Congresso), percebemos o êxito dessas distorções ao serem apresentadas em forma de uma necessidade ou interesse geral, quando na verdade mascaram que se trata apenas dos interesses de poucos.

Como já tratamos nos primeiros capítulos, esse processo de criação de consensos se dá pelo domínio dos meios de comunicação, da propaganda, da psicologia, das religiões, da escola, das universidades, do entretenimento, da opinião pública, de todas as instituições que compõe o corpo social. Conforme Souza (2016) a partir do controle direto ou indireto dos meios de divulgação de informações se pode distorcer e fraudar sistematicamente a forma como uma sociedade se percebe e quais são os reais interesses que estão em jogo, pois, “afinal, são os consensos e as ideias que assimilamos sem refletir e acerca das quais não temos distanciamento

reflexivo que escravizam o nosso espírito e nos fazem agir contra nos nossos melhores interesses” (SOUZA, 2016, p. 13-14). Ou seja, não há “burrice” nessas falas, elas refletem, em maior ou menor grau, o alcance das estratégias neoliberais de constituição de subjetividades entre as classes menos favorecidas.

Quadro 2b: Percepção dos entrevistados referente as falas da chapa de Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores e acesso à educação pública. **Tipo 2.**

Tipo 2 ID /Sexo	Qual a sua opinião sobre as falas de Bolsonaro e de membros do seu governo em relação aos direitos trabalhistas?	Sobre a questão do ensino à distância e as privatizações do ensino público mencionadas por membros do governo Bolsonaro, o que você pensa sobre isso sendo uma pessoa que estuda em escola pública e pretende fazer vestibular para o ensino público superior no futuro?		O que você pensa de a classe trabalhadora votar em alguém que fala contra seus direitos?
32/M	Isso aí é ruim, vai prejudicar muito.	Isso também é ruim, acho que ele não consegue, porque não depende só dele	Complicado, mas as pessoas estão cansadas do PT e de ver a violência só crescer.	
34/M	Vai prejudicar quem mais precisa e ajudar quem tem mais.	Não tinha visto sobre isso, vai ser muito difícil para quem não tem condições conseguir fazer universidade.	Acho que teve muita enganação e o povo revoltado acabou caindo, sem perceber que vai ser pior pra eles.	
35/F	Isso aí que falo para o meu pai, que ele vai se prejudicar, eu acho errado, mas meu pai diz que é melhor que os roubos do PT.	Falo para o meu pai que ele vai ter que pagar minha faculdade se isso acontecer.	Eu acho que só quando piorar as coisas é que vão perceber o erro.	
36/M	Eu não vi isso, acho que vai ser ruim	Péssimo, torço para não acontecer	Complicado.	
37/F	Não concordo, só vai ajudar quem está no topo, estamos literalmente em classe média, porque hoje a gente tem recursos muito maiores do que tínhamos antes, mas ainda não atingimos o “topo do topo” porque a gente sabe que só a elite mesmo.	Se acontecer só quem tem dinheiro vai poder estudar.	Falta de conhecimento e confiança também no governo que já estava	
38/F	Os operários é que vão se dar mal, porque isso vai ser bom pra os patrões só.	Eu estou preocupada, porque não tenho condições de pagar, vou torcer para ninguém aprovar isso.	Teve muita influência, muita mentira espalhada e também as pessoas se decepcionaram com a corrupção e acharam que um político como Bolsonaro que é pior que todos seria a solução, uma pena, porque os operários vão sofrer muito.	
39/M	Eu acho errado ele tirar o 13º, por exemplo, porque é uma ajuda a mais aos pobres e dá pra aliviar muita coisa com o 13º salário.	Vai ser ruim para quem não pode pagar.	É ruim né, mas para muitos não teve outro jeito.	
40/M	Eu não vi falar, mas acho que ele não tem preparo, vai tentar fazer um monte de doidice, aí tem que torcer pros outros não deixarem.	Eu torço para ninguém deixar ele fazer isso.	Burrice.	

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Esse segundo tipo concentra entrevistados que não apontaram Bolsonaro como opção de voto e que demonstraram temer e perceber que a vitória dele poderia ser prejudicial para os menos favorecidos. Ao total são oito pessoas, que mesmo não escolhendo Bolsonaro, também não viram outra candidatura como uma possibilidade. No quadro 1 vimos que 9 não optaram por Bolsonaro, mas aqui não cabe o “29M” que como veremos no quadro 2c escolheu Amoedo justamente pela identificação com as propostas neoliberais. Desse tipo 2 alguns pesquisados citam o PT como justificativa para que as pessoas optassem por Bolsonaro. Respondem também que o que levou a classe trabalhadora a votar em quem fala contra seus direitos foram as

enganações e mentiras das *Fake News* junto à decepção diante da corrupção dos governos petistas.

Esses entrevistados demonstram mais consciência em suas interpretações, inclusive falando claramente que se tratam de políticas que vão beneficiar apenas os “que estão no topo” como disse a “37F” que acredita está “literalmente na classe média” por ter consciência de que os mais pobres passaram a ter recursos que não tinham antes, mas que ainda não atingiram o “topo do topo porque a gente sabe que só a elite mesmo”. O que confirma que as políticas que modificaram o consumo e ao acesso ao crédito dos mais pobres, junto a disseminação da tese da “nova classe média” conduz os entrevistados a se compreender como “classe média”. Para além dessa questão, todos os pesquisados do **tipo 2** demonstraram entender o quanto a vitória da chapa de Bolsonaro seria prejudicial para os mais pobres.

A “38F” nos chama atenção em especial, pois ao responder sobre o que ela pensa de a classe trabalhadora ter votado em quem é contra seus direitos, demonstra ter consciência dos principais fatores daquela disputa eleitoral: “teve muita influência, muita mentira espalhada e também as pessoas se decepcionaram com a corrupção e acharam que um político como Bolsonaro que é pior que todos seria a solução, uma pena, porque os operários vão sofrer muito”. Uma descrição realista sobre o que aconteceu, no entanto, quando perguntada antes (o que consta no quadro 1) sobre sua opção para presidente, ela respondeu: “Nenhum [...] Parece que todos eles são ficha suja, então, esse ano acho que eu votarei em branco”.

Essa fala nos ajuda a perceber o quanto o discurso moral e midiático de combate à corrupção foi importante para orientar as ações dessa e outros entrevistados que se abstiveram da disputa política. Dessa forma é indispensável discutir aqui a maneira à qual mídia brasileira cobriu casos de corrupção no país e como isso orientou a percepção da opinião pública em relação ao problema da corrupção. Para desenvolver essa discussão, é importante considerar a contribuição de Feres Junior e Sassara (2016), que examinaram o que eles chamam de *fenômeno da escandalização da corrupção no jornalismo brasileiro*. Os autores relembaram o comportamento da mídia brasileira diante das disputas políticas e analisaram com mais profundidade a cobertura midiática durante os pleitos presidenciais entre 2010 e 2014. Nessa análise perceberam um significativo viés da cobertura de escândalos de corrupção que era desfavorável às candidaturas petistas, quando disputaram nos dois pleitos com candidatos do PSDB.

Feres Junior e Sassara (2016) constataram que tanto em 2010, quanto em 2014, 95% das matérias sobre escândalos de má gestão da administração pública eram sobre o PT,

enquanto apenas 5% fez menção aos escândalos de corrupção que envolviam membros do PSDB. Os autores também examinaram o tratamento da mídia dado a dois escândalos específicos que envolviam o PSDB, o do aeroporto de Cláudio e o da crise hídrica de São Paulo com o intuito de reforçar a hipótese de uma mídia enviesada em desfavor do PT. Eles atentam para o fato de que em 2015, a edição do Latinobarómetro revelou que 22% dos brasileiros apontaram que a corrupção era o maior problema do Brasil e nos lembram que a série histórica dessa medida de percepção dos brasileiros em relação a corrupção oscilou ao passar dos anos.

Em 2010 apenas 3% dos brasileiros enxergavam a corrupção como o maior problema do país, e em 2005 eram 20%. Então os autores creditam o aumento da percepção do brasileiro sobre ser a corrupção o maior problema do Brasil em 2005 e em 2015 à cobertura feita pela imprensa em relação ao escândalo do Mensalão em 2005 e ao escândalo da Petrobrás, tratado como Lava Jato ou Petrolão em 2015. Esses dois escândalos foram os maiores do país no aspecto publicidade:

Jornais, revistas, telejornais e sites noticiosos de internet cobriram-nos exaustivamente, explorando todos os detalhes possíveis e imagináveis, apostando em denúncias, fazendo ilações, louvando promotores e juízes, criticando outros ou mesmo condenando moralmente os envolvidos antes do julgamento (FERES JUNIOR; SASSARA, 2016, p. 206).

Os autores exploraram a escandalização da corrupção pela mídia analisando as coberturas jornalistas da Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de S. Paulo e o programa de televisão Jornal Nacional nos pleitos eleitorais de 2010 e 2014, com o intuito de construir parâmetros e perceber regularidades em relação ao tratamento dado aos escândalos políticos de corrupção. Conforme os autores, é na mídia que a corrupção toma forma de escândalo devido ao agendamento e enquadramento feito pelos meios de comunicação aos acontecimentos reportados por eles. Assim, o escândalo seria um produto construído pela mídia quando junta em uma única narrativa e sob um nome que o organiza – como por exemplo, *Lava Jato* – documentos, relatos, informações, procedimentos judiciais, sempre formulados por vozes que o jornalismo autoriza.

Durante as eleições presidências de 2010, os autores perceberam que houve uma intensa e desequilibrada publicização de escândalos de corrupção na política, tendo uma diferença de cobertura dos escândalos em relação ao PT e ao PSDB de cinco contra um, sendo cinco vinculados ao PT (Erenice Guerra, Eduardo Jorge, Verônica Serra, Mensalão e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Farc) e apenas um ao PSDB (Paulo Preto). Uma diferença “de 1.604 textos jornalísticos sobre escândalos petistas para somente 82 textos sobre o escândalo

tucano” (FERES JUNIOR; SASSARA, 2016, p. 212). A cobertura midiática de escândalos de corrupção no pleito de 2010 realizada pelos jornais impressos da Folha de São Paulo, o jornal O Globo e o Estado de São Paulo, demonstra claramente um viés antipetista. É assim que acontece o enviesando da percepção dos cidadãos em relação a determinados temas e não por acaso o antipetismo veio crescendo na sociedade brasileira nos últimos anos.

Na eleição presidencial de 2014, novamente disputada pelo PT e pelo PSDB, mas dessa vez havia uma terceira candidatura que protagonizou por semanas o segundo lugar de intenção de votos nas pesquisas do primeiro turno, a candidatura de Marina Silva e Eduardo Campos do PSB, marcada pela morte precoce do candidato Eduardo Campos em uma queda de avião. Novamente o comportamento midiático foi de focar em escândalos de corrupção e novamente teve um viés fortemente desfavorável ao PT: “são cinco escândalos imputados ao PT: Petrobrás, Mensalão, Graça Foster, Míriam Leitão e Correios - MG. E apenas três ao PSDB: Aeroporto de Cláudio, Metrô SP-Alstom e Mensalão Tucano” (*Ibidem*, p. 216). Sendo que o PT recebeu uma cobertura quase catorze vezes mais negativa que o PSDB, o que nos remete a prática de direcionar os assuntos para noticiar e os assuntos para silenciar que é chamada pelos estudos de mídia de “agendamento”, ou seja, uma das formas mais eficientes utilizadas pelas mídias para pautar o debate público e interferir no resultado eleitoral (*Ibidem*, p. 222).

A constatação de um viés antipetista da mídia por Feres Junior e Sassara, demonstrado pela maior intensidade de dedicação aos escândalos atribuídos ao PT em relação aos do PSDB, é evidente no desequilíbrio da cobertura negativa sobre o PT. Nesse contexto, os autores concluem que a escandalização da política direcionada por um viés político mostra uma deficiência grave do funcionamento da democracia brasileira atual, uma vez que a grande maioria dos estudiosos da democracia moderna atenta para a importância dos meios de comunicação e da formação de opinião para o bom funcionamento do sistema democrático.

Conforme Souza, a forma seletiva e manipuladora que a mídia reportou o caso do mensalão em 2005 foi um ensaio para a *Lava Jato*, pois, igualmente pautando os problemas estruturais do sistema político por um viés moral e distorcido, e igualmente se associando e colocando o aparato jurídico e policial como grandes salvadores da pátria, a mídia pôde “novelizar a política e reduzi-la ao embate mocinho versus bandido” (SOUZA, 2016, p. 50). Os juízes, o Ministério Público e os policiais federais eram os mocinhos reportados como verdadeiros paladinos da justiça que limpavam moralmente a nação. O bandido era o PT, tudo e todos o que ele representava e quem votava nesse “partido corrupto e sem moral para continuar dependendo de suas esmolas”.

Isso não deu o resultado esperado nas eleições presidenciais de 2006, nem nas de 2010, nem nas de 2014 devido aos “novos agentes sociais” que foram beneficiados “pelas políticas redistributivas” (SOUZA, 2016, p. 50). No entanto, em 2016 com as consequências da crise financeira o quadro era outro: as condições materiais dos mais pobres pioraram com o ajuste fiscal o que fez o apoio deles à Dilma cair; a classe proprietária dos meios de produção cansou da conciliação de interesses quando foi cobrada por Dilma para diminuir seus lucros na tentativa de fortalecer o mercado nacional; enquanto a mídia entendeu que precisava de uma base social organizada para derrubar o governo, a classe média à direita (*Ibidem*, p. 64).

Durante o primeiro ano do segundo mandato de Dilma a Globo, em especial, lança o Juiz Sergio Moro, responsável por julgar denúncias da operação *Lava Jato*, como a esperança de um país assolado pela corrupção. Ele rapidamente se torna uma figura política importante para a extrema direita entre 2014 e 2015 (*Ibidem*, p. 119). Foi através da relação da mídia com essa operação que se construiu o discurso necessário para a direita brasileira perder a timidez se orgulhando por ser quem é, foi “um discurso tão poderoso quanto o combate à desigualdade que havia se tornado bandeira invencível da esquerda” (*Ibidem*, p. 64). Sergio Moro foi posto como o representante máximo do combate à corrupção, quem estava com ele estava contra a ladroagem e da falta de ética na política. O discurso de uma “nova política” distante dos vícios da política partidária burocrática cheia de corrupção se fortaleceu nessa ocasião.

Essa sensação de necessidade de uma nova política se deu pela proximidade temporal das manifestações de 2013 com eventos como o *Occupy* ou a *Primavera Árabe*, igualmente impulsionados pelas redes sociais, considerados espontâneos e interpretados no início como um revigoramento democrático, uma novidade. No entanto, no nosso caso (e em muitos outros também) “tratava-se de uma máscara da velha e surrada rejeição conservadora e antidemocrática à política vista como suja e corrupta” (*Ibidem*, p. 100). A nossa “nova política” é na verdade a antipolítica que a partir das manifestações de 2013 foi politicamente organizada pelo aprofundamento da manipulação da mídia.

Nesse contexto, é relevante mencionar que no momento em que essa pesquisa foi realizada o discurso de que o PT era o mais corrupto de todos os partidos e de que toda a classe política era corrupta, não encontrava muitos contrapontos, pois, até 2018, havia apenas denúncias e desconfiças da seletividade midiática e jurídica. Só em 2019 que um fato concreto apareceu como comprovação de que as finalidades do “combate à corrupção” eram outros. Pois, é importante lembrar que ainda em 2018 após a vitória de Bolsonaro, Sergio Moro entrou *oficialmente* para a política ao aceitar ser ministro da Justiça de Bolsonaro, algo que foi repercutido pela mídia internacional como “o juiz que encarcerou Lula da Silva aceita ser

Ministro da Justiça de Bolsonaro” ou “juiz que impediu o maior adversário de Bolsonaro de participar das eleições aceita ser seu ministro da Justiça” 40.

Meses depois, em 2019, vazamentos de conversas por mensagens em aplicativo de celular entre o ex-Juiz Sergio Moro e os procurados da *Lava Jato* foram publicados pelo portal de notícia *The Intercept Brasil*⁴¹, dando início a uma série de exposições dessas conversas intituladas pelo portal de *Vaza Jato*. O material da *Vaza Jato* explicitou a parcialidade, o viés político e as violações ao Estado de Direito por parte de Sérgio Moro, além das ilegalidades cometidas pela operação, a perseguição à Lula e o cerceamento à defesa de Lula, principalmente, através de grampos ilegais nas conversas dos advogados de defesa do ex-presidente.

A mídia nacional – que já vinha sendo compreendida por estudos nacionais e pela mídia internacionalmente como partidária⁴² contra o PT e como parceira da operação *Lava Jato* – tentou disputar a pauta do vazamento com o *Intercept* buscando desviar a atenção do público das violações cometidas por Moro e pela operação, para violação cometida por quem invadiu as mensagens do grupo da *Lava Jato*. Contudo, não foi possível conter as consequências das publicações desse fato, essencial para que em 2021 o STF julgasse o ex-juiz e já ex-Ministro da Justiça de Bolsonaro, Sérgio Moro, parcial; além de anular as condenações contra Lula, retirando ainda os casos envolvendo o ex-presidente da 13ª Vara Federal de Curitiba, compreendida pelo Supremo como incompetente para julgá-los. O que tornou Lula elegível novamente na atualidade.

Diante desses fatos a mídia internacional noticiou que a *Lava Jato* “que se vendia como maior operação anticorrupção do mundo, se envolveu no maior escândalo judicial da história” e que “a lava jato contribuiu para o caos que o Brasil vive hoje”⁴³. Além de o *Le Monde* publicar um artigo de opinião do diretor executivo do Observatório Político para América Latina e o Caribe do Sciences Po (Paris) que explicava “como os Estados Unidos usaram Moro e a Lava Jato para seus próprios fins”, sugerindo algo que os nossos intelectuais a algum tempo já vinham

⁴⁰ Ver Correio Brasiliense. Imprensa internacional repercute nomeação de Moro para a Justiça. Correio Brasiliense. 01 de novembro de 2018. Disponível online. Ver também CartaCapital. Jornais estrangeiros destacam o papel de Moro para a eleição de Bolsonaro. CartaCapital. Em 02 de novembro de 2018. Disponível online.

⁴¹ Ver em Glenn Greenwald, Besty Reed, Leandro Demori. As mensagens secretas da Lava Jato. *The Intercept*, 9 jun. 2019. Disponível online.

⁴² Ver Fernando Duarte. 'Partidarismo' de mídia no Brasil deu peso a imprensa internacional, diz colunista da 'Economist'. BBC News Brasil. Em 28 de abril de 2016. Disponível online.

⁴³ Ver Gaspard Estrada. El desairado fin de Lava Jato. Se vendía como la mayor operación anticorrupción del mundo, pero se volvió el mayor escándalo judicial de la historia. *The News York Times*. Em 9 de fevereiro de 2021. Disponível online.

discutindo: que o objetivo principal da operação era acabar com o crescimento de empresas brasileiras que colocavam em risco os interesses imperialistas dos EUA⁴⁴.

Além da desestabilização jurídica e política no país, um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, encomendado pela Central Única dos Trabalhadores, mostrou que a maneira como a operação *Lava Jato* foi conduzida no Brasil permitindo e fomentando a exposição das marcas e dos nomes das empresas nos espetáculos jornalísticos, sem preocupação em preservar negócios e empregos causou perda 172,2 bilhões em investimentos no país, além de acabar com 4,4 milhões de empregos em diversos setores, sendo um em cada quatro empregos no setor da construção civil, mais prejudicado devido a operação contra as empreiteiras.

Difícilmente algum investidor iria querer correr o risco de investir em um país que passava pela instabilidade política, social e econômica que o Brasil passou durante e devido à operação *Lava Jato*, além de não querer se vincular também a nomes e empresas reportadas incansavelmente como corruptas nos telejornais. O estudo também apontou que os impostos diretos que o Estado deixou de recolher somam 47,4 bilhões de reais, além do impacto negativo nas contribuições da folha salarial que foi de 20,3 bilhões de reais, o que prejudicou principalmente a previdência social. A massa salarial no país perdeu 85,8 bilhões, atingindo o setor de comércio de serviços⁴⁵. Investigar corrupção e prender políticos e empresários comprometidos com ilegalidades não são o problema, mas usar isso para perseguição política, desrespeitando fundamentos constitucionais e espetacularizando setores que estavam em pleno crescimento e se internacionalizando causou prejuízos e destruições.

Todas essas questões ainda não estavam tão claras em 2018, o que pode ter facilitado nessa incorporação do discurso anticorrupção, até por pessoas que se demonstram mais conscientes. Com o exposto é possível interpretar que o **tipo 2** também priorizou os valores acima dos interesses de classe, pois mesmo diante do que entenderam como ameaça aos seus direitos de trabalhadores, preferiram não escolher uma chapa que se colocava contra essa ameaça, principalmente, devido à corrupção: um discurso que como vimos se situa no campo dos valores. Essas falas refletem que a união mídia e *Lava Jato* no processo de demonização

⁴⁴ Ver UOL. *Lava Jato teve influência dos EUA em conexão com Moro, diz Le Monde*. UOL. Em 11 de abril de 2021. Disponível online. Ver também Jesse Souza. *A guerra contra o Brasil. Como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2020.

⁴⁵ Ver em Monica Bergamo. *Lava Jato tirou R\$ 172 bi de investimentos e 4,4 milhões de empregos, diz CUT*. Folha de São Paulo. Em 07 de março de 2021. Disponível online. Ver também em Redação Spbancários. *Lava Jato fez o Brasil perder 4,4 milhões de empregos*. Sindicato dos bancários CUT. Em 16 de março de 2021.

do PT e da política, quando não resultou na mobilização moral que ajudou a convencer os mais pobres a votar em Bolsonaro, resultou na apatia, no descrédito deles em relação à disputa eleitoral, o que foi igualmente importante para que Bolsonaro vencesse as eleições, pois se não há esperanças na política tradicional: ou se recorre ao “novo” – como demonstraram os dados anteriores e aparecem em algumas justificativas também do **tipo 2** – ou se abstém, o que se comprova nos altos índices de abstenções nas eleições 2018⁴⁶.

Quadro 2c: Percepção dos entrevistados referente as falas da chapa de Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores e acesso à educação pública. **Tipo 3.**

Tipo 3 ID/Sexo	Sobre a questão do ensino à distância e as privatizações do ensino público mencionadas por membros do governo Bolsonaro, o que você pensa sobre isso sendo uma pessoa que estuda em escola pública e pretende fazer vestibular para o ensino público superior no futuro?		
	Qual a sua opinião sobre as falas de Bolsonaro e de membros do seu governo em relação aos direitos trabalhistas?		O que você pensa de a classe trabalhadora votar em alguém que fala contra seus direitos?
6/M	Ele pretende privatizar as empresas, tirar os direitos dos trabalhadores. Isso é um conceito muito bom, porque vamos pensar em um empresário, ele tem um monte de lei que não é a favor dele, então como que ele vai empregar? Se ele contratar alguém errado como ele vai substituir com esses direitos, isso se torna uma complicação para ele, por exemplo, demitir ele por justa causa ou por que ele não fez o esperado. Processos são pesados em cima do empregador, isso afunda muitas empresas.	Eu não gostei muito. Militarização das escolas, não gostei muito disso não.	Bom, eu acho isso bom. Porque assim, países de primeiro mundo não têm direitos trabalhistas e lá existe uma demanda de emprego muito grande, uma coisa que ele disse: “ou você tem mais direitos e menos trabalho, ou você tem mais trabalho e menos direito”.
9/M	Eu acho que a gente tem que trabalhar para receber, o brasileiro está muito acomodado, somos o país que mais tem feriados no mundo.	Eu acho que tem que mudar a educação, vi só sobre a proposta do sistema militar, eu acho que vai ser muito bom.	Como eu disse, a gente tem que trabalhar para receber, o brasileiro está muito acomodado, somos o país que mais tem feriados no mundo.
14/F	Tem alguns direitos que muitas das vezes os trabalhadores que querem, plano de saúde, por exemplo. É complicado falar disso, porque a gente também sabe que aqui no Brasil não tem muito emprego, mas a gente tem que olhar o furo que tem no Brasil, sabemos que devemos muito, mas de qualquer forma não sei se ele vai fazer isso mesmo.	Ele está tentando resolver os problemas do Brasil, espero que ache outra forma, mas é difícil pois o país está com um rombo nas contas.	Como disse, a gente sabe que aqui no Brasil não tem muito emprego, mas a gente tem que olhar o furo que tem no Brasil, sabemos que devemos muito, mas de qualquer forma não sei se ele vai fazer isso mesmo.
15/M	Eu acho simples, um ano tem doze meses, então para quê ter 13 salários? Também quer diminuir o salário dos deputados, não é só da população, tem que reformular esses auxílios, baixar bastante os recursos e utilizar esses recursos para educação e saúde. Eu olhei que Paulo Guedes é um gênio e que tomara que ele mude a economia do Brasil como ele fez em outro país. Eu acho que vai dar certo sim.	Paulo Guedes sabe o que faz, mas acho que eles não conseguem, não dependem só deles.	Bolsonaro não tem a capacidade de fazer isso não, eu acho que isso seria uma crítica minha.
22/M	Eles nem começaram ainda, o povo já está julgando, deixe eles trabalharem pra a gente ver.	Bom, estuda quem pode pagar, se você quer um futuro, você tem que fazer sacrifício, correr atrás, privilegiar.	Ele falar é uma coisa, fazer é outra, vamos ver o que vai acontecer mesmo.
26/M	A economia está quebrada pelo PT, eles precisam resolver vários problemas deixado pelo estrago anterior.	Muita coisa não depende só dele, para tentar tirar o país do buraco eles falam várias coisas, mas esperando para ver o que vai acontecer.	Acho que o povo quer mudança, não aguenta mais o PT então tá dando chance para o novo.

⁴⁶ Ver GRANDIN, Felipe. Percentual de voto nulo é o maior desde 1989; soma de abstenções, nulos e brancos passa de 30%. G1, 28 out. 2028. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-30.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

29/M	Acho bom, o Estado precisa diminuir para a economia crescer.	Acho ótimo, se privatizar vai melhorar e quem quer as coisas tem que correr atrás, se esforçar, trabalhar por elas.	Com muitos direitos fica difícil ter empregos, pois o empresário acaba desistindo do país, então é melhor pra eles.
30/M	Acho que se isso ajudar a melhorar a situação do país é necessário.	Eu penso que o Brasil está quebrado e eles estão fazendo de tudo para consertar, acho que não vão conseguir fazer isso, mas se precisar fazer para melhorar o país, fazer o que?	Eu penso que ninguém aguentava mais o que estava aí, precisava de mudança, então a gente nem sabe se vai tirar direito, mas a promessa é de mais emprego, torço para dar certo, todo mundo deveria torcer, é o melhor para o Brasil.
31/M	Eu acho que se o ano só tem 12 meses você tem que ganhar pela quantidade de meses que você trabalha e também essas coisas precisam mudar para tirar o país da crise que o PT criou.	Não vi, não sei se vai acontecer, se é verdade, se for, acho que pode melhorar a educação	A gente vota para melhorar, pra mudar, não dá pra continuar o PT e toda essa bagunça

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Este terceiro tipo é sem dúvidas o que mais demonstra sucesso do “resultado psíquico necessário da estratégia neoliberal de construir uma formalização da sociedade com base no modelo de empresa” (FOUCAULT *apud* SAFATLE, 2020, p. 30). Aqui se reúnem os entrevistados que não só conheciam as propostas de Bolsonaro para tirar direitos dos trabalhadores, como defende e justifica como verdadeiros empresários que essa era a melhor forma para aumentar empregos, melhorar a economia do país e a situação dos mais pobres. O problema é que não se tratam de empresários reais falando, mas de jovens batalhadores, como podemos conferir no quadro 1, que demonstram uma maior incorporação das disposições empreendedoras e individualistas neoliberais.

Esses entrevistados são filhos de segurança e dona de casa como o “6M”, ou de uma pensionista e um entregador como o “9M”. A “14F” tem o pai que é serralheiro e a mãe dona de casa. O “15M” é filho de professora que atua no ensino fundamental e de policial que também é professor de matemática. O “22M” mora com o avô aposentado, embora tenha pai concursado federal e mãe adotiva aposentada. O “26M” tem mãe enfermeira e o pai técnico em tecnologia de informação. O “29M” tem o pai operário de fábrica e a mãe aposentada como auxiliar de serviços gerais. O “30M” mora só com a mãe dentista, o pai é falecido; e o “31M” tem a mãe que trabalha em restaurante e o pai que trabalha em uma fábrica de costura.

Quando esse grupo, de diferentes formas, assume que acha que tirar o décimo terceiro e outros de direitos “é um conceito muito bom para melhorar a economia” ou que é algo lógico porque “o ano só tem doze meses e os direitos dificultam para os empregadores, fica difícil ter empregos” (“6M”) ou porque “a gente tem que trabalhar para receber, pois o brasileiro está muito acomodado, o país onde mais tem feriados no mundo” (“9M”); fazem parecer que os direitos são privilégios e que os trabalhadores não são merecedores de privilégios. Diante dessas falas, não podemos esquecer do tipo de modelo de escola que esses jovens estavam inseridos,

na mensagem individualista e empresarial que ela dissemina. Nem podemos esquecer também que para além da escola essa mensagem se encontra em outras instituições.

Recordamos aqui novamente das discussões sobre a transferência de responsabilidade do Estado social para indivíduos e famílias, uma das principais demandas do neoliberalismo. De acordo com Brown (2019) essa demanda gera a empreendedorização, que como vimos se trata da responsabilização que cria o indivíduo que Foucault chama de “uma multidão de empresas”, em que a lógica da empresa passar ser parte das mentes e dos corações, o que gera os *empresários de si mesmos*. Gera também a *economia do compartilhamento e da terceirização* que se trata dos trabalhadores sem direitos, sem sindicatos, muito sem trabalho que transformam o tempo, bens e conexões em formas de conseguir dinheiro, partilhando suas casas, seus carros, “simplesmente gerenciando uma variedade de fontes e renda de tempo parcial e de curto prazo (bicos)” (BROWN, 2019, p.45). O que também se conecta nessas falas dos entrevistados, que naturalizam essa condição e as enxergam como necessárias.

Outra consequência de delegar às famílias a responsabilidade de prover todos os dependentes, o que seria a atuação de um Estado social por meio de investimentos em educação, seguridade, saúde, habitação entre outras demandas sociais cada vez mais reduzidas pelo neoliberalismo; acontece o desmantelamento político, econômico e cultural da sociedade de massa que passa ser *capital humano* e *unidades familiares econômico-morais*. Brown explica que isso é um assalto *neoliberal ao social* e que esvazia a ideia de justiça social, de reforma social e de serviço sociais desafiando a noção de igualdade, enquanto reformula a guerra cultural que dissemina a ideia de que não existe sociedade, coletividade e que tudo depende da ação individual. Colocando no lugar da busca por justiça social, uma ideia de liberdade indomável. Assim, se não existe sociedade e existem apenas sujeitos e famílias que são guiados pela moral e pelo mercado, não existe um poder que constrói hierarquias, exclusão, violência, desigualdades de gênero, de raça, de classe; não existe necessidade de lutar contra esse poder, ou de querer direitos à proteção social ou seguridade. Existe apenas a “liberdade”.

Esse é um caminho para compreender como o neoliberalismo deslegitima as preocupações com igualdade, com a exceção do mito da igualdade legal formal e deslegitima também as preocupações com o poder, com a exceção da coerção explícita. Quando os indivíduos são conduzidos por uma racionalidade individualista que nega o social, eles rejeitam as explicações sociais das desigualdades e passam a creditar todas as hierarquias à natureza e a confirmação do mercado. Diante desse contexto, o neoliberalismo consegue promover a crença de que políticas igualitárias são prejudiciais para a justiça, para o desenvolvimento econômico e para a coesão social. Crenças essas que têm feito parte do *modus operandi* das direitas pelo

mundo (BROWN, 2019, p. 55), inclusive da direita brasileira, que também tem suas bases para negar o social na racionalidade neoliberal, o que se reflete nas reproduções das falas bolsonaristas pelos entrevistados do **tipo 3**, quando sugerem que os direitos prejudicam o crescimento da economia e a geração de empregos.

Assim, quando a racionalidade neoliberal leva os sujeitos a não enxergarem os poderes sociais, as críticas a e as reivindicações fundamentadas nesses poderes (política, sociedade, igualdade democrática) são compreendidas como infundadas, lamurias ou como restrição da liberdade de ofender e discriminar as vítimas da estrutura de dominação, como os trabalhadores que lutam por direitos, as feministas, os negros, os gays etc. Esse caminho nos ajuda a entender se constrói a ideia de que quem luta por direitos é vagabundo que quer mamar nas tetas do Estado, que feminismo é *mimimi*, que a luta contra a homofobia é a luta para acabar com os valores da igreja. Essas coisas são resultado da redução, da negação e do desdém os quais o neoliberalismo trata as estratificações estruturais históricas, assim como da substituição neoliberal do Estado social pela moral e o mercado. Desse modo se enaltece o corporativismo, se legitima as estratificações sociais e se preconiza o ataque explícito aos grupos mais vulneráveis da sociedade em nome da liberdade. Uma liberdade arrancada do social, como coloca Brown (2019), que não é apenas ilimitada, mas se exerce sem preocupação com consequências sociais, “sem restrição, civilidade ou cuidado com a sociedade como um todo ou com os indivíduos” (*Ibidem*).

Considerando essas questões, as falas do **tipo 3** nos remetem ainda e novamente a categorização de Souza (2012) dos *batalhadores*, que tem pontos de convergências com a teorização de Brown sobre o *assalto neoliberal ao social*. Uma vez que Souza apresenta o batalhador como o ator que ficou à margem do fordismo e se adaptou ao trabalho flexível e às mudanças corriqueiras do mercado e das condições de trabalho. O batalhador é o resultado do agrupamento dos trabalhadores pobres que ficaram de fora do emprego formal com melhores condições de trabalho, e por isso se adaptaram as formas contemporâneas de organização de trabalho e produção. Estando dispostos a trabalhar em condições insalubres, sem direitos trabalhistas, com extensas jornadas de trabalho e incorporam essas condições de trabalhos como normais, naturais por entenderem que são condições herdadas ou que apenas a partir delas será possível suprir as suas necessidades e de seus familiares, alcançando vida digna por acesso ao trabalho, educação, comida e moradia. Tendo um dos aspectos formativos principais em sua forma de compreender o mundo a valorização do *trabalho duro*, que se constrói no processo de incorporação do perfil exigido de trabalhador flexível para se adaptar às demandas do capitalismo financeiro.

Diante destes dados iniciais, vemos que de modo geral estamos lidando com jovens das classes menos favorecidas pelo neoliberalismo que – mais ou menos consciente dos riscos de ter suas condições materiais ainda mais dificultadas com a as propostas neoliberais para os trabalhadores apresentadas pela chapa bolsonarista – no contexto da disputa eleitoral de 2018, orientaram suas percepções e preferências (ou falta de preferências) através da incorporação total ou parcial de valores instrumentalizados por interesses muito distantes das necessidades das classes às quais pertencem. Nos capítulos posteriores traremos dados que nos possibilitam uma percepção mais abrangente sobre a forma que os pesquisados articulam determinados valores quando questionados sobre temas centrais que permeavam o debate público daquele momento.

CAPÍTULO 5

Mapa dos valores I: as percepções sobre o bolsonarismo

Nesse capítulo, serão apresentados os elementos das entrevistas que nos permitem compreender os principais valores articulados pelos entrevistados quando questionados sobre suas percepções e expectativas sobre Bolsonaro. As questões foram organizadas de forma que fosse possível apreender quais os principais valores e elementos decisivos para a identificação ou não dos pesquisados com o presidente.

No campo, percebemos que alguns temas sempre provocavam mais debate, interesses e justificativas, indicando a prioridade de certos valores na interpretação dos alunos sobre o que estava acontecendo naquele momento político do país. A ideia desse capítulo é retratar essas questões que costumavam atrair mais atenção e debate por considerar que indicam os elementos centrais da gramática moral compartilhada pelos entrevistados.

Apresentaremos alguns gráficos e quadros que demonstram as maiores preocupações dos entrevistados em relação à política. Diante disso, organizamos esse capítulo trazendo, inicialmente, gráficos que buscam apresentar o que emergiu nas entrevistas como o que é considerado o ‘maior problema do país’, que valores são indicados como mais importantes, de onde acham que vêm suas percepções sobre valores e a relação com a religião. Na segunda sessão, há um quadro que condensa as impressões dos pesquisados sobre Bolsonaro e quais as expectativas deles em relação ao seu governo.

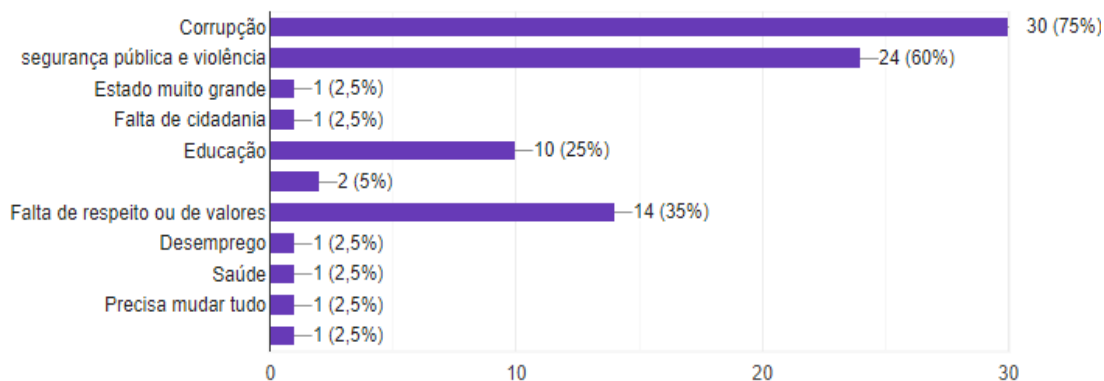
5.1 Os principais valores

Após as perguntas sobre o perfil socioeconômico dos alunos e sobre como percebiam as políticas econômicas da chapa encabeçada por Jair Bolsonaro, passamos a realizar questões sobre quais seriam os valores mais importantes. Nesse sentido, perguntamos o que achavam que era o maior problema do Brasil e, a partir das respostas, formulamos mais perguntas, tais como: quais os valores que julgavam mais importantes, de onde vinham seus valores e se eles tinham alguma religião. Vejamos os dados:

Figura 2

o que você acha que é o maior problema do Brasil?

40 respostas



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Os entrevistados puderam escolher mais de uma opção, por isso ao somar a quantidade de respostas por legenda se contabilizará mais de 40 respostas e as porcentagens das legendas, mais de 100%. Abaixo da legenda “educação” a barra que apareceu em branco corresponde a opção “Crise e aumento do preço das coisas”. A última barra que aparece sem legenda, corresponde a opção “outros” que teve a seguinte complementação pelo entrevistado:

“Primeiro problema é o moral e ético, porque tudo que a gente constrói é relacionado a pessoas e as pessoas se elas não transformam a si mesmas não têm como transformar a sociedade, então, esse é o maior problema” (Entrevistado “30M”).

A questão da corrupção aparece com centralidade como um dos principais problemas. Como foi possível perceber desde o capítulo anterior, tanto quem apoiou Bolsonaro, quanto quem não o apoiou se remetem ao problema da corrupção em suas interpretações da política. Certamente porque a corrupção é uma temática que permeia a opinião pública brasileira nas últimas décadas, mas, principalmente, porque desde o caso do *Mensalão*, a mídia tradicional e setores do judiciário criaram uma espécie de *novelização das* investigações em andamento. Especialmente a partir de 2014, com a *Lava Jato*, a corrupção ganhou um forte enquadramento moral e foi traduzida na lógica do escândalo. Essa operação trouxe várias consequências para o país, que vão da destruição de milhares de postos de empregos, perda de investimentos e arrecadação, destruição de setores econômicos que estavam em pleno crescimento e se internacionalizando, até o um sentimento antipolítico na população, fortalecendo e atualizando a ideia de que todo político é corrupto.

Em pesquisa realizada pelo Ibope em 2017, um ano antes do início da pesquisa de campo desse trabalho, 67%⁴⁷ dos brasileiros tinham a corrupção como primeira preocupação. A centralidade do tema corrupção também aparece na pesquisa realizada por Ester Solano (2018)⁴⁸ durante as manifestações pelo Impeachment de Dilma em 2015 na cidade de São Paulo. Nesta pesquisa, os dados apontaram que os temas mais centrais dos protestos giravam em torno das notícias de corrupção associadas ao PT reportadas pela mídia e investigadas pela *Lava Jato*. A mesma centralidade do tema corrupção e das investigações da *Lava Jato* também foram constadas em minha pesquisa de dissertação sobre moralidade e política nas manifestações fora Dilma de João Pessoa (ANDRADE, 2017). Nesse sentido, percebemos que os entrevistados refletiam os anos de espetacularização da citada operação e sua demonização da política.

Logo após o problema da corrupção, nossos entrevistados apontam as questões de segurança pública e violência urbana como o segundo maior problema do país, informação que também dialoga com os resultados da pesquisa longitudinal realizada por Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Sclaco (2018) com jovens do da periferia de Porto Alegre, onde os meninos se identificavam com o bolsonarismo principalmente devido às pautas punitivistas de combate à violência urbana. O que as autoras atribuem à fatores como um sentimento de perda de protagonismo social por parte dos homens em relação ao protagonismo das mulheres, dos movimentos feministas, que causa sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica (SCALCO; PINHEIRO-MACHADO, 2018, p. 9). Além disso, elas ainda colocam que diante do agravamento da violência urbana, as masculinidades têm sido desafiadas, quando diante de um agressor, como por exemplo, um assaltante, os homens se sentem indefesos e obrigados a ceder passivamente seus bens, o que traz um sentimento de injustiça, revolta, vulnerabilidade e humilhação (*Ibidem*). Para estas autoras, esses seriam os principais fatores para adesão dos seus pesquisados ao bolsonarismo, uma vez que a figura de Bolsonaro procura canalizar e trazer repostas fáceis para o problema da segurança pública. Os jovens da citada pesquisa demonstravam raiva contra um sistema prisional que entendiam como fraco e desrespeitado por todos, o que os levava a simpatizar com a ideia de que “o cidadão de bem tem que ter o direito de se proteger” a partir da liberação do porte de armas, que alguns acreditavam ser uma forma

⁴⁷ Ver: Corrupção é principal tema para 62% dos brasileiros, traz pesquisa. O Globo. Em 31 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/12/31/corruptao-e-principal-tema-para-62-dos-brasileiros-traz-pesquisa.ghtml>. Último acesso janeiro de 2021

⁴⁸ Ver SOLANO, Ester. Crise da democracia e extremismo de direita. Relatório da Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2018.

de inibir os assaltantes- embora também houvesse os que entendiam que isso poderia resultar em uma guerra civil e ainda mais violência.

Essa centralidade da preocupação com a segurança pública entre pessoas que se identificam com o bolsonarismo também aparece na já citada pesquisa de Ester Solano com o público presente em protestos de direita em São Paulo. Entre seus resultados, a pesquisa mostra que entrevistados de ambos os sexos: “consideram que, em uma alteração da ordem social, o “cidadão de bem” estaria desprotegido, seria a vítima abandonada e o criminoso estaria superprotegido pelo Estado” (SOLANO, 2018, p.1) O raciocínio é de que o Estado não permite que o “cidadão de bem”, o que respeita e zela pela ordem, ande armado, enquanto o bandido, que não respeita nada usa armas para assaltar por saber que não vai encontrar resistência e porque as leis do país são fracas ou favoráveis a ele.

Esse discurso não é novo na sociedade e na política brasileira, mas se tornou uma das principais pautas do neoconservadorismo que, como vimos, preza pela atuação do Estado como repressor. Na maioria das vezes, essa perspectiva penaliza apenas os mais pobres, já que os criminosos que não são pobres, nem periféricos não são compreendidos ou reportados como bandidos⁴⁹. Nesse processo de identificação masculina com Bolsonaro, está em jogo ainda a simbologia das armas na construção do “supermacho”, tema recordado por Scalco e Pinheiro-Machado, por ser um fator importante nos estudos sobre o *ethos* masculino em periferias dominadas pela lógica do tráfico.

Ainda, em terceiro lugar, os nossos entrevistados apontam que o maior problema do Brasil é falta de respeito e de valores, algo que também já aparecia nos dados das pesquisas citadas acima (tanto em protestos de São Paulo, quanto com jovens periféricos de Porto Alegre, bem como nos protestos fora Dilma de João Pessoa). Apenas a partir do quarto lugar começam a aparecer as preocupações mais antigas como educação, saúde, desemprego. A questões da segurança pública e da violência urbana também são pautas antigas em pleitos eleitorais anteriores, mas, como já apontamos nas citadas pesquisas e comprovaremos no decorrer da apresentação dos nossos dados, é uma questão tratada a partir do punitivismo, que se baseia em

⁴⁹ Como exemplo, não rara às vezes, quando se trata de criminosos das classes médias ou alta, as manchetes midiáticas reportam os casos assim: Estudante de medicina é preso suspeito de traficar cocaína, em Goiânia. Ver em Jamyle Amoury. G1, 07 de agosto de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/08/07/estudante-de-medicina-e-presosuspeito-de-trafficar-cocaina-em-goiania.ghml>. Último acesso em janeiro de 2021. Já quando se trata de pessoas periféricas, não rara às vezes, as manchetes são assim: Bandido preso após tiroteio na Lagoa disse ser 'segurança' de chefe do tráfico na Rocinha, diz policial. Ver em Nicolás Satriano, G1, 27 de agosto de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/27/bandido-presos-apos-tiroteio-na-lagoa-disse-a-policial-ser-seguranca-de-chefe-do-traffic-na-rocinha.ghml>. Último acesso em janeiro de 2021.

valores neoconservadores tanto quanto a questão da corrupção e a percepção de que “a falta de respeito e valores” são os grandes problemas do país.

Essas percepções refletem uma interpretação do mundo, da vida e da política arraigada no desejo de conservar um certo modo de vida. Como discutimos a partir de Brown (2019), Adorno (2015) e das definições de neoconservadorismo que – entre outras coisas e de maneiras diferentes – refletem sobre “o desejo de volta ao passado” e da reação dos grupos antidemocráticos ao risco de perder privilégios, expressados através do ressentimento causado pela ideia de ameaça e destronamento das hierarquias históricas e camuflado no apelo à moral tradicional, que é orientada por valores fundamentados nas religiões cristãs. Adorno explica o comportamento regressivo de indivíduos que se identificam com personalidades ou propagandas autoritárias como o desejo de ser “governado por força irrestrita” devido à uma paixão extrema pela autoridade, por desejar seguir a autoridade e ao mesmo tempo ser ele mesmo a autoridade (ADORNO, 2015, p. 164).

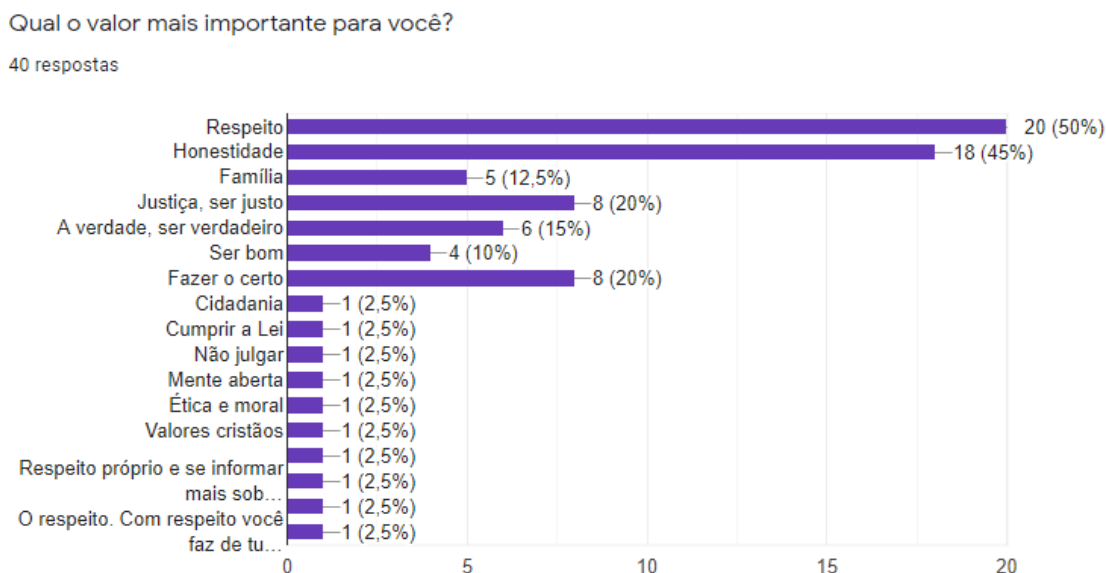
Essa paixão e desejo pela autoridade é o despertar das *heranças primitivas* dos sujeitos pela propaganda antidemocrática, as mesmas heranças que lhes faziam obedecer aos seus pais e as mesmas que lhes fazem desejar a conservação das hierarquias tradicionais. Enquanto Brown coloca que a moralidade tradicional liga a preservação do passado ao patriotismo, o promovendo muito além do amor ao país: como amor e respeito ao jeito que as coisas eram no passado. Esse amor e respeito ao jeito que as coisas eram é mobilizado para repelir a luta contra as desigualdades e se expressa principalmente na resistência diante de ideias ou políticas que tentam assegurar a liberdade reprodutiva das mulheres, a proteção dos grupos homossexuais ou desmantelar as heranças que celebram um passado escravocrata (BROWN, 2019, p. 25). O que caracteriza o neoconservadorismo.

Com o exposto, o que aparece nos nossos dados enquanto defesa do respeito e dos valores, é, em muitos casos, a defesa do respeito aos valores de “um passado glorioso”, de um modo de vida onde havia menos espaços de contestação de hierarquias, como veremos através de alguns dados no decorrer do trabalho. Mas não apenas, veremos também por parte de alguns entrevistados o emprego do valor “respeito” como forma de reconhecimento⁵⁰ e também como forma de valor socialmente valorizado (SAYER, 2005b), mas antes de aprofundar essa discussão, mostraremos a seguir alguns gráficos com questões diretamente voltada aos valores. Os entrevistados puderam marcar mais de uma opção por isso ao somar a quantidade de

⁵⁰ Ver Nancy Fraser. Reconhecimento sem ética? Lua Nova, São Paulo, 2017. Ao falar de respeito, a autora o considera como “devido universalmente a todas as pessoas em virtude de uma humanidade compartilhada [...] a imposição de respeitar a todos de modo igual é perfeitamente aceitável” (p.114).

respostas por legenda contabilizará mais de 40 respostas e as porcentagens das legendas, mais de 100%. Observemos os seguintes dados:

Figura 3



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

A opção “outros” teve quatro respostas diferentes, a imagem do gráfico suprimiu algumas legendas por serem extensas, por isso serão reproduzidas a seguir. Após a legenda “valores cristãos” vem:

“Honra, é tipo quando uma pessoa deixa cair algo e você pega e vai lá devolver. Muita gente tem isso, realmente, eu conheço pessoa que realmente devolveram coisas muito valiosas, mas há também pessoas que não devolvem. Eu acho que é isso que está faltando” (Entrevistado “30M”).

“Respeito próprio e se informar mais sobre as coisas” (Entrevistada “37F”).

“Ouvir. Com meus pais não, aprendi com os meus avós e é educação e respeito. E ouvir, por que você ouvindo você cria uma expectativa lá na frente para você também estar ouvindo essas pessoas”. (Entrevistada “38F”)

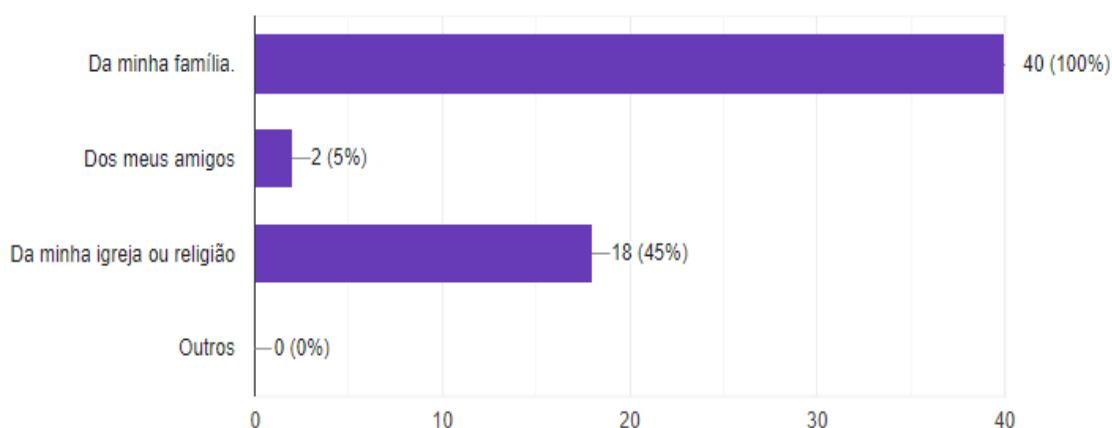
“O respeito. Com respeito você faz de tudo ou pelo menos um pouco”. (Entrevistada “14F”)

Vejamos ainda dois gráficos com temas correspondentes aos apresentados acima. No gráfico três os entrevistados puderam marcar mais de uma opção. No quatro marcaram apenas uma:

Figura 4

De onde você acha que vem os seus valores?

40 respostas

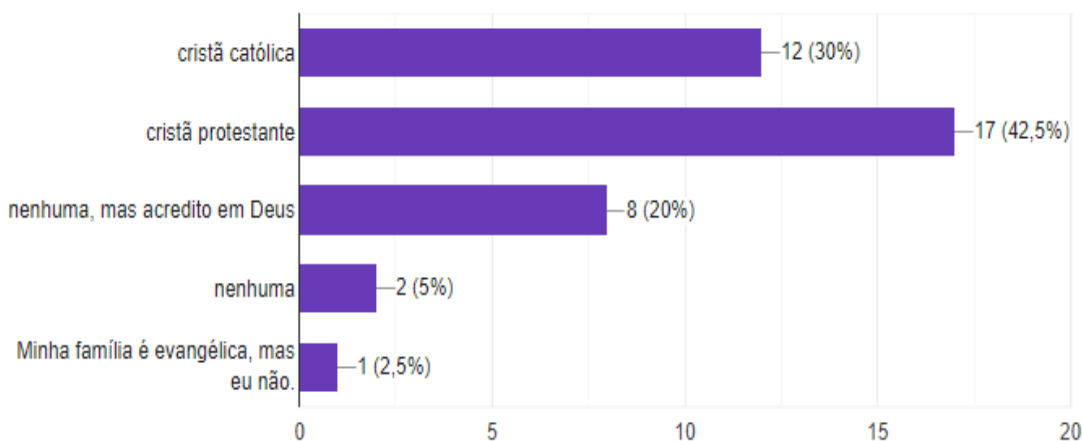


Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Figura 5

Você tem alguma religião? Qual?

40 respostas



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Os quatro gráficos apresentados até aqui trazem a estrutura do desenho do nosso mapa de valores, que nos possibilitará compreender os tipos de valores que mobilizaram a identificação dos nossos entrevistados com aspectos do discurso que compõe o que hoje se representa pelo bolsonarismo. No gráfico 2 ao serem questionados sobre qual valor consideravam mais importante, aparecem “Respeito” e “Honestidade” como principais respostas, seguido de vários outros valores “valorizados na sociedade” como coloca Sayer (2005b) ao discutir que a moralidade é um elemento principal na distinção entre classes por

orientar um julgamento avaliativo “de como as pessoas estão sendo tratadas em relação ao que valorizam” (SAYER, 2005b. p. 2).

De acordo com Sayer, os mais pobres se preocupam demasiadamente com a forma como as pessoas de sua classe e das classes superiores lhes tratam. Essa preocupação se dá em termos do reconhecimento que eles têm socialmente, ou seja, em termos de como os mais pobres estão posicionados em relação ao respeito das outras pessoas. Nesse sentido, como o reconhecimento e a valorização são vinculados ao que as pessoas fazem, como vivem e se comportam, essa preocupação por parte dos subalternos se relaciona ao acesso às formas de viver, de se comportar, de enxergar o mundo que são socialmente mais valorizadas.

Diante das hierarquias sociais que causam desigualdades de acesso ao que é valorizado, os mais pobres, por serem privados devido às condições que minam seu acesso às questões materiais, buscam reconhecimento através da valorização de valores morais que são estimados na sociedade. Para Sayer as justificativas morais dos indivíduos podem até ser influenciadas por suas posições sociais, no entanto, é preciso considerar que o lugar ocupado na sociedade não é o único determinante do quadro de valores de um sujeito pertencente a uma determinada classe, nem de uma classe. Pois somos seres normativos que se preocupam com o mundo e com o bem do que valorizamos nele, como o nosso próprio bem, por exemplo.

Nesse sentido, o principal ponto de preocupação que as pessoas tende a lidar no dia-a-dia são com questões normativas sobre como devem se comportar, o que é melhor fazer, o que é ruim, o que é bom, certo, errado, justo ou injusto. Somado a isso, há a consideração que todo indivíduo tem em relação a como os outros tratam determinadas questões, o que demanda a necessidade de compreender a moralidade considerando que ela extrapola e até ignora as divisões de classe. É isso que possibilita que os sentimentos morais apresentados pelos indivíduos possam tanto demonstrar resistência, como conformidade deles em relação as avaliações normativas e aos interesses da classe à qual pertence.

Essa questão é importante para ajudar na compreensão de como as classes populares acabam reproduzindo valores morais preconizados pelas classes altas, o que prejudica na consciência diante dos interesses da própria classe. A moralidade é a base de todas as formas de interação social entre os indivíduos, todo o sujeito já nasce em um contexto moral que é incorporado por ele de maneira irrefletida durante a socialização primária.

Ensinaamentos que vem da família, da escola, de pessoas próximas e queridas são recebidos com “força emotiva das demandas morais” que quando descumpridas trazem sentimentos como culpa, autodesvalorização, ressentimentos (SOUZA, 2018, p. 31). Assim, as qualidades que são consideradas boas ou ruins em torno de um comportamento não

correspondem perfeitamente as divisões sociais de classe, pois as disposições morais e sentimentos morais desenvolvidos pelos indivíduos são generalizados como um caráter universal.

Resgatar essa discussão teórica nesse momento da análise é importante para a compreensão de que os valores muitas vezes são resultados do automonitoramento da própria conduta em relação ao julgamento de outros. São resultado também da reação de cada um ao impacto “de uma moralidade social que nos molda e nos oprime” (SOUZA, 2018, p. 31). Pois, a incorporação e valorização de determinados sentimentos morais ocorrem em termos da preocupação sobre em que posição ocupamos em relação ao respeito das outras pessoas e em termos de reprodução da estrutura moral da sociedade.

Ainda, precisamos lembrar que a moralidade ocidental está imbricada aos fundamentos religiosos ocidentais como nos lembra Souza (2018). O autor afirma que orientamos o nosso comportamento por ideias carregadas de sentimentos morais específicos e que são apresentadas como ideal de bem comum. Ideias inventadas por religiosos e transformadas em disciplina e ética da vida secular. Esses valores que preenchem o gráfico 2 refletem essas questões, eles não são naturais, embora sejam incorporados e naturalizados de uma maneira que aparenta que sejam.

Considerando essas questões, vemos que no gráfico 3, todos os entrevistados respondem que seus valores são oriundos da família e 45% que além da família, vem da igreja e da religião. E no gráfico 4, com a exceção de dois, todos respondem ter alguma formação, participação ou influência das religiões cristãs: tendo a maioria, 17, respondido que eram cristãos protestantes, 12 respondido que eram cristãos católicos, 8 disseram que não tinha religião, mas que acreditava em Deus e 1 respondeu que a mãe era evangélica, mas ele não. Diante desses dados e dessas discussões, vemos que os valores dos pesquisados são valores socialmente valorizados e carregados de sentimentos morais específicos. Para começar a entender como os entrevistados fazem uso desses valores em suas interpretações da realidade, apresentaremos no próximo tópico o quadro 3 suas percepções em relação a Bolsonaro.

5.2 As percepções e expectativas gerais sobre Bolsonaro

Para perceber como os entrevistados compreendiam e interpretavam aquele momento político, os questionamos sobre o que foi definitivo para suas escolhas políticas, se tinham alguma opinião formada sobre Bolsonaro e quais expectativas que tinham em relação a um governo comandado por ele. Organizamos os dados do quadro três em quatro grupos com padrões de respostas diferentes.

O primeiro grupo concentrado no quadro **3A** vai responder a essas questões justificando as percepções e expectativas sobre Bolsonaro principalmente pela influência da família ou amigos. Também enfatizam a ideia de que o presidente representava: verdade, sinceridade, coragem, honestidade, uma vez que ele tenderia a “falar coisas que chamam atenção” e porque o que “os outros candidatos falavam não interessavam”, também “por ele impor respeito”.

O segundo grupo de entrevistados e dados estão concentrados no quadro **3B**. Nesse grupo estão sete entre aqueles nove estudantes que não optaram por Bolsonaro, mas que não escolheram outra chapa principalmente devido “à corrupção”. Estes são os que demonstram oposição a forma como o político tratou questões como homofobia, machismo, racismo e etc., são quase os mesmos que também se colocaram contra as propostas de Bolsonaro para a educação e trabalhadores, como já vimos no quadro 2.

O quadro **3C** reúne os entrevistados que justificaram suas percepções em relação à Bolsonaro principalmente através da identificação com a maneira em que o presidente fala sobre segurança pública e violência urbana. O quadro **3D** traz um grupo de pesquisados com pautas mais diversificado que os outros, apesar de também colocarem temas priorizados pelos outros grupos em suas interpretações, articulam suas percepções e expectativas sobre Bolsonaro principalmente através da defesa dos valores cristãos, da família. Tendo isso esclarecido, vejamos os dados:

Quadro 3A: Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro.

ID/ Sexo	O que foi definitivo para decidir seu voto?	Tem alguma opinião formada sobre Bolsonaro? Qual?	Quais as suas expectativas sob um governo Bolsonaro?
02/ F	Nas propostas dele ele passa muita realidade, nele próprio a gente vê que ele não está falando mentiras.	Acho ele verdadeiro	Que traga mudança para a segurança, corrupção.
03/ F	Eu acho que na maioria das vezes eu fui muito influenciada pelo meu pai, meu pai falava que ele é bem verdadeiro e não tinha medo de falar as coisas na cara da população do que realmente ia fazer, enquanto outros se davam mais de coitados.	Parece ser muito verdadeiro.	Não Sei.
04/F	Eu não apoiava Bolsonaro porque tem toda aquela opinião, machista, homofóbica, racista. Um amigo me mostrou vídeos dele e começou a falar dele, me mostrou o plano de governo e nas primeiras cinco páginas falava sobre os negros, mulheres e LGBTs todas com propostas. Aí ele me perguntou: “Não seria melhor a incerteza na mudança do que a certeza na corrupção? ”, minha mãe e meu irmão são apoiadores de Bolsonaro também, eles são muito conservadores. Eu vi esperança pela segurança que ele trazia, a gente está em um Brasil que os marginais estão à solta. Ele é muito conservador, então, eu acho que a maioria das pessoas que apoiam ele vê esperança de respeito, que ele imponha o certo ao certo.	Ele impõe respeito, é pelo certo, é a mudança.	Uma chance de mudar como a gente está.
10/F	A minha família vai sempre nos influenciar em algumas coisas, minha mãe não votou nele, mas meu irmão e meu pai sim e eu pelas propostas que ele trouxe, algumas me chamaram muito a atenção.	Ele parece ser sincero, verdadeiro.	Que melhore a segurança e as escolas.

24/M	Acho que teve uma parte também de influência, por causa de amigos, internet e ele próprio, o Bolsonaro... sei não, professora... porque o que os outros candidatos falavam e não me interessava.	Ele prega muito esse negócio da família, não lembro, professora. Ele é contra o “kit gay”.	Que ele melhore essa bagunça que o PT deixou
33/F	Meu tio. Ele é muito ligado nas coisas que estão acontecendo, por causa dele que eu acredito. Ele fala para mim que você só aprende essas coisas se ficar “puxando textão” de jornal, essas coisas, entendeu? Então se ele votar no Bolsonaro eu vou votar, porque ele conhece, ele vê. Não teria porque ele mentir para mim.	Para mim ele era uma pessoa que não tinha nenhum índice de criminalidade, sabe?	Que tire o Brasil da crise e melhore a segurança.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Esse é o grupo que justifica optar por Bolsonaro devido à influência de familiares e amigos, que, como colocou Souza (2018), são indispensáveis para o comportamento moral do sujeito, que recebe os ensinamentos da família, dos amigos com uma força emotiva das demandas morais e quando não cumprem as expectativas das pessoas próximas que amam, se sentem culpados, autodesvalorizados ou ressentidos. Conforme o autor, essa força moral das pessoas próximas e queridas estão dentro e fora dos sujeitos e por isso ela ganha tanta relevância.

Considerando isso, julgamos interessante descrever uma situação específica sobre a “33F” que compõe esse grupo de entrevistados. Na época da observação de campo, em conversas que antecederam as entrevistas, ela relatou que estava se descobrindo bissexual ou lésbica e que votaria em Bolsonaro. Para ela, pessoas sérias e respeitadas da sociedade em quem ela confiava- como o tio, que é militar- votariam nele. Esse tio, que seria o principal influenciador do voto, lhe disse que “puxou muito textão de jornal” para se informar se Bolsonaro teria algum problema com a justiça ou criminalidade, mas que havia visto que ele seria o único realmente preocupado com a segurança no Brasil.

Isso nos chamou atenção porque, nas aulas- quando surgiam discussões sobre gênero, sexualidade e raça, ela sempre se colocava como uma defensora dos direitos das mulheres, dos direitos das pessoas de se relacionar com quem quisessem, casar com quem quisessem, contrária “a qualquer tipo de preconceito”.

O perfil da “33F” nos remete novamente aos dados tanto da pesquisa de Ester Solano (2018) em São Paulo, como a de KALIL (2018) também em São Paulo, ao descreverem os autodeclarados “gays de direita”. Um perfil que, embora seja compreendido pelos setores da esquerda como uma grande incoerência ou contradição, se autocompreendem como “direitos”, pessoas que prezam por sua identidade LGBTQI+, mas que enxergam os movimentos dessa comunidade como desnecessários e exibicionistas (SOLANO, 2018, p.20), esse entendimento sobre os movimentos sociais vai aparecer nos dados vindouros em várias justificativas dos entrevistados de ambos os sexos a respeito da necessidade de defesa dos valores da família, da igreja e da ordem.

Nesse contexto, antes do primeiro turno e em uma dessas discussões sobre intolerância contra às minorias, a jovem “33F” foi confrontada pelos colegas por seu apoio a um presidente que apresentou várias falas problemáticas em relação às mulheres, negros e homossexuais. Inclusive, lhes foram apresentados vídeos em que Bolsonaro afirmava que seus filhos não corriam o risco de namorar negras ou de serem gays porque foram “muito bem educados”⁵¹. Nessa ocasião, a “33F” respondeu que não sabia dessas coisas e que ia conversar com o tio para confirmar “se era isso mesmo”.

Porém, semanas após o segundo turno, quando as entrevistas foram finalizadas, inclusive a dela, ao ser questionada sobre as falas e posicionamentos machistas, homofóbicos e racistas de Bolsonaro, a “33F” respondeu que acha que o racismo, o preconceito em geral é a pior coisa do mundo, que defende o feminismo, que não entende muito sobre política, mas que votou nele porque o tio dela disse que as pessoas “inventaram essas coisas sobre Bolsonaro ser machista, homofóbico e racista, porque não podiam chamar ele de corrupto” (o que pode ser conferido abaixo no quadro **5B**). Ainda, a jovem afirma que não sabia que Bolsonaro era homofóbico, embora tenhamos presenciado durante a pesquisa a “33F” sendo alertada pelos colegas e assistindo aos vídeos.

Esse caso, além de nos remeter à explicação de Souza sobre a força moral que pessoas queridas e familiares têm sobre os sujeitos, nos leva a refletir que talvez a “33F” não enxergou com os próprios olhos os preconceitos de Bolsonaro porque, como nos lembrou Adorno sobre a adesão à propaganda e líderes autoritários: *a propaganda autoritária precisa apenas reproduzir a mentalidade que as pessoas já têm e usá-las para seus próprios objetivos*. Não há necessidade de que a mensagem autoritária venha propor transformações reais: basta-lhe repetir exaustivamente meias verdades como “não podem chamar ele de corrupto, aí chamam machista, homofóbico e racista”, para que os valores e a mentalidade autoritária já existentes na sociedade se sobreponham aos conflitos como os que ela aparentava ter em relação à aceitação de sua sexualidade.

Além da “33F”, as outras três entrevistadas do sexo feminino desse grupo de entrevistados que compõem o quadro **3A**, citaram a influência de familiares ou pessoas queridas do sexo masculino na determinação de suas escolhas políticas por Bolsonaro: “fui muito influenciada pelo meu pai” (“03F”); “um amigo me mostrou vídeos dele e começou a falar

⁵¹ Para conferir essas falas, Ver O Globo. Bolsonaro diz na TV que seus filhos não ‘correm risco’ de namorar negras ou virar gays porque foram ‘muito bem educados’. Em 29 de março de 2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-1437103.html>. Último acesso em janeiro de 2021.

dele [...]Aí ele me perguntou: “Não seria melhor a incerteza na mudança do que a certeza na corrupção? ”, minha mãe e meu irmão são apoiadores de Bolsonaro também” (“04F”); “A minha família vai sempre nos influenciar em algumas coisas, minha mãe não votou nele, mas meu irmão e meu pai sim e eu pelas propostas que ele trouxe” (“10F”).

Aqui, é interessante relembrar o dado inicial que nos fez escolher a escola como campo: Bolsonaro era mais popular entre jovens do sexo masculino. Com os vários vídeos e falas do presidente sendo homofóbico, machista e racista que circularam durante a campanha eleitoral, houve uma rejeição inicial entre as mulheres, o que levou mulheres brasileiras a organizarem através do facebook o movimento “#EleNão”, tal qual o “#NotHim” dos Estados Unidos contra as falas misóginas de Trump.

O grupo “mulheres contra Bolsonaro” do facebook chegou a alcançar 4 milhões de mulheres, que organizaram os protestos “#EleNão” por várias cidades do Brasil durante o primeiro turno. O The New York Times repercutiu o movimento em um editorial que retratou Bolsonaro como um político que chama publicamente as mulheres de ignorantes, de muito feias para serem estupradas e de merecedoras de um salário inferior ao dos homens. Além de enfatizar a tal fala sobre a “fraquejada” que, segundo o político, resultou na concepção de sua única filha mulher⁵², isso aparecia como principais fatores para a rejeição dele entre as mulheres.

Contudo, após os atos “#EleNão” contra Bolsonaro, seu índice de rejeição entre mulheres passou a diminuir nas pesquisas⁵³, crescendo seis pontos na intensão de votos entre mulheres de diferentes classes sociais. Diante disso, citamos o “#EleNão” nesse momento da análise por dois motivos: o primeiro é que pode ajudar a entender o porquê das entrevistadas enfatizarem em suas respostas que a influência de homens da família ou amigos homens foi definitiva para a sua adesão ao bolsonarismo; não se tratou de algo que inicialmente partiu delas mesmas, uma das entrevistadas inclusive ressaltou que a mãe não votou nele, quem a influenciou foram o pai e o irmão, o que pode ser consequência da rejeição inicial do candidato entre as mulheres, mesmo apresentando algum crescimento também no eleitorado feminino.

⁵² Ver Shasta Darlington. Jair Bolsonaro, Candidate in Brazil, Faces Women’s Calls: #NotHim. The New York Times. Em 24 de Setembro de 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/09/24/world/americas/brazil-election-jair-bolsonaro.html?smid=tw-nytimes&smtyp=cur>. Último acesso em janeiro de 2021.

⁵³ Ver Daniel Weterman. Bolsonaro cresce seis pontos entre mulheres após ‘#EleNão’. Terra. Em 01 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/intencao-de-voto-de-bolsonaro-cresce-entre-mulheres-diz-ibope,febbe43ab28a0f3eb2100dcfd561b932pfns7p2l.html>. Último acesso em janeiro de 2021.

O segundo motivo, que também ajuda a entender essa adesão feminina mesmo diante das repercussões de falas e atitudes machistas de Bolsonaro, foi explicado nos resultados da pesquisa *quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro*: as mudanças de estratégias na campanha do candidato, como: “a declaração de intenção de voto de líderes religiosos, ações de propaganda por parte de seus apoiadores e sua alta hospitalar” (KALIL et al, 2018, p. 4). Entre essas “ações de propaganda por parte de seus apoiadores”, há a distorção⁵⁴ dos atos #EleNão e de outros protestos dos movimentos feministas que circulavam nas redes sociais através de fotos e memes que, entre outras coisas, faziam comparação pejorativa entre as feministas que eram caracterizadas por imagens de nudez fora de contexto e a “feminina”, a mulher de direita, empoderada que não é vitimista:

Usam o termo “femininas” para se contrapor às “feministas”. Seu lema é “sou feminina, mas não sou feminista”. Para elas, enquanto as feministas estão chamando atenção nas redes sociais “problematizando tudo” ou propagando a “desconstrução social”, como leis para legalizar o aborto; as femininas (que também se reconhecem como “bolsogatas” ou bolsolindas”) querem reafirmar a imagem da mulher que é bem-sucedida, sem abrir mão de aspectos de “feminilidade” ou da trajetória de ter alcançado sucesso por esforço próprio (KALIL et al, p. 16).

Com o exposto, além da influência de familiares e amigos homens, as distorções em torno do movimento de mulheres podem ter ajudado para a adesão dessas entrevistadas a Bolsonaro. Mais dados sobre as questões de identidade serão relatados em breve. Por ora, o segundo elemento que mais aparece nas respostas do grupo 3A é a escolha por Bolsonaro porque ele: “parece ser sincero, verdadeiro” (“10F”), “não tinha medo de falar as coisas na cara da população do que realmente ia fazer, enquanto outros se davam mais de coitados” (“03F”), “ele passa muita realidade, nele próprio a gente vê que ele não está falando mentiras” (“02F”), “porque o que os outros candidatos falavam e não me interessava” (“24M”); “ele impõe respeito, é pelo certo, é pela mudança” (“04F”). Essa compreensão de Bolsonaro como honesto, defensor do respeito, “novo”, verdadeiro, etc. se deve ao fato dele se apresentar exatamente nesses termos: como a mudança, distante da “velha política” tradicional corrupta, contra a bandidagem, *o único que podia mudar os rumos do país*. Algo

⁵⁴Ver Ricardo Chapola. “Os apoiadores do candidato do PSL também se mobilizaram para tentar desqualificar as mulheres que participaram dos protestos. A reação foi intensa: nas ruas, com atos realizados no sábado (29) e no domingo (30), e também pela internet. Uma onda de informações, algumas delas falsas, começou a circular em grupos de WhatsApp e no Facebook com o objetivo de hostilizar as mulheres que aderiram ao #EleNão [...] nas mensagens, havia ataques às manifestantes, quase sempre de cunho moral. Havia ainda imagens usadas fora de contexto, como se as cenas tivessem ocorrido no sábado (29)”. Em: Por que Bolsonaro cresceu entre o eleitorado feminino. Nexo Jornal. Em 04 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/10/04/Por-que-Bolsonaro-cresceu-entre-o-eleitorado-feminino>. Último acesso em janeiro de 2021.

que ele enfatizava em seus discursos de campanha, inclusive durante os poucos debates em que participou no período das eleições⁵⁵:

Bolsonaro diz que é o único que pode mudar os rumos do país. Ele defende o livre mercado e diz que não governará pensando em diferenças dos eleitores como ricos e pobres, e brancos e negros [...] fala que ele pode romper com o "establishment" [...] que a causa da violência é a política de direitos humanos e o desarmamento do "cidadão de bem" [...] diz que tem um projeto de lei para castração química voluntária em troca de progressão de pena como forma de diminuir o número de estupros (TERRA, 2018, online).

Em suas falas, os entrevistados que acreditaram e se identificaram com esse discurso demonstram indignação e um forte sentimento antipolítico, impulsionados pela demonização da política tradicional pela mídia e a *Lava Jato* em torno do tema “corrupção”. Esses sentimentos de indignação e antipolítica aparecem em várias pesquisas sobre a direita brasileira. Nessa pesquisa, esses sentimentos antipolítica emergiram como parte dos principais fatores para alimentar nas pessoas um desejo de mudança, de novidade, de soluções que viessem de fora da política. Algumas falas de Bolsonaro podem soar, aos mais intelectualizados, como bobagens conservadoras e sem sentido. Mas, ele não as usa apenas por ser retrógrado e mal informado, é possível conectá-las à algumas das estratégias utilizadas pelos atuais líderes autoritários que oferecem ao povo a oportunidade única de votar neles como forma de se colocar contra as elites ou os políticos tradicionais. Se colocam como porta-vozes da ira que sabem que existe e ajudam a fomentar na sociedade (EMPOLI, 2020).

Essa oportunidade de ser *porta-voz da ira do povo contra a velha política* não é oferecida pelos meios e modelos cansativos de um discurso formal, nem trazida num debate amplo, com a disputa de diversas ideias divergentes. Será oferecida, principalmente, através de canais onde não há espaço para o contraditório, nem para se confrontar distorções, onde as pessoas não sabem mais diferenciar o que é verdade, do que é mentira, do que é opinião. Esse modelo de política se dá em grupos de aplicativos com familiares e amigos, o que favorece um certo elemento de confiabilidade no que está sendo dito. Afinal, o argumento é que não haveria porque um familiar ou amigo de confiança “mentir para mim” (“33F”). Essa imagem que os entrevistados têm ou tinham de Bolsonaro se deve a apresentação do presidente como:

Antimainstream, outsider e antiestablishment; utilização do discurso de ódio legitimado como sendo liberdade de expressão; banalização do ódio ou apresentando-o com roupagem juvenil, folclórico, “memeficado”; proximidade com os “perdedores da globalização”, as classes médias e também as classes populares, estas últimas que, tradicionalmente, votaram em partidos de esquerda, mas que hoje se sentem traídos

⁵⁵Ver em Terra. AO VIVO: Siga debate na Band. Em 09 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/ao-vivo/agora/ao-vivo-siga-debate-na-band/1447/>. Último acesso em janeiro de 2021.

por estes mesmo partidos; teatralização, utilização das redes sociais como canais de comunicação e proximidade com a população; utilização de uma narrativa combativa contra as elites políticas e construção do discurso meritocrático do self-made man da centralidade do trabalho e esforço individual (SOLANO, 2018, p.10).

É a partir desses fatores que a imagem do “mito” que fala na cara, que é verdadeiro, que é sincero e que é “gente como a gente” é construída, difundida e recebe adesão de muitos dos que foram submetidos a um processo altamente contraditório de inclusão financeira no mercado neoliberal, enquanto ouviam anos de discursos sobre como a política é uma coisa horrível que só serve para roubar dinheiro público e prejudicar o povo. Esse discurso se radicalizou justamente quando as consequências da crise financeira recaíram com mais intensidade sobre os mais pobres. Isso, certamente, influenciou o desenvolvimento das concepções sobre a política, abriu espaço para que se pudesse relacionar as adversidades, o fato de que as condições financeiras estavam mais difíceis, aos noticiários que reportavam diariamente a mensagem de que todo político rouba o tempo todo e que o dinheiro do povo estava no bolso dos políticos ladrões.

Nada nos noticiários abria espaço para uma reflexão sobre o fato de que a situação dos mais pobres piorou cada dia mais porque os interesses das classes proprietárias – em continuar lucrando com os altos juros que garantiam o rentismo – sabotaram medidas que poderiam ter alavancado a indústria e o mercado interno e assim amenizado o impacto da crise sobre eles, como debatemos nos capítulos anteriores. O roteiro midiático se organizava em torno de um aparato judiciário reportado como heróis da nação, que combatiam a classe política corrupta, principalmente os vilões petistas. Esse conjunto de fatores certamente levou muita gente a acreditar que a solução para seus problemas e para os problemas do país viria de um herói, um salvador da pátria. De alguém que de forma muito dinâmica, longe das longas e rebuscadas discussões políticas conseguiu convencê-los de ser como eles: contra “tudo isso que está aí”.

Diante disso, é importante lembrar ainda que há mais de cinquenta anos Adorno já alertava sobre o sucesso da estratégia do líder autoritário de se apresentar ao mesmo tempo como onipotente “o único capaz de mudar os rumos do país” e apenas mais um de nós, “gente como a gente”⁵⁶ (um “cidadão de bem” que aparece publicamente vestindo camisa de time esportivo, publica foto comendo pão com leite condensado, tem uma linguagem simplória, diz que defende os valores tradicionais etc.). *Um cidadão simples e saudável que não se macula por riquezas materiais ou espirituais*. O sucesso disso se deve a ambivalência psicológica

⁵⁶ Ver Bruno Giovanni. GENTE COMO A GENTE: Bolsonaro posta FOTO de café-da-manhã e internet vai ao delírio. Blog do BG. Disponível em: <https://www.blogdobg.com.br/gente-como-a-gente-bolsonaro-posta-foto-de-cafe-da-manha-e-internet-vai-ao-delirio/>. Último acesso em janeiro de 2021.

necessária ao processo de satisfação do desejo duplo do seguidor centrado na figura do líder: *o seguidor quer se submeter a autoridade enquanto deseja ser a própria autoridade* (ADORNO, 2015, p. 172).

Quadro 3B: Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro.

ID/ Sexo	O que foi definitivo para decidir seu voto?	Tem alguma opinião formada sobre Bolsonaro? Qual?	Quais as suas expectativas sob um governo Bolsonaro?
34/M	A falta de opção, porque votei nulo, não dava para votar em Bolsonaro e o PT precisa resolver as coisas de corrupção, talvez saindo eles melhorem.	Ele é um ogro, muito bruto e burro também.	Sobreviver, porque ele é um doido, toda hora fala uma besteira.
35/F	Eu votei nulo porque Lula me decepcionou com a corrupção e Bolsonaro nunca foi uma opção, eu não apoio o jeito que ele julga as pessoas, eu não vou julgar uma pessoa pela cor, pela religião ou até mesmo pela a orientação sexual da pessoa. Não vou julgar, mas ele sim, ele julga mesmo quando ele não quer e acaba oprimindo as pessoas e mesmo assim ele quer estar no poder e mudar a sociedade e isso não se muda. Então, não adianta.	Eu não me identifico realmente. Já meu pai é totalmente a favor dele, eu acho meu pai correto, mas eu não me envolvo com isso, não vou comprar o que ele pensa, o voto é dele, porém, eu não concordo.	Que ele não oprima as pessoas como prometeu.
36/M	Bolsonaro ser homofóbico e machista e o PT ter decepcionado com a corrupção, aí votei nulo.	Ele é muito machista e alguns vídeos que vejo na internet sobre ele são homofóbicos.	Que ele não seja tão ruim como promete.
37/F	A falta de opções e fé em alguém que realmente represente, fui no branco. Não sou a favor das propostas de Bolsonaro, e ele quer dizer que só se ele for eleito ele pode fazer alguma coisa. O poder já está nas mãos dele o tempo todo que foi deputado. O PT não dava mais.	Desse tempo todinho dele que ele está ocupando um cargo e tirando o direito o direito de outra pessoa de estar lá e não fez nada, entendeu?	Espero que melhore, mesmo não votando nele tem que torcer para dar certo, pois estamos todos no mesmo barco.
38/F	Eu votei branco porque o PT teve os casos de corrupção.	Abominável, Bolsonaro tem uma cabeça fechada, é um cara preconceituoso, é pior tipo de Político que poderia ter.	Espero que ele não consiga fazer as besteiras que ele fala.
39/M	As ignorâncias de Bolsonaro, por ele falar muita merda desisti de votar nele, também não quis votar no PT, para mudar	Vi algumas coisas que me deixou com o pé atrás, ele é machista, autoritário, eu não gosto disso, ele maltrata, fala que vai exterminar todo mundo.	Que melhore mesmo a segurança como ele disse.
40/M	Eu acabei não votando em ninguém, votaria em Lula, mas ele foi preso, o outro eu não conheço o Haddad e Bolsonaro eu não concordo.	Acho ele uma “merda”. Ele é homofóbico.	Torço, se for ruim vai prejudicar todos.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

No quadro 3b estão reunidos aqueles alunos que demonstram que os modelos de macro explicação sobre desenhos de sujeitos e subjetividades pela razão neoliberal muitas vezes não se comprovam totalmente na realidade. Esse grupo, apesar de incorporar parte dos valores instrumentalizados por interesses distantes dos de suas classes, mostram em suas falas pontos mais explícitos de resistência que os outros. Nesse sentido, os modelos de análises microssociológicas propostas por Sayer (2005a, 2005b) e Lamont (2000) se mostram imperativos para a compreensão de como esses indivíduos articulam seus valores para interpretar o mundo em sua volta, por focarem em elementos da subjetividade que podem sim ser modelados pelas demandas de um sistema socioeconômico para a formação

moral e a ação dos indivíduos, mas que se devem também a questões particulares e que ultrapassam a lógica de um sistema econômico.

Isso não quer dizer que os teóricos do neoliberalismo, que o compreendem como uma razão muito além de um mero sistema econômico, não atentam para o âmbito moral da experiência humana. Tampouco quer dizer que há uma contradição entre esses teóricos e os bourdieusianos. Significa apenas que para possibilitar uma compreensão mais abrangente da importância dos valores na subjetividade e ação dos pesquisados, é necessário somar às análises macros à uma perspectiva microssociológica da moral. Nesse contexto, precisamos perceber aqui o que une e o que separa as avaliações normativas dos jovens concentrados nesse grupo do quadro **3b**, das avaliações normativas dos demais pesquisados.

Com essas questões postas, sabemos que os 40 entrevistados estão sob um sistema socioeconômico que é por natureza antidemocrático, moralista e empenhado em moldar subjetividades, como já discutimos. Sabemos também que eles partilham experiências comuns como estudar sob o mesmo tipo de modelo escolar e receber as mesmas mensagens individualizantes e cheias de jargões corporativos que um modelo de escola empresarial proporciona para eles. Vimos ainda que são parte das classes subalternas, a maioria com características correspondente ao perfil *batalhador*. Além disso, percebemos que todos os 40 creditam seus valores à família e a maioria entre eles creditam também as religiões cristãs as quais fazem parte.

Outra coisa que já percebemos sobre os pesquisados é que quase todos foram alcançados e absorveram a mensagem antipolítica, reagindo a ela não enxergando uma saída para os problemas políticos do país dentro da própria política, o que se expressou: ou na ideia de que Bolsonaro “o novo”, distante da “velha política”, era a solução, ou em abstenções. Esses são os pontos mais evidentes de compartilhamento de experiências entre eles. Vale lembrar aqui que o “40M” é uma exceção às duas reações à mensagem antipolítica, pois embora tenha optado por não votar em ninguém – porque Lula, a opção dele, não participou das eleições devido ao impedimento por acusações de corrupção que resultou na sua condenação em segunda instância, prisão e perda dos direitos políticos como já tratamos (o que pode ser conferido no quadro 1 do capítulo 4) – não demonstrou orientar sua posição política por essa mensagem. Com o exposto, temos uma lista de percepções gerais sobre os entrevistados, no entanto, falta perceber com mais clareza os pontos de convergências e distanciamentos entre eles em termos de articulação de valores.

Podemos ver através das falas desse quadro que o grupo **3b**, que a partir de agora chamaremos de “**resistentes**” para facilitar a menção a eles, rejeita o discurso de ódio bolsonarista

contra às minorias, falam que Bolsonaro “é um doido que toda hora fala muita besteira”, “que ele oprime as pessoas”. Como vimos nas análises do quadro 2, eles também rejeitam às políticas neoliberais defendidas pelo bolsonarismo (esse grupo é quase o mesmo que nas análises do quadro 2 apareceu como **o tipo2**, com a exceção do “32M” que aparecerão no quadro 3c pela identificação e definição da percepção sobre Bolsonaro a partir do tema segurança pública).

Além disso, esse grupo ainda deseja que Bolsonaro “não seja tão ruim quanto promete” e diz que torce para o governo dele dar certo, “porque se for ruim vai prejudicar todo mundo”. A junção desses fatores nos mostra que o processo de des-democratização e de esvaziamento do senso de coletividade descritos – por Brown, Dardot e Laval e outros que discutem sobre a razão neoliberal em diálogo com Foucault – como resultados de um modelo socioeconômico que molda subjetividades conseguem de fato esclarecer muitos aspectos da realidade, mas não são suficientes para a compreensão dos elementos de resistência de sujeitos que não se encaixam totalmente nesse tipo de modelo teórico, por isso é preciso levar em consideração certas especificidades.

Diante das falas dos “resistentes” é possível enxergá-los como mais abertos à compreensão das diferenças, ao diálogo e mais preocupados com o coletivo que os demais entrevistados. Podemos perceber também que assim como os outros eles articulam suas interpretações da política a partir dos valores valorizados socialmente (SAYER, 2005b). Nesse ponto relembremos os dados do gráfico 2, que apresenta uma lista de valores e traz como os mais importantes elencados pelos entrevistados o “respeito” e a “honestidade”. Tendo isso em mente, ao focarmos nas falas tanto “dos resistentes”, quanto nas falas dos demais entrevistados, é possível perceber que eles articulam a interpretação deles daquele embate político principalmente em torno dos valores “respeito” e “honestidade”, vejamos um exemplo de como isso ocorre nas seguintes falas:

Eu votei nulo porque Lula me decepcionou com a corrupção e Bolsonaro nunca foi uma opção, eu não apoio o jeito que ele julga as pessoas, eu não vou julgar uma pessoa pela cor, pela religião ou até mesmo pela a orientação sexual da pessoa[...] Eu não me identifico realmente. Já meu pai é totalmente a favor dele, eu acho meu pai correto, mas eu não me envolvo com isso, não vou comprar o que ele pensa, o voto é dele, porém, eu não concordo [...] Que ele não oprima as pessoas como prometeu (“35F”, quadro 3b, compõe o grupo “dos resistentes”);

Foi o jeito que Bolsonaro propôs a mudança e pela parte que ele disse que acabaria com a corrupção e com essa roubalheira toda. O valor que ele dá a família. Desde criança eu aprendi a valorizar a família, só que você ser conservador demais não dá, você tem que respeitar todas as religiões, todas as culturas, eu já visitei várias religiões para conhecer, mesmo sendo católico se um dia der vontade de seguir outra religião eu vou, isso é normal. Não ia querer sair no meio da rua e ser hostilizado por isso, muitas pessoas vão pregar uma religião, mas mesmo assim não sabem respeitar [...]Ele quer mudar o que está errado no Brasil, a roubalheira, desrespeitos aos valores da família, a insegurança, o rombo na economia. Isso é bom (“1M”, quadro 3d).

Como podemos ver a primeira fala é de uma entrevistada do grupo “dos resistentes”, que rejeita Bolsonaro e justifica essa rejeição porque ele “julga” as pessoas, no sentido de desrespeitar as diversidades de raça, crença e sexualidade. Nesse fragmento, ela usa o valor “respeito” como forma de reconhecer que todos devem ser igualmente respeitados, inclusive quando diz que acha o pai dela uma pessoa correta, embora não concorde com o voto dele em Bolsonaro, articulando novamente o “respeito” no sentido de reconhecer que mesmo as pessoas que se diferem do estabelecido como norma ou se diferem do que ela pensa devem ser respeitadas. Já quando ela fala sobre o voto nulo, diz “Lula me decepcionou com a corrupção”, no sentido de mostrar desaprovação e de se desvincular de atos ilícitos como corrupção, ela articula o valor “honestidade”⁵⁷ para justificar porque se absteve de uma disputa que tornou presidente alguém que ela recrimina e que falou contra os direitos que favorecem a posição social dela, fato que ela demonstrou ter consciência no quadro 2.

Ao observamos a segunda fala, que pode ser verificada abaixo no quadro 3d, porque o entrevistado não é parte “dos resistentes”, vemos também a articulação do valor “respeito” em sua interpretação da política. No entanto, não no mesmo sentido que o exemplo anterior, uma vez que ele fala em respeito às leis, à ordem, aos valores hierarquizantes de uma ordem hierarquizante. O que se afasta da ideia de respeito enquanto um merecimento de todos, embora ele tente transparecer isso quando diz que ninguém merece ser hostilizado por ser diferente. Contudo, ao destacar na justificativa “o valor que ele (Bolsonaro) dá a família” e o “desrespeito pelos valores da família” como algo que “está errado no Brasil”, mostra que entende que só quem segue e preza pela ordem e valores estabelecidos merece respeito.

Sabemos que o que Bolsonaro apresenta em termos de “respeito pelos valores da família” é na verdade um posicionamento neoconservador contra o debate e avanços na cidadania de mulheres e grupos LGBTQI+⁵⁸, então na segunda fala o valor “respeito” muda de sentido em relação a como é usado na primeira fala, e passa a ser articulado no sentido de respeitar um certo modo de vida, de manter a ordem de hierarquias na sociedade onde “valores da família” devem continuar sobrepostos à cidadania de grupos marginalizados. O que faz com

⁵⁷ Esse sentido de honestidade é encontrado nas análises de Souza sobre os batalhadores, que percebe o uso pela família batalhadora dos valores “honestidade” e “dignidade” “em contraposição ao rumo que muitas pessoas de origem pobre tomam na vida, ou seja, o da delinquência e da marginalidade” (SOUZA, 2012, p.380).

⁵⁸ Já tratamos disso em outros capítulos, mas mais um exemplo poder ser conferido em Amanda Pupo e Daniel Weterman. Bolsonaro defende ‘família tradicional’ e chama ‘ideologia de gênero’ de ‘coisa do capeta’.

O Estado de São Paulo. Em 10 de agosto de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-defende-familia-tradicional-e-chama-ideologia-de-genero-de-coisa-do-capeta,70002962393>. Último acesso em janeiro de 2021.

que as diferenças nas formas de articular o valor respeito seja o principal ponto de distanciamento entre o grupo “dos resistentes” e os demais pesquisados.

Além do valor “respeito”, a segunda fala também traz o valor “honestidade” em sua justificativa sobre o que definiu sua escolha política por Bolsonaro; e dessa vez usa no mesmo sentido que a entrevistada do grupo “dos resistentes”, no sentido de reprovação da corrupção, da “roubalheira”, de querer mostrar que está desvinculado do ilícito. Sendo esse é o principal ponto de aproximação entre os entrevistados que optaram por Bolsonaro e os que não optaram. Assim compreendemos que diante de uma experiência com tantos pontos em comum, o que diferencia ou aproxima a forma como “os resistentes” e os demais entrevistados lidam com aspectos do discurso bolsonarista, é a maneira em que eles articulam os valores “respeito” e “honestidade”, sendo os diferentes sentidos de respeito usados por eles o que os separam e o uso do mesmo sentido de honestidade que os unem.

No entanto, isso se trata de uma tendência, não se dá por completo em todas as falas, nem em relação a todos os temas, por isso que a moralidade precisa ser compreendida na forma de disposições apreendidas e sentimentos morais que são assimilados através da interação social constante (SAYER, 2005b). Os processos de incorporação e de disseminação de valores são complexos e fluidos, e como podemos ver aqui, nem sempre discursos, valores ou posicionamentos correspondem em sua totalidade à desenhos teóricos. Entretanto, é possível afirmar que há uma tendência de convergência entre a forma que “os resistentes” e os demais pesquisados interpretam a política quando eles articulam o valor honestidade e uma tendência de distanciamento quando articulam os sentidos do valor respeito.

Com o exposto, os valores “respeito” e “honestidade” permeiam direta ou indiretamente quase todas as falas dos entrevistados, não por acaso foram indicados por eles no gráfico 2 como os valores mais importantes. Quando eles justificam porque rejeitam algo, eles articulam noções de respeito e honestidade, o mesmo acontece quando justificam porque se identificam com algo, iremos pontuar isso sempre diante de discussões que os aproximam ou os separaram. Precisamos ainda destacar sobre a articulação do valor “honestidade” pelos entrevistados – usado principalmente no sentido de desvinculação com o ilícito, de não corroborar com “corrupção”, “roubalheira”, “bandidagem” – que como nos lembra Sayer, Lamont, Souza e vários outros autores que trabalham sobre a moralidade das classes menos favorecidas, a ideia de honestidade, do “sou pobre, mas sou honesto”, tem muita importância para os mais pobres porque é no campo da moralidade, do conjunto de regras distintas do âmbito material, que a disputa por elementos socialmente valorizados aparenta ser menos desigual entre as classes.

Diferente da lógica econômica que possui um conjunto de regras em que os menos favorecidos pelo sistema não competem em um terreno de igualdade, no campo da moralidade há a promessa de uma lógica de valorização independente do componente econômico, por isso é tão importante para os mais pobres o lugar onde eles se posicionam em relação ao respeito das outras pessoas, pois eles podem até não ter nada material para lhes agregar valor, mas podem ostentar um “bom caráter”. Diante disso é importante compreender as regras morais que começam a pesar sobre determinadas ações, os valores são muito importantes para a autoimagem das pessoas. E no caso dos mais pobres, como o acesso ao capital cultural e capital econômico lhes é extremamente dificultado, é na moralidade, no conjunto de regras morais estabelecidas, onde é possível conseguir respeito e maior valorização social (LAMONT 2000; SAYER, 2005b).

Esse é um caminho importante para compreender porque a maneira como os entrevistados articulam o valor “honestidade” aproximam os diferentes perfis. Os “resistentes” podem até aparentar ser menos conservadores – diante da moral estabelecida, ensinada e compreendida socialmente como correta – sobre algumas questões que envolvem os sentidos de respeito, mas quando se trata de honestidade como sendo aquilo que os separa do que é “roubalheira”, “bandagem”, do ilícito, todos (alguns mais outros menos) apresentam falas e posicionamentos que convergem com aspectos do conservadorismo. Ainda que a mensagem antipolítica focada justamente no apelo à ética, à moral, à “honestidade” na política, não tenha sido o suficiente para levar “os resistentes” a optar por Bolsonaro, foi suficiente para despertar neles a recusa pelo PT, atendendo assim à finalidade da instrumentalização do valor honestidade pelos interesses das classes dominantes para desestruturar um partido popular.

Pois como uma pessoa honesta poderia compactuar com um partido “muito corrupto, corrupto moralmente também” (“6M”, quadro 3d); “Maior quadrilha que já vi falar. ” (“22M”, quadro 3d)? Pois, “Se fosse tão bom como falam, não tinha mais pobres no Brasil, acho que tem que dar emprego e não esmola. ” (“21M”, quadro 3c); “Lula diz que ajudou os pobres, mas só roubou e fez política para o povo não querer trabalhar” (“27M””, quadro 3d). São por esses termos, reproduzidos por indivíduos das classes subalternas, que se dá a mensagens do preconceito de classe das classes favorecidas contra os mais pobres, e quando essas classes, principalmente setores da classe média, passaram a camuflar esse preconceito e indignação com discursos e luta pelo combate à corrupção, essa mensagem circulou cada vez mais forte entre os mais pobres. Não é à toa que os valores morais são instrumentalizados por interesses específicos, o conservadorismo tem força sobre às ações porque representa uma moral estabelecida que é ensinada e incorporada como correta, assim, se adequar aos valores

estabelecidos é uma maneira de parecer digno. Nesse sentido, a moralidade se torna uma regra particular que muitas vezes contraria os interesses de classe (LAMONT, 2000; SAYER, 2005b).

Vimos através de Singer (2012) e Souza (2016) que o apelo das classes dominantes aos valores, principalmente à honestidade na política, não mobilizou os mais pobres nas eleições de 2006 durante a histeria midiática em torno do mensalão, nem em 2010, ou 2014, quando eles se tornaram a base eleitoral mais forte do PT, pois conforme Singer, com as políticas que beneficiariam as classes mais pobres o lulismo repolarizou a política fazendo com que o antagonismo rico e pobre voltasse para o debate político. Desse modo arregimentou eleitoralmente a lealdade dos mais pobres, antes explorados eleitoralmente pela direita conservadora, que os mobilizavam tanto na promessa de melhoras de vida por meio de criação empregos formais, quanto no antigo apelo aos valores, sobretudo em torno do tema corrupção. Isso só votou a fazer sentido para os mais pobres, quando ao mesmo tempo em que as condições de vida deles se tornavam mais difíceis mediante a crise financeira e política, a mídia reforçava cotidianamente a mensagem que era por causa da classe política, principalmente o PT, que estava roubando o dinheiro do povo:

[...] Eu sei que muitos vão dizer que Lula não roubou, mas acho que quase todas as pessoas que entraram no governo roubaram alguma coisa, eu acho que o governo PT em treze roubou muito e isso tiraria o Brasil da pobreza. Isso foi um dos motivos de eu não ser a favor do PT e também pelas ideologias da esquerda (“12M”, quadro 3d).

Além do apelo aos valores, com foco na honestidade, principalmente por meio do massacre midiático e jurídico à política tradicional, era necessário também demonstrar que existia um apoio social para ideia de uma necessidade urgente de tirar do poder um governo que há três eleições vinha sendo eleito pelo voto dos mais pobres. Era preciso uma retórica forte para disputar com a imagem desse governo de “campeão do combate à desigualdade”. Esse apoio social veio de um povo “que amava o Brasil e queria uma limpeza ética, pois a desonestidade dos políticos seria a grande fonte de todos os males do país”, um povo que se apresentava com uma superioridade ética recrutado pela mídia para lutar do lado “do campeão do combate à corrupção” (SOUZA, 2020). Setores da classe média, a classe à qual a maioria dos *batalhadores* se identificam como parte, fizeram às vezes desse povo.

Nesse contexto, é importante ainda mencionar as observações de Sayer (2005b) e Lamont (2000) de que no âmbito das diferenciações entre sujeitos e classes as coisas geralmente são colocadas a partir de categorizações como “nós e os outros /eles”, pois assim vai ter sempre um fator relacional de comparação sobre quem é melhor ou pior, o que foi explicado por Lamont como *fronteiras morais*, ao perceber que os grupos sociais muitas vezes se diferenciam dos

outros em termos de distinções morais, ao reivindicar para si virtudes que julgam faltar nos outros, como por exemplo “nós somos os honestos, eles são os corruptos”. Conforme Lamont, essas fronteiras morais são características de grupos preocupados com suas posições, principalmente preocupados sobre como são vistos por grupos que ocupam posições materiais superiores e com o medo de se igualar aos grupos desprezados e que estão abaixo deles.

Assim, quando a classe dominante em uma determinada cultura constrói um ideal de virtudes ou falta delas, colocam suas valorizações e desvalorizações normativas como universais, como algo que todos têm que seguir para serem valorizados. Desse modo, quando a mídia e a classe média à direita passou a pautar no debate público brasileiro – de forma cada vez mais virulenta – a retórica de que “o PT é o partido mais corrupto do Brasil; e nós que não aceitamos à corrupção somos os honestos, os cidadãos de bem”, externou sua visão de mundo sobre quem e o que é bom, e sobre quem e o que é ruim, de uma maneira universal, como um interesse comum a todos, pelo bem comum, em que todos os outros grupos têm que ostentar essa honestidade, todos os outros que quiserem ser socialmente valorizados. Nessas distinções morais fica claro que se os valores não fossem colocados como universais os “outros” dificilmente poderiam ser menosprezados por supostamente não os cumprir.

Essa construção de fronteiras morais, nos remete ainda a separação observada por Souza (2011), por Mattos (2011) e outros autores do livro *A ralé brasileira* que identificam em seus trabalhos sobre a ralé a divisão entre “o pobre honesto” e o “pobre delinquente”. Algo que Souza (2020) julga que foi utilizado no cenário de desconstrução midiática e política da imagem do PT, também como estratégia do bolsonarismo como uma “guerra entre os pobres”, para ganhar adesão. Segundo Souza, os mais pobres precisavam ser divididos pela ideia de que quem era honesto não poderia continuar votando nos corruptos, precisavam se distanciar da imagem do “pobre delinquente”, da “bandidagem”, dos “vagabundos”. Tanto Souza quanto Mattos percebem um abismo entre os chamados “pobres honestos” dos chamados “pobres delinquentes”, para Souza os primeiros são os que aceitam vender sua força muscular a um preço muito barato e os segundos os que se revoltam e reagem “de modo pré-político contra a estrutura que os condenam” (SOUZA, 2011, p. 8).

O autor entende que em nenhum outro segmento essa diferença entre honestidade e delinquência é tão importante quanto nos seguimentos populares, uma vez que o drama diário da maioria das famílias mais pobres se dá em torno do tema honestidade que é percebido como uma fuga do destino da vida de crimes ou de vícios ou de prostituição, sendo essas “as figuras paradigmáticas da delinquência nessa classe que está, por sua fragilidade e pobreza, especialmente exposta aos riscos e seduções da vida desviante” (*Ibidem*). A partir dessa

fronteira moral entre os honestos e os delinquentes se constrói uma forte divisão nessa classe, dificultando meios de solidariedade interna entre elas. Diferenciação essa entre os mais pobres fundamentada no padrão moral dominante que conforme Souza é “construído pelas classes superiores para melhor oprimi-los” (SOUZA, 2020, p. 179). Nesse ponto, Mattos traz uma discussão importante, pois ao pesquisar prostitutas da ralé, ela observou seus relacionamentos com familiares, mães, companheiros e identificou que mesmo que as prostitutas fossem julgadas moralmente pela forma a qual conseguiam sobreviver por seus entes, esses não rejeitavam o dinheiro ou presentes que vinham da exploração sexual delas. Havendo aí uma fronteira moral para julgá-las, mas não para aceitar bens materiais advindos do trabalho pelo qual as prostitutas eram consideradas pela família como delinquentes. Isso nos faz lembrar daqueles entrevistados analisados no capítulo anterior que escolherem o projeto neoliberal por questões morais, mas demonstraram temer perder as políticas sociais implementadas nos governos petistas, mesmos alguns as tratando como privilégios.

O tema corrupção foi instrumentalizado também como uma forma de questionar a moral dos mais pobres ao optarem por um governo que melhorou suas condições, o que se intensificou a partir de 2013, quando a classe média à direita passou a usar o discurso de combate à corrupção como meio de expressar seus preconceitos de classe (SOUZA, 2016; 2018; 2020) e de se colocar como ética, honesta e em contraposição à um governo corrupto e a quem apoiava esse governo. Isso é importante para compreender por que mesmo aqueles que não incorporaram toda a agenda neoconservadora mobilizada no processo desconstrução do PT, demonstram preocupação em destacar em seus discursos o quanto eles rejeitam à corrupção e o quanto eles fazem parte dos “honestos”. Nesse sentido, a partir desse esforço para compreender como os diferentes perfis de entrevistados articulam os principais valores elencados por eles em suas compreensões da política brasileira, observemos os próximos dados:

Quadro 3c: Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro

D/ Sexo	O que foi definitivo para decidir seu voto?	Tem alguma opinião formada sobre Bolsonaro? Qual?	Quais as suas expectativas sob um governo Bolsonaro?
5/M	Ele vai acabar com a bandidagem, tirar verba de preso, baixar a maioridade penal, liberar as armas, isso eu apoio.	Ele é contra bandido, vai aumentar a segurança. Impor o respeito ao cidadão de bem.	Que melhore a segurança, acabe com a farra dos bandidos.
8/F	A diminuição da maioridade penal, porque a pessoa hoje sai na rua e um menor pode ataca-la, ela será vítima e não irá acontecer nada com aquele menor.	Ele vai mudar o Brasil, aumentar a segurança	Que melhore a segurança

6/M	A organização que Bolsonaro tem e como ele tem separado a equipe dele. Em primeira mão eu fiquei sem saber se ia votar nele ou não, eu só fui ter certeza que ia votar nele depois que eu vi o plano dele que está muito focado na segurança e eu acho que a segurança hoje está sendo desprestigiada. Com ele vindo para cá acho que ajudaria, tanto que lá no Rio de Janeiro os policiais não estão podendo avançar no morro por causa dos direitos humanos. Ir em busca, porque você tem que vasculhar as casas, eu entendo que eles vão conseguir tirar alguma coisa de lá só a força, porque lá não vai ter outro jeito.	Ele representa a esperança de um país melhor, que respeite mais as leis.	Acho que esperança de um país melhor seria o direito de ser de todos, e tipo, o Bolsonaro todos dizem que ele é racista, machista, mas eu não acho se ele fosse machista a esposa dele ia sofrer muito, não sofreria?
7/M	Nenhum presidente falou em segurança do Brasil, Bolsonaro já falou um pouco mais mesmo falando um pouquinho de “merda”, por exemplo, que vai liberar arma e todos acreditam que vão chegar ali no mercado, comprar uma arma e vai estar andando armado. Ao menos ele falou da segurança.	É como minha avó fala: “ruim com ele, pior sem ele”, porque se a gente colocasse o PT novamente ia acontecer a mesma coisa que vinha acontecendo.	Mudança para melhor em tudo
9/M	Porque o PT já ficou muito tempo no Brasil, acho que é hora de dar chance a outra pessoa. Bolsonaro é o preferido do povo, ele se intromete em coisas que o Brasil está precisando, mais segurança, menos drogas, baixar a violência.	Ele é preocupado com a diminuição de crimes e drogas, roubos.	Que diminua a violência, melhore o país.
1/M	Chamativo foi a parte sobre os assaltos, como se agora o que plantar colheu, bandido bom é bandido morto, matar morre, coisas assim. Acredito que não, mas pode ser que os assaltantes fiquem com medo por conta dessa mudança, pensei também essa questão do “kit gay”, isso não pode para as crianças. E não dava para voltar no PT, a esquerda diz que é um partido muito bom para os pobres, por causa de Bolsa família e tal, mas se fosse tão bom como falam, não tinha mais pobres no Brasil, acho que tem que dar emprego e não esmola.	Disse a mim mesmo: esse cara é bom, vou votar nele. Não sei explicar, exemplo o jeito dele falar é chamativo.	Acabar com A roubalheira dos políticos e diminuir a bandidagem.
3/F	A questão da segurança.	Ele é a mudança que pode dar certo.	Melhorar a segurança.
6/M	A questão da segurança. Acredito que vai melhorar muito sim, porque eles falam muito sobre isso e foi prometido. A base do governo é essa.	Bolsonaro é um pouco preconceituoso, mas pelo menos o que ele não gosta ele respeita e acredito que ele esteja se corrigindo, porque acredito que todas as pessoas mudem.	Eu penso que a questão principal do país é a questão da economia, eu queria que a economia subisse e que as pessoas tivessem respeito [...] ele já falou muita besteira, mas acredito que ele esteja mudando.
7/M	Assistir as lives e as falas de debates. No primeiro turno o que decidi foi a questão da segurança, no segundo o que decidi meu voto nulo foi a falta de Debate por parte do Bolsonaro, que eu tinha escolhido no primeiro turno. Ele não estava participando dos debates e até nas “lives” no facebook ele tentava se esquivar de receber perguntas, tudo que ele fazia era roteirizado, como ele vai conversar com a nossa população? Eu acabei votando nulo. Lula diz que ajudou os pobres, mas só roubou e fez política pro povo não querer trabalhar.	Vi ideias de Bolsonaro que poderiam trazer alguma melhora para a segurança pública.	Que melhore a segurança
0/M	A questão da segurança, da liberação das armas, da diminuição da maioria penal. Eu daria uma chance porque eu tenho o conhecimento, como ele é muito ligado aos Estados Unidos, tem parceria com o presidente também ele vive repetindo que quer deixar o Brasil como os Estados Unidos, um Brasil com mais educação, com mais “isso”...	Tem vídeo na internet que mostra que ele é ao contrário de tudo isso que ele é machista e racista e contra gay. Merece uma chance.	Que melhore a segurança e também a questão do respeito e a educação.
1/M	As propostas que ele está fazendo.	Ele é o único que fala de melhorar a segurança.	Que o país seja mais seguro e os bandidos tenham medo de praticar crimes.
2/M	A questão da segurança pública. Porque ninguém aguenta mais ser assaltado ou ter medo de ser assalto quando sai de casa.	Concordo com algumas coisas. Porque penso que tem que aumentar mais a segurança.	Que a segurança melhore.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Nesse grupo estão os entrevistados que justificaram sua percepção e expectativas em relação a Bolsonaro, principalmente em torno do valor “honestidade”, tanto que a principal percepção e esperança de um governo sob Bolsonaro apresentados por eles giram em torno das questões que envolvem punições contra os “outros”, os delinquentes, a “bandidagem”, os

“corruptos”. O valor “respeito”, também permeia essas falas no sentido de respeito à ordem autoritária e violenta, às leis, ao “cidadão de bem” e não no sentido de respeito a diversidade ou de igualdade jurídica. Haverá um tópico específico de dados que mostram como todos os entrevistados lidam com tema segurança como foi apresentado pelo bolsonarismo. Contudo, a centralidade desse grupo em torno dessa questão, demanda adiantar um pouco da discussão.

Nessas falas Bolsonaro é representado como aquele que “vai acabar com a farra dos bandidos” (“05M”); “vai aumentar a segurança (“8F”); “é o único que fala de melhorar a segurança ” (“31M”). Há nesse quadro um que não votou nele, o “32M” que diz que concorda com a questão da segurança pública porque “ninguém aguenta mais ser assaltado”, e tem também o “27M”, que só votou nulo no segundo turno porque percebeu que Bolsonaro “se esquivava dos debates”, no entanto, diz que concorda com propostas para segurança pública e como já destacamos acima, fala que “Lula só roubou e fez política para o povo não querer trabalhar”.

Alguns entrevistados justificam que ainda que não concordem com tudo o que Bolsonaro fala sobre o tema, “nenhum presidente falou em segurança do Brasil, Bolsonaro já falou um pouco mais mesmo falando um pouquinho de “merda”, por exemplo, que vai liberar arma [...]. Ao menos ele falou da segurança” (“17M”). Outros justificam que ainda que ele seja preconceituoso, acreditam que ele possa mudar e o mais importante é “a questão da segurança. Acredito que vai melhorar muito sim, porque eles falam muito sobre isso e foi prometido. A base do governo é essa. ” (“26M”). Então “acho que esperança de um país melhor seria o direito de ser de todos. Dizem que ele é racista, machista, mas eu não acho se ele fosse machista a esposa dele ia sofrer muito, não sofreria? ” (“16M”).

Embora tenham duas entrevistadas do sexo feminino nesse grupo que deu centralidade a pauta da segurança para articular suas percepções gerais sobre Bolsonaro, vemos que a maioria é do sexo masculino. Já discutimos através do diálogo com a pesquisa de Scalco e Pinheiro-machado (2018) que a crise de segurança pública vivenciada com muito mais violência pelas camadas populares tem desafiado as masculinidades que diante de um assalto ou outras formas de violência precisam implorar por suas vidas e entregar seus bens passivamente. O que causa revolta, indignação, humilhação e adesão ao discurso bolsonarista de que “os bandidos têm armas e um pai de família não pode defender o que trabalhou para conquistar? Se o PT não tivesse desarmado o “cidadão de bem”, o bandido o respeitaria” (“16M”, quadro 4b).

A questão da segurança pública é um problema que não vem sendo encarado com eficiência nas últimas décadas e gestões (ADORNO; PASINATO, 2009; LIMA, 2019), não

por acaso aparece em muitas dessas falas como prioridade, mesmo por parte de quem diz não concordar totalmente com o que Bolsonaro fala, “o importante é ter falado”. A ausência do protagonismo de um tratamento do combate à violência focado nos Direitos Humanos no debate público e de soluções efetivas sobre esse problema, permite que esse tema seja discutido no país em termos punitivos e demagógicos “que insiste na guerra às drogas, no estado policaresco e na militarização da segurança pública” (SOLANO, 2018, p. 9).

Se não há um debate público plural sobre segurança pública ou propostas que resultem em um controle mais efetivo da violência urbana, a forma em que os demagogos pautam esse debate ganham as mentes e os corações. Pautam na base da desinformação, do punitivismo, na defesa da “lei e da ordem”, no saudosismo do Estado sob o regime militar e na falsa memória de que naquela época:

Vivemos um período de pleno emprego, segurança, liberdade e respeito entre 1964 e 1985. Se houver uma pesquisa entre pessoas com idade superior a 60 anos, tenho certeza de que a quase totalidade concordará com essa afirmação. Hoje, temos medo de ir à escola, pois corremos o risco de sermos assaltados ou assassinados, mesmo durante o dia. Nossa democracia é governada por líderes que idolatram democratas como Fidel Castro, Hugo Chávez, Ahmadinejad e Khadafi. (BOLSONARO, 2011)⁵⁹.

Esse pensamento é comum na sociedade brasileira, afinal quando se tentou tratar com profundidade sobre os crimes contra os Direitos Humanos praticados pelo regime militar, através da “comissão nacional da verdade” como já discutimos em capítulos passados, a reação dos militares foi extrema, mais dessas distorções foram espalhadas no debate público, e mais saudosistas do regime se organizaram politicamente na tentativa de evitar que a sociedade brasileira lidasse com outras memórias daquele período. Nos dias atuais, o presidente comemora em público o aniversário do golpe civil militar, inclusive tentou fazer disso uma comemoração oficial do governo⁶⁰. Além dessas questões, muitas das recomendações procedentes da comissão nacional da verdade que visavam a reparação, memória e justiça para as vítimas do regime, foram ignoradas no país.⁶¹ Como mencionamos, não há um enfrentamento eficiente contra essas distorções no debate público, nem uma

⁵⁹ Ver em Época. Jair Bolsonaro: sou preconceituoso com muito orgulho. Em 02 de julho de 2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html>. Último acesso em janeiro de 2021.

⁶⁰ Ver Carol Siqueira. Comemoração oficial do golpe de 64 gera polêmica em Plenário. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554276-comemoracao-oficial-do-golpe-de-64-gera-polemica-em-plenario/>. Último acesso em janeiro de 2021.

Ver Otávio Augusto. Bolsonaro comemora golpe militar de 1964: “Dia da liberdade”. Metrôpoles.

Em 31 de março de 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-comemora-golpe-militar-de-1964-dia-da-liberdade>. Último acesso em janeiro de 2021.

⁶¹ Ver Fernando Frazão. Quatro anos depois, Brasil ignora maioria das recomendações da Comissão da Verdade. Agência Brasil. Em 29 de março de 2019. Disponível em:

<https://www.aosfatos.org/noticias/quatro-anos-depois-brasil-ignora-maioria-das-recomendacoes-da-comissao-da-verdade/>. Último acesso em janeiro de 2021.

gestão satisfatória sobre a segurança pública nas últimas décadas, que assiste o aumento crescente da violência que se expressa de diferentes maneiras:

Crime contra o patrimônio e contra a pessoa, em especial os homicídios, associados ou não às formas organizadas de criminalidade, a par de graves violações de direitos humanos – como execuções sumárias praticadas por esquadrões da morte e grupos de extermínio, linchamentos, abuso de força coercitiva praticado por agentes da lei de que resulta, com frequência, em mortes tanto de autores de infração penal quanto de inocentes (ADORNO; PASINATO, 2009, p. 51).

Essa evolução de crimes sem uma solução satisfatória estimula a disseminação de um sentimento geral, coletivo na sociedade, em diferentes segmentos sociais, sentimento “de medo e insegurança diante da falta proteção de direitos fundamentais, como o direito à vida, à livre circulação das pessoas nos espaços públicos, à posse privada de bens patrimoniais” (*Ibidem*, p. 51-52). Isso ajuda a explicar a centralidade desse tema na fala dos entrevistados. A ausência ou parca presença de um debate sobre segurança pública pautado na proteção dos Direitos Humanos, somada à ausência de soluções eficientes para reduzir ou evitar casos violência, faz com que essa discussão seja protagonizada por defensores do regime militar e do punitivismo, sendo Bolsonaro apenas mais um desses defensores.

Nas análises do quadro anterior, vimos que a distinção moral “honestidade” versus “delinquência” é um fator indispensável nas camadas populares e têm o papel de mitigar possibilidades de solidariedade entre eles, que não entendem que já vivem sobre um regime punitivista, que ostenta um *hiperencarceramento* como política pública contra a própria classe (SOLANO, 2018, p.12), já que foram ensinados e incorporam a ideia de que “só a bandidagem” seria penalizada em um estado ainda mais policialesco.

Nesse contexto, com a insuficiência em termos de solução e de pluralidade na abordagem do tema nos debates públicos, ideias como “agora o que plantar colheu, bandido bom é bandido morto, matar morre” (“27M”); liberação das armas, da diminuição da maioria pena (“30M”), e coisas do tipo passam a ser concebidas como os únicos meios possíveis de se enfrentar a violência urbana. Somado a isso há as distorções sobre os Direitos Humanos e a uma noção de que só o uso da força e da repressão dará jeito, ainda que subjugu e desrespeite os direitos fundamentais das pessoas, independente delas terem cometido crimes ou não:

[...]No Rio de Janeiro os policiais não estão podendo avançar no morro por causa dos direitos humanos. Ir em busca, porque você tem que vasculhar as casas, eu entendo que eles vão conseguir tirar alguma coisa de lá só a força, porque lá não vai ter outro jeito (“16M”).

Essa fala reflete a reprodução de slogans neoconservadores a respeito dos Direitos Humanos e a falta de solidariedade com pessoas que vivem em locais de intensos conflitos e violência urbana, como “os morros”, que sofrem com a violência policial mesmo não tendo

cometido nenhum crime. O pesquisado não vê problemas se “suas casas forem vasculhadas”, pois a polícia vai “conseguir tirar alguma coisa de lá só a força”, e os Direitos Humanos é o empecilho à essa “necessidade”. O “16M” está entre aqueles que moravam em um dos bairros não periféricos da cidade, porém muito próximo à uma comunidade conhecida como “favela do Timbó”, que ele sempre mencionava nas conversas com colegas, principalmente quando relatava o medo de passar pelas proximidades da comunidade, porque seu pai já havia sido assalto por perto de lá, além de dizer que sempre escutava tiros na região.

Além disso, como já tratamos, um dos resultados da distinção “honestos” /“delinquentes” é que muitas vezes ela consegue minar uma solidariedade interna entre os mais pobres (SOUZA, 2020). Talvez isso e a não compreensão e/ou confiança em uma forma mais democrática de encarar essas questões, ajude a entender essa ausência de solidariedade em sua fala, e o porquê ele acreditar em uma “solução” que não apresenta de fato resultados eficientes no combate à violência urbana⁶², só deixa ambientes ainda mais violentos e autoritários, ambientes em que se hostiliza, discrimina e humilha mais a população mais pobres, vítima do abandono e do preconceito naturalizado no país, incorporado inclusive pelos seus iguais (SOUZA, 2012). Mais sobre essa questão será desenvolvido no tópico 5.2, onde perceberemos o posicionamento de todos os entrevistados sobre o assunto. Por ora, é importante ressaltar, que esse grupo em especial enxerga a questão da segurança pública como primeira prioridade em suas percepções sobre Bolsonaro, o que foi posto aqui como motivo de adesão à aspectos do bolsonarismo até por quem não optou pelo presidente.

Quadro 3d: Percepção dos pesquisados em relação a Bolsonaro

ID/ Sexo	O que foi definitivo para decidir seu voto?	Tem alguma opinião formada sobre Bolsonaro? Qual?	Quais as suas expectativas sob um governo Bolsonaro?
01/ M	Foi o jeito que Bolsonaro propôs a mudança e pela parte que ele disse que acabaria com a corrupção e com essa roubalheira toda. O valor que ele dá a família. Desde criança eu aprendi a valorizar a família, só que você ser conservador demais não dá, você tem que respeitar todas as religiões, todas as culturas, eu já visitei várias religiões para conhecer, mesmo sendo católico se um dia der vontade de seguir outra religião eu vou, isso é normal. Não ia querer sair no meio da rua e ser hostilizado por isso, muitas pessoas vão pregar uma religião, mas mesmo assim não sabem respeitar.	Ele quer mudar o que está errado no Brasil, a roubalheira, desrespeitos aos valores da família, a insegurança, o rombo na economia. Isso é bom.	Que diminua a corrupção, a criminalidade e desenvolva a economia brasileira.

⁶² Ver Sérgio Adorno. Reflexões sobre a violência e a intolerância na sociedade brasileira. In Cláudia Nonato. Entrevista. Comunicação & Educação. Julho de 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/102026/103981>. Último acesso em janeiro de 2021.

Ver Thomas Conti. Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes. Em 05 de outubro de 2017. Disponível em: <http://thomascvconti.com.br/2017/dossie-armas-violencia-e-crimes-o-que-nos-dizem-61-pesquisas-recentes/>. Último acesso em janeiro de 2021.

06/M	Bolsonaro foi um cara não corrupto, ninguém sabe se ele é corrupto ou não, mas aparentemente ele não é. Não existe nenhuma prova contra ele na justiça, de certa forma ele é um cara limpo. Também pelos conceitos com a família, ele é um cara muito reservado com a família isso vai com os meus princípios cristãos. E o PT é muito corrupto, corrupto moralmente também.	Ele é honesto, pelo menos até agora não tem nada contra ele e é reservado, respeita muito a família.	Que ele melhore o Brasil na economia, nos valores, na segurança, na ética.
	Assim, todos sabiam que essa eleição estava entre Bolsonaro e Haddad, no meu ponto de vista não tem nenhum melhor ali e o que a gente vai fazer é tirar o menos pior. Meus princípios são bíblicos daí a gente vai pela a igreja. Um exemplo, Haddad foi o que criou o “kit gay” nas escolas. Na religião eu aprendi que é homem e mulher, Deus fez Adão e Eva. Seria errado eu escolher um cara que é a favor dessas coisas, tem o aborto, eu sou pró vida, então não faz sentido eu votar nele. Tem coisas que Bolsonaro fala que as pessoas dizem que não são cristãs, como matar bandido, falar de tortura, mas eu não vou saber responder. Se você pesquisar notícias você vai ver que todos os cristãos mais famosos estão a favor do Bolsonaro.	Bolsonaro não é o cara perfeito, ele não é o melhor, tem áreas que ele acerta e tem áreas que ele erra, mas como ele é afinado com os valores cristãos eu escolhi ele.	Vai melhorar o respeito, diminuir a bandidagem.
09/M	As propostas que eu li, minha mãe foi mais pelo WhatsApp, mas eu fui e li mesmo quais eram as propostas, mesmo tendo a história do armamento que além dele ter a ideia vai ter que passar pelo senado, então, tem muita gente que não apoia isso. Ele tem uma proposta de reformar a escola e que seja mais rigoroso o sistema, quer trazer mais rigor para o sistema de imigração, mas, principalmente a honestidade que ele teve em tudo. E não ser mais o PT.	Ele é honesto.	Que ele melhore a educação e a segurança.
11/F	Eu quis votar nele porque vi ele defende muito os princípios da família.	Ele defende a família, os valores cristãos, não é corrupto.	Que ele melhore o Brasil, a educação, os valores.
12/M	Acho que pela mudança após muito tempo de governo PT e o que mais me influenciou foi o fato dele não ser corrupto. Eu sei que muitos vão dizer que Lula não roubou, mas acho que quase todas as pessoas que entraram no governo roubaram alguma coisa, eu acho que o governo PT em treze roubou muito e isso tiraria o Brasil da pobreza. Isso foi um dos motivos de eu não ser a favor do PT e também pelas ideologias da esquerda.	Ele tem boas propostas como privatizações de universidades, armamento da população, ser contra o Kit gay.	Que melhore o Brasil, porque do jeito que está, está muito ruim
13/M	A eleição desse ano ficou muito polarizada e claro que não tem um candidato que nos represente totalmente, só que pelo fato do outro partido já estar há treze anos e com os escândalos de corrupção, fizeram com que eu migrasse para o lado do Bolsonaro.	Ele é a mudança, e respeita a família, a religião, por isso escolhi ele.	Que mude e melhore o país.
14/F	Eu acho que como o outro partido ficou por muito tempo no poder uma coisa nova ajudaria, as pessoas se amedrontaram de dar uma oportunidade. Eu não acompanhei os debates, mas acho que é uma coisa que a gente podia ver se dá certo até porque senão der certo, na nova eleição a gente tirava e colocava quem seria o melhor.	Ele nunca teve oportunidade, então é bom votar numa coisa nova para mudar.	Que ele melhore o Brasil na segurança e acabe com a corrupção.
15/M	O que eu achei é que ele falou pouco do que vai fazer com a educação, mas por outras propostas decidi que ele continua sendo o melhor com relação aos outros. Os outros têm processos corridos, coisas assim e ele não foi achado nada ou tem prova de alguma coisa.	Bolsonaro não tem ficha suja e vai tirar o PT.	Tirar o Brasil do buraco, melhorar o país.

18/M	Bolsonaro é o candidato que nunca roubou, ele é de religião. Não é que isso faça com que ele seja melhor, é que é mais confiável para ser presidente porque o que estava lá não é muito bom não.	Ele é militar, de religião, é o melhor para a mudança no Brasil	Que ele seja melhor do que os outros, ele não é militar? Tem que ser melhor para o Brasil.
20/F	Eu gostava de Bolsonaro, mas tinha algumas coisas que eu não concordava que ele era machista e por isso não queria que ele ganhasse, mas como ele foi para o segundo turno eu prefiro ele do que o PT, porque o PT fez o que fez aí no Brasil, a roubalheira toda e eu prefiro Bolsonaro pela questão da segurança ele quer melhorar.	Eu só voto nele porque ele não era o PT, acho que ele merece uma chance para mostrar que é diferente.	Que ele melhore, acabe com as coisas erradas.
22/M	Bolsonaro para mim foi uma das únicas opções, não a melhor, porque o PT é a maior quadrilha que já vi falar. Se houvesse outra pessoa com melhores propostas eu votaria.	Dentre os que concorrerem ele é a melhor opção, por não ser corrupto, nem da velha política.	Diminuição da violência, fim da corrupção.
25/M	Ele não ter nenhum problema com a justiça.	Ele não tem problemas na justiça e respeita Deus e a família.	Acho que ao menos tem que dar uma estabilizada, vai ser muito difícil ele melhorar do jeito que está. Tem que dar o máximo dele e não ter problemas com a justiça e envolvimento com corrupção.
28/F	Assim, eu sempre fui católica, mas não estou julgando, porém, o Haddad é a favor do aborto e eu como cristã não poderia votar em alguém que é favor do aborto. Eu sei que Bolsonaro tem as questões de ele ser a favor da tortura, mas a gente precisa de uma mudança, a gente não estava vendo mudança com o PT. Bolsonaro é uma pessoa de família, ele é católico, a mulher dele é uma pessoa muito de oração. Tem a mulher dele numa entrevista pra Band que está até no YouTube falando sobre ele, dizia que ele é bem romântico, enfim, é isso.	Bolsonaro é uma pessoa de família, católico, a mulher dele é uma pessoa de oração.	Que o Brasil mude.
29/M	As ideias liberais, porque quando eu passei a entrar no meio político estudando eu conheci as ideologias e dentre todos os pontos me identifiquei com o liberalismo por ser mais coeso.	Eu não gosto dele, embora no segundo turno sobrou ele por conta das ideologias liberais que ele segue, como diminuição do estado.	Que a economia avance e que tenhamos um governo com ideologia liberal.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Esse grupo é mais diversificado que os outros em termos de temas centrais que organizaram suas percepções e expectativas gerais sobre Bolsonaro, eles apresentam temas que também são parte das justificativas dos outros grupos como a reprodução do discurso anticorrupção, antipetismo, antipolítica, preocupação com a segurança pública, mas demonstram uma centralidade maior “na defesa dos valores da família e da igreja”, que permeia quase todas as falas. Com a exceção do “29”M que dá centralidade as “ideologias liberais”, mantido aqui pela heterogeneidade do grupo e porque já discutimos nos primeiros capítulos sobre a relação entre neoliberalismo e valores neoconservadores que é fundamental para convencer os sujeitos que mais precisam de proteção social e de justiça social, da ideia a ideia de necessidade de “diminuição do estado” (“29M”).

Já repetimos algumas vezes que esse o caminho para deslegitimar à luta por justiça social e igualdade, se dá pela estratégia neoliberal de expandir o alcance da “esfera pessoal

protegida”, para que os conflitos sociais não sejam mediados pelas instituições democráticas do Estado, nem no âmbito coletivo (BROWN, 2019). As soluções têm que ser de mercado e da moral tradicional; a responsabilidade que seria do Estado social é colocada sobre os indivíduos e a famílias, e no lugar de um senso de bem comum, de justiça social, proteção, seguridade, entra uma noção de liberdade desassociada das preocupações com o social.

Assim se “assalta o social e o político”, se naturaliza as estruturas de desigualdades, e se estende os interesses particulares, privados e morais para além das igrejas, das empresas e das famílias (BROWN, 2019). Desse modo, sendo a ação individual ou das famílias guiada apenas pela moral e pelo mercado, enxergar que existe um poder que constrói hierarquias, violência, exclusão, discriminação, preconceitos, pobreza, se torna mais difícil. E se esse poder não é percebido, não se percebe também a necessidade de lutar contra ele, ou reivindicar direitos e proteção social, pois tudo o que existe é a liberdade (*Ibidem*).

Quando os indivíduos incorporam uma racionalidade individualista que despreza o social, rejeita a explicação social das desigualdades, por creditar às hierarquias à natureza e as confirmações de mercado. Acreditamos que isso ajude a compreender como o “29M” que mora em um dos bairros mais periféricos de João Pessoa e passava duas horas entre esperar e embarcar no transporte público para ir para escola pública, defendia que a privatização dos serviços públicos os quais ele só tinha acesso por serem públicos, seria o melhor para ele e para o país. Antes das entrevistas ele relatou que os pais o matricularam na escola campo dessa pesquisa, na esperança que ele tivesse maiores oportunidades através dos estudos. Pois, segundo ele, seus pais não podiam pagar as melhores escolas particulares da cidade, então lhes restou escolher uma das melhores escolas públicas.

O “29M” relatava isso ao mesmo tempo em que respondia que “achava ótimo” as propostas de privatização da educação e de demais serviços públicos. Filho de um operário e de uma mãe auxiliar de serviços gerais, interpretava a política naquele momento, principalmente, pela necessidade da vitória da “ideologia liberal”, para reduzir o Estado, a proteção social, os direitos de sua classe, o que acreditava ele ser a forma de “melhorar (pois) quem quer as coisas tem que correr atrás, se esforçar, trabalhar por elas” (“29M”, quadro 2, capítulo 4). Uma fala que denota também uma marcação de oposição a “quem quer as coisas sem correr atrás”, na facilidade ou “mamata”⁶³. Algo explicado por Souza (2012) como

⁶³ Termo coloquial usado para se referir a um ganho não honesto de vantagens, principalmente materiais. Explorado pelos críticos dos governos petistas à direita, sobretudo pelo bolsonarismo, para sugerir que nas gestões do partido havia muita facilidade e vantagens para quem “não queria trabalhar” ou para quem tirava proveito ilícito de posições ou recursos públicos. Um exemplo do uso desse termo pode ser conferido em como a nova direita se

característico do *batalhador*, que segue uma ética de trabalho duro e que marca posição de distinção ao delinquente ou “vagabundo” quando enfatiza que não se furta a se “esforçar e correr atrás”.

Há quem tende a enxergar uma contradição nesse posicionamento do “29M”, se voltarmos no quadro 2 veremos que ele não é o único a corresponder a esse perfil, é apenas o que mais priorizou essa questão em suas percepções gerais. Se lembrarmos do modelo de escola em que ele estava inserido, das mensagens individualizantes e empresariais que são disseminadas cotidianamente através de várias outras instituições, experiências, relações; vemos que não há contradições aí, esse perfil do “29M” pode ser compreendido entre os casos em que o desenho de subjetividades por parte da razão neoliberal, somado à incorporação dos valores socialmente valorizados para distinção, se deram com menor resistência do indivíduo.

Os demais entrevistados desse grupo, embora também falassem em “melhora da economia” como parte de suas percepções e expectativas, priorizaram outros temas. Como os outros entrevistados, eles articulam suas interpretações da política principalmente em torno dos valores respeito e honestidade. Aqui Bolsonaro é trazido como o único representante possível para os honestos: “um cara limpo”, “que não é corrupto”, “que vai acabar com a corrupção”, “não tem problemas com a justiça”, “não tem ficha suja”, “nunca roubou”, “propôs a mudança” (“1M”; “6M”; “9M”; “11F”; “13M”; “15M”; “18M”; “25M”). Como distante da política tradicional: “não é da velha política” (“22M”), “nunca teve oportunidade, então é bom votar numa coisa nova para mudar” (“14F”). Como podemos ver são discursos fundamentados na antipolítica e no antipetismo resultado da forma como a mídia e o judiciário abordaram o tema corrupção no debate público.

Conforme pontua Brito (2019) o combate à corrupção da forma que vem sido pautado no debate público brasileiro, configura um discurso anticorrupção que por excelência se situa no campo dos valores. Esse discurso mobiliza especialmente o valor honestidade, um dos mais importante para os nossos entrevistados e para as classes populares como temos discutido, que na maioria das vezes o articulam no sentido de marcar posição contrária a quem é corrupto,

refere à artistas ou movimentos sociais que defendem políticas dos governos petistas, acusando-os de defender o governo por serem financiados por ele, citam como exemplo disso, a Lei Rouanet, que permite diminuição de impostos de empresas que financiam artes, algo que a nova direita dizia ser uma ferramenta para o governo conseguir apoio e propaganda de famosos e de quem queria “mamata”. A Folha de São Paulo reportou essa questão na seguinte manchete: Ver Gabriela Sá Pessoa. Hoje avesso a esquerdistas, Doria teve boas relações com PT sob Lula. Folha de São Paulo. 3 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/hoje-avesso-a-esquerdistas-doria-teve-boas-relacoes-com-pt-sob-lula.shtml>. Último acesso em janeiro de 2021.

bandido, delinquente, indigno. Uma forma de se distinguir moralmente e de reclamar para si virtudes que acreditam faltar nos outros (LAMONT, 2000; SAYER, 2005b).

A maneira como a corrupção foi e é tratada no Brasil, se mostra fundamental para alimentar essa necessidade de distinção moral que coloca a “velha política” – e principalmente o PT – como os corruptos; e os juízes e o povo de bem que apoia “luta contra à corrupção” como os honestos. Distinção que fundamenta o sentimento antipolítico, da necessidade de uma solução que se apresenta como “novo” ou distante da política tradicional: “votar numa coisa nova para mudar” (“14F”); “Ele é a mudança” (“13M”); “Ele é militar, de religião, é o melhor para a mudança no Brasil” (“18M”).

Além disso, como já discutimos a partir de Feres Junior e Sassara (2016) e Souza (2016; 2018; 2020), o discurso jurídico e midiático anticorrupção foi e é o principal meio de difusão do antipetismo, um elemento da antipolítica no Brasil, expresso em falas e ideias representadas aqui como: “o outro partido já está há treze anos e com os escândalos de corrupção, fizeram com que eu migrasse para o lado do Bolsonaro” (“13M”). “Bolsonaro não tem ficha suja e vai tirar o PT” (“15M”). “Eu gostava de Bolsonaro, mas tinha algumas coisas que eu não concordava, que ele era machista e por isso não queria que ele ganhasse, mas como ele foi para o segundo turno eu prefiro ele do que o PT” (“20F”) “Eu sei que Bolsonaro tem as questões de ele ser a favor da tortura, mas a gente precisa de uma mudança, a gente não estava vendo mudança com o PT” (“28F”); “Bolsonaro para mim foi uma das únicas opções, não a melhor, porque o PT é a maior quadrilha que já vi falar” (“22M”), entre outras do tipo.

Vemos que concessões à tortura, ao machismo, aos direitos trabalhistas (no quadro 2 do capítulo 4) entre várias outras coisas que vão aparecendo nos dados, foram feitas em nome do antipetismo e da antipolítica. Prova de que quando um conjunto de regras morais das classes dominantes, são apresentadas como universais, como interesses comuns a todos, as pessoas podem ser levadas até a agir contra “os seus melhores interesses” (SOUZA, 2016). O valor respeito também perpassa essas falas e se destaca principalmente na centralidade que esse grupo dá “a família e a religião”:

Meus princípios são bíblicos daí a gente vai pela a igreja. Um exemplo, Haddad foi o que criou o kit gay nas escolas. Na religião eu aprendi que é homem e mulher, Deus fez Adão e Eva. Seria errado eu escolher um cara que é a favor dessas coisas, tem o aborto, eu sou pró vida, então não faz sentido eu votar nele. Tem coisas que Bolsonaro fala que as pessoas dizem que não são cristãs, como matar bandido, falar de tortura, mas eu não vou saber responder. Se você pesquisar notícias você vai ver que todos os cristãos mais famosos estão a favor do Bolsonaro [...] Vai melhorar o respeito, diminuir a bandidagem (“7M”);

Ele tem boas propostas como privatizações de universidades, armamento da população, ser contra o Kit gay (“12M”);

Ele é de religião. Não é que isso faça com que ele seja melhor, é que é mais confiável para ser presidente [...] que ele seja melhor do que os outros, ele não é militar? Tem que ser melhor para o Brasil (“18M”);

Eu sempre fui católica, mas não estou julgando, porém, o Haddad é a favor do aborto e eu como cristã não poderia votar em alguém que é favor do aborto. Eu sei que Bolsonaro tem as questões de ele ser a favor da tortura, mas a gente precisa de uma mudança, a gente não estava vendo mudança com o PT. Bolsonaro é uma pessoa de família, ele é católico, a mulher dele é uma pessoa muito de oração. Tem a mulher dele numa entrevista pra Band que está até no YouTube falando sobre ele, dizia que ele é bem romântico, enfim, é isso (“28F”);

Essas falas refletem a agenda dos costumes, neoconservadora, assumida pelo bolsonarismo, mas que há anos pautam determinados temas na sociedade, nas igrejas e no Congresso. Nelas o “respeito” é articulado como uma restrição para o tratamento de temas como homofobia, e direitos reprodutivos das mulheres em termos de cidadania, reconhecimento e saúde pública. É o respeito no sentido de manutenção da ordem dos valores estabelecidos. No sentido de um incômodo perante as transformações sociais que Brasil passou nas últimas décadas, com o aumento do espaço para a representação e organização política das mulheres e da comunidade LGBTQIA+.

Concomitante à essas transformações se dava o crescimento da organização política e representação dos movimentos religiosos no país, que como vimos nos gráficos 3 e 4 e também a partir de algumas falas, faz parte da experiência social de quase todos os alunos. O tópico 5.3 trará uma discussão mais profundidade sobre essas questões, por apresentar os dados que demonstram como todos os entrevistados lidam com algumas falas e posicionamentos de Bolsonaro diante das pautas relacionadas à identidade e cidadania dos grupos marginalizados. Começamos a abordar aqui pelo destaque que esses temas têm nas falas desses pesquisados, contudo, mais sobre essas questões virá no decorrer da apresentação dos dados.

Terminamos aqui as análises do quadro três que foi organizado e separado por grupos de entrevistados, seja por especificados do perfil (no caso “dos resistentes” que articularam o “respeito” de maneira diferente dos outros), seja pela centralidade dos mesmos temas nas falas, no caso dos demais entrevistados. Vimos que como mostra o gráfico 1, os maiores problemas do Brasil para os pesquisados são a corrupção, a segurança pública e “a falta de respeito ou de valores”. Esses temas de fato se mostraram centrais em suas percepções gerais, o que nos levou a considerar a necessidade de organizar o próximo capítulo trazendo dados específicos sobre questões relacionadas à segurança pública e “a falta de respeito ou de valores”. Como a corrupção é algo que perpassa quase tudo o que eles falam, o que nos conduziu várias vezes para as discussões sobre corrupção, antipetismo e antipolítica,

entendemos que não há necessidade de montar um quadro específico sobre isso, já que os dados apresentados nos dão dimensão de como esse problema é compreendido por eles.

CAPÍTULO 6

Mapa dos valores II: o problema da segurança pública e das identidades

Esse capítulo apresenta os temas mais importantes para os entrevistados. Como vimos, eles responderam que os maiores problemas do Brasil eram: corrupção, segurança pública e violência e a “falta de respeito e valores”. Considerando isso, esse capítulo apresenta com essas questões são traduzidas em percepções do cotidiano e na composição de uma gramática moral.

Nos dois capítulos anteriores já discutimos como o problema corrupção é tratado. Desse modo, o presente capítulo apresenta os dados que captam as percepções sobre questões ligadas à segurança pública e ao “respeito e valores”. Como já tratamos, na maioria das falas, esses aspectos aparecem como reação à ampliação da cidadania de grupos socialmente marginalizados, como mulheres, negros e comunidade LGBTQIA+. A organização é feita em dois tópicos: o primeiro traz quadros de dados que mostram como os entrevistados lidam com temas como violência, Direitos Humanos, e impunidade. O segundo tópico é composto por quadros de dados que mostram como os entrevistados articulam os temas feminismo, direitos reprodutivos das mulheres, racismo, machismo e homofobia.

6.1 Os valores e as preocupações em torno da segurança pública, violência urbana e impunidade

O tema segurança pública protagoniza muitas falas dos jovens, sendo apontado por alguns como principal motivo de adesão ou identificação com “as propostas de Bolsonaro”. Veremos que quando falam de segurança pública, expõem suas percepções sobre a violência, a indignação com a impunidade e sentimento de insegurança e medo; o que reflete os termos em que esse debate é pautado na opinião pública. Alguns estudos sobre segurança pública têm demonstrado a violência como uma linguagem e uma das características mais marcantes da sociedade brasileira (ADORNO; PASINATO, 2010; LIMA, 2019). Esses estudos discutem a violência e suas várias formas de manifestações: como no conflito por terras indígenas, conflitos agrários, nas marcas escravocratas que ainda existem na sociedade, na repressão política e também na repressão à violência ou criminalidade urbana, assim como na intolerância e ataque aos direitos fundamentais e cidadania dos indivíduos.

Ao tratar sobre as formas de violência que se perpetuam e ampliam a cada dia no país, os estudiosos do tema têm colocado que: “trinta anos após a retomada democrática, o Brasil parece encerrar um ciclo de apostas na ampliação da agenda de direitos civis, humanos e sociais e retoma concepções que têm, em Jair Bolsonaro e suas falas de apologia, exatamente à violência, um dos seus principais sintomas” (LIMA, 2019, p. 53). Nesse contexto, é importante

relembrar que há poucos anos atrás se tentava discutir políticas públicas que fortaleciam os Direitos Humanos, como vimos através da construção do novo PNDH-3⁶⁴, que desde que foi aprovado vem sofrendo várias revogações por decretos que limitam ou minam as possibilidades de avanço no fortalecimento de direitos sociais, civis e humanos. Com o exposto, estudos sobre violência e segurança ponderam que, em um período não muito distante, setores da sociedade brasileira discutiam a ampliação dos direitos pós redemocratização na expectativa de que a luta e conquista por direitos seria algo que tenderia, a partir do momento de queda do regime militar, a avançar e não retroceder:

O fato é que muitos segmentos da opinião pública e dos atores políticos tinham, quando da redemocratização, no final dos 1980, a crença em uma inexorável modernização do país. E, para entender tal crença, bastaria olhar para o que ocorria no mundo naquela década sob a regência de Ronald Reagan, Margareth Thatcher e Mikhail Gorbatchov, que estavam transformando o cenário geopolítico global, que, em 6 de novembro de 1989, culminou com a queda do Muro de Berlin e o fim da guerra fria (LIMA, 2019, p. 53).

Esses eventos causaram uma sensação de avanços em torno de expansão de direitos humanitários, que aparentavam ser crescentes enquanto novas crises econômicas, como a de 2008, e crises humanitárias⁶⁵ tornavam a ser parte da vida cotidiana, abrindo possibilidades para ações regressivas divergentes do clima de avanços pós guerra fria. No cenário de: “guerra contra o terrorismo”; “guerra às drogas”; xenofobia; intolerância; disputas tecnológicas e por recursos escassos; acumulação desigual de riquezas, aumento da vigilância sobre cidadãos e países, o aparato internacional dos Direitos Humanos e das proteções desses direitos foi colocado à prova (*Ibidem*, p. 54).

O Brasil, apesar de ter avançado em relação a ganhos sociais e econômicos nas últimas décadas, não só não estava imune a esses processos geopolíticos como ainda nutria e nutre heranças autoritárias que nunca foram, de fato, desestruturadas. Nem mesmo após a promulgação da “Constituição Cidadã”, que a partir de 1988 buscava um novo pacto sobre as regras de convivência entre os indivíduos na sociedade, em que foi possível “selar as pazes do Estado com a sociedade, reforçar os direitos sociais e políticos e incluir milhares de brasileiros

⁶⁴ Ver Brasil. DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Último acesso em janeiro de 2021. Decreto de aprovação do novo PNDH-3, onde restam mais cortes e revogações das metas propostas para implementação do novo Plano Nacional de Direitos Humanos, que propriamente metas. É interessante observar que a maioria dos decretos de revogação datam o ano 2019, ano de exercício do primeiro mandato de Bolsonaro, e são sobre áreas como ciência, saúde, combate à fome, cultura, educação, previdência social, meio ambiente, esporte, trabalho e emprego, entre várias outras. Não que antes de 2019 não tivesse havido recuos e revogações, no entanto, essa é o ano em que entra em vigor a maioria dos decretos de revogação.

⁶⁵ Como as políticas de refugiados, os ataques terroristas, a “guerra ao terror” e suas estratégias “invasivas que fortalecem as agências de inteligência a níveis capilares da vida cotidiana; a ameaça de desestabilização posta pela nuclearização da Coreia do Norte; a guerra às drogas na América Latina e Central; e, por fim, novas ondas de xenofobia, intolerância e culto ao ódio” (LIMA, 2019, p. 54).

em um novo e mais justo modelo de desenvolvimento” (LIMA, 2019, p. 54). No entanto, como é sabido, a modernização do Estado brasileiro na redemocratização não se deu por completo, uma vez que muito da *arquitetura institucional* do Estado se manteve em áreas *nevrálgicas* para uma solidificação democrática e expansão da cidadania (*Ibidem*).

Com o exposto, mesmo com a transição da ditadura para a democracia e com os anos de estabilidade econômica e institucional que o país vivenciou a partir dos anos 2000, não foram promovidas rupturas a muitas práticas tradicionais; nem se realizou no país uma nova organização das instituições de controle da violência. Pois, como nos lembram Adorno e Pasinato (2010), desde o Brasil Colônia convivemos com exércitos privados comandados pelos interesses das classes proprietárias. Convivemos com grupos de extermínio formados por civis e / ou agentes policiais, convivemos ainda com “a arbitrariedade das agências policiais na imposição autoritária da ordem” (ADORNO; PASINATO, 2010, p. 52).

As fronteiras entre interesses particulares e públicos, sobretudo no âmbito da segurança pública, seguiram indistintas, “devido, em grande parte, à extraordinária expansão do mercado privado à testa do qual não raro se encontram policiais civis e militares” (*Ibidem*). Com o exposto, a violência, seja ela causada pelos “bandidos”, “cidadãos de bem” ou Estado, segue sendo compreendida como uma legítima resposta ao crime, à insegurança e ao medo. A violência é tolerada como parte *constituente* das relações sociais e pouco se fez nesses trinta anos de experiência democrática para lidar com esse tema democraticamente (ADORNO; PASINATO, 2009; LIMA, 2019). Indicadores e órgãos de pesquisas⁶⁶ constataam, desde a década passada, que o Brasil não tem lidado com a violência de maneira eficiente, baseando-se principalmente nas crescentes taxas de homicídio, de estupros e de violência policial:

A partir dos anos 1980, a taxa de homicídios brasileira cresceu em média 20% ao ano e, desde 2014, convivemos com um patamar com cerca de 60 mil mortes violentas intencionais anuais (uma taxa nacional de mais 28 mortes para cada 100 mil habitantes), mais de 50 mil estupros registrados e índices inaceitáveis de letalidade e vitimização policial, que se traduzem na morte de, ao menos, dezoito pessoas por dia por intervenções policiais e faz que o risco de um policial ser morto seja, em média, três vezes superior ao da população em geral (LIMA, 2019, p. 56).

Diante disso, se alimenta na sociedade sentimentos como insegurança, medo e impunidade que passaram a ser parte da experiência de diferentes segmentos sociais do país. Contudo, a violência não atinge a todos igualmente, a maior quantidade de crimes e homicídios acontece contra jovens nordestinos com idades que variam entre 15 e 24 anos, em sua maioria negros, que vivem em condições sociais e urbanas vulneráveis, muitos sendo moradores de

⁶⁶Ver IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência, 2016. Ver Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Ano 10. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

favelas, vítimas de violência domésticas, contra à mulher, mortos na guerra às drogas, entre outros conflitos interpessoais (BRASIL, 2015). Na Paraíba, o risco que um indivíduo que corresponde ao perfil de negro e pobre corre de ser assassinado é 13 vezes maior que o risco de uma pessoa não negra⁶⁷. E, mesmo diante de altos índices de homicídios (onde as vítimas, em sua maioria, se encaixam no perfil “pobre delinquente” e / ou “bandido”), parte dos nossos entrevistados compreendem que o problema da violência vai se resolver com a morte “do bandido”.

É certo que as taxas de impunidade no Brasil são altas, violências de todos os tipos apresentam baixos índices de resolução e esclarecimento: crimes que configuram *graves violações aos Direitos Humanos* – como assassinatos pela polícia, por grupos de extermínio, grupos de patrulhas privadas, ou homicídios decorrentes de linchamentos e os que envolvem lideranças de sindicatos ou trabalhadores rurais – estão na lista dos mais tolerados, menos esclarecidos e que menos resultam em identificação e punições de seus autores (ADORNO; PASINATO, 2009, p. 53). O mesmo acontece com os crimes “do colarinho branco”, cometidos por pessoas das classes mais favorecidas na sociedade (*Ibidem*). Em geral, menos que 25% dos homicídios são elucidados e, em algumas cidades, demora-se em torno de nove anos e meio para que os autores desses poucos homicídios esclarecidos sejam levados à julgamento (LIMA, 2019, p. 57). Isso causa um sentimento coletivo de que os criminosos não são punidos e a *desconfiança na política e instituições da moderna sociedade democrática*, onde se passa a *confiar mais nas instituições encarregadas de aplicar as leis penais* (ADORNO; PASINATO, 2009, p. 55).

Em 2019, mesmo com os altos índices de impunidade, a população carcerária do Brasil somava quase 730 mil presos, para um sistema prisional que comporta números bem inferiores a esse, em que 40% das prisões são provisórias e esperam por julgamento (LIMA, 2019, p. 57). Desse modo, o Estado é colocado como o gestor de uma sociedade violenta e amedrontada com os altos índices de violência e baixos índices de solução de crimes violentos. O que ajuda a explicar a *dessensibilização* de diferentes setores da sociedade em relação às formas de violências, que passam a ser “cultuada por segmentos expressivos da população como resposta possível do Estado ante o crime ou, até mesmo, como recurso legítimo ante as estruturas desiguais da sociedade brasileira” (*Ibidem*).

⁶⁷ BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014. Brasília e São Paulo: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

Há divergências sobre como se deve lidar com crimes e criminosos no Brasil. Porém, pesquisas como a do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, divulgou que mais ou menos 57% dos brasileiros estão de acordo com a frase “bandido bom é bandido morto”, sendo os homens, brancos, moradores do interior da região sul e com mais de 30 anos, os que mais aderem a essa ideia. Em 2018, uma pesquisa do *Ibope*⁶⁸ publicou dados que demonstravam que 50% dos brasileiros concordavam com essa frase, entre eles, 53% eram homens e 47% mulheres.

Nesse contexto, o Brasil tem passado por uma significativa luta simbólica *pela legitimidade do matar* (LIMA, 2019, p. 57), o que faz com que algumas mortes sejam vistas como necessárias “à “guerra” instituída entre segmentos da própria sociedade brasileira que, muitas vezes, irá reforçar não só a violência, mas a perversa fratura da sociedade entre “cidadãos de bem” e “bandidos” (*Ibidem*, p.58). Para o senso comum, na distinção “cidadão de bem” *versus* “bandido”, apenas o primeiro é considerado merecedor de garantias, de direitos sociais e políticos. Para o último, resta a lei rigorosa e a vingança. Diante disso, vemos que o paradigma de cidadania do Brasil, há décadas fundamentado em uma cidadania que trata alguns como merecedores de direitos e outros não, não sofreu grandes alterações. Vivemos em uma sociedade que até o momento tem se mostrado incapaz de tornar os direitos civis de todos os cidadãos efetivos e que por isso deslegitima os Direitos Humanos, já que encara a cidadania como exclusividade e alguns:

A sociedade brasileira é uma sociedade internamente diferenciada, desigual e hierarquizada, desde a colônia até os nossos dias. Quer dizer, a democracia ainda não logrou reduzir as desigualdades num patamar em que a convivência democrática permita o respeito às diferenças e à diversidade. Que homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres, todos eles possam ter respeito à sua dignidade, às suas características grupais, e também conviver com os outros, ou seja, ter um extrato de solidariedade comum, que faz com que eu possa me sentir solidário com a dor do outro, mesmo que eu não seja branco, mulher etc. A sociedade brasileira é uma sociedade que tem um laço autoritário (ADORNO, 2015, p. 96).

Diante desse contexto, as respostas públicas para o crime, medo e violência têm sido resultado “do modelo de governança das políticas criminais e penitenciárias do país” (LIMA, 2019, p. 60). Isso facilita a captura da gestão da segurança pública e da ordem “por um simulacro que autonomiza as instituições e a afastam da agenda de direitos civis e humanos” (*Ibidem*). Assim, se reivindica a manutenção da ordem pelos princípios democráticos do Estado

⁶⁸Ver Lauro Jardim. Ibope: 50% dos brasileiros acham que 'bandido bom é bandido morto' O Globo. Em 04 de março de 2018. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ibope-50-dos-brasileiros-acham-que-bandido-bom-e-bandido-morto.html>. Último acesso em janeiro de 2021.

de Direito, ao mesmo tempo em que se opera cotidianamente essa manutenção a partir de práticas antidemocráticas que toleram a violência como política de segurança.

Com o exposto, a segurança pública não é encarada no país como resultado da luta e conquista de direitos civis ou como exercício de cidadania, é posta apenas como um *direito social regulado* e por isso, sujeita à seleção de quem são seus merecedores.. A própria população e Estado brasileiro se negam a reconhecer que as polícias matam em demasia, justificando essa conduta como legítima, porque “é parte da defesa da sociedade e contra “bandidos” (LIMA, 2019, p. 63). Por isso, se reduz o debate e a defesa dos Direitos Humanos como “defesa de bandido”:

O drama contemporâneo é que as declarações universais de direitos, entre outras normas nacionais e internacionais, tinham conseguido mudar discursos e tensionar práticas. Todavia, agora, uma nova onda impulsionada pelo tempo social da direita trava o debate político e coloca em xeque até mesmo os avanços conquistados em 1988 (*Ibidem*, p. 64).

No contexto social em que a implementação de uma agenda ampla de direitos civis, sociais, políticos, humanos, não se realizou por completo, como no Brasil, o descrédito nas instituições democráticas como capazes de administrar os conflitos sociais atuais aumenta exponencialmente. Os sentimentos de medo, impotência e revolta diante da violência e impunidade, provocado na sociedade pelos crescentes índices de crimes não impedidos e não solucionados, há anos são instrumentalizados nos pleitos eleitorais, como já discutimos nos capítulos anteriores. Não foi diferente na eleição de 2018, em que o bolsonarismo explorou esses sentimentos apresentando seu candidato como justiceiro, defensor da moral, dos valores e da família, contra a “bandidagem”.

Em nome do combate à violência, à “bandidagem”, “ao comunismo dos governos petistas que desarmaram o cidadão”, aparecem propostas para revisar os direitos conquistados pela “Constituição Cidadã”, que visam o *fim da universalidade de políticas sociais e limitações de direitos*: “nesse movimento, temas que nem mesmo a Carta Magna teve coragem de enfrentar, como o da segurança pública, tendem a continuar interditados e reféns do medo e da violência” (*Ibidem*, p. 65).

Considerando essas discussões, veremos abaixo como os nossos entrevistados lidam com o tema segurança pública. Para tal, realizamos as seguintes questões: *O que você acha sobre as punições imputadas a quem pratica crimes no Brasil? Qual a sua opinião em relação as declarações de Bolsonaro favoráveis à tortura e a ditadura militar*⁶⁹? *O que você pensa*

69 Ver Marcelo Osakabe. Bolsonaro no Roda Viva: 'Não houve golpe militar em 1964'. O Estado de São Paulo. Em 30 de julho de 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nao-houve-golpe-militar-em-64-afirma-bolsonaro-no-roda-viva,70002423000>. Último acesso em janeiro de 2021.

sobre os Direitos Humanos? O que você acha da frase muito “bandido bom é bandido morto”?
O que você pensa sobre o armamento da população? Para organizar os dados e as análises dividimos o quadro 4 em três grupos.

No quadro **4a** estão reunidas às percepções do grupo dos “resistentes”, aqueles que tendem a se diferenciar dos demais entrevistados pela forma que articulam o valor respeito, que nos dados anteriores foi articulado por eles no sentido de reconhecimento das diferenças, de que o respeito é um merecimento de todos. Já quando se trata do valor honestidade, que assim como o respeito também permeia suas interpretações, eles têm se aproximado da forma como os demais pesquisados têm articulado: com uma distinção, uma fronteira moral entre a honestidade e delinquência, em que eles reclamam para si a honestidade que julgam não ser uma virtude dos “outros”, dos delinquentes.

No quadro **4b**, estão reunidas as entrevistadas do sexo feminino que votaram em Bolsonaro, colocadas no mesmo grupo de dados devido ao fato de que a adesão à forma como o bolsonarismo pauta a questão de segurança pública tende a ser mais recorrente entre os jovens do sexo masculino, como já observamos anteriormente por dados de outras pesquisas. Embora não tenhamos realizado um recorte de gênero, tendo entrevistado bem mais indivíduos do sexo masculino que do feminino, julgamos interessante perceber como as entrevistadas que optaram por Bolsonaro lidam com esse tema.

O quadro **4c** traz as respostas dos entrevistados do sexo masculino, tendo um que não optou por Bolsonaro no primeiro turno, mas sim no segundo “pelas ideologias liberais” (“29M”), outro que disse não ter optado por ele, mas enfatizou que concordava com a forma em que ele trata a questão da segurança pública, o “32M”, e o “27M” votou no primeiro turno e falou que não votou no segundo porque “ele fugiu do debate”, contudo, pontua que se identifica totalmente com as “propostas” bolsonaristas para segurança. Todos os outros pesquisados reunidos no quadro 4c, optaram pelo presidente, principalmente pela forma como ele pautou à questão da segurança pública. Vejamos os dados, começando pelo quadro **4a**:

Quadro 4a: Percepção do grupo “dos resistentes” sobre segurança, violência, Direitos Humanos e armamento da população.

ID/Sexo	O que você acha sobre as punições imputadas a quem pratica crimes no Brasil? Qual a sua opinião em relação as declarações de Bolsonaro favoráveis à tortura e a ditadura militar?	O que você pensa sobre os Direitos Humanos? O que você acha da frase “bandido bom é bandido morto”?	O que você pensa sobre o armamento da população?
34/M	Acho que precisa melhorar para ter mais segurança, não acho que pena de morte ou porte de armas resolva, mas precisa ter mais policiamento, mais preparado e a prisão precisa melhorar o criminoso como cidadão e não para o crime. Loucura dele isso de ditadura.	Eu não sou contra, mas às vezes eles dificultam o trabalho da polícia, deveria ter mais critério. O bandido tem que ser punido, mas matar não adianta, nasce outro, tem que mudar a educação.	Eu acho que não resolve, brasileiro não sabe discutir sem ser violento, imagina armado, vai aumentar muito as mortes.
35/F	Eu acho que é preciso cumprir a lei, não acontece muito no Brasil e precisa também melhorar a cadeia para o bandido não sair pior. Ele é um lixo falando que a ditadura foi boa.	Acho bom, todo mundo tem direitos. O marginal tem que ser punido, mas não precisa morrer, às vezes a pessoa se arrepende de verdade.	Vai ter mais mortes, porque qualquer briguinha já vão querer sair atirando.
36/M	Tem que melhorar e punir igual, porque aqui só quem vai preso é quem não tem poder ou dinheiro, difícil um político ir, ou rico, Lula foi preso, mas tem quem ache que é para não ser candidato. Nada a ver essa coisa de tortura.	Penso que é para proteger, mas tem gente que mata né, proteger esse pessoal é complicado. Morrer não muda nada, tem que mudar a segurança, as leis, as prisões, as escolas	Acho que não dá certo aqui, o povo é muito bruto vai querer matar pro besteira.
37/F	Acho que a lei precisa ser mais praticada, levada mais a sério. Não concordo de forma alguma com ditadura, porque o militarismo não resolveu nada só trouxe mais problemas.	Eu acho importante, só tem umas coisas que é difícil, porque no Brasil não se cumpre muito as leis, aí quando as pessoas entendem que um assassino vai solto ou tem alguém defendendo, causa revolta, mas entendo que todo mundo tem direito a mudar, a ser perdoado. Não concordo que o bandido tem que morrer, porque as pessoas hoje em dia querem tirar o problema sem atacar a raiz não adianta mudar a atitude se a pessoa não mudar a mentalidade, a gente não sabe a condição que aquela pessoa foi criada, a gente não sabe da condição psicológica dela, então, são muitos fatos envolvidos para simplesmente ir e matar. É falta de humanidade	Acho que vai aumentar os problemas, os crimes, a violência, não é o caminho certo.
38/F	Acho que precisa funcionar, temos leis, mas não são colocadas em prática muitas vezes, depende para quem as leis funcionam ou não. Abominável isso de tortura, ditadura.	Acho os direitos humanos importantes. Discordo dessa frase, acho que as pessoas são capazes de mudar e o perdão é algo que na minha religião precisa ser praticado, claro que a gente tem que se responsabilizar e pagar pelos erros, mas não com a vida.	Péssimo, se acontecer acho que o número de mortes vai aumentar muito, tem vários casos de crianças que acham a arma do pai e morre ou mata alguém sem querer.
39/M	Acho que não tem punição séria, senão não teria tanto crime, isso tem que mudar. Se a tortura for para bandido, eu não acho errado.	Isso é ruim, porque alisa de mais o bandido, a polícia não pode fazer nada. A prisão do Brasil é escola para bandido, eles entram lá e saem pior, se morrer não vai fazer mais.	Isso eu concordo porque assim o cidadão não fica tão refém e o bandido pode pensar mais antes de querer mexer com alguém.
40/M	Precisa melhorar, tem muito crime porque não tem uma diminuição dos criminosos, eles são presos, mas soltos num instante. Eu não acredito que a ditadura volte, mas acho que só quem é muito burro acha que é melhor uma ditadura.	Acho que defende os direitos de todos os seres humanos, o problema é quando defende um assassino, isso é difícil de entender. Isso de bandido morto, professora você vai me desculpar, mas eu concordo um pouco, porque uma pessoa que mata, estupra e fica impune revolta muito, se alguém fizesse isso com alguém que eu amo, eu acho que mataria a pessoa.	Penso que seria bom se as pessoas tivessem educação e controle para usar armas, mas elas não têm, então se sair mesmo vai ser uma matança.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Vemos que, entre os “resistentes”, o “39M”, que em outros dados demonstra incômodo com a forma que Bolsonaro trata as questões de identidade, ao articular o respeito no sentido de que deve ser estendido a todos, justificando não ter votado no presidente principalmente por isso (quadro 1, capítulo 4); reproduz a agenda bolsonarista para segurança pública, o que ele já tinha mencionado antes como ponto de identificação: “acho que não tem punição séria, senão não teria tanto crime, isso tem que mudar. Se a tortura for para bandido, eu não acho errado”.

Entendendo os direitos Humanos como algo ruim “porque alisa de mais o bandido, a polícia não pode fazer nada. A prisão do Brasil é escola para bandido, eles entram lá e saem pior, se morrer não vai fazer mais”; e o porte de armas como algo necessário “porque assim o cidadão não fica tão refém e o bandido pode pensar mais antes de querer mexer com alguém”.

A forma como ele interpreta o problema da segurança pública o aproxima dos demais entrevistados, não só mais pela articulação da honestidade – se distinguindo da delinquência – nesse caso também pela maneira em que ele articula o respeito, tendo em vista que em suas falas permeia a ideia de que a cidadania é um merecimento do “cidadão de bem” que respeita as leis, à ordem e não do “bandido”, que deve morrer. O que demonstra a dessensibilização que a convivência diária com a violência legitimada socialmente causa nas pessoas, levando-as a desconfiar da capacidade das instituições democráticas de resolver o problema, uma vez que não houve grandes avanços nesse sentido pós redemocratização como já discutimos. Além de conduzir também à uma super confiança nos aplicadores da lei, e à ausência de solidariedade com as vulnerabilidades de sua própria classe.

O “39M” tinha 21 anos na época, já trabalhava, era garçom nos fins de semana como o seu pai e morava no município de Santa Rita, na “Grande João Pessoa”, termo usado para se referir à municípios que fazem fronteiras com a capital. A cidade Santa Rita ostenta altos índices de crimes violentos, de desigualdades sociais e vulnerabilidades, aparecendo no atlas da violência de 2017⁷⁰ como a 22º segunda cidade mais violenta do Brasil. O atlas ainda relata que a cada três dias acontecia um homicídio na cidade, algo que o “39M” sempre trazia em suas falas em sala de aula, ao comentar sobre alguns homicídios que ocorriam nas proximidades da sua casa, algumas vezes vitimando pessoas que ele conhecia desde criança, mas que “se perderam no mundo do crime”. Ele comentava também ter presenciado experiências relacionadas à assaltos e violência doméstica em sua vizinhança, onde a “banditagem tomava conta”.

Entre os entrevistados do grupo resistente, o “39M” é o único do sexo masculino que na época da pesquisa relatou morar em um local com alto índice de violência, nesse grupo dois moravam no Aeroclube (o “34M” e o “40M”) bairro considerado nobre da cidade como já discutimos antes e o “36M” em um bairro periférico, próximo a comunidades, porém menos violento que a região em que o “39M” morava. Já no caso das meninas desse grupo, elas

⁷⁰ Cerqueira, D.; Lima, R. S.; Bueno, S.; Valencia, L. I.; Hanashiro, O.; Machado, P. H. G.; Lima, A. S. (2017). Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública- FBSP.

também moravam em regiões da grande João Pessoa – como Bairro das Indústrias, Bayeux e áreas de Cabedelo, por exemplo – que estão entre as mais desiguais e violentas⁷¹.

No entanto, embora elas demonstrem *incômodo com a impunidade*: “Eu acho que é preciso cumprir a lei, não acontece muito no Brasil” (“35F”), “Acho que a lei precisa ser mais praticada, levada mais a sério” (“37F”), “[...]temos leis, mas não são colocadas em prática muitas vezes, depende para quem as leis funcionam ou não (“38F”); *insatisfação com o sistema prisional* “precisa também melhorar a cadeia para o bandido não sair pior” (“35F”); não trazem em suas falas uma rejeição aos Direitos Humanos, nem defesa de tortura ou ditadura, tampouco apoio ao porte de armas. A “37F” aparenta um pouco de dificuldade de compreender os Direitos Humanos:

Eu acho importante, só tem umas coisas que é difícil, porque no Brasil não se cumpre muito as leis, aí quando as pessoas entendem que um assassino vai solto ou tem alguém defendendo, causa revolta, mas entendo que todo mundo tem direito a mudar, a ser perdoado. Não concordo que o bandido tem que morrer, porque as pessoas hoje em dia querem tirar o problema sem atacar a raiz não adianta mudar a atitude se a pessoa não mudar a mentalidade, a gente não sabe a condição que aquela pessoa foi criada, a gente não sabe da condição psicológica dela, então, são muitos fatos envolvidos para simplesmente ir e matar. É falta de humanidade (“37F”).

Essa fala reflete um conflito diante da ideia de alguém que cometeu um crime hediondo ser solto ou protegido, contudo, a entrevistada ainda sustenta a forma como ela vem articulando o respeito em outros dados e temas, no sentido de que deve se estender a todos. Mesmo aparentando dificuldade e afirmando entender as pessoas que não enxergam justiça na proteção dos direitos de quem comete crimes violentos, ela traz uma fala que se aproxima das formas mais democráticas de lidar com os problemas de segurança pública, que demonstra alguma solidariedade e compreensão em relação a quem comete crimes: “são muitos fatos envolvidos para simplesmente ir e matar. É falta de humanidade” (“37F”). O que mostra que apesar do protagonismo do tratamento punitivista à essa questão no debate público, principalmente na época da campanha eleitoral, a “37F” rejeitou mais esse aspecto do bolsonarismo.

Além da fala da “37F”, as outras duas entrevistadas desse grupo apresentam posturas similares: a “35F” falou sobre os Direitos Humanos: “acho bom, todo mundo tem direitos. O marginal tem que ser punido, mas não precisa morrer, às vezes a pessoa se arrepende de verdade”; e a “38F” disse achar “os Direitos Humanos importantes” e discordar da frase “bandido bom é bandido morto” pois segundo ela “as pessoas são capazes de mudar e o perdão é algo que na minha religião precisa ser praticado, claro que a gente tem que se responsabilizar

71 Ver G1. Grande João Pessoa é 16º localidade mais violenta do mundo, diz ONG. Em 25 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/01/grande-joao-pessoa-e-16-localidade-mais-violenta-do-mundo-diz-ong.html>. Último acesso em janeiro de 2021.

e pagar pelos erros, mas não com a vida”. As duas relataram ser católicas na época, admiradoras do Papa Francisco, que traz em seus discursos a defesa dos Direitos Humanos⁷², algo que pode ajudar a explicar seus posicionamentos. Ainda que isso não signifique que todas as pessoas que o admiram tenham posturas parecidas, na experiência dessas meninas e em suas concepções sobre como tratar quem comete crimes violentos, essa questão apareceu como um elemento significativo.

Mesmo com as transformações no movimento da “renovação carismática” nas Igrejas Católicas brasileiras – sobretudo após a visita do papa Bento XVI ao Brasil em 2007 reforçando uma agenda neoconservadora, como já discutimos – a ascensão do Papa Francisco tem sido interpretada por alguns como uma “renovação da renovação carismática”⁷³ devido à suas posições mais alinhadas à teologia da libertação. As meninas (“35F”, “38F”) não souberam responder qual corrente teológica orientava a comunidade católica que frequentavam, contudo, mencionavam o Papa Francisco como uma inspiração, como alguém que elas mais admiravam e seguiam, principalmente por, segundo elas, defender “coisas justas”.

Já a “37F” relatou frequentar uma Igreja evangélica Batista, de seu bairro, pois seus pais eram evangélicos e ela os acompanhava. Segundo ela, os pais e a maioria das pessoas dessa congregação na época defendiam Bolsonaro, diziam que ele prezava pelos valores cristãos, mas ela não se identificava. Talvez o fato de ela ser muito próxima das outras duas e passar a semana inteira, nos períodos da manhã e da tarde com elas na escola de período integral, partilhando várias atividades, trabalhos escolares, conversas, etc., tenha tido mais influência sobre seus posicionamentos, que a convivência com os pais e na Igreja.

Os dados anteriores tinham nos mostrado que essas meninas, como todos os outros entrevistados, articulavam honestidade no sentido de se distinguir, como uma reinvidicação de uma virtude que julgam que os outros não têm como vimos quando elas falam da corrupção ou dos “bandidos”. Contudo, diferente dos outros, elas ainda demonstram alguma solidariedade com os “delinquentes” que essa distinção tende a minar, uma vez que não desumanizam “os outros”, nem demonstram o mesmo grau de dessensibilização perante as violências que os demais. O que significa que, em relação a esse tema, as formas como elas articulam o respeito e a honestidade as distanciam dos demais entrevistados, mesmo dos que com elas fazem parte dos “resistentes”.

72 Ver como exemplo disso, Cidade do Vaticano. Papa Francisco: todos têm direito de ser feliz. Em 10 de dezembro de 2018. Vatican News. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2018-12/papa-francisco-direitos-humanos.html>. Último acesso em janeiro de 2021.

73 Ver Leandro Raseria Adorno. Papa Francisco e o renovar da Renovação Carismática. Reverteo, São Paulo, v 14, n. 26, p. 5- 28, jul/dez 2020.

Com isso posto, os outros três pesquisados do sexo masculino desse grupo dos “resistentes”, discordavam do acesso facilitado às armas: “Eu acho que não resolve, brasileiro não sabe discutir sem ser violento, imagina armado, vai aumentar muito as mortes” (“34M”); “Acho que não dá certo aqui, o povo é muito bruto vai querer matar por besteira. (“36M”); “penso que seria bom se as pessoas tivessem educação e controle para usar armas, mas elas não têm, então se sair mesmo vai ser uma matança” (“40M”). Rejeitavam a defesa da tortura ou da ditadura: “Loucura dele isso de ditadura” (“34M”); “Nada a ver essa coisa de tortura” (“36M”); “Eu não acredito que a ditadura volte, mas acho que só quem é muito burro acha que é melhor uma ditadura” (“40M”).

Eles também criticaram o sistema prisional e se mostram incomodados com a impunidade: “precisa ter mais policiamento, mais preparado e a prisão precisa melhorar o criminoso como cidadão e não para o crime”. (“34M”); “Tem que melhorar e punir igual, porque aqui só quem vai preso é quem não tem poder ou dinheiro, difícil um político ir, ou rico, Lula foi preso, mas tem quem ache que é para não ser candidato”. (“36M”); “Precisa melhorar, tem muito crime porque não tem uma diminuição dos criminosos, eles são presos, mas soltos num instante” (“40M”). No entanto, quando se tratava de falar diretamente dos Direitos Humanos demonstravam menos confiança em formas mais democráticas de pensar a questão da segurança pública:

Eu não sou contra, mas às vezes eles dificultam o trabalho da polícia, deveria ter mais critério. O bandido tem que ser punido, mas matar não adianta, nasce outro, tem que mudar a educação (“34M”);

Penso que é para proteger, mas tem gente que mata né, proteger esse pessoal é complicado. Morrer não muda nada, tem que mudar a segurança, as leis, as prisões, as escolas (“36M”);

Acho que defende os direitos de todos os seres humanos, o problema é quando defende um assassino, isso é difícil de entender. Isso de bandido morto, professora você vai me desculpar, mas eu concordo um pouco, porque uma pessoa que mata, estupra e fica impune revolta muito, se alguém fizesse isso com alguém que eu amo, eu acho que mataria a pessoa (“40M”).

A ideia de que os Direitos Humanos dificultam o trabalho da polícia e que são usados com poucos critérios para a defesa de quem comete crimes violentos é permeada pela tolerância diante da violação da dignidade e dos direitos fundamentais da pessoa. Pois, que “trabalho da polícia” seria esse, que é impedido por um conjunto de direitos que protegem a dignidade humana? É um pensamento que reflete traços autoritários que perpetuam na sociedade brasileira, que “ao mesmo tempo que acena para democracia, para o respeito às instituições, à legalidade etc. é também uma sociedade muito violenta” (ADORNO, 2015, p. 96). Como temos discutido, as várias formas de violência fazem parte do convívio social

brasileiro há anos, não se deu uma solução democrática eficiente para evitar e resolver crimes hediondos, o que leva às pessoas a acreditarem que mais violência seja a única resposta.

As violações aos Direitos Humanos são frequentemente toleradas e legitimadas na sociedade, se expressando principalmente tanto pela violência policial, por meio de ações repressivas do Estado que não respeitam a dignidade e os direitos das pessoas⁷⁴, como pelo entrave à expansão da cidadania aos grupos marginalizados da sociedade, devido às reações neoconservadoras chamadas de “defesa da família tradição, dos valores cristãos e da ordem”. Desse modo, em momentos de maior tensão, disputas e conflitos sociais, a intolerância tende a se intensificar também, o que faz com que o apelo à violência como resposta para os conflitos se torne corriqueiro e naturalizado (Ibidem).

Diante disso, mesmo que “34M” e o “36M” tragam em suas falas a necessidade de mudanças na educação, no sistema prisional, nas leis, na segurança, afirmem que morrer não adianta nada porque enquanto não mudar a estrutura mais “bandidos” irão nascer – algo que está de acordo com uma forma de pensar a segurança como exercício de cidadania – quando se referem diretamente aos Direitos Humanos, os enxergam como “complicado” ou “as vezes dificulta o trabalho da polícia”, o que denota a ideia de que direitos fundamentais só devem ser estendidos a quem merece. Isso os aproxima da forma em que os demais entrevistados articulam o respeito, respeito à ordem, aos valores vigentes, não a garantias, proteções e direitos de todas as pessoas.

É certo que eles são mais abertos que os outros e que na maioria dos temas usam o sentido de respeito como um merecimento de todos, mas em relação a compreender que até mesmo quem comete crimes hediondos merece ter seus direitos fundamentais respeitados, titubeiam. Um reflexo de como a tolerância as violações aos Direitos Humanos por anos expressas nas ações “de combate à violência e à desordem”, influem na compreensão das pessoas em relação às instituições democráticas. O “40M” vai mais além, confessa que

74 Vários exemplos disso são possíveis, mas por ora citamos as operações em comunidades com tráfico de drogas, que são realizadas sem respeitar os direitos e dignidades de moradores que nada têm a ver com o conflito. Operações que são aclamadas por muitas pessoas como uma solução para a segurança, algo que já se refletiu nas falas do entrevistado “16M” como mostramos no capítulo anterior, que está implícita na fala do “34M”, quando ele diz que os direitos humanos atrapalham o trabalho da polícia, e que permeia várias outras falas dos quadros que virão. Nessas operações muitas pessoas mais pobres perdem a vida. Como exemplo, ver El País. Ágatha Félix, 8, a mais nova vítima da violência armada que já atingiu 16 crianças no Rio neste ano. Em 21 de setembro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/21/politica/1569099826_106579.html. Último acesso em janeiro de 2021. Casos mais recentes foram reportados em Cecília Olliveira. Kathlen e seu bebê, mais duas vidas negras interrompidas no Brasil. El País, 08 de junho de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-09/kathlen-e-seu-bebe-mais-duas-vidas-negras-interrompidas-no-brasil.html>. Último acesso em junho de 2021.

concorda em alguma medida com o “bandido bom é bandido morto”, mesmo se desculpando por ponderar estar falando algo que poderia soar de forma incômoda: “professora você vai me desculpar, mas eu concordo um pouco” e relata que a impunidade e falta de eficiência para evitar crimes violentos é algo que o faz pensar na justiça como vingança: “se alguém fizesse isso com alguém que eu amo, eu acho que mataria a pessoa”.

Diante dessas falas, podemos dizer que esse grupo segue sendo mais resistentes à alguns aspectos do bolsonarismo que os outros. No entanto, além da antipolítica expressa no Brasil pelo antipetismo e discurso moralista de combate à corrupção, que os impulsionam a articular a honestidade no sentido de se distinguir do ilícito, da delinquência (no caso das meninas desse grupo sem desumanizar o “outro”, mantendo alguma solidariedade); quando se trata de Direitos Humanos e violência urbana, os entrevistados do sexo masculino se aproximam do sentido de respeito articulado pelos demais entrevistados, como algo que se restringe a quem “é direito”, quem está de acordo com as regras e os valores da ordem vigente, o que em outros temas, era o que os distanciavam dos demais. Vejamos agora os dados do quadro 4b:

Quadro 4b: Percepção do grupo de entrevistados do sexo feminino que optaram por Bolsonaro sobre segurança, violência, Direitos Humanos e armamento da população.

ID/Sexo	O que você acha sobre as punições imputadas a quem pratica crimes no Brasil? Qual a sua opinião em relação as declarações de Bolsonaro favoráveis à tortura e a ditadura militar?	O que você pensa sobre os direitos humanos? O que você acha da frase “bandido bom é bandido morto”?	O que você pensa sobre o armamento da população?
2/F	Precisa ser mais cumprida, e nem todo mundo é punido[...] Tortura eu nunca vi ele falar não, mas o exército na rua eu achei maravilhoso, porque eles desrespeitam muito a polícia e com o exército não tem isso. Aqui fora vivemos uma guerra, quem está certo são os bandidos, quem manda são os bandidos não é a polícia mais.	Eu acho bom, todo mundo tem direitos. Não concordo porque isso do bandido aí eu acho muito errado, porque tem bandido que eu acho que dá jeito, tem gente que depois que faz algo é que encara a realidade e tenta mudar essa realidade.	Eu não sei nem o que falar sobre isso, acredito que possa piorar a violência.
3/F	Certa. Acho que ele fala da tortura só, mas não vai fazer mesmo.	Os direitos humanos eu acho bom. Eu acho errado isso de matar bandido, porque cada tem a sua chance de melhorar de vida, então eu acho que se os bandidos eles matam e roubam hoje, lá na frente eles podem pensar e ver que estão fazendo algo errado e o Brasil está desse jeito também por minha causa.	Não concordo.
4/F	O bandido tem que pagar pelo crime e tem que ter um tratamento mais duro. Sobre a tortura meus amigos me disseram que era “fake News”, acreditei na versão deles, não procurei pesquisar e achei poderia ser realmente mentira. Eu não vi a parte que isso foi dito, mas o que me assustou do governo Bolsonaro foi que estava todo mundo falando sobre a ditadura e um apoiador de Bolsonaro me disse que caso isso acontecesse a gente poderia tirar ele, porém o vice dele é um general.	Depende, se for para defender alguém que mata, estupra, eu acho um absurdo. Eu acho que se alguém chegasse na minha mãe, batesse, estuprasse, matasse eu ia ter vontade de matar essa pessoa, não que seja porque estaria me igualando, quem mata o bandido se torna bandido da mesma forma, mas realmente eu tenho duas opiniões sobre isso porque eu realmente não acho que o bandido deva ser tratado como mocinha. Acho que quando um bandido provoca alguém da lei, ele tem que pagar por isso que ele fez. Quando rouba, quando mata, quando estupra... isso é a consciência da pessoa, ele está fazendo isso por opção, ele não é um coitado, mas tem bandidos que não provocam, é um pouco distorcido as coisas, depende muito da situação.	Acho interessante, porque não só o bandido vai andar armada, os cidadãos também.

8/F	Muito fraco, tem que mudar, ser mais duro. Mas não concordo com ele sobre ditadura e tortura e com essas coisas.	Defende só o bandido esses direitos humanos. Não concordo que o bandido tem que morrer para ser bom.	Eu acho que não será facilitado, não vamos encontrar em um supermercado por dois reais. Haverá os testes psicológicos para o cidadão ter o seu porte, isso vai depender muito, se você é um “cidadão de bem” você vai ter que provar que é. Um cidadão de bem é quem pensa no geral, não só em si.
10/F	Fraca, tem que ser mais dura, para o bandido não fazer mais. Não vi ele falar nada de tortura ou ditadura, mas não concordo.	Não serve para quem é direito. Acho certo o bandido morrer, porque se morrer, não faz mais coisa errada.	Acho bom, porque bandido sempre tem arma, as pessoas de bem tem que ter também para se defender.
11/F	Deve ser mais dura, mas não deve pagar com a vida. Sendo agora, assim diretamente sem saber o contexto que ele falou da tortura eu acho que é errado.	Tem que ser para humanos direitos. Não concordo com a frase bandido bom é bandido morto. Eu acho que o brasileiro é muito atormentado pela bandidagem, você trabalha, passa o dia todo se esforçando pra ter seu dinheiro e suas coisas pra depois vir um cara roubar seu carro, entrar na sua casa e fazer tudo isso, então, acho que bom seria se ele investisse na educação porque o bandido vem de uma educação ruim.	Acho que o cidadão precisa se defender e não só ser atormentado pelos bandidos
14/F	Não tem punição, pois o bandido é solto rápido e faz tudo de novo. A ditadura muitos não aceitariam, eu não procurei saber direito o que é isso. Acho que não apoiaria, mas se fosse em relação a tortura de bandidos e ele usasse essa tática acredito que evitaria mais que as pessoas não cometessem esses crimes.	Defende muito bandido. Isso de bandido morrer eu acho certo, porque um bandido vem e me assalta e não acontece nada. Dependendo o que ele fizer ele volta para rua e volta a fazer tudo de novo.	Eu discordo, acho que o armamento deveria ser mais para os policiais.
20/F	Precisa ser mais dura, para o bandido não continuar roubando quando sai da cadeia. Não concordo com ele sobre ditadura e tortura	Seria melhor se defendesse o cidadão de bem também. Eu acho que o bandido deve pagar, mas não com a vida.	Bom, porque a bandidagem está tomando conta, eles precisam ser parados.
23/F	Devem ser mais pesadas. Eu não vi essa da tortura, mas acho que ele pode mudar.	Atrapalha o serviço da polícia, porque não deixa a polícia tocar no bandido. Morto não mata, não assalta, não estupra.	Bom, armando o cidadão o bandido vai ter medo.
28/F	Acho que é fácil demais ser criminoso aqui, porque sai num instante e depois faz pior. Ditadura não concordo.	Acho bom. O Bandido tem que pagar, mas não precisa ser com a vida.	Bom, porque o bandido vai saber que quando for roubar alguém pode levar um tiro.
33/F	Muito fraca, isso precisa melhorar. Não vi ele falar essas coisas de ditadura, não sei se é verdade.	Ah, eu não sei muito sobre isso. Sobre a frase não concordo, porque não precisa punir com a morte, tem que ser mais rígido, aumentar a punição, mas não precisa matar.	Eu acho que seria bom, não todo mundo, mas quem tivesse condições psicológicas e preparo, porque aí diminuiria os roubos.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Esse quadro reúne as percepções das entrevistadas do sexo feminino que optaram por Bolsonaro e que demonstraram incorporar vários aspectos do bolsonarismos nessas e em outras falas. Temos visto e discutido em diálogo com outras pesquisas, que a questão da violência urbana é um dos principais pontos que levaram os jovens do sexo masculino a simpatizar com o presidente, por isso julgamos interessante observar – a partir dos dados desse quadro como as entrevistadas dessa pesquisa – como meninas que optaram por ele tendem a lidar com essa questão. Com a exceção da “3F” que respondeu que as punições estão “certas”, todas as outras criticam a impunidade, acham que as punições são “fracas” e precisam melhorar, endurecer ou até mesmo que “não tem punição, pois o bandido é solto rápido e faz tudo de novo” (“14F”).

Em relação à tortura havia entre elas quem achava que: “ele não vai fazer” (“3F”); “ele pode mudar” (“23F”); “não vi ele falar, não sei se é verdade” (“33F”); “meus amigos me disseram que era “fake News”, acreditei na versão deles, não procurei pesquisar e achei

poderia ser realmente mentira” (“4F”). Falas que denotam negação ou minimização dessa questão. Havia também, as que relativizavam: “sendo agora, assim, diretamente sem saber o contexto que ele falou da tortura eu acho que é errado”. (“11F”); “se fosse em relação à tortura de bandidos e ele usasse essa tática, acredito que evitaria mais que as pessoas não cometessem esses crimes (“14”F). E as que discordantes: “não concordo com ele sobre ditadura e tortura” (“8F”; “20F”); “Não vi ele falar nada de tortura ou ditadura, mas não concordo” (“10F”).

Quando o assunto era ditadura a maioria respondeu que não concordava, embora a “2F” tenha aparentado relativizar a questão: “o exército na rua eu achei maravilhoso, porque eles (“os bandidos”) desrespeitam muito a polícia e com o exército não tem isso. Uma fala que demonstra apreço pela imposição de ordem pela força e incômodo em relação à direitos que se estendem a quem pratica crimes: “quem está certo são os bandidos”. Porém, quando perguntada sobre os Direitos Humanos ela é uma das poucas que não responde que atrapalham a polícia ou algo no sentido de só deveria servir para “para bandidos e não para os humanos direitos”. Ela afirma achar bom, porque todo mundo tem direitos e ainda diz que não concorda com “bandido bom é bandido morto” porque “tem bandido que eu acho que dá jeito, tem gente que depois que faz algo é que encara a realidade e tenta mudar essa realidade”. Além de se mostrar exitosa sobre a facilitação do acesso às armas: “eu não sei nem o que falar sobre isso, acredito que possa piorar a violência”.

A “2F” aparentou alguma possibilidade de abertura à soluções menos radicais, exceto quando fala que seria ótimo o exército na rua, no sentido de colocar ordem e respeito na “guerra” onde os “bandidos estão certos e mandam”, isso reflete a exacerbação do sentimento de medo e de insegurança coletivo, que revelam a “descrença nas instituições da sociedade democrática encarregadas de aplicar lei e ordem, proteger os direitos civis dos cidadãos, consagrados na Constituição, em particular o direito à segurança” (ADORNO; PASINATO, 2010, p. 52). Ao mesmo tempo em que ela aparenta flertar com possibilidades solução mais democráticas, acredita na força da repressão como forma eficiente de solucionar o problema. Ela não é a única que demonstra algumas aberturas na fala enquanto reproduz o apelo à repressão e violência, há outras que também fazem isso.

A “3F” relativiza ou faz concessões à tortura “acho que ele não vai fazer isso”, mas responde “achar bom” os Direitos Humanos e rejeita o “bandido bom é bandido morto”, além disso discorda do porte de armas. A “28F” diz concordar com os Direitos Humanos e discordar do “bandido bom é bandido morto”, embora se mostre favorável à liberação das armas “porque o bandido vai saber que quando for roubar alguém pode levar um tiro”. Algo semelhante

aparece nas falas da “33F”: “Ah, eu não sei muito sobre isso (Direitos Humanos) [...] não precisa punir com a morte, tem que ser mais rígido, aumentar a punição, mas não precisa matar [...]; sobre as armas: “eu acho que seria bom, não todo mundo, mas quem tivesse condições psicológicas e preparo, porque aí diminuiria os roubos”.

Outras já demonstram rejeições mais explícitas aos Direitos Humanos, “tem que ser para humanos direitos” (“11F”), embora oscilem em concordar ou discordar com “bandido bom é bandido morto”: “não concordo com a frase bandido bom é bandido morto. Eu acho que o brasileiro é muito atormentado pela bandidagem, você trabalha, passa o dia todo se esforçando para ter seu dinheiro e suas coisas para depois vir um cara roubar seu carro, entrar na sua casa e fazer tudo isso, então, acho que bom seria se ele investisse na educação porque o bandido vem de uma educação ruim” (“11F”).

Também oscilam entre concordar e discordar com a facilitação do acesso às armas: “eu discordo, acho que o armamento deveria ser mais para os policiais (“14F”); “eu acho que não será facilitado, não vamos encontrar em um supermercado por dois reais. Haverá os testes psicológicos para o cidadão ter o seu porte, isso vai depender muito, se você é um “cidadão de bem” você vai ter que provar que é. Um cidadão de bem é quem pensa no geral, não só em si” (“8F”); “eu acho que seria bom, não todo mundo, mas quem tivesse condições psicológicas e preparo, porque aí diminuiria os roubos” (“33F”).

Com o exposto, com exceção da “23F” que ou afirma concordar com o modo bolsonarista de lidar com a segurança ou acha que Bolsonaro “pode mudar” seus posicionamentos antidemocráticos, o que se percebe de modo geral é que essas meninas, embora reproduzam partes significativas do discurso bolsonarista em relação à segurança, oscilam (umas mais, outras menos) entre soluções democráticas e antidemocráticas. Isso pode ser compreendido como um reflexo da forma em que seu deu o processo de modernização do Estado brasileiro, oscilando entre flertes com a democracia e a manutenção da ordem autoritária (ADORNO; PASINATO, 2010; LIMA, 2019).

A intensificação dos conflitos políticos e sociais que contextualizaram o pleito de 2018 – crise econômica, organização da extrema direita neoconservadora, crescente tolerância com as violações da dignidade de estratos da sociedade, tolerância com a intolerância, deslegitimação da política tradicional, ruptura constitucional com o impeachment de Dilma; etc. – fez com que a intolerância também se intensificasse no momento em que permeia no debate público, concomitantemente, discursos de defesa das instituições democráticas e o avanço de discursos, posicionamentos e lideranças antidemocráticas, como já abordamos em

outros capítulos. Nesse contexto, não é estranho se deparar com interpretações daquele momento que reflitam suas tensões e disputas.

Diante dessas questões e dessas falas, se percebe que as entrevistadas desse quadro – embora aparentem flertar em alguns momentos com algumas soluções que se aproximam de um tratamento democrático à questão da segurança – tendem mais para as soluções antidemocráticas que para uma ideia de segurança pública enquanto exercício de cidadania; assim como metade dos brasileiros naquela época, como nos mostraram os já citados dados da pesquisa do Ibope em 2018, em que 50% dos brasileiros concordavam com formas punitivistas como solução para a segurança pública. Diante disso, nada mudou na forma em como elas articulam respeito e honestidade, segue sendo nos sentidos de distinção dos desonestos e delinquentes, com pouca ou nenhuma solidariedade para com esses, e de respeito apenas para quem julgam que merecem.

Quadro 4c: Percepção do grupo dos demais entrevistados do sexo masculino sobre segurança, violência, Direitos Humanos e armamento da população.

ID/Sexo	O que você acha sobre as punições imputadas a quem pratica crimes no Brasil? Qual a sua opinião em relação as declarações de Bolsonaro favoráveis à tortura e a ditadura militar?	O que você pensa sobre os direitos humanos? O que você acha da frase “bandido bom é bandido morto”?	O que você pensa sobre o armamento da população?
1/M	Tem muita impunidade, aí as pessoas não têm medo, porque sabe que não vai ser punida de forma dura, então comete crimes. Bolsonaro fala da ditadura para quem não é cidadão de bem, quem é não deveria ter medo..	Esses direitos deveriam ser para quem cumpre as leis. Eu concordo com essa frase porque quem é bandido não tem nada a perder e não muda indo para prisão, quando é solto volta e faz tudo de novo e acaba com vidas de cidadãos corretos.	Eu concordo, o cidadão tem direito a se defender.
5/M	Muita impunidade aqui, tem que aumentar a maioridade penal e ter pena de morte. Nessa parte da ditadura e tortura ele está errado.	Tem que parar de defender bandido, assassino, estuprador. Bom, tem bandido que sim merece morrer, porque qual o cara que aguenta ver sua filha estuprada e morta e não quer fazer nada. Esse cara merece ser morto.	Acho bom, aqui no Brasil só bandido pode ter arma, o cidadão não pode se defender.
6/M	Acho que precisa ser mais duro, aqui a pessoa faz tudo, rouba, mata e depois é solto e faz de novo. Não acho que deva pagar com a vida, mas que deva pagar. Não concordo com isso de tortura. Eu espero que ele não faça, a esperança é que ele não faça.	Precisar atender mais os humanos direitos. Eu como cristão não concordo com essa frase de bandido bom é morto, porque todo mundo tem uma segunda chance, segundo os meus princípios bíblicos, mas, em minha opinião o correto é se ele fez ele vai ter que pagar. Nunca com a vida.	Eu acho que só bandido tem arma aqui no Brasil, o cidadão se quiser tem que ter direito de ter também.
7/M	Não funciona, o cara vai preso, sai e faz pior, tem que mudar. A favor da tortura ele também erra.	Não serve para o cidadão, só para bandido. A questão da bandidagem, a questão do discurso conhecido “bandido é bandido morto” que muita gente briga com ele, mas na bíblia fala em “Êxodo, 22-11” se não me engano, fala que se o bandido for pego roubando e aquele que matar não terá culpa do seu sangue. No caso já levo para o porte de arma, não sei se irá melhorar, temos o exemplo dos Estados Unidos, mas o brasileiro acha que não dá certo.	Eu digo no caso de estar andando pela rua com meu salário na mão e eu estou me sentido seguro porque na minha cintura tem uma arma, o bandido pode vir me assaltar, posso dar meu salário a ele, mas eu posso fazer a minha defesa. Não digo no geral, posso matar aquele que venha tirar algo meu, entende?
9/M	Ninguém tem medo de ser preso, porque sabe que sai logo. Acho que Bolsonaro é rígido, mas fala isso de tortura, ditadura só se a pessoa for bandido.	Defende bandido. Eu concordo que bandido bom é bandido morto, porque tem gente que diz que não tem oportunidade, mas tem todo mundo tem oportunidade na sua vida para crescer, para ser alguém. Eu cresci numa favela, a gente era pobre e hoje estamos quase em uma classe média.	Eu acho que ninguém aqui em uma cidadezinha como essa poderia apoiar isso, porque uma arma custa em torno de sete mil reais pra cima, então, além disso tem a questão do porte ilegal.

12/M	Não funciona porque o bandido sai da cadeia e faz pior. Ele fala isso de tortura, mas eu vejo muitos esquerdistas falando sobre isso, porque meus avós viveram na época da ditadura militar e disseram que não era desse jeito. Eu acredito que tenha sido um regime, mas não acredito que tenha havido tortura e essas coisas.	Que só serve para bandido. Não é todo o bandido que eu acho que deve ser morto, mas a maioria sim, porque se você rouba uma pessoa que trabalha todo dia pra conquistar aquilo e você chega lá e tira, mata a pessoa muitas das vezes, nesses casos eu acho que sim	Eu acho que é questão de segurança de cada um e eu sei que vão ter pessoas que vão usar essas armas para o mal, mas isso vai do pensamento de cada um.
13/M	Acho que deve ter uma mudança no sistema prisional, ele cometeu um crime e não deve ter conforto lá dentro, acho que ele deve trabalhar, do seu suor pagar o crime que ele cometeu e ser liberado, e se ele reincidisse as coisas deveriam ser mais severas. De ditadura eu não tenho conhecimento sobre isso, eu sei que os militares disseram que foi um regime, outros dizem que foi ditadura. Pelo o que eu já vi, eu vi que houve tortura, mas se fosse para bandidos em casos isolados, tudo bem.	Tem que defender o cidadão de bem e não o crime. Sou do cristianismo e a gente prega muito o amor, acho complicada essa parte, porque eu acredito que a morte do bandido não seja o primeiro caminho, acho que reintegrá-lo à sociedade possa funcionar, mas só que a gente vê que muitos não funcionam.	Eu sou a favor da posse, do porte não ainda, porque eu prefiro ver como seria a posse para que após implantasse o porte. A posse para a autodefesa eu concordo.
15/M	Acho que tem que reduzir a maioridade penal porque tem muito meliante infantil aí que fica tocando o terror no Brasil e vai ficar impune? Não vejo o porquê da impunidade, se eles são meliantes. A ditadura só era ruim para quem não respeitava a lei, não tenho dó de bandido torturado.	Nunca vi nenhum caso de defender cidadão de bem, só bandido. Bandido não melhora na cadeia, nem fica lá, mortos não vão perturbar mais ninguém.	Eu apoio, o armamento da população para a autodefesa, é muito debatido, mas o pessoal não entende que se reformular a lei vai ser só para defender a casa e a própria vida. Não vai ser para sair andando.
16/M	Não adianta de nada, é preciso mudar, ser mais duro. Esse negócio aí da tortura que eu vi, eu acho que o povo está sendo muito alarmante, porque eles torturaram um pessoal vai ser pra poder entender os crimes.	Atrapalha o trabalho da polícia, ajuda muito os criminosos. Sobre a frase do bandido morto, eu acredito no perdão é só nisso que eu acho Bolsonaro meio equivocado	Eu acho que fazendo um teste psicológico, seria uma bom sim, pois os bandidos têm armas e um pai de família não pode defender o que trabalhou para conquistar? Se o PT não tivesse desarmado o “cidadão de bem”, o bandido o respeitaria.
17/M	Aqui não tem punição quase, o melhor lugar para ser bandido é aqui. É mentira, isso de tortura não volta não. Ditadura, não tem mais como isso voltar nos dias de hoje não.	Se não fosse os Direitos Humanos os bandidos teriam mais medo de cometer crimes. Se o bandido morrer não atrapalha mais o sossego de ninguém, nem tem gasto na cadeia	Acho que vai liberar, mas só que para conseguir esse porte de arma vai haver um processo meio que um pouco difícil. Se o cidadão for educado psicologicamente possa resolver, agora se for tudo “doido” vai ser “doido com doido” só vai haver matança. Aí não vai adiantar de nada, vai matar um por um, olhou, morreu.
18/M	Muito fraca, a bandidagem não tem medo das leis do Brasil. Quem foi torturado fez por onde, pessoa de bem não teve problema.	Só serve para proteger a bandidagem. Uma parte eu concordo com essa frase e outra parte não, bandido tem que estar na delegacia não tem que morrer, mas se morrer tanto faz.	Acho bom, pois assim o pai de família também tem chance de se defender
19/M	Nem parece que tem punição, pois a bandidagem e a violência só aumentam. Eu não ligo se bandido for torturado e morto, na ditadura só quem não prestava sofria as consequências.	Os Direitos Humanos são aliados dos marginais. Eu acho totalmente verídico isso aí, bandido bom é bandido morto.	Ótimo e necessário.
21/M	Os direitos humanos não deixa punir, então eles fazem tudo de errado sem se preocupar Será que a tortura, a ditadura é pra gente errada ou pra gente certa?.	Eu acho que é só não fazer coisa errada que você não vai para a cadeia, porque os Direitos Humanos defendem vagabundos. O homem estupra uma mulher a polícia vai lá, porque todo mundo sabe que a polícia “arria o pau” e os Direitos Humanos vai lá e faz o quê? Vai lá defender. Não pode bater porque isso é desumano e não sei o que, mas e o que ele fez com a mulher? Bandido tem que morrer para não ter ninguém que defenda, para não sair da cadeia e fazer de novo.	Bom, assim o bandido vai aprender a não mexer com os cidadão de bem que não estarão mais desprotegidos.
22/M	Muito fraca, tem que mudar para as pessoas temerem cometer crimes. Só foi torturado quem cometeu crime, então não vejo problema em ser favorável a tortura e até a morte para quem não presta.	Um sonho para a bandidagem, fazem tudo o que não presta porque sabem que têm os direitos humanos do lado deles. Um bandido vivo, vai dar gasto pro governo e não via melhorar em nada, então é mais barato morto, não prejudica ninguém.	Ótimo, porque assim o bandido vai pensar duas vezes antes de vir tomar o que é nosso.

24/M	Se tivesse punição de verdade, não tinha tanto crime. Quem é correto não precisa ter medo de ditadura.	Acho que se eu fosse bandido ia chamar eles para me ajudar. Bandido morto é o certo, porque sem bandidos o mundo seria bem melhor	Bom, porque assim a segurança aumenta, os bandidos não vão assaltar se souber que pode levar um tiro.
25/M	Deve melhorar para diminuir o número de crimes. Ele só fala essas coisas de ditadura e tortura para quem comete crimes absurdos como matar, roubar.	Seria melhor se defendesse mais o cidadão de bem. Eu não concordo que tem que matar o criminoso, mas precisa punir.	Acho que todo mundo tem o direito de se proteger.
26/M	Acho que precisa melhorar para não ter mais tanto crime e tanta gente que volta para o crime depois que passa pela cadeia. Ninguém que era de bem foi torturado ou sofreu com a ditadura, quando ele fala sobre essas coisas, se refere só a quem não presta.	Melhor coisa que tem para o bandido, apronta e sabe que tem os direitos humanos para proteger. Concordo com o bandido morto, pois se fosse assim, não teriam mais bandidos, pois temeriam a punição.	Concordo, não para todo mundo, mas eu concordo. Por que só o bandido pode ter amar e o cidadão ser sempre refém?
27/M	Os bandidos não temem mais a polícia. Bolsonaro foi militar, defende o Regime, acho que se for para combater o crime, algumas medidas podem ser necessárias.	Se não fosse os direitos humanos a polícia trabalharia melhor, mas as policias também não devem abusar de muita liberdade, para não cometer injustiças e crimes também. essa frase de matar tem que ser, porque só assim eles vão ter medo de fazer o errado.	Acho bom, mas não de todo jeito, precisaria ter todo um preparo para ver quem poderia ter arma ou não, porque com arma os bandidos iam temer mais fazer roubos.
29/M	Deveriam ser mais rígidas, com prisão perpétua e pena de morte para alguns casos como estupro, assassinato. Eu sei que Bolsonaro tem as questões dele ser a favor da tortura, mas a gente precisa de uma mudança, a gente não estava vendo mudança com o PT. Da tortura e ditadura ele é militar, é natural que pense assim, mas eu não concordo.	Tem que ter Direitos Humanos, mas precisa focar mais em pessoas de bem. Não existe reabilitação no Brasil, manter preso lá custa muito ao governo e quem é preso não é porque é santo, então ou é honesto e trabalha para não ser bandido ou não dá prejuízo comendo de graça na cadeia	Acho que assim as pessoas tomam conta da própria segurança, não ficam à mercê dos bandidos.
30/M	Eu sou a favor da diminuição da maioria penal porque muitas vezes são os jovens que estão assaltando e fazendo essas coisas erradas. Muitas vezes a gente vê vídeos na internet em que eles mesmos gritam que a punição “não vai servir de nada” e eles vão para cadeia e serão libertados no mesmo dia e eles continuam cometendo a mesma coisa. Se a tortura for contra marginal eu concordo.	Se não fosse os Direitos Humanos talvez os bandidos tivessem mais medo de ir para a cadeia, porque com os direitos humanos eles sabem que a polícia não vai poder tocar neles, por isso eles não respeitam. Concordo com a frase, porque uma educação vem da base da pessoa, por mais que ele aprenda a lição com que ele seja preso e levado para a prisão, quando ele for sair com o tempo ele vai fazer a mesma coisa. Claro que nem todo mundo é igual e umas pessoas mudam realmente de atitude, mas a maioria não.	Necessário para diminuir a bandidagem, pois nos Estados Unidos é liberado e a criminalidade é bem menor.
31/M	Nos Estados Unidos uma criança menor mesmo tendo 10, 12 anos ela pode pegar prisão perpétua. Já no Brasil, não. Se um jovem de 15, 17 anos mata, ele ainda sai ileso por causa da lei, entendeu? Se essa lei baixasse para 14, 15 anos ou até menos talvez o índice de drogas baixasse, o índice de mortalidade baixasse, baixaria tudo. Eu não tenho pena de bandido, na ditadura só gente ruim sofreu, quem era de bem não teve problema.	Tem que mudar porque por causa dos Direitos Humanos a polícia não pode fazer nada, não pode avançar nas operações, como entrar em morro ou pegar confissão do bandido, é muita regalia para quem faz coisa errada. Não é todo bandido que deve morrer, mas quem comete crimes como matar, estuprar, melhor está morto que fazer mais vítimas	Eu estava estudando e lá nos Estados Unidos tem uma pesquisa que nem todo mundo tem o porte, mas o índice de criminalidade lá é muito baixo, pessoas que tem armas acontecem menos crimes. Certa vez uma mulher estava sendo assaltada e ela ligou para polícia e foi orientada a atirar no bandido, não matou, mas atirou nele e isso Bolsonaro quer trazer para o Brasil o porte legal de armas. Nem todo mundo vai poder usar armas, eles vão passar por um processo, por uma perícia médica, por um psicólogo tudo para poder usar arma, não é qualquer um que vai poder usar, nisso eu concordo com ele também.
32/M	Isso que eu concordo com Bolsonaro, diminuir a maioria penal, pena de morte, armar a população, do jeito que está a violência só aumenta. Ele foi exército, claro que vai defender, eu não sei também se era errado, porque pelo que ele fala, a ditadura só foi ruim para quem era errado.	Nisso eu concordo com Bolsonaro, Direitos Humanos defende bandido e prejudica a polícia. Concordo com a frase, porque assim eu acho que diminuiria os bandidos.	Bom, nisso eu concordo, porque você armado o bandido pode ter medo de mexer com você.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Esse quadro reúne todos os entrevistados do sexo masculino que ou assumiram desde os primeiros dados à adesão ao bolsonarismo ou que em algum momento afirmaram a aderir as ideias do presidente, como é o caso do “29M” que optou por ele no segundo turno devido à “ideologia liberal” e do “32M” que disse que preferiu votar branco, mas que concordava com a pauta da segurança nos termos bolsonaristas. Embora seja o maior grupo, as respostas têm mais elementos em comum que os outros, por exemplo, nenhum deles demonstra compreender a segurança pública como exercício de cidadania, todos compreendem que os crimes precisam ser combatidos numa perspectiva distante dos Direitos Humanos, pois “Se não fosse os Direitos Humanos talvez os bandidos tivessem mais medo de ir para a cadeia, porque com os direitos humanos eles sabem que a polícia não vai poder tocar neles, por isso eles não respeitam” (“30M”).

Aqui os Direitos Humanos são compreendidos como grande empecilho para “o trabalho da polícia”, o que na maioria das vezes significa – como já discutimos nas análises dos quadros anteriores – o trabalho de exercer a violência sem se preocupar com violações da dignidade e dos direitos fundamentais da vida e das pessoas. Essas falas legitimam esse “trabalho” e o entendem como única forma possível para lidar com o problema. Nesse sentido, dos 22 pesquisados que compõem esse grupo, apenas 4 demonstrou não concordar ou não concordar totalmente com a frase “bandido bom é bandido morto”:

Eu como cristão não concordo com essa frase de bandido bom é morto, porque todo mundo tem uma segunda chance, segundo os meus princípios bíblicos, mas, em minha opinião o correto é se ele fez ele vai ter que pagar. Nunca com a vida. (“6M”);

Sou do cristianismo e a gente prega muito o amor, acho complicada essa parte, porque eu acredito que a morte do bandido não seja o primeiro caminho, acho que reintegrá-lo à sociedade possa funcionar, mas só que a gente vê que muitos não funcionam. (“13 M”);

Sobre a frase do bandido morto, eu acredito no perdão é só nisso que eu acho Bolsonaro meio equivocado (“16M”);

Eu não concordo que tem que matar o criminoso, mas precisa punir (“25M”).

São falas que embora demonstram um certo cuidado em relação a morte como solução – umas até falando em princípios cristãos, como o perdão – se somam à rejeição aos Direitos humanos “precisar atender mais os humanos direitos (“6M”)”, à concordância com a facilitação do acesso às armas “a posse para a autodefesa eu concordo (“13”)”; e à relativização sobre a tortura e a ditadura “Ele só fala essas coisas de ditadura e tortura para quem comete crimes absurdos como matar, roubar (“25M”)”. É certo que o que mais mobiliza as interpretações que esse grupo traz sobre segurança pública, todo ele, é a indignação com a ineficiência das instituições do país em evitar e solucionar crimes violentos, um problema real

e legítimo como já discutimos, contudo, diferente dos outros grupos, aqui não há espaço para confiança, sequer flertes com resoluções democráticas.

Essa crença de que a solução vem apenas pela repressão violenta é justificada por eles de maneiras que variadas. Aqui se encontra com maior clareza o grupo que mais incorporou e se identificou com os aspectos da união neoconservadora e neoliberal da sociedade brasileira expressa na atualidade pelo bolsonarismo, vejamos alguns exemplos: *desinformação, intolerância, violência e virulência como política* – “Nos Estados Unidos uma criança menor mesmo tendo 10, 12 anos ela pode pegar prisão perpetua. Já no Brasil, não. Se um jovem de 15, 17 anos mata, ele ainda sai ileso por causa da lei, entendeu? Se essa lei baixasse para 14, 15 anos ou até menos, talvez o índice de drogas baixasse, o índice de mortalidade baixasse, baixaria tudo. Eu não tenho pena de bandido, na ditadura só gente ruim sofreu, quem era de bem não teve problema” (“31M”); “Um sonho para a bandidagem, fazem tudo o que não presta porque sabem que têm os direitos humanos do lado deles” (“22M”).

Mais desprezo pelos Direitos Humanos e instituições democráticas - “Será que a tortura, a ditadura é para gente errada ou para gente certa? [...] O homem estupra uma mulher a polícia vai lá, porque todo mundo sabe que a polícia “arria o pau” e os Direitos Humanos vai lá e faz o quê? Vai lá defender. Não pode bater porque isso é desumano e não sei o que, mas e o que ele fez com a mulher? Bandido tem que morrer para não ter ninguém que defenda, para não sair da cadeia e fazer de novo” (“21M”).

Justificativas bíblicas e religiosas para violação de direitos - “Êxodo, 22-11” se não me engano, fala que se o bandido for pego roubando e aquele que matar não terá culpa do seu sangue” (“7M”). *Tratar questões da alçada do Estado como “gasto”* - “manter preso lá custa muito ao governo e quem é preso não é porque é santo, então ou é honesto e trabalha para não ser bandido ou não dá prejuízo comendo de graça na cadeia” (“29M”). Destacamos essas falas por expressarem as maiores tendências, as interpretações mais centrais desse grupo sobre segurança pública. Aqui como nos outros quadros e grupos, as interpretações também são permeadas pelos valores respeito e honestidade: eles são os honestos, os respeitosos; “os outros” são os bandidos, delinquentes.

Para esse grupo os delinquentes não merecem sequer existir, quanto mais o respeito de seus direitos fundamentais? Não há traços de solidariedade com os indignos e sem virtudes, como as meninas do grupo dos resistentes demonstraram ter, aqui a segurança pública está longe de ser compreendida como um resultado de lutas e conquista de direitos civis, tampouco como exercício da cidadania. Apenas os merecedores, os “honestos”, “as pessoas

de bem” devem gozar desses direitos, aos outros, delinquentes, resta à força da lei e da vingança.

6.2 Valores, identidades e afetos

Esse tópico traz os dados que demonstram como os entrevistados lidam com as questões que envolvem políticas e cidadania para mulheres, negros e LGBTQIA+. Como demonstramos no gráfico 1, umas das principais preocupações apontadas pelos pesquisados é colocada por eles como “falta de respeito e valores” e o que tem aparecido em muitas falas como “defesa dos valores” se trata da defesa dos valores da ordem de privilégios e hierárquica que submete a cidadania dos grupos marginalizados à moralidade tradicional. Com base nisso, julgamos essencial trazer esse quadro de dados para compor nossa análise, uma vez que nele será possível perceber mais identificações ou não com mais aspectos neoconservadores representados no bolsonarismo.

Para formular as questões desse quadro consideramos falas do presidente antes e no período da eleição 2018, por serem trazidas para os debates e opinião pública na época. Nos referíamos às falas que foram mais disseminadas pelas mídias, algumas já descritas nesse trabalho, como quando ele falou publicamente que os filhos são educados demais para namorar uma negra, ou serem gays. Assim como a “fraquejada”, em que ele afirma que a única filha mulher nasceu porque ele fraquejou na hora da relação sexual. Além dessas falas teve a “não te estupro porque é feia” direcionada a deputada do PT Maria do Rosário em uma discussão na câmara dos deputados. Em um programa de entretenimento falou que “não empregaria mulheres pelo mesmo salário de homens, mas tem muita mulher que é competente”⁷⁵.

Outra fala que também circulou muito nas redes e na mídia na época, foi sobre “acabar com a política de coitadismo de negro, mulher gay e nordestino” (BOLSONARO, 2018 *apud* DOMINGUES, 2019, p. 101). Para o presidente machismo, homofobia e racismo reforçam preconceitos e é tudo coitadismo de quem não “se empenhou pelo mérito” para ter uma vida tranquila como “quem se empenhou” (*Ibidem*).

Em relação aos homossexuais Bolsonaro já falou coisas como: “prefiro um filho que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” e “sou homofóbico sim com

⁷⁵ Ver em João Almeida Moreira. Bolsonaro e as mulheres: “Não estupro porque é feia”, “deviam ganhar menos”, “queria dar o furo”. Diário de notícias, 19 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/bolsonaro-e-as-mulheres-nao-estupro-porque-e-feia-deviam-ganhar-menos-queria-dar-um-furo-11838495.html>. Último acesso em janeiro de 2021.

orgulho”⁷⁶, entre outras. Disse ainda que às “minorias devem se curvar à maioria ou serão esmagadas”⁷⁷, falas que foram divulgadas e que presenciamos em alguns momentos da observação que faziam parte das conversas de alguns entrevistados.

Com o exposto, para organizar esse quadro de dados, formulamos as seguintes perguntas: *O que você pensa sobre o racismo e sobre declarações de Bolsonaro consideradas racistas? O que você acha sobre o feminismo? E sobre as declarações de Bolsonaro interpretadas como machistas? Qual a sua opinião sobre o aborto? O que você pensa sobre a homossexualidade? E sobre as declarações de Bolsonaro interpretadas como homofóbicas?*

Por questão de organização das análises dividimos o quadro em três grupos, seguindo a mesma lógica de divisão do quadro anterior, sendo o primeiro grupo os “resistentes, o segundo compõe as falas das entrevistadas do sexo feminino que optaram por Bolsonaro e o terceiro traz as falas dos entrevistados do sexo masculino que aderiram ao presidente, vejamos os dados:

Quadro 5a: Percepção do grupo “dos resistentes” sobre racismo, machismos, homofobia, feminismo e aborto

ID/Sexo	O que você pensa sobre o racismo e sobre declarações de Bolsonaro consideradas racistas?	O que você acha sobre o feminismo? E sobre as declarações de Bolsonaro interpretadas como machistas? Qual a sua opinião sobre o aborto?	O que você pensa sobre a homossexualidade? E sobre as declarações de Bolsonaro interpretadas como homofóbicas?
34/M	Eu não duvido que ele seja racista, acho que ele não gosta nem dele mesmo.	É um dos motivos que acho ele um ogro, muito cavalo. O aborto eu acho complicado, não sei o que faria numa situação assim, às vezes as pessoas engravidam sem querer e sem condições de seguir.	Eu não tenho nada contra homos e acho que Bolsonaro é homofóbico.
35/F	Ele é muito imbecil e preconceituoso.	Acho o feminismo bom e Bolsonaro um machista que não respeita ninguém. Eu acho triste você precisar pensar em aborto, não julgo quem faz, deve ser muito desespero, mas eu tenho medo, não faria.	A questão da homossexualidade, Bolsonaro é totalmente contra, porém, tudo bem ele ser hétero, mas as pessoas também tiveram suas escolhas, então cada um sabe o que quer, o que gosta e ele não pode chegar lá entrar no poder e mudar a sociedade toda só porque ele é hétero ou só porque ele não gosta dos homossexuais.
36/M	Ele é um louco.	Ele é muito machista. Eu discordo dele. O aborto eu acho que a mulher só faz quando não tem outro jeito, deve ser muito triste pra ela.	Acho que as pessoas têm direito de ser o que quiserem e ele tem que ficar na dele.
37/F	Eu acho que ele fala muita coisa errada, muita besteira, não concordo com ele.	Ele é uma ideia que simplesmente foi criado pelos direitos das mulheres, mas que hoje em dia está sendo tratado com um sentido de superioridade, as mulheres serem superiores aos homens, igual o machismo. Homens serem superiores as mulheres e o feminismo está sendo utilizado como a mulher ser superior ao homem, sendo que a gente quer igualdade. Algumas mulheres utilizaram do recurso que era para conseguir igualdade e estão querendo se sobrepor, igual o machismo, ambos estão passando do limite. Eu sou cristã, então, a minha ideia é totalmente contra ao aborto, eu sou da igreja Batista. Mas, além disso, a constituição também traz como primeiro direito o direito à vida e a partir do momento, principalmente das pessoas que engravidam por falta de cuidado, porque todos os métodos têm, então, o que aquela pessoa tem que fazer é simplesmente arcar com as consequências. A partir do momento que tem outro ser em você não é mais o seu corpo, como	Eu discordo dele, a gente precisa respeitar o próximo e os outros precisam respeitar a gente também, acho que falta um pouco de respeito de ambos os lados.

⁷⁶ Ver em El País. O que Bolsonaro já disse de fato sobre mulheres, negros e gays. Em 06 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html. . Último acesso em janeiro de 2021.

⁷⁷ Ibidem.

		dizem por aí “meu corpo minhas regras”, é o corpo de outro ser humano, de outra pessoa.	
38/F	Ele é a pior espécie de político que existe, não sei como uma pessoa assim consegue se eleger.	Acho que as mulheres precisam ser respeitadas e ter direitos como os homens, Bolsonaro deveria ter sido preso pelo o que disse aquela deputada. Eu sou contra o aborto, mas é uma discussão muito difícil porque você vê muitos casos, mas pela minha visão religiosa e sou contra.	Como Papa Francisco disse: “Deus os amam assim, então, nós também devemos amar”, eu acredito nisso e não julgo, qualquer forma de amor é válida. Não acredito nos extremismos da religião quando dizem que é algo do demônio.
39/M	Isso eu não vi, mas se ele fez acho errado.	Eu achei errado o que ele falou para a deputada lá que aparece na propaganda, acho que as mulheres são diferentes dos homens, mas todo mundo tem que se respeitar. Sou contra o aborto, porque se não quer ter filho hoje tem tanto jeito de não ter, aí depois que engravida não quer a consequência	Discordo com ele, por essas coisas não vou votar nele, ele não tem nada a ver com a vida dos outros e fica falando besteira, ameaçando
40/M	Ele fala muita merda.	Ele dizer que não estupra a mulher porque ela é feia é muita falta de respeito, acho que a mulher tem que ter seus direitos, ser respeitada. Eu não tenho uma opinião formada sobre aborto, acho que não escolheria abortar se acontecesse com uma namorada, mas às vezes as pessoas ficam desesperadas e é única opção.	Por isso também não gosto dele, nada a ver ser homofóbico.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Temos discutido que esse grupo “dos resistentes” desde os primeiros dados se mostram incomodados com o desrespeito de Bolsonaro em relação às minorias. Aqui, eles reforçam essa insatisfação, o que podemos ver na maioria das falas, como as do “39M”, por exemplo, que demonstrou, no quadro anterior, concordar com muitos aspectos da agenda da segurança pública bolsonarista. No entanto, nesse quadro, ele alega que o desrespeito do presidente às diferenças é o motivo pelo qual ele desistiu de votar nele: “discordo com ele, por essas coisas não vou votar nele, ele não tem nada a ver com a vida dos outros e fica falando besteira, ameaçando”. Os demais também acentuam às críticas: “acho que as pessoas têm direito de ser o que quiserem e ele tem que ficar na dele” (“26M”); “é um dos motivos que acho ele um ogro, muito cavalo [...] eu não duvido que ele seja racista, acho que ele não gosta nem dele mesmo [...] Eu não tenho nada contra homos e acho que Bolsonaro é homofóbico” (“34M”); “por isso também não gosto dele, nada a ver ser homofóbico ” (“40M”).

As meninas também seguem nas críticas, a “38F” até cita o Papa Francisco “como Papa Francisco disse: “Deus os amam assim, então, nós também devemos amar”, eu acredito nisso e não julgo, qualquer forma de amor é válida. Não acredito nos extremismos da religião quando dizem que é algo do demônio”. A “35F” responde que “cada um sabe o que quer, o que gosta e ele não pode chegar lá entrar no poder e mudar a sociedade toda só porque ele é hétero ou só porque ele não gosta dos homossexuais”. E a “37F” disse que “Eu acho que ele fala muita coisa errada, muita besteira, não concordo com ele”. Na parte do desrespeito aos homossexuais, do racismo, de aspectos do machismo, todos seguem usando o respeito como um direito de todos, inclusive tirando a religião da cena ou a usando como motivo para respeitar. Porém, quando o assunto é feminismo e direitos reprodutivos das mulheres, é possível perceber uma alteração na forma em que alguns deles vinham articulado o respeito:

[...] eu sou cristã, então, a minha ideia é totalmente contra ao aborto, eu sou da igreja Batista. Mas, além disso, a constituição também traz como primeiro direito o direito à vida e a partir do momento, principalmente das pessoas que engravidam por falta de cuidado, porque todos os métodos têm, então, o que aquela pessoa tem que fazer é simplesmente arcar com as consequências. A partir do momento que tem outro ser em você não é mais o seu corpo, como dizem por aí “meu corpo minhas regras”, é o corpo de outro ser humano, de outra pessoa[...] a gente precisa respeitar o próximo e os outros precisam respeitar a gente também, acho que falta um pouco de respeito de ambos os lados. (“37F”);

Acho que as mulheres precisam ser respeitadas e ter direitos como os homens, Bolsonaro deveria ter sido preso pelo o que disse aquela deputada. Eu sou contra o aborto, mas é uma discussão muito difícil porque você vê muitos casos, mas pela minha visão religiosa e sou contra (“38F”);

Eu achei errado o que ele falou para a deputada lá que aparece na propaganda, acho que as mulheres são diferentes dos homens, mas todo mundo tem que se respeitar. Sou contra o aborto, porque se não quer ter filho hoje tem tanto jeito de não ter, aí depois que engravida não quer a consequência (“39M”).

Essas falas demonstram não considerar as decisões e direitos das mulheres sobre o próprio corpo como parte de sua cidadania e do respeito aos seus direitos fundamentais. Em algumas partes, demonstram também exigir respeito por parte de um grupo que está tendo seus direitos restringidos devido à valores neoconservadores “os outros precisam respeitar a gente também, acho que falta um pouco de respeito de ambos os lados”. (“37F”). Algo recorrente numa sociedade que trata os direitos reprodutivos, como tabu, disputa política, de forma eleitoral e como caso de polícia, mas não como uma questão de saúde pública (MACHADO, 2010; BIROLI; MARIANO; MIGUEL, 2017), o que já discutimos em outros momentos do trabalho. Diante disso, pesquisas⁷⁸ revelam que o aborto é a quinta causa mais comum de morte materna e que o índice de mortes é maior entre as mulheres negras em situação de vulnerabilidade.

Entre outras coisas, pesquisas sobre aborto mostram que as mulheres não deixam de abortar porque é uma prática criminalizada, e alertam para o problema dessa questão não ser tratada como saúde pública, uma vez que muitas mulheres recorrem ao procedimento realizado de maneira insegura. Isso põe a vida em risco, já que ao não ter direito a assistência diante de uma situação de aborto, as mulheres se arriscam em procedimentos desassistidos, podendo prejudicar a saúde ou em muitos casos, perdendo a vida. Diante disso, vemos que a negação dos discursos religiosos aos direitos reprodutivos das mulheres, justificado como defesa da

78 Ver Brasil. 20 anos de pesquisas no Brasil. Ministério da saúde, Brasília – DF, 2009. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livreto.pdf>. Último acesso em janeiro de 2021.

vida, não considera o risco da criminalização, compreendida por alguns estudiosos do tema como uma violação de Direitos Humanos,⁷⁹ para a vida das mulheres.

Nesse ponto o sentido de respeito para essas três entrevistadas se torna mais restritivo, pois ao não se estender aos direitos e saúde reprodutiva das mulheres, se torna um sentido de respeito que tolera violações dos direitos fundamentais das mulheres, como o direito à vida, citado na fala da “37F”. Os outros pesquisados desse grupo, embora também tenham certas ressalvas sobre o tema, apresentam falas mais flexíveis:

O aborto eu acho complicado, não sei o que faria numa situação assim, às vezes as pessoas engravidam sem querer e sem condições de seguir. “34M”.

Acho o feminismo bom e Bolsonaro um machista que não respeita ninguém. Eu acho triste você precisar pensar em aborto, não julgo quem faz, deve ser muito desespero, mas eu tenho medo, não faria. “35F”.

Ele é muito machista. Eu discordo dele. O aborto eu acho que a mulher só faz quando não tem outro jeito, deve ser muito triste para ela. “36M”.

Ele dizer que não estupra a mulher porque ela é feia é muita falta de respeito, acho que a mulher tem que ter seus direitos, ser respeitada. Eu não tenho uma opinião formada sobre aborto, acho que não escolheria abortar se acontecesse com uma namorada, mas às vezes as pessoas ficam desesperadas e é única opção “40M”.

Esse conjunto de falas já traz alguma reflexão a respeito da possibilidade de uma gravidez indesejada, diferente do conjunto anterior, que responsabiliza exclusivamente a mulher pela relação sexual que pode resultar em uma gravidez indesejada e a coloca como única a ter que lidar “com as consequências”. As últimas três falas acima ilustradas também ponderam sobre as possíveis dificuldades que alguém que decide fazer o aborto pode enfrentar, algo que também não apareceu nas falas anteriores. Mesmo com ressalvas, a “35F”, o “36M” e o “40M” demonstram respeito e menos julgamentos a quem precisa recorrer a um aborto.

Com isso posto, encerramos as análises dos dados desse grupo dos “resistentes”, que em comparação aos demais entrevistados, demonstrou sentidos diferentes ao articular respeito e honestidade: principais valores usados pelos entrevistados em suas interpretações daquele momento político. A partir desse grupo vimos que por mais que as pessoas partilhem de experiências semelhantes, que estejam inseridas em um mesmo contexto, em um mesmo processo geopolítico, socioeconômico, em um mesmo espaço físico, sob as mesmas mensagens que transitam difundindo um quadro de valores de setores e para interesses específicos como algo universal e comum a todos; há particularidades importantes que

79 Ver ANJOS, K. F.; SANTOS, V. C.; SOUZAS, R.; EUGÊNIO, B. G. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, 2013.

devem ser consideradas para possibilitar uma compreensão do que orienta suas interpretações de mundo e ações.

Mesmo articulando valores e aspectos que em alguns momentos podem ter se aproximado do que na época era representado também como bolsonarismo, se mostram mais críticos, ainda que tenham incorporado o sentimento antipolítico indispensável para a eleição de Bolsonaro. Como vimos a desconfiança da política tradicional e a assimilação quase que acrítica do discurso anticorrupção, foi o que mais os aproximou dos outros entrevistados e o que os orientou por escolhas políticas que não estavam em cumplicidade com os interesses (direitos trabalhistas, investimento em educação gratuita, saúde e demais proteção social do Estado, etc.) da classe à qual pertencem.

Marcar uma posição de “honestidade” pareceu mais importante para eles, que elementos bolsonaristas que eles demonstraram rejeitar e que se afastam da forma em que eles tendem a compreender o respeito. Preferiram se abster de uma escolha política em nome da honestidade reclamada pelo discurso antipetista e antipolítico. O que pode também ser compreendido como uma concessão às várias questões que disseram rejeitar no bolsonarismo: mesmo ele tirando meus direitos, sendo preconceituoso, falando contra a democracia; etc. não é o suficiente para me fazer escolher a outra opção, devido ao problema da corrupção.

Contudo, é importante lembrar que na época da pesquisa o discurso de que o PT era um partido extremamente corrupto, mais que qualquer outro, ainda era hegemônico na mídia. Embora houvesse denúncias e desconfianças sobre a forma a qual a mídia brasileira e parte do aparato jurídico lidava com a questão da corrupção, naquele momento da pesquisa, ainda não havia algo concreto, como por exemplo a *Vaza Jato*, para disputar essa retórica. O que se escutava por todos os lados, era o quanto a política tradicional, principalmente o PT, prejudicou o país embolsando dinheiro público. Tendo essas questões postas, vemos que ainda assim “os resistentes” não viram Bolsonaro como uma possibilidade, o que os diferenciam dos outros. Entendemos aqui que essa diferença entre eles e os outros entrevistados se deve aos sentidos que eles deram aos valores socialmente valorizados.

As meninas desse grupo, em alguns momentos, mostraram que ainda que usem honestidade como distinção, como forma de se distanciar dos corruptos e da bandidagem, não se identificaram com a violência da agenda punitivista para segurança pública, o que demonstra – diferente dos meninos desse grupo e dos demais entrevistados – alguma solidariedade da parte delas com seus “outros”. Nesse último quadro vimos que algumas delas não conseguiram compreender que os direitos reprodutivos também precisam ser

tratados na dimensão do respeito como um merecimento de todos. No entanto, desde o início da revisão bibliográfica e da análise dos dados, percebemos que esperar que todas as pessoas incorporem naturalmente, de forma seletiva ou totalmente toda uma demanda ou uma agenda, seja ela reacionária ou progressista – ainda que aparentemente aconteça com alguns – se trata de uma expectativa que nem sempre vai se comprovar ou ser suficiente para compreender a realidade.

Os meninos, na questão da segurança pública, demonstraram dificuldades de compreender que os Direitos Humanos de todos precisam ser respeitados, entretanto, diante de outros temas, a maioria tendeu a articular o respeito com algo que se deve a todos. De modo geral, os valores respeito e honestidade também serviram para esse grupo como distinção, todavia, foram articulados com sentidos mais abrangentes e de maneira menos intolerante. Nesse contexto, é possível concluir que, para esse grupo, honestidade também significou marcar oposições contrárias a aquilo ou aquele que é socialmente discriminado e desvalorizado. No entanto, em alguns momentos, sem desumanizar ou minar possibilidades de solidariedade em relação ao outro. O respeito tendeu a significar para os “resistentes” algo que é um direito e um reconhecimento que se deve à *quase* todos, aparece com algumas restrições em relação aos direitos fundamentais de determinadas pessoas em casos específicos, mas na maioria das vezes foi articulado de forma mais flexível que pelos outros entrevistados.

Quadro 5b: Percepção do grupo de entrevistados do sexo feminino que optaram por Bolsonaro sobre racismo, machismos, homofobia, feminismo e aborto

ID/Sexo	O que você pensa sobre o racismo e sobre declarações de Bolsonaro consideradas racistas?	O que você acha sobre o feminismo? E sobre as declarações de Bolsonaro interpretadas como machistas? Qual a sua opinião sobre o aborto?	O que você pensa sobre a homossexualidade? E sobre as declarações de Bolsonaro interpretadas como homofóbicas?
Tipo 2			
02/ F	Ele é rígido, mas não é racista não.	A mulher precisa ser parceira do homem e servir a ele, não tem que ser melhor que ele. O aborto é errado, só Deus pode tirar uma vida.	Deus criou o homem e a mulher, acho que não aceitar, não é ser homofóbico, é por conta da fé em Deus.
03/ F	Ele não é racista, só fala da boca para fora.	Acho que ele não é machista não, as pessoas inventam muita coisa. Abortar é o maior pecado.	Eu acho que tem o homem e a mulher, quem quiser ser diferente precisa respeitar.
04/F	Eu acho que ele não é racista e quem vota nele, vota porque ver nele uma mudança.	Ele pode ser conservador, mas traz mudança em relação ao PT, acho que isso e o que brasileiro está querendo agora. Eu não faria aborto, não sei bem o que pensar, não acho correto, a não ser em caso de estupro.	Eu não tenho nada contra, acho Bolsonaro muito conservador, mas pelo menos impõe respeito e o certo.
08/F	Eu acho que ele não é.	Ele não é machista, ele é casado, tem filha, cobrar respeito de mulher não é ser machista. O aborto é um crime.	Deus criou o homem e a mulher, defender isso é defender os valores de Deus.
11/F	Acho que as pessoas não encontraram outros defeitos, não encontraram corrupção, não encontraram nada e colocaram esses nomes pra ele.	Acho que acusam Bolsonaro de várias coisas, porque não podem dizer que ele é corrupto. O aborto é um pecado imperdoável.	Eu acredito que homem nasceu homem e mulher nasceu mulher, e ponto.
10/F	No fundo, no fundo sempre vai haver aquelas coisas machistas, como: “nego safado”, isso é algo preconceituoso, por exemplo.	Isso eu não acredito, porque se ele fosse machista eu tenho certeza que ele não ia querer que a mulher dele aparecesse e isso prova que ele não é machista. Se ele fosse machista acho que ele teria falado mal das mulheres várias vezes. Acho errado o aborto, tira a vida de um inocente.	Acho que se ele fez isso ele está errado

14/F	Eu não concordo com o racismo, e acho que ele não é racista, ele tem amigos negros.	O meu posicionamento é que depende da situação, a campanha de TV em que ele xinga a mulher, por exemplo, o que eu acho errado é que só aparece a parte que ele xinga ela, não aparece toda a história, nem o que ela falou para ele ter dito tudo aquilo e nem o que tinha acontecido antes. Acho que as pessoas se alienam muito ao que acontece na internet. O aborto é errado, o bebê não tem culpa.	Acho que cada um faz o que quer, mas não precisa ser na frente dos outros, nem de crianças. Ele não é homofóbico, pois tem vídeos que aparece com gays.
20/F	Isso eu não concordo com ele, mas ninguém é perfeito.	Ele é machista, pensei em não votar por isso, mas ele é melhor que o PT. O aborto, se engravidou é porque quis, tirar o filho inocente é errado	Cada um segue o que quer, mas Deus criou homem e mulher, eu respeito, acho que tem que respeitar.
23/F	Acho que é um erro ser racista, mas não concordo que ele seja	Eu acho que querendo ou não as pessoas mudam e porque ele não poderia mudar? Ele pode simplesmente pensar diferente e fazer diferente, a gente pode estar julgando uma pessoa sem conhecer ela. O aborto é muito errado, nossa, tirar a vida de um bebê inocente.	Ele pode mudar, as pessoas mudam.
28/F	Eu não acho ele racista, é super romântico com a esposa e legal com os amigos dele, até negros.	A mulher dele uma entrevista pra Band, que está até no YouTube, falando sobre ele, dizia que ele é bem romântico, se ele fosse machista ela não diria isso dele. Eu como cristã não poderia votar em alguém que é favor do aborto, é um pecado, um crime contra a vida.	Na decisão entre Bolsonaro e o PT a gente pode investigar, eu prefiro tirar o PT.
33/F	Eu acho a pior coisa o racismo e o preconceito, não vi ele sendo racista, meu tio fala que as pessoas inventam coisas negativas sobre ele porque não podem dizer que ele é corrupto, ele é o único que não é corrupto.	Isso eu não vi, eu apoio o feminismo, não entendo muito de política, só vou votar no Bolsonaro por conta do meu tio. Eu não faria aborto, acho que não concordo com quem faça, tenho dó da criança.	Eu sou bi ou lésbica, não sei ainda, acho que não tem que ter preconceito, não saia que Bolsonaro era homofóbico.

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Esse grupo reúne as entrevistadas do sexo feminino que optaram por Bolsonaro, entre elas a compreensão sobre as falas do presidente é de que ele só diz essas coisas “da boca para a fora” (“3F”); que ele “é rígido”, mas isso não quer dizer que é racista (“2F”), que ele “não é perfeito” (“F20”); que “não concorda que ele seja racista, machista, homofóbico e que as pessoas mudam, porque ele não poderia mudar?” (“23F”). Além de, segundo elas, ele ser “super romântico com a esposa e legal com os amigos dele, até negros” (“28F”), como poderia ser machista e racista desse jeito? E também “inventam coisas negativas sobre ele porque não podem dizer que ele é corrupto, ele é o único que não é corrupto” (“33F”).

Essas falas demonstram defesas, solidariedades, justificativas e identificação, diferente do que vimos no quadro em que essas mesmas meninas falam sobre violência, onde não se mostraram tão compreensivas em relação a quem comete crimes. Talvez porque os crimes os quais as perguntas desse quadro se referiam (como racismo, homofobia, violência contra à mulher e negação de seus direitos) se enquadra nas – toleradas socialmente e muitas vezes institucionalmente – violações da dignidade e dos direitos fundamentais de grupos marginalizados. Se tratam também de violações que partem de quem é compreendido como a pessoa ou o cidadão de bem, correto, honesto, que é pelo certo; a quem se legitima o exercício da violência e o descumprimento de determinadas leis e regras sem punição ou julgamento moral (LIMA, 2019).

Violações que compõe a mentalidade autoritária presente na sociedade: o presidente só teve o trabalho ou a oportunidade, pela sua posição de parlamentar na época, de expressar seus pensamentos regressivos publicamente sem ser responsabilizado e assim conseguiu a admiração e adesão daqueles que já se identificavam com essa mentalidade. Algo que Theodor Adorno (2015; 2020) identificava e discutia há décadas atrás ao analisar os mecanismos psicológicos utilizados para adesão à propaganda e líderes autoritários. Desde os primeiros dados essas meninas demonstram tolerar (umas mais, outras menos) a violação dos direitos de pessoas marginalizadas. Aqui isso fica ainda mais evidente, e quando se trata do feminismo e dos direitos reprodutivo das mulheres, as falas são ainda mais condescendentes com essas violações:

“A mulher precisa ser parceira do homem e servir a ele, não tem que ser melhor que ele. O aborto é errado, só Deus pode tirar uma vida [...] Deus criou o homem e a mulher, acho que não aceitar, não é ser homofóbico, é por conta da fé em Deus” (“2F”).

“Acho que ele não é machista não, as pessoas inventam muita coisa. Abortar é o maior pecado” (“3F”).

“Ele não é machista, ele é casado, tem filha, cobrar respeito de mulher não é ser machista. O aborto é um crime” (“8F”).

Isso eu não acredito, porque se ele fosse machista eu tenho certeza que ele não ia querer que a mulher dele aparecesse e isso prova que ele não é machista. Se ele fosse machista acho que ele teria falado mal das mulheres várias vezes. Acho errado o aborto, tira a vida de um inocente (“10F”).

“O meu posicionamento é que depende da situação, a campanha de TV em que ele xinga a mulher, por exemplo, o que eu acho errado é que só aparece a parte que ele xinga ela, não aparece toda a história, nem o que ela falou para ele ter dito tudo aquilo (não te estupro porque é feia) e nem o que tinha acontecido antes. Acho que as pessoas se alienam muito ao que acontece na internet. O aborto é errado, o bebê não tem culpa. [...] acho que cada um faz o que quer, mas não precisa ser na frente dos outros, nem de crianças. Ele não é homofóbico, pois tem vídeos que aparece com gays” (“14F”).

Há até quem concorde que ele seja machista, mas a condescendência é a mesma: “pensei em não votar por isso, mas ele é melhor que o PT. O aborto, se engravidou é porque quis, tirar o filho inocente é errado” (“20F”); “ele pode ser conservador, mas traz mudança em relação ao PT, acho que isso é o que brasileiro está querendo agora. Eu não faria aborto, não sei bem o que pensar, não acho correto, a não ser em caso de estupro” (“4F”). Vemos que ser machista ou “conservador” é menos importante do que tirar o PT, o inimigo que para ser combatido as levam a relativizar ou ignorar violências que atingem suas próprias identidades.

Na questão do aborto, essas meninas tendem a submeter à saúde reprodutiva das mulheres aos valores religiosos e demonstram que a vida que importa é apenas a do feto e não das mulheres que podem morrer em um procedimento inseguro ou ser obrigadas a criar um filho em condições de vulnerabilidade. Algo que também apareceu entre duas meninas e um menino do grupo dos “resistentes”, porém, uma dessas duas meninas do outro grupo ainda

ponderou sobre ser a decisão de abortar algo que deve ser muito difícil para as mulheres. Aqui não há ponderação, se coloca aqui à responsabilidade de uma gravidez indesejada apenas sobre às mulheres (lá a “37F” e o “39M “também), como se os homens não tivessem parte alguma nisso, o que é uma expressão de machismo.

Na falácia do “sou a favor da vida” mesmo duas das meninas do grupo dos resistentes tendo aparentado uma oposição mais rigorosa ao aborto, ainda mostraram alguma solidariedade em relação a vida daqueles as quais elas tentam se distinguir moralmente, “os delinquentes”, quem comete crimes. O que não acontece com as meninas daqui, que demonstram com mais clareza que a vida que importa é a penas a *do inocente*: “tirar o filho inocente é errado” (“20F”); “tirar a vida de um bebê inocente” (“23F”); O aborto é errado, o bebê não tem culpa (“14F”); “Acho errado o aborto, tira a vida de um inocente” (“10F”). Aqui a vida é exclusivamente um direito de quem não é culpado, não é criminoso, não é desonesto, não contesta as hierarquias e os valores estabelecidos. La no outro grupo a vida dos “indignos” ainda tinha algum valor.

Destacamos aqui as falas as maiores tendências em relação a como esse grupo lida com o desrespeito de Bolsonaro aos direitos das minorias. São falas que refletem a agenda neoconservadora representada naquele momento político pelo bolsonarismo. Diante do exposto, vemos que essas meninas absorveram e articularam suas interpretações daquele embate eleitoral de forma mais alinhada e menos resistente à valores instrumentalizados que falaram mais alto que qualquer solidariedade com a própria classe ou com a própria identidade. Aqui também as articulações se deram principalmente em volta da honestidade e do respeito, sendo a honestidade como oposição aos bandidos e corruptos, como no outro grupo, mas sem traços de solidariedade.

Além disso, honestidade nesse grupo significou um pouco mais que reclamar virtudes que acreditam faltar nos outros, apareceu também como suficiente para a relativização ou justificativa de arbítrios, o que se expressa em falas como: “acusam Bolsonaro de várias coisas, porque não podem dizer que ele é corrupto” (“11F”); “acho Bolsonaro muito conservador, mas pelo menos impõe respeito e o certo (“4F”); “Na decisão entre Bolsonaro e o PT a gente pode investigar, eu prefiro tirar o PT” (“28F”).

Desse modo, a “honestidade” de Bolsonaro e desse grupo que se distingue do ilícito e do desonesto, aparece com clareza como mais importante que a dignidade de vários grupos sociais. Pois, não importa se vai ser um machista, racista, homofóbico, etc. que vai governar um país com histórico de desrespeito e a hierarquização das identidades diversas, como o Brasil: o que interessa é que “ele não é corrupto, nem é o PT, é honesto”. O respeito nesse grupo não

tem flexibilidade de significado ou sentido, em todos os quadros aparece como algo restrito apenas como um merecimento de quem não contesta a ordem e os valores estabelecidos.

Quadro 5c: Percepção do grupo dos demais entrevistados do sexo masculino sobre racismo, machismos, homofobia, feminismo e aborto

ID/Sexo	O que você pensa sobre o racismo e sobre declarações de Bolsonaro consideradas racistas?	O que você acha sobre o feminismo? E sobre as declarações de Bolsonaro interpretadas como machistas? Qual a sua opinião sobre o aborto?	O que você pensa sobre a homossexualidade? E sobre as declarações de Bolsonaro interpretadas como homofóbicas?
Tipo 3			
01/M	Eu acho que ele não é, tem muito sensacionalismo em cima do que ele fala.	Acho que que cada um, mulheres e homens devem se respeitar, sem hierarquia, ele não é machista, só fica nervoso às vezes. O aborto, eu acho que se você não quer um filho, não deveria fazer um, tirar é tirar uma vida.	Eu respeito a decisão de cada um, acho que ele é duro sobre isso, porque defende os valores da família, mas não acho que seja homofóbico.
05/M	Ele está errado nisso aí.	A mulher nunca vai conseguir fazer algumas coisas que o homem faz, besteira isso da mulher querer ser melhor que o homem. Ela não consegue pegar os mesmos pesos, nem quer ir para o exército. Se ele foi machista, ele está errado. O aborto é errado, a criança é inocente não tem culpa de nada.	Acho ele um pouco homofóbico e meio para a ditadura, mas tudo tem o seu lado bom e o seu lado ruim.
06/M	Eu não concordo, acho que ele não é racista, tem amigo negro.	No caso daquele vídeo com a deputada, ele respondeu na hora do impulso, que não acho que ele seja machista e acho que tem que ter respeito entre homens e mulheres. O aborto é muito errado, Deus é quem pode tirar a vida.	Eu sou conservador na política, porque na questão da homossexualidade cada um faz o que quiser, não tenho preconceito, inclusive tenho amigos gays, amigas lésbicas é tudo tranquilo.
07/M	É como eu disse, vai ter área que ele erra mesmo, ele disse que não queria ver filha dele namorando com um negro, que vai dar exemplo pra filha dele, essas coisas.	Acho que ele erra em algumas coisas, mas mulher e homem são diferentes e um não tem que quer ser igual ou melhor que o outro. Eu sou pró vida, aborto é crime tirar a vida de uma criança inocente.	Como eu disse, ele erra na área da economia, erra na área contra os gays, na entrevista que ele disse que se encontrasse um casal de gays bateria. Acho isso errado, mas acho certo que Deus criou o homem e a mulher.
09/M	Discordo dele, acho errado ele falar essas coisas.	Nunca vi ele sendo machista, acho que a mulher tem que agir como mulher de verdade, que se dá o respeito. O aborto é matar, tirar uma vida.	Eu não tenha nada contra ninguém, a vida é da pessoa e ela faz o que quiser, o que a gente tem que fazer é só amar as pessoas.
12/M	Não vejo que ele é racista, até porque o melhor amigo dele é negro, então, não tem como o cara ser racista e ter um amigo do lado dele negro.	Eu acho que foi tirado do contexto, porque, primeiro naquele fato em que ele disse que ela não merecia ser estuprada eu acho que foi porque ela o provocou muito, tem gente que se estressa muito fácil e foi meio que no impulso. O aborto é um crime contra vida.	Nunca vi ele dizendo que era homofóbico e tem coisas que ele diz que geram esse pensamento que ele seja homofóbico, mas também vejo ele com muitos gays e lésbicas e não sei como o cara pode ser homofóbico e consegue conviver no mesmo local.
13/M	Ele tem amigo negro, como pode ser racista?	Acho que as mulheres e homens não devem competir para ver quem é melhor ou pior, são diferentes, a mulher nunca vai ser capaz de fazer tudo o que o homem faz. E ele não é machista, aquele caso com a Deputada, ele foi provocado, estava nervoso. Eu sou cristão, pró vida, acho que o aborto é um crime, um pecado tirar uma vida inocente que nem pediu para ser feito.	Eu não concordo, ele não é, porque ele tem vários amigos, tem gays, tem negros, e pelo fato de uma pessoa que é homofóbica odiar os gays. Não, eu acho que não é assim. Essa não seria a minha conduta, não tenho um posicionamento sobre isso.
15/M	Já viu o melhor amigo dele? É negro.	Se ele fosse machista não deixava a mulher dele aparecer nos programas. Acho que se a pessoa faz a criança tem que assumir as consequências, abortar é tirar uma vida inocente.	Cada um tem que escolher o que quer sem influência de ninguém e também não precisa desrespeitar quem não aceita.
16/M	Acho que é exagero, ele não é nada disso, é que não podem dizer que ele rouba, aí ficam inventando essas coisas.	Se ele fosse machista a esposa dele sofreria muito, não sofreria? O aborto, bom, eu sou evangélico, para mim a vida é uma coisa sagrada, por isso eu não tenho como achar que o aborto não é uma coisa errada, um pecado.	Acho que homem é homem e mulher é mulher, um foi feito para o outro, mas acho errado agredir, é só eles respeitarem que não terão problemas. Bolsonaro tem seguidores gays e não tem problemas com eles.
17/M	As pessoas dizem que ele é racista, mas ele tem um negro que auxilia ele nos discursos dele.	Mulher e homem não são iguais e mulher nunca vai ser superior, acho que no caso de falarem que ele é machista, porque da deputada lá, ela provocou ele.	Jesus criou o homem e a mulher, criou o homem para ficar com mulher e a mulher para ficar com homem, não o inverso, para mim é isso, não concordo com pessoas do mesmo sexo se casando. Os que já existem e são gays deixa

		Fez filho, tem que assumir a responsabilidade.	do jeito que está, agora é conscientizar, mas ideia do homofóbico não é essa, é matar e sobre isso pode matar, não vai fazer falta não. Jesus não concordaria com isso, mas para mim é isso, eu não simpatizo.
18/M	Isso é mentira, eu vi muitos vídeos no YouTube ele dizendo que era mal entendido e que nunca falou isso, que não tem nenhum preconceito com nenhuma classe social.	Se ele fosse machista não era casado com uma mulher. Errado, não quer ter filho, não faz, aí não precisa tirar uma vida.	É mentira, nunca vi ele dizendo isso em lugar nenhum. E gay tem de respeitar a sociedade.
19/M	Só convivendo com ele para saber se ele realmente é, eu acredito que não.	Isso daí ninguém pode afirmar nada, só quem sabe disso aí é quem convive com ele. O aborto é um erro contra a vida, se não é para ter filho não faz.	Cada um faz que quer, mas tem que respeitar os outros também.
21/M	Faz parte das mitadas dele, mas ele não é racista não, já viu o Hélio Negão?	Ele tem essas mitadas, mas para mostrar que não vai deixar de ser autêntico para agradar. As mulheres hoje querem ser melhores que os homens, não tem para que isso. Errado, tirar a vida de uma criança inocente é um crime.	Eu respeito, já tive vontade de bater como ele diz, mas são dois homens e eu posso apanhar, mulher com mulher já achei legal, mas é errado e tem a lei Maria da Penha.
22/M	Acho que se pudesse chamar ele de corrupto, não inventariam que ele é racista, o cara anda com um negro pra cima e pra baixo.	Acho mimimi, quer tratamento especial, não tem necessidade disso, o no caso que aparece na campanha, a deputada que provocou. Se soube fazer filho, tem que saber criar também. A criança não tem nada a ver.	Não dando em cima de mim, pode ser o que quiser, só tem que respeitar, ninguém é obrigado a ver dois macho se agarrando, aí quando desrespeita merece mesmo uma surra.
24/M	Acho exagero, porque eu vejo ele com negros direto.	A mulher tem o lugar dela e o homem o dele, não deve querer trocar, acho que Bolsonaro tem razão quando defende os ideais da família. Errado o aborto, porque é matar uma criança que não pediu pra existir	Deus não criou o homossexual, eu apoio Bolsonaro porque ele fala sem mimimi, a verdade.
25/M	Eu vejo nos vídeos ele sempre com o amigo negro, se fosse racista não tinha amigo negro.	Acho que tem que haver respeito, as feministas não respeitam nada. Eu acho o aborto inaceitável, o bebê é uma vida inocente.	Os gays têm que ser respeitados, mas também respeitar Deus e a família, quando eles desrespeitam pedem pra ser desrespeitados.
26/M	Ele está mudando.	Tem muito exagero em cima das coisas que ele fala, mas ele é bem preconceituoso também, só que está mudando, ele respeita quem não pensa igual a ele, mas não é obrigado a ser diferente do que acredita para agradar os outros Acho que não é uma coisa boa você tirar a vida de um bebê inocente por um erro que não foi dele	acho que ele é preconceituoso, mas está mudando e respeita, diferente de alguns que querem empurrar o que pensam de todo jeito para todo mundo.
27/M	Isso acho que ele não é, ele tem amigo negro.	Ele fala muita besteira, por isso desisti dele no segundo turno. Eu não tenho uma ideia sobre aborto, mas acho errado, a criança não tem culpa.	Ele é muito preconceituoso.
29/M	Acho que ele fala muita bobagem, mas não é racista.	Ele é machista, mas é o jeito dele, muita gente concorda com ele, eu não, mas o importante é que a política precisa mudar. Eu não sou contra o aborto, já vi uma amiga engravidar sem condição nenhuma de ter, foi muito ruim pra ela, mas se tivesse nascido estava os dois passando fome.	Eu respeito os gays, ele é homofóbico, mas eu não tenho nada contra.
30/M	Isso eu acho que é errado se ele realmente for, tem que respeitar, mas nunca vi nada que provasse que ele é racista, ele até tem amigo negro.	Eu acho que o feminismo deveria respeitar mais, se respeitasse não eram tratadas com machismo, porque eu já vi que elas tiram roupas dentro de igreja, isso é absurdo. Eu acho que se a pessoa não quer ter filhos se previne, agora se não tem responsabilidade e engravida então deve arcar com as consequências. Hoje em dia só engravida quem quer.	Eu não tenho preconceito contra gay, mas eles têm que respeitar, não quero um gay me cantando, acho que quando eles desrespeitam abrem espaço para homofobia, não tem que querer casar na igreja também, precisa respeitar a religião.
31/M	Eu não sou racista, acho que ele também não é. Racista é quem não gosta de negro, eu tenho amigos negros, ele também, todo mundo tem.	Nada contra o feminismo, mas o feminismo ataca muito a religião e ele quer abolir isso. Tipo, a mulher vai ter seus direitos tudo igual ao homem, só que o feminismo vai deixar de existir no Brasil e a igreja não vai ser mais atacada. Errado o aborto, eu sou a favor da vida, o bebê não tem culpa de nada.	Tem que respeitar a igreja, é como as feministas, querem que a igreja aceite seus ataques. Aí quando as pessoas respondem são chamadas de homofóbicas.

32/M	Não vi o que ele falou, não sei se é racista, mas não concordo com o racismo.	Eu acho ele machista, e acho que as mulheres devem ter direitos iguais. Aborto... aí eu não concordo, porque hoje engravida quem quer, e engravidar para depois tirar é muita ruindade com o bebê	Ele é homofóbico, é um dos problemas dele.
------	---	---	--

Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Esse quadro reúne as percepções dos entrevistados do sexo masculino que optaram por Bolsonaro. As falas nos mostram como eles compreendem os grupos políticos marginalizados e a forma como o presidente lida com esses grupos. É possível perceber, que assim como no grupo das meninas bolsonaristas da análise anterior, eles enxergam a questão do aborto, colocando a responsabilidade e consequências da gravidez indesejada apenas sobre a mulher, submetendo a saúde reprodutiva aos valores religiosos. Pondo a vida do feto acima da vida da mulher, por se tratar de “um inocente”, sendo essa a vida que tem valor, pois não se trata de um criminoso, um culpado, um bandido, um desonesto, os quais eles também não demonstram nenhuma solidariedade. Com exceção do “29M”, todos os outros encaram a questão da forma descrita, como pode ser conferido no quadro.

Além disso, como também apareceu entre as meninas bolsonaristas, alguns dos entrevistados desse grupo tendem a negar o racismo, machismo e homofobia do presidente, justificando que ele não é nada disso porque tem amigos gays, negros, é casado com uma mulher: “Eu não sou racista, acho que ele também não é. Racista é quem não gosta de negro, eu tenho amigos negros, ele também, todo mundo tem” (“31M”); “Se ele fosse machista não era casado com uma mulher” (“18M”); “vejo ele com muitos gays e lésbicas e não sei como o cara pode ser homofóbico e consegue conviver no mesmo local” (“12M”); “No caso daquele vídeo com a deputada, ele respondeu na hora do impulso, que não acho que ele seja machista e acho que tem que ter respeito entre homens e mulheres” (“6M”).

Esses pesquisados compreendem que conviver ou interagir aparentemente de forma pacífica com algumas mulheres, negros e gays significa respeito aos direitos e a dignidade dessas categorias. Compreendem isso como uma prova ou como sendo suficiente para atestar tolerância e para minimizar crimes de injúrias e preconceitos contra a identidade dessas pessoas. A forma como esses entrevistados articulam o sentido do respeito ajuda a compreender essa justificativa, pois como temos visto desde dos outros dados, para eles respeito significa se submeter sem contestar a ordem social e de valores estabelecida e se estende apenas a quem se submete.

Desse modo, se alguém que possui uma identidade ou uma condição socialmente marginalizada se adequar aos valores que a inferiorizam e negam sua dignidade e seus direitos,

então sim, essa pessoa merece respeito, porque “não fica de “mimimi”, nem quer tratamento especial” (“22M”). Uma vez que não reclama por reconhecimento, igualdade ou justiça social – coisas que demandam mudanças nas estruturas e privilégios – ao invés disso apenas se submete, incorpora e não se ofendendo diante de valores que subjugam sua cidadania. Algo que fica mais claro nas seguintes falas:

“Gay tem de respeitar a sociedade” (“18M”).

“Acho que homem é homem e mulher é mulher, um foi feito para o outro, mas acho errado agredir, é só eles respeitarem que não terão problemas. Bolsonaro tem seguidores gays e não tem problemas com eles” (“16M”).

“Cada um faz o que quer, mas tem que respeitar os outros também” (“19M”).

“Eu não tenho preconceito contra gay, mas eles têm que respeitar, não quero um gay me cantando, acho que quando eles desrespeitam abrem espaço para homofobia, não tem que querer casar na igreja também, precisa respeitar a religião” (“30M”).

“A mulher tem o lugar dela e o homem o dele, não deve querer trocar, acho que Bolsonaro tem razão quando defende os ideais da família” (“24M”).

“Nunca vi ele sendo machista, acho que a mulher tem que agir como mulher de verdade, que se dá o respeito” (“9M”).

Ele tem essas mitadas, mas para mostrar que não vai deixar de ser autêntico para agradar. As mulheres hoje querem ser melhores que os homens, não tem para que isso (“21M”).

“Acho que tem que haver respeito, as feministas não respeitam nada” (“25M”).

“Ele é bem preconceituoso também, só que está mudando, ele respeita quem não pensa igual a ele, mas não é obrigado a ser diferente do que acredita para agradar os outros” (“26M”).

“Nada contra o feminismo, mas o feminismo ataca muito a religião e ele quer abolir isso. Tipo, a mulher vai ter seus direitos tudo igual ao homem, só que o feminismo vai deixar de existir no Brasil e a igreja não vai ser mais atacada” (“31M”).

O sentido dessas falas é que as pessoas que não aceitam ter suas identidades inferiorizadas é que desrespeitam quem não reconhece sua dignidade. Quem não se submete aos valores religiosos – consequentemente aos valores que negam sua existência ou suas condições de igualdade – é quem não respeita e por isso não merece ser respeitado. Essa forma de articular o respeito ajuda a explicar porque eles não enxergam violações nas falas de Bolsonaro, por partilhar do mesmo sentido em que o respeito é empregado por ele: se estende apenas a negros, mulheres, gays ou qualquer outra minoria ou pessoa que se deixe subjugado sem contentamentos à ordem estabelecida.

Isso nos lembra as explicações de Theodor Adorno (2015) em diálogo com as teorias freudianas, sobre as pessoas e líderes autoritários sentirem necessidade de construir ou manter diferenciações hierárquicas, pois, segundo o autor, as estruturas hierárquicas estão em harmonia com a tendência antidemocrática de “pisar nos debaixo”, o que se manifesta nessas formas de perseguição às minorias. Para Adorno, existe uma distinção disseminada e rígida entre os

autoritários que define quem e o que é amado por eles e quem e o que é rejeitado ou tem que ser mantido fora de seus grupos. Sendo esse um modo de agir e pensar intrínsecos a cultura ocidental:

A dicotomia entre *in-group* e *out-group* é de uma natureza tão profundamente enraizada que afeta mesmo aqueles grupos cujas “idéias” aparentemente excluem tais reações. Já em 1921 ele (Freud) foi, por isso, capaz de se livrar da ilusão liberal de que o progresso da civilização provocaria automaticamente um aumento da tolerância e uma diminuição da violência contra os *out-groups* (ADORNO, 2015, p. 174).

Assim, a identificação e coesão entre os autoritários exige a intolerância com os que não fazem parte de seu grupo, com aqueles que não partilham das mesmas crenças, valores e enxergam o mundo da mesma forma que eles. Como exemplo disso, Adorno cita as religiões ocidentais que orientam a moralidade tradicional e explica que embora a religião, como o cristianismo, pregue amor, também prega o tratamento duro e desamoroso a quem não pertence a ela, pois “fundamentalmente, de fato, toda religião é do mesmo modo uma religião de amor para todos aqueles a quem abraça; enquanto são naturais a toda religião a crueldade e a intolerância em relação àqueles que não pertencem a ela” (*Ibidem*). Desse modo, se tolera quem partilha dos mesmos valores e se reage violentamente contra o que pode desmascará-los, por isso enxergam a contestação da ordem de valores estabelecidos como destruição da “família”, e como “desrespeito”.

Além disso, o líder autoritário faz uso de um “truque da unidade”, que segundo Adorno, significa enfatizar as diferenças dos seus semelhantes, do *in-group*, em relação a quem está fora do grupo, aos “outros”, enquanto entre si, no interior do grupo de pessoas que compartilham dos mesmos valores, minimizam as particularidades e nivelam qualidades distintas, menos as hierárquicas, o que se cristaliza na ideia de que “estamos todos no mesmo barco”:

Ninguém deveria ser melhor; o esnobe, o intelectual, o hedonista, são sempre atacados. Como fator subjacente, o igualitarismo malicioso, a fraternidade da humilhação geral, é um componente da propaganda fascista e fascista ele próprio. Esse igualitarismo encontrou seu símbolo na notória ordem de Hitler para o *Eintopfgericht*. Quanto menos desejam que a estrutura social inerente mude, mais tagarelam sobre justiça social, querendo dizer que nenhum membro da “comunidade do povo” deve se permitir prazeres individuais (ADORNO, 2015, p. 178).

Adorno entende isso como um “igualitarismo repressivo”, que não tem compromisso algum em realizar de fato uma igualdade por meio da aniquilação da repressão. Ao invés disso, busca-se aniquilar o que é diferente: “Nada contra o feminismo, mas o feminismo ataca muito a religião e ele (Bolsonaro) quer abolir isso” (“31M”). Desse modo se alimenta a ideia de que ninguém deve pretender se colocar à frente dos outros e que todos devem ter o mesmo e ser o mesmo. Por isso também a ideia de justiça social incomoda antidemocráticos, porque, conforme Adorno, a compreendem com o sentido de negar a si mesmo várias coisas, como por exemplo,

expressar preconceitos que travam o reconhecimento da dignidade dos outros sem ser contestado: “(Bolsonaro) não é obrigado a ser diferente do que acredita para agradar os outros” (“26M”).

Questões similares tenham aparecido no grupo das meninas que se identificaram mais com os aspectos do bolsonarismo, embora aqui elas sejam colocadas de forma mais recorrente e mais explícita. Outra coisa que também apareceu nas falas das meninas e se repete aqui é que quando os entrevistados reconhecem algum problema em relação a essas falas de Bolsonaro, minimizam: Acho ele um pouco homofóbico e meio para a ditadura, mas tudo tem o seu lado bom e o seu lado ruim (“05M”); “Como eu disse, ele erra na área da economia, erra na área contra os gays, na entrevista que ele disse que se encontrasse um casal de gays bateria. Acho isso errado, mas acho certo que Deus criou o homem e a mulher” (“7M”); “Eu acho ele machista, e acho que as mulheres devem ter direitos iguais [...] ele é homofóbico, é um dos problemas dele” (“32M”); Ele é machista, mas é o jeito dele, muita gente concorda com ele, eu não, mas o importante é que a política precisa mudar (“29M”). Falas que demonstram o mesmo tipo de concessões e relativismo presente em quadros anteriores: não importa se ele não respeita ou reconhece a dignidade e os direitos de várias pessoas, o que interessa é que “ele é honesto”, “ele é correto”, “ele é novo”, “ele não é o PT”, “a política tem que mudar”.

Essas concessões ou apoio explícito à violência podem ser compreendidas através dos dois Adornos: Theodor Adorno (2015; 2020) esclarece que as pessoas se identificam com líderes autoritários porque têm uma psicologia semelhante à dele e enxergam nele a possibilidade de ter os seus próprios desejos e mentalidades explicitadas em espaços e de uma maneira que elas mesmas não conseguiriam fazer, seja por inibição, seja por falta de oportunidade. As pessoas querem se submeter a autoridade do líder a qual se identificam, além de querer elas mesmas ser a autoridade. Já Sérgio Adorno (2015) nos lembra que numa sociedade em que a violência faz parte da sua experiência cotidiana, onde a redemocratização não conseguiu combater às estruturas de desiguais e hierarquias, não se consegue êxito em promover uma convivência democrática que permita o respeito às diversidades, ou seja, que permita um extrato de solidariedade com aquele que têm características grupais que são desprivilegiadas socialmente.

O Brasil nunca rompeu de fato com seus laços autoritários em seu processo de modernização, o que permite que em momentos de conflitos exacerbados haja: “um sentimento de que a sociedade funciona mal, porque ela é muito heterogênea. E que, portanto, se ela fosse mais homogênea, se as pessoas pensassem, vamos dizer, “todos como eu penso”, talvez a sociedade fosse diferente.” (ADORNO, 2015, p. 96). No cerne da intolerância abriga-se a ideia

de que “você reivindica o seu modo de pensamento como o modo certo de viver, o modo certo de a sociedade funcionar, sem respeitar outras possibilidades, outros modos de ser” (*Ibidem*). Assim, a intolerância vai se alimentando do sentimento de que as diferenças são um obstáculo, que podem até ser suportadas, desde que não contestem as hierarquias, pois quem está em cima (socialmente privilegiado) manda (ou pisa) e quem está embaixo (em posições inferiorizadas) tem que obedecer e aceitar ser pisado. Desse modo, torna-se cada vez mais difícil sustentar as instituições democráticas de uma sociedade com essas características.

Com exposto, vimos que as interpretações da política aqui também foram articuladas em torno da honestidade e do respeito e que o sentido dado a esses valores é o mesmo que aparece nas falas das meninas bolsonaristas: honestidade é a forma de marcar posição contrária aos delinquentes, bandidos e corruptos; uma forma de distinção, que nesse caso aqui, não permite solidariedade para quem julgam não possuir as virtudes que reclamam para si. Nesse grupo honestidade também significou uma justificativa para se tolerar violações de direitos fundamentais, já que votar em um machista, homofóbico, racista, que defende abertamente regimes repressivos e a retirada de direitos de suas próprias classes é minimizado porque “ele não é corrupto”. O respeito também apareceu no sentido de ser restrito apenas para quem não contesta à ordem estabelecida, para o resto, sobra o rigor das leis e a vingança.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou compreender a constituição dos valores de um grupo de jovens de uma escola pública paraibana em tempos de bolsonarismo. A ideia foi compreender essa incorporação dos valores do bolsonarismo tendo como pano de fundo a discussão sobre a ascensão de uma nova direita. Com a crise financeira de 2008, tem se fortalecido socialmente e institucionalmente nas democracias liberais pelo mundo uma agenda neoliberal e neoconservadora radicalizada: que demanda um Estado autoritário, moralista, repressivo e desobrigado das proteções sociais.

Alguns teóricos do neoliberalismo (FRASER, 2017; BROWN, 2019; DARDOT; LAVAL, 2019) têm relacionado essa emergência da nova direita às próprias demandas desse sistema socioeconômico, que vem sendo compreendido para além de um modelo econômico, mas como uma razão que perpassa toda a experiência humana, desenha subjetividades e impõe um quadro valores incompatíveis com princípios democráticos e justiça social. Sabemos que o autoritarismo não é um elemento novo na experiência social regulada por modelos de acumulação infinita e desigual de recursos e riqueza. Como afirma Adorno (2015), se trata de um processo moderno que está entranhado na lógica social do capital. Tentamos refletir sobre o neoliberalismo em diálogo com a fundamentação da personalidade autoritária como forma de apreender os valores contemporâneos que estão relacionados a uma lógica de justificação do capital.

A partir do exposto, buscamos compreender os reflexos desse processo na experiência política brasileira, trazendo um enquadramento histórico de como essa instrumentalização de valores para criação de consensos sobre o neoliberalismo foi interpretada no debate sobre a inserção de brasileiros no mercado de trabalho formal, no acesso à renda e ao consumo. Debate que girou em torno da disputa interpretativa sobre a formação de uma nova classe média ou de uma nova classe trabalhadora nos moldes de precarização e desorganização do trabalho. A tentativa de compreender as transformações socioeconômicas do país provocadas pela mudança do padrão de consumo e renda dos mais pobres, resultou, entre outras coisas, na reflexão sobre os mais pobres e a incorporação do quadro de valores do neoliberalismo.

Partindo desses debates mais amplos sobre a produção de valores neoliberais, buscou-se desenvolver uma análise microssociológica, em diálogo com Sayer (2005a; 2005b) e Lamont (2000), para compreender como jovens das classes populares de uma escola pública da Paraíba interpretaram os impactos dos processos de transformações socioeconômicas em suas experiências. Tentamos apreender como eram articuladas as interpretações sobre os problemas

e os valores no Brasil no momento de disputa eleitoral para presidente de 2018, quando a agenda neoconservadora assumiu preponderância nas narrativas sobre os rumos do país.

Nesse contexto, nos empenhamos em compreender o cotidiano da relação entre valores e poder, valores e interesses de classe, através de uma microsociologia da moral. Nos propomos a perceber como os jovens estudantes da escola pública, filhos de batalhadores, estão incorporando valores da gramática moral neoconservadora, que fortalece e justifica a nova ordem do capital. Escolhemos estudantes de uma escola pública do centro de João Pessoa, que atende um público das diversas regiões da cidade. Naquele momento, essa escola passava por uma reestruturação curricular e física baseada em um modelo de gestão empresarial.

Durante a experiência na escola, que se deu por observações e entrevistas, percebemos que os nossos entrevistados elencavam como principais preocupações: o problema da corrupção na política, a segurança pública e a violência urbana e a “falta de valores e respeito”. Esses eram os elementos centrais que organizavam as suas percepções sobre o Brasil. Constatamos que os nossos pesquisados enxergam essas questões como problemas de ordem moral, vividos a partir de uma lógica que, para eles, demandam soluções no campo dos valores individuais e do engajamento a esses valores.

Com o exposto, identificamos que quando os pesquisados discutem suas percepções sobre corrupção, enquadram essa questão como uma distinção entre quem é honesto e respeita a ética e as leis, e quem julgam não possuir virtudes: os desonestos, bandidos, corruptos. Se trata de um enquadramento a partir dos valores socialmente valorizados “respeito” e “honestidade”, importantes panos de fundo em que foram apresentados no debate público a partir da moralidade das classes dominantes e seu conjunto de regras morais com fins específicos, reportada como regra para todos ou interesse comum a todos.

Esses dois valores organizam um complexo de outros valores essenciais da agenda neoconservadora que tem o papel importante de obscurecer do debate e disputa política as hierarquias estruturais necessárias e aprofundadas pelo neoliberalismo-agenda defendida pelo bolsonarismo. Com isso, percebemos que as questões da corrupção e da segurança pública buscam ser resolvidas com sentidos de respeito e honestidade.

Uma vez que honestidade e respeito são os valores principais da gramática moral desses estudantes, o tema corrupção é o que mais tem apelo entre eles pela própria natureza da corrupção como um conjunto de ações que se opõe à honestidade e o respeito. Pois, nesse caso, esses valores permeiam as falas de todos no sentido de respeito as regras morais estabelecidas, que reclamam determinadas virtudes para si e assim atestam a honestidade de quem marcar oposição aos despossuídos dessas virtudes: os “outros”, “corruptos”, “bandidos”, “desonestos”;

os “indignos”. Desse modo, mesmo informados sobre as possibilidades de perdas de direitos, para se manterem fieis aos seus ideais de respeito e honestidade a maioria preferiu esse projeto novo. Observamos que, em relação ao problema corrupção, todos os entrevistados se engajaram na mensagem antipolítica intrínseca à forma em que o debate sobre a corrupção se deu no Brasil: levando as pessoas a acreditarem que a solução não viria da própria disputa política, teriam que ser morais e de mercado. Desse modo, tanto os que justificaram suas escolhas pela “mudança”, quanto os que justificaram que – mesmo consciente de que muitas coisas poderiam piorar sob uma gestão bolsonarista – um partido “tão corrupto quanto o PT” não era uma opção, apresentaram a mensagem antipolítica como central na orientação de suas ações políticas, expressas ou na escolha da “novidade”, *do anti-establishment*, ou na escolha pela abstenção.

No entanto, um grupo particular dentre os entrevistados se destacou no processo da análise dos dados por, em alguns momentos, demonstrar rejeição a alguns sentidos específicos de “respeito” e “honestidade” que compõem a reelaboração da gramática moral neoconservadora de justificação do neoliberalismo. Assim, quando se tratava de questões que mobilizavam os valores neoconservadores para o centro do debate político, esse grupo específico, que chamamos de “resistentes”, demonstraram não incorporar aspectos essenciais desses valores que, como já discutimos, têm sido instrumentalizados para obscurecer e/ou substituir as noções de bem comum e justiça social nas interpretações políticas-através de uma liberdade individual centrada na moralidade e no mercado e dissociada de preocupações sociais.

Desse modo, percebemos que, em determinados temas, os “resistentes” mostravam se distanciar dos demais entrevistados em suas percepções dos valores da política. Principalmente, pelo sentido que eles articulavam ao valor respeito que muitas vezes apareceu em suas falas: como um direito e um merecimento de todos, não restrito à ordem dos valores e do modo de vida tradicional ou estabelecido, como articulavam os demais pesquisados. Enquanto o valor respeito os distanciavam dos outros, o sentido dado ao valor honestidade os aproximavam, articulado por todos como uma oposição ou distinção em relação aos “outros”: “corruptos”, “bandidos”, “desonestos”, “indignos” e não “virtuosos”.

No entanto, percebemos que mesmo colocando a honestidade sempre na forma de marcar oposição aos “outros”, na forma de uma *fronteira* ou *distinção moral*, quando se tratou do segundo grande problema brasileiro elencado pelos entrevistados – a segurança pública – as meninas do grupo “resistente” demonstraram traços de solidariedade e respeito aos direitos fundamentais dos “bandidos”, algo que os estudiosos da moralidade dos mais pobres (LAMONT, 2000; SAYER, 2005a, 2005b; SOUZA, 2010; 2012) e os estudiosos das violências no Brasil (ADORNO; PASINATO, 2010; ADORNO, 2015; LIMA 2019), explicam que tende

a se perder no processo de dessensibilização ou desumanização do “outro” provocado pela distinção.

No entanto, os meninos “resistentes”, acompanharam os demais entrevistados no emprego do valor honestidade como uma distinção que desumaniza o “outro” e justifica a violação de direitos fundamentais. Isso também restringiu o sentido como vinham empregando o “respeito”, pois, no caso das pessoas que cometem crimes contra a vida ou a propriedade, os meninos “resistentes” também articulam respeito de forma restrita aos direitos fundamentais dos “bandidos”, ou seja, para eles, “bandidos” não merecem o respeito de seus direitos fundamentais. Um processo de desumanização do outro que elege o direito à vida dos “honestos”, como o direito à vida que importa e que deve ser respeitado.

Quando se trata do terceiro maior problema do Brasil, a “falta de respeito e valores”, ao abordar o tema sobre os direitos reprodutivos das mulheres – pauta central da agenda neoconservadora para obscurecer ou tirar as estruturas sociais hierárquicas do foco do debate político – os meninos e meninas “resistentes” tendem a inverter a forma como articularam os sentidos de respeito e honestidade em torno da segurança pública: elas, com a exceção de uma, restringem o respeito aos direitos fundamentais das mulheres de ter sua saúde reprodutiva tratada como uma questão de saúde pública. A solução aqui deve ser moral, subjugada aos valores religiosos tradicionais. O que as aproxima da forma a qual os demais entrevistados articulam o “respeito”: se deve apenas aos direitos fundamentais daqueles que se submetem à ordem dos valores dominantes.

Nesse caso, o direito e a vida que importam é o do feto, a solidariedade delas é com o “bebê inocente que não tem culpa de nada” e não com as mulheres que se submetem a procedimentos inseguros ou uma vida de mais vulnerabilidade devido a uma gestação não desejada. Assim, o direito que importa, a vida que importa e que deve ser respeitada é do “inocente”. Então, sobre esse tema, os sentidos de respeito e honestidade articulados pelas meninas do grupo resistente às aproximam dos demais entrevistados. Já os meninos resistentes, com a exceção de um deles, demonstram ponderação e solidariedade em relação às mulheres, não ao feto.

Esse grupo de “resistentes” demonstrou, em alguns momentos, traços de solidariedade, de respeito aos Direitos Humanos, de preocupação com o coletivo, denotando uma abertura democrática que não corresponde ao processo de desdemocratização que os modelos teóricos do neoliberalismo têm discutido como consequência dessa razão que se fortalece como razão do mundo. Já os demais entrevistados mostraram incorporar a maior parte da agenda bolsonarista: desprezo aos Direitos Humanos, reação à cidadania e direitos dos grupos

marginalizados, defesa de políticas que retiram direitos dos trabalhadores etc. empregaram os sentidos de honestidade e respeito de maneira mais constante diante dos diferentes temas abordados nas entrevistas. Eles demonstraram como a união entre os valores neoconservadores e neoliberais foi incorporada sem grandes traços de resistência, sendo essenciais para orientar suas escolhas políticas naquele momento.

No caso desses entrevistados, honestidade significava também distinção e oposição ao “outro”, mas sem traços de solidariedade, além de servir como um meio de relativização, tolerância ou justificativa para violação dos direitos fundamentais de todos que não se submetiam a ordem de valores estabelecida. Respeito, para eles, se deve apenas a quem não ousa contestar os valores, privilégios e as hierarquias que lhes subjugam. Assim, a pesquisa nos possibilitou compreender como, em tempos de bolsonarismo, um grupo particular mobiliza os sentidos de “respeito” e “honestidade”, para refletir como a vida deve ser. Não há a pretensão de generalizar essa lógica de valores para todas as camadas populares no Brasil, mas destaca-se a importância do estudo para a sociologia da moral no país, ao indicar caminhos para a pesquisa sobre os elementos centrais da gramática moral das classes e das classes populares. Nesse sentido, essa tese pode ajudar a pensar sobre como as lógicas de respeito e honestidade que têm sido mobilizados para a continuidade dos processos de exclusão no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ADORNO S.; PASINATO W. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. **Dilemas**, v. 3, n. 7, 2010.
- ADORNO, Theodor W. Antissemitismo e propaganda fascista. *In*: ADORNO, Theodor. W. **Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise**. São Paulo: UNESP, 2015a. p. 127-135.
- _____. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- _____. **Minima moralia**. Reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática. 1993.
- _____. Teoria Freudiana e o padrão da propaganda fascista. *In*: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise**. São Paulo: UNESP, 2015b. p. 127-135.
- ADORNO, Theodor. W.; HORKHEIMER, Max (orgs.). **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ALMEIDA, Ronaldo de; MONTEIRO, Paula. Trânsito religioso no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 92-101, jul. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/ccq85SjmLJjtY7WcPynRJcs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Deus acima de todos. *In*: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O Ódio como Política**: a reinvenção da direita no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- AMENDOLA, Gilberto; REZENDE, Constança; STRAZZER, Filipe. Mourão diz que décimo terceiro salário é “jabuticaba”: “como arrecadar 12 (meses) e pagar 13?”. **O Estado de São Paulo**. 27 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,mourao-diz-que-13-salario-e-jabuticaba-como-arrecadar-12-meses-e-pagar-13,70002521921>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Ana Olívia Costa de. **"Contra tudo isto que está aí"**: moralismo e política nas manifestações “Fora Dilma” em João Pessoa. 1. ed. João Pessoa: Editora Xeroca, 2017.
- ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. *In*: _____. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 353-460.
- AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. Brasília: CEPAL; IPEA, 2011. 40 p. (Texto para discussão, n. 32).
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. *In*: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (orgs.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo, Boitempo, 2016.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRAGON, Ranier. Bolsonaro defendeu esterilização de pobres para combater miséria e crime em discursos e projetos no passado, presidencialável pediu ações para reduzir o número de filhos. **Folha de S. Paulo**, 11 jun. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRITO, Simone Magalhães. “Menos política, mais eficiência”: uma análise sociológica das práticas de auditoria e produção de sentidos morais no campo burocrático. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 07, n. 15, jan-abr/2019.

BRITO, Simone Magalhães. Para Além da Técnica: experiência moral e combate à corrupção em processos de auditoria pública. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, n. 46, 2017.

BRITO, Simone M. VIDA FALSA: Adorno e a experiência moderna sob o ponto de vista da moral. **Política & Trabalho**, [s. l.], v. 26, p. 57-83, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6768>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRITO, Simone Magalhães. Traçando os limites da Sociologia da Moralidade: uma perspectiva adorniana. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 1, n. 17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235234/28257>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BROWN, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6. 2006.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CABANES, Robert. Proletários em meio à tormenta neoliberal. In: CABANES, R. et al. (orgs.). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAETANO, M. R., MENDES, R. V. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e75939, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3gSKnH8wTBJFbcCdTQfjTwg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

CARVALHO, Cristina Almeida de. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PWLcgtgCgvYP9tXx6NPfsHf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

CARVALHO, Priscila Souza de. **O debate sobre a reconfiguração da estrutura de classes no Brasil do século XXI a partir da tese da nova classe média**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330853/1/Carvalho_PriscilaSouzaDe_M.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

CATRO, Danielle Cerqueira. PNDH-3: Um reforço ou uma ameaça à democracia brasileira? **Jus.com.br**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14447/pndh-3-um-reforco-ou-uma-ameaca-a-democracia-brasileira>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: JINKINGS, Ivana et al (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

CORTINA, Adela. **Aporofobia**: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia. Tradução de Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova Razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia do novo neoliberalismo. Artigo de Pierre Dardot e Christian Laval. **IHU on line**, São Leopoldo, 25 jul. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-depierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em: 02 jun. 2019.

DOMINGUES, P., Democracia e Autoritarismo: Entre o Racismo e o Antirracismo. In: **Democracia em Risco?** 22 Ensaio sobre o Brasil Hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do Caos** – como as Fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESTADÃO Conteúdo. Escolas particulares oferecem a Bolsonaro ajuda para montar programa. **Jornal Estado de Minas**, 29 out. 2018. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/10/29/interna_nacional,1001241/educacao-escolas-particulares-oferecem-a-bolsonaro-ajuda-para-montar.shtml. Acesso em: 15 abr. 2019.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de O. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo. v. 2, p. 205-225, jul. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/LWwxZ7CdTtzyH59HVFYJQhx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FIANCO, Francisco. Ideologia, cultura de massa e crise da subjetividade. **Revista Estudos Filosóficos**. n. 4, p. 128-142, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2356>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FILARDI, André Moura Blundi. Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 20, n. 43, p. 563-582, set./dez. 2014.

FRASER, Nancy. From Progressive Neoliberalism to Trump - and Beyond. **American Affairs** vol. 1, n. 4, 2017.

FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx. **Direito & Práxis**, v. 6, n. 10, p. 704-728, 2015.

FREIRE, Alexandre. **Alunos da escola Olivina Olívia protestam contra falta de estrutura no ensino integral**. Portal Correio. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/alunos-da-escola-olivina-olivia-protestam-contrafalta-de-estrutura-no-ensino-integral/>. Acesso em: 08 fev. 2020.

FREUD, Sigmund. **Group psychology and the analysis of the ego**. Londres: Hogarth, 1922.

GALLEGO, Esther S. (Org). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GIROUX, H. A. **American nightmare: facing the challenge of fascism**. San Francisco: City Lights Books, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

HARCOURT, Bernard E. **The Counterrevolution, How Our Government Went to War against its Own Citizens**. Nova York: Basic Books. 2018.

HAYEK, Friedrich. **Law, Legislation, and Liberty**, vol. 2: The Mirage of Social Justice, 1976.

KALIL, Isabela (coord.). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018. 27p. (Relatório). Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, primitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro, 2018.

LAMONT, Michele. **The Dignity of Working Men: Morality and the boundaries of race, class, and immigration**. Cambridge, MA. Harvard Univeristy Press. 2000.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, R. S. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. **Estudos Avançados** v. 33, n. 96, 2019.

MACHADO, F. N. **A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-graduação em Sociologia. João Pessoa, 2020.

MACHADO, Lenandro. Por que 60% dos eleitores de Bolsonaro são jovens?. **BBC Brasil**, 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41936761>. Acesso em: 27 abr. 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 25-54. jan.-abr. 2012b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/PTHwmQfBxGnZ6H4LQ7tp8Dc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

_____. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/6D8smMDxPsddMZqLj45vzgQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARCUSE, Herbert. **One-dimensional man**. Boston, Beacon, 1964.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, p. 621-647, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/KP5Fw74VrvfByjxRpHfKbRS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MATTOS, Patrícia. A dor e o estigma da puta pobre. In: **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MICHETTI, Miqueli. A vida como projeto: a pedagogia do homo economicus e as iniciativas de fomento ao “espírito do capitalismo” via educação pública. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n. 3, p. 302-314, 2020. Disponível em: http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2019.55.3.01/60747582. Acesso em: 23 jun. 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana et al. (org.). **Por que gritamos golpe?**: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGÓ, Esther Solano (org.). **O Ódio como Política**: a reinvenção da direita no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.

_____. Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 99-129, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 230-260, 2017.

MORAES, Alexandre Lara. Sobre a negatividade do conceito de indivíduo em adorno: a resistência possível. **Psicologia USP**, [s. l.], v. 17, n. 3, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41905/45573>. Acesso em: 11 mar. 2020.

MORAES, A. L.; et al. In: SOUZA, A. M.; et al (Org.). **Junho**: potência das ruas e das redes. 1. ed. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014. p. 10-21.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: Saraiva, 2011.

NERI, Marcelo. **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: ORTELLADO, P; POMAR, M.; LIMA, L.; JUDENSNAIER, Eb (orgs). **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2014.

ORTUNES, Leandro; MARTINHO, Silvana; CHAIA, Vera. Lideranças políticas no Brasil: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 28, p. 195-232, jan./apr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/tG9FtKSQBQBfjgX5J5vSWhh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

PAULINO, Ana Elisa Lara. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Katálisis**. Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 562-571, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p562/44326>. Acesso em: 21 out. 2020.

PAXTON, Robert O. **Anatomía del fascismo**. Madri: Capitán Swing. 2009.

PHILLIPS, Tom. Trump of the tropics: the 'dangerous' candidate leading Brazil's presidential race. **The Guardian**, 19 apr. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/19/jair-bolsonaro-brazil-presidential-candidate-trump-parallels>. Acesso em: 26 dez. 2020.

PIERUCCI, Antônio F.; PRANDI, Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 32-63, mai. 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8640991/8513>. Acesso em: 30 mai. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lúcia M. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. **Cadernos IHU Idéias (UNISINOS)**, v. 16, p. 3-15, 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583354-da-esperanca-ao-odio-juventude-politica-e-pobreza-do-lulismo-ao-bolsonarismo>. Acesso em: 26 abr. 2020.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas do nosso tempo. D.F.: Fundo de Cultura Econômica, 2004.

POLICARPO, Alexandre, FONSECA, Bruno, LARA, Eliziane, HAUBER, Gabriella. **A eleição do Kit Gay**. Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2018/10/a-eleicao-do-kit-gay/> Acesso em: 25 nov. 2020.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/36709/19614>. Acesso em: 30 abr. 2020.

RODRIGUES, Ana Cláudia Silva; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza. Redes de política de educação integral da Paraíba: fluxos e influências neoconservadoras e neoliberais. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-32, jan./dez. 2020.

SAFATLE, Vladimir. A economia moral neoliberal e seus descontentes. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAYER, Andrew. Class, moral worth and recognition. **Sociology**, v. 39, n. 5, p. 947-963, 2005b.

SAYER, Andrew. **The moral significance of class**. Cambridge University Press, 2005a.

SCHMITT, Carl. **Dialogues on Power**. Cambridge: Polity, 2015.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 14, p. 1-26, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4533>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SINGER, A., VENTURI, G. Sismografia de um terremoto eleitoral. *In: Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SINGER, André. **Lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. Editora Companhia das Letras, 2012.

SOFIATI, Flávio M. Juventudes e contemporaneidade. **Vida Pastoral**, ano 54, n. 288, p. 23-32, 2013. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/juventudes-e-contemporaneidade/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. *In: Democracia em crise? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

_____. *A Elite do Atraso*. São Paulo, Leya, 2017.

_____. **A guerra contra o Brasil**: como os EUA se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2020.

_____. A parte de baixo da sociedade brasileira. **Revista Interesse Nacional**, v. 14, p. 33-41, 2011.

_____. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. São Paulo, LeYa. 2016.

_____. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Mariana B.; HOFF, Tuize S. R. O Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. **urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana**. V. 11, p. 1-14, 2019.

UMPIRES, Rodrigo T. Bolsonaro diz no JN que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego. **Infomoney**, São Paulo, 28 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/7589379/bolsonaro-diz-no-jn-que-trabalhador-tera-de-escolher-entre-direitos-e-emprego>. Acesso em: 23 abr. 2019.

VAZ, Lucio.; DANTAS, Iuri. PL oficializa Alencar para chapa com Lula. **Folha de S. Paulo**. 24 jun. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200204.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

VICENTE, Eliana. Nova classe média: um delírio coletivo?. *In*: BARTELT, Dawid Danilo (org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.